HISTÓRIAS DE SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE:

Tecendo saberes e leituras sobre a cidade, 1953-2023

APOIO INSTITUCIONAL
Prefeitura de Santa Cruz do Capibaribe
Câmara Municipal de Vereadores de Santa Cruz do Capibaribe
Câmara dos Dirigentes Lojistas de Santa Cruz do Capibaribe
Moda Center
Secretária de Educação, Cultura e Esportes
Diretoria de Cultura
Secretaria de Industria e Comercio
Biblioteca Municipal
Academia Santa-cruzense de Letras
Instituto Histórico e Geográfico Santa-cruzense
Centro de Ensino Superior Santa Cruz
União dos Estudantes de Santa Cruz do Capibaribe
Rádio Polo
Rádio Interativa

Álvaro de Sousa Coelho
Álysson Martins Cavalcanti
Agda
André Luís Lins Pires
Arnaldo Vitorino da Silva
Artur Robinson de Figueiredo Marinho
Carlos Wilker Costa
Clécio Gonçalves Dias
Dionelma Cavalcanti Cirilo
Edson Tavares Costa
Erickson de Araújo Barros
Gabriel Silva Souza
Geyza Bezerra da Silva
Itamara Vanessa de Souza Santos
Jamile Ferreira da Silva
Jorge Sobrinho Dantas
José Afrânio Marques de Melo
José Luís Sousa dos Santos
José Oliveira de Góis [Jota Oliveira]
Karla Mayara Silva Macedo
Linete Severina Alves
Márcia Débora de Moura Maia
Márcio R. Nunes de Andrade [Márcio Maracajá]
Marciel do Nascimento Silva
Pablo Renan Souto de Barros França
Priscilla Karla Gomes Feitosa da Silva
Renata Alves
Sandra Queiroz Ferraz
Silvio Jaime de Figuerêdo [Silvio José]
Thiago Henrique Silva de Menezes
Vanessa Pereira Gomes
Verônica Valadares
Walter Miro da Costa Melo

Além de uma equipe de excelentes profissionais, para atingir nosso objetivo contamos com a ajuda de muita gente. Listamos alguns com um terrível sentimento de saber que há pessoas que mereciam muito estar na lista ao lado e injustamente não colocamos.

A estes juntamos à nossa gratidão o pedido de desculpa!

Éverton Alves Aragão &
Flavia Danielly de Siqueira Silva Moura
(Organizadores)

HISTÓRIAS DE SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE:

Tecendo saberes e leituras sobre a cidade, 1953-2023

Autores e Pesquisadores Adelmo Teotônio da Silva, Alex Felipe Macedo, Eduardo Bezerra de Melo, Éverton Alves Aragão, Flavia Danielly de Siqueira Silva Moura, George Tenório Pinto,Gilson José Julião, Israel de Carvalho Leite, João Paulo França, Lais de Oliveira Neves, Manuela de Farias Feitosa, Marcio Antonio da Silva, Marcos Rogério de Lima, Mário Francisco de Melo Júnior, Nilson Pereira da Silva, Rimário Clismério da Silva, Rodrigo da Silva Ferreira, Romenyck Stiffen Barbosa da Silva, Saulo Alves dos Santos, Sérgio Lucas Alexandre de Lima, Thereza Cristina Leandro da Silva Queiroz Santos, Wellington Luís de Albuquerque Espíndola

Organização Éverton Alves Aragão
Flavia Danielly de Siqueira Silva Moura

Ilustração de Capa Matheus Viana Sales
Diagramação de Capa George Tenório Pinto
Diagramação Rodrigo da Silva Ferreira
Thiago Almeida
Revisão Final Everton Avelino
Thiago Almeida

Revisão Antônio Paulo Silva Júnior, Cláudia Rejane Geronimo da Silva, Ericles Souza Alves, Ericka Geyse Clementino de Oliveira, Douglas Pereira Leite, Georgia Silva Araújo Cândido Freires, José Geraldo Silva Cordeiro, Leiliane Thaís Pereira de Lima, Luiz Sérgio dos Santos, Silvanya Suellem de Lima Romeu, Thaís Beatriz Silva Fernandes, Tiago Pedro de Lima

EDITORA MEROVEU
– Editora, Café e Sebo –
Rua Frei Caneca, 280 – Centro
58400-295 – Campina Grande / PB
CNPJ 39.475.321/0001-88
www.meroveu.com.br
omeroveu@gmail.com

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Histórias de Santa Cruz do Capibaribe : tecendo saberes e leituras sobre cidade, 1953-2023 / organização Éverton Alves Aragão, Flavia Danielly de Siqueira Silva Moura. -- Campina Grande, PB : A Birosca do Meroveu - Editora, Sebo e Café, 2023.

Vários autores.
Bibliografia.
ISBN 978-65-981359-0-4

1. Santa Cruz do Capibaribe (PE) - Aspectos culturais 2. Santa Cruz do Capibaribe (PE) - História 3. Santa Cruz do Capibaribe (PE) - Usos e costumes I. Aragão, Éverton Alves. II. Moura, Flavia Danielly de Siqueira Silva.

23-172754 CDD-981.34

Índices para catálogo sistemático:

1. Santa Cruz do Capibaribe : Pernambuco : Estado : História 981.34

Aline Graziele Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

Aos avós, dos avós, dos nossos avós,
que com muito trabalho, suor e afeto construíram uma cidade
para os netos, dos netos, dos nossos netos.

Sumário

PARTE II: História, Política & Poder

PARTE III: História, Gênero & Trabalho

PARTE V: Notas Históricas

Legenda: Panorama visto do alto da Serra do Exu, em plano os bairros santa-cruzenses: Centro, Malaquias, São Cristóvão e Bairro Novo, ao fundo o Rio Capibaribe.

Fonte: Fotografia de Arnaldo Vitorino feita no ano de 1987.

APRESENTAÇÃO

Professora Georgia Araújo Freires

Professora em História – Formadora em
Educação Cooperativista (SEDUC-SCC)

Ao ser instigada pelos organizadores deste livro, Danielly Moura e Éverton Aragão, para compor a apresentação do projeto e dos textos aqui reunidos, fui tomada por dois sentimentos: alegria e esperança. Ter a história de Santa Cruz do Capibaribe, em seus mais diversos aspectos, escrita em um livro é um ato de coragem e uma grande realização para este coletivo de professores, pesquisadores e escritores, pois é um presente desta geração para os que virão. O desafio inicial passou a ser um sonho em comum, e é o resultado deste sonho que você tem nas mãos.

Minha história é um pouco da história de muitos santa-cruzenses que nasceram em outras regiões. Na década de 1960, quando Santa Cruz ainda não era a "cidade das grandes oportunidades", meus pais saíram daqui e constituíram família no estado da Bahia, mas as suas raízes estavam nesta terra e aproveitando o boom da confecção, retornaram na década de 1980. Tive a sorte de iniciar minha vida profissional na ASCAP (nascida como Associação dos Sulanqueiros, depois Confeccionistas e, agora, Associação Empresarial de Santa Cruz do Capibaribe), em uma época onde os empresários atuais, estavam profissionalizando o seu negócio. Vivenciei várias Feiras de Moda, cursos de aperfeiçoamento, também a mudança da Feira da Sulanca no centro da cidade para o gigante Moda

Center foi parte de minha vida e, se constituem como lembranças que dificilmente serão esquecidas.

Hoje, trabalhando na educação, não tirei o pé do associativismo e cooperativismo, continuo atuando também nestas áreas, mas tudo voltado para a educação que é o lugar que me encanta. Atualmente, ocupo a função de coordenadora de História neste município e como professora da rede pública há mais de 20 anos. Penso que estou mais próxima a passar o bastão para as novas gerações, fico muito tranquila ao perceber, principalmente, através desta obra, que temos um conjunto de jovens historiadores, que adentraram ao mundo da pesquisa e da sala de aula com brilhantismo e que temos professores que são "jovens há mais tempo" com toda a sua experiência e conhecimento da nossa cidade, deixando aqui mais do que sua pesquisa, um relato das suas vivências, afinal, a escrita é uma jornada que se mistura à jornada de vida, e embora possamos desbravar caminhos diferentes, estamos todos unidos em colocar em palavras aspectos da nossa história que precisa ser lembrada por todas as gerações.

O convite dos organizadores despertou-me pulsações e memórias. Observando, parece que os textos que compõem este livro, à docência e as nossas histórias estão intimamente ligados. Não há outra forma de apresentar, senão como o resultado da colaboração de diversos autores, cada um com sua perspectiva única e especial sobre o tema que nos move: Santa Cruz do Capibaribe.

É uma homenagem à cidade, que alcança em 2023 o seu septuagenário de existência. E, por falar em homenagem, não há como deixar de lembrar a diretoria de cultura, através do atual gestor, Adeilson Bezerra, chamado carinhosamente de "Gordo", que abraçou este projeto e nos deixou eufóricos e com o desejo de produzir este presente para nossa cidade. Assim como, a Secretaria Municipal de Educação, através da professora Cleciana Alves de Arruda, que nos deu a oportunidade de trazer para este projeto professores de História, Geografia, Ciências e Língua Portuguesa, para juntos pensarem a partir de suas áreas interdisciplinarmente e, por meio de suas capacidades próprias, a sua contribuição. É essa combinação única que faz este livro ser tão especial, embora sejam vozes distintas, os autores convergem em um ponto em comum: o amor

à Santa Cruz do Capibaribe.

Ao longo das páginas deste livro, você encontrará relatos, experiências e aprendizados que certamente irão emocionar, inspirar e transformar. Seja pelos variados estilos e abordagens, ou pelo compromisso de cada autor em compartilhar o melhor da História nos campos da política, memória, cultura e lazer, gênero e relações de trabalho – em suma, é a celebração da diversidade e da riqueza da história.

Nestas páginas, você encontrará relatos fascinantes sobre a emancipação da cidade e seus primeiros cidadãos, suas transformações ao longo dos anos e a evolução de suas tradições e identidade cultural. Os autores aqui presentes têm o compromisso de contar a história de nossa cidade de maneira inspiradora, apresentando pessoas e acontecimentos que marcaram a trajetória da cidade e refletindo sobre sua importância na vida de todos nós. Para mais, podemos também encontrar relatos de moradores que viveram e acompanharam a evolução da cidade, além de imagens encantadoras que mostram os pontos mais belos e importantes de Santa Cruz do Capibaribe – lembrando sempre que as imagens, assim como os textos, têm voz ativa no ofício do historiador. Esta obra não tem a pretensão de ser um retrato completo, no entanto expõe não apenas o desenvolvimento da região, mas, acima de tudo, a resiliência e a força de seu povo.

Posso falar de forma contundente que, além de um estudo minucioso, científico e preciso esse livro é também um registro histórico que celebra a cidade de Santa Cruz do Capibaribe, um verdadeiro tesouro no coração do agreste pernambucano. Uma homenagem que consagra os 70 anos de uma cidade que tem muito para contar e que tem um futuro brilhante pela frente. Deixamo-nos levar pelas histórias, pelos personagens e pelos cenários que são apresentados e nesse processo damos voz à esperança de preservar a nossa historicidade. E é isso que queremos compartilhar com você.

Ouso dizer que esta obra é, além de científica, uma ode à história, a arte de contar histórias. Parafraseando o poeta Gilberto Gil, esperamos que estes relatos façam você perceber que o melhor lugar do mundo é aqui. Por fim, este estudo é um presente para os moradores de nossa cidade, uma celebração de sua beleza, riqueza e singularidade. É uma

homenagem àqueles que trabalharam duro para construir nossa cidade, bem como aqueles que continuam a investir nela para garantir um futuro brilhante.

Parabéns a todos os escritores que enaltecem a nossa cidade e a presentearam de forma tão singular. Aos leitores, aproveitem a leitura, espero que daqui a algumas décadas tenhamos a nossa história sempre contada e renovada. Se algo mais pode ser dito, peço-lhes que, sente-se, relaxe e se deixe levar pelas histórias emocionantes e envolventes que todos esses autores incríveis têm a lhes oferecer. Afinal, esta é uma comemoração que não pode ser perdida!

Boa leitura!

Santa Cruz do Capibaribe, 29 de abril de 2023.

Legenda: Panorama de Santa Cruz do Capibaribe visto do alto da Serra do Exu, com a presença marcante de uma árvore de aroeira ao lado da trilha.

Fonte: Fotografia de Arnaldo Vitorino feita no ano de 2017.

APRESENTAÇÃO

Walter Miro da Costa Melo

Jornalista graduado pela Universidade Estadual
da Paraíba e cidadão santa-cruzense

Qual a Santa Cruz do Capibaribe que queremos deixar para as próximas gerações? Vivemos em uma cidade de máximas que precisam ser colocadas em prática, quando para o bem, e expulsas do nosso cotidiano, quando para o mal.

Por muito tempo a cidade se acomodou no seu crescimento desordenado para ostentar o tamanho de sua população, que hoje, em 2023, é o dobro da quase tricentenária Brejo da Madre de Deus e o quádruplo da sua (última) mãe, Taquaritinga do Norte. Mas se a cidade tem números geralmente superlativos e impressionantes, possui problemas de igual proporção.

Infraestrutura ainda precária, ausência de serviços que já existem em cidades de porte semelhante em estados vizinhos como Paraíba e Ceará, e até mesmo que já existem em cidades de porte semelhante ou menor no sertão de Pernambuco.

Mas, o que diferencia estes municípios, de Santa Cruz do Capibaribe? Uma diferença latente sentida pelo noticiário destas localidades é a presença de um bairrismo que aqui se converte em um eterno cabo de guerra, por vezes com duas alas políticas às tensionando, por vezes, mais. Uma parcela danosa de políticos e seus asseclas preferem ver a

cidade perder recursos, ao invés de ver uma liderança adversária anunciar um feito.

Já se passaram 70 anos desde a emancipação, parte da elite da cidade precisa superar essa mentalidade ridícula e olhar para fora das suas residências e das suas vidas confortáveis, pensando quando deixarem de ser agentes públicos para se tornarem meros nomes de rua, se preferirão ter feito parte de uma história exitosa, ou se virarão o nome de alguma viela sem pavimentação, que servirá de cenário para que os políticos da vez estejam realizando vídeos criticando a infraestrutura que receberam das gerações anteriores.

Enquanto imprensa, também faço uma mea culpa ao entender que parte da nossa agenda não precisa atender necessariamente aos interesses da política, também não é notícia apenas o que se refere à segurança pública, mas o ser humano precisa ser visto como foco principal da notícia, o impacto positivo ou os alertas à sociedade precisam estar no centro das discussões, para que de fato, daqui a 70 anos, quando alguém estiver folheando este livro, estas minhas reflexões tenham se tornado totalmente obsoletas.

Santa Cruz do Capibaribe, 08 de junho de 2023.

PREFÁCIO

Legenda: Panorama visto do alto da Serra do Exu da cidade de Santa Cruz do Capibaribe ao entardecer. Em destaque, nas luzes que compõem a iluminação noturna da cidade, a rodovia PE-160

Fonte: Fotografia de Harumi Campina Menezes feita no dia 31 de agosto de 2023.

DESENHANDO PERSPECTIVAS E AMPLIANDO ABORDAGENS:
Quem tem medo da história de Santa Cruz?

Éverton Alves Aragão
Mestre em História (UFCG) – Historiador 0000059/PE

Primeiramente, é preciso estabelecer esta obra como um marco. Devemos reservar a importância deste livro para além do septuagenário (1953-2023) da Emancipação Política de Santa Cruz do Capibaribe, pela primeira vez em sua história, profissionais da área – autores e pesquisadores – se unem para presentear o aniversário desta cidade: esta aglutinação investiga e desenvolve sistematicamente o passado-presente através da ciência histórica.

Em 2021, alguns dos autores deste livro escreveram e pensaram sobre o lugar, o papel e os usos do passado de forma conjunta. Na época, tais discussões ainda que vagas e incipientes surgiram nas redes sociais com a pretensão de fixar um novo modelo de pensamento e de trato sobre o passado da cidade das gameleiras e do rio Capibaribe. Na verdade, pretendia-se ultrapassar o debate historiográfico a partir de um confronto teórico entre o memorialismo *versus* a produção pautada nos rigores históricos. Muito antes a essas incursões historiográficas, desde os últimos anos da década de 1990, novos trabalhos escritos por santa-cruzenses começaram a surgir pensando em abordagens, teorias e conceitos próprios da História. Porém, nesses últimos três anos de intenso debate foi definido, e sumariamente alimentado que é dever do historiador

entender não somente o passado de Santa Cruz do Capibaribe, mas é preciso também analisar, criar e fazer parte de espaços que sirvam de atuação social, profissional, política e educacional.

No passado, os historiadores poderiam ser acusados por nós do presente de conhecerem somente os grandes feitos, dos "grandes homens". Mas hoje, é claro, não é mais assim… ou pelo menos pretendemos que não seja. Cada vez mais, os historiadores e historiadoras se interessam pelo que seus predecessores ocultaram, deixaram de lado ou simplesmente ignoraram. Carlo Ginzburg, historiador italiano do século XX, já escrevia sobre isso em seu prefácio à obra famosa de sua autoria, *O queijo e os vermes (1976)*. Por isso, esta não é uma obra que carrega consigo uma visão cronológica do passado da cidade, nosso objetivo não é pormenorizar as horas e os dias, muito menos abraçar uma sequência frenética daqueles homens que tiveram destaque em vida ou após a morte. O objetivo da História, portanto, não é exaltar os ilustres ou fazer pódio para os que nos antecederam, mas sim, de abrir novos caminhos, refletir acerca de outras possibilidades e, em alguns momentos, fazer um apelo por uma história científica e pública. Deste modo, o desejo é também o de alertar sobre a importância da história e dos espaços de memória.

Por falar nos objetivos da História, há um livro muito famoso e mundialmente lido por diversos historiadores intitulado *Apologia da história ou o ofício do historiador (1949)*. Esse livro foi escrito por um francês chamado Marc Bloch e, em um determinado momento de sua obra, escreve uma definição objetiva que hoje é amplamente aceita para entendermos o que é a História: "é a ciência dos homens, ou melhor, dos homens no tempo". Parafraseando Bloch, podemos dizer que a História é a ciência que estuda os seres humanos ao longo do tempo. Marc Bloch não quer dizer que tudo aquilo que o tempo e o ser humano toque é responsabilidade de um único historiador, uma escrita total sobre o passado é impossível de ser realizada.

Todos nós já ouvimos ou lemos alguma história, todos nós já contamos alguma história, se fazemos isso é porque todo ser humano tem consciência do passado. O historiador inglês, Eric Hobsbawm, afirma que o passado é uma dimensão permanente da consciência humana, um componente inevitável das instituições, valores e outros padrões

da sociedade humana. Em outras palavras o autor frisa que, o homem está constantemente estabelecendo negociações com o seu passado. Para Hobsbawm, o grande problema recai sobre o historiador, pois ele não somente conta o passado, mas também analisa a natureza do "sentido do passado" na sociedade e localiza suas mudanças e transformações.

Antes da História ser entendida apenas como uma disciplina escolar, ela é uma relação social. Justamente por isso, ela acaba "alterando" aquilo que aconteceu, constantemente negociando com o passado. Todo esse jogo, se transforma em relações, em tipos de "verdades". A partir disso, os historiadores passam a dialogar entre si e criar redes de contato, projetar-se em espaços de interesse público ou privado, passam a formar uma cultura intelectual. Entre essa cultura intelectual, ou melhor se referindo, entre essa cultura historiográfica[1] santa-cruzense ouve-se muito falar em história política de Santa Cruz do Capibaribe, no passado da feira da *sulanca*, nos ilustres nomes (homens) que essa cidade um dia teve. Mas o que define o que é História de Santa Cruz do Capibaribe? O que separa a História da cidade e a memória das pessoas? O que foi escrito nos livros até o momento trata-se de produções científicas ou amarras memorialistas do passado? Qual o lugar que a história ocupa na cidade? Um dos objetivos deste livro é o de contribuir, precisamente, para um esclarecimento relacionado a algumas das várias histórias em que, atualmente, podemos dizer que é a História desta cidade.

Nesse lugar do mundo onde os corpos estão quase sempre em movimento, as mentes em movimento, a história parece estar estagnada, presa a um espaço de pouca reflexão. Por outro lado, esse mesmo passado não é estático, não fica apenas cravado na nossa memória. E, antes que digam: "a história de Santa Cruz é isso ou aquilo", temos que investigar o tempo e os seres humanos através dos olhares da própria cidade.

Dizem que a história é escrita pelos vencedores, que ela é escrita pelos mais experientes, mas não dizem que é reescrita com o tempo. Transformada em livros, reinventada por aqueles que não a viveram. Nesse sentido, devemos superar os vícios metódicos e positivistas, deixar a concepção equivocada de que são os "guardiões" da história da cidade aqueles que têm em sua posse uma maior quantidade de coisas antigas. Durante algum tempo, os historiadores não se reuniam e nem pensavam

em conjunto, por divergirem metodologicamente e acreditarem que a única forma de conhecer o passado da cidade seria através da memória dos mais antigos e de fotografias envelhecidas.

Devemos, agora, pensar em outras abordagens historiográficas. Também levar para o centro do debate social e das discussões econômicas, que tanto influenciam essa cidade. Não é somente os historiadores que foram por muito tempo omissos em seu papel, os ditos empresários carregam consigo uma omissão velada de simpatia e de amor pela cidade. A falta de inquietação e esse repouso eterno frente aos problemas, que é típico da cidade, me remete ao medo. A resposta para a pergunta que está presente no título dessa introdução, *quem tem medo da História de Santa Cruz?* seja talvez "o povo santa-cruzense". De qualquer maneira, prefiro finalizar esta seção com uma frase de Michel Eyquem de Montaigne, um filósofo renascentista e escritor francês, em um de seus ensaios escreveu que é preciso coragem para sentir medo.

* * *

Oh como esqueço e lembro,
como lembro e esqueço
em correntezas iguais
e simultâneos enlaces
Mas como posso, no fim
recompor os meus disfarces?

Carlos Drummond de Andrade, O pleno e o vazio, de 1986.

Santa Cruz do Capibaribe é um desses lugares do mundo sem história, não porque não exista, mas porque fazem questão de apagá-la. Aqui os sons das picaretas derrubando as paredes ressoam dentro da gente. Cada batida é como uma punhalada. Quando uma casa cai ou quando uma pessoa morre, acaba também o que resta do passado, se vão, com os mortos, os móveis, as panelas, as flores do canteiro, conversas e sonhos... escreve José Condé. Escreveu ainda, que somos um desses lugares da Borborema, erguido do algodão e do gado, referindo-se ao Agreste, particularmente a cidade de Caruaru, onde "o tempo se prolonga numa agonia de sol e mormaço". De vez em quando uma rajada

de vento investe contra a galharia, erguendo grossas nuvens de poeira amarela e quente...".[2]

De Caruaru para cá, os dilemas da terra e da vida não se diferenciam tanto. Lá a vida corre de um jeito que é particular. Cá estamos presos no presente, com um passado quase morto e um futuro incerto, também presos numa posição geográfica dependente do inverno, das chuvas fartas que transformam a paisagem num verde exuberante e que destacam os trechos de água, numa realidade excludente onde a maior parte de nossos dias é cercado por uma mata de tons branco acinzentado. Onde antes era "um silêncio de fim do mundo descendo das serras e serrotes"[3], hoje estamos consumidos pelo barulho trabalhosamente costurado por anos.

Que quase todas as cidades têm seus "guardiões da memória", já sabemos. São pessoas que mesmo sem possuírem uma formação acadêmica, se preocupam em preservar e difundir a memória e em produzir a história de suas comunidades. De certa forma, trata-se de uma tentativa de oficializar, cristalizar uma visão sobre o passado através da escrita, pois como diria o sociólogo francês Maurice Halbwachs, "as palavras e os pensamentos morrem, mas os escritos permanecem"[4]. Nesse sentido, a maior parte das narrativas sobre o passado de Santa Cruz do Capibaribe é constituída por relatos sobre a cidade, realizados por moradores que procuraram, em algum momento de suas vidas, preservar sua memória, esperando que através dela o passado pudesse ser conservado em sua essência.

Contudo, a História é uma ciência, que se constitui como campo de pesquisa que exige do historiador instrumentos necessários como método, demonstração, suporte empírico em fontes, referências reais, problematização. Por vezes, deixamos esses rigores científicos optando por uma produção metódica, centrada nos grandes feitos políticos e pessoais, pois esse tipo de história é o mais prestigiado e até mesmo usado como "moeda política". Se pensarmos dessa forma, a produção da história de Santa Cruz do Capibaribe é recente, mas teve seu início presa a um paradigma que foi desestruturado no começo do século XX, ou seja, começamos a escrever história no final do milênio como se ainda estivéssemos no século XIX.

O caráter científico do saber histórico está ligado a uma problemática epistemológica, em que a ciência natural ou humana não chega a verdade absoluta ou a comprovação final, mas caracteriza-se pelo estabelecimento de uma sistematização de dados que, a partir de um método racional de crítica pode converter-se num conhecimento em contínua dinâmica. Isso quer dizer que, nós historiadores, não somos escavadores de um passado tal como foi, antes somos intermediários entre o passado e o presente. Articuladores de memórias, se assim posso dizer, que não se estabilizam ou se contentam enquanto haja um passado inexplorado e, principalmente, incompreendido.

Todavia, a população geral aparenta ter receios com essa história científica. Embora ainda que em tons ensaísticos, podemos dizer que a sociedade santa-cruzense alimenta um certo medo pela ruptura entre uma história centrada no problema, na mudança e nas conceituações. As pessoas da cidade preferem uma história que elogia, que reforça as permanências, ainda que já ausentes da cidade, uma história em que o passado serve somente para acariciar e afagar nossos temores do presente.

* * *

Gostaria de poder contar que foram os professores da Educação Básica que me abriram os olhos para o passado da cidade, mas, houve apenas poucos encorajamentos. Na escola, não havia nenhuma orientação para seguirmos a profissão de professor, de historiador, talvez fosse melhor ser médico, arquiteto ou advogado, influenciados pela ideia de que são esses os ilustres que conhecem e fazem parte da história, que fazem a cidade desenvolver. Durante esse período escolar, a maior parte de meu interesse pela história foi alimentado pela leitura de livros, dos quais meus avós tinham alguns sobre a história da cidade, e pela admiração que tinha do trabalho docente – não cometerei a injustiça de afirmar que nenhum professor, ou nenhuma professora, que tive não tenham me provocado fascinação pela profissão.

Mas, sem dúvidas, a escola superior foi a realização de meus sonhos: encontrei professores que não só compreendiam o passado, mas faziam entusiasticamente reflexões sobre o presente. Tive o privilégio de

frequentar a Universidade Federal de Campina Grande, uma referência regional na formação de professores de História. Estudava história num departamento tematicamente múltiplo, que suscitou meus desejos de conhecer a fundo a história local, mas também de investigar a história ambiental do Brasil. Lá, meus professores escreviam sobre coisas específicas de suas cidades: padarias, trens, movimentos sociais, lugares de lazer e festejos, discutiam com cuidado o processo de abolição da escravatura, além disso, criticavam a memória dos senhores que antes eram donos de escravos. Durante esse período da escola superior a profissão de historiador não era legalizada, ninguém era por lei um historiador e, por isso, todos poderiam se intitular como um, as suas longas teses, seus admiráveis trabalhos bem elaborados os faziam ser quem os eram: inegáveis historiadores e historiadoras.

Durante esses anos da graduação uma pergunta sempre me inquietava: "por que os professores de história ou os historiadores de Santa Cruz não escrevem livros sobre a história da cidade?" Nos livros que havia lido, sobre a história de Santa Cruz do Capibaribe, não haviam as mesmas discussões ou as mesmas provocações, estas foram escritas por: autodidatas, professores de letras, oftalmologistas, radialistas, músicos etc., mas nunca por historiadores.

Ora, os historiadores devem conhecer a história da sua cidade assim como os publicitários devem conhecer o seu público ou como um administrador tenha a capacidade de saber administrar. É uma questão de autoafirmação, um espaço de construção de valores, a personificação enquanto profissional da área – "eu sei a história da minha cidade, eu posso contá-la", devemos usar essa condição de autoridade, assim como o juiz utiliza seus saberes técnicos e ampliados pelas ciências jurídicas para julgar determinado processo.

Não desprestigiando o valor que esses trabalhos possuem, nem tampouco desconsiderando o papel que diversas outras produções acadêmicas produzidas por professores de história, ainda na graduação me coloquei ao desafio de ler, de conhecer e desvendar a história da minha cidade, assim como os meus professores haviam feito com as deles. Com receio de esquecer o que aprendi, deixo registrado:

Apenas uma linha para não esquecer,
A história de Santa Cruz do Capibaribe é única.
Centro de Humanidades, UFCG
Outubro de 2017.

Obviamente, isso significa dizer que ela não é a mesma de São Paulo, do Rio de Janeiro ou numa escala mais próxima não é a mesma de Recife ou Caruaru. O que quero dizer é que, a história de Santa Cruz do Capibaribe não é a mesma do restante da história do Brasil ou de nenhuma outra parte do mundo. Por isso, tomou suas vias próprias, vias que são ilimitadas, e dessa forma, devemos ao mesmo tempo pensar sua história com ceticismo e imaginação. Devemos, também, pensar sua história sem pressa, com vagar e minúcia.

Mas... o que é um historiador e quem diz quem são os historiadores? Antes de responder essas perguntas, precisamos superar aquilo que foi produzido anteriormente, reconhecendo os feitos e as realizações historiográficas de alguns benfeitores, de ilustres escritores. É razoável dizer que alguns deles possuem o *feeling* do historiador (ou o "espírito do historiador", que podemos sintetizar na ida ao arquivo e na exaustiva leitura das fontes). No entanto, temos também que observar que novas demandas estão surgindo, que o espaço universitário vem se democratizando cada vez mais, desde o início do novo milênio[5], ou seja, há 40 anos não havia cursos de História (nas modalidades de Bacharel ou Licenciatura) nas cidades circunvizinhas, ou somente há 20 anos eles se tornaram acessíveis, estamos pensando que há pouco tempo o saber científico de história está adentrando no espaço municipal.

Obviamente, estamos ainda distantes de sermos contemplados com uma estrutura ampla, alicerçada nos diversos debates teóricos e com investimento financeiro suficiente, como as cidades do eixo sul-sudeste do país. Entretanto, que possamos a partir de agora abraçar essa ruptura que há anos já é anunciada: uma escrita científica da história de Santa Cruz do Capibaribe. Talvez, por isso, que em muitos momentos os capítulos e as contribuições de cada pesquisador aparentam também ser uma espécie de manifesto histórico. O caminho mais justo, portanto, é valorizar as contribuições de alguns dos nossos antepassados, ávidos num certo tipo

de escrita histórica, e ao mesmo tempo possibilitar que novos olhares surjam para que a história científica e o historiador capacitado assumam suas responsabilidades.

Em termos técnicos, esse historiador capacitado do qual falamos, trata-se de um profissional que lida com questões e eventos passados, a partir de reflexões suscitadas pelo tempo presente. Um historiador deve ser capaz de investigar, analisar e formular explicações acerca de fatos ocorridos em diferentes temporalidades, e em qualquer lugar onde já tenha existido a presença humana. Logo, estes profissionais buscam respostas para inquietações que definem desde a nossa identidade até a formação de sistemas culturais, políticos e econômicos, de modo geral.

Todavia, reunir fatos, organizá-los no tempo e no espaço e em seguida explicá-los, em suma, atribuir sentido ao passado se constitui como tarefa das mais complexas desde o seu ponto de partida. Afinal, quais acontecimentos são mais ou menos importantes? Quais as relações de causa e efeito entre um evento e outro? Quais personagens merecem destaque e por quê? Como se pode ver, a questão crucial aqui são as escolhas. E, mais decisivamente, a capacidade técnica e cineticamente conduzida de quem irá realizá-las. O memorialista, por sua vez, não precisa de um esforço analítico para entender o passado, apenas se entrega demasiadamente a reminiscências e experiências passadas, sejam elas pessoais ou de terceiros.

Sendo assim, o mais apto a escrever sobre a história é um profissional regulamentado como historiador, com o prévio registro perante a autoridade trabalhista competente. Isto é, uma pessoa que porte o diploma de curso superior em História, expedido por uma instituição regular de ensino ou portadores de diploma de mestrado ou doutorado obtido em programa de pós-graduação reconhecido pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que tenha linha de pesquisa dedicada à História e profissionais diplomados em outras áreas, mas que tenham exercido comprovadamente, há mais de cinco anos, a profissão de Historiador a partir de 2020[6].

Falar que o memorialista não é um historiador, não é uma maneira de desprestigiar o seu trabalho ou a sua contribuição. Dizer, sem constrangimentos, que o historiador é uma autoridade na articulação entre

o passado-presente da cidade não é uma novidade. É preciso separar o trabalho dos dois e afirmar quem definitivamente pode ser considerado historiador no ambiente santa-cruzense, sem para isso dizer que a eles pertencem "o passado". Nunca disse que a história de Santa Cruz do Capibaribe tem um proprietário. Eu juro. Bem, disse que nem todas as pessoas são aptas a pesquisar a História da cidade de maneira coerente e científica.

Para começo de conversa, no senso comum santa-cruzense, é muito imprecisa a ideia do que é um historiador e quais as regras que regem o seu ofício. Por exemplo, se alguém por algum motivo específico partir pela cidade fotografando-se ao lado de prédios antigos, compartilhando também em suas redes sociais fotocópias de documentos antigos dos quais ninguém tem acesso e se nomeando como historiador ou pesquisador, afirmo nestas linhas introdutórias de forma categórica: "Isso não é ser um historiador, tampouco um pesquisador". Esse simulacro da persona de pesquisador costuma incomodar e atrapalhar quem de fato pensa rigorosamente sobre a História, logo, esta introdução tenta afastar a imagem ou imitação tosca daquilo que é um historiador ou seu trabalho.

Se os memorialistas escrevem a partir de memórias e os que aparentam ser historiadores com os usos políticos obtidos, a partir de materiais e documentos antigos, sem método, os historiadores reais trabalham com fontes entendendo as relações entre o passado e o presente. Fazendo uma metáfora com o trabalho do carpinteiro, são as fontes históricas a nossa madeira bruta, a qual talhamos e trabalhamos. Em outras palavras, nos apropriamos delas por meio de abordagens específicas, métodos diferentes e técnicas variadas. É um caso de cumplicidade e longas horas de análise entre o historiador/fonte. Alguns historiadores até dizem que são elas, as fontes que nos escolhem por algum motivo, e posso concordar com isso em partes, o que é certo também é que vamos com nossas vontades, inquietações e toda nossa subjetividade ao encontro com as fontes. Na realidade santa-cruzense, infelizmente, as fontes não vão de encontro ao historiador, na maioria dos casos, as conexões entre fontes e pesquisadores são formadas a partir de vínculos pessoais; antes dos estudantes de história terem acesso direto a elas, estas fazem parte da seleta lista das pessoas que as têm sob tutela: médicos, advogados, juízes, arquitetos,

engenheiros, prefeitos, padres, que no geral, são ocupações que não precisam pedir licença antes de falar, em rodas de conversa, ou são capazes de manter-se em boas condições seus afazeres da vida profissional com a vida intelectual.

Para esses, as conexões e os acessos com as fontes de pesquisa são, sem dúvida, mais fáceis, por se encontrarem em câmaras de vereadores, casas de famílias (ditas como originárias e que ainda influenciam a política municipal), fóruns, delegacias, arquivos privados etc., ficando os historiadores às margens do debate histórico pela dificuldade em ter acesso a esses documentos. É correto dizer que, num passado recente, muita gente com acesso a tais documentos escreveu sobre o passado, e muitas pessoas fizeram isso com alguma qualidade, então, criou-se a ideia de que o trabalho de historiador não demandaria a institucionalização profissional. Porém, superamos a época em que a cidade não contava com historiadores, ávidos na pesquisa. Superamos também burocraticamente, pois a profissão de historiador é regulamentada pelos termos da lei, o que facilita nossas investidas em espaços que antes nos eram negados. Nesse contexto, podemos notar uma "virada profissional" a partir da própria cultura intelectual. Agora, as obras escritas por historiadores não profissionais passam a ser tidas como produções de "segunda classe", algo similar ao que o historiador Durval Muniz se referia no processo de passagem da figura do erudito para a figura do intelectual como sujeito de conhecimento no campo da historiografia:

> Os novos eruditos passam a considerar uma forma inferior de se fazer história aquela realizada apenas por um aficionado, por um não profissional, por uma pessoa que não se dedicava integralmente à seu ofício, considerado laborioso e que exige uma dedicação de todo o seu tempo. Passa-se a desqualificar aquelas obras de história nascidas do "afã direto, espontâneo. Ingênuo de averiguar as coisas antigas dos tempos passados", que caracterizava o aficionado da história local ou genealógica.
>
> **Durval Muniz de Albuquerque Jr., Da História Detalhe à História Problema, de 2010.**

Todavia, em resumo, não é meu papel (e de nenhum historiador)

proibir qualquer pessoa de pesquisar, escrever, publicar ou manifestar opinião acerca de temas históricos. No entanto, se antes qualquer um poderia se encarregar de reunir e articular a memória coletiva (a memória da cidade) podemos dizer que, hoje, "a história deve esclarecer a memória e ajudá-la a retificar os seus erros", e, nisso os historiadores são os mais aptos ao exercício. Além de que, os historiadores, possuem uma linguagem própria, uma linguagem como a do médico ou advogado que habilita e revalida uma pesquisa, ou um profissional.

Entretanto, uma coisa é certa, ao falar das histórias de Santa Cruz já costuramos muitos elogios, muitas "verdades", está na hora de escrevermos também as misérias e as mentiras de nossa história. Antes de destacarmos as "histórias de sucesso e empreendedorismo" temos que problematizar nossas histórias de dor e sofrimento, nossas histórias de insucessos e pobrezas, são tantas que aqui não há como descrever. Esse pensamento é urgente, ainda que essas histórias nos deixem atordoados, desnorteados dentro de nosso próprio lugar no mundo. Não há como predizer como será nos próximos anos, se sustentaremos ou não nossos vícios e nossas virtudes, mas é justo alertar: novos problemas, novas abordagens e outros diálogos entre história e demais áreas do conhecimento são os desafios que historiadores e historiadoras de Santa Cruz do Capibaribe irão enfrentar, logo, o caminho para fazer pensar a História da cidade a partir de qualquer tipo de enlace teórico seja compreender que não temos apenas uma história fixa e estática, mas sim, múltiplas histórias.

* * *

> Escrever a história de Santa Cruz pare-me que mais caberia a um dos intelectuais da terra, mormente a um professor de história. Estamos no ano do cinquentenário da cidade, neste ano de 2003, Santa Cruz comemora o jubileu de prata[7]. Diante da omissão constatada em escrever história, ousadamente pus mãos à obra.
>
> **Júlio Ferreira de Araújo, História de Santa Cruz do Capibaribe, de 2003.**

O livro *História de Santa Cruz do Capibaribe*, publicado pela primeira vez no ano de 2003, autoria de Júlio Ferreira de Araújo foi o primeiro em que li na minha vida sobre o passado santa-cruzense. Foi espetacular o encontro com o meu povo e minha cidade ali representados e narrados através da memória de Júlio de Araújo. Hoje, 20 anos depois de seu lançamento, faço um recorte de um dos pensamentos presente na introdução das memórias de Júlio, o qual considerou e nomeou os historiadores como omissos. Uma crítica dura, porém, naquele contexto necessária, assim como, a escrita deste livro. Gostaria de ter tido a oportunidade de falar para o autor em nome dos historiadores e da tal omissão, que, desde os primeiros santa-cruzenses graduados em História se fomos omissos no fazer histórico foi pelo fato de termos enveredado por outros temas, caminhos, repertórios de análise e fontes. Se fizemos isso foi pelo fato de que, por algum tempo, padecemos pelo silenciamento, de ter nossas pesquisas esquecidas em repositórios acadêmicos e, ao longo de um bom tempo, sido inviabilizados de publicar em formato de livro, porém ousadamente tenho a oportunidade de assegurar que a "omissão" por parte dos professores de história em publicar um livro sobre a História da cidade parece ter chegado ao fim.

A escrita da história de Santa Cruz não é algo tão recente como pensamos, certamente não fomos nós historiadores que iniciamos esse trabalho, talvez podemos apontar o livro biográfico *Raimundo Aragão: sua vida, suas obras (1990)* escrito pelo professor Lindolfo e, mais tarde, a obra *História de Santa Cruz do Capibaribe (2003)* de Júlio como as obras pioneiras na escrita do passado da cidade.

Neste septuagenário, abre-se uma nova parte na escrita sobre o passado santa-cruzense, os capítulos que integram *Histórias de Santa Cruz do Capibaribe: tecendo saberes e leituras sobre a cidade, 1953-2023* procuram contar um pouco dessa nova história, em cores mais vivas e variadas. É no conjunto dessa pesquisa que pretendemos reparar nossa omissão e nossos erros, antes que se tornem irreparáveis.

Histórias de Santa Cruz do Capibaribe, no plural, é mais que um livro. Ao mesmo tempo, a escrita dessa obra não é somente um grito de alerta, uma tentativa de resgate histórico, cultural e patrimonial ou um testemunho militante. *Histórias de Santa Cruz do Capibaribe*, o livro,

é uma declaração de amor, formal e compromissada, à cidade que nos tornou santa-cruzenses. E é uma declaração multidisciplinar: com abordagens históricas, sociais, psicológicas e econômicas, com a solidez de pesquisas construídas na linha da investigação científica da historiografia.

É um marco, mas quer ser mais: quer reunir o que de mais sólido e inovador se conhece sobre a cidade que misturou seu nome ao de um dos principais rios do estado de Pernambuco. Pretende fazer um elogio que não soe como elegia. Para isso, agrupou alguns dos especialistas que produziram ou produzem sobre a cidade, cada um com seus assuntos tratados e estudado ao longo de anos.

Os artigos ao longo dessa coletânea dão sentido a histórias tão particulares e tão potencialmente públicas, por expor e confrontar as múltiplas visibilidades e invisibilidades que, analisadas sob o tecido físico e social da história, oferecem um retrato elaborado das múltiplas possibilidades do fazer historiográfico e acadêmico. Na primeira parte, **História, Cultura & Lazer**, que conta com as produções de Danielly Moura, Alex Macedo e Marcos Rogério, é nítido o movimento de renovação e ampliação na historiografia da história santa-cruzense encontrando inspiração, sobretudo, na História Cultural, uma nova forma de entender e escrever a história. Suas produções relembram de espaços de lazer e de divertimentos, memórias de permanências e rupturas dos cenários que no passado constituem parte afetiva de inúmeras pessoas com a cidade, além de uma série de regimes de sociabilidades em que namoros, paixões, sorrisos e momentos de felicidade legaram para o futuro de várias pessoas.

Os historiadores responsáveis pela parte **História, Política & Poder** formam um conjunto em que é possível perceber a singularidade de cada um dos artigos. Eduardo Melo e Saulo Alves autores dos dois primeiros artigos põe em discussão os primórdios do cenário eleitoral e a construção dos grupos políticos na cidade. Enquanto os pesquisadores Mário Jr. e Romenyck Stiffen, Gilson Julião, Rimário Clismério, com um instigante número de fontes e uma convidativa coleta de dados faz o leitor despertar para os inúmeros protagonismos exercidos pelo Padre Zuzinha ao longo de sua vida eclesiástica e política. O artigo final, autoria do historiador e professor Sergio Lima, é um dos grandes representantes dessa estirpe. Afinal, seu trabalho poderia muito bem transitar entre as

duas primeiras partes deste livro, pois, é permeado por discussões culturais e políticas, sem se abster dos usos de abordagens e de fatos que se relacionam também com poder e lazer.

Todas as partes que compõe o conjunto do livro são únicas para o entendimento da história de Santa Cruz do Capibaribe, mas o momento **História, Gênero & Relações de Trabalho** é sem dúvida criativamente complexo, pois, tratam de episódios e processos que marcam transversalmente a Terra da Sulanca. É evidente que na escrita de cada um dos autores: Rodrigo Ferreira, Márcio Antônio e George Tenório, Lais Neves, existe uma escrita que está em constante alerta, que não se reduz a análises apressadas e simplistas. A formação da atividade econômica voltada a produção têxtil é algo que está relacionado diretamente a participação ativa das mulheres em Santa Cruz; são mulheres que, como Manuela Feitosa usou de metáfora para seu título, "tecem sua própria coberta de histórias". Intelectual generosa com a poética, o artigo de Thereza Cristina analisa o impacto que as confecções têm para a vida pessoal e acadêmica das mulheres santa-cruzense a partir da experiência da autora como docente no curso de pedagogia.

Os autores responsáveis pela última parte do livro, História, Memória & Cidade, são João Paulo França, Adelmo Teotônio e Éverton Aragão, que em meio aos encantos do passado da cidade nos mostram que é preciso fugir dos condicionalismos historiográficos; que nos apresentam que essa história só se pode ser decifrada com o auxílio dos mais variados tipos de fontes: jornais, diários, fotografias, relatos orais e poesias. Os três últimos artigos da coletânea, estes escritos, respectivamente, por Wellington Espíndola, Nilson Pereira e Israel de Carvalho, exploram o ambiente rural da cidade, mas sem se propor a uma escrita desconectada da vivência urbana. Tratam de lugares e espaços que possuem potencial econômico, social, cultural e, sobretudo, patrimonial; destacando a impropriedade a partir da utilização e entendimento simplista desses espaços para os interesses tradicionais da cidade.

O último momento desse conjunto são as Notas Históricas de Santa Cruz do Capibaribe, essa parte é fruto da sugestão de Adeilson Bezerra, conhecido como "Gordo", que nos questionou se faria parte do livro uma cronologia ou um ambiente para destacar os símbolos

do município. As datas, por exemplo, são fundamentais alicerces para que possamos nos localizar temporalmente. Nessas notas podemos ter um breve ensaio do que futuramente pode ser ampliando por ávidos pesquisadores.

Se não quisermos que o desterro e o deserto sejam nossa herança, a hora para agirmos é agora e o local é aqui. Nada é prometido ou se faz pelo acaso, constantemente a vida nos coloca a carga da responsabilidade sobre nossos ombros. A História e, sobretudo, a Educação são ciências complexas, portanto, devem ser planejadas e executadas com respeito, conhecimento e seriedade, sempre em diálogo com os pares, em conjunto. Só se cuida daquilo que se ama, só se ama aquilo que se conhece. Essa pequena máxima, por mais simples que seja, é, provavelmente, o início de uma resposta. Que esse texto que agora construo e reflito possa se tornar uma tomada de consciência coletiva de tantos indivíduos, e, se não, utilizo-me da frase de um pensador que tanto me influenciou em suas leituras, Henry D. Thoreau (1817-1862), que essas palavras se tornem um vigoroso trombetear, como um galo ao amanhecer, no alto de seu poleiro, quando menos para despertar meus vizinhos.

Santa Cruz do Capibaribe, março de 2023.

Notas

1 A palavra "historiografia" é polissêmica. Neste texto, usamos o termo como sinônimo da história produzida pelo historiador, por meio de pesquisas e de problematizações – sem deixar de reconhecer o debate que entende que determinadas operações historiográficas também ocorrem fora da universidade, envolvendo outros materiais e modalidades de escrita.
2 CONDÉ, José. *Terra de Caruaru*: romance/José Condé; ilustrações Cézar Siqueira; posfácio Edson Tavares – 6. Ed revista e ampliada. – Caruaru, PE: W. D. Porto da Silva, 2011. p. 25.
3 *Ibid.*, p. 25.
4 HALBWACHS, Maurice. *A memória Coletiva*. Edições Vértice. Editora Revista dos Tribunais Ltda. 1990, p. 80.
5 As políticas educacionais dos governos do presidente Luís Inácio Lula da Silva (2003-2006 e 2007-2011) e da presidenta Dilma Vana Rousseff (2011-2014 e 2014-2016), bem como anterior às suas ações governamentais, ainda na década de 1990, proporcionaram uma intensa expansão e interiorização das Universidades Federais. Sem deixar de ressaltar a importância do setor privado que entre os anos de 1996 e 2007 liderava em 74,6% o número de novas matrículas de alunos. Tudo isso atrelado a uma noção sistemática de que a ciência poderia proporcionar uma sociedade mais saudável e aproximar-se dos padrões do "Primeiro Mundo".
6 Segundo a lei Nº 14.038, de 17 de agosto de 2020, que regulamenta a profissão de historiador.
7 Erroneamente na primeira edição de sua obra Júlio se refere ao cinquentenário como Jubileu de Prata, na verdade seria o Jubileu de Ouro. Esse ano, de 2023, comemora-se o Jubileu de Platina. Apesar de que é importante notar que as designações podem variar de acordo com a cultura e a região geográfica, e que muitas vezes há mais de uma opção para cada aniversário. Porém, podemos constatar que nas edições seguintes [que foi até a 3ª edição] não encontramos mais menção ao referido "Jubileu de Prata".

Legenda: Cantora e dançarina Gretchen, apresentação no clube Ypiranga, meados de 1977.

Fonte: Fotografia digitalizada e arquivada por Arnaldo Vitorino.

PARTE I:

HISTÓRIA, CULTURA & LAZER

Legenda: Construção do cine Bandeirantes em meados de 1960.
Fonte: Arquivo de Gorete Morais, digitalizado por Arnaldot Vitorino.

UM CINEMA PARA SANTA CRUZ:
O Bandeirantes como espaço sonhado, desejado e festejado

Flavia Danielly de Siqueira Silva Moura

Introdução

A mágica que seduz os olhos, que faz nosso universo particular, permitir-se em "novas viagens a um terreno de lapsos antes invisíveis aos olhos humanos, o do inconsciente visual"[1] chega a Santa Cruz do Capibaribe em meados de 1928. Naquela pequena vila, pertencente à Taquaritinga do Norte, onde a agricultura de subsistência praticada às margens do rio que nomeia hoje a cidade era sua principal atividade econômica, na qual os homens e mulheres encontravam-se na popular feira de trocas, tendo como palco a primeira rua da cidade, hoje chamada avenida Padre Zuzinha, à sombra das frondosas gameleiras, àquela época já bastante suntuosas. É nesta rua, no burburinho de um dia de feira, que Luís Alves da Silva, homem de espírito empreendedor, resolve apresentar aos habitantes da vila de Santa Cruz a novidade trazida da capital, Recife.

Numa das casinhas localizadas na Padre Zuzinha, há poucos metros da sede da Sociedade Musical Novo Século, foi montado um cinema improvisado, com bancos de madeira pouco confortáveis, um projetor e algumas películas mudas acompanhadas pelas valsas tocadas pela Orquestra Musical Novo Século. Este acontecimento chama a atenção dos passantes que vinham dos sítios localizados nas redondezas da então vila. Crianças, mulheres, homens acostumados à dureza do campo, passam agora ali, alguns minutos a admirar aquelas curiosas imagens. Uns estranham, outros não querem perder tempo, pois há muito trabalho a fazer, alguns se encantam, outros, começam a sonhar.

José Balbino Filho, 86 anos[2], era destes que sonhava. Ainda criança, ouviu seu pai, músico da Sociedade Musical Novo Século, contar esta história inúmeras vezes, cresceu fascinado pelas imagens do projetor de Luís Alves, hoje; conta-nos suas impressões, suas lembranças sobre aquele primeiro cinema, o cine Santa Cruz. José tem uma história de vida marcada pelo cinema. Trabalhou em quase todos os cinemas da cidade e é um dos principais personagens da história que pretendemos contar.

Trinta e oito anos após o encontro entre o cinema e os Santa-cruzenses, promovido por Luiz Alves, é inaugurado o Cine Bandeirante. O cinema de Joel, como era popularmente chamado, significou um grande espetáculo para a cidade. Moderno, confortável, amplo, um dos primeiros

prédios de dois andares construídos na jovem Santa Cruz. Entretanto, não foi apenas pelos seus atributos físicos que as lembranças do cine Bandeirante permaneceram tão relevantes na memória de seus habitantes. A cidade vivia um momento de prosperidade econômica nunca experimentado[3]. Contudo, seus habitantes ainda apresentavam uma forma de habitar a cidade e divertir-se em seus lugares de sociabilidades, calhadas de um período anterior ao da Sulanca. O Cine Bandeirante está situado num tempo em que a maioria dos santa-cruzenses ainda se preocupava com outras questões além da confecção de roupas. É este lugar de fantasias, de emoções, de vivências múltiplas que buscaremos "frequentar".

Do primeiro cinema ao cine bandeirantes

O primeiro cinema da cidade chamava-se Cine Santa Cruz, pertencia a Luís Alves da Silva, empresário e agropecuarista que contribuiu muito no processo de modernização local, trazendo para a então vila a energia elétrica em 1923, e com ela dois dos maiores símbolos da modernidade: o cinema e o rádio, no ano de 1928. Existiram outros cinemas com sucessivos donos no mesmo local em que foi inaugurado o Cine Santa Cruz, como o Cine Capibaribe e o Compostelano. No entanto, o Cine Bandeirante, maior e mais famoso cinema da cidade, é o tema central deste registro afetivo sobre Santa Cruz do passado. Num primeiro momento, abordaremos como se deu o processo de construção e inauguração do Cine Bandeirante. Apresentar a materialidade do local nos servirá de base para compormos esse percurso onde nos deteremos também sobre as práticas, e as vivências afetivas atribuídas ao local.

Sua calçada era o espaço de passeio predileto entre os jovens, lugar ideal tanto para quem queria se mostrar, desfilando seus trajes da moda, como para quem pretendia ser visto por alguém especial. Por isto, faremos um esforço no sentido de reconstruir o sentimento de pertencimento àquele lugar de festa, alegria e sonhos. Através de falas, escritos, fotografias, fontes materiais, vestígios do cotidiano daquelas pessoas que tiveram alguma ligação com o Cine Bandeirante – os jovens da década de 60 e 70, os quais se utilizaram do espaço do cinema, lugar demarcado por uma estratégia para desencadear outras maneiras de fazer que não fossem

as específicas deste lugar.

O cinema é então transformado num não-lugar, descrito na obra de Certeau[4] é a maneira encontrada pelas moças e rapazes para burlar a autoridade da família que previa relações afetivas dotadas de continência e renúncia aos apelos do desejo afetivo-sexual.

Era neste local que boa parte das pessoas da cidade se encontravam, um *point* para a juventude, um espaço de lazer e diversão para crianças, (quando o conteúdo dos filmes permitia a sua presença) homens, mulheres, idosos, ricos, pobres, intelectuais, analfabetos e outros. Obviamente, o cinema não se caracterizava enquanto um espaço totalmente democrático em relação às classes sociais já definidas na sociedade santa-cruzense dos anos 1970. Ricos e pobres o frequentavam, entretanto, este primeiro grupo o fazia com mais assiduidade, de forma quase religiosa, para os menos favorecidos economicamente as idas ao cinema eram raras, pois o valor cobrado pelos ingressos era, na maior parte das vezes, inacessível ao poderio econômico destes. E apesar de não ter sido frequentado por "todos", o Bandeirante, foi desejado por "muitos" dos habitantes daquela cidade de outrora.

Da construção

O Cine Bandeirante começou a ser construído em meados de 1965, porém sua idealização é feita bem antes, em uma viagem a São Paulo pelo dono do cinema, o então empresário Joel Morais. Sobre este momento, colhemos uma importante entrevista concedida por Maria Gorete de Morais Pereira, 49 anos, dona de casa. Gorete nos recebeu em sua casa, pela segunda vez, para falar acerca do cinema de seu pai, a jovem mulher, dona de casa e autônoma, presenteou-nos com um relato riquíssimo sobre o maior investimento de Joel Morais na cidade. Sobre a construção do cinema diz:

> Papai começou a construir o cinema eu tinha o quê? Eu tinha de cinco pra seis anos, é porque ele queria investir numa coisa, porque na época tinha o cinema de tio Deja né, que era meu tio, aí foi acabando, tudo tem seu tempo, aí foi acabando. Aí papai foi pra São Paulo e viu um cinema muito bonito lá, aí chegou aqui e disse: eu vou fazer um cinema! Aí mamãe: como? Aí ele

> vendeu a casa que a gente morava pra construir o cinema[...] Naquela época ninguém comprava terreno, a prefeitura dava os terrenos, aí esse terreno foi cedido pela prefeitura, papai fez o cinema, ficou uma parte, que no caso agora é o Balaio né, e na época depois ele fez uma loja, fez padaria, tudo dele era assim [...] porque não existia prédio em Santa Cruz, o primeiro prédio foi o do cinema, aí papai, analfabeto, metido a engenheiro, aí disseram que um prédio assim grande né, tinha que ter um engenheiro, tinha que ter uma planta tudo, aí ele mandou fazer no Recife, aí fez essa planta, só que era assim se dissesse é pra cavar um metro de fundura ele dizia: cava três (risos) Ele era exagerado!
>
> **Entrevista realizada com a senhora Maria Gorete Morais Pereira no dia 21 de outubro de 2012.**

Joel Morais foi sem dúvida, um visionário, pois construiu em menos de um ano um prédio enorme para os padrões da cidade, foi buscar na capital do estado, como vimos no excerto acima, subsídios que fundamentassem a execução de seu projeto. O empresário, dono do maior cinema que Santa Cruz teve, não se enquadra no "perfil" percebido em outros trabalhos pesquisados para os proprietários de cinema, pois Joel Morais não era um apaixonado pela sétima arte. Encarregava Zé de Zuza, um de seus funcionários, a eleger os melhores filmes e fazer a programação deles no cinema.

Nas palavras do próprio Zé, era ele "quem tomava conta do cinema" e não Joel Morais. Joel tornou-se conhecido na cidade pela sua astúcia empresarial, especificamente no ramo dos lazeres, foi dono da famosa sinuca da Rua Grande, bar onde havia uma sinuca e que era frequentado por muitas pessoas diariamente. Alguns de nossos depoentes atribuem a queda do cine Bandeirante, em meados de 1980, à falta de "carinho" do empresário Joel Morais para com o cinema, pois o Bandeirante, apesar de muito moderno para os padrões da cidade não era tão confortável, faltava ventilação, as cadeiras necessitavam de manutenção, que nem sempre era realizada de maneira satisfatória e os filmes repetiam-se constantemente, essa falta de investimento no cinema acontecia, segundo tais depoentes, porque Joel pensava nos lucros acima de tudo, ele era um empresário, obviamente queria ter um retorno satisfatório para seu investimento, e a atividade de exibição de filmes para ele, era sobretudo um meio de

ganhar dinheiro e não a realização de um sonho pessoal, como foi para muitos dos donos e exibidores de cinema do período analisado.

Mas o fato é que o cine Bandeirante admirava a todos que passavam na sua frente e que nele entravam, pela magnitude do local. Sua arquitetura moderna contrastava com o centro de Santa Cruz naquela época, ainda predominantemente residencial, com ares de vila. Em 1966, ano de inauguração do cinema, a cidade experimentava o sucesso econômico provocado pela popularização da feira da Sulanca, porém ostenta ainda o caráter de uma cidade jovem[5] a ser urbanizada.

Sobre a doação do terreno pela Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Capibaribe, não encontramos nos projetos de lei pesquisados a documentação que confirma a fala da depoente[6]. Entretanto, no projeto de lei 225/66, que dispõe sobre a isenção de impostos e taxas municipais ao Cine Bandeirante, foram encontradas evidências de que a Prefeitura tinha interesses diretos em relação à utilização do espaço do cinema para finalidades próprias. No artigo 3º de seu texto lê-se:

> Art. 3º - O proprietário do Cine Bandeirante ou empresa organizada para a sua exploração se compromete a ceder o prédio do cinema para a Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Capibaribe usá-lo, sem prejuízo do seu funcionamento normal, no sentido de realizar reuniões públicas, as políticas, de interesses patrióticos, competindo ao poder público Municipal, seja Executivo ou Legislativo, solicitar sua autorização para tal fim, pelo menos vinte e quatro (24) horas antes da realização pretendida, independente do pagamento de aluguel ou qualquer outro ônus para a Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Capibaribe.
>
> **Lei Municipal 225/66. Dispõe sobre projeto que concede isenção de impostos e taxas municipais ao cine-bandeirante, nesta cidade, de propriedade do senhor José Morais da Silva.**

Fica ainda estabelecido que a isenção de todos os impostos e taxas municipais teria um prazo de 10 anos, contando-se a partir do atual exercício administrativo. A isenção seria ainda assegurada caso o prédio contasse com a administração e exploração do sr. Joel Morais da Silva, dono do cinema, ou de qualquer outra empresa, que porventura viesse

a alugar o prédio. A lei entrou em vigor na data de sua publicação, em 1º de março de 1966, com revogação das disposições contrárias. Foi elaborada e vigorou na gestão de Raymundo Francelino Aragão, prefeito da cidade pelo seu segundo mandato de 1963 a 1969.

Resolvidas tais questões legais e já em posse do terreno, Joel Morais deu continuidade à construção do Bandeirante. Sobre o período de construção do cinema Gorete nos conta sobre o entusiasmo de seu pai querendo participar de todos os momentos desse processo: "ele trabalhava na construção, ele era pedreiro, ele era engenheiro, ele era tudo, na construção de dentro, porque tudo de papai era de dentro, tudo o que ele fazia ele era de dentro"[7]. Nos arredores do cinema existiam poucas casas, como podemos perceber nas fotos, à sua direita existia, porém, uma praça, a praça da Bandeira, motivo pelo qual o equipamento recebe este nome.

Legenda: Praça da Bandeira. Ao centro; Musa discos, ao fundo o Cine Bandeirantes, 1978.
Fonte: Fotografia feita por Antônio de Roga, digitalizada por Arnaldo Vitorino.

A praça como já elucidamos no início deste capítulo, figurava como importante espaço de lazer entre os moradores da cidade, pois existiam bares, lanchonetes e restaurantes em suas imediações. Mas foi somente depois da construção do cinema e do intenso movimento que ele propiciava ao lugar, que ela foi se tornando aos poucos um espaço fortemente

frequentado. Uma fotografia do cinema em 1970 pode ilustrar como ficou o empreendimento no final de sua construção.

Na fotografia acima, que engloba boa parte da Praça da Bandeira, observamos a Musa Discos no primeiro plano. Ao lado direito do segundo plano da foto, conseguimos visualizar a fachada e a lateral do Cine Bandeirante. Em frente ao prédio do cinema, notamos a calçada da agência do Banco do Brasil. Esta servia aos passeios e paqueras entre moças e rapazes nos minutos antes da entrada no cinema. As construções que podemos visualizar no entorno são basicamente residenciais. Entretanto, do outro lado da quadra ocupada pela agência, coexistiam com as casas os estabelecimentos comerciais, bares e restaurantes famosos da Praça da Bandeira em meados da década de 70.

Atualmente, esta parte do centro histórico da cidade é composta por muitos estabelecimentos comerciais. O prédio onde funcionava o cinema é um dos locais onde as atividades ligadas ao comércio são desenvolvidas, pois está localizado numa região central e extremamente valorizada para tais fins.

Na parte de baixo do edifício, encontramos uma galeria de lojinhas alugadas a comerciantes de mercadorias vindas da China e Paraguai. São os populares "camelôs". Na parte frontal inferior, encontramos uma farmácia e na parte de cima do prédio funciona um dormitório, que recebe o mesmo nome do cinema e é administrado por Ailton Morais, filho de Joel. As fotografias mostram as poucas modificações realizadas basicamente na pintura e revestimento do edifício e os novos usos que foram dados ao local.

O senhor Zé de Zuza lembra de forma clara e enfática o dia da inauguração do Cine Bandeirante. Além da data precisa, ele recorda também o título do filme quando da inauguração. Ajudado nessa recordação pelo senhor Mário da Silva Neves, aposentado 64 anos, apaixonado por cinema, Báu, como é popularmente conhecido, sempre trabalhou com a sétima arte em Santa Cruz e em outras cidades vizinhas, tais como Toritama. Foi ele o proprietário do último cinema de Santa Cruz, o Marisa Neves.

Durante a entrevista, no dia 07 de outubro de 2012, Báu recordou algumas memórias com o Senhor Zé de Zuza, fez questão de nos

acompanhar até a sua casa, ajudando-o a lembrar fatos relativos aos cinemas que a cidade abrigou. O senhor Zé lembra o fato e Báu também compartilha com ele a mesma experiência: a inauguração do cinema.

> **Zé:** - Foi no dia 23 de abril de 1966.
> **Báu:** - Você lembra até a data, você lembra o filme não Zé?
> **Zé:** - O filme? A última batalha!
> **Báu:** - A última batalha! filme preto e branco né, da Live, não é isso?
> **Zé:** - Eu não me lembro se era preto e branco.
> **Báu:** - Era um filme de guerra Zé, era preto e branco, infelizmente era preto e branco.
>
> **Entrevista realizada com o senhor Mário Neves e o senhor José Balbino Filho no dia 08 de outubro de 2012.**

Notadamente, os entrevistados compartilham mutuamente informações acerca da lembrança, completando-a, num esforço de memória, observa-se que Báu repete informações sobre o tipo de película do filme de estreia: *Era preto e branco...* Numa tentativa de reforçar sua lembrança, convencendo Zé de que sua informação é real.

Como o prédio foi uma das primeiras construções de dois andares na cidade, sua inauguração figura como um acontecimento de grande importância para a memória sensível da população. Santa Cruz era uma cidade pequena e tais eventos, que poderiam até serem considerados banais e cotidianos em cidades de maior porte, naquela Santa Cruz não passariam jamais despercebidos. Na festa preparada para a grande estreia do Bandeirante, destacamos a presença e a bênção do bispo de Caruaru.

Nos dias que sucederam à inauguração, o cinema teve um estrondoso sucesso. As projeções aconteciam todos os dias sempre às oito horas da noite. Havia também as famosas matinês, projeções que ocorriam mais cedo e geralmente tinham como público-alvo as crianças. Os dias de maior circulação eram os domingos e às segundas-feiras, pois o domingo era o dia ideal para o convívio social, onde todos se livravam de suas obrigações com o trabalho ou a escola e podiam desfrutar desta incrível opção de lazer. Na segunda-feira, era possível assistir a dois filmes; o filme do domingo, que se repetia, e o da segunda-feira, uma película diferente.

Gorete Morais observa algumas travessuras, ou *astúcias* das crianças para assistirem a dois filmes pelo preço de um:

> Tinha até uns meninos que se escondiam, porque era assim tinha a primeira sala, da entrada do cinema que ficava os cartazes com o que ia passar durante a semana, o mês entendeu? Aí tinha menino ruim, ruim não eu digo assim, os meninos impossíveis, que pra não sair e pagar, porque na segunda feira eram duas sessões tinha uma mais cedo e outra mais tarde, aí naquele tempo o pessoal entrava na primeira sessão, saia, pra pagar de novo pra assistir a segunda. Então, aí tinha um menino que se escondia atrás dos cartazes, na cortina [...].
>
> **Entrevista realizada com a senhora Maria Gorete de Morais Pereira no dia 21 de outubro de 2012.**

Essas crianças usavam, segundo Certeau[8] maneiras de se reapropriar do sistema produzido [...] técnicas de reemprego onde se podem reconhecer os procedimentos das práticas cotidianas. Dessa forma, manipulam a realidade massiva da ordem imposta sobre o lugar, sobre o espaço do cine Bandeirante, com suas normas de funcionamento e regras, agora, burladas pela anti-disciplina deste anti-herói.

As atividades no cine Bandeirante ocupavam e empregavam boa parte da família de Joel Morais, caracterizando-se, assim como a Sulanca, num negócio próprio e de cunho familiar. Nossa entrevistada enuncia a divisão das tarefas.

> João meu irmão, botava os cartazes na rua, porque mandou fazer uns cartazes de madeira, aí toda vez que vinha, aí ele ia pra Recife locar os filmes que eram uns rolos assim grandes que vinham numas latas. Pronto, aqueles filmes ele trazia de Recife toda quarta feira(...)Tinha os paus de fuxico né, que era cada esquina um, na esquina da rua Siqueira, um na rua Grande, que eram uns paus bem grandes que botava uma difusora, tudo o que acontecia saia lá, chamava os 'paus do fuxico', e anunciava os filmes(...)Eu e meu irmão mais novo ficamos debaixo do balcão juntando dinheiro, João meu irmão ficava na portaria com Zé de Zuza. Ailton ajudava neguinho a passar filme, Ana ajudava mamãe a vender ingresso e mamãe como sempre era a cabeça de tudo, mamãe era quem lia o jornal pra saber quais eram os filmes que estavam fazendo

> sucesso, o que era que o povo queria pra trazer.
>
> **Entrevista realizada com a senhora Maria Gorete de Moraes Pereira no dia 21 de outubro de 2012.**

Além da família, o Cine Bandeirante contava com Zé de Zuza como programador. Ele se dirigia, semanalmente, acompanhado de Joel Morais ao Recife para fazer o que chama de "programação", e pegar os filmes nas distribuidoras. De acordo com informações que obtivemos em uma das entrevistas, os filmes eram locados nas diversas companhias cinematográficas que existiam no Recife em meados de 1970. Zé recorda o nome de algumas, auxiliado por Báu, cita-as; Paramount, Warner e Columbia. Nessas grandes corporações, ele era o responsável por procurar os melhores filmes e a preços mais acessíveis. Ele relata que havia certa rigidez no controle das exibições dos filmes, dependendo do tamanho da cidade e do público os preços variavam. Quanto maior o público mais caro o aluguel do filme:

> Eu ia nas companhias pra fazer a programação: Santa Cruz, o povo me chamava de Santa Cruz ainda, vamos fazer a programação aí pronto diziam: quantos habitantes tem na cidade? Aí eu não sabia e dizia: é poucos, eu não sei. Tem concorrência? Eu dizia: não. Quantos dias de projeção? Aí eu dizia quantos eram, eu mentia né, eu negava. Quantas cadeiras tem o cinema? Quanto é o preço do ingresso? Pra poder dar o preço do aluguel do filme.
>
> **Entrevista realizada com o senhor Mário da Silva Neves no dia 08 de outubro de 2012.**

O sr. Báu completa dizendo que junto com o filme, os exibidores do interior alugavam também os cartazes com a propaganda da película. Todo esse material passava pela rigorosa fiscalização das companhias. No caso da perda ou danificação de alguma película, ou mesmo do material da propaganda, cobravam-se multas.

A programação dos filmes era feita de acordo com a programação prevista para aquele ano e estabelecida pelas companhias, ou seja, se estivéssemos no ano de 1968 e a programação daquele ano fosse composta por dez filmes, eram obrigatórios a exibição e o aluguel dos dez filmes

daquele ano. Chegando ao ano de 1969, se a programação de 1968 não tivesse sido cumprida, nenhum dos filmes que compunham a programação de 1969 poderia ser locado. Báu nos conta que, dificilmente os cinemas do interior trabalhavam com a programação "em dias", e que era difícil encontrar nas listas das programações muitos filmes que "dessem público". Nas suas palavras, os filmes "bons de bilheteria" eram raros.

O cine bandeirante em tempos de ditadura

Durante o período em que esteve funcionando, de 1966 a 1984, o Cine Bandeirante, assim como outros cinemas de todo o Brasil, sofreu o controle exercido pela ditadura militar sobre as diversões públicas. O cinema deixava de ser uma atividade regulamentada pelas leis de mercado e passava a ser regulado e controlado diretamente pela Divisão de Diversões Públicas do Departamento de Polícia Federal. Nos cartazes de propaganda, alugados juntamente com as películas, a censura ocorria e podia ser vista por meio dos carimbos deste departamento da polícia feitos nos versos dos cartazes.

A Divisão de Censura de Diversões Públicas também fiscalizava diretamente as películas a serem exibidas, obrigando os exibidores a realizar cortes ou escurecimentos nas cenas consideradas pelo órgão como indecentes, subversivas ou mesmo violentas. Sobre a ditadura nos cinemas Mário Neves relata:

> Tinha a censura película, que passava a censura antes de começar o filme e tinha a censura papel; aí tinha a observação de corte: corte na cena tal, parte tal. Que era o cara entrando no banheiro sem a toalha, cena de sexo ou algum palavrão, alguma coisa que afetasse o governo, ou alguma cena que mostrasse muita rebeldia. Agora tinha mais observação nas cenas de sexo.
>
> **Entrevista realizada com o senhor Mário Neves no dia 08 de outubro de 2012.**

Em seu grande acervo sobre o cinema Báu, guarda uma dessas cartas censuradas. Nela não se observam restrições ou cortes, comuns em outros tipos de filmes.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
DIVISÃO DE CENSURA DE DIVERSÕES PÚBLICAS

35 M/M

Nº DO CERTIFICADO 006/76 - RJ

TÍTULO DO FILME CANAL 100 JORNAL Nº 76 x 02

PRODUTOR PRODUÇÕES CARLOS NIEMEYER FILMES LTDA.

APROVADO PELA D.C.D.P. : VALIDO ATÉ 08 de JANEIRO de 1981
CLASSIFICAÇÃO
BOA QUALIDADE RIO DE JANEIRO, 08 de JANEIRO de 1976
LIVRE P/EXPORTAÇÃO
WILSON DE QUEIROZ GARCIA
P/Diretor da DCDP

CENSURA FEDERAL

LIVRE

Legenda: Ditadura Militar - Carta Censura de 1976 e carimbo do Departamento de Polícia Federal- Serviço de censura de Diversões Públicas
Fonte: Documentos do arquivo de Mário Neves, digitalizados pela pesquisadora.

O canal 100, película a que se refere esta carta censura, era um cinejornal, uma espécie de jornal e documentário com as notícias do futebol no Brasil, acompanhadas por músicas nacionais. Eram feitos além de comentários sobre os melhores momentos dos jogos, matérias sobre os mais diversos assuntos do momento, como se lê no documento. Apesar de seu caráter essencialmente esportivo, o conteúdo do canal 100 foi revistado, influenciado e modificado pela ditadura e representava também uma forma de desviar a atenção das pessoas para assuntos patrióticos, que enaltecessem o nome da Nação, nada melhor que o futebol para desempenhar este papel.

Apesar do controle direto que a ditadura militar naqueles anos impunha sobre os filmes e sobre o conjunto de práticas cotidianas no trabalho dos exibidores, existiam momentos e situações em que a experiência em lidar com os gostos do público e as táticas empregadas no

sentido de burlar as imposições superavam os entraves causados pelo regime ditatorial em voga nesse período. Quem nos oferece uma visão sobre estas práticas cotidianas no cine Bandeirante é o senhor Zé de Zuza, no fragmento abaixo ele explica detalhadamente como fazia a propaganda do cinema:

> Eu passava a tinta, deixava ele em branco e botava pra secar, agora só não no cabeçalho, no cabeçalho tinha: Cine Bandeirantes. Hoje. Isso já era, não tocava nele (o depoente faz gesto na mesa, como se estivesse pintando as letras) embaixo. Aí ia escrever o nome dos filmes, tal filme eu botava, tal filme e se era colorido ou branco e preto, os horários o povo já sabia e os atores né, filme com fulano de tal e fulano de tal.
>
> **Entrevista realizada com o senhor José Balbino Filho no dia 08 de outubro de 2012.**

Além da divulgação pela difusora, alto-falantes espalhados pelas principais ruas do centro e que eram utilizados como uma espécie de estação de rádio – havia também propaganda escrita. Os cartazes citados pelo entrevistado eram espalhados pelos arredores do cinema anunciando os filmes a serem exibidos. O hábito de colocar o nome dos atores no cartaz era na verdade uma forma de chamar a atenção do público e isto gerava, consequentemente, uma maior frequência ao cinema naquela sessão. As pessoas encontravam assim um motivo a mais para ir ao cinema, a fim de se deslumbrarem com as performances dos seus artistas preferidos. Sobre esta verdadeira fixação do público pelos galãs e divas do cinema Mário Neves confessa ter "burlado" uma produção cinematográfica em prol de um "final feliz".

> Quando o artista morria em cinema, só tinha um filme que o artista morria e o povo admitia era a *Paixão de Cristo*. Eu já salvei a vida de um artista no cinema! Foi em *Sangue no rio Bravo*, era um filme baseado em fatos reais, era de um fugitivo, uma película mexicana, ele era um fugitivo e no fim fica de se encontrar com a namorada, com a mocinha, como a gente chama né. Ele atravessa a fronteira e marca um encontro após a fronteira, do outro lado da fronteira né. Ai quando ele passa o rio no final do filme. Mas deixa eu dizer o que foi que eu fiz, ai eu cheguei atrasado do Recife e fui

passar a última parte pra ver se o filme não tava estragado, tava bom, tava sem cortes, mas quando eu cheguei na última parte, na hora em que ele se encontrar com ela, que ele atravessa o rio, que ele se abraça com ela, o bandido dá um tiro de fuzil nas costas dele, ele morre nos braços dela, ai passa narrando a morte dele. Aí eu não deixei ele morrer não, na hora em que ele abraçou-se com ela eu cortei, eu justamente marquei o lugar ali, tirei, aí na hora em que ele abraçou-se com ela eu botei o nome fim.

Entrevista realizada com o senhor Mário Neves no dia 08 de outubro de 2012.

Podemos ler o excerto acima de acordo com a concepção *certeauniana*[9], o depoente experimenta reinventar a trama, exercendo assim o papel de forte numa situação em que a estratégia imposta pelos roteiristas e diretor do filme não o favoreciam enquanto exibidor. Invertem-se nas posições e este homem comum, agora detém em suas mãos o poder de manipular, subverter e reinventar seu cotidiano.

Sobre *A paixão de Cristo*, filme citado pelo depoente, sabemos que a película era exibida inúmeras vezes no período da quaresma, este recorde de bilheteria sempre lotava o cine Bandeirante. Gorete Morais nos conta que até os corredores do cinema ficavam preenchidos por espectadores. Com as constantes exibições, a película frequentemente se partia, obrigando o operador a interromper a produção. O responsável por "emendar" as fitas era Zé de Zuza:

O público o que era que fazia quando a fita se quebrava, a fita quando ela se estragava que se quebrava aí o povo batia: pá, pá, pá, e enquanto tava emendando a fita o povo era só batendo, quando começava e continuava o filme, se o filme fosse estragado e cortasse muito aquela cena não saia mais, já saia outra cena, aí o povo: ó o roubo! Ladrão! (risos).

Entrevista realizada com o senhor José Balbino Filho no dia 21 de outubro de 2012.

A qualidade das películas que vinham para o interior do estado em nada favorecia as exibições. Na programação, exibida em cartazes na sala de espera do cine Bandeirante, os filmes se repetiam bastante, pois

segundo as pessoas entrevistadas, era difícil conseguir películas que davam bilheteria, dessa maneira, a qualidade das películas piorava ainda mais com o seu uso constante como era o caso da *Paixão de Cristo.*

Considerações finais

Essas informações sobre o funcionamento do Cine Bandeirante e o contexto político e social em que o estabelecimento estava inserido, nos ajudam a situá-lo melhor na cidade, a fim de que possamos compreender como este lugar ocupou naquela Santa Cruz do passado, uma posição tão significativa na memória sensível, nas lembranças de tantos habitantes. O espaço físico, a materialidade do local, levemente reconstituídas nestas informações dispostas nas linhas acima é uma tentativa, ingênua talvez, de retomar o vivido, a fim de disponibilizar ao leitor elementos que traduzem em imagens ou esboços de como era e de como funcionava o local.

Historicizar o Bandeirante, contando algumas das várias histórias sobre o cinema mais famoso da cidade é uma tentativa, mesmo que problemática e incompleta, de fixá-lo, de consagrar-lhe um lugar na história da cidade, afinal só sentimos a necessidade de construir lugares para estas memórias porque não as temos mais. Existem outros capítulos dessa "história ausente", que tentaremos rememorar mais adiante. Acompanhe-nos, caro leitor!

Referências bibliográficas

BIBLIOGRAFIA ESPECÍFICA

ARAÚJO, Júlio Ferreira de. *História de Santa Cruz do Capibaribe.* 2003.

GÓIS, José de Oliveira. *Ruas de Santa Cruz do Capibaribe – PE: sua gente e sua história.* Publicado pelo autor, Santa Cruz do Capibaribe – PE: 2010.

LISBOA, Lindolfo Pereira de. *Raimundo Aragão: Sua vida, suas obras*. Brasília, Mirian Regina: 1990.

SOUZA, Avanízia; CARVALHO, Israel; OLIVEIRA Lúcia. *Sulanca, "um pólo de alta tecnologia em confecções": Aspectos históricos, econômicos e sócio-culturais*.

Caruaru. Ed. Art. Berg, 1996.

SUBRINHO, Jorge Dantas. *Luiz Alves, e o coronelismo em Santa Cruz.* Trabalho de Conclusão de Curso. Caruaru - PE. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Caruaru. 1998.

BIBLIOGRAFIA GERAL

ALBERTI, Verena. *Ouvir contar: Textos em História Oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

BARROS, José D'Assunção. *Cidade e História.* 2. ed. Petrópolis –RJ: Vozes, 2012.

BERNARDET, Jean Claude. *O que é Cinema*. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

______. *Brasil em Tempo de Cinema: Ensaios sobre o Cinema Brasileiro*. 3.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: 1 Artes de fazer*. Petrópolis. RJ: Vozes, 2008.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações.* Rio de Janeiro: Bertrand, 1990.

DUMAZEDIER, Joffre. *Sociologia Empírica do Lazer*. São Paulo: Perspectiva, SESC: 1999.

FERRO, Marc. *Cinema e História*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FOUCAULT, Michel. *De outros espaços*. Conferência proferida por Michel Foucault no Cercle d'Études Architecturales, em 14 de março de 1967. Traduzido a partir do inglês, Primavera de 1986, por Pedro Moura.

GOMES, Paulo Emilio Salles. *Cinema: Trajetória no subdesenvolvimento*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

MENEGUELLO, Cristina. *Poeira de estrelas: o* cinema hollywoodiano na mídia brasileira nas décadas de 40 e 50. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.

MORIN, Edgar. *Cultura de massa no século XX - vol I neurose.* Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1981.

NORA, Pierre. *Entre memória e História*. In.: Revista História - Revista do Programa de estudos Pós-graduados em História do Departamento de História da PUC-SP. São Paulo- SP, 1981.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história e o esquecimento.* Campinas – SP: Editora da Unicamp, 2007.

MARTIN, Marcel. *A linguagem cinematográfica*. São Paulo: Brasiliense, 2007.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História e história cultural*. Belo Horizonte: Autêntica. 2005.

______. Dossiê: Cidades. (Abertura) In. Revista Brasileira de História. Vol.27 nº53. São Paulo, jan. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/>Acesso em: 15 julho 2010.

REZENDE, Antônio Paulo de Morais. *(des)encantos modernos: histórias da cidade do Recife na década de vinte*. São Paulo: USP, 1992.

SIMMEL. Georg. *Sociabilidade: um exemplo de sociologia pura ou formal*. In. *Sociologia.* São Paulo: Ática, 1983.
TURNER, Graeme. *Cinema como Prática Social*. [Tradução Mauro Silva] São Paulo: Summus, 1997.
WANDERLEY, Múcio L. *Coisas de cinema: Flash back de um exibidor de província*. Estado da Paraíba, 1985.

Fontes

DOCUMENTOS OFICIAIS

Projeto de lei 225/66. Dispõe sobre a isenção de impostos e taxas municipais ao cine Bandeirante – Arquivo da Câmara municipal de vereadores de Santa Cruz do Capibaribe.

FONTES ORAIS

ARAÚJO, R. *Regivaldo Araújo: depoimento [dez. 2013]*. Entrevistadora: Flávia Danielly de Siqueira Silva Moura.

FILHO, J. B. *José Balbino Filho: depoimento [out. 2012]*. Entrevistadora: Flávia Danielly de Siqueira Silva Moura.

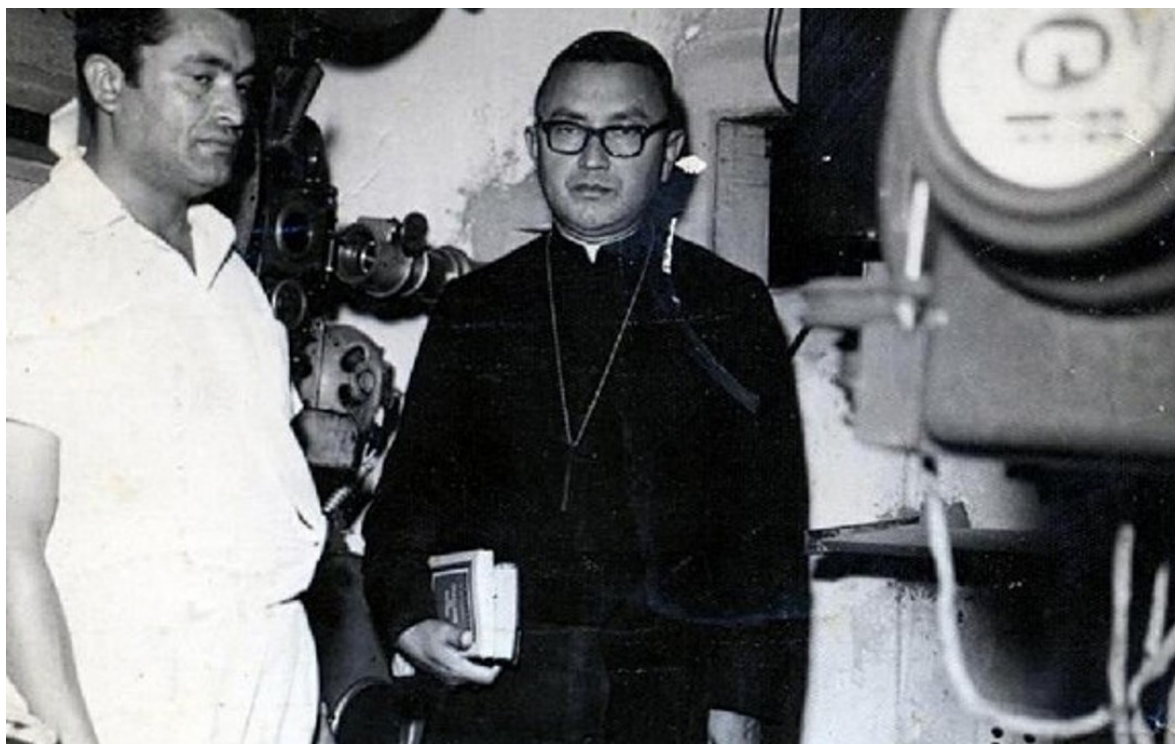
NEVES, M. N. *Mário da Silva Neves: depoimento [out. 2012]*. Entrevistadora: Flávia Danielly de Siqueira Silva Moura.

PEREIRA, M. G. M. P. *Maria Gorete de Morais Pereira: depoimento [out. 2012]*. Entrevistadora: Flávia Danielly de Siqueira Silva Moura.

FONTES ICONOGRÁFICAS

Acervo digitalizado do Sr. Arnaldo Vitorino.
Acervo privado da Sra. Gorete Morais.
Acervo privado do Sr. Mário Neves.

Notas

1 MENEGUELLO, Cristina. *Poeira de estrelas: o cinema hollywoodiano na mídia brasileitra nas décadas de 40 e 50*. Campinas: Editora da Unicamp, 1996, p. 27.
2 Entrevista realizada com o senhor José Balbino Filho no dia 07 out. 2012.
3 A proliferação das atividades ligadas a confecção e venda de roupas de baixo custo intensificaram-se pela cidade em meados de 1970, alcançando seu apogeu em 1980.
4 CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: 1 Artes de fazer*. Petrópolis. RJ: Vozes, 2008.
5 Desde 1929 que os santa-cruzenses lutavam pela emancipação política. Depois de sucessivos fracassos em 1938, 1943 e 1948, a liberdade veio, afinal, em 1953. A lei nº 1818, de 29 de dezembro de 1953, sancionada pelo então governador Etelvino Lins de Albuquerque, tornou Santa Cruz do Capibaribe independente de Taquaritinga do Norte (ARAÚJO, 2003, p. 27).
6 As lacunas documentais existentes no acervo disponibilizado pela Câmara de Vereadores da cidade são imensas. Faltam pastas referentes a anos inteiros e as condições em que são mantidos os arquivos são péssimas. Fatores que nos levam a crer que a doação do terreno está documentada em um arquivo perdido ou deteriorado pela força do tempo e da má conservação.
7 Entrevista realizada com a senhora Maria Gorete de Morais Pereira no dia 21 out. 2012.
8 CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: 1 Artes de fazer*. Petrópolis. RJ: Vozes, 2008.
9 Expressão que pode ser relacionada a figura e as obras do pensador Michel de Certeau.

Legenda: Joel Morais, proprietário do Cine Bandeirantes, ao lado do bispo de Caruaru. O bispo foi convidado para abençoar o projetor do cinema, fotografia feita em meados de 1966.

Fonte: Arquivo de Gorete Morais, digitalizado por Arnaldo Vitorino.

CENAS DE UMA CIDADE SENSÍVEL:

O Cine Bandeirantes e as sociabilidades na Santa Cruz setentista

Flavia Danielly de Siqueira Silva Moura

Imagens feitas para sonhar: os filmes exibidos no cine bandeirante

Django, *Sartana*, *Dio come te amo*, *A noiva*, *O Ébrio*, *O dólar furado*, *Dona Flor e seus dois maridos*, *Teixeirinha*, *A dama da lotação*. São alguns dos filmes citados nas entrevistas realizadas. A cada uma destas produções foram atribuídas sensações diferentes, algumas provocavam choro, comoção, outros, delírios sensuais, o desejo de ser como o herói que salva a mocinha, ou mesmo de estar na pele da mocinha salva pelo herói, vivendo aquele intenso e impossível amor.

O cinema visto e exibido nas salas de projeção das décadas de 1960 e 1970 variava muito em gêneros e gostos. Hollywood já solidificada como a grande indústria mundial exportava a todos os cantos do mundo suas produções, criava e mantinha astros e estrelas no consolidado Star System. Estamos falando da época dos grandes faroestes, gênero essencialmente americano que se tornou uma verdadeira febre nas salas de exibição brasileiras, inclusive no Cine Bandeirante. Para Turner[1] no faroeste, os heróis podem ser vistos como pertencentes à sociedade externa, ligados à terra, selvagens e fortes, embora não sejam fortes o bastante para definir plenamente suas vidas. Eles representam uma crítica à sociedade que agora é colocada no lado mau da oposição. Além de filmes pertencentes ao faroeste profissional americano, como: *Meu ódio será sua herança (1969)* e *Rio Bravo (1959)* foram lembrados e amplamente mencionados nas entrevistas películas do típico Spaghetti Western, ou faroeste italiano, tais como: *O dólar furado (1965)* e *Django (1966)*.

O faroeste, tanto o italiano quanto o americano, apresentavam aos exibidores a possibilidade de lotar o cinema, justamente pela identificação que seus enredos causavam aos expectadores, noções como o senso de justiça, a figura do herói que luta por uma causa, mesmo que esta vá de encontro a sociedade vigente, definida para o jovem um papel transgressor, mas ao mesmo tempo totalmente aceito, idolatrado e amado por aquela sociedade a qual defendia com sua coragem e ousadia. No depoimento de José Oliveira de Góis, percebemos a latência desse desejo sentido tanto pelo depoente quanto por um grande número dos jovens que viveram aquela fase específica do cine Bandeirante:

> Eu vivi os melhores momentos de minha vida, mesmo sendo de sonhos, no cinema, porque a gente às vezes se colocava no lugar do herói da tela, se sentia o máximo conversando com aquelas jovens, namorando com elas mesmo sem elas saberem [...] Aqui tinha um rapaz que tinha problemas de ordem mental, a gente chamava de Dodô de Nilo, ele se vestia tal e qual Rocklane, que era um astro do faroeste americano, então ele se vestia de preto, com chapelão, dois revólveres, eram revólveres de fantasia, de brinquedo, mas eram e a gente só não tinha a coragem que o maluco tinha, porque nisso o maluco leva vantagem em cima de quem se diz não maluco, ele faz o que quer, e a gente que tinha vontade, mas não assumia, mas são incontáveis as vezes em que a gente assistia um filme com Cláudio Cavalcanti, Tarcísio Meira, Jardel Melo, Jece Valadão e ficava observando: Se eu tivesse a atitude que um cara desses tem, eu ganhava muitas meninas, mas na hora faltavam as palavras.
>
> **Entrevista realizada com o senhor José de Oliveira Góis no dia 22 de novembro de 2013.**

O depoente enfatiza tal desejo de transpor os limites da realidade e colocar-se no lugar do “mocinho” ou “herói” do filme, pelo motivo de que a visibilidade dada a esta personagem facilitaria suas investidas e conquistas amorosas, confessa que sonhou, mesmo que em devaneios irrealizáveis, estar acompanhado de uma daquelas atrizes. É justamente por esta possibilidade de ser, mesmo que na imaginação, o herói, notável e admirado por todos, que o cinema propiciava, que faz deste nosso objeto de estudo algo tão sedutor e inesquecível para as pessoas que o contemplaram.

Outro aspecto interessante a ser destacado no excerto acima, é a leitura que o depoente faz sobre o “louco” que se vestia de astro de faroeste americano, em suas palavras “o maluco leva vantagem em cima de quem se diz não maluco, ele faz o que quer”, pois sua loucura lhe oferece a liberdade de não apenas “sonhar” com a possibilidade de ser um astro, ele pode “ser” em sua realidade este astro, já que a limitação mental lhe concede esta vantagem sobre as pessoas ditas normais.

No depoimento, percebemos também que Góis faz referência a vários “astros” do circuito cinematográfico e televisivo nacional, a gente

assistia um filme com Cláudio Cavalcanti, Tarcísio Meira, Jardel Melo, Jece Valadão e ficava observando [...] Os atores lembrados participaram da fase do cinema brasileiro em que as pornochanchadas[2] dominavam o cenário fílmico, estes, juntamente com Carlo Mossy, Davi Cardoso, Nuno Leal Maia, entre outros, eram alguns dos galãs deste tipo de filme.

É importante perceber que o cinema brasileiro nesse período específico, ensaiava a criação de uma identidade nacional cinematográfica, entretanto, o Cinema novo de Glauber Rocha, principal expoente dessa "identidade", não rendeu frutos tão populares, os filmes de Rocha poderiam ser aceitos pelos críticos, e intelectuais do país, mas a verdade é que nunca caíram nas graças do público, nem renderam aos exibidores bons lucros.

Com uma linguagem considerada difícil e sem os artifícios comuns às produções Hollywoodianas, o cinema Novo acompanhou em meados das décadas de 1970 e 1980 a crise cinematográfica que se impôs ao cinema nacional e praticamente desapareceu. As chanchadas e pornochanchadas mostraram-se neste período uma opção nacional rentável aos exibidores que tinham por lei, que preencher 25% das exibições com películas nacionais. Consideradas películas pornôs pela censura federal e pela censura social, estas produções apareceram no Bandeirante causando frisson em seus frequentadores, elas surgem na memória de Góis, revisitadas pelos seus valores e julgamentos atuais. Quando o depoente fala:

> [...] na época, a pornochanchada, o filme proibido nacional, eu lembro que passou um filme: O leite da mulher amada, e nessa época eu adolescente não podia entrar, fiquei indignado, que eu tinha 17 anos, e o filme depois a gente conseguiu entrar no esconderijo, nada mais era do que um casal se beijando em situação mais íntima, coisa que hoje passa na novela das 9 muito mais picante do que naquele tempo, mas era a época né? Era a época!
>
> **Entrevista realizada com o senhor José de Oliveira Góis no dia 22 de novembro de 2013.**

Góis tem consciência de que a moralidade da época considerava aquela situação uma cena pornográfica, mas que para os padrões atuais a cena não representa nada ofensivo. Logo, ele julga a lembrança pelos

seus valores atuais, reafirmando assim que a memória apesar de ser uma fonte riquíssima na construção da história, das vivências, deve ser tratada, assim como todos os outros tipos de fontes, com certa crítica e despertar no historiador um olhar atento sobre as influências do tempo presente sobre o passado.

Dada esta necessidade crítica, observemos então que os "filmes proibidos" exibidos no Bandeirante, impactavam a sociedade santa--cruzense de uma forma que se modificava a rotina do cinema para que pudessem ser exibidos. Aconteciam várias sessões do mesmo filme durante a semana, pois homens e mulheres não podiam assistir a mesma sessão, menores de 18 anos eram proibidos de entrar e talvez por este motivo procuravam meios de burlar a intensa fiscalização, como afirma nosso depoente: "[...] depois a gente conseguiu entrar no esconderijo". O lucro com uma película "proibida" era certo, pois a maioria dos frequentadores sentiam-se desafiados a assistir o proibido, o que lhes era negado falar, sentir, ver a sexualidade escancarada ou apenas insinuada.

Para as mulheres, as moças de família, este tipo de filme era ainda mais desafiador. muitas eram proibidas pelos seus pais de frequentar o cinema nessas sessões, outras frequentavam escondidas, como confessa nossa depoente Maria Gorete Aragão de Lira Nascimento: "Eles não diziam nada porque na realidade eles não sabiam que a gente frequentava, (risos) era escondido! Quantas vezes eu já fui assistir filme proibido escondido!"[3] Apesar de ser mulher, nossa depoente tem uma história com o Cine Bandeirante de amor e certa "liberdade", era frequentadora assídua do local, pois pertencia a uma das famílias mais tradicionais da cidade: Aragão, por este motivo, era uma jovem rica da elite local, fator que favorecia seu comparecimento quase que diário ao cinema. Maria Gorete diz ter casado inclusive com o seu "namorado da época do cinema" com o qual atualmente vive maritalmente e tem três filhos. Outras, como Rosa Maria da Silva Oliveira, admitem ter realizado certas travessuras no espaço do cinema para assistir a um filme "pornô".

> Era um filme pornô, como se fosse hoje bem grave, não tinha quase nada, mas na época era né? Aí, hoje só entra homem no cinema e amanhã só entra mulher, não podia assistir os dois juntos não, podia assistir, mas não podia os dois juntos, aí eu perdi no

> primeiro dia que era o dia das mulheres, aí no outro dia, papai disse: Não é pra ir nem na frente do cinema hoje! Porque se chegar na frente do cinema vão dizer que vocês vão assistir um filme que não pode assistir! E o dia que as mulheres podiam ir já tinha passado, mas eu tinha 13, 14 anos e não podia ir, de menor ainda [...] Foi Dona Flor e seus dois maridos e só porque no final do filme passava ela andando com um marido de um lado e o outro do outro, e o marido dela de costas, nu, só com a bunda de fora, essa era a cena que as mulheres não podiam ver. Aí eu vesti uma calça jeans, um casaco bem grande, fechado, botei um boné e entrei no cinema, eu e uma colega minha. Antes de terminar o filme a gente já tava do lado de fora pra ninguém perceber, e ninguém conheceu, baixou a cabeça entrou, passou pela cortina, sentou na primeira fila que era pra ninguém ver e a gente tinha que sair antes de terminar o filme.
>
> **Entrevista realizada com a senhora Rosa Maria da Silva Oliveira no dia 05 de novembro de 2013.**

É visível na fala da entrevistada, que ter se trajado de homem e ter entrado disfarçadamente na sessão proibida a ela, representou uma brincadeira divertidíssima, tanto pelo fato dela ter conseguido burlar a estratégia dominante que proibia sua presença ali, como pelo fato de cessar sua curiosidade em ver como os homens se portavam numa sessão pornô. A depoente diz não ter ido à sessão destinada às mulheres pelo fato de que o porteiro iria reconhecê-la e proibir sua entrada por ela ser menor de idade e porque segundo ela "já trabalhava na Sulanca, comecei muito nova, eu tinha uma mercadoria pra entregar, aí não pude ir, mas no outro dia eu pensei: eu vou! aí fui (risos)".

Os excertos selecionados mostram uma certa independência que Rosa tinha adquirido com o fato de poder sustentar-se com o dinheiro ganho na produção de roupas, a atitude "desafiadora" da entrevistada nos revela como as mulheres santa-cruzenses em meados de 1980 emanciparam-se da figura masculina mesmo antes do casamento. Rosa era uma adolescente, que detinha uma certa independência financeira e por este motivo não se sentia tão forjada a seguir as regras e preceitos estabelecidos para o seu papel de mulher naquela sociedade.

Além dos faroestes e das pornochanchadas são lembradas as películas dramáticas como um dos gêneros mais impactantes exibidos no

Bandeirante. Os filmes nacionais de Teixeirinha e Mazzaropi levavam muitos frequentadores ao cinema atraídos pela fama dos protagonistas e pela identificação que sentiam com suas histórias ora trágicas, ora cômicas. Há de se destacar também a grande assimilação do público não só local, mas nacional com tais personagens devido ao apelo cultural que estes desempenharam no imaginário brasileiro, a imagem do matuto, humilde, sofredor, mas ao mesmo tempo esperto e otimista parece ter conquistado uma grande parcela da população brasileira em meados da década de 1960.

Os dramalhões encenados pelo cantor e ator gaúcho Teixeirinha derramaram muito dinheiro nos bolsos dos grandes e pequenos empresários do ramo exibidor. Seus filmes superaram a marca de 1,5 milhão de espectadores apenas no sul do país, onde o regionalismo levou sua fama a números extremos. Pelo fato de seus filmes serem produzidos por distribuidores e exibidores locais, as películas de Teixeirinha permaneciam constantemente com suas exibições asseguradas, dada a lei nacional que obrigava 25% das exibições cinematográficas serem de filmes nacionais.

No depoimento abaixo, o Sr. Regivaldo Araújo lembra o sucesso alcançado pelas películas de Teixeirinha em Santa Cruz e a comoção causada pela identificação dos espectadores com a história, baseada na autobiografia do cantor e ator, informação sobre o filme que o depoente não detém.

> Teixeirinha foi fantástico, ele fez um sucesso espetacular com a música "Coração de luto" que o povo pensava até que era a história da vida dele e não era, ele era só o autor, um cantor muito inteligente que gravou um filme e fez muito sucesso, e o povo chorava, e gritava e vaiava, porque era uma história comovente, muito bonita!
>
> **Entrevista realizada com o senhor Regivaldo Araújo no dia 02 de dezembro de 2013.**

Películas como: *Dio, come te amo! (1966)*, *A Noiva (1961)*, *O ébrio (1946)* também constam nas memórias de nossos entrevistados. As lembranças de tais filmes trazem sempre um semblante de nostalgia e emoção aos olhos dos depoentes, nas suas palavras repetidas constantemente,

percebem-se saudades não apenas dos filmes, mas do momento em que foram vistos: "E filme de amor era pra chorar! Tinha aquele... "Dio, come ti amo"! Que era o italiano, ave Maria! Aquele foi pra chorar demais! "A noiva", então? Pra se desmanchar de chorar, de tanto amor que era!"[4] Os primeiros dois filmes citados fazem parte do cinema romântico italiano e fizeram um sucesso estrondoso não apenas no Bandeirante, mas em muitas salas de exibição brasileiras. O terceiro filme citado, *O ébrio* é uma produção nacional escrita por Gilda de Abreu e protagonizado por Vicente Celestino, ator que vive o músico Gilberto, este depois de passar por algumas desventuras na cidade grande decide afogar suas amarguras na bebida e na vida boêmia.

Logo após o carnaval, comemorado pelas orquestras de frevo que espalhavam alegria pelas ruas da cidade, o cine Bandeirante encontrava seus dias de maior movimentação. A semana Santa era um período de lucro certo para Joel Morais, pois ao público já frequentador somavam-se outros tipos de pessoas dos mais diversos grupos sociais. Assistir ao filme da Paixão de Cristo no cinema de Joel Morais, além dos jejuns de carne na Sexta-Feira Santa, do preparo de peixes e da ida à missa na igreja matriz, tornou-se mais um ritual "santo" dos santa-cruzenses neste período.

> A película era exibida incansavelmente nos dias "santos", no período precedente e posterior à semana santa, com sessões diárias e em horários diferentes, no período da tarde e da noite. Segundo o depoimento do Sr. Regivaldo Araújo, era uma película muito velha e desgastada que foi comprada posteriormente por Joel Morais, quando este percebeu que seria mais lucrativo adquirir sua própria película do que alugá-la todos os anos. Por este motivo, o desgaste da película, as sessões eram constantemente tumultuadas pelas "quebras" existentes na fita. Nas palavras de Regivaldo era uma fita bem velha, que às vezes tinha a crucificação e depois era que Jesus vinha carregando a cruz (risos) era partida e emendada errado!
>
> **Entrevista realizada com o senhor Regivaldo Araújo no dia 02 de dezembro de 2013.**

Por caracterizar-se como o período mais lucrativo do Bandeirante, durante a semana santa, Joel investia fortemente na propaganda. Colocava

um carro circulando com alto-falantes pela cidade, além dos "pontos" espalhados pelas ruas principais, que nessa época, limitavam-se às ruas do centro antigo. Os pontos eram espécies de cornetas distribuídas em postes de madeira todas interligadas a divulgadora de Amaral; o estúdio da Amaral publicidade, que ficava localizado na Avenida João Francisco Aragão, uma das principais vias de acesso à cidade, era responsável pela divulgação de boa parte dos filmes exibidos no cinema, no entanto, no período da semana Santa, o carro de Joel, uma Rural Willys, percorria os quatro cantos da cidade com propagandas que chamavam bastante a atenção do público. O Sr. Regivaldo Araújo, que trabalhou para Joel, fazendo a propaganda no carro nos conta quais eram suas estratégias para divulgar o filme:

> Todo mundo ia assistir a Paixão de Cristo! Eu fazia uma propaganda psicológica e as pessoas se ajoelhavam e se benziam! A gente colocava um crucifixo bem grande atrás da rural, ai parava numa rua e ficava fazendo a propaganda, e eu fazia uma propaganda teatral e as velhas choravam e se benziam, e faziam genuflexão quando o carro passava! (risos).
>
> **Entrevista realizada com o senhor Regivaldo Araújo no dia 02 de dezembro de 2013.**

Regivaldo, conhecido nesta época como Palaquê é um personagem interessantíssimo na história do Cine Bandeirante. O Sr. Araújo, como atualmente é conhecido, tem uma voz imponente e nas suas falas emprega frequentemente palavras rebuscadas, de efeito, que nos dão a impressão de estarmos conversando com um locutor de rádio em seu estúdio. O senhor de 65 anos nos recebeu no escritório de sua empresa de compra e venda de veículos usados, neste local, ficam estacionadas suas motos de modelo Custom e um quadriciclo que ele mesmo produziu a partir de peças de carros e de motos usadas. O Sr. Araújo faz parte de um moto clube da cidade, no seu discurso percebemos o gosto e o prazer que sente pelas aventuras.

E foi esta sua personalidade marcante aliada à sua voz imponente que fez com que as propagandas dos filmes feitas por ele fossem definidas pela irreverência e teatralidade. A voz de Palaquê figura na memória

sensível acerca do Bandeirante como um dos símbolos mais marcantes que caracterizaram e demarcaram aquele espaço do cinema. No pequeno excerto retirado do texto sobre o Bandeirante, escrito por Edson Tavares, em uma rede social, percebemos o tom nostálgico e a empatia que a voz do nosso entrevistado causava nos frequentadores, [...] sessão iniciava sempre às 8 horas, como era amplamente divulgado pelas ruas da cidade, no carro de som do cinema, na voz anasalada de Palaquê. Para mim, era um mundo mágico![5]

O Sr. Araújo nos conta que nas suas propagandas ele mesmo era quem criava os textos, nestes, procurava sempre contar trechos dos filmes, deixando um suspense no ar para que as pessoas fossem ao cinema conferir a continuação daquela história. O tom da voz variava de acordo com a história; comovente, dramática, alegre. Tudo dependeria da película a ser exibida. No entanto, seus famosos jargões são lembrados pela maioria dos entrevistados que frequentaram ou trabalharam no Cine Bandeirante, o próprio Sr. Araújo nos lembra como fazia esta propaganda e alguns desses jargões:

> E a propaganda do cinema eu me lembro que eu era quem fazia textos, porque era bonito os nomes: cinemascope! Isso é um nome bonito é ou, não é? Pra uma pessoa analfabeta! (risos) Tela panorâmica! Então, eu me lembro que eu tinha um jargão que eu dizia: Hoje na gigantesca tela panorâmica do cine Bandeirante, aí anunciava o filme e dizia: Não perda! (risos).
>
> **Entrevista realizada com o senhor Regivaldo Araújo no dia 02 de dezembro de 2013.**

Além dos jargões, Araújo utilizava palavras diferentes: cinemascope, gigantesca, panorâmica, para chamar atenção dos frequentadores. O uso de expressões ou palavras na língua inglesa ditas de forma aportuguesada também era uma característica bem presente na sua propaganda, ele confessa que muitas vezes não sabia o significado dessas palavras e expressões, mas as usava porque tanto ele quanto as pessoas que as escutavam “achavam bonito” aquela forma chique de falar. O centro econômico e social de Santa Cruz estava nos arredores do cinema, existiam bares, sorveterias, restaurantes localizados na praça da Bandeira,

bem próximo ao prédio construído por Joel Morais. Esta movimentação intensa que atraia diariamente várias pessoas para aquela localidade dava a muitas outras a possibilidade de exercer algum comércio naquele espaço da cidade. Existiam também os comércios praticados dentro do espaço do cinema por vendedores ambulantes, sobre estes vendedores José de Oliveira Góis guarda em sua memória algumas lembranças.

> Dentro do cinema tinha uma banquinha de bala, ou de confeito, porque bala ninguém dizia naquele tempo de Neide de Neguinho de Totó, Neide vendia na parte interna, porque não era permitido depois de você pagar o ingresso não podia sair mais porque tinha a urna que colhia os ingressos [...] E do lado de fora ainda lembro de Paulo, ele mora na rua Padre Ibiapina, tinha um banquinho de confeito. Sr. Zé da Pipoca, a gente o chamava de Zé do "Oimbim", ele mora na Rua Arnaldo Monteiro porque, o carro, ele diz um carro, que a gente chamava de carro de manobra, um carro manual, ele fez um ônibus, pequenininho, cada janelinha daquela era um tipo de bala diferente, então o carro chamava mais atenção da gente do que propriamente as balas né? E tinha também Nino, ele mora na Cohab e ele vendia rolete de cana, você já imaginou você cortar cana em rodelas e alguém comprar? Pois isso acontecia né? Então, pois este comércio ele girava em torno do cinema.
>
> **Entrevista realizada com ot senhor José de Oliveira Góis no dia 22 de novembro de 2013.**

O relato de Góis oferece-nos uma imagem das opções de lanches e guloseimas servidos ali, no espaço do cinema, pipocas, balas, bombons etc. Outro ponto a ser destacado no depoimento é a figura do Sr. Zé da pipoca, citado por nosso depoente, este senhor conseguiu fixar a imagem de seu "invento": o ônibus de balas, na memória sensível de muitos frequentadores do cinema e dos habitantes da cidade em geral. O "oimbim" de Zé da pipoca é uma lembrança recorrente na maioria dos relatos sobre o Bandeirante ou mesmo sobre a infância de nossos entrevistados. As crianças corriam atrás do ônibus quando o Sr. Zé passava com seu carrinho de manobras, muitas escutavam de longe a música que tocava no alto-falante do ônibus e iam apressadamente pedir algum trocado a suas mães a fim de comprar os doces vendidos no ônibus. Além do ônibus de balas, Zé da pipoca foi proprietário também de uma fábrica de doce

de goiaba, a famosa goiabada era produzida na rua Siqueira Campos, na própria casa deste senhor, local que segundo alguns residentes da rua, "cheirava a doce".

Um outro ponto de encontro que ficava no entorno do cinema e que foi citado por alguns de nossos entrevistados era o Caldo de Cana de João de Nezin, localizado ao lado do cinema o estabelecimento tornou-se um verdadeiro point, uma parada obrigatória para os frequentadores do cinema no final das sessões. As pessoas saiam, tomavam o caldo de cana com algum lanche de acompanhamento e dali partiam para suas casas. Alguns rapazes aproveitavam a ocasião para oferecer suas companhias às moças até o caminho de casa com a esperança de que no trajeto percorrido acontecesse algo a mais.

Quando o romance transpõe o limite da tela: flertes, paqueras e namoro

Ao som dos sinos que marcavam o final da missa dominical realizada na igreja matriz saiam pelas portas frontais do santuário senhoras com seus véus transparentes, arrumando o terço de contas em suas mãos, roupas engomadas impecavelmente para o encontro com Deus, os cabelos rigidamente presos por frisos e o olhar atento a todos que haviam comparecido à missa naquela semana. Somadas às beatas, jovens de 16, 17, 18 anos deixavam também o recinto, trajadas com suas melhores roupas, penteadas, perfumadas, estas, no entanto, não seguiriam diretamente para suas casas, elas teriam outro destino: o Cine Bandeirante.

Antes das sessões que ocorriam no domingo à noite, no centro da cidade, acontecia um verdadeiro ritual no trajeto feito pelos jovens. Da igreja matriz, localizada na rua Grande até o cine Bandeirante, na Travessa Neci de Melo, passeios incitavam paqueras em pontos determinados da cidade. A calçada da sinuca de Joel Morais era um desses pontos, no local, os rapazes faziam filas duplas, como uma espécie de corredor, as moças passavam propositalmente no meio desta passagem humana, a fim de flertarem com os rapazes e de serem paqueradas por eles. A sinuca localizada nas proximidades da rua Grande, teve outros endereços em épocas diferentes, mas o fato é que os jovens elegiam seus

lugares favoritos para flertarem, em muitos casos, apenas com olhares, outros mais ousados, entregavam bilhetinhos românticos às suas pretendentes antes da entrada do cinema. Um destes lugares, que aparece recorrentemente nos depoimentos, era a calçada da agência do Banco do Brasil, que foi construída em frente ao cinema em meados de 1980. Notemos no trecho abaixo, extraído da fala de Gorete Morais, como este espaço projetado e construído para uma finalidade específica, ganha novos usos pelos frequentadores do cinema.

> Construíram o Banco do Brasil, aí tinha essas coisinhas que chamava as "casinhas de pombo", pronto, todo mundo ia namorar na casinha de pombo, pra depois ir pro cinema, arrumava o namoro, entendeu? Marcava o encontro, se conhecia, namorava, depois ia pra dentro do cinema que era escuro.
>
> **Entrevista realizada com a senhora Maria Gorete de Morais Pereira no dia 21 outubro 2012.**

O termo "casinhas de pombo" foi usado frequentemente na maioria dos depoimentos recolhidos. Na verdade, se trata de colunas posicionadas em intervalos regulares, parte da estrutura da agência, onde se formam espécies de nichos que eram utilizados como esconderijos para encontros amorosos.

Como explica a depoente, os jovens preferiam marcar os encontros amorosos ainda na calçada, e o cinema servia para consolidar a paquera, pois oferecia as condições ideais para um encontro às escuras. Naquela época a rigidez no ambiente familiar marcava a forma de conduzir a educação dos filhos. Na sociedade patriarcal e moralista dos anos 60 e 70 os namoros só eram permitidos se bem vigiados pelos pais. Sendo atos afetivos como beijos ou abraços.

O Cine Bandeirante, na concepção da família destes jovens, não era o espaço legítimo ao nascimento e manutenção de romances e "namoricos", todavia, para a juventude santa-cruzense desta época, foi eleito o lugar onde a subversão do espaço com uso instituído era possível de ocorrer, sob efeito da ocasião.

Após todos pagarem os ingressos e finalmente adentrarem o recinto,

o depoente rememora as sensações sentidas antes do início das projeções, sensações estas causadas pelos sinais sonoros, pelos cheiros e gostos do cotidiano das exibições, tão comuns, habituais a ele naquele período, mas atualmente lembradas com nostalgia. Em seu relato, ouvimos:

> A voz do locutor da ditadura nunca saiu da minha cabeça, porque sempre que iam começar as sessões aparecia uma, hoje seria uma digitalizada né? Um documento, e o locutor com aquela voz imponente: Este programa foi liberado pela censura federal para ser exibido neste cinema! (risos). Então a gente tinha aquele sinal sonoro que o cinema tinha, era arrepiante né? Porque a gente era induzido, três sinais, até o segundo sinal apagavam-se metade das luzes do cinema pra que no terceiro apagassem todas e começasse a reprodução.
>
> **Entrevista realizada com o senhor José de Oliveira Góis no dia 22 de novembro de 2013.**

O documento ao qual o depoente se refere seria uma espécie de carta censura onde constavam todas as informações sobre o filme, se havia cortes na película original ou não, qual era o ano e a origem da produção etc. Tratava-se de uma medida comum nos cinemas apresentada nas projeções antes do início do filme e que fazia parte de uma série de rigorosos protocolos seguidos pela censura federal através do Departamento de Censura e Diversões Públicas do governo.

Um outro rito, que precedia a entrada no cinema ou mesmo anterior a exibição dos filmes, comumente recordado por nossos personagens, foi a prática da escrita e dos envios de bilhetes amorosos com propostas de encontros a serem realizados dentro do cinema. Eles serviam para convidar (a) ou (o) pretendente a namorado(a), ou apenas para efetuar uma paquera. Funcionavam como espécies de torpedos, neles, os interessados poderiam estabelecer diálogos que frutificariam em encontros amorosos, ou não, tudo dependeria da vontade dos envolvidos. O depoimento de Rosa Maria nos oferece um exemplo de como eram dadas tais práticas:

> E a gente mandava recados, não existia celular, aí mandava bilhetinhos. Me espere dentro do cinema tal hora, em tal cadeira!

> Do lado esquerdo ou do lado direito aí mandava [...] os amigos eram quem entregavam os bilhetinhos, aí a pessoa mandava outro bilhetinho respondendo.
>
> **Entrevista realizada com a senhora Rosa Maria da Silva Oliveira no dia 05 de novembro de 2013.**

A depoente, durante a entrevista chegou a demonstrar como criava os envelopes no próprio bilhete, tratava-se de uma folha de caderno, onde estava escrito o conteúdo da mensagem, dobrada e colada de forma a tornar uma possível violação de terceiros mais difícil. Ela continua explicando que algumas vezes a proposta era rejeitada, nestes casos poderia, ou não, haver uma resposta ao bilhete encaminhado. Em outros casos, o artifício do bilhete poderia ser descartado e a proposta ser feita pelos próprios interessados, nas suas palavras: "os mais corajosos, menos tímidos, iam lá e falavam pra pessoa mesmo". Mas quando não havia tal desprendimento, os amigos serviam como mensageiros dos convites.

Ingressos entregues na portaria, possíveis encontros já marcados, com lugares determinados para sentar, lanches devidamente comprados, a entrada no ambiente do cinema, ainda iluminado, ocorria. Após os três sinais sonoros, lembrados por Góis, serem executados iniciavam-se as projeções. Algumas pessoas evidentemente frequentavam o cinema para assistir às projeções, outras iam para encontrar os amigos, outras para paquerar, outras para namorar, e outras para realizar todas estas coisas juntas e ao mesmo tempo. Ocorre que as sociabilidades estavam presentes em todas estas situações e nesse caso específico do cine Bandeirante. Observemos o que Simmel elucida sobre a socialização humana, para ele, "os indivíduos se agrupam em unidades que satisfazem seus interesses"[6]. Esses interesses, quer sejam sensuais ou ideais, temporários ou duradouros, conscientes ou inconscientes, causais ou teleológicos, formam a base das sociedades humanas.

Os interesses naquele lugar de sociabilidade eram vastos, diversos. Destacamos a partir destas próximas linhas os interesses sensuais, afetivos ou amorosos. Sim, pois muitos daqueles jovens confessaram, lembraram, rememoraram seus amores, suas lembranças nostálgicas, acompanhadas de uma emoção e uma certa timidez nas suas vozes. Iniciemos analisando o depoimento de Maria Gorete sobre os namoros desenvolvidos dentro

do cinema:

> O cinema servia para assistir filme e namorar. Os namoros eram na paredinha do cinema, (risos) a famosa paredinha! Tinha a entrada do cinema ai tinha os degraus subindo [...] Na parte de cima ficavam os namoros escondidos, quando os pais não queriam e tal, subiam e iam namorar lá em cima, porque quando os pais chegavam que iam procurar embaixo alguém subia avisando lá em cima e a pessoa corria.
>
> **Entrevista realizada com a senhora Maria Gorete de Morais Pereira no dia 21 de outubro de 2012.**

A "paredinha" mencionada por Gorete Morais, era apenas a parede lateral do cinema que servia de apoio para os namoros mais "quentes", segundo nossa depoente, namorar nas próprias cadeiras, sentados devidamente em seu lugar poderia dar margem a comentários indesejáveis, pois com a luz projetada pela tela as pessoas, que se sentavam atrás deste casal, poderiam perceber a movimentação, o que dificultava a necessidade, muitas vezes, de manter aquele namoro em segredo, no entanto com o tempo a "paredinha" foi sendo estigmatizada como um local onde era certo encontrar casais namorando, e "ir para a paredinha" significava confessar o que provavelmente ia ser feito neste local.

Outro ponto a ser destacado no depoimento de Gorete é a cumplicidade natural praticada por aquele grupo de jovens que frequentava o cinema com interesses afetivos "quando os pais chegavam que iam procurar embaixo, alguém subia avisando lá em cima e a pessoa corria." O grupo agia de acordo com códigos de comportamento, maneiras próprias de interação, inerentes àquele lugar, àquele grupo, desenvolvendo uma espécie de "jogo" social como afirma Georg Simmel. Ainda utilizando a fala de Gorete Morais, percebemos que existia uma justificativa para eleger o cinema como local onde os namoros eram praticados por aquele grupo, destacamos o trecho:

> Só tinha isso! E o pessoal ia, porque pra namorar, só podia namorar no cinema, porque no meio da rua se os pais vissem davam uma pisa e o cinema era escuro, entendeu? Todo casal que marcava

> encontro era dentro do cinema, porque era grande, tinha muita gente e era escuro.
>
> **Entrevista realizada com a senhora Maria Gorete de Morais Pereira no dia 21 de outubro de 2012.**

A penumbra, ocasionada pela projeção e pelas luzes apagadas, favorecia os encontros às escuras, longe dos olhares curiosos dos demais frequentadores, o ambiente era perfeito para quem não queria ser visto naquela situação, no entanto todos sabiam intimamente que tais práticas eram vivenciadas amplamente naquele espaço. Joel Morais, o dono do estabelecimento, era uma dessas pessoas que conhecia o comportamento "afetivo-social" de muitos de seus clientes, por este motivo fazia questão de fiscalizar as laterais do cinema com sua lanterninha. De vez em quando, ele encontrava nas "paredinhas", motivos para se preocupar e repreender um casal que ali namorava. Rosa Maria lembra destes momentos:

> E existia muito assim; o dono do cinema saia com uma lanterna acendendo de rosto em rosto, e se pegasse, se a gente tivesse assim com o namorado se agarrando muito [...] Ele acendia a lanterna e dizia: É você? Amanhã eu vou mandar dizer a seu pai viu!? E todo mundo ficava com medo de fazer né? A gente não só obedecia a pai e mãe, obedecia os amigos, as pessoas mais velhas [...] E dizia: Namore direito viu! Que amanhã eu digo ao pai dela!
>
> **Entrevista realizada com a senhora Rosa Maria da Silva Oliveira no dia 05 de novembro de 2013.**

A possibilidade de ser "pega no flagra", segundo nossa depoente, aterrorizava as moças, mas também os rapazes, pois dependendo do pai da moça, eles poderiam ser obrigados a casar com ela se "passassem dos limites". A cidade ainda era bem pequena e todos se conheciam de certa forma, devido à proximidade das famílias, ao tradicionalismo delas e dos costumes, ainda, corriqueiros em preocupar-se demasiadamente com as "desgraças" e desventuras alheias. Pelo discurso proferido por Rosa Maria, percebe-se que Joel Morais aceitava a possibilidade de existirem namoros no seu cinema, até porque ele era consciente de que tal

prática iria acontecer frequentemente, parecia assim, inevitável descobrir "infratores" da moralidade e dos bons costumes com sua lanterninha. No trecho, dizia: Namore direito viu? Que amanhã eu digo ao pai dela! Percebemos que há uma certa permissão de Joel sobre os namoros, mas desde que estes não ferissem tanto a ordem, a moralidade e a honra das moças envolvidas. Havia, por parte do empresário, uma preocupação em manter a decência e o respeito ao local, afinal, o cinema deveria continuar sendo um ambiente familiar.

Algumas crianças, aproveitavam-se da fama da "paredinha" para pregar peças e dar boas risadas dos casais de namorados que eram adeptos do local, estas crianças estavam de certa forma brincando e pondo a prova a "honra" das moças namoradeiras do Bandeirante. Nas palavras de Gorete Morais, as travessuras consistiam em histórias como esta:

> E tinha uns meninos muito ruins que iam pro cabaré de Maúda, roubavam as calcinhas penduradas no varal e vinham pro cinema, vê! Eles roubavam as calcinhas do cabaré! Porque naquela época todo mundo tinha as calcinhas "normal", agora as putas tinham as calcinhas menores, aí eles roubavam do varal, vinham pro cinema. Quando chegavam e viam um casal namorando bem muito na paredinha, aí eles jogavam uma calcinha nos pés, que era pra quando viesse, porque papai era assim, ele não podia ver ninguém se agarrando não que ele botava uma pilha em cima, era! Eu já levei muita pilhada [...] Ai, eles jogavam as calcinhas, aí quando papai olhava, aí pronto, fulana se perdeu! Porque a calcinha tava ali! (risos).
>
> **Entrevista realizada com a senhora Maria Gorete de Morais Pereira no dia 21 out. 2012.**

É perceptível que os namoros realizados na "paredinha" ofereciam muitos riscos aos amantes. A lanterninha de Joel, os comentários de alguém que estivesse passando e conseguisse distinguir os rostos dos envolvidos, as travessuras dos moleques, o flagra desavisado dos pais. No entanto, nenhum destes "riscos" parecia ser um empecilho muito grande, em alguns casos a adrenalina envolvida era até mais estimulante para o relacionamento dos casais. Nas palavras de Gorete Aragão: "Eu tenho várias colegas, que na realidade nós todas nos casamos com as

mesmas pessoas do cinema, que era tudo da paredinha, que eram os namoros pesados"[7]. Os namoricos que não eram considerados "pesados", geralmente ocorriam nas cadeiras do cinema mesmo. Namorados que tinham uma relação mais séria, noivos, ou mesmo amigos que estavam em processo de paquera, atualmente conhecidos como "ficantes". Nestes casos, aproveitavam o clima de romantismo propiciado pelo cinema para namorar ou apenas serem vistos com seus acompanhantes em suas demonstrações públicas de afeto. Rosa Maria traduz como ocorriam as paqueras "despretensiosas":

> Nem sempre rolava alguma coisa, às vezes era só pelo interesse de estar com aquela pessoa, sentada do lado com uma mão em cima da outra vendo o filme e só, às vezes nem era namoro, era só uma paquera que ia, chegava lá e colocava a mão em cima da mão da gente, passava o filme assistindo, comendo pipoca, chupando laranja cravo.
>
> **Entrevista realizada com a senhora Rosa Maria da Silva Oliveira no dia 05 de novembro de 2013.**

A entrevistada afirma que a companhia na hora do filme era importante para apenas "mostrar" à sociedade que ela estava acompanhada naquele "evento" social. Aqui, mais uma vez percebemos que prevalece a necessidade de sociabilidade sobre os reais interesses do acontecimento e como a ida ao Cine Bandeirante era encarada pelos seus frequentadores como um "acontecimento" que fugia, mas ao mesmo tempo estava inserido no seu cotidiano de trabalho combinado com momentos de lazer.

The end! A decadência do cine bandeirante e o desaparecimento da sétima arte na cidade

Na medida em que avançava a década de 1980, o movimento nos cinemas populares em todo o Brasil ia diminuindo. Algumas causas que expliquem essa decadência se dão pelo surgimento de tecnologias de mídia e entretenimento que foram popularizando e alterando as formas de lazer das pessoas; a televisão nos anos 1970, os vídeos-cassetes na década de 1980, os computadores e a internet nos anos 1990. Todas

essas mudanças refletiram em alterações nas relações sociais e nas formas de manifestação do lazer e da sociabilidade nas cidades. Não podemos deixar de notar que todas essas novas tecnologias citadas, constituem-se enquanto opções de lazeres individuais, onde o indivíduo não tem a obrigatoriedade de interagir com o outro.

Sobre a extinção do cine Bandeirante, não conseguimos declarações satisfatórias dos depoentes, por este motivo, optamos por analisar a decadência dos cinemas populares num contexto geral. No Cine Bandeirante não foi diferente. À medida que o público ia diminuindo, as baixas bilheterias não eram suficientes para manter o cinema e o aluguel dos filmes, consequentemente, a qualidade dos filmes caía. Segundo relatos, os últimos "suspiros" do Bandeirante foram acompanhados de exibições quase vazias, e projeções de filmes de artes marciais ou pornográficos, películas baratas que não agradavam muito ao seu público de outrora. Nessa reportagem do Jornal Capibaribe, periódico composto por Edson Tavares, Amilton França e Israel Carvalho, publicada em março de 1984, observa-se o tom de indignação e inconformismo dos responsáveis pelo jornal. Pela matéria de título: Santa Cruz, uma cidade sem um cinema, lê-se:

> Quando o proprietário do cinema Bandeirante, o sr. Joel Morais, anunciou o desaparecimento do cinema de nossa cidade ninguém imaginou a falta que ele nos faria. Hoje nos encontramos com menos uma entidade cultural, ou seja, que transmita cultura a um povo carente da mesma, e se você quiser assistir um bom filme terá de se deslocar as cidades circunvizinhas, pois em Santa cruz a pedida é sulanca e bar.
>
> **Jornal Capibaribe, Março de 1984, Ano I. Nº 7.**[8]

O senhor Mário da Silva Neves, tentará reverter a situação decadente em que se encontrava o cinema em Santa Cruz do Capibaribe. Em 1984, ele resolve montar o Cine Santa Cruz, que posteriormente passara a se chamar Marisa Neves. Inicialmente, como o Marisa Neves era ainda uma novidade, Baú consegue exibir bons filmes, e tem uma bilheteria satisfatória, porém, o sucesso dura apenas um ano. Em 1985, ele explica que devido ao forte poder aquisitivo dos moradores da cidade,

o cine Marisa Neves começa a perder público. Com o advento da feira da Sulanca e seu auge em 1970, a cidade teve sua renda per capita aumentada. Logo, quase todos os habitantes que buscavam o lazer fílmico poderiam aderir a uma TV e um vídeo-cassete sem tantas dificuldades. Sem público, Báu começa a apelar para as "pornochanchadas" nacionais, e outros filmes pornográficos estrangeiros. A produção cinematográfica pornô esteve em exibição no cine Marisa Neves juntamente com a programação oficial em 1985, ano em que o cinema começa a sua fase decadente devido às baixíssimas bilheterias alcançadas, até meados de 1989 quando é finalmente fechado.

Analisando a história da cidade percebemos que foi justamente no período de 1980 a 1990, que ocorreu uma verdadeira ebulição econômica. Os pequenos fabricos, como eram chamadas as confecções inicialmente, estavam presentes em quase todas as casas da cidade desde 1970, porém, foi somente nas décadas de 80 a 90, como aponta Pereira[9] que os comerciantes buscaram a consolidação do modelo econômico da confecção. Os fabricos, que cresciam desorganizadamente em toda a cidade, solicitaram uma grande demanda de trabalhadores. Em sua maioria, trabalhadores do sexo masculino. Estes eram contratados para cortar tecidos, as mulheres permaneceram nas máquinas de costura como era no início. São esses trabalhadores homens, os novos clientes do Cine Marisa Neves, eles representam, sobretudo, o cotidiano massificante, marcado pelo trabalho duro, sem muitas opções de lazer, que vivia a sociedade santa-cruzense desse período.

Trabalhavam o dia inteiro, por vezes à noite, nos chamados "serões"[10], para que a mercadoria fosse entregue no prazo determinado. É no espaço do cinema, na produção pornográfica de baixa qualidade, que encontram um lugar para resistir a essa realidade, aliviando assim, com a sua sexualidade, as tensões do dia a dia. Observa-se que o Cine Marisa Neves, nesse período, era um dos poucos espaços de resistência cultural existentes na cidade e disponível a essa população trabalhadora.

Com o cine Marisa Neves, encerra-se a história do cinema, enquanto espaço de lazer e sociabilidade em Santa Cruz do Capibaribe. A alegria de seus frequentadores, aquele ambiente de brincadeiras, romances, travessuras ingênuas, assim como a recordação dos filmes

que encantaram, emocionaram, e influenciaram maneiras de agir ficará guardado na história, rememorado através das lembranças, fotografias e relatos dos que viveram este momento tão singular da cidade.

Referências bibliográficas

BIBLIOGRAFIA ESPECÍFICA

ARAÚJO, Júlio Ferreira de. *História de Santa Cruz do Capibaribe.* 2003.

GÓIS, José de Oliveira. *Ruas de Santa Cruz do Capibaribe-PE: sua gente e sua história.* Publicado pelo autor, Santa Cruz do Capibaribe-PE: 2010.

LISBOA, Lindolfo Pereira de. *Raimundo Aragão: Sua vida, suas obras*. Brasília, Mirian Regina: 1990.

SARAIBA, Mônica Luize. *Nova e velha centralidade urbana: o exemplo de Santa Cruz do Capibaribe-PE.* Recife: Editora Universitária da UFPE, 2011.

SILVA, Romenyck Stiffen Barbosa da. *Fios, nós, redes e malhas: a feira de Santa Cruz do Capibaribe-PE.* Trabalho de Conclusão de Curso. Campina Grande--PB. Universidade Estadual da Paraíba – 2012.

SOUZA, Avanízia, CARVALHO, Israel e OLIVEIRA, Lúcia. *Sulanca: "um pólo de alta tecnologia em confecções": Aspectos históricos, econômicos e sócio-culturais*. Caruaru. Ed. Art"Berg, 1996.

SUBRINHO, Jorge Dantas. *Luiz Alves e o coronelismo em Santa Cruz.* Trabalho de Conclusão de Curso. Caruaru - PE. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Caruaru. 1998.

BIBLIOGRAFIA GERAL

ALBERTI, Verena. *Ouvir contar: Textos em História Oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

BARROS, José D'Assunção. *Cidade e História.* 2. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2012.

BERMAN, Marshall. *Tudo o que é sólido se desmancha no ar: A aventura da modernidade*. Tradução de Carlos Felipe Moisés, Ana Maria L. Loriatti. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

BERNARDET, Jean Claude. *O que é Cinema*. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

______. *Brasil em Tempo de Cinema: Ensaios sobre o Cinema Brasileiro*. 3.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: 1 Artes de fazer*. Petrópolis. RJ: Vozes, 2008.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações.* Rio de Janeiro: Bertrand, 1990.

DUMAZEDIER, Joffre. *Sociologia Empírica do Lazer*. São Paulo: Perspectiva, SESC: 1999.

FERRO, Marc. *Cinema e História*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FOUCAULT, Michel. *De outros espaços*. Conferência proferida por Michel Foucault no Cercle d'Études Architecturales, em 14 de março de 1967. Traduzido a partir do inglês, Primavera de 1986, por Pedro Moura.

GOMES, Paulo Emilio Salles. *Cinema: Trajetória no subdesenvolvimento*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

MENEGUELLO, Cristina. *Poeira de estrelas: o cinema hollywoodiano na mídia*

brasileira nas décadas de 40 e 50. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.

MORIN, Edgar. *Cultura de massa no século XX – neurose.* Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1981.

NORA, Pierre. Entre memória e História. In.: *Revista História* - Revista do Programa de estudos Pós-graduados em História do Departamento de História da PUC- SP. São Paulo-SP, 1981.

PASSERINI, Luísa. *A juventude, metáfora da mudança social. Dois debates sobre os jovens: a Itália fascista e os Estados Unidos da década de 1950*. In: LEVI, Giovanni e SCHMITT, Jean-Claude (Org.). História dos Jovens. São Paulo, Companhia das Letras, 1996.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história e o esquecimento.* Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2007.

MARTIN, Marcel. *A linguagem cinematográfica*. São Paulo: Brasiliense, 2007.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História e história cultural*. Belo Horizonte: Autêntica. 2005.

______. Dossiê: Cidades. (Abertura) In. *Revista Brasileira de História*. Vol.27, nº53. São Paulo, jan. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/>Acesso em: 15 julho 2010.

RAGO, Luzia Margareth. *A Colonização da mulher*. In: *Do cabaré ao Lar: a utopia da cidade disciplinar. Brasil (1890-1930)* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

REZENDE, Antônio Paulo de Morais. *(des)encantos modernos: histórias da cidade do Recife na década de vinte*. São Paulo: USP, 1992.

SIMMEL. Georg. *Sociabilidade: um exemplo de sociologia pura ou formal*. In. *Sociologia.* São Paulo: Ática, 1983.

TURNER, Graeme: *Cinema como Prática Social*. [Tradução Mauro Silva] São Paulo: Summus, 1997.

WANDERLEY, Múcio L. *Coisas de cinema: Flashback de um exibidor de província*. Estado da Paraíba, 1985.

Fontes

FONTES ORAIS

ARAÚJO, R. *Regivaldo Araújo: depoimento [dez. 2013]*. Entrevistadora: Flávia Danielly de Siqueira Silva Moura.

FILHO, J. B. *José Balbino Filho: depoimento [out. 2012]*. Entrevistadora: Flávia Danielly de Siqueira Silva Moura.

GÓIS, J. O. *José de Oliveira Góis: depoimento [nov. 2013]*. Entrevistadora: Flávia Danielly de Siqueira Silva Moura.

NASCIMENTO, M. G. A. L. *Maria Gorete Aragão de Lira Nascimento: depoimento [out. 2012]*. Entrevistadora: Flávia Danielly de Siqueira Silva Moura.

NEVES, M. N. *Mário da Silva Neves: depoimento [out. 2012]*. Entrevistadora: Flávia Danielly de Siqueira Silva Moura.

OLIVEIRA, R. M. S. *Rosa Maria da Silva Oliveira: depoimento [nov. 2013]*. Entrevistadora: Flávia Danielly de Siqueira Silva Moura.

PEREIRA, M. G. M. P. *Maria Gorete de Morais Pereira: depoimento [out. 2012]*. Entrevistadora: Flávia Danielly de Siqueira Silva Moura.

PERIÓDICOS E JORNAIS

JORNAL CAPIBARIBE. *Santa Cruz do Capibaribe - janeiro de 1983 a novembro de 1986* (Exemplares avulsos e sem numeração digitalizados pelo Sr. Ernesto

Maia).

FONTES ICONOGRÁFICAS

Acervo digitalizado do Sr. Arnaldo Vitorino.
Acervo privado do Sr. Mário Neves.

DOCUMENTÁRIOS E FILMES

Documentários

MESEL. Kátia. *Sulanca: A revolução econômica das mulheres de Santa Cruz do Capibaribe*. Documentário, 1984.

______. *O São João de Santa Cruz.* Documentário, 1986.

Filmes

A dama do Lotação, de Neville de Almeida. Drama erótico, 1978. Brasil.
A Noiva, de Ernesto Arancibia. Drama musical, 1961. Argentina.
Dio, Come te amo! de Miguel Iglesias. Romance, 1966. Itália.
Django de Sérgio Corbucci. Faroeste, 1966. Itália.
Dona Flor e seus dois maridos de Bruno Barreto. Comédia, 1976. Brasil.
Meu pobre coração de Luto de Eduardo Lorenti. Drama, 1967. Brasil.
O dólar furado de Giórgio Ferroni. Faroeste, 1965. Itália/França.
O ébrio de Gilda de Abreu. Drama musical, 1946. Brasil.
Rio Bravo de Howard Hawks. Faroeste, 1959. Estados Unidos.

Notas

1 TURNER, Graeme: *Cinema como Prática Social*. [Tradução Mauro Silva] São Paulo: Summus, 1997.
2 Tipo de filme popular de baixa qualidade caracterizado pela pornografia e pelo humor considerado fácil.
3 Entrevista realizada com a senhora Maria Gorete Aragão de Lira Nascimento no dia 14 de nov. de 2013.
4 Entrevista realizada com a senhora Maria Gorete Aragão de Lira Nascimento no dia 14 de nov. de 2013.
5 Edson Tavares é professor universitário, natural de Caruaru, mas morou boa parte de sua infância e juventude em Santa Cruz do Capibaribe, atualmente afastado da cidade, criou uma comunidade no site de relacionamentos, Orkut, intitulada: *Santa Cruz de Ontem*. Com o consentimento do depoente, extraímos este texto escrito em 31/12/06 no site.
6 SIMMEL. Georg. *Sociabilidade: um exemplo de sociologia pura ou formal*. In. *Sociologia.* São Paulo: Ática, 1983. p. 166.
7 Entrevista realizada com a senhora Maria Gorete Aragão de Lira Nascimento no dia 14 de nov. de 2013.
8 Jornal Capibaribe. Março de 1984, Ano I. Nº7. Arquivo pessoal de Ernesto Maia, digitalizado pelo autor do blog e disponível em: <http://blogdoernesto-maia.blogspot.com/> acessado no dia 13 out. 2012.
9 PEREIRA, Bruno Bezerra de Souza. Caminhos do desenvolvimento: uma história de sucesso e empreendedorismo em Santa Cruz do Capibaribe. São Paulo: El – Edições Inteligentes, 2004.
10 Trabalho realizado em hora extra após o expediente diurno. A prática ainda é comum na cidade atualmente, principalmente nos dias que antecedem a feira.

Legenda: Foto tirada por Agberta Silva, no evento Zueira Natalina, que aconteceu na antiga casa de shows Estação do Som. Nela vemos a Banda Projétil Lisérgico (da esquerda para a direita: José Welliton, Betão, Gilberto Geraldo e Betto Skin). **Informações cedidas por:** Betto Skin, em 2023.

Fonte: Fotografia feita por Agberta Silva, 1998.

A CONTRACULTURA E O MOVIMENTO MUSICAL ALTERNATIVO EM SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE (1998-2023)

Alex Felipe Macedo

Introdução: resistência e história

Fui escalado aos 45 do 2º tempo
Mostrando que arte não é só arte
É conhecimento!

Mano Kleber, Agindo errado, de 2017.

Assim como expressões de contracultura, que tiveram seu auge na década de 1960, o movimento alternativo em Santa Cruz do Capibaribe apresentou, já na década de 1990, um novo caminho para àqueles que buscavam fugir da cultura massificada. Desde o início, o movimento cultural batizado de *Sulanca Beat* pelo jornalista e crítico musical José Teles, se viu em meio ao preconceito e sofreu com a falta de apoio, espaço e reconhecimento. Essas dificuldades são encontradas por todas as manifestações que se coloquem em posições contrárias às questões relacionadas ao estado ou qualquer outra instituição e sofrem com a marginalização, pois como destacou a professora Janeina Lima, historiadora natural da terra da *sulanca*, desde "o Governo Militar, percebemos a difusão da noção de subcultura para prevalecer a noção de contracultura"[1]. Mas, isso não foi, nem é, motivo para os diversos artistas dos mais variados gêneros desistirem de sua música. As bandas continuam surgindo, os pioneiros continuam influenciando e os influenciados já são influentes.

Do Rock ao Metal, do Punk ao Indie e até mesmo do Hip Hop ao Reggae, a terra da *sulanca* está recheada de músicos e compositores municiados de uma criatividade que parece não caber dentro de si. Ainda que com ajuda de aparelhos, as bandas seguem respirando e produzindo de forma independente.

Por se tratar de um artigo pioneiro sobre o tema, esse trabalho contou com a colaboração de vários artistas da cidade que se fizeram disponíveis para entrevistas e que, com seus relatos orais, enriqueceram essa pesquisa ainda mais. O recorte histórico vai de 1998, ano em que ocorreu o primeiro *Capibaribe in Rock*, até 2023, ano em que a cidade de Santa Cruz do Capibaribe, berço do movimento, completa 70 anos de emancipação política. Nesses 25 anos, muitas obras foram produzidas por esses artistas e este trabalho busca tanto apresentá-los, como também, levantar a discussão acerca de como uma cena alternativa tão rica, com

mais de 30 álbuns autorais lançados, pode ser marginalizada e, muitas vezes, esquecida no cenário cultural de uma cidade com tanto potencial.

"O verdadeiro rock não é apenas um ritmo, uma dança: entretenimento. Por isso ele é único. O rock verdadeiro é uma militância. O rock é movimento"[2]. Para compreendermos esse movimento em Santa Cruz do Capibaribe, precisamos voltar no tempo e entendermos os movimentos de contracultura que se espalharam pelo mundo na década de 1960, até chegar ao Brasil, e nos abraçarmos com obras como o *Manifesto Punk (1982)*, de Clemente Tadeu Nascimento[3].

Movimentos de contracultura no brasil

A década de 1960 foi um período de muitas mudanças culturais e comportamentais, quando os jovens tomaram o protagonismo, buscando liberdade em todos os aspectos. Foram militantes da liberdade sexual e de expressão, igualdade de gênero e raça, e se colocaram à frente de movimentos políticos pacifistas e contra governos autoritários.

> O termo "contracultura" [...] refere-se a um movimento cultural posterior à Guerra Fria que se desenvolveu inicialmente nos Estados Unidos, no contexto dos movimentos estudantis e da Guerra do Vietnã, espalhando-se em seguida a diversos outros países.
>
> **Mayumi Denise Soenoi Ilari, Dez obras para se pensar a contracultura dos anos 1960, de 2016, p. 1.**

Com esse cenário, surge o movimento *hippie*, abraçado por artistas como Janis Joplin e Jimi Hendrix, com o lema "paz e amor", que traduz bem a posição política do movimento que defendia o amor livre e a não-violência. O principal marco histórico do movimento *hippie* foi o *Festival de Woodstock*, que ocorreu no Condado de Sullivan, Nova Iorque, em agosto de 1969.

Já no Brasil, a década de 1960 teve a TV e o rádio tomados por dois movimentos musicais antagônicos. Um era a Jovem Guarda, bastante influenciado pela cultura estadunidense, principalmente pelo gênero que acabara de surgir por lá: o Rock. Artistas como Roberto Carlos, Erasmo Carlos e Wanderléa, além das bandas *Renato & Seus Blue Caps* e *The*

Fevers, sofreram com críticas de artistas que diziam fazerem a verdadeira música brasileira, longe da influência imperialista dos norte-americanos.

> Na época se dizia que a MPB [Música Popular Brasileira] era a música brasileira e a Jovem Guarda era a música jovem. E a gente pensava: Meu Deus do céu, por que não pode haver uma música jovem e brasileira ao mesmo tempo? Uma pergunta óbvia, mas que era pertinente nesse tempo a ponto de as pessoas organizarem uma passeata em plena ditadura militar, com tanta coisa para protestar. [...] é a guitarra elétrica como símbolo do imperialismo ianque, aqueles clichês do velho comunismo que estavam muito ativos na época.
>
> **Nelson Motta[4], Uma noite em 1967, de 2010.**

Tempos depois, vários artistas de gerações subsequentes e, até os dias atuais, incluindo aqueles que lideraram a Marcha Contra a Guitarra Elétrica[5] e tanto desprezaram a Jovem Guarda em seu início, vieram a reconhecer a sua importância.

Outro movimento que fez bastante sucesso no Brasil nessa década foi a Tropicália. Encabeçado por Caetano Veloso e Gilberto Gil, o movimento surgiu na Bahia e contava também com Gal Costa, Tom Zé, Nara Leão e, uma das maiores bandas de rock do país: *Os Mutantes*. Sobre a Tropicália, o músico José Miguel Wisnik escreveu que "não pode, portanto, o movimento ser identificado apenas por um parâmetro (seja musical, literário ou interpretativo), mas sim pela articulação de vários deles"[6].

Chegada à década de 70, a seleção é tricampeã do mundo, Pelé firma-se como o rei do futebol e o Brasil entra na nova década ancorada pelo AI-5 com enorme repressão às manifestações populares, agora sob governo de Emílio Garrastazu Médici, o mesmo que em 1987 viria a ser "homenageado" na música *Nome aos Bois*, dos *Titãs*. Passando por cima da censura estavam os *Novos Baianos* de Moraes, Baby e cia., o *Clube da Esquina* de Milton, Lô e mais alguns ótimos mineiros, os *Secos e Molhados* de João Ricardo e Ney Matogrosso, *Os Mutantes* de Rita Lee e os irmãos Baptista, e claro, Raul Seixas, que "embora Baiano, sempre se postara como arqui-inimigo de tudo que pudesse fazer lembrar Tropicália

e MPB”[7].

Em meados da década de 1970, o movimento *Punk* já havia explodido para o mundo. *The Clash e Sex Pistols* na Inglaterra, bem como *Ramones e Dead Kennedys* nos Estados Unidos, tiravam o rock das elites progressivas e o entregavam novamente aos subúrbios, aos menos favorecidos. O grito punk ecoou e chegou ao Brasil no final da década 1970, mas o país, como sempre, não estava preparado para receber tal manifestação. O jornalista Marcelo Rubens Paiva lembra que “só em poucas rádios o rock rolava, [...] o rock existia na sombra, não na luz”[8].

O rock brasileiro no mainstream

A fúria do rock proliferou por todo território brasileiro e, enfim, chegou à década de 1980 com aquela que seria a geração *mainstream*[9] do rock nacional, batizada pelo jornalista Arthur Dapieve de *BRock*.

Blitz, Barão Vermelho e Paralamas do Sucesso no Rio de Janeiro. *Titãs, Ira! e Ultraje a Rigor* em São Paulo. *Legião Urbana, Capital Inicial e Plebe Rude* na capital federal. *Engenheiros do Hawaii e TNT* no Rio Grande do Sul. *Camisa de Vênus* na Bahia e mais uma dúzia de bandas surgiram de todos os estados do Brasil, invadindo as rádios e a TV. Suas músicas estavam nos programas de auditório, nas trilhas de novela, no cinema e em todos os lugares imagináveis.

Do subúrbio paulistano, nasceu o punk no Brasil. “A nova geração precisava de um novo paradigma para expressar sua insatisfação com tudo aquilo que estava acontecendo”[10] e o punk apresentou-se como uma ferramenta perfeita. O movimento teve como agitador cultural o jornalista Kid Vinil[11], “figura protuberante na história do rock nacional”[12], e como banda pioneira o *Restos de Nada*, que se tornou *Condutores de Cadáver* e, mais tarde, *Inocentes*, liderada por Clemente Tadeu Nascimento, porta voz do punk paulistano.

> Nós, os punks, estamos movimentando a periferia – que foi traída e esquecida pelo estrelismo dos astros da MPB. [...] nós estamos aqui para revolucionar a música popular brasileira, para dizer a verdade sem disfarces (e não tornar bela a imunda realidade): para pintar de negro a Asa Branca, atrasar o trem das onze, pisar

> sobre as flores de Geraldo Vandré e fazer da Amélia, uma mulher qualquer.
>
> **Tadeu Clemente Nascimento, Manifesto Punk, de 1982.**

O lema *do it yourself* (faça você mesmo) e o *Manifesto Punk* fez a cabeça de muitos jovens e incomodou muita gente. Além do *Inocentes, Ratos de Porão, Cólera, Garotos Podres e Os Replicantes*, são exemplos de bandas punks que fizeram bastante sucesso não só no Brasil, mas também internacionalmente. O Punk deu voz a uma juventude esquecida e abandonada, relegada ao fracasso e ao anonimato. O subgênero fez com que o rock permanecesse vivo e, consequentemente, mais perto de nós.

Na última década do século XX, as grandes gravadoras montaram pequenos selos que apostariam na nova geração. Selos como o Banguela Records, Chaos e Virgin Records, foram responsáveis por lançarem algumas das bandas de maior sucesso nos anos 90. Com a atitude punk a flor da pele, surgiram bandas como *Raimundos, Planet Hemp e Charlie Brown Jr*. Nessa mesma década, a cidade do Recife apresentou ao mundo um rico movimento cultural: o Manguebeat.

> Hoje, os mangueboys e manguegirls são indivíduos interessados em hip-hop, colapso da modernidade, caos, ataques de predadores marítimos (principalmente tubarões), moda, Jackson do Pandeiro, Josué de Castro, rádio, sexo não-virtual, sabotagem, música de rua, conflitos étnicos, midiotia, Malcolm Maclaren, Os Simpsons e todos os avanços da química aplicados no terreno da alteração e expansão da consciência.
>
> **Fred Zero Quatro, Manifesto caranguejos com cérebro, de 1992.**

Dessa forma, o Manguebeat foi apresentado ao mundo pelas letras de Fred Zero Quatro[13] no *Manifesto Caranguejos com Cérebro* e, discos como *Samba Esquema Noise* do *Mundo Livre S/A* e *Da Lama ao Caos* de *Chico Science e Nação Zumbi*, lançados em 1994, encabeçaram o movimento que trouxe, ainda, bandas como *Sheik Tosado*[14], *Mestre Ambrósio, Banda Eddie e Querosene Jacaré*, liderada pelo caruaruense Ortinho.

Na esteira do movimento surgiram grupos pernambucanos de

outros segmentos, que fizeram relevante sucesso. Do Alto José do Pinho, vieram *Devotos do Ódio* (hoje, *Devotos*) e os *rappers* do *Faces do Subúrbio*. De Arcoverde, o *Cordel do Fogo Encantado*. De Olinda, *Os Cachorros*. E, da região do Alto Capibaribe, em Surubim, a *Hanagorik*. "Santa Cruz do Capibaribe está musicalmente longe demais da capital. O surgimento dos grupos não se deve ao Manguebeat, mas ao sucesso do Hanagorik"[15].

Às margens do Capibaribe

Em meados da década de 1990, alguns jovens que gostavam do Rock e seus subgêneros, começaram a se reunir com a pretensão de fazer um festival no interior pernambucano. Mesmo sabendo que não seria nada fácil, os primeiros passos foram dados em 1996 por Roberto Oliveira, que ficaria conhecido no movimento como Betto Skin, e Ailton Barbosa[16]. Depois de várias negativas desistem da empreitada no mesmo ano em que Ailton mudou-se em definitivo para o Recife.

Desde 1993, Betto Skin atuava como DJ em festas promovidas por artistas plásticos da cidade, como Carlos Mosca e Ronaldo Nerys, até que, em maio de 1998, a história do movimento alternativo na terra das gameleiras mudaria para sempre.

Convidado a se apresentar em um evento na cidade de Surubim, Betto Skin encontrou-se com Tuca Araújo e Tontonho Gomes, integrantes da banda *Hanagorik*. Relata o DJ: "eles me convidaram para discotecar num evento chamado *Surubim Expo Art*. Eles gostaram tanto que falaram: 'cara, faz um evento lá [em Santa Cruz], que nós vamos tocar'"[17]. Muito animado com a ideia, Betto partiu para planejar o festival. Os amigos Gilberto Geraldo e Charles Marcolino, além da banda de Dea*th Metal Carcinose*, dos irmãos Gê Morais e Artur Jofre, que já ensaiavam em sua garagem, abraçaram o projeto e focaram na realização do evento.

> Desde 98, quando teve a primeira edição, eu saliento que o pessoal do Hanagorik foi muito importante pra gente poder materializar a ideia aqui, por que já existia um movimento em Surubim, eles já tinham mais experiência com shows, [...] os caras deram o caminho das pedras.
>
> **Betto Skin, Capibaribe in Rock 2017 – 20 anos, de 2018.**

A primeira edição aconteceu na noite de 8 de agosto de 1998, na antiga casa de eventos Estação do Som, na Avenida 29 de Dezembro e, em sua programação estavam bandas como: *Última Tribo* (Recife), *Hanagorik* (Surubim) e a santa-cruzense *Carcinose*, primeira banda a representar a cena alternativa da cidade.

A *Carcinose* contava com os irmãos Gê Morais e Artur Jofre na guitarra e nos vocais, respectivamente, Iron na bateria e Welinton no baixo. O grupo foi fundamental na organização do primeiro *Capibaribe in Rock* e esteve presente nas quatro primeiras edições do festival. Após encerrarem as atividades em 2001, com a saída do baterista Iron, os irmãos Gê e Artur montam a *Overglory* em 2007, com um som voltado para o Groove Metal. A *Overglory* lançou o álbum *Start Of Glory (2010)* e, em 2022, com Gê Morais na guitarra, Artur Jofre no vocal, Edson Nenenzão no baixo e Maicon Torres na bateria, lançou os singles *Inside The Siege* e *Capoeira*.

Além do *Capibaribe in Rock*, outros eventos movimentaram a cena, com destaque para o *Cultura de Paz (2013-2015)*, a *Reunião Entre Amigos (2013-2016)*, que ocorria no último domingo do mês no Parque Florestal Fernando Silvestre da Silva, e o *Hammer Metal (2015-2017)*. Saudosas casas de shows como a Estação do Som, Usina 231, Fase Líquida e Tribo Livre, também ajudaram a manter a chama do movimento acesa.

O Capibaribe in rock e as primeiras bandas do movimento

A história do Capibaribe in Rock se confunde com a história da cena musical santa-cruzense, vários artistas do movimento alternativo de Santa Cruz e região já passaram por esse palco ao longo de quase três décadas de existência. "Considero o Capibaribe in Rock muito mais que um festival, prefiro denominá-lo como um movimento"[18]. Músico, idealizador do Capibaribe in Rock e produtor há mais de 25 anos, Betto Skin é uma espécie de Kid Vinil da Terra da *Sulanca* e foi agraciado com o Troféu Cultura 2018, honraria concedida pelo então diretor de cultura de Santa Cruz do Capibaribe, Alberto Grilo, por sua contribuição cultural, sendo uma das figuras mais importantes para cena alternativa da cidade.

> Foi através desse evento que o rock conquistou espaço no município, trazendo consigo uma cultura que vai muito além da música, [...] como as artes plásticas, o artesanato, serigrafia, tatuagem, literatura e também movimentos sociais e de protesto.
>
> **Thonny Hill, Em Santa Cruz – Capibaribe in rock comemora 20 anos celebrando importância dos movimentos alternativos, de 2017.**

O festival já abriu espaço para apresentações do grupo *Cia. de Danças Sulancar* e para desfiles de moda do estilista Adriano Morotó, além de artistas que estavam esquecidos ganharem também seu espaço. Uma das provas, Hilário do Pandeiro[19], figura popular da cidade, mas que não tinha grandes oportunidades para se apresentar, subiu ao palco na edição de 1999. Essa mesma edição, a segunda do festival, trouxe para a Terra da *Sulanca*, a banda *Via Sat*, importante banda olindense que fez parte do movimento Manguebeat na segunda metade dos anos 90.

Formada para participar do Capibaribe in Rock de 2001, a banda *The Friends* rendeu vários frutos para a cultura santa-cruzense. O grupo era composto por Carlinhos Barbosa no vocal, Sandova Cabeleira na guitarra, Alberto Grilo no baixo e Pedão na bateria. Com pouco tempo em atividade, a banda foi responsável pela composição das músicas *Vencer ou Vencer, A Garoa* e *Virou Bandido*. Com menos de um ano em atividade, o grupo separou-se e deu origem a vários outros projetos.

Alberto Grilo, desde 1992, mantinha uma parceria com Velho Nal[20], com quem criou ainda nos anos 90 o projeto *Calibre 765*, os quais dividiam vocais e violões, e Betão tocava bateria. O projeto ainda contava com participações especiais de Carlinhos Barbosa cantando *Metendo o Pau*, música de sua autoria que denuncia a forma violenta que, muitas vezes, a polícia age em eventos de cultura alternativa. Da parceria Grilo/Nal saíram as músicas *Caverna dos Pintores, Eu Quero um Carro* e *Caverna Metralhada.* Individualmente, Grilo é compositor de *Virou Bandido, Blues Urbano* e *Outra Paixão*, lançada pela *Banda Sahara*[21]. Já o Velho Nal, compôs *Velho Bina, Caiporas de Furnas* e *Amnésia do Cacete*.

Grilo também formou a banda de pop/rock, *Raízes do Capibaribe*, com Nal, Fi, Manoel Severino e Chumbinho, tocou com a cantora

Alexiana[22] e participou do documentário *Gangarras do Bandeira*[23], no qual incluiu a música homônima de sua autoria na trilha sonora. Em 2004 lançou seu primeiro disco solo: *Para Todas as Cabeças*.

Já o Velho Nal, faleceu no período carnavalesco de 2007, acometido de uma úlcera, deixando um legado para o movimento e influenciando, de acordo com os próprios, artistas como: Carlinhos Barbosa, Marcos Malta e Alex Macedo.

Sandova Cabeleira seguiu carreira solo e lançou *Tribo do Espaço (2007)*. Dessa obra saíram as músicas *Só Quero Viver, Assim Anormal* e *Pra Onde Vão?.* Anos mais tarde, Sandova se tornava líder da banda de pop/rock *80 Watts.*

Pedão deixou a bateria para ser vocalista, passou pela *Calibre 765* e seguiu para criar seu próprio projeto, a banda *Resíduos*, com a qual lançou o álbum *O Tempo (2009)*. Entre tantas outras, Pedão é compositor das músicas *Cabeça Perturbada, Cabelos Grisalhos, Verdadeiro Amor* e *A Face*.

O *Capibaribe in Rock* segue sendo realizado anualmente, tendo acontecido em diferentes localidades, principalmente, em dependências pertencentes à União dos Estudantes de Santa Cruz do Capibaribe (UESCC). Em decorrência da pandemia da Covid-19, a edição de 2021 ocorreu de maneira virtual. Vários artistas tiveram seus shows gravados no Teatro Municipal Emídio Eduardo Bernardino Martins e transmitidos na página oficial do festival no Facebook. Essa edição atípica, foi realizada através da Lei Aldir Blanc[24], um raro auxílio financeiro do governo federal que chegou ao setor cultural local.

Projétil Lisérgico: pioneiros no estúdio

Formada em 1998, a *Projétil Lisérgico* era composta por Gilberto Geraldo no vocal, Betto Skin no baixo, Betão na bateria e dois guitarristas: Welinton e Beto Moura. Muito influenciados pela atitude punk e o lema 'faça você mesmo', o grupo apresentou no Capibaribe in Rock de 1999, algumas músicas que viriam a fazer parte do álbum *Ilusório Mundo Real (2000)*, primeiro disco lançado por uma banda do movimento local. *Frenesi*, *Rostos, Fórceps, Ilusório Mundo Real e PE 90* são exemplos presentes no álbum.

Produzido por Daniel Coelho e gravado em 8 canais no Garage Studio, em Surubim, entre os dias 25 de maio e 10 de junho de 2000, é inegável que o álbum tenha aberto as portas dos estúdios para que mais bandas pudessem registrar seus trabalhos.

Projétil Lisérgico terminou em 2004 e, alguns membros remanescentes, fundaram a *Le Freak*, com uma sonoridade diferente, letras cantadas em inglês e influenciados por bandas do *underground* estadunidense como Dinosaur Jr e Sonic Youth. Atualmente, a *Le Freak* é composta por Betto Skin no vocal, Alberto "Leitão" Moura na guitarra, Lamarques Gonçalves no baixo e Eduardo Souza[25] na bateria. Em 2015, o grupo lançou um álbum homônimo e, em 2022, pela UALA Records, na cidade de Surubim, gravou *Adventures In Lo-Fi*. Nos álbuns, estão músicas presentes em toda sua trajetória, a exemplo de *Freak Out, Fake e Spaceboy*.

Nem só de rock vive o movimento: surge o hip hop na periferia

O Capibaribe in Rock de 2001 foi responsável por trazer, diretamente do Alto José do Pinho, no Recife, os rappers do Faces do Subúrbio, que em 1999 haviam participado do segundo disco do cantor maranhense Zeca Baleiro, na faixa *Piercing*. Mas essa edição não contou apenas com o rap recifense, pois subiu também ao palco naquela ocasião, a *THC Rap*, grupo formado na periferia de Santa Cruz do Capibaribe.

Na esteira do movimento alternativo que surgia na cidade, no meio das bandas de rock e metal que estavam iniciando seus passos, o jovem Hilton sentia falta de um grupo que representasse sua cultura: o Hip Hop. Depois de algumas tentativas e de compor algumas rimas, em 1998, os *MC's* Hilton, Marcão e o Dj Maciel, formam o grupo *THC Rap*. Precursores da cultura hip hop na região, em 2004 juntaram-se ao Dj Nandinho e lançaram o álbum *Contra o Crime*.

O jovem rapper Mano Kleber, do bairro da Palestina, lembrou em relato para esse artigo: "conheci os membros da *THC Rap* com o teatro de mamulengo em uma apresentação na escola Padre Zuzinha, em 2008. Quando ouvi eles recitarem o poema Chover, do Cordel do Fogo Encantado, me identifiquei ainda mais com a arte". Kleber teve

o primeiro contato com um estúdio em 2009, com ajuda de Hamilton França, o popular Palhaço Pitombinha. Mas foi em 2014 que finalmente lançou o álbum *O Troco*, pela Mão Negra Produções, em que objetiva apontar aos jovens e ao poder público, que a arte pode ser uma alternativa à vida do crime.

> As pessoas, o bairro [Palestina], [...] isso aqui tem tudo a ver com minha vida, tudo a ver com o que quero para minha vida com o rap. Tudo englobado em uma coisa só. E a Palestina é como se fosse a mãe, onde abraça toda essa minha cultura, essa minha paixão de querer escrever, de fazer poesia, de fazer rap.
>
> **Mano Kleber, Palestina Brasil, de 2021.** [26]

Logo após o seu primeiro álbum, Kleber se juntou a Normando Caveira, Johny Rock, JMC e o MC Hilton da *THC Rap*, com os quais formou a *Coligação Periférica*, grupo formado como aliança entre os bairros, com o intuito de uni-los através da cultura hip-hop. Em 2015 o grupo lançou o álbum *Todo Cuidado é Pouco*. A Coligação Periférica encerrou suas atividades em 2018, pouco antes do falecimento do MC Hilton, em janeiro de 2019. Normando Caveira seguiu com o projeto *Código 13* e Mano Kleber com *MK26*.

Grupos em movimento: um breve histórico das produções

Em 2001, Carlinhos Barbosa dá sequência ao projeto que herdou de Alberto Grilo e Nalzista: a *Calibre 765*. Em sua primeira formação contava com Carlinhos Barbosa e Pedão nos vocais, Marcos Mota e Kcaio nas guitarras, Welinton no baixo e Cariolando na bateria. No ano de sua estreia, a banda participou de um concurso municipal, promovido pelo então prefeito José Augusto Maia[27], sendo a única do estilo (rock) entre as selecionadas. O festival prometia o lançamento de uma coletânea de músicas autorais e a Calibre gravou a música *Vencer ou Vencer.* O projeto, que incluiria também canções de Carlinhos Coló, Zito Ribeiro, Dedé Sanfoneiro e Alberto Grilo, nunca chegou a ser lançado.

O guitarrista Kcaio deixou a banda em 2003 para formar, junto a Paulinho Barros, a *ZiroFly*, com a qual lançou o álbum *Imaginary (2004)*.

O músico, artista plástico e poeta Fábio Xavier também passou pela *Calibre*, sendo guitarrista da banda entre 2003 e 2008, quando seguiu para formar seu próprio projeto, a *Coberta de Mulambo*, que misturava suas influências estrangeiras com o regional nordestino.

O artista conheceu o maracatu rural, o cavalo marinho e outras manifestações culturais, através do Manguebeat, de onde tirou diversas referências para suas músicas que foram registradas e lançadas no álbum *A Botija (2017)*. Além da música título, o disco traz também as músicas *Surreal*, *Maraca Eu Maracatu* e *Sertão Má Criado*[28], entre outras. Suas canções tratam de temas da cultura popular, do cotidiano santa-cruzense de lendas do imaginário nordestino. "Vieram dizer que tem algo para mim / falei só não quero se for coisa ruim / só será ruim se não fizer com fé / por favor, seu moço, me diga o que é"[29], canta Fábio em *A Botija*, que teve clipe lançado em abril de 2022 já com o projeto solo *Poeta Voador* e lhe rendeu o prêmio de melhor direção na 16° edição do festival de cinema Curta Taquary, em março de 2023.

Ao longo de sua história, a *Calibre 765* passou por várias formações, mas, foi com Carlinhos Barbosa no vocal, Lamarques Gonçalves no baixo, Marcelo Aleixo na guitarra e Cariolando na bateria, que lançou o álbum *Vencer ou Vencer (2018)*, com músicas que estavam presentes no repertório do grupo há mais de uma década, a exemplo de *A Guerra*, *Velho Bina* e *Mais Uma Noite*. No mesmo ano do lançamento de seu disco de estreia, o grupo recebeu o Troféu Cultura, honraria concedida pela direção de cultura do município.

Em 2020, já com Eduardo Souza na bateria, a banda gravou, no estúdio UALA Records, o segundo disco, *Calibre 765,* apresentando *Fanáticos, Amnésia do Cacete, Anjo do Perdão* e *Caiporas de Furnas* e, em 2021, gravou a *live* para a 23° edição do Capibaribe in Rock.

A nova geração ditando a direção

A década de 2010 rendeu novos frutos à cena alternativa da cidade. Artistas surgiram e foram direto para o estúdio, gravar suas próprias composições. Há exemplo de Phylipe Nunes que lançou os álbuns *Nunes (2015)* e *Azul Neon (2018),* que fez parte do grupo de cultura popular

Agentes Três, formado pelas cantoras Virgínia Guimarães e Mayara Bezerra. Nunes e Virgínia também colaboraram no álbum homônimo de 2015 do coletivo alagoano *The Mozões*, com as canções *Júlia 2* e *Amor Agosto,* respectivamente.

A *Beth Morfina*, inspirada pela atitude punk e influenciada pelas bandas *Calibre 765* e *Projétil Lisérgico* e pela dupla Grilo e Nalzista, é outro exemplo da nova geração que surgiu com uma grande produção. Contando 4 álbuns lançados oficialmente, a *Beth Morfina* é responsável, atualmente, pela maior discografia de uma banda do movimento alternativo em Santa Cruz do Capibaribe.

Formada, orginalmente, por Alex Macedo no vocal, Marcos Malta no baixo, Daniel Alves e André Aragão nas guitarras, Rayner Figueiredo na bateria, (desde 2019 Everaldo Jr. assume as baquetas), a banda lançou o álbum *Nada Além (2015)*, com *Tudo Meu, Raiva* e *Caverna Metralhada*, composição de Alberto Grilo e Velho Nal. Com o álbum de estreia, os jovens receberam o *Troféu Cultura 2016*, como artista revelação.

Focada sobretudo em projetos autorais, a *Beth Morfina* lançou o álbum *In Coma (2017)*, com as músicas *Via Crucis, Não Existe Herói* e *Eu Quero um Carro*, projeto vencedor na categoria '*melhor disco de rock de Pernambuco*' do Prêmio da Música de Pernambuco, organizado pela ACINPE[30] e realizado no Recife, sendo a primeira banda da cena alternativa de Santa Cruz do Capibaribe a vencer o prêmio de nível estadual.

Desde que surgiu, a banda já se apresentou em vários festivais na cidade e subiu ao palco do *Capibaribe in Rock* entre os anos de 2015 e 2021. *Atormentado* e *Resistance*, lançadas no terceiro álbum do grupo, *Não Posso me Abalar (2019)*, foram incluídas na gravação da *live Capibaribe in Rock 2021.*

A banda ficou novamente entre os indicados ao Prêmio da Música de Pernambuco com seu quarto álbum de estúdio: *Rua D Box 4*, lançado em 2021. Esse, que foi o primeiro disco conceitual do grupo, foi gravado no UALA Records e traz sua cidade de origem como tema central. "Agreste agrário / da rua dos currais / Toyota ligado / acho que agora vai"[31]. Desse álbum, saíram *Às Margens do Capibaribe*, *Gado* e *Cabo Otávio*, parceria de Alex Macedo e José Augusto Maia que homenageia o herói de guerra santa-cruzense Otávio Sinésio Aragão[32], morto na Batalha

de Monte Castelo, Itália, 1944, durante a Segunda Guerra Mundial.

Em março de 2023, *Beth Morfina* entrou em estúdio para iniciar a pré-produção do seu quinto álbum, *Canções Para Antes Que Acabe o Mundo*.

Outro grupo que surgiu em 2015 foi a *Hellnegade*, banda idealizada pelos amigos Jonatas Andrade e Rayner Figueiredo, que contavam ainda com Lucas "Cliff" Ribeiro e Lucas Ramos. Em 2021, a *Hellnegade* gravou a *live Capibaribe in Rock*, onde prestaram uma homenagem ao baterista Rayner Figueiredo, que morreu precocemente aos 26 anos, em abril de 2020. Com Jonatas Andrade (guitarra e voz), Lucas Ramos (guitarra) e Bruno Vinicius (baixo), a banda lançou o álbum *Arriving in Hell (2022)*, com baterias que foram gravadas pelo ex-baterista e membro fundador, Rayner Figueiredo.

Considerações finais: o movimento não para!

Meu som não toca no rádio,
Mas toca no coração.

Mano Kleber, Agindo errado, de 2017.

Com sua história septuagenária, sendo 25 anos de movimento alternativo, Santa Cruz do Capibaribe ainda teve a *Kamono*, banda liderada pelo guitarrista Paulinho Roberto, que, com o vocalista Ivandy[33], lançou dois álbuns homônimos, em 2007 e 2013, apresentando as baladas *Janinha, Ilusão, Fogo e Vinho* e *Dá um Tempo Solidão*. Olegário Lucena lançou *Olegário Lucena & Blusão Azul* em 2015 e, em 2021, o disco homônimo, que traz a música *Bascui*, com a marca de 12 mil plays no *Spotify* (até março/2023). *Erik Denner e Trejeitos Blues Band*, grupo de country e blues santa-cruzense, lançou um disco homônimo em 2016. *Le Chapas* lançou *Por Amor ou Euforia (2019)* e *Live Capibaribe in Rock (2021)*. O *rapper* Mateus Neves, com seu projeto *Zuetam*, lançou em 2021 os álbuns: *Se Isso Fosse um Álbum* e *See You Space Cowboy*. *Alcohol Simulation*, dos irmãos Angelo e Natan Torres[34], lançou o álbum *Simulacro (2022)* e, no mesmo ano, a atriz e poetisa Agda Moura lançou o álbum *Agda*.

Outras bandas e artistas não lançaram álbuns oficiais, mas têm

seus trabalhos na história do movimento. É o caso da banda *Livro dos Dias*, do vocalista e compositor Saulo Alves, que lançou *Amores e Derivados* e *Poder Recomeçar.* O power trio *Baby Limonada*, que formado por Ruan Fernandes, Ítalo e Carlos Filho e, influenciados por *The Doors*, compuseram *Antes de Dormir* e *Ficar Legal*. A *Plano Base* de Paulinho Coelho, Davi Procópio, Edson Filippe e Paulinho Roberto fez *TV* e *Moça*. A jovem guarda está presente em *O Antigo*[35], da banda *Os Pardais*. Além de *Já Que Tudo Está em Paz*[36], presente no repertório das bandas representantes do *Reggae* na cidade: *Sertão Reggado* e *Nova Fase Roots*, lideradas pelo guitarrista Agleston Souza e pelo vocalista Diêgo Barreto, respectivamente.

Por essas e outras, está provado que talento, criatividade e vontade de fazer acontecer, não faltam aos artistas da capital da moda. Por todos os apontados expressos, o município de Santa Cruz do Capibaribe mostra ser privilegiado como berço de um movimento artístico e cultural, relevante, rico, portanto, inadmissível de ser marginalizado ou tratado como manifestação de 'gatos pingados'.

Mesmo que, por muitas vezes seja desvalorizado, o movimento resiste e segue produzindo arte de qualidade, lutando por espaço e reconhecimento. Que seja respeitado, considerado e valorizado. Santa Cruz do Capibaribe comprova que é cidade detentora de inúmeros artistas com trabalho autoral, verdadeiro, com qualidade e competência para se apresentar em qualquer palco. Um movimento rico e vivo em sua essência. Que seja visto e lembrado, sempre. E, para aqueles que não o conhecem, parafraseando a banda Projétil Lisérgico: Procurem saber!

> Onde a lembrança seja eterna.
> Salve, salve, Nalzista da caverna
> E para quem morto ainda vive
> Salve, salve o rio Capibaribe.
>
> **Fábio Xavier, Maraca eu maracatu, de 2023.**

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAGÃO, Éverton Alves; SANTOS, Saulo Alves do. *Centenário de Cabo Otávio Sinésio Aragão*. Produção: Prefeitura de Santa Cruz do Capibaribe: Diretoria de cultura de Santa Cruz do Capibaribe, 2021. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=yso-5QRKL2w. Acesso em: 21 fev. 2023.

BEZERRA, A. et al. *Metal além da capital*. Recife: Fundarpe, 2012.

CALIL, R; TERRA, R. *Uma noite em 67*. Rio de Janeiro: VideoFilmes, 2010, (85 min). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=bfndVO7jacY. Acesso em: 23 mar. 2023.

GUIMARÃES, V; BEZERRA, M. *Palestina Brasil*. Santa Cruz do Capibaribe: PUNCTUM Filmes, 2021, (24 min). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=Q03QsneZ1JY. Acesso em: 18 fev. 2023.

HILL, Thonny. *Em Santa Cruz – Capibaribe in rock comemora 20 anos celebrando importância dos movimentos alternativos*. Blog do Ney Lima, Santa Cruz do Capibaribe, 21 nov. 2017. Disponível em: https://www.blogdoneylima.com.br/cultura/em-santa-cruz-capibaribe-in-rock-comemora-20-anos-celebrando-importancia-dos-movimentos-alternativos. Acesso em: 24 fev. 2023.

ILARI, Mayumi Denise Senoi. *Dez obras para se pensar a contracultura dos anos 1960*. São Paulo: FFLCH/USP, 2016.

KLEBER, Mano. *Agindo errado*. Intérprete: Coligação Periférica. In: Coligação Periférica – Todo cuidado é pouco. Santa Cruz do Capibaribe, 2017, (4 min).

KLEBER, Mano. *Orgulho do Nordeste*. Intérprete: Kleber MC. Santa Cruz do Capibaribe, 2022, (1 min).

LIMA, Janeina do Nascimento. *O protagonismo juvenil no cotidiano sócio-escolar: desafios e perspectivas da prática pedagógica do professor de História no ensino médio na cidade de Santa Cruz do Capibaribe-PE*. Caruaru: Edições FAFICA, 2007.

LIRA, Paulo. *Capibaribe in Rock 2017 – 20 anos*. Santa Cruz do Capibaribe: Cosmic Mídia, 2018, (16 min). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=qq6JCINOuFM. Acesso em: 21 fev. 2023.

LOBÃO. *Guia politicamente incorreto dos anos 80 pelo rock*. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

MACEDO, A; MALTA, M; ALVES, D. *Às margens do Capibaribe*. Intérprete: Beth Morfina. In: Beth Morfina – Rua D Box 4. Santa Cruz do Capibaribe, 2021, (4 min). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=h_ubZrzhRD0. Acesso em: 20 fev. 2023.

NASCIMENTO, Clemente Tadeu. *Manifesto Punk*. São Paulo: Gallery Around, 1982.

OLIVEIRA, C; CLEMENTE, L. *Gangarras do Bandeira*. Recife: Massangana Multimídia Produções, 2004, (19 min). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=1f9-Ebt-0bE. Acesso em 21 fev. 2023.

PAIVA, M; NASCIMENTO, C. *Meninos em fúria - e o som que mudou a música para sempre*. São Paulo: Alfaguara, 2016.

QUATRO, Fred Zero. *Manifesto caranguejos com cérebro*. Recife, 1992. Disponível em: http://www.recife.pe.gov.br/chicoscience/textos_manifesto1.html. Acesso em: 21 fev. 2023.

SKIN, Betto. *Um breve histórico: parte 3*. Capibaribe in rock blog, Santa Cruz do Capibaribe, 26 set. 2007. Disponível em: https://capibaribeinrock.blogspot.com/2007/09/um-breve-histrico-parte-3-considero-o.html. Acesso em: 23 fev. 2023.

TELES, José. *Movimento rock no interior de Pernambuco: Santa Cruz do Capibaribe.* Jornal do Commercio, Recife, 2002.

WISNIK, José Miguel. *Sem receita: ensaios e canções*. São Paulo: Publifolha, 2004.

XAVIER, Fábio. *A botija*. Intérprete: Poeta Voador. Santa Cruz do Capibaribe, 2022, (4 min). Disponível em: https://m.youtube.com/watch?v=c5Aw4vhy7_8. Acesso em: 19 fev. 2023.

XAVIER, Fábio. *Maraca eu maracatu*. Intérprete: Coberta de Mulambo. In: Coberta de Mulambo – A Botija. Santa Cruz do Capibaribe, 2017, (3 min). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=bI-xuld27vs. Acesso em: 19 fev. 2023.

Notas

1 LIMA, Janeina do Nascimento. O protagonismo juvenil no cotidiano sócio--escolar: desafios e perspectivas da prática pedagógica do professor de História no ensino médio na cidade de Santa Cruz do Capibaribe-PE. Caruaru: Edições FAFICA, 2007, p. 23-24.
2 PAIVA, M; NASCIMENTO, C. Meninos em fúria - e o som que mudou a música para sempre. São Paulo: Alfaguara, 2016, p. 11.
3 Vocalista e guitarrista das bandas Inocentes e Plebe Rude, apresentador do programa Filhos da Pátria, na rádio Kiss FM, e dos programas Estúdio Show livre e Heavy Lero, na web. É também coautor do livro Meninos em Fúria: e o som que mudou a música para sempre (2016), com colaboração do jornalista Marcelo Rubens Paiva.
4 Nelson Motta é jornalista, colunista e compositor de mais de 300 canções gravadas por grandes nomes da música brasileira.
5 Também chamada de Passeata da MPB, foi liderada por artistas como Elis Regina, Gilberto Gil, Jair Rodrigues e Edu Lobo.
6 WISNIK, 2004, p. 192.
7 LOBÃO, 2017, p. 38.
8 PAIVA, 2016, p. 31.
9 Principal corrente cultural difundida pelos meios de comunicação de massa.
10 LOBÃO, 2017, p. 62.
11 Kid Vinil (1955-2017) foi um jornalista, radialista e vocalista da banda punk Verminose e da new wave Magazine, que fez sucesso nos anos 80 com as músicas Sou Boy, Tic Tic Nervoso e Comeu, tema de abertura da novela A Gata Comeu (1985).
12 LOBÃO, 2017, p. 163.
13 Vocalista e guitarrista da banda Mundo Livre S/A.
14 Banda de Olinda que tocou na edição de 2001 do Rock in Rio.
15 TELES, José. Movimento rock no interior de Pernambuco: Santa Cruz do Capibaribe. Jornal do Commercio, Recife, 2002.
16 Vocalista da banda recifense Última Tribo.
17 *apud* BEZERRA et al., 2012, p. 32.
18 SKIN, Betto. Um breve histórico: parte 3. Capibaribe in rock blog, Santa Cruz do Capibaribe, 26 set. 2007. Disponível em: https://capibaribeinrock.blogspot.com/2007/09/um-breve-histrico-parte-3-considero-o.html. Acesso em: 23 fev. 2023.
19 Artista folclórico de Santa Cruz do Capibaribe, lançou em 1992 seu primeiro e único álbum autointitulado, que contava com as músicas Saudade de Santa Cruz do Capibaribe e A Buchada do Saguim.
20 Era também chamado de Nalzista da Caverna, por frequentemente se referir a casa em que morava, na rua 22 de Abril, como uma caverna.
21 Banda de forró de Santa Cruz do Capibaribe, Pernambuco.

22 Cantora santa-cruzense de música pop.
23 O documentário conta a história dos descendentes de holandeses que vivem no sítio Bandeira, em São Domingos do Brejo da Madre de Deus, Pernambuco.
24 Lei nº 14.017 de 29 de junho de 2020.
25 Baterista surubinense da banda de Surf Music Os Aquamans, com passagens pelas bandas Hanagorik, Le Freak e Calibre 765. É também produtor e idealizador do estúdio e selo UALA Records.
26 Depoimento para o documentário Palestina Brasil, produzido por Virgínia Guimarães e Jansen Barros, da PUNCTUM Filmes.
27 Foi Vereador (1989-1992; 1997-1999), Vice-prefeito (1993-1996) e Prefeito (2000-2008) de Santa Cruz do Capibaribe, além de Deputado Federal (2011-2015). É também compositor de músicas como História de Santa Cruz e Terra de Imortais.
28 Foi lançada originalmente em 2013 no CD Vozes do Capibaribe, em comemoração ao Dia do Rio Capibaribe, celebrado em 24 de novembro.
29 XAVIER, 2022, 0:50 min.
30 Associação dos Cantores e Intérpretes de Pernambuco.
31 MACEDO; MALTA; ALVES, 2021, 0:31 min.
32 A música entrou para a trilha sonora do documentário Centenário de Cabo Otávio Aragão: herói santa-cruzense da II Guerra Mundial.
33 Substituído em 2014 por Laís Olinda (hoje, Laís Vaqueira).
34 Nos anos 2000, os irmãos tiveram a banda de rock cômico Los Crânios.
35 Composição de Alex Macedo e Marcos Malta da Beth Morfina.
36 Composição de Alberto Grilo, foi gravada em 2019 no gênero Forró pela dupla Saulo Alves e Ana Clara com participação do também santa-cruzense Bidinga do Acordeon.

Legenda: Foliões e músicos santa-cruzenses em festejos de carnavalescos no ano de 1953.

Fonte: Fotografia digitalizada e arquivada por Arnaldo Vitorino.

CARNAVAL, DIVERTIMENTOS E MEMÓRIAS:

As "manhãs de sol" no palhoção do Ypiranga

Marcos Rogério de Lima

De chapéu de sol aberto pelas ruas, eu vou...
A multidão me acompanha, eu vou![1]

Domingo, 03 de janeiro de 1982, os primeiros raios de Sol despontavam por trás da serra do Exu[2], e começava a iluminar e esquentar as ruas da pequena cidade de Santa Cruz do Capibaribe. Estes raios solares tocavam a torre da Matriz do Senhor Bom Jesus dos Aflitos, que era o primeiro edifício a ser iluminado, junto com o sobrado dos Moraes, ambos na rua Grande. Os sinos da Matriz começavam a repicar chamando os fiéis para a missa dominical. Os que não iriam para a igreja ligavam seus rádios de pilha em alguma estação radiofônica AM de Caruaru, de preferência a Rádio Liberdade, e nesta sintonia começavam a ouvir a música *Hoje é Domingo (1974)*, de Padre Zezinho[3]. Era o prenúncio que a missa, transmitida por aquele veículo de comunicação, iria começar na Catedral de Caruaru. Após terminar a missa, era costume continuar na escuta do rádio e ouvir o especial de Roberto Carlos, até hoje muito tradicional em muitas emissoras em todo Brasil.

A manhã ensolarada daquele domingo seguia e, após o especial do cantor no rádio, era comum as pessoas se dirigirem para a sala e ligarem o aparelho de TV, em sua grande maioria ainda em preto e branco, e alguns com uma tela de três cores ou em tom azul, que eram colocadas como suporte para a TV. Chegava a hora de assistir as corridas de Fórmula 1 e, em seguida, o programa *Som Brasil*, comandado por Rolando Boldrin, ambas atrações na Rede Globo.

O fim da manhã se aproximava e já era possível começar a sentir o cheiro de galinha de capoeira cozinhando. Também dava para ver a cajuína encostada no fundo do pote esfriando para acompanhar a refeição. Estes eram os já tradicionais e, quase insubstituíveis, ingredientes que faziam parte do almoço de domingo. Surgia a primeira dúvida, às 11 horas da manhã: colocar no canal TVS, atual SBT e assistir o *Programa Silvio Santos* com o seu momento infantil, o *Domingo no Parque*, ou colocar na Rede Bandeirantes e assistir o já tradicional programa *Gol, o Grande Momento do Futebol*, na voz de Alexandre Santos, com um desfile de gols inesquecíveis, geralmente dos anos 1970? Qualquer um dos dois

programas valeria muito a pena. Lógico que, para as crianças, o *Domingo no Parque* valeria muito mais.

Passado o momento do almoço, a expectativa só aumentava porque era hora de caminhar pelas ruas de Santa Cruz do Capibaribe em direção ao palhoção do Ypiranga, e ao chegar em frente ao Clube observar as pessoas se aglomerando e fazendo filas para entrar no velho e querido palhoção. Neste momento é que se dava conta que aquele era um domingo diferente, que o sol forte brilhava e aquecia de modo distinto: era chegado um dos momentos mais aguardados do ano para os foliões e foliãs daquela pequena e pacata cidade no início da década de 1980.

Ao entrar no clube tudo já estava preparado no bar: havia diversas ancoretas cheias de cerveja, junto com água e refrigerantes, que gelavam cobertas por gelo e pó de serraria. Os garçons, sempre os mesmos de todas as festas no Ypiranga: Galo e Quinha (que também jogavam no time do Ypiranga), Angelito, Fia, Jiboia, entre outros, organizavam os últimos detalhes para servirem os foliões. No palco, todos os músicos já estavam a postos, afinando seus instrumentos de sopro e posicionando suas estantes musicais com as pastas carregadas com dezenas de partituras do mais puro e autêntico frevo pernambucano. Ao longo dos anos se revezaram no palco do velho palhoção, músicos da cidade, entre eles: Inácio de João Rouco no Surdo treme terra; no Tarol: Zé Carlos Balbino e Geraldo Costa; no Trompete: Adeildo de seu Dudu, Carlos Maia, Josué de Neném, Augustinho Rufino, entre outros; nos Saxofones, Alto e Tenor tínhamos: Carlinhos, Biuzinho de Zé de Baldo, Neco da Requinta, Josué, entre outros. Por fim, Djalma de "Seu Noé" e o "Seu Tí", no Trombone. Estes e muitos outros músicos da cidade que abrilhantaram as dezenas de "Manhãs de Sol" ao longo de parte das décadas 1970 e 1980.

Aos poucos já podia se ouvir o rufar do tarol e a marcação do Surdo treme terra. É uma hora da tarde em 'ponto'! Inácio de João Rouco interrompe as batidas de marcação do treme terra... Zé Carlos Balbino dava as três pancadas alternadas e compassadas no tarol anunciando o início do primeiro frevo e da festa: "... pá... pá... pá!" E a orquestra entrava rasgando o frevo *Três da Tarde (1940)*, do Maestro Lídio Macacão[4]. Começava assim mais uma "Manhã de Sol" termo popular para as matinês de carnaval, ou seja, as festas que existiam e que ainda acontecem durante

a manhã ou que iniciavam no começo da tarde nos fins de semana que antecedem o período de Momo ou mesmo nos quatro dias do carnaval, a festa mais popular do Brasil.

Em Santa Cruz do Capibaribe diversos espaços já abrigaram estas festas que aconteciam nas tardes de todos os domingos de janeiro e fevereiro até chegar o carnaval. Entre estes locais, mencionamos: o Mercado de Anísio, que era localizado na esquina da Rua Cabo Otávio Aragão, de frente para a Praça da Bandeira, onde ficava a Musa Discos; o Treze de Maio, que era localizado na rua de mesmo nome; o Novo Clube ou Clube de Pedrinho Laurentino, que era localizado na Avenida 29 de dezembro, onde no tempo presente se encontram uma Loja de Variedades e as Casas Bahia. Todavia, o principal reduto das matinês carnavalescas era na Sociedade Esportiva Ypiranga Futebol Clube, ou simplesmente, o palhoção do Ypiranga, como era chamada a sede do Clube Ypiranga desde a sua construção em 1978, como relata Marcondes Moreno: "o palhoção do Ypiranga foi inaugurado em 1978 acabando com um lixão que existia por trás da Escola José Francelino Aragão e passando a ser o clube da família santa-cruzense, como era intitulado".[5]

A tarde seguia no domingo ensolarado na cidade de Santa Cruz do Capibaribe e, dentro do palhoção do Ypiranga, a temperatura ia subindo na medida que a orquestra seguia tocando os genuínos frevos pernambucanos: *Corisco (1962)*, do Maestro Lourival Oliveira; *Isquenta Muié (1982)* e *Gostosão (1950)* do maestro Nelson Ferreira; *Cabelo de Fogo (1976), Mosquetão (1976) e Frevo dos Motoristas (1976)* do Maestro Nunes; *Último dia (1951) e Lágrimas de um folião(1954)*, do Maestro Levino Ferreira; *Mordido (1975)*, do Maestro Alcides Leão e, por fim, *Vassourinhas (1909)* de domínio público, que é a melodia de frevo mais popular, emendando com o frevo *Fogão (1950),* do Maestro Sérgio Lisboa, e o frevo *Canhão 75 (1951),* do Maestro Nino Galvão.[6]

Aos poucos os foliões iam perdendo a timidez e começavam a se aglomerar no salão do Ypiranga. Em uma tradição já esperada, e que não era combinada, os foliões começavam a rodear todo o salão em infinitas voltas, com uma característica bem peculiar: em sua grande maioria ficavam abraçados, com os braços por cima do ombro do namorado ou namorada, do amigo ou da amiga. Muitas vezes, não só duas pessoas,

mas três, quatro, cinco ou quantos coubessem naquele momento de pura alegria, descontração e harmonia. A imagem abaixo, com a confraternização dos amigos Marcondes Moreno (in memorian), Nildão, Carioca Balbino e Flávio Balbino (que jogou por muitos anos no time do Ypiranga), retrata bem esse momento nas "Manhãs de Sol". Observemos:

Legenda: Edição Histórica dos 66 anos da Sociedade Esportiva Ypiranga Futebol Clube.
Fonte: Jornal Página Livre. Publicada em 03 jul. 2004.

Moreno, relatou em edição especial do Jornal Página Livre: "O mela-mela acontecia com os rapazes jogando talco no salão e nas mulheres, que por sua vez, devolviam com a mão melada de batom, enquanto o talco deixava todo mundo com o cabelo branco".[7] Desta forma, percebe-se como a folia nas "Manhãs de Sol" também era um momento de extravasar e quebrar algumas regras sociais da pacata cidade em seu cotidiano. Mesmo assim, como afirma Zé Carlos Balbino, em entrevista ao autor, do alto do palco, nunca presenciou ou lembra ter presenciado alguma briga ou confusão, apesar da multidão que estava no clube: "naquela época o pessoal era mais educado, naquela época, porque era lotado a manhã de sol e não havia uma confusão, bate boca...".[8]

Sobre os participantes, Zé Carlos Balbino nos mostra um pouco do quadro social dos participantes das "Manhãs de Sol" do Clube Ypiranga:

> Era povão... os ricos ficavam mais reservado, mas quem fazia a festa mesmo, dando aquelas voltas, era o povo... os ricos ficavam mais na mesa... o pessoal mais da elite ficava mais reservado e circulava por lá mesmo, mas tinha, eles andavam um pouquinho também, mas sempre estava lá, os ricos, rico da época sempre estava, que eles gostavam também.
>
> **Entrevista realizada com o senhor José Carlos Balbino no dia 21 de abril de 2023.**

Em meio a centenas e até milhares de foliões extravasando todas as suas alegrias, dois foliões se destacavam e encantavam a todos que ali estavam brincando na “Manhã de Sol”: Gilson “Boca de Jacaré”, considerado por aqueles que viveram essa época de ouro, como o melhor e mais importante passista de frevo que Santa Cruz já conheceu e, “Neguinho de Olaia”, que transformava os passos do frevo em verdadeiras obras de arte, em uma mistura de dança, com gingado de lutas e até mini acrobacias, deixando as pessoas encantadas. Os dois foliões eram verdadeiras atrações à parte, no meio do salão.

Se aproximava o meio da tarde e da festa, chegando a hora de dar um pequeno descanso aos músicos dos instrumentos de sopro, o que não queria dizer que os foliões teriam descanso, pois, quando não se imaginava que aquela festa teria como ficar melhor, chegava a hora de pular o frevo canção. Nesta modalidade e neste momento, se destacava a voz estridente, forte e de uma afinação inigualável do inesquecível Tantão, que já era uma voz consagrada nas festas juninas do Novo Clube. Ele entrava no palco cantando o frevo que se tornou uma das suas marcas registradas: *Carnaval da Saudade*, canção dos anos 1960 e 1970, de Orlando Dias, entre tantos outros frevos. Tantão revezava este momento mágico, já de pura nostalgia e romantismo dos velhos carnavais, com aquele que, para muitos foliões, foi o mais aclamado cantor de frevos de Santa Cruz do Capibaribe: o também inesquecível ‘Tonho de Dulce”, que em seu vasto repertório, cantou e encantou multidões nos bailes e “Manhãs de Sol” na cidade. Um dos seus símbolos musicais era sua interpretação da música *É de amargar (1984)*, do gênio Capiba. Também era sua marca registrada os frevos canção que levava os foliões a loucura: *Passei no vestibular (1978)* e *Meu vestibular (1978)*.

Nas vozes desses dois "monstros sagrados" da cena musical de Santa Cruz do Capibaribe desfilaram frevos canção e marchinhas de carnaval que até hoje são lembradas e cantadas em qualquer festa carnavalesca, seja de rua, de clubes ou de blocos. Entre as dezenas de frevos canção de Capiba, mencionamos: *Oh! Bela (1938)*, *Trombone de prata (1979)*, *Ai se eu tivesse... (1954)*, *Cala a boca menino (1959)*, entre outros grandes sucessos dos principais compositores de frevo e das tradicionais marchinhas, muito cantadas nos bailes de carnaval do país, especificamente nos clubes dos estados do Sudeste.

Muda o ritmo, permanece a animação

Se aproximava das quatro horas da tarde e chegava a hora do intervalo. Todavia, era uma pausa para a orquestra, porque para os foliões era a hora de mudar de ritmo e apreciar o mais puro e refinado samba. Entrava em cena outro patrimônio da música e da cultura santa-cruzense dos anos 1970 e 1980: era hora do espetáculo e do show da Escola de Samba Capibaribe, que abrilhantava os intervalos das "Manhãs de Sol" e que não deixava de ser, para alguns foliões, um dos momentos mais esperados da festa.

Sobre a Escola de Samba Capibaribe, "Nego de João Olegário", fundador e presidente da agremiação narra mais detalhes:

> A Escola de Samba Capibaribe foi fundada em 1978 e permaneceu viva até o ano de 1984, chegou a contar com aproximadamente 54 músicos e 470 figurantes que saía da rua do Rio desfilando pelas ruas da cidade até chegar ao Palhoção do Ypiranga nas noites de Carnaval. Para as manhãs de Sol eu escolhia aproximadamente 15 músicos que iria abrilhantar as Manhãs de Sol com muito samba, entre eles estavam: Zé de Nego, Zé Oliveira (Jota Oliveira), Vital e Paulo (irmãos de Jota Oliveira), Zezé de Loza, Nando, Zequinha de Luís Paiol, Geraldo Costa, Bilim, Manoel Costa, Seu Deda, Toinho Catanha e Carlos Piaba entre muitos outros que não lembro que participavam.
>
> **Entrevista realizada com o senhor Nerivaldo Torres do Nascimento, conhecido como "Nego", no dia 27 de abril de 2023.**

Pela fala de “Nego de João Olegário”, percebe-se como a Escola de Samba Capibaribe marcou época praticamente no mesmo período áureo das “Manhãs de Sol”. Sobre os sons tocados, trazendo como carro chefe, e que se tornara um símbolo daquele momento, era executada a música *Saudade que ficou (O Lencinho) (1979)*, de Luiz Ayrão. Entre os cantores da Escola de Samba Capibaribe destaco Jota Oliveira, Carlos Piaba e Toinho Catanha, entre outros, que desfilaram nas suas vozes grandes sucessos como: *Vou festejar (1978), Toque de Malícia (1978), Coisinha do pai (1979), A Chuva Cai (1979),* entre outros sucessos de Beth Carvalho; *Mulher brasileira, Do jeito que a vida quer, Tudo está no seu lugar, todas* de 1979, entre outras músicas de Benito de Paula. No período foram executados muitos sambas dos anos 1970 que encantavam e não deixavam nenhum folião parado nas dependências do “Palhoção”.

Legenda: Escola de Samba Capibaribe se apresentando no Estádio Otávio Limeira Alves [Campo do Ypiranga], no início da década de 1980.

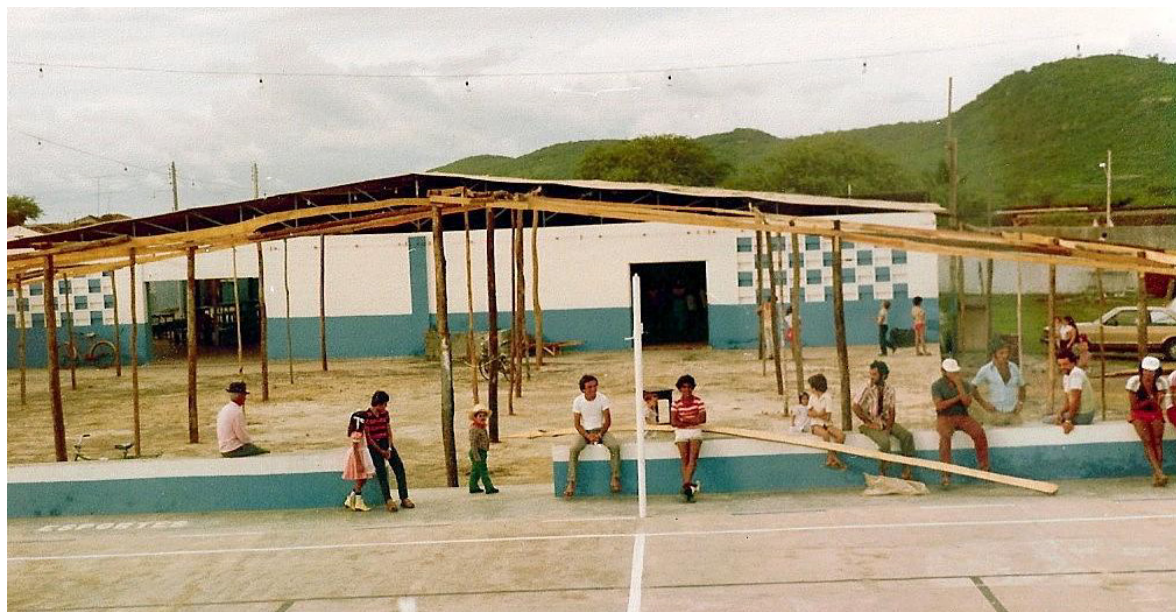
Fonte: Acervo pessoal de Nerivaldo Torres do Nascimento.

Finalzinho de tarde do domingo na cidade de Santa Cruz do Capibaribe e o pôr-do-sol caía devagarinho no horizonte com ar de melancolia. Com aspectos nítidos de quem não queria ir embora, ainda era momento de esticar mais um pouco a estadia na festa para poder testemunhar mais daquela confraternização dos foliões, que ainda se aglomeravam no salão e nas mesas do velho palhoção. A partir deste instante, tinha outro lugar que também começava a ficar bem frequentado: a quadra esportiva que ficava dentro do Clube Ypiranga, encostada ao muro que faz fundo com a Escola Estadual José Francelino Aragão. Já era possível notar dezenas de casais que acabara de se formar ou que tinham se formado em outras manhãs de Sol de outros domingos.

Românticos, entre beijos e abraços, eles apreciavam os últimos raios de Sol daquela tarde e ao mesmo tempo os primeiros brilhos da Lua que chegava para apreciar não só os casais, como também a volta da orquestra que, para não ficar de fora daquele momento romântico, trazia seus cantores para embalar os corações dos casais apaixonados, que a esta altura, para namorar, disputavam espaço na meia parede que circulava a quadra. Mesmo os casais que estavam nas mesas e outros que rodeavam o salão, em sua maioria, agora ficavam só abraçados ao seu par romântico, seguindo de forma mais lenta e compassada, cantando juntos aos cantores canções como: *Turbilhão (1978),* de Moacir Franco; *Máscara Negra (1966) e Bandeira Branca (1970)* de Dalva de Oliveira*; A Jardineira (1939),* de Orlando Silva; *Quem sabe, sabe (1936),* de J. Sandoval e Carvalhinho; *Pra você gostar de mim (1930),* de Carmem Miranda; *Evocação n°1 (1958), Evocação n°2 (1958) e Evocação n°3 (1958)* de Nelson Ferreira.

Abaixo reproduzo uma foto, provavelmente do fim dos anos 1970 ou início dos anos 1980, da quadra no Clube Ypiranga com populares sentados na meia parede tendo ao fundo o espaço onde era realizada as "Manhãs de Sol" e outras festas sociais durante o ano. Entre a quadra e o local dos eventos percebe-se toras de madeiras onde, após colocar lonas, servia de espaço para alocação das mesas nos grandes eventos, a exemplo das festas juninas ou bailes de artistas de que já deixasse um gostinho de quero mais para o próximo domingo, afinal de contas essa era apenas a primeira 'Manhã de Sol' de muitas que viriam até o carnaval.

A orquestra voltava a entoar o mais puro do frevo pernambucano, na maioria das vezes, ela encerrava a noite com os principais e mais elétricos frevos de rua que estivessem nas partituras, em cima das estantes musicais do palco do palhoção.

Terminar com *Vassourinhas (1909)* era sagrado. Os foliões extravasavam e davam as últimas voltas no salão, mas engana-se quem pensa que terminava tudo ali. De repente, vinha mais uma surpresa da festa: a orquestra descia do palco, atravessava todo o salão, se dirigia para fora do clube e saía em um verdadeiro bloco carnavalesco pelas ruas da cidade. Os foliões se negavam a ir embora para suas casas e todos seguiam acompanhando fielmente a orquestra, sem se importarem para onde os músicos

Legenda: O primeiro imóvel que serviu de sede social para o Ypiranga estava localizado na Rua Manoel Borba, número 136, atual Avenida Padre Zuzinha. Depois a sede ficou situada na mesma rua, em um imóvel onde hoje está erguida a Escola Santo Antonio. Posteriormente, a sede foi transferida temporariamente para a rua 13 de Maio. Em 1978 foi inaugurada sua atual sede localizada na rua José Francisco Barbosa, acabando com um lixão que existia por trás da Escola Estadual José Francelino Aragão.

Fonte: Fotografia digitalizada e arquivada por Arnaldo Vitorino.

levariam toda aquela multidão naquele bloco improvisado de carnaval.

A multidão seguia a orquestra pela Avenida Antônio Pereira de Abreu (avenida por trás do Parque Florestal). O bloco seguia e a orquestra continuava a tocar frevo cruzando a Avenida Tito Sinésio Aragão, caminhando e chegando pela avenida Cabo Otávio Aragão, onde encerrava o bloco improvisado em frente a Musa Discos na Praça da Bandeira. Os últimos frevos eram tocados e a multidão de foliões, em plena noite de domingo, se despedia daquela festa de magia e do mais autêntico carnaval de clube, mesclado em sua conclusão, com um pouco de carnaval de rua do início dos anos 1980. A multidão se dispersava e voltava para casa, já pensando e aguardando ansiosamente o próximo domingo com mais uma “Manhã de Sol”.

Foi um rio que passou em nossas vidas...

Não só as “Manhãs de Sol”, mas praticamente todo carnaval de Santa Cruz do Capibaribe (que compreende os eventos que começavam na sexta-feira e iam até a terça-feira de carnaval) acabaram como um sopro por volta de 1986. A partir de 1987 já era visível o grande êxodo de pessoas para as diversas praias do litoral pernambucano e até de outros estados, nesse período, notadamente, para a praia de Maragogi em Alagoas. Com o passar dos anos outras praias foram caindo no gosto popular dos moradores de Santa Cruz do Capibaribe, a exemplo de São José da Coroa Grande e, principalmente, Tamandaré, ambas em Pernambuco.

Em sua grande maioria, os donos dos emergentes fabricos de Santa Cruz do Capibaribe levavam não só sua família, mas também, na medida do possível, grande parte dos seus funcionários para desfrutar desses dias de descanso e de lazer, pois para muitos era o único período de descanso que se tinha, e que ainda se tem, ao longo do ano.

Esse êxodo no período de Carnaval para as praias, iniciado em meados da década de 1980 e extremamente acentuado no início dos anos 1990, junto ao crescimento econômico da cidade, alavancado pelo sucesso das vendas das confecções em todo o Brasil, fazendo com que a Feira da Sulanca e, consequentemente, a renda per capta da população

aumentasse durante as décadas de 1980 e 1990, foram fatores decisivos para esvaziar a cidade no período carnavalesco, desestimulando diretores dos clubes, poder público e demais carnavalescos na busca da organização do carnaval que outrora existiu nas ruas e principalmente nos clubes de Santa Cruz do Capibaribe. Há relatos de populares que afirmam já existir festa de carnaval na cidade desde os anos 1950 ou até antes, tema que pode ser mais bem aprofundado em outras pesquisas, com foco nesta questão.

Confetes, serpentinas e bandeirolas: a folia para além das "manhãs de sol"

Muito da vida social de Santa Cruz do Capibaribe nas décadas de 1970 e 1980 passou pelo Clube do Ypiranga, tema de nossa reflexão. Para entender esta importância, recorro a narrativa de Jota Oliveira, para nos mostrar como o espaço físico desta agremiação social surgiu a partir da união da comunidade:

> Deixamos para o final a Sede Social da Sociedade Esportiva Ypiranga Futebol Clube. Em 1978, liderado por Joel Morais, um grupo de abnegados dirigentes do Ypiranga, que resolveram construir o palhoção do Ypiranga. Foi uma espécie de mutirão para dar ao Clube um endereço social. Todos os dias, pedreiros comandados por Bodota, e soldadores davam tudo de si para erguerem o sonhado palhoção. Depois de muito esforço o local ficou pronto para o São João daquele ano. Coube à Banda de Pau & Corda, ser a estrela principal da novidade. Já no ano seguinte, Evandro Macário da Silva (Evandro Relojoeiro) e Manoel Campina da Silva (Lunga da Gapel), não deixaram a peteca cair e realizaram um São João com Abdias, Marinês e o Quinteto Violado.
>
> **Jota Oliveira, Ruas de Santa Cruz do Capibaribe-PE: Sua gente e sua história. Santa Cruz do Capibaribe, de 2010, p. 122.**

Se as "Manhãs de Sol" tiveram seu declínio na segunda metade da década de 1980, outras festividades continuaram a existir na cidade. Mesmo diante das dificuldades e adversidades, por alguns anos ainda

se fazia o Réveillon no Clube Ypiranga. Após a virada de ano, geralmente vivenciada por muitos santa-cruzenses em frente à igreja Matriz do Senhor Bom Jesus dos Aflitos e São Miguel, era tradicional e muito esperado o momento do apagar das luzes, anunciando um novo ano na já então consagrada Capital da *Sulanca*.

Por muitos anos, quando tínhamos festa de carnaval na cidade (de rua ou de clube), e mesmo após o fim dos festejos em Santa Cruz do Capibaribe, se fez, ou pelo menos se tentou fazer o tradicional Baile Azul e Branco. O baile tinha esse nome em alusão às cores da Sociedade Esportiva Ypiranga Futebol Clube e sempre acontecia no último sábado de janeiro, no palhoção do Ypiranga, sendo considerado como a principal prévia carnavalesca da cidade por décadas.

Para além das "Manhãs de Sol", Baile Azul e Branco, Escola de Samba Capibaribe, também houve por alguns anos em Santa Cruz do Capibaribe o bloco A volta dos que não foram, que saía no sábado de carnaval pelas ruas da cidade.

Nesta luta contra o fim das comemorações de carnaval na terra da *sulanca*, destaco ainda o músico, radialista e produtor de eventos Jota Neto, um verdadeiro guerreiro na defesa da cultura da cidade e do frevo pernambucano, que vem desenvolvendo há dezessete anos seguidos o evento Frevança. Mesmo durante a pandemia da COVID-19 (2020-2022) ele não deixou de realizar essa festa carnavalesca. Em suas palavras, Jota Neto explica a dinâmica do evento:

> Sem cobrar a entrada e apenas pedindo uma ajuda de 2 kg de alimentos que são doados a entidades filantrópicas. Sempre com orquestras de frevos, maracatus, samba e o melhor da cultura pernambucana, também trouxemos ao longo desses anos de realização grupos de Caboclinhos e de Maracatus de outras cidades pernambucanas como Nazaré da Mata.
>
> **Entrevista realizada com o senhor Jota Neto, no dia 27 de abril de 2023.**

Outra tentativa de reviver os bons tempos de período pré-carnavalesco em Santa Cruz do Capibaribe, foram os *Bailes Municipais,* estes promovidos pelo Poder Público Municipal já no século XXI, entre os

anos de 2013 e 2020, onde foram eventos de sucesso para o público e a crítica, tendo em vista a adesão, por exemplo, com o uso de fantasias por parte dos foliões e a saudação da iniciativa por parte imprensa local.

Várias foram e, provavelmente serão, as tentativas de resgatar o carnaval de rua e de clube da cidade, o carnaval pernambucano, embalado pelos ritmos do estado como frevo, maracatu, caboclinho, ciranda e com um acréscimo do samba, o mais genuíno ritmo brasileiro. Resta-nos apoiar, incentivar, e tentar de todas as formas resgatar essa festa que, por muitas décadas, abrilhantou a cultura e fez a alegria de muitos santa-cruzenses.

Entre a memória e a história: o caminho metodológico percorrido

Ao longo deste texto, convidei o prezado leitor a visitar um domingo entre o primeiro domingo do ano e o período de carnaval na cidade de Santa Cruz do Capibaribe. Procurei ao longo deste artigo utilizar aspectos da verossimilhança, que, “em sentido genérico e comum, verossimilhança é a qualidade ou o caráter do que é verossímil ou verossimilhante; e verossímil, o que é semelhante à verdade, que tem a aparência de verdadeiro, que não repugna à verdade provável”.

Desta forma, construí uma narrativa histórica, amparada em fontes históricas, sobre as “Manhãs de Sol” do Clube Ypiranga, que ocorreram entre meados da década de 1970 e fins da década de 1980. Tendo em vista a dificuldade de encontrar fontes escritas, ou mesmo visuais, optei por fazer uso de aspectos da memória e da história oral, construindo assim uma narrativa de uma hipotética “Manhã de Sol” que poderia ter ocorrido em qualquer dos domingos da cidade de Santa Cruz do Capibaribe. De certo modo, a evocação às músicas e cenários da época foram propositais, para convidar os leitores e as leitoras a viajarem no tempo, compreendendo como parte da população local, inclusive o autor, se divertia no período.

Seguindo passos da História Cultural, onde aspectos da cultura e da memória são importantes para o entendimento de um determinado período, compreendo que os eventos das “Manhãs de Sol” se inserem

nesta temática, dentro de um recorte mais amplo que é o Carnaval e sua importância para a sociedade brasileira.

Há relatos de que o Carnaval tenha chegado ao Brasil trazido por colonizadores portugueses, entre os séculos XVI e XVII na cidade do Rio de Janeiro, por meio da brincadeira conhecida por entrudo, e assim continuou até o século XIX. Com o passar do tempo a brincadeira foi aos poucos sendo substituída por práticas carnavalescas mais próximas do que conhecemos hoje, como os bailes de máscaras, inspirados nos carnavais europeus. Em fins do século XIX e início do século XX aos poucos foram levando o carnaval para as ruas, passando a ter desfiles públicos, como os de escolas de samba no Rio de Janeiro e blocos carnavalescos no Recife e outras cidades no interior de Pernambuco. E por falar em Recife, logo após a abolição da escravatura, os patrões permitiram que surgissem as primeiras associações carnavalescas formados por trabalhadores nos antigos bairros recifenses, berço do frevo que tanto encanta Santa Cruz do Capibaribe.

Tendo em vista a importância social do frevo, é importante compreender um pouco de suas origens:

> O frevo ocupa lugar de destaque entre as manifestações que fazem parte das celebrações do Carnaval; é uma expressão cultural musical, coreográfica e poética de caráter coletivo, embora não deixe de se expressar também em criações individuais. Remontam ao século XVIII os primeiros indícios do que viria ser um clube de frevo quando, em cortejos, ao som de marchas e músicas improvisadas, trabalhadores negros do bairro portuário do Recife juntavam-se durante os festejos de Ternos de Reis. A palavra frevo – corruptela do verbo ferver –, a princípio, relacionava-se mais ao contexto sociocultural e político vivido nas ruas do Recife no final do século XIX.
>
> **Instituto do Património Histórico e Artístico Nacional, de 2016, p. 13.**

Pelo caráter popular de suas origens, percebe-se como o frevo foi importante na construção da cultura pernambucana, se irradiando do Recife para o interior. Neste sentido, se compreende como fez parte das várias gerações de moradores de Santa Cruz do Capibaribe-PE. De

certo modo, as "Manhãs de Sol" do Clube Ypiranga, representaram estes momentos de junção da cultura popular com a música e a diversão da comunidade.

Por fim, é importante destacar que além das entrevistas e fontes bibliográficas utilizadas na construção deste artigo, lancei também o olhar de morador, através das teias da memória, tendo em vista ser um participante, mesmo que em um período curto da infância e da juventude, dos felizes momentos vivenciados nas "Manhãs de Sol" do Ypiranga.

Considerações finais

Ao término deste artigo, externo gratidão aos moradores de Santa Cruz do Capibaribe que vivenciaram as emoções das "Manhãs de Sol", do Clube Ypiranga. Entre uma conversa e outra, destaco: Jota Oliveira, Jota Neto, Nego de João de Olegário, Valdete (esposa de Nego de João de Olegário) e Zé Carlos Balbino. Suas memórias e descrições contribuíram para que esta narrativa fosse possível nesta obra que celebra os 70 anos de Emancipação Política de Santa Cruz do Capibaribe-PE.

Concluo, saudando os jovens coordenadores deste livro, que instigaram a pesquisa, a escrita e a produção deste artigo. Nossa cidade aguardava uma obra nestes moldes, que fosse diversificada e ajudasse a compreender melhor sua história.

Referências bibliográficas

ALONSO, Aristides Ladesma. *Verossimilhança*. E-Dicionário de Termos Literários, 2009. Disponível em: https://edtl.fcsh.unl.pt/encyclopedia/verossimilhanca . Acesso em 27 jul. 2023.

BRASIL Sonoro. Site. *Frevo*. Disponível em: https://brasilsonoro.com/secao/generos/frevo/ . Acesso em 26 jul. 2023.

DA SILVA, Marcondes Moreno. *Ypiranga: memórias de uma paixão em azul e Branco. Santa Cruz do Capibaribe-PE*: *s.e.*, 2009.

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Frevo.* Dossiê IPHAN 14, BARBOSA, Yêda (coordenação). Brasília-DF: IPHAN, 2016 Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/DossieIphan14_Frevo_web.pdf . Acesso em 27 jul. 2023.

LETRAS. Site. Disponível em: https://www.letras.mus.br/ . Acesso em: 26 jul. 2023.

OLIVEIRA, Jota. *Ruas de Santa Cruz do Capibaribe-PE: Sua gente e sua história*. Santa Cruz do Capibaribe-PE: *s.e*., 2010.

Fontes

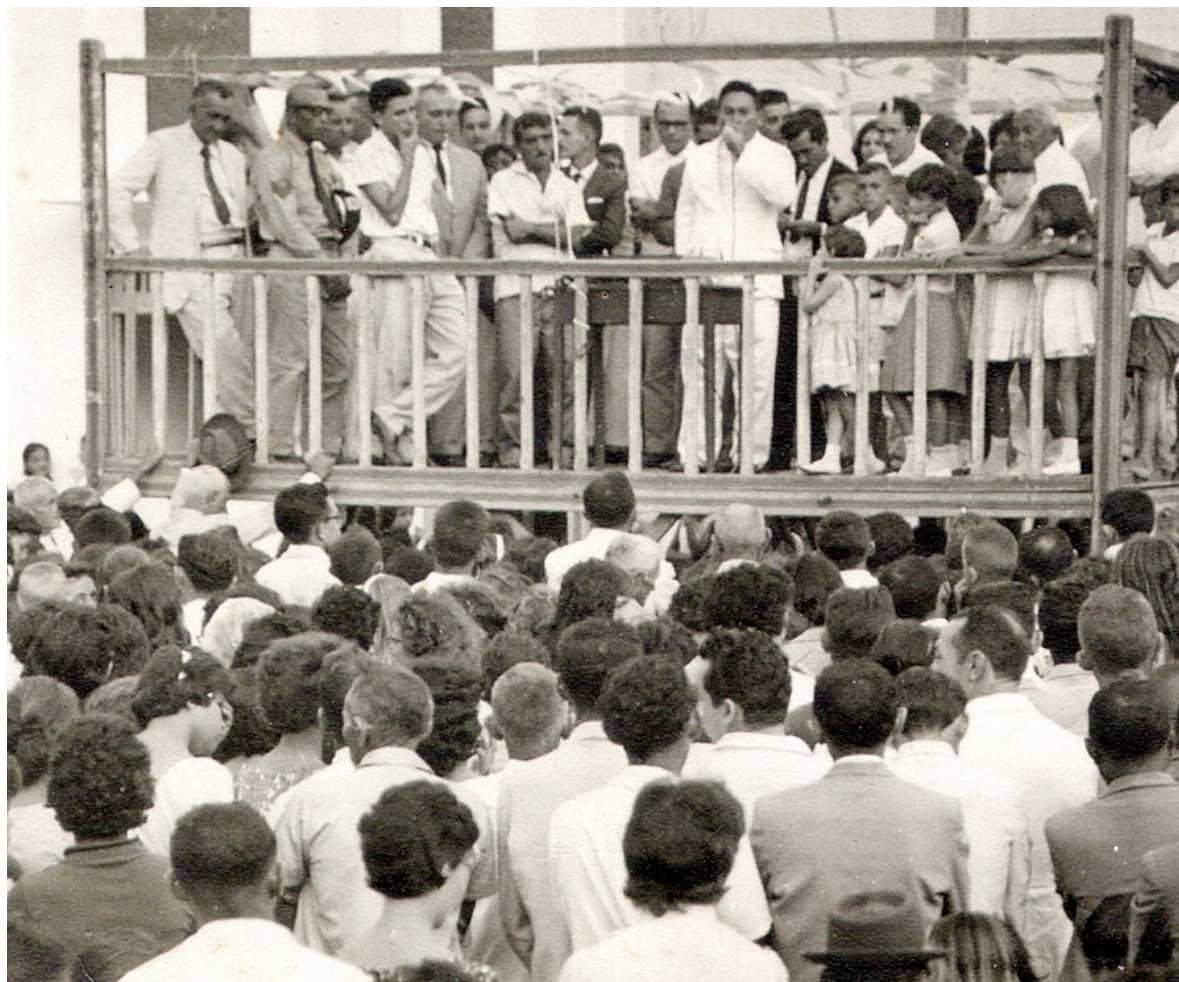
FONTES ORAIS

LIMA, Marcos Rogério de. Entrevista concedida por José Oliveira de Góis – J. Oliveira, no dia 18 de abril de 2023. Santa Cruz do Capibaribe-PE, 2023.

LIMA, Marcos Rogério de. Entrevista concedida por Zé Carlos Balbino, no dia 21 de abril de 2023. Santa Cruz do Capibaribe-PE, 2023.

LIMA, Marcos Rogério de. Entrevista concedida por ‘Nego de João Olegário’ no dia 27 de abril de 2023. Santa Cruz do Capibaribe-PE, 2023.

Notas

1 Rei Momo é um personagem da mitologia grega que se tornou um símbolo do Carnaval em alguns países da América Latina, incluindo Brasil e Colômbia.
2 Trecho da tmúsica *De Chapéu de Sol Aberto (1971)*, compositor: Capiba. Para a produção deste artigo utilizo citação de trechos de músicas em determinadas partes como forma de aproximar a escrita histórica da memória, uma das fontes utilizadas para a produção do texto. Também, procuro trilhar um caminho próprio na construção histórica do tema proposto. As fontes e este percurso metodológico será mais bem explicitado no último tópico do artigo.
3 No tempo presente, 2023, é onde está localizado o Bairro da Palestina.
4 Esta e as demais 40 músicas mencionadas neste artigo podem ser acessadas a partir do link específico do Youtube criado para este artigo: https://youtube.com/playlist?list=PLkmMDVlC3ABwsJ3-xYqFddFXRKkXNpoKK . Acesso em 27 jul. 2023. As letras das músicas podem ser buscadas no site LETRAS: https://www.letras.mus.br/ Acesso em 27 jul. 2023. Tendo em vista que certas composições de frevo não possuem letras, as partituras podem ser acessadas no site BRASIL Sonoro, através do link: https://brasilsonoro.com/secao/generos/frevo/. Acesso em 26 jul. 2023.
5 Trechos de biografia deste e dos demais compositores mencionados neste artigo podem ser encontrados no site ‘Ouvindo frevo’. Disponível em: https://ouvindofrevo.wixsite.com/frevo/compositores. Acesso em 24 abr. 2023.
6 DA SILVA, Marcondes Moreno. *Ypiranga: memórias de uma paixão em azul e Branco. Santa Cruz do Capibaribe-PE*: *s.e*., 2009.
7 Entre outros clássicos do mais autêntico frevo pernambucano, esta é uma singela lista dos sucessos que eram tocados a cada ‘Manhã de Sol’. Outras experiências vividas pelo nobre leitor, pode acrescer esta relação de músicas entoadas no período.
8 Jornal Página Livre, Edição histórica dos 66 anos da S.E.Y.F.C., p. 04, de 03 jul. 2004.
9 Entrevista realizada com o senhor José Carlos Balbino no dia 21 de abril de 2023.
10 Pequenas fábricas de confecções de roupas populares em Santa Cruz do Capibaribe-PE.
11 ALONSO, Aristides Ladesma. Verossimilhança. E-Dicionário de Termos Literários, 2009. Disponível em: https://edtl.fcsh.unl.pt/encyclopedia/verossimilhanca . Acesso em 27 jul. 2023.
12 Os três dias que precedem a entrada da Quaresma. Ou festa popular que se realizava nesses dias, em que os brincantes lançavam uns nos outros farinha, baldes de água, limões de cheiro, luvas cheias de areia etc.

Legenda: Comício do grupo político intitulado: "Boca preta" realizado na rua José Francelino Aragão, conhecida como rua do pátio. No momento do registro, discursava o senhor José Bezerra de Araújo, conhecido como Zé Bispo, ele foi vereador por três mandatos e eleito presidente da câmara por uma vez.
Fonte: Fotografia digitalizada e arquivada por Arnaldo Vitorino.

PARTE II:

HISTÓRIA, POLÍTICA & PODER

Legenda: Inauguração do calçamento da Rua Grande. Na Foto alguns líderes políticos da época, Pedro da Silva Neves, prefeito em exercício na época (1959-1963); Jordi Neves, irmão de Pedro Neves; Padre Zezé. Raymundo Aragão, prefeito nos mandatos (1955-1959 e 1963-1967); Padre Zuzinha, pároco e prefeito entre os anos de 1967-1971 e 1976-1982. Foto feita por Antônio de Roga [Aragão Fotos], no ano de 1960.

Fonte: Fotografia feita por Antônio de Roga, digitalizada por Arnaldo Vitorino.

CIDADE POLARIZADA:

A primeira disputa eleitoral de Santa Cruz do Capibaribe- PE em 1955

Eduardo Bezerra de Melo

A disputa do território: breve contexto geográfico e histórico de Santa Cruz do Capibaribe

Santa Cruz do Capibaribe está localizada no Agreste Setentrional na microrregião do Alto Capibaribe, no Estado de Pernambuco, limitando-se ao Norte e Oeste com o Estado da Paraíba, ao Sul com as cidades do Brejo da Madre de Deus e Jataúba e ao Leste a cidade de Taquaritinga do Norte, a uma distância de 192 Km da capital Recife. A cidade que é conhecida como Terra das Confecções, "Capital da *Sulanca*"[1], "Terra da *Sulanca*", Capital da Moda e Terra das Gameleiras, de acordo como o Censo 2021 informado pelo IBGE, o município tem uma população estimada de 111.812 habitantes e uma área de 335,309km². O seu solo é argiloso, arenoso, pedregoso e rochoso com relevo ondulado.

Em 1929, período em que o Brasil e o mundo estavam em crise por causa da quebra da bolsa de valores de Nova Iorque, fato este que ocasionou a falência do liberalismo. Na vila de Santa Cruz vivia-se o começo da luta pela emancipação política. Santa Cruz pertencia a Taquaritinga do Norte. Os líderes dessa primeira tentativa de emancipação foram: Luiz Alves da Silva[2], José Moraes da Silva[3], Manuel Teodoro Aragão[4], Antônio Alves Aragão[5] e um jovem chamado Raymundo Francelino Aragão.

Em 1938, o Brasil vivia a ditadura do Estado Novo de Getúlio Vargas[6] e o mundo assistia ao desenvolver da Segunda Guerra Mundial. Nesse contexto, foi instituída uma lei que permitia a Vila de Santa Cruz se tornar município, o critério que versa na lei exigia que as vilas possuíssem um mínimo de duzentas casas de moradia. Mesmo assim, mais uma vez o grupo que lutava pela emancipação não conseguiu derrotar as forças políticas de Taquaritinga do Norte. Em 1943, o grupo liderado pelo então vereador de Taquaritinga do Norte, Raymundo Aragão, mais uma vez pleiteou a emancipação política de Santa Cruz, sendo derrotado pelo presidente da comissão de Divisão Administrativa do Estado de Pernambuco, conhecido por Mário Melo.

O Professor Lindolfo Pereira de Lisboa[7], em seu livro *Raimundo Aragão: sua vida, suas obras (1990)* nos traz este episódio da luta pela emancipação política de Santa Cruz do Capibaribe.

> A comissão de divisão administrativa do Estado, tendo como

> presidente o Dr. Mário Melo, inimigo gratuito de Santa Cruz, deu parecer contrário à independência de Santa Cruz. O presidente da comissão alegou falta de tempo para um estudo mais apurado do memorial enviado. O argumento do inteligentíssimo Mário Melo é por demais esfarrapado. Ora, se não houve tempo para estudar o assunto, protelasse este tempo, mas não se desse um parecer desfavorável sem a justa apreciação da causa. Além disso, a desculpa de falta de tempo também é furada porque o memorial foi enviado ao Dr. Mário Melo em maio e só no dia 3 de novembro, vem a comissão alegar falta de tempo. Se o mundo se desmoronasse por causa de uma injustiça, Mário Melo caído aos pedaços quando deu o seu parecer contra a vila de Santa Cruz. A respeito daquele parecer, o interventor, para justificar sua omissão, escreveu um artigo sob o título "divisão administrativa" na Folha da manhã de 27 de novembro de 1943, edição da tarde, o qual foi lido na Rádio Clube de Pernambuco.
>
> **Lindolfo Pereira de Lisboa, Raimundo Aragão: sua vida, suas obras, de 1990, p. 63.**

Outra tentativa de emancipação política em 1948, do grupo liderado por Raymundo Aragão, teve o apoio do Deputado Estadual Tabosa de Almeida[8] que apresentou o projeto mais uma vez. No entanto, o grupo que se mostrava contrário a emancipação política de Santa Cruz, liderado por: Manoel Rufino de Melo[9], Manoel Caboclo[10] e João Pereira Sobrinho[11] foi ao prefeito de Taquaritinga do Norte, que na época era representado por Severino Cordeiro de Arruda[12], e exigiu que fechasse a questão contra a criação do município. Então Severino Arruda pressionou os seus aliados na Assembleia Legislativa de Pernambuco o que culminou mais uma vez na derrota do processo de emancipação política-administrativa da cidade.

Na fase da República Populista no Brasil[13]. Segunda Era Vargas, no dia 29 de dezembro de 1953, no Palácio do Campo das Princesas, na cidade de Recife, o governador do Estado de Pernambuco Etelvino Lins de Albuquerque[14], assinou e sancionou a Lei n° 1818, que elevava à condição de cidade, banhada pelo rio Capibaribe. Assim, o município ganhou o nome da junção entre Santa Cruz – nome este que tinha desde o período em que era vila – e o rio Capibaribe, resultando em Santa Cruz

do Capibaribe. Bruno Bezerra de Souza Pereira[15] em seu livro "Caminhos do Desenvolvimento" afirma que:

> A povoação, banhada pela margem esquerda do Rio Capibaribe, era denominada apenas Santa Cruz. O então distrito, que integrava o território de Taquaritinga do Norte, foi criado em 18 de abril de 1892. Tornou-se município autônomo pela Lei nº 1818 de 29 de dezembro de 1953, assinada e sancionada pelo então governador do Estado de Pernambuco Etelvino Lins de Albuquerque. Tornando-se emprestado o nome do rio que banha, incorporou-se a denominação do município o nome Capibaribe. Capibaribe ou caapiuar-y-be ou capibara-ybe (ou ipê), vem da língua tupi e significa rio das capivaras ou dos porcos selvagens. A partir daquele momento, a cidade passava a se chamar Santa Cruz do Capibaribe.
>
> **Bruno Bezerra de Souza Pereira, Caminhos do Desenvolvimento, de 2004, p. 23 e 24.**

Finalmente, o grupo liderado por Raymundo Aragão e os colaboradores como João Deodato de Barros[16], José Francisco Barbosa[17] (Duda Barbosa) e o Deputado Estadual Tabosa de Almeida comemoraram a conquista da emancipação política-administrativa de Santa Cruz do Capibaribe.

1955: a primeira disputa eleitoral em Santa Cruz do Capibaribe

Os dois primeiros prefeitos de Santa Cruz do Capibaribe foram interinos, são eles: o Tenente da polícia militar do Estado de Pernambuco, e Teófanes Ferraz Torres Filho. O prefeito nomeado após a emancipação, que governou de 1953 a 1955, afastou-se do cargo para disputar a eleição através do voto popular. Na ocasião, foi nomeado outro prefeito interino, João Deodato de Barros, que governou até a primeira eleição de 1955.

Em 1955, aconteceu a primeira eleição direta para os cargos majoritário e legislativo em Santa Cruz do Capibaribe. Os candidatos estavam à escolha da população: de um lado havia o Tenente da polícia militar, o paraibano Teófanes Ferraz Torres Filho, e do outro lado Raymundo

Francelino Aragão. A Revista Atual[18], em sua primeira edição, de janeiro de 2004, faz uma referência sobre essa disputa eleitoral:

> Logo após os primeiros momentos das comemorações da emancipação política, Santa Cruz teve o seu primeiro prefeito interino, que foi o tenente da Polícia Militar de Pernambuco, o paraibano Tenente Teófanes Ferraz Torres Filho, nomeado pelo governador do Estado de Pernambuco Etelvino Lins, enquanto chegasse o tempo das eleições. Os candidatos à escolha popular por meio da primeira eleição direta em Santa Cruz foram de um lado, o próprio Tenente Teófanes e do outro, Raimundo Francelino Aragão.
>
> **Revista Atual, janeiro de 2004, p. 46.**

Nessa época já havia a culturalmente conhecida "mala ou panela política", isto é, uma espécie de ágora grega dos tempos modernos, um local ou espaço livre, em que as pessoas usam para conversar de forma franca e aberta. Mas o principal tema da conversa era a política partidária. Essas "malas políticas" aconteciam na Rua Dr. José Bezerra,[19] conhecida por Rua Grande. "As malas ou panelas políticas" eram não somente um espaço de cidadania e democracia, mas também um espaço em que os grupos políticos locais garantiam a manutenção e conservação do seu poder.

A partir dessas "malas ou panelas políticas", surgiram os primeiros grupos políticos da cidade. As pessoas que apoiavam Raymundo Aragão foram chamadas de "Cabeça Inchada" ou "Cabeção", pois o apelido deu-se por causa da sua cabeça considerada grande. Já quem apoiava o Tenente Teófanes Ferraz eram pessoas originárias de Taquaritinga do Norte, onde havia um partido denominado "Boca-Preta". Mas em Santa Cruz do Capibaribe o motivo desse apelido era porque na Rua Grande havia um cachorro bravo, que pertencia a João Deodato. O vira-lata tinha o focinho preto e era traiçoeiro, atacava as pessoas na rua. Na época, as pessoas de oposição chamavam muitos palavrões e eram muitos agressivas nos seus discursos políticos, o que determinou ficarem conhecidas por "bocas-pretas".

Em um trecho da entrevista gravada com o professor e memorialista José de Oliveira Góis[20], em junho de 2011, o mesmo, cita o

surgimento dessas agremiações políticas[21] em Santa Cruz do Capibaribe:

> O surgimento desses grupos foi na década de 40. Aqui já tinha uma briga política por causa da emancipação de Santa Cruz do Capibaribe. As pessoas favoráveis a emancipação política de Santa Cruz, o líder desse grupo era Seu Raymundo Aragão. Os Contrários a emancipação, o líder desse grupo era Manoel Rufino, aliados do Prefeito de Taquaritinga Severino Arruda. O grupo de Seu Raymundo Aragão era chamado de cabeça inchada ou Cabeção, por causa da sua cabeça volumosa. Já os bocas-pretas foi por causa de um cachorro vira-lata que pertencia ao João Deodato, tinha o focinho preto. O cachorro era traiçoeiro e atacava pelas costas e mordia nos calcanhares das pessoas que passavam pela Rua Grande. O grupo de Seu Raymundo dizia que a oposição era mais traiçoeira do que o cachorro de João Deodato. Naquela época chamar alguém de cachorro era uma ofensa. Já tinha um partido com nome de boca-preta lá em Taquaritinga. Então eles ficaram conhecidos por esse nome.
>
> **Entrevista realizada com o senhor José de Oliveira Góis em junho de 2011.**

A campanha política

As chapas formadas para a disputa eleitoral do grupo dos “Bocas-Pretas”[22] para o cargo de prefeito eram compostas pelo Tenente da polícia militar, o paraibano Teófanes Ferraz Torres Filho, filiado a União democrática Nacional (UDN) e pelos candidatos a vereadores: Lourival Ferreira de Morais[23], Braz de Lira[24], João Morais da Silva[25], Francisco de Assis Muniz, Severino Balbino Bezerra, Armando Aleixo de Barros, Eliseu Cordeiro de Souza, Manoel Rufino da Silva, João Pereira Sobrinho, Josué Francisco de Queiroz, José Manoel do Nascimento e José Pereira Neto, todos filiados a UDN. Do outro lado, o grupo da oposição identificado como grupo dos “Cabeções”[26] era composto por Raymundo Francelino Aragão[27], visto como o filho da terra que lutou pela emancipação, filiado ao Partido Republicano (PR), Partido Social Democrático (PSD) e Partido Republicano Trabalhista (PRT) e os candidatos a vereadores: João Deodato de Barros, Manuel Barbosa da Silva[28], Rodolfo Francelino Aragão[29], Antônio Colino Irmão[30], José Francisco Barbosa, Inácio

Abílio Aragão[31], José da Silva Neves[32], Manoel Galdino Sobrinho[33], José Gomes Ribeiro[34] e Manoel Batista da Silva[35], todos filiados ao Partido Republicano Trabalhista(PRT).

No Cenário nacional, os "Bocas-Pretas" apoiam para Presidente da República, o candidato General Juarez Távora[36] e formaram a coligação Frente de Renovação Nacional (UDN, PDC[37], PL[38] e PSB[39]). Já os "Cabeções" apoiam para Presidente da República, o candidato Juscelino Kubitschek[40] e formaram a coligação Aliança Social Trabalhista (PSD, PTB[41], PR, PTN[42], PST[43] e PRT).

Por volta da década de 1950, Santa Cruz do Capibaribe era uma contramão geográfica e política no estado. Em geral, deslocavam-se até a cidade, apenas, pouquíssimas pessoas para visitar seus parentes, outros poucas que voltavam para suas casas ou tinham negócios no município, ou ainda aqueles políticos em época de eleições. Nesse período, os caminhoneiros tiveram papel de destaque na economia e política santa-cruzense, pois carregavam os caminhões de algodão produzido na região para revendê-lo às grandes empresas de outras cidades de Pernambuco. Igualmente, carregavam os caminhões com carvão vegetal, entre outras coisas para diversas cidades do estado, fazendo girar a economia da região. Ao regressarem, traziam outras mercadorias, que não se encontrava em Santa Cruz do Capibaribe. As pessoas eram transportadas nos caminhões pau-de-arara[44] para os comícios no Pará e Poço Fundo. Os mesmos caminhões serviam de palanque para os candidatos em época de campanha eleitoral.

Nesse período, as campanhas políticas eram simples, a saber, eram constituídas por comícios, passeatas, visita porta a porta e "malas ou panelas políticas" eram feitas na sede, Pará e Poço Fundo. Os comícios e as passeatas eram febres em tempos de eleição, especialmente, por aproximarem ainda mais os candidatos de seus eleitores, constituindo uma tática eficiente na arte da conquista pelo voto. Os comícios eram geralmente realizados embaixo das gameleiras, no chão batido ou nos caminhões de pau de arara, com discursos acalorados ao som das bandas de pífanos[45], com as danças de roda de quebra-lajeiro[46] e o coco de roda[47].

O período de Campanha política, é marcado por grandes transformações na rotina da pequena cidade de Santa Cruz do Capibaribe.

Crianças, adultos e idosos, mesmo os que raramente saiam de casa, veem nos comícios locais uma rara fonte de lazer: é o grito, é o canto, é a dança, é o riso; ricos e pobres juntos na maior manifestação popular que Santa Cruz já viu. Tudo é festa nesse grande circo a céu aberto. As estratégias e os mecanismos de controle político, utilizados pelos setores dominantes, são das festas populares tradicionais ou inventadas. A tradicional Festa do Padroeiro São Miguel, acontece no final do mês de setembro de cada ano, em Santa Cruz do Capibaribe. A Festa de São Miguel constitui-se como uma oportunidade de diversão para a população, em que experimenta uma escassez quase total de opções de lazer na cidade. Na primeira disputa eleitoral, a festa serviu de trampolim político, tanto para o grupo dos "Cabeções" quanto para o grupo dos "Bocas-pretas", com a finalidade de conquistar o eleitorado. Nesse sentido, percebemos a estratégia do uso da força do sagrado através da tradição da festa e da fé popular para eventuais ganhos políticos.

O historiador José Adilson Filho[48]em seu escrito *A cidade Atravessada – Velhos e novos cenários na política belo-jardinense (2009)*, nos traz uma reflexão importante a respeito das camadas populares:

> As camadas populares vivenciam cotidianamente a política destes grupos como uma coisa que transcende o mero interesse material ou de manutenção da situação de classe, mas como algo que contém forte conteúdo simbólico e que precisa ser entendido através de seu significado, ou seja, das múltiplas coisas que lhe dotam sentido. Neste caso, a análise da política local se complexifica, pois pode se apresentar como momento de festa e de guerra, em que se misturam a tragédia e a comédia, ora como momento da revanche e do ressentimento, ora como fruto da lógica da dádiva ou da esperança e da realização de muitos desejos individuais, quase nunca como possibilidade da construção de uma cidadania mais coletiva.
>
> **José Adilson Filho, A cidade atravessada, de 2009, p. 72.**

Os Negros do Alto[49], desde a década de 1920 do século XX, eram os responsáveis pelas manifestações culturais de Santa Cruz do Capibaribe, eles dispunham de diversos instrumentos, alguns deles, fabricados por eles próprios. Eles utilizavam diversas manifestações artísticas típicas

de sua cultura, tais como; as bandas de pífanos, grupos folclóricos como a roda de quebra-lajeiro, coco de roda e as cirandas. Nos comícios, os Negros do Alto faziam parte da sonorização do evento, utilizando as bandas de pífanos e as danças de roda do quebra-lajeiro para animar os comícios.

A Sociedade musical Novo Século[50] foi sustentada, ao longo de seus 122 anos de existência, pelo amor de seus integrantes à Instituição. Com um quadro social exíguo, sem maiores recursos, a entidade nem sempre podia adquirir ou consertar todos os instrumentos de que careciam. Assim, eram os músicos quem os faziam, apesar de nada receberem para se apresentarem nas festas do lugar e da redondeza. Os músicos da Banda Novo Século participavam das campanhas políticas, e se dividiam entre as duas alas políticas, animando os santa-cruzenses dos anos 50 com seus desfiles pelas ruas da cidade, tocando, entre velhos dobrados, Cisne Branco ou canção do marinheiro e os jingles nas passeatas e comícios.

Raymundo Aragão era o favorito na disputa para o cargo de prefeito de Santa Cruz do Capibaribe, por causa da sua luta em prol a emancipação política da cidade, e, além disso os seus comícios e passeatas, arrastava muitas pessoas que cantavam sua música. Em um trecho da entrevista gravada com Marilene Bezerra de Melo[51], em maio de 2011, lembra e cita o jingle:

Arreda povo
Deixa Raymundo passar
Ele é candidato
Desse lugar
É fogo, é lenha,
É brasa é carvão.
Sou Raymundo na prefeitura
E o Tenente no batalhão.

Música de campanha para prefeito de 1955.
Autor desconhecido.

Nos comícios de Raymundo Aragão, os Negros do Alto formavam uma banda de Pífanos tinha como integrantes: Pedro Paulo e Guila, nos pífes; Siba Tocô no bombo ou zabumba; Brenha no surdo; Souza no

tarol e Zé Paulo nos pratos. Nas rodas de quebra-lajeiro, o Pedro Paulo cantava um refrão que dizia assim:

> Quem libertou Santa Cruz
> Foi Seu Raymundo Aragão.
>
> **Pedro Paulo, Refrão da campanha para prefeito de 1955.**

Em um trecho da entrevista gravada com o professor e memorialista José de Oliveira Góis, em junho de 2011, também cita os Negros do Alto animando nos comícios políticos do candidato Raymundo Aragão:

> Na Rua do Alto, os Negros do Alto eram os responsáveis pelas manifestações culturais da cidade. As bandas de pífano fazendo a sonorização dos comícios de Seu Raymundo Aragão e sendo comandadas por Guila e Pedro Paulo. As danças folclóricas como as rodas de quebra-lajeiro e de coco de roda animavam os comícios de Seu Raymundo Aragão com ritmo batendo as mãos e os pés com citação de versos.
>
> **Entrevista realizada com o senhor José de Oliveira Góis em junho de 2011.**

A votação

Os eleitores aptos para votar na cidade de Santa Cruz do Capibaribe eram 2.300 distribuídos em 8 seções. A eleição foi organizada pela justiça eleitoral comandada pelo juiz da comarca Naércio Cyreno Gonçalves[52] e teve o apoio do Promotor público Telga de Araújo[53] e da Polícia militar de Pernambuco, comandada pelo delegado sargento José Luiz[54].

A votação ocorreu no dia 03 de outubro, numa segunda-feira. Os eleitores foram votar nos cargos[55] de Presidente da República, Vice-presidente, Prefeito e Vereadores. A sede da votação aconteceu na Rua Grande, no sobrado de Ester Aragão[56] com 5 seções. No Pará havia 2 seções de votação e em Poço Fundo, apenas 1 seção. Na votação das legendas o PRT obteve 1.014 votos, cerca de 60,8% e a UDN obteve 615 votos, cerca de 36,9%. Já os votos brancos foram contabilizados 30% e, os votos nulos 7, cerca de 2,3%. Na eleição majoritária, os votantes foram

1.666. Pelo seu desempenho na luta de emancipação, Raymundo Aragão venceu a eleição de 1955 com 1.048 votos, cerca de 62,9% dos votos contra 592 votos, cerca de 35,5% que o Tenente Teófanes Ferraz recebeu. Os votos nulos foram 26, cerca de 1,6% e abstenção de 634 eleitores.[57] Na eleição proporcional dos vereadores, o quociente eleitoral foi de 184 para 9 lugares. O PRT tinha 10 candidatos e conseguiram eleger 6. A UDN tinha 12 candidatos e conseguiram eleger 3.

A vitória nas eleições de 1955 consagrou a figura de Raymundo Aragão na história política. Este, foi considerado "um mito", "um herói" e "um libertador", por sua luta na emancipação política de Santa Cruz do Capibaribe. Em qualquer cultura há símbolos que falam. De acordo com o que defende o historiador francês Roger Chartier, "[...] as representações permitem ver a ausência e o ao mesmo tempo é a apresentação de uma presença".[58]

Na ocasião, o prefeito eleito, Raymundo Aragão, conseguiu eleger seis vereadores: João Deodato de Barros, Manuel Barbosa da Silva (Nezinho do Pará), Rodolfo Francelino Aragão, Antônio Colino Irmão, José Francisco Barbosa (Duda Barbosa) e Inácio Abílio Aragão. A oposição conseguiu eleger apenas três vereadores: Lourival Ferreira de Morais, Braz de Lira e João Moraes da Silva.

A câmara de vereadores de Santa Cruz do Capibaribe foi criada quando a primeira mesa diretora tomava posse no dia 03 de outubro de 1955, na Rua Dr. José Bezerra, conhecida por Rua Grande nº 277, no centro. A primeira mesa diretora foi formada por: João Deodato (Presidente), Antônio Colino (Vice-Presidente), Inácio Abílio Aragão (Primeiro Secretário) e Nezinho do Pará (Segundo Secretário).

Um fato curioso nessa eleição não existia, os candidatos a vice-prefeitos. No dia 07 de outubro de 1955, Raymundo Aragão foi proclamado prefeito eleito da cidade de Santa Cruz do Capibaribe e diplomado no dia 21 de outubro pelo Juiz Naércio Cyreno Gonçalves. Raymundo Aragão governou de 1955 a 1959.

Considerações finais

Este trabalho propôs o desenvolvimento da compreensão leitora

e servir como um dos norteadores para o cidadão acerca do tema em foco discutido neste artigo. A leitura não é apenas exercício escolar, mas uma forma de relação com mundo pela construção de significados. A relevância desse trabalho se dá pelo fato da história de Santa Cruz do Capibaribe ser, muitas vezes, desconhecida e desprezada até mesmo por seus próprios munícipes.

É interessante pensar a importância dessa primeira disputa eleitoral de 1955, pois as discussões sobre política vêm ganhando espaço significativo junto à sociedade brasileira, principalmente na contemporaneidade. Uma nova visão historiográfica – fenômeno, movimento ocorrido mundialmente aliado ao fácil acesso à informação, através das redes sociais e as atuais mudanças políticas vivenciadas no país nos últimos anos vêm trazendo à tona discussões sobre como a falta de participação política impacta o dia a dia do cidadão.

Esse tema é importante, pelo fato de que um povo que não conhece sua história e as batalhas travadas por aqueles que lhes antecedem, pode tornar-se ignorante em relação até mesmo à compreensão da atualidade local. A não aquisição desse conhecimento histórico local tão próximo ao povo, pode resultar na falta de valorização da própria história, considerando importante somente a história geral. Apesar de esta ser essencial, não retira a relevância daquela, isto é, da história regional. Portanto, é necessário compreender a História como uma construção realizada pelas ações humanas em diferentes épocas e espaços, valorizando, portanto, o papel dos indivíduos como criadores de realidades e agentes das transformações, a partir das relações sociais que constroem entre si, formando cidadãos dotados de visão crítica da realidade e de espírito participativo é em que este trabalho pretende contribuir.

Referências bibliográficas

ADILSON FILHO, José. A oligarquia dos Mendonça. In: *A cidade atravessada: velhos e novos cenários da política belo-jardinense (1969 – 2000)*. Recife, 2009.

CHARTIER, Roger. *O mundo como representação*. In: Estudos avançados. Vol. 5 nº. 11. São Paulo, Jan/Abr.1991.

JULIÃO. Gilson José**.** *Cultura Política em torno da figura de Padre Zuzinha em Santa Cruz do Capibaribe-PE (1968-1986)*. Campina Grande, 2010.

LISBOA, Lindolfo Pereira**.** *Raimundo Aragão*. Brasília: Edições Miram Regina, 1990.

MELO, Eduardo Bezerra de. *Coronelismo remanescente no nordeste contemporâneo: Um estudo dos mecanismos de controle coronelesco em Santa Cruz do Capibaribe*. Caruaru, 2011.

PEREIRA, Bruno Bezerra de Souza. *Caminhos do Desenvolvimento*. São Paulo: Edições Inteligentes. 2004.

SANTOS, Saulo Alves. *Santa Cruz do Capibaribe: A construção de uma simbologia partidária a partir da emancipação (1953-1966).* Campina Grande, 2015.

Fontes

FONTES ORAIS

MELO, M. B. *Marilene Bezerra de Melo: depoimento [mai. 2011]*. Entrevistador: Eduardo Bezerra de Melo.

GÓIS, J. O. *José de Oliveira Góis: depoimento [jun. 2011].* Entrevistador: Eduardo Bezerra de Melo.

FONTES IMPRESSAS

Revista Atual, Santa Cruz do Capibaribe, nº 4. jan. 2004.

FONTES ELETRÔNICAS

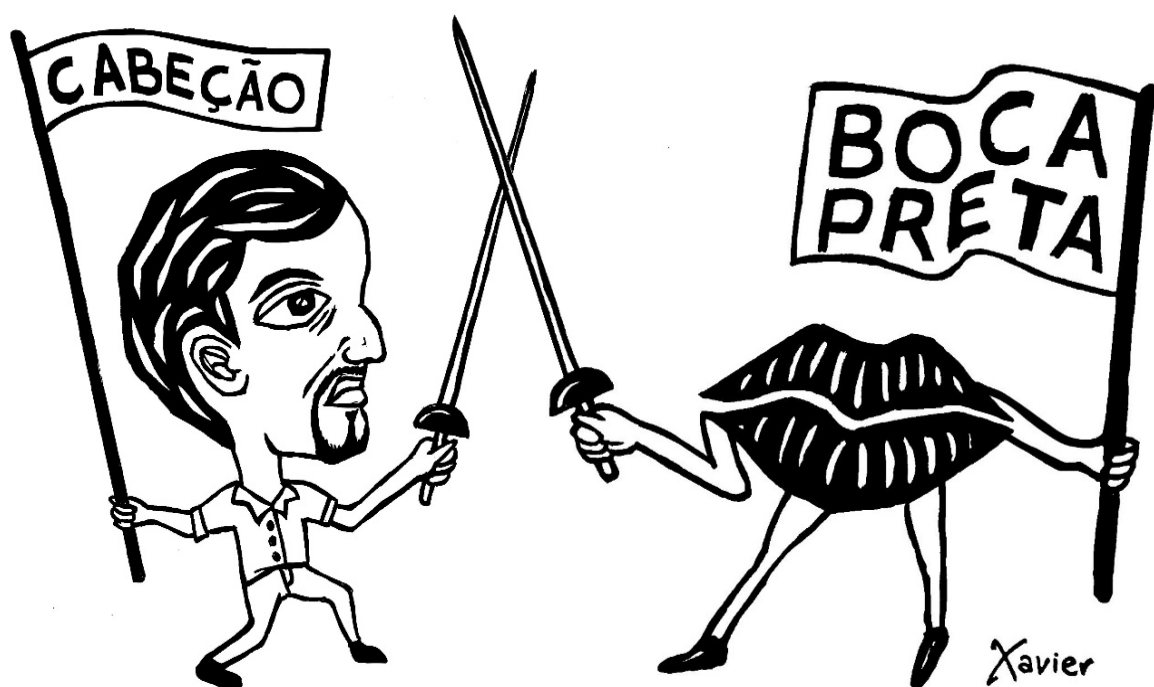
TRE-PE. Disponível em:
<http://www.tre´pe.gov.br/publicanet/ServletMontarPagina.do?codObjetoPagina=3>. Acesso em: 20 mai. 2011.

Notas

1 Tipo de confecção de roupas, inicialmente produzida a partir de retalhos de sobras de tecidos. Foi responsável pela formação polo de confecções do agreste de Pernambuco formado por Santa Cruz do Capibaribe, Toritama e Caruaru.
2 Empresário e agropecuarista que contribuiu muito no processo de modernização local. A "patente" de Coronel era um tratamento dado pela população da época respaldado no coronelismo.
3 Comerciante santa-cruzense.
4 Comerciante santa-cruzense.
5 Comerciante santa-cruzense.
6 Foi Presidente do Brasil em duas ocasiões: a primeira de 1930 até 1945 e a segunda de 1951 até 1954.
7 Professor em Santa Cruz do Capibaribe entre as décadas de 1970 e 1990. Escreveu duas biografias, a do Padre Zuzinha e a de Raimundo Aragão.
8 Adalberto Tabosa de Almeida foi deputado estadual. e deputado federal por Pernambuco. Na época ajudou Raymundo Aragão pela luta da emancipação.
9 Foi um funcionário público de Taquaritinga do Norte. Este morava na vila de Santa Cruz e era representação dos interesses da sede na vila.
10 Comerciante santa-cruzense.
11 Comerciante santa-cruzense.
12 Foi prefeito de Taquaritinga do Norte em três ocasiões: a primeira de 1937 até 1945, a segunda de 1946 até 1951 e a terceira 1955 até 1959.
13 Terceira fase da República Brasileira de 1945 até 1964.
14 Governou o Estado de Pernambuco em duas ocasiões: a primeira em 1945, como interventor federal e a segunda de 1952 até 1955.
15 Empresário santa-cruzense. Atualmente presidente do CDL (Câmara de Dirigentes Lojistas).
16 Foi considerado grande parceiro de Raymundo Aragão na luta pela emancipação.
17 Político santa-cruzense. Participou na luta pela emancipação de Santa Cruz do Capibaribe.
18 Revista editada entre 2003 até 2005 com periodicidade bimestral. Fundada por Israel de Carvalho Leite, jornalista e professor santa-cruzense.
19 Em 1983, a Rua Grande passou a ser chamada Avenida Padre Zuzinha pela lei de nº 004/83. A Rua Grande tinha três nomes: A parte de trás da Igreja Matriz era chamada Praça Tiradentes. Da Igreja Matriz até a esquina do antigo Banco Santander era chamado Rua Manoel Borba e dessa esquina até as margens

do Rio Capibaribe era chamado Rua Dr. José Bezerra.
20 Conhecido como Jota Oliveira. Formado em Língua Portuguesa pela faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Caruaru. É um grande memorialista dos fatos históricos de Santa Cruz Capibaribe.
21 Segundo o historiador Saulo Alves, na sua monografia de conclusão de curso na UEPB (2014) intitulada *Santa Cruz do Capibaribe: a construção de uma simbologia político-partidária a partir da emancipação. (1953-1966)*, o nome "Cabeção" era uma referência ao tamanho avantajado da cabeça de Raimundo Aragão.
Segundo. O historiador Gilson Julião na sua monografia de conclusão do curso na UEPB (2010) *intitulada Cultura Política em torno da figura de Padre Zuzinha em Santa Cruz do Capibaribe* sustenta que o nome "Boca-Preta" seria uma alusão a um cão raivoso que vivia na Rua Grande.
22 No cenário nacional da política partidária os bocas pretas estavam vinculados aos quadros dos partidos: UDN, ARENA, PDS, PFL, DEM, PSDB e PSDC.
23 Empresário e político santa-cruzense. Foi vereador por 3 mandatos consecutivos (1955-1959, 1959-1963 e 1963-1968).
24 Comerciante e político santa-cruzense. Foi Vereador (1955-1959), Prefeito (1973-1976) e Vice-Prefeito (1983).
25 Comerciante e político santa-cruzense. Foi Vereador por 1 mandato (1955-1959).
26 No cenário nacional da política partidária, os cabeções, cabecinhas e taboquinhas estavam vinculados aos quadros dos partidos: PSD, PRT, PMDB, PSB, PTB e PP.
27 A Constituição de 1946, permitia a filiação por mais um partido. Raymundo Aragão era filiado aos três partidos na época.
28 Conhecido como Nezinho do Pará, agricultor e político santa-cruzense. Foi Vereador por 2 mandatos (1955-1959) e (1977-1982).
29 Comerciante e político santa-cruzense. Foi Vereador por 3 mandatos (1955-1959), (1959-1962) e (1963-1968)
30 Comerciante e político santa-cruzense. Foi Vereador por 1 mandato (1955-1959).
31 Comerciante e político santa-cruzense. Foi vereador por 2 mandatos (1955-1959) e (1963-1968).
32 Conhecido como Zé Neves. Comerciante santa-cruzense.
33 Conhecido como Manoelzinho Enfermeiro. Enfermeiro santa-cruzense.
34 Conhecido como Zé Neco. Comerciante e político santa-cruzense. Foi vice-prefeito por 2 vezes (1959-1963) e (1963-1968).
35 Comerciante e político santa-cruzense.
36 Juarez do Nascimento Fernandes Távora foi militar e político cearense. Tinha apelido de "Vice-Rei do Norte" Foi deputado federal por duas vezes: um por Ceará (1930) e outra pelo Estado da Guanabara (1963-1967), ministro dos Transportes e da Agricultura no Governo de Getúlio Vargas (1930-1945), chefe do gabinete militar do Brasil no Governo de Café Filho (1954-1955)

e ministro de Viação e obras públicas no governo de Castelo Branco (1964-1967). Foi candidato a presidente da República duas vezes: (1955 e 1964) e saiu derrotado nas duas eleições.
37 Partido Democrata Cristão.
38 Partido Libertador.
39 Partido Socialista Brasileiro.
40 Juscelino Kubitschek de Oliveira foi médico e político mineiro. Também conhecido pelas suas iniciais JK. Foi de deputado federal por Minas Gerais duas vezes (1935-1937 e 1946 -1951), prefeito de Belo Horizonte (1940-1945), governador de Minas Gerais (1951-1955), presidente da República (1956-1961) e senador por Goiás (1961-1964).
41 Partido Trabalhista Brasileiro.
42 Partido Trabalhista Nacional.
43 Partido Social Trabalhista.
44 É um meio de transporte irregular que ainda é utilizado no Nordeste do Brasil. Consiste em se adaptar nos caminhões para o transporte de passageiros, constituindo-se em substituto improvisado para os ônibus convencionais. Segundo o folclorista Câmara Cascudo, o termo migrou para designar o meio de transporte improvisado em razão da algazarra feita pelas aves, similar à dos passageiros que usam tal veículo, em precário arranjo, promiscuidade e desasseio.
45 As bandas de pífano são grupos instrumentais de percussão e de sopro. Criada pelo trabalhador rural e zabumbeiro alagoano Manoel Biano, em 1924, a banda nasceu para perpetuar a tradição da Zabumba Cabaçal, cultivada ao longo de décadas pela família Biano. Os instrumentos que compõem a banda podem variar de acordo com a região ou estado brasileiro. No entanto, em geral, a base é formada por dois pífanos – que comandam a banda –, um surdo, um tarol (instrumento de percussão similar à caixa) e um bombo (tambor cilíndrico de grande dimensão), também conhecido como zabumba.
46 A dança Marzuca vinda da Polônia que se adaptou no Brasil com o nome de quebra-lajeiro. Homens e mulheres fazem uma roda de ciranda, uma pessoa vai para o centro da roda para puxar os versos e as outras pessoas vão respondendo esses versos. Faziam uma alpercata de couro como o solo de borracha de pneu. O ritmo é batendo na palma da mão e com o mesmo compasso.
47 É uma dança de roda e ritmo da região Nordeste do Brasil. De origem remota, surgiu nos engenhos de açúcar da antiga Capitania de Pernambuco (atuais estados de Pernambuco, Alagoas e Paraíba), com influências dos batuques africanos e dos bailados indígenas. A primeira referência que se tem sobre o coco data da segunda metade do século XVIII.
48 Graduado em História pela Faculdade de Formação de Belo Jardim (1993), mestrado em História pela Universidade Federal de Pernambuco (2002) e doutorado em Sociologia pela Universidade Federal da Paraíba (2011). Atualmente é professor titular da Universidade Estadual da Paraíba.
49 Não se sabe a origem deles. Eram os moradores da Rua do Alto, hoje a atual Avenida Jatobá. O apelido dado pelos brancos de Santa Cruz do Capibaribe.

50 A banda musical foi fundada no dia 4 de outubro de 1900, por Tenente Pedro Ferreira Pedrosa e José Teodoro Aragão, chamado de Major Negrinho que se chamou, no início, Sociedade Musical Triunfo Santa-cruzense, hoje Sociedade Musical Novo Século.
51 Conhecida como Lena Balbino. Costureira e comerciante santa-cruzense. É uma grande memorialista dos fatos históricos de Santa Cruz Capibaribe.
52 Foi o 1º Juiz da Comarca de Santa Cruz do Capibaribe. Responsável pela eleição.
53 Foi o 1º Promotor da Comarca de Santa Cruz do Capibaribe.
54 Foi o 1º delegado da polícia militar de Santa Cruz do Capibaribe.
55 A Constituição de 1946, permitia a eleição para os cargos de vices: Presidente, governador e prefeito.
56 Professora.
57 Dados do TRE-PE (Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco).
58 CHARTIER, Roger. *O mundo como representação*. In: Estudos avançados. Vol. 5 nº. 11. São Paulo, jan./abr. 1991, p. 15.

Legenda: Arte gráfica feita por Fábio Xavier sob o título “Cabeção e Boca-Preta”.
Artista: Fábio Xavier, Santa Cruz do Capibaribe, 2023.

“VAI COMEÇAR TUDO DE NOVO!”:

O surgimento dos grupos políticos “Cabecinha” e “Boca-Preta” em Santa Cruz do Capibaribe-PE, uma análise histórico-política

Saulo Alves dos Santos

Santa Cruz do Capibaribe: a construção de um capital político partidário

> As razões que me motivaram a escolher este caminho estão diretamente relacionadas com as questões que me cercam na contemporaneidade, pois o meu olhar sobre o passado carrega as imagens da minha época, as indefinições do meu tempo, as cores pouco nítidas das minhas inquietações.
>
> **Antonio Paulo Rezende, (Des)Encantos Modernos, de 1997, p. 15.**

A relação passado e presente dentro da historiografia é algo que está em constante diálogo, nesse sentido, as tramas políticas vivenciadas em Santa Cruz do Capibaribe-PE nos primeiros anos após a emancipação, é que irão dar o tom das novas tramas que viriam a acontecer nesse contexto. Os comportamentos coletivos do presente, seguem linhas de pensamentos de uma coletividade do passado. Dentro dessa perspectiva, a ideia de comportamentos coletivos nos remete também à ideia de uma identidade coletiva, já que o comportamento diz muito sobre o modo de ser de uma determinada pessoa ou sociedade, nesse caso, revela-se de certa forma sua identidade.

Partindo desse pressuposto, para que se possa adentrar de fato na historiografia das facções político-partidárias de Santa Cruz do Capibaribe, é coerente citar aqui os versos do poeta popular Luciano Araújo das Neves de Araújo[1], pois ele consegue traduzir de uma maneira simples e objetiva o imaginário social da coletividade santa-cruzense. Embora o poema tenha sido escrito recentemente, ele traduz muito do que a política representa para esta sociedade, cabendo analisá-lo como uma produção do tempo presente, mas que pode ser visto como uma ligação com o passado já que, "por mais contemporânea que seja a nossa reflexão histórica, ele sempre será tributária do passado"[2]. Vejamos o poema:

> Vou fazer uma poesia contando uma história verídica
> Na verdade eu queria mesmo era fazer uma crítica
> Pelo amor de Jesus o povo de santa cruz é apaixonado por política
> A oposição critica a situação tenta dar uma resposta
> Quem tem amigo do outro lado com o próprio amigo se desgosta

E no tempo da eleição rola mais de um milhão de reais só em aposta
A passeata é o que o povo gosta parece uma micareta
Um dia eu fui numa loja comprar uma camiseta
Meu irmão eu juro a tu, só porque era azul já disseram: "o poeta é boca preta"
Eu fui comprar uma prancheta, lá embaixo numa lojinha
Pra guardar meus caderno, os lápis essas coisinha
Só porque era "vermea" me disseram eita cor "fea" o poeta é taboquinha
E essa tal de lambadinha? Home por "Nossa Sinhora"
O caba bota no som no carro, puin no canto e vai simbora
O dia todim ripitindo e o eleitor só ouvindo e fazendo o "V" da vitória
E eu quero contar agora sobre os caba que carrega político, pense numa paixão profunda?
O caba pegou o candidato e levanto-lo pela bunda, no meio da multidão andou quatro quarteirão com o político na cacunda
E teve um dia de segunda, que eu só faltei explodir
Quando eu tava cochilando veio um carro de som tocando somente preu num dormir
O caba dizia: "alô santa cruz minha paixão"
Eu ligava a televisão mas nem podia assistir
E quando eu vim morar aqui eu fiquei admirado
O caba ganhou na eleição, numa aposta, um carro novo, zerado
Disse eu não quero o carro não, que ele é lá do outro lado
Levo-lo pra passeata pulou encima da lata deixo-lo todo amassado
Nos comício é engraçado, o povo faz o que o candidato quer
É todo mundo aplaudindo tem o forró do minino e tem o forró do Zé
Se o candidato mandar o caba se abaixar não fica ninguém em pé
Isso foi uma crítica, política, poética que eu preparei pra vocês
Veja quem se elegeu se as coisas que prometeu se na verdade ele fez
Faça uma escolha certa, dê um voto no poeta em 2016.

Luciano Araújo das Neves de Araújo, Poema Paixão Política, de 2014.

Embora no último verso o poeta tenha expressado uma clara intenção de candidatura para o pleito eleitoral de 2016, nos versos anteriores ele é enfático, capaz de traduzir em suas estrofes muito do que se vê na política santa-cruzense, a saber, o bipartidarismo que aqui reina, além

de suas nomenclaturas: "Boca Preta"[3] e "Taboquinha"[4], tendo ambas, de maneira representativa, suas devidas cores, azul e vermelho, respectivamente. A questão das apostas não se trata de um exagero poético, de fato elas acontecem, principalmente às vésperas das eleições municipais. É como se a cidade mudasse de comportamento durante esses períodos, pois, de repente, vizinhos que se davam muito bem, acabam se desentendendo por questões político-partidárias. Nesses períodos de ano eleitoral observa-se um aumento no número de queixas por perturbação de sossego, onde os queixosos relatam insultos com palavras de baixo calão, quando não, alguns boletins de ocorrência relatam que vizinhos chegaram às vias de fato.

A partir dos períodos iniciais da sociedade santa-cruzense tais práticas tomam forma, principalmente, a formação das facções político--partidárias ao longo dos primeiros anos de formação de Santa Cruz do Capibaribe, quando esta deixa de pertencer ao município de Taquaritinga do Norte-PE e torna-se cidade.

A construção de uma ideologia partidária a partir da emancipação

Antes de se emancipar politicamente, em 1953, a população de Santa Cruz do Capibaribe já havia feito várias tentativas. À Taquaritinga do Norte não interessava que a vila de Santa Cruz viesse a se separar daquele município. Um dos principais motivos que podemos destacar nesse contexto é que, a arrecadação da vila de Santa Cruz era de extrema significância. Segundo o professor Lindolfo Lisboa: "pela arrecadação de 1942: o município rendeu Cr$ 80.000,00 (Oitenta mil cruzeiros) e pelos dados da prefeitura este ano promete ser muito maior"[5].

A partir destas informações, nos cabe entender que os representantes da vila de Santa Cruz já viam a possibilidade desta se emancipar politicamente de Taquaritinga do Norte, podendo a partir daí começar um governo próprio com capacidade financeira de gerenciar uma grande quantidade de obras das quais, segundo relatos, eram sempre negadas pelo município sede. Importante enfatizar que Lisboa construiu parte da sua obra a partir de documentos que foram enviados principalmente

ao Interventor Federal, Dr. Agamenon Magalhães[6]. Esses documentos, geralmente continham detalhes estruturais e econômicos mostrando a capacidade que a então vila já possuía, e a partir disso, tentava legitimar sua aspiração de se tornar cidade, tais documentos quase sempre eram acompanhados por um abaixo-assinado que continham assinaturas de cidadãos locais. Nesse período, a economia da vila Santa Cruz já se destacava no mercado regional, onde podemos mencionar mais uma vez o texto de Lisboa que relata:

> Produz, especialmente, algodão, caroá, castanha-de-caju, e etc. Exporta uma regular quantidade de ovos, e aves. Em 1942 exportou cerca de 70.000kg de castanhas; 2.200.000kg de mamona. Toda semana exporta para Recife, Victória e Limoeiro cerca de 15.000 peças de cordas de caroá.
>
> **Lindolfo Pereira de Lisboa, Raimundo Aragão: sua vida, suas obras, de 1990, p. 47.**

Com isso, possível perceber que, mesmo sendo vila, Santa Cruz já possuía uma economia desenvolvida, mas seus moradores, principalmente os comerciantes, viam na emancipação o ponta pé inicial para a construção de uma nova sociedade, sendo possível a partir do controle de suas finanças, investir em sua infraestrutura já que, como pode perceber a partir das leituras, o povo de Santa Cruz se sentia injustiçado pela falta de aplicação e retorno financeiro dos tributos cobrados para as necessidades da vila. Isso fica bem claro nas palavras do advogado José Álvaro, mais conhecido como José Pacas, que fora aluno do então Interventor Federal Agamenon Magalhães, do curso de direito na Faculdade do Recife. O advogado escreveu uma carta ao Interventor que fora transcrita na obra de Lisboa que em um dos trechos escritos diz:

> Desejamos nossa emancipação porque queremos fazer alguma coisa por nós mesmos. Santa Cruz tem talvez uma das maiores feiras do estado, em lugares do seu tamanho. Um distrito que rende 70 a 80 mil cruzeiros anuais, mesmo assim não tem o direito a um pequeno açougue. A carne é vendida, exposta ao sol e à poeira; já não digo um mercado, pois um mercado para uma feira do tamanho da nossa, não seria todo município que pudesse

> ter. Não temos direito a um reservatório de água. O açude existente é um barreiro. E neste, algum serviço de que precisa é feito por conta do povo. Agora mesmo, estamos atravessando uma das crises mais sérias por causa do precioso líquido. Compra-se a carga a Cr$ 6,00 e dias há em que nem por Cr$ 20,00 se encontra.
>
> **Lindolfo Pereira de Lisboa, Raimundo Aragão: sua vida, suas obras, de 1990, p. 59.**

Diante de tais informações, podemos perceber que a população santa-cruzense via na emancipação a oportunidade de reger seus próprios destinos. Por isso, não foram poucas as tentativas de se emancipar. Segundo informações de Lisboa, a primeira tentativa data de 1929 quando:

> Raimundo Aragão tinha apenas 18 anos de idade. Muitas peregrinações foram realizadas com aquele objetivo. Taquaritinga reagia, muitas vezes, com perseguições em nome da unidade do município. (...) No dia 21 de janeiro de 1931, às 21 horas, a vila foi invalidade pelo delegado de Polícia de Taquaritinga, a frente de oito soldados para hostilizar os santa-cruzenses.
>
> **Lindolfo Pereira de Lisboa, Raimundo Aragão: sua vida, suas obras, de 1990, p. 39 e 40.**

Uma das questões fundamentais que se pode perceber nesses pequenos fragmentos textuais é que a ideia de facções já está totalmente encorpada, e é a partir dela que irá se desenhar as novas ideologias que viriam a se configurar no imaginário social da então vila de Santa Cruz. A partir da Emancipação Política da vila de Santa Cruz, se iniciam as tramas políticas dessa sociedade. Levando em consideração a ideia de pertencimento, podemos perceber que parte da sociedade santa-cruzense que se interessava por questões políticas se posicionava a favor da emancipação, e a outra contra. Nesse contexto, surge a figura do Raimundo Aragão, configurando-se posteriormente como o principal líder da emancipação política. Raimundo Aragão foi, de fato, o principal articulador da emancipação. Para ele se endereçava cartas sobre o processo emancipatório, sobre ele se escreviam citações nas cartas que circulavam com o mesmo objetivo, e a ele foi endereçada o telegrama que continha o comunicado de que Santa Cruz havia se tornado cidade. Sobre isso

vejamos um trecho da carta de José Pacas[7]:

> O artigo de V. Exª "Divisão Administrativa" na folha de 27 do corrente, veio trazer um certo conforto ao povo de Santa Cruz, especialmente ao signatário desta e mais alguns trabalhadores incansáveis pela causa desta terra, sendo um deles, meu particular amigo, Raimundo Aragão, que tudo daremos, até a nossa própria vida por esta terra tão boa, mas um tanto castigada pelos caprichos da natureza, e, também esquecida pelos homens da administração pública.
>
> **Lindolfo Pereira de Lisboa, Raimundo Aragão: sua vida, suas obras, de 1990, p. 58 e 59.**

Nesse sentido, não se pode negar a importância desse homem, como principal articulador da emancipação. Entretanto, deve-se guardar as devidas proporções, já que de fato não foi o único a se inteirar nessa luta. O próprio Lindolfo Lisboa faz referências a outros cidadãos santa-cruzenses que se envolveram nesse contexto, citando cartas que essas pessoas enviaram ao Interventor Federal da época, na tentativa conjunta de se emanciparem politicamente. Podemos ver isso claramente nas cartas enviadas por José Pacas e José Sinésio Aragão, esta última enviada ao Dr. Mário Melo que, na ocasião, era o presidente da divisão administrativa e territorial do estado de Pernambuco. Este era considerado, segundo Raimundo Aragão e o próprio Lisboa como um verdadeiro inimigo da vila Santa Cruz pelo fato de sempre posicionar-se contra a emancipação. Neste caso, o professor Lindolfo nega a exclusividade de Raimundo Aragão como único responsável pela emancipação. Outro fato que devemos mencionar aqui é que, uma das questões que contribuíram para que Raimundo Aragão se destacasse nesse contexto foi o fato de ter sido vereador por três mandatos na cidade de Taquaritinga do Norte, isso, de certa forma, já lhe dava um capital político representativo na então vila de Santa Cruz. O fato de ser vereador já vinha de sua aptidão com a política, pois desde cedo se inteirou na luta pela emancipação. Ainda sobre isso temos:

> Em atividades políticas foi vereador em Taquaritinga em três legislaturas. A primeira, de agosto de 1936 a novembro de 1937.

> Não terminou o mandato devido a chegada do chamado “Estado Novo”. Fecharam-se as câmaras e o congresso nacional. O país estava vivando uma ditadura. A segunda de 15 de Novembro de 1947 a 1951. E a terceira, de 1951 a 1955 quando foi eleito pela primeira vez.
>
> **Lindolfo Pereira de Lisboa, Raimundo Aragão: sua vida, suas obras, de 1990, p. 35.**

Por fim, para legitimar ainda mais a nossa fala sobre a liderança de Raimundo Aragão no contexto da emancipação política de Santa Cruz do Capibaribe, apresentamos a narrativa de Lisboa sobre o telegrama enviado pelo então governador do estado Pernambuco, Etelvino Lins de Albuquerque[8], direcionado ao articulador da emancipação. Vejamos:

> Catorze horas de 29 de dezembro de 1953. Dia de Sábado. Na agência dos Correios e Telégrafos, D. Lídia, que era a agente, tia de Raimundo Aragão, atende ao fone. É um telegrama para o sobrinho. Mais do que pressurosa, rápida, semblante iluminado de alegria temperada pela emoção, mensageira feliz, corre a casa de Raimundo Aragão. Entrega-lhe a mensagem. A alegria estampada na face de D. Lídia livrou o destinatário do susto, das palpitações de medo, das hesitações, características de todos que recebem um telegrama. Aberta a correspondência, ali estava escrito o Brado de Liberdade. Estavam quebradas as algemas que ligavam Santa Cruz a Taquaritinga. Santa Cruz era livre, adulta, dona de si mesmo, atingira a maioridade. Era, pois, responsável pelo seu próprio futuro. Com a emancipação político-administrativa, Santa Cruz recebia de Etelvino Lins a sua carta de alforria. Raimundo, ao mesmo tempo que ria de alegria, chorava de emoção. Era o prêmio depois da luta. Era os louros depois dos embates. Nunca esmorecera em face da diversidade. Sua luta não fora em vão. A liberdade não se ganha, se conquista. (...) Ouviu-se o som do bumbo da Banda Musical Novo Século, sinal que algo extraordinário acontecera, ou estava acontecendo. O sinal era a convocação aos músicos para comparecerem a sede da Banda. Todos queriam saber o acontecimento. Em frente à casa de Raimundo Aragão, a multidão aglomerava-se e recebia abraços de congratulações, de todos os seus concidadãos, menos daqueles que lutaram do outro lado das trincheiras, do lado de Taquaritinga. Esses envolveram-se em seus próprios espinhos e quedaram-se em casa, vencidos…
> **Lindolfo Pereira de Lisboa, Raimundo Aragão: sua vida, suas**

obras, de 1990, p. 70-71.

Diante disso, podemos perceber mais uma vez a importância de Raimundo Aragão nesse contexto, pois o telegrama que informava sobre a emancipação política tão sonhada fora direcionado a ele, o texto também nos mostra que a festa com a banda Musical Novo Século foi feita em frente à sua casa, isso porque o próprio povo que sonhava com a emancipação via nele um líder que esteve em vários momentos na luta pela emancipação.

A constituição de uma simbologia partidária na prática

Raimundo Aragão, a construção de um capital simbólico

Após emancipar-se politicamente de Taquaritinga do Norte, pela lei nº 1818 de 29 de 1953, a população de Santa Cruz do Capibaribe começou a se organizar para o seu primeiro pleito eleitoral, enquanto este não acontecia, foram nomeados dois prefeitos interinos para governar a cidade. O primeiro foi o tenente Teófanes Ferras Torres[9] que, segundo Lisboa, "gostou muito do cargo, candidatou-se a prefeito constitucional. Desse modo, tinha que renunciar à prefeitura, o que fez sem demora. Sucede-o no cargo, também interinamente, João Deodato de Barros[10]".[11]

A essa altura Raimundo Aragão já tinha uma grande representatividade dentro da sua sociedade, pois segundo o que já foi analisado anteriormente, este havia se constituído como principal líder da emancipação política de sua cidade.

Nessa perspectiva, entendemos que Raimundo Aragão estruturou seu próprio poder simbólico a partir de todo processo emancipatório através de suas ações, e estas por sua vez deram estrutura para que esse poder viesse a se constituir na prática e na realidade santa-cruzense, naquele período. Neste caso, após a emancipação político-administrativa de Santa Cruz, a representatividade de Raimundo Aragão se tornou "homogênea", principalmente sobre aqueles que lutaram junto com ele pela emancipação. A luta pela liberdade administrativa viera a se tornar um "fato social" para grande parte dos cidadãos santa-cruzenses, e naquele momento Raimundo Aragão era o líder maior, pois havia se destacado

nesse contexto. Diante disso, para aqueles que a partir de um sentimento de pertencimento se posicionaram a favor da emancipação, não restava dúvidas de que a primeira eleição para prefeito deveria ter Raimundo Aragão como candidato, e consequentemente, o primeiro prefeito eleito de Santa Cruz. E assim o fizeram. Passados dois anos da emancipação política é chegada a hora da primeira eleição para prefeito da recém-emancipada cidade de Santa Cruz do Capibaribe. O tenente Teófanes Ferras Torres foi o candidato que fez oposição a Raimundo Aragão e, segundo Lisboa: “foi uma imprudência de o tenente candidatar-se contra Raimundo Aragão”[12]. De fato, naquela conjuntura políticas não existia outra pessoa mais indicada para ser prefeito de Santa Cruz do Capibaribe. Em 07 de outubro de 1955, Raimundo Aragão foi proclamado prefeito de Santa Cruz do Capibaribe com uma votação de 1.048 votos contra 648 do seu adversário, um percentual de 63% dos votos válidos naquela eleição[13].

Passadas as eleições, era hora de dar a Santa Cruz do Capibaribe os devidos rumos do seu tão sonhado desenvolvimento. Raimundo Aragão faz seu governo baseado em obras estruturadoras. É importante lembrar que numa perspectiva nacional, o governo Juscelino Kubistchek[14] tinha o “nacional desenvolvimentismo” como modelo de governo para o crescimento industrial do país. Sobre isso, o historiador Julião (2010) relata: “Paralelamente à política de incentivos à industrialização dos governos nacionais deste período, as gestões de Raimundo Aragão, em especial a primeira, voltaram-se para os investimentos em infraestrutura considerados vitais para o projeto desenvolvimentista vigente”[15]. Segundo Lisboa, estas obras foram: “enriquecimento da área urbana com 162 hectares de terra, construção de várias escolas, construção de poços artesianos, calçamentos nas principais ruas da cidade, ponte sobre o riacho Tapera e o prédio da coletoria”[16]. É interessante notar que, para a época, a visão de Raimundo Aragão já era considerada um tanto a frente, pois, embora não tendo concluído os estudos, fazia questão de que cada sítio, vila ou povoado tivesse uma escola contribuindo com a educação dos filhos de Santa Cruz do Capibaribe em cada recanto desta sociedade. Só no primeiro mandato foram 08 escolas construídas, todas em pleno funcionamento, e se formos comparar com a realidade atual, torna-se um grande

número já que, nos últimos 15 anos de governo não foram construídas, sequer, 10 escolas neste município. Em entrevista com vereador Fernando Aragão, sobrinho e herdeiro político de Raimundo Aragão, este nos relata a importância das obras que foram feitas durante os governos do seu tio:

> Raimundo tinha uma visão de uma Santa Cruz, eu acho que maior do que a que é hoje, porque se você pegar todas as obras que foram feitas naquela época... Até os dias de hoje, você vai ver que todas as obras de Raimundo ainda hoje são obras grandes, são as maiores do nosso município, então era uma visão extraordinária que ele tinha. Ele conseguiu ver essa Santa Cruz que nós não conseguimos ver. E eu acho que esse foi um grande trunfo de Raimundo Aragão, eu acho que o amor que ele tinha por essa terra, e de fato ele percebia que Santa Cruz que toda vida teve sua economia, mesmo quando distrito de Taquaritinga já tinha uma tendência muito grande de crescimento. E Raimundo conseguiu vislumbrar todo esse crescimento de Santa Cruz e contribuiu demasiadamente pra que esse progresso pudesse acontecer.
>
> **Entrevista realizada com o senhor José Fernando Arruda Aragão em junho de 2015.**

É interessante notar que, as palavras do vereador Fernando Aragão são coerentes quando relatam sobre a importância das obras de Raimundo Aragão para a sociedade santa-cruzense, isso porque decerto, atualmente, muitas de suas obras ainda servem no presente, praticamente 60 anos depois que foram construídas. Uma delas é o Ginásio Municipal, que hoje se chama Escola Ivone Gonçalves. Este lugar fora cogitado para ser sede de uma extensão da Universidade Federal Rural de Pernambuco, isso no ano de 2010, o que não veio a se concluir por questões burocráticas da administração local e estadual, mas que quanto à localidade, ainda hoje tem estrutura suficiente para comportar uma extensão da UFRPE, claro, com as devidas reformas.

O propósito de enfatizar a importância da grandiosidade administrativa da figura do Raimundo Aragão está associado à continuação da análise sobre a construção do seu poder simbólico como homem público, pois é a partir de obras estruturadoras que este consegue estruturar ainda mais seu capital político representativo dentro desta sociedade. Tanto que

no pleito eleitoral de 1959 consegue fazer o sucessor, e em 1963 volta, novamente, como prefeito eleito para seu segundo mandato até 1968, onde este, permanece com as características estruturadoras de construção de grandes obras, como por exemplo, a construção do Açude do Machados, que como outras obras, ainda permanece servindo a população de Santa Cruz do Capibaribe. Um fato que nos chama atenção sobre a visão progressista que Raimundo Aragão tinha para Santa Cruz, é a construção de uma pista de pouso que, por vezes, estava sendo utilizada por aviões bimotores que pousavam nesta localidade.

Nesse sentido, entendemos que Raimundo Aragão constrói seu capital político a partir de seu modo de administrar, talvez numa incessante busca por uma admiração por parte do seu eleitorado. Isso lhe rendeu 14 anos de liderança política, sendo que, parte deste poder simbólico se estruturou no processo emancipatório e a outra no seu modo de administração.

Raimundo Aragão na conjuntura política nacional

Dentro de uma conjuntura político-nacional, Raimundo Aragão participou de vários partidos. Sobre isso, Lindolfo Pereira de Lisboa nos diz:

> Durante sua vida política, Raimundo Aragão pertenceu a vários partidos políticos, primeiramente, fez parte da UDN (União Democrática Nacional); depois, passou as fileiras do PSD (Partido Social Democrático); e em virtude a revolução de 1964, os partidos foram extintos, criando-se, em seguida, dois únicos partidos: A Arena (Aliança Renovadora Nacional) e o MDB (Movimento Democrático Brasileiro). Raimundo Aragão, naturalmente, ficou na Arena.
>
> **Lindolfo Pereira de Lisboa, Raimundo Aragão: sua vida, suas obras, de 1990, p. 117.**

É importante pontuar que, numa perspectiva política nacional, a partir de 1945 com o fim do Estado Novo[17] e a queda de Getúlio Vargas do poder, os partidos voltaram a ter plenos direitos de atuação. Entre 1945 e 1964, nessa conjuntura se destacaram os partidos que

tinham uma característica Varguista, voltados a política do populismo, tidas como defensoras dos ideais trabalhistas. Nessa conjuntura, estava o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e o Partido Democrático Social (PDS). Em contrapartida, ficaram os políticos da União Democrática Nacional (UDN), ferrenhos opositores de Getúlio Vargas. Um partido considerado totalmente contrário aos ideais populistas e de características liberais e conservadoras, ligado à classe empresarial.

Entretanto, não podemos considerar que estes ideais partidários, numa conjuntura nacional, tivessem tanta força numa perspectiva local. Isso porque as facções partidárias não só em Santa Cruz do Capibaribe, mas em várias outras cidades de Pernambuco e do Brasil se formulavam a partir das disputas políticas locais. Sobre essas questões, especificamente em Santa Cruz do Capibaribe, Gilson Julião pontua:

> Embora as disputas eleitorais acontecessem de forma institucionalizada, tanto em Santa Cruz do Capibaribe quanto em outras cidades do Nordeste, era importante que todos os que pretendessem postular um cargo eletivo estivessem ligados a algum dos grupos políticos existentes, a exemplo dos "cabecinhas" e "bocas-pretas", independente de qual partido esteja filiado no conjunto nacional. Tal ligação a um determinado grupo era também importante para a população no momento de suas escolhas. Neste caso, o que mais importa para o cenário político local são as representações que são colocadas ou aceitas no conjunto da disputa pelo poder.
>
> **Gilson José Julião, Cultura política em torno da figura de Padre Zuzinha em Santa Cruz do Capibaribe-PE (1968-1986), de 2010, p. 18.**

Nesse caso, entendemos que, mesmo Raimundo Aragão aliado a tais siglas partidárias, isso se dava mais por uma questão institucional, pois, era preciso estar filiado a algum desses partidos para se candidatar. Um fato importante que podemos perceber nesse contexto é que, suas filiações partidárias se davam a partir de um interesse ligado a questões locais. Primeiro, Raimundo se filia a UDN, nesse caso podemos perceber que tal filiação se dava também por conta de sua ligação com o deputado Tabosa de Almeida[18]. Este, juntamente com seus correligionários, esteve envolvido favoravelmente no processo que culminou com a emancipação

política de Santa Cruz do Capibaribe. Na entrevista concedida ao professor Edson Tavares, Raimundo Aragão relata sobre essas questões.

> Então o dep. Osvaldo Lima Filho, que era o líder da bancada, fechou questão contra Santa Cruz. Tabosa de Almeida, por mais esforços que fizesse – e ele fez um esforço tremendo – juntamente com Carlos Rios, Laércio Sampaio e outros deputados da UDN naquela época, não passou o projeto.
>
> **Entrevista realizada com o senhor Raimundo Francelino Aragão em junho de 1986.**[19]

Ainda sobre isso, em outro momento, após romper com o deputado Tabosa de Almeida, Raimundo Aragão se filia ao PSD, entretanto, sua ligação agora se dava com o deputado federal Lamartine Távora[20] que era filiado ao PTB, mas junto a este já havia se projetado para conseguir a partir de suas intervenções uma grande quantidade de obras para o desenvolvimento de Santa Cruz. A partir de 1964, após o golpe militar, o deputado Lamartine Távora foi deposto junto com outros deputados, e a partir do Ato Institucional Nº 02[21] o bipartidarismo entra em vigor sobre os moldes do regime. Sabe-se que o golpe militar estava inserido numa conjuntura política internacional. A disputa política, ideológica e econômica caracterizou-se como “Guerra Fria”, e no Brasil, os militares atendiam os interesses dos EUA lutando contra o comunismo da URSS, caracterizado como o “perigo vermelho”.

Em se tratando da posição política de Raimundo Aragão durante a Ditadura Militar, este foi um tanto contraditório, se formos colocá-lo dentro dos parâmetros políticos ideológicos nacionais. Além do deputado Lamartine Távora, Raimundo Aragão mantinha uma forte ligação com o então governador de Pernambuco, Miguel Arraes de Alencar, que fora deposto assim que o regime foi implantado.

Falando sobre a posição política de Raimundo Aragão naquela ocasião, o vereador Fernando Aragão nos diz:

> Raimundo era muito fiel às coisas dele. Eu me recordo que meu pai me disse uma certa vez, quando ouve a ditadura no Brasil, muita gente “tava” sendo deposto, cai aqui, cai acolá, quando prenderam Dr. Arraes, tio Raimundo, “tava” com uma carta

> pronta pra mandar pra o Dr. Arraes dizendo que "tava" com ele pra o que desse e viesse. Que não abria mão que não sei o que... Papai foi quem tomou essa carta de Raimundo pra Raimundo não enviar. Se não naquela época Raimundo teria seu mandato cassado sem nem saber por quê. Ou já teria sido deposto.
>
> **Entrevista realizada com o senhor José Fernando Arruda Aragão em junho de 2015.**

Sabe-se que, mesmo ligado ao então governador de Pernambuco, Miguel Arraes de Alencar[22], deposto naquela época, Raimundo Aragão filiou-se à Aliança Renovadora Nacional (ARENA), pois, também mantinha uma boa relação com o governador Paulo Guerra[23], que assumiu logo em seguida e era ligado aos militares. Sabemos que, naquela época, os prefeitos precisavam estar ligados ao partido que dava sustentabilidade às bases do regime militar. Nesse caso, concluímos que a preocupação de Raimundo Aragão estava mais voltada para uma questão local, uma política que fosse conveniente aos seus interesses, levando em consideração também os interesses municipais.

"Boca-Preta" e "Cabecinha": a identificação das facções político-partidárias em Santa Cruz do Capibaribe a partir de suas nomenclaturas

A partir do que já foi explanado até aqui, entendemos que as facções político-partidárias se configuram a partir da emancipação política de Santa Cruz do Capibaribe. Existia um grupo dos que queriam se emancipar politicamente, representados principalmente por Raimundo Aragão, e o outro que não se interessava pela emancipação. A partir da entrevista concedida por Raimundo Aragão ao professor Edson Tavares, para o Jornal Capibaribe no ano de 1986, entendemos que a representatividade do grupo contrário à emancipação estava principalmente centrada na figura do senhor Manoel Rufino de Melo[24]. Este tinha uma forte ligação com o governo de Taquaritinga do Norte e, também, certa representatividade desse governo na então vila de Santa Cruz. Sobre isso temos:

> Mandamos o memorial ao interventor Agamenon Magalhães, que

> o mandou para a Comissão de Divisão Administrativa, da qual era presidente Mário Melo, o maior inimigo de Santa Cruz do Capibaribe naquela época [enfatiza Raimundo], ele era o técnico que fazia a divisão territorial e administrativa do Estado. Ele deu o parecer contrário. Passou. Lá vem 1943. Pleiteamos novamente e de novo Mário foi contra. Perdemos. Em 1948, já havia Assembleia Legislativa, pleiteamos novamente. Foi quando apresentou o projeto o deputado Dr. Tabosa de Almeida. Na época, ficou contra, aqui em Santa Cruz, contra a emancipação política: Manoel Rufino de Melo – o pai do atual prefeito [à época da entrevista, Augustinho Rufino de Melo[25]], Manoel Caboclo e João Pereira Sobrinho, que foram a Severino Arruda, então prefeito de Taquaritinga, exigindo dele que fechasse questão contra a criação do município, como me informou pessoalmente Severino Arruda, que era contra porque era uma exigência desses amigos dele.
>
> **Entrevista realizada com o senhor Raimundo Francelino Aragão em junho de 1986.**

Nesse caso, entendemos que Manoel Rufino de Melo foi o principal líder da oposição a Raimundo Aragão e seu grupo pró-emancipação. Ainda sobre isso, em entrevista com Fernando Aragão o questionamos sobre a rivalidade política existente entre seu tio e Manoel Rufino de Melo, onde ele nos relata:

> Olhe (risos) é as coisas né... A gente não vivenciou o fato né? A grande coisa que a gente sabe desde aquelas época é que ouve uma rivalidade política entre tio Raimundo e o Manoel Rufino, agora a história é quem diz que devido essa coisa que era contra né? Então o que um fosse a favor o outro era contra, o que eu acabei de dizer, ainda hoje isso acontece. Quer dizer, mesmo sabendo que era importante a emancipação, mas ele sempre botava alguma coisa porque como filho de lá ele sempre defenderia o dele. Eu acho que isso foi um dos motivos, mas eu num considero uma questão ferrenha sabe? Era contra... Pra poder segurar até o próprio grupo dele que existia e que Raimundo tinha o dele que, eu acho que ia por ai, eu acho que num era uma coisa assim... Taxativamente contra... E até porque não se sabe na história, você pra ser contra tem que dizer alguma coisa. O que ele poderia dizer de uma emancipação política de um distrito que crescia mais que a cidade? Então fica meio difícil sabe, porque a gente não vivenciou, eu acredito que seja mais uma questão político-partidária,

> de grupos do que propriamente uma coisa contra Santa Cruz do Capibaribe.
>
> **Entrevista realizada com o senhor José Fernando Arruda Aragão em junho de 2015.**

Diante de tais informações, podemos perceber que o senhor Manoel Rufino de Melo tinha uma ligação com a cidade de Taquaritinga do Norte, já que como disse nosso entrevistado: "ele era filho de lá, ele sempre defendia o dele"[26]. Nesse caso, não via a separação política dessas sociedades como algo que deveria acontecer. Isso fica claro no trecho da entrevista de Raimundo Aragão concedida ao jornal Capibaribe, onde ele nos diz que:

> Manoel Rufino de Melo – o pai do atual prefeito [à época da entrevista, Augustinho Rufino de Melo], Manoel Caboclo e João Pereira Sobrinho, que foram a Severino Arruda, então prefeito de Taquaritinga, exigindo dele que fechasse questão contra a criação do município, como me informou pessoalmente Severino Arruda, que era contra porque era uma exigência desses amigos dele.
>
> **Entrevista realizada com o senhor Raimundo Francelino Aragão em junho de 1986.**

A partir disso, compreendemos que, assim como Manoel Rufino de Melo era o líder da facção política que contrariava a emancipação, Raimundo Aragão era o líder dos que eram favoráveis a ela.

Configuradas as facções políticas e seus ideais, faltava-lhes apenas um nome, algo que viesse a lhes representar de maneira mais objetiva. O grupo de Raimundo Aragão teve seu nome baseado em uma característica física do seu próprio líder, "Cabeção" ou "Cabeça inchada". Já o grupo de oposição teve seu nome baseado numa característica própria de sua coletividade. Estes eram considerados agressivos e foram comparados a um bravo cachorro vira-lata. Sobre isso é importante dialogar com um trecho da entrevista gravada com o professor José de Oliveira Góes (Jota Oliveira), em setembro de 2014:

> No final dos anos 40 já existia a briga política dos grupos que aqui

> eram representados por Raimundo Aragão e por Brás de Lira[27] principalmente, mas eram grupos que tinham uma disputa, o grupo de Raimundo Aragão Brigava pela emancipação política de Santa Cruz do Capibaribe, e alguns nomes como Raimundo cita em uma entrevista que eu tenho gravada que eram contrárias porque eram aliados do prefeito de Taquaritinga do Norte, Severino Cordeiro de Arruda e alguns mesmo sendo natos de Santa Cruz do Capibaribe não eram favoráveis a emancipação. Raimundo Aragão, o líder máximo, era o cabeça desse grupo, e o seu porte (risos...), eu “tô” rindo porque o camarada tinha a cabeça um pouco avantajada e o partido ganhou o nome de cabeção, ou cabeça inchada. E precisava se contrapor, e por conta disso, pelos ataques que recebia, botou o nome do partido oposto de boca preta, não Raimundo Aragão, mas seus seguidores. Já que boca preta era uma qualidade de cachorro vira-lata que mordia de furto, ou de surpresa, atacava pelas costas. E assim foi dada a nomenclatura ao grupo de oposição, boca preta e o grupo de Raimundo Aragão cabeção ou cabeça inchada, nome esse que durou até meados da década de 70 quando Severino Monteiro assumiu a liderança do grupo, e o grupo passou a ser chamado de cabecinha, quando se levou esse nome até 1998, quando então, José Augusto Maia[28] numa alusão a transposição da água do açude de Tabocas para Santa Cruz do Capibaribe, como ele era o cabeça do movimento, denominou o nome do grupo de taboquinhas
>
> **Entrevista realizada com o senhor José de Oliveira Góes em setembro de 2014.**

É interessante notar que essas nomenclaturas surgiram a partir de apelidos que foram atribuídos de maneira mútua entre os dois adversários. Nessa perspectiva, é interessante dialogar com Julião, onde ele confirma a versão contada pelo professor Jota Oliveira. Vejamos:

> Raimundo Aragão, por ter uma cabeça considerada grande foi apelidado de cabeção. Logo o seu grupo político ficou conhecido como “cabecinhas”, pois esta seria uma maneira mais amena e carinhosa de ser chamado por seus partidários. O grupo governou a cidade por 14 anos, sendo derrotado pelo Padre Zuzinha, que se tornara líder do grupo de oposição. O grupo de opositores recebia o nome de “boca-preta”, pois, na Rua Grande, hoje Avenida Padre Zuzinha, existia um cachorro que era agressivo e sempre avançava nas pessoas. Na época a oposição era aguerrida, lutava, debatia e

> tinham um tom agressivo em suas ações e falas, desta forma, em referência ao dito cachorro, ficaram conhecidos como o grupo dos "bocas-pretas", e governaram a cidade por 24 anos ininterruptos.
>
> **Gilson José Julião, Cultura política em torno da figura de Padre Zuzinha em Santa Cruz do Capibaribe-PE (1968-1986) de 2010, p. 18.**

Sobre a característica agressiva do grupo de oposição, esta veio a se confirmar ainda mais, nas palavras do senhor Severino Celestino dos Santos[29], popularmente conhecido como "Biu de Santa", morador desta cidade há mais de 50 anos. Ele relata que nunca votou no partido denominado "Boca Preta", e quando questionado sobre o porquê de não votar, ele diz:

> Num votava porque não me agradava porque eles eram agressivos, e a gente... Como se diz, ficava do lado de cá e eles do outro lado, ai sempre vinham com agressividade, tanto uma parte como outra, às vezes num era só eles que vinha, do lado da gente também tinha essa agressividade, mas nós ficamos com essa despeita e... É como se diz...e hoje ainda continua.
>
> **Entrevista realizada com o senhor Severino Celestino Santos em setembro de 2014.**

A partir dessas informações, entendemos que o capital simbólico, antes constituído no indivíduo, configurados na figura dos líderes, agora ganham uma característica coletiva. Seus anseios, seus ódios, suas paixões e seus objetivos, passam agora a se efetivar no imaginário social, revelando-se em suas práticas diárias.

Passados os últimos anos do governo de Raimundo Aragão, este perdeu sua liderança política em 1966, a partir de uma manobra considerada politicamente equivocada, pois embora seu capital político continuasse forte, este não poderia candidatar-se à reeleição. Era hora de indicar mais uma vez outro candidato. Segundo o que nos relata o vereador Fernando Aragão:

> O que causou a derrota de Raimundo naquela época foi, a palavra. Raimundo antes de começar a questão política em si, de

decidir candidatos, Raimundo disse a Gaudêncio Feitosa que era seu compadre, disse: “compadre você vai ser o prefeito de Santa Cruz!”, e ai... Nesse ponto Raimundo era muito... Eu não dizia teimoso, mas ele era seguro com a palavra dele, e ai não viu que a coisa não poderia mais funcionar dessa maneira, só a indicação. Na época surgiu um grupo mais forte contra Raimundo. Por quê? Porque Raimundo desde a época da emancipação que ele vinha comandando os destinos políticos de Santa Cruz do Capibaribe. Tinha botado Pedro Neves, depois ele voltou né? E ai, chegou a hora de nova indicação. Só que ai dentro do próprio grupo de Raimundo já existia algumas correntes né, que achava que Galdêncio como era um homem não muito voltado pra política, era um homem mais requintado lá no seu lugar. Um homem sério de vida muito caseira e tudo mais... Que não juntava né naquela época, e dentro do próprio grupo já existia algumas pessoas que era contra. E ai começaram naquela época a “catucar” o padre pra que o padre saísse candidato né, o padre que fazia mil e um favores, tinha uma vida aqui de ajudas dentro da igreja, a igreja naquela época fazia muito mais coisas sociais né, tudo que o padre dizia que tinha dava ao povo, e dava! Era uma verdade sem critério nenhum né, mas fazia. E era o que o povo queria. Então... Na hora em que Raimundo disse que era Galdêncio, depois algum grupo, inclusive o padre que era muito amigo do coletor daqui, que era Joãozinho Coletor que era amigo de Raimundo, foi até... Na conversa disse Raimundo: “num bota Gaudêncio não”. Ele disse: “Joãozinho Coletor, eu dei minha palavra e tá dada! Meu candidato se chama Galdêncio Feitosa e é o prefeito de Santa Cruz”! Só que ai o movimento cresceu, como não foi colocado Joãozinho coletor que apaziguava tudo isso, então o padre, depois muita gente foi lá botou na cabeça do padre sair candidato e botar Joãozinho coletor como visse e ganharam as eleições. Quer dizer, uma parte de teimosia naquela época, de Raimundo, mas acima de tudo. A palavra que ele tinha dado a Gaudêncio. Além né... Porque você sabe que na política hoje você diz alguma coisa mas ai depois as circunstâncias os acordos, as coisas podem até se voltar atrás e tentar uma nova junção. Naquele caso de Raimundo, como a palavra dele era uma palavra forte, uma palavra que não voltava atrás, então infelizmente nesse ponto ele deixou se levar por essa questão e perdeu porque entrou a maior liderança de Santa Cruz em termos sociais, o povo de fato adorava o padre pelas coisas que ele fazia, e ai, perdemos as eleições.

Entrevista realizada com o senhor José Fernando Arruda Aragão em junho de 2015.

A partir de tais conjunturas, entendemos que não foi simplesmente uma questão de "segurar a palavra". O que se pode entender também, a partir dessas ações, é que Raimundo Aragão queria permanecer como liderança dentro do seu grupo e, colocando Galdêncio Feitosa, uma pessoa considerada politicamente inexpressiva, manteria as estruturas dentro do seu grupo. A nossa conclusão se baseia, também, na informação de que Joãozinho Coletor era considerado uma pessoa articulada politicamente, o que não vinha a atender aos interesses de Raimundo Aragão.

Passada a eleição de 1966, o Pe. José Pereira de Assunção, Pe. Zuzinha como ficou popularmente conhecido, constrói um poder simbólico baseado no assistencialismo. Seu governo em termos de infraestruturas, não teve grandes significâncias. Mas, em termos de construção ideológica político-partidária, foi o que mais se destacou, pois, a partir do assistencialismo e estratégias simbólicas de poder, conseguiu construir uma fidelidade partidária com o seu eleitorado de uma maneira tão significativa, que o seu poder simbólico rendeu ao grupo denominado "boca-preta" um domínio de 24 anos ininterruptos no governo desta cidade, e mesmo depois da sua morte em 05 de outubro de 1983, foram construídos vários lugares de memória em sua homenagem[30]. Tais lugares de memória davam aos políticos que os criavam, uma "representatividade" do Pe. Zuzinha em Santa Cruz do Capibaribe. Isso fez com que esses políticos se beneficiassem com essas ações, conseguindo sucessivas vitórias nas eleições municipais.

Considerações finais

Diante de tais informações, concluímos que, o capital simbólico constituído entre o processo de emancipação e, posteriormente, nos primeiros anos do governo de Raimundo Aragão em Santa Cruz do Capibaribe, caracterizou-se como uma permanência, de longa duração, além de ser caracterizado numa perspectiva da história local, como uma "cultura política", algo que emerge do seu próprio povo. Vimos que a ideologia partidária em Santa Cruz do Capibaribe nasce a partir de um sentimento de pertencimento a grupos divergentes ideologicamente.

Posteriormente, após chegar ao poder, a figura de Raimundo Aragão, a partir de suas ações, irá contribuir ainda mais para a formação dessas ideologias partidárias.

Não chegamos a analisar de uma maneira detalhada as continuidades desses embates no governo de Pe. Zuzinha, que é considerado para o grupo "boca preta" a maior liderança da história do partido até os dias de hoje, que rendeu a este grupo uma representatividade de 24 anos no poder sem nenhuma interrupção. Embora o trabalho de conclusão de curso de Gilson José Julião, produzido no ano de 2010, tenha contribuído de uma maneira espetacular para se entender como se constituiu a "cultura política em torno da figura do Pe. Zuzinha", deixamos aqui a sugestão para novas pesquisas em torno de Pe. Zuzinha, principalmente nessa perspectiva político-partidária construída a partir da teoria do poder simbólico de Bourdieu[31], assim como Raimundo Aragão construiu sua representatividade política dentro do partido "Cabecinha", o Pe. Zuzinha construiu seu capital simbólico dentro do partido "boca preta" de uma maneira diferente, desta feita, estruturando tal poder a partir de práticas assistencialistas.

Muitos foram os embates político-partidários destrinchados a partir destes dois grupos. Sobre eles a história política de Santa Cruz do Capibaribe se constituiu, tendo nela vários personagens que juntamente com suas particularidades adicionaram novas características aquelas velhas práticas.

Relacionando essas questões com a atualidade podemos perceber que, embora as nomenclaturas das facções político-partidárias tenham sofrido algumas modificações, estas vem adaptando-se ao tempo de acordo com seus novos líderes. A ideologia político partidária permanece viva no imaginário social. Na prática podemos enxergá-la nas tradições familiares dentro de cada partido. É comum, famílias inteiras dos lares santa-cruzenses direcionarem seus votos a uma dessas alas partidárias, e essa herança ideológica vem na maioria das vezes dos patriarcas dessas famílias, que fundamentaram suas posições políticas durante o período estudado.

Considera-se importante estudar tais fenômenos políticos pelo fato de que, na atualidade, políticos que vem de outras regiões do estado de

Pernambuco e do Brasil inteiro durante campanhas eleitorais se impressionam com a maneira aguerrida e dedicada que nosso povo se envolve nos períodos eleitorais. Mas não são somente em períodos eleitorais, todos os dias as redes sociais tornam-se verdadeiros campos de batalhas ideológicas desses de pessoas que estão ligadas a um desses dois partidos. Todas as manhãs as rádios santa-cruzenses têm programas voltados para as questões políticas locais e suas ligações com a política estadual e nacional. Segundo pesquisas feitas nos últimos dias, são os programas que lideram a audiência, entre estes temos: Rádio Debate na Polo FM, Opinião na rádio Comunidade FM, Direto ao Ponto, programa que vai ao ar em cadeia nas rádios Vale do Capibaribe e Comunidade FM, IGM em Ação na rádio IGM, Comando Geral na rádio São Domingos FM, além do Programa Oposição em Ação aos fins de semana rádio Polo FM. Todos falando de política, principalmente no que diz respeito a Santa Cruz do Capibaribe.

Nesse caso, tentar entender as tramas vivenciadas no período inicial nos possibilita o entendimento de uma maneira mais crítica das tramas políticas locais na atualidade dentro desse contexto. Por isso, é interessante nos referenciarmos mais uma vez o que nos propôs Adilson Filho, em seu livro *A cidade atravessada: velhos e novos cenários da política belo-jardinense (1969 – 2000)*, publicado em 2009, "na contemporaneidade, somos instados a reconhecer que fazemos parte de uma engrenagem que nos atravessa por todos os lados, do macro ao micro"[32].

Referências bibliográficas

ALBERTI, Verena. *Manual de História*. 3ª edição. Fundação Getúlio Vargas.

______. *Histórias dentro da história*. In: PINSKY, Carla Bassazzeni. (org). Fontes Históricas. – São Paulo: Contexto, 2005. (p.155-201).

ADILSON FILHO, José. A oligarquia dos Mendonça. In: *A cidade atravessada: velhos e novos cenários da política belo-jardinense (1969 – 2000)*. Recife, 2009.

ARAÚJO, Júlio Ferreira. *História de Santa Cruz do Capibaribe*. 2ª. ed. Santa Cruz do Capibaribe. 2008.

BARROS, José D'Assunção. *Projeto de pesquisa em História.* Petrópolis-RJ: Vozes, 2005.

BALANDIER, Georges. *O poder em cena*. Trad. Luiz Tupy Caldas de Moura. Brasília, Editora Universitária de Brasília, 1982.

BERSTEIN, Serge. Os partidos. In: REMOND, René. *Por uma história política.* 2º ed. Rio de janeiro: FGV, 2003.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico.* Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Difel / Editora Bertrand Brasil, 1989.

CITTADINO, Monique. *Poder local, memória e cultura política: possibilidades de análise a partir da figura do governador João Agripino (Paraíba - 1966-1971).* In: Saeculum - Revista de História, ano 13, n. 16 (2007) João Pessoa: Departamento de História/Programa de Pós-Graduação em História/UFPB, jan./jun.2007.

LISBOA, Lindolfo Pereira de. *Raimundo Aragão: sua vida, suas obras*. Recife, edições Miriam Regina, 1990.

______. *Padre Zuzinha*. Recife, edições Miriam Regina, 2003.

NORA, Pierre. *Entre Memória e História: A Problemática dos Lugares*. In: Projeto História. nº 10, 1993, p. 7-28.

PESAVENTO, Sandra J. *História & História cultural.* Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

RÉMOND, René (Org). *Por Uma História Política*. Trad. Dora Rocha. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

______. *As eleições*. In.: Por Uma História Política. Trad. Dora Rocha. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

SILVA, Marcondes Moreno. *Ypiranga: memórias de uma paixão em azul e branco.* Santa Cruz do Capibaribe, 2009.

SILVA, Rimário Clismério. *Religião e política em Santa Cruz do Capibaribe: uma análise da trajetória política do Padre Zuzinha.* Monografia apresentada a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Caruaru – FAFICA. Caruaru, 2008.

GONÇALVES, Hélio Cordeiro. *Patrícios e Cordeiros: a construção de um capital político no município de São Vicente do Seridó-PB (1961-1982)*, 2014.

JULIÃO, Gilson José. *Cultura política em torno da figura de Padre Zuzinha em Santa Cruz do Capibaribe-PE (1968-1986).* 2010.

SITES

História Política e a "Nova História": um breve acerto de contas. Disponível em: http://web.unifoa.edu.br/cadernos/edicao/16/45.pdf. Acessado em: 22 de março de 2015.

A Nova História Política e a questão das fontes históricas. Disponível em: http://www.revistas.unilasalle.edu.br/index.php/Cippus/article/view/32 4. Acessado em: 22 de março de 2015.

LamartineTávora. Disponível em:
http://www.ptb.org.br/?page=ConteudoPage&cod=16287. Acessado em. 15junho de 2015.

Santa Cruz do Capibaribe: Disponível em:
https://pt.wikipedia.org/wiki/Santa_Cruz_do_Capibaribe. Acessado em: 10 de junho de 2015.

Prefeitura de Santa Cruz do Capibaribe-PE. Disponível em:
http://www.santacruzdocapibaribe.pe.gov.br/. Acessado em: 15 de junho de 2015.

Fontes

FONTES ORAIS

ARAGÃO, J. F. A. *José Fernando Arruda Aragão: depoimento [jun. 2015]*. Entrevistador: Saulo Alves dos Santos.

ARAGÃO, R. F. *Raimundo Francelino Aragão: depoimento [jun. 1986]*. Entrevistador: Edson Tavares.

GÓES, J. O. *José de Oliveira Góes: depoimento [set. 2014]*. Entrevistador: Saulo Alves dos Santos.

TAVARES, E. *Edson Tavares: depoimento [mai. 2015]*. Entrevistador: Saulo Alves dos Santos.

SANTOS, S. C. *Severino Celestino Santos: depoimento [set. 2014]*. Entrevistador: Saulo Alves dos Santos.

Notas

1 Professor de Língua Portuguesa, radialista e poeta santa-cruzense.
2 Adilson Filho, José. A oligarquia dos Mendonça. In: *A cidade atravessada: velhos e novos cenários da política belo-jardinense (1969 – 2000)*. Recife, 2009. p. 81.
3 Boca-preta: denominação dada a um dos grupos políticos de Santa Cruz do Capibaribe. Surgiu aproximadamente na década de 1960.
4 Taboquinha: denominação dada a um determinado grupo político de Santa Cruz do Capibaribe – PE. Surgiu no ano de 1998, quando o então vereador José Augusto Maia muda o nome do partido pelo fato de ter conseguido a reversão da água de Tabocas para Santa Cruz do Capibaribe. Este partido, antes era denominado "cabecinha" nomenclatura esta que surge por volta dos anos 70 sob a liderança do então candidato Severino Monteiro.
5 Lisboa, Lindolfo Pereira de. *Raimundo Aragão: sua vida, suas obras*. Recife, edições Miriam Regina, 1990, p. 47.
6 Interventor Federal: denominação do Governador nomeado por Getúlio Vargas.
7 Advogado recém-formado durante aquele período. Esteve presente na luta pela emancipação.
8 Governou o estado de Pernambuco em duas ocasiões: a primeira em 1945 na qualidade de interventor Federal, e a segunda de 1952 a 1955.
9 O tenente era paraibano e foi nomeado interinamente para o cargo.
10 João Deodato de Barros foi considerado um grande parceiro de Raimundo Aragão na luta pela emancipação.
11 LISBOA, *op. cit.*, p. 77.
12 *Ibid.*, p. 77.
13 Informações tiradas do diploma do primeiro prefeito eleito, Raimundo Aragão.
14 Juscelino Kubitschek de Oliveira, também conhecido como JK, foi um médico que ocupou a Presidência da República entre 1956 e 1961. Seu governo teve como característica o plano de metas (50 anos em cinco) e tinha como objetivo industrializar o país.
15 JULIÃO, Gilson José. *Cultura política em torno da figura de Padre Zuzinha em Santa Cruz do Capibaribe-PE (1968-1986).* 2010, p. 17.
16 LISBOA, *op. cit.*, p. 78.
17 O Estado Novo que é caracterizado pela centralização do poder, nacionalismo, anticomunismo e por seu autoritarismo.
18 Deputado estadual na época e ligado a UDN contribuiu com Raimundo Aragão no processo de emancipação e posteriormente no desenvolvimento de grandes obras em Santa Cruz do Capibaribe. Rompeu com Raimundo Aragão por questões particulares.
19 Tal entrevista nos foi enviada via e-mail pelo professor Edson Tavares, e faz

farte do seu arquivo pessoal.
20 Político atuante, foi cassado em 1964, juntamente com Leonel Brizola, Pelópidas Silveira, Francisco Julião, entre outros políticos. Era filiado ao PTB.
21 Além de outras questões, o AI-2 legitimava a intervenção do governo federal em estados e municípios, assim como o fechamento do Congresso Nacional, ambos sem aviso prévio.
22 Governador eleito constitucionalmente teve seus direitos políticos cassados após a deflagração do golpe de 1964.
23 Governador pernambucano ligado aos militares que substituiu Miguel Arraes de Alencar no governo após este ser deposto.
24 Manoel Rufino de Melo era funcionário Público da prefeitura de Taquaritinga do Norte. Este morava na então vila de Santa Cruz e era uma representação dos interesses da prefeitura de Taquaritinga na vila.
25 Augustinho Rufino foi vereador no mesmo período da primeira gestão do Padre Zuzinha (1969-1972), foi vice-prefeito do Padre Zuzinha (1977-1982), foi sucessor do padre, sendo prefeito (1983-1988) e deputado estadual por dois mandatos (1991-1994 e 1999-2002).
26 ARAGÃO, J. F. A. *José Fernando Arruda Aragão: depoimento [jun. 2015].* Entrevistador: Saulo Alves dos Santos.
27 Em 1972, o prefeito na época, Padre Zuzinha apoiou Brás de Lira, no qual foi vitorioso com 2868 mil votos contra 2262 do adversário. Dados do TRE/PE (Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco).
28 José Augusto Maia foi vereador nos períodos de 1989 a 1992 e 1996 a 2000, vice-prefeito no período de 1993 a 1996, prefeito por dois mandatos no período de 2001 a 2008 e eleito deputado federal em 2010, sempre no grupo opositor aos “bocas-pretas”.
29 Cidadão Santa-cruzense, residente há mais de 50 anos na cidade. Acompanha assiduamente os processos políticos, principalmente do partido cabecinha.
30 Sobre essas os lugares de memória ler: JULIÃO, Gilson José. Cultura política em torno da figura de Padre Zuzinha em Santa Cruz do Capibaribe-PE (1968-1986). 2010.
31 Bourdieu, Pierre. *O poder simbólico.* Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Difel / Editora Bertrand Brasil, 1989.
32 ADILSON FILHO, José. *op. cit.*, p. 79.

Legenda: Panfleto eleitoral da campanha de Augustinho Rufino, em 1982.
Fonte: Arquivo pessoal de Maria do Socorro da Silva.

“NÓS SOMOS ROMEIROS DO PADRE ZUZINHA”:

Cultura política e eleições em Santa Cruz do Capibaribe (1982-1988)

Mário Francisco de Melo Júnior
Romenyck Stiffen Barbosa da Silva

Breve apontamentos sobre cultura política e a política enquanto fenômeno social[1]

Não é possível separar a política da sociedade e suas transformações, contradições, paixões e conflitos gerados pelas vivências do cotidiano na cidade. Não há como reduzir a política em si mesma; ela dialoga com o povo. Para entender a real importância da política em Santa Cruz do Capibaribe é preciso enxergar fenômenos mais amplos.

A política e a cidade se influenciam mutuamente e para um historiador é necessário estar atento a isso. É preciso estabelecer uma ponte entre o conhecimento científico com uma sensibilidade de compreender os significados que o povo desenvolve sobre ela. A formação política brasileira, onde as relações pessoais se sobrepõem ao institucional mostram como a Nova História Política[2], trazem novos modelos para o estudo do fenômeno político para além de uma análise que remetesse apenas ao espaço da política institucional.

Um dos conceitos mais caros para o entendimento deste trabalho é o de Cultura Política. Grosso modo, poderíamos definir Cultura Política enquanto um fenômeno caracterizado por um sistema de sentidos complexos e enraizados a partir das tradições, das continuidades, dos rituais, das resistências que atravessam o fenômeno político.

Sobre a diferença de operacionalização desses conceitos nessas duas áreas Márcio Achstschin Santos[3], em artigo sobre cultura política, comenta a definição do historiador francês Pierre Rosanvallon sobre a definição entre o que seria "a" política e "o" político:

> Dessa forma, fez-se necessário enfatizar a volta da história política para além do Estado. Para tanto, Pierre Rosanvallon procurou fazer a distinção entre a política e o político. Se na ciência política, poder e Estado se confundiam, delimitando o espaço da política, *o* político está ligado à representação, onde a sociedade se reconhece, lugar onde se permite os discursos e ações. Ou seja, espaço da articulação do social e suas representações dando à política vida própria, sem o exclusivismo do Estado nem meramente reflexo de ações econômicas.
> **Márcio Achtschin Santos, A Nova História, a cultura política e o dilema do Brasil, de 2013, p. 149.**

Tomando essa definição podemos descrever "a política" como um espaço institucional e formal do poder; "o político" seria um fenômeno maior, além da esfera institucional, onde o advento da política ganharia vida própria ao se articular com as representações sociais e, assim, romperia com o exclusivismo do Estado e da economia.

No Brasil, durante o século XX, um considerável grupo de pensadores brasileiros dedicou-se a estudar a relação entre poder e sociedade, público e privado[4]. Assim as relações políticas são interpretadas por uma lógica menos formalista. Essas características são tomadas por Márcio Achtschin Santos para referendar a importância dos estudos de Nova História Política:

> **Ignorar que grande parte de ações políticas realizadas no Brasil passa por vias não institucionais não têm contribuído para perceber os dilemas nacionais.** (...) Em outros termos, a política no Brasil foi exercitada além das instituições clássicas, o que estimula ainda mais o estudo *do* político, privilegiando as representações e os traços culturais. **O imaginário e os mitos, pertencem bem mais ao universo político brasileiro do que propostas partidárias ou projetos ideológicos**.
>
> **Márcio Achtschin Santos, A Nova História, a cultura política e o dilema do Brasil, de 2013, p. 163. Grifo nosso.**

Essas constatações pautaram nossa pesquisa sobre as eleições em Santa Cruz do Capibaribe.

A emergência de uma cultura política na figura do Padre Zuzinha

Nascido em 07 de abril de 1905, na zona rural de Taquaritinga do Norte, filho de católicos; José Pereira de Assunção, chamado de Zuzinha, segundo informado na biografia escrita por Lindolfo Lisboa. Entrou no seminário aos 16 anos e foi ordenado em 1933. Foi pároco do município de Santa Cruz do Capibaribe entre 1938 e 1941 e de 1946 até 1983, quando de seu falecimento.

Socialmente teve uma atuação destacada sendo presidente da

Sociedade Musical Novo Século[5] e o primeiro presidente oficial do Clube Ypiranga[6]. Esses fatos indicam por parte do padre uma atuação social de relevância em Santa Cruz do Capibaribe.

A candidatura do Padre em 1968 vira o peso da balança política no município. Pela primeira vez o grupo político de Raimundo Aragão era derrotado. Já nesse pleito se vê construída na figura do pároco-candidato uma imagem de benfeitor dos pobres.

A figura de ajudador, caridoso, vai ser a marca política do padre Zuzinha. Característica essa reconhecida até mesmo por seus antagonistas políticos. Tendo vencido a eleição, é de se presumir que essa representação criada sobre o pároco-candidato se mostrou eficiente.

Logo após a vitória eleitoral de 1968 o padre sofre uma tentativa de homicídio em 07 de janeiro de 1969. As versões do caso vão desde um crime passional até mesmo um crime de motivação política. O Diário de Pernambuco[7] no dia 09 de janeiro de 1969 notícia o acontecido:

> Padre Zuzinha, prefeito eleito de Santa Cruz do Capibaribe, foi alvejado anteontem com seis tiros de revólver pela mulher Maria de Barros, sexagenária, casada, residente na localidade do Pará, naquele município. A causa do crime seria uma antiga paixão não correspondida pelo sacerdote. (...) Após o interrogatório, o delegado especial acha que o revólver com que Maria Barros baleou o padre Zuzinha, lhe foi dado por terceiros. Na verdade, essa hipótese do capitão Abelardo Calumbi vem confirmar as impressões do Sr. Clovis Pacas de que os acontecimentos de anteontem tem relação com alguns fatos registrados na campanha política.
>
> **Transcrição da matéria do Diário de Pernambuco de 09 de janeiro de 1969, Jornal Página Livre, janeiro de 2009.**

Nesse contexto, apesar de um inquérito inconcluso sobre o referido caso, as versões não iriam ficar no campo da passionalidade; os proveitos políticos da situação foram utilizados por pessoas próximas do padre como pudemos observar na transcrição acima. O pároco-político também foi transformado em mártir e o atentado foi utilizado em diversas campanhas seguinte com o intuito de incriminar o grupo político adversário, que sempre polarizou as eleições, como podemos destacar em um trecho de uma carta apócrifa[8] que foi distribuída nas eleições de 1982:

> A todos os bôcas pretas de fibra e vergonha, nós que fazemos a corrente pra frente desse ala politica, queremos alertar a todos os eleitores que cuidado com esses Aragão, lembrem-se que foi o sr. Luiz Francelino Aragão, conhecido por Pilula, quem mandou a Sra. Maria Barros da Vila do Pará deste município assassinar o Padre Zuzinha, que ainda na época presente tem as cicatrizes das balas que atingiram uma de suas pernas…
>
> **Carta anônima espalhada na cidade durante a campanha de 1982.**

É notório que as eleições de 1968 foram um marco para tornar José Pereira de Assunção significativo para além do púlpito da paróquia. A partir de então, o poder político foi construído por imagens e representações para classificar e legitimar o líder político local. Pois a ausência de ações estruturadoras para cidade, como relata o memorialista José Oliveira de Góis[9], era suprida pelo assistencialismo denominado de atos de caridades, a representação do carisma de Padre Zuzinha e a relação com o poder local fazia com que alguém dificilmente lhe negasse um pedido.

> Padre Zuzinha estava em sua sacristia quando de repente, aparecem-lhe nada menos de uma família de 27 pessoas. O padre jurou tratar-se de um casamento. Qual nada. Eram pessoas que lhe pediam auxílio depois de contar muitas lamúrias. O padre não podendo dar mais, deu quinhentos cruzeiros com que abriu uma lista e mandou-lhe ir pelo comércio. **Armados com o nome do padre**, devem ter conseguido qualquer coisa. Nunca mais foram vistos.
>
> **Jornal Capibaribe em outubro de 1983. Grifos Nossos.**

Contudo, é perceptível que essa representação ao qual destacamos no parágrafo anterior em relação ao Padre-político e reafirmada no grifo retirado do Jornal Capibaribe, não lhe rendeu apenas os pedidos atendidos no comércio local, mas também nas cédulas, a época, depositadas nas urnas em cada uma das eleições que garantiram a hegemonia política por 24 anos do grupo liderado pelo pároco, pois mesmo ausente fisicamente de alguns pleitos, devido debilidade ocasionada por sua doença no pleito

de 1982, e a memória de sua morte no pleito de 1988, suas lembranças eram representativamente avivadas na memória dos denominados "Romeiros do Padre Zuzinha".

A força política do padre levou o comerciante Braz de Lira a vencer as eleições para o poder executivo municipal em 1972, após não obter êxito em dois pleitos anteriores. No desenrolar dos anos entre 1968 e 1982 foram se solidificando toda uma construção discursiva sobre o padre, que se torna assim um símbolo social de muita força.

Política nacional em 1980-1982: através do voto vinculado a ditadura controla o processo de abertura política

Com o claro objetivo de controlar o processo de abertura política no Brasil, o Regime Militar articulou e aprovou na Câmara Federal a emenda de número 14/1980[10], de autoria do deputado da base governista Anísio de Sousa. A referida emenda unificava as eleições no país, sendo que o pleito municipal previsto para 1980 foi adiado para 1982, sendo realizada simultaneamente com as eleições para Deputados, beneficiando, assim, os prefeitos com mais dois anos de mandatos, a exemplo de Padre Zuzinha em Santa Cruz do Capibaribe-PE.

Contudo, a lei que rege as eleições unificadas de 1982 e a de número 6.978 de 19 de janeiro do mesmo ano[11], assim como a lei nº 7.015 de 7 de julho de 1982 que dentre várias proposições destacamos o Art. 8º: Nas eleições previstas nesta Lei, o eleitor votará apenas em candidatos pertencentes ao mesmo Partido, sob pena de nulidade do voto para todos os cargos[12]. Pois, é através do referido artigo, denominado de "voto vinculado", que o regime tenta controlar o pleito eleitoral de 1982.

Nesse contexto, através do "Voto Vinculado" o eleitor deveria, obrigatoriamente, votar em candidatos de apenas um partido. Por exemplo, se a pessoa escolhesse votar no PDT para vereador, deveria repetir o voto neste partido para os demais cargos contidos na cédula, caso contrário seu voto era anulado. Diversos municípios do interior do Brasil, a exemplo de Santa Cruz do Capibaribe, os grupos de oposição e situação se acomodavam no partido dos militares tanto na ARENA (Aliança Renovadora Nacional), na época do Bipartidarismo, quanto

no PDS (Partido Democrático Social) que sucede a ARENA após sua extinção. A divisão existente se dava através das denominações PDS 1 e PDS 2 por exemplo.

A referida conjuntura era natural, segundo o ex-vereador Fernando Aragão (sobrinho do líder político Raimundo Aragão):

> Com o bipartidarismo, mesmo na oposição tio Raimundo (Aragão), naturalmente foi pra ARENA, pois ele não tinha essa visão de esquerda, era uma questão de sobrevivência política [...] não era uma ideia de ser esquerdista ou direitista.
>
> **Entrevista realizada com o senhor José Fernando Arruda Aragão em novembro de 2018.**

Na fala de Fernando Aragão é interessante notar que ele usa a expressão "naturalmente", como se não fosse plausível a adesão de Raimundo ao MDB, que fazia oposição ao regime militar. Curioso que a mesma expressão é utilizada por Lindolfo Lisboa[13] na biografia do líder da emancipação de Santa Cruz do Capibaribe.

> Durante sua vida política, Raimundo Aragão pertenceu a vários partidos políticos, primeiramente, fez parte da UDN (União Democrática Nacional); depois, passou as fileiras do PSD (Partido Social Democrático); e em virtude a revolução de 1964, os 33 partidos foram extintos, criando-se, em seguida, dois únicos partidos: A Arena (Aliança Renovadora Nacional) e o MDB (Movimento Democrático Brasileiro). Raimundo Aragão, naturalmente, ficou na Arena.
>
> **Lindolfo Pereira de Lisboa, Raimundo Aragão: Sua vida, suas obras, de 1990, p. 117.**

Nos arquivos da Câmara de Vereadores, consultados no decorrer dessa pesquisa, especificamente nas atas das reuniões do período entre 1964 e 1969, não se encontram questionamentos ao Regime Militar do Brasil. Não há menções aos Atos Institucionais[14] proclamados pelos governos militares, mesmo ao AI-2[15] ou o AI-5[16]. Assim se percebe um conservadorismo, bem como uma quase indiferença ao contexto político nacional, presente nas duas agremiações políticas da cidade.

Se, talvez, a política em seus bastidores dialogava com a realidade nacional, o fato é que no debate público de Santa Cruz do Capibaribe ela parecia ser algo ao qual dava-se pouca importância, provavelmente pelo alinhamento quase automático com a força política que sustentava o regime.

Pernambuco, Santa Cruz do Capibaribe e o pleito eleitoral de 1982

No Estado de Pernambuco, em 1982, o advogado e político Marcos de Barros Freire[17] se coloca como candidato ao Governo do Estado pelo MDB (Movimento Democrático Brasileiro) contra o candidato do PDS, Roberto Magalhães.

No início dos anos 80, com o crescimento da produção industrial, a cidade vivia transformações em seus espaços. Surgiam novas formas de trabalho, novos comportamentos e novos espaços de sociabilidade. José Oliveira de Góes, conhecido por Jota Oliveira[18], já citado anteriormente nesse trabalho, em seu livro sobre as ruas de Santa Cruz do Capibaribe[19] relata, em diversas passagens, algumas dessas mudanças. Segundo Oliveira, em 1982 surgiu a primeira grande indústria da cidade, a JOPEDI, com quadro de 150 funcionários e cujo toque da sirene servia de referência aos habitantes e transeuntes do centro da cidade: *nós marcavamos os horários pela sirene da JOPEDI”*[20]. Também é relatado na escrita de Oliveira o surgimento no início dos anos 1980 da “Discoteque 2001”:

> “Na opinião dos conservadores, uma aberração ou blasfêmia contra as profecias que pregavam um juízo final para o ano 2000. Para a juventude, uma maravilha! Foi a oportunidade de conhecer a luz negra, o globo de iluminação e o jogo de luzes ‘estrogoscópicas’ (até hoje não sei se essa palavra existe ou foi inventada por aqui). Os pais eram adversários ferrenhos de tal discoteque. Já os jovens arrastavam correntes, se fosse necessário, pra estar lá”
>
> **José de Oliveira Góis, Ruas de Santa Cruz do Capibaribe-PE: sua gente e sua história, de 2010, p. 110.**

A citação de Jota serve de indício para que se perceba alguma tensão nos comportamentos vivenciados em Santa Cruz do Capibaribe:

choque de gerações, estranhamento sobre novos costumes; uma nova forma de perceber a passagem do dia, mais vinculada aos tempos da produção industrial. No livro, Oliveira, com uma escrita carregada de saudosismo, ainda fala da perda de tradições da cidade como o processo de "falência" do carnaval de rua da cidade.[21]

Estamos cientes que essas afirmações presentes na escrita de Jota Oliveira são referências muito tênues, e seria leviano, a partir apenas de tais referências, estabelecer uma visão estruturada dos dilemas comportamentais presentes na sociedade de Santa Cruz. Mas, devido à escassez de referências, e também pela credibilidade que goza o autor na cidade[22], consideramos que são indícios de inegável valor sobre o cotidiano dessa Santa Cruz do Capibaribe no início dos anos 1980.

É nessa cidade, onde as mudanças econômicas traziam tensões, que será montado o palco que se vai disputar o pleito de 1982.

Nesse contexto, um grupo de jovens, professores e pequenos comerciantes de Santa Cruz do Capibaribe nutriram do desejo de apoiar Marcos Freire e, segundo Fernando Aragão, procuraram o pretenso candidato a prefeito pela oposição no município, o empresário Severino Monteiro da Paixão[23], em uma tentativa para que o mesmo filie-se ao MDB, viabilizando, assim, o palanque e o voto vinculado a Freire. No entanto, a ideia foi rechaçada por Monteiro, que segundo Aragão, afirmou que não queria coisa com "comunista":

> Fizemos o convite a Severino Monteiro para aderir às esquerdas para o MDB e ganharmos, pois acreditávamos que venceríamos a eleição, mas ele não aceitou de jeito nenhum dizendo que não era comunista e que não queria coisa com comunista (...) os dois grupos (Boca Preta e Cabecinha) eram conservadores.
>
> **Entrevista realizada com o senhor José Fernando Arruda Aragão em novembro de 2018.**

A negativa de Severino Monteiro deu origem a uma terceira via na cidade com a composição da chapa do MDB, tendo o fotógrafo Pedro Augusto candidato a prefeito e a professora Marluce Aragão como vice. Segundo Marluce Aragão, em depoimento concedido para o corrente trabalho, "a chapa foi composta pelo simples desejo de votar em Marcos

Freire, pois devido o voto vinculado, essa era única forma"[24].

O rechaço do candidato de oposição a uma filiação ao MDB traz à tona algo que, até anteriormente, parecia ausente na política santa-cruzense: o léxico do anticomunismo da Ditadura Militar.

Contudo, se afastar de qualquer vestígio que lhe rendesse a alcunha de "comunista" durante o pleito eleitoral, não foi suficiente. Pois os termos "subversivos" foram utilizados contra a corrente política de Severino durante a campanha, como podemos destacar num outro trecho do panfleto anônimo que foi distribuído nas eleições de 1982:

> Bôca Prêta de classe não vota em quem já lhe fez mal, o lugar deles é na outra corrente que é formada de gente corruta (sic) e subversiva.
> Para Prefeito: Augustinho Rufino de Melo, Vice Braz de Lira [...] Esses são os candidatos apoiados por Padre Zuzinha para serem eleitos no dia 15 de novembro, fora os corruptos e subversivos que querem entrar em nossa corrente, nós jamais aceitaremos esses conchavos com esses profissionais traiçoeiros...
>
> **Entrevista realizada com a senhora Maria Marluce Arruda Aragão em novembro de 2018.**

Portanto, dentro da representatividade dos valores simbólicos, a corrente política ao qual o político Severino Monteiro faz parte é conceituada dentro da "desordem, do crime, da degeneração moral", subvertendo, assim, a ordem "política, social e moral" atrelada a corrente política do "candidato do padre Zuzinha".

Um panfleto eleitoral, historicamente conhecidos no Brasil por "santinhos"[25], mostra como a figura do Padre Zuzinha, mesmo não sendo mais candidato, monopolizava o uso de certos símbolos sociais. Em sua pesquisa acadêmica de conclusão de curso, realizada no ano de 2010, Gilson Julião faz a seguinte análise sobre esse panfleto:

> Neste panfleto é visível o interesse de legitimar o Estado autoritário, pelo qual o Brasil passava. [...]. Porém, entendemos que há uma relação de poder que beneficia ambas as partes. No lado esquerdo do plano superior, a foto refere-se ao ex-governador de Pernambuco Marco Maciel, [...]. Ao lado há a imagem de João Baptista Figueiredo [...].

> Sobre isso, é importante destacar a inscrição que se encontra acima dos nomes do Padre Zuzinha e dos candidatos, que a partir das representações de "amor, sinceridade e trabalho" formaria na população o espírito do patriotismo. Essas representações eram apresentadas como modelo de conduta ideal, seguidas por aqueles que estavam ligados à figura do Padre Zuzinha como homem de "amor, sinceridade e trabalho" e isto só reforçaria sua imagem como exemplo a ser seguido.
>
> **Gilson José Julião, Cultura Política em torno da figura de Padre Zuzinha em Santa Cruz do Capibaribe, de 2010, p. 28-29.**

Assim, percebemos que a figura do Padre Zuzinha carregava em si própria uma série de representações que, como tais, davam significado ao voto em sua pessoa ou em seu grupo político. Os valores da devoção religiosa e das virtudes ligadas a ela, o amor, a sinceridade e o trabalho, agregam força a sua figura.

Os resultados das eleições dão a vitória a Augustinho Rufino de Melo com 4.436 votos, contra 4.250 votos de Severino Monteiro da Paixão; havendo ainda 294 votos para a candidatura de Pedro Augusto pelo MDB. Ainda houve 100 votos em branco e 702 nulos. E o Padre Zuzinha, pela segunda vez, elegia seu sucessor. Em sua atuação política era a quarta vitória consecutiva desde 1968. Parecia que, com o Padre, o grupo político denominado "Boca preta" só havia aprendido a ganhar.

A mitificação do padre a partir do "rebatismo" do espaço público

Padre Zuzinha faleceu em 05 de outubro de 1983, aos 78 anos de idade. O processo de mitificação do Padre Zuzinha se seguiu ano após ano ao seu falecimento. Seus correligionários, em posse do poder executivo municipal e em maioria na câmara dos vereadores, utilizaram-se das possibilidades trazidas pelo poder sobre a máquina pública para criar variados lugares de memória, e assim direcionar o espaço público municipal em seus espaços mais simbólicos para que fossem testemunhos perenes e presentes sobre a figura do Padre Zuzinha e sua "grandeza".

O historiador francês Roger Chartier nos fala que:

> [...] a realidade é contraditoriamente construída pelos diferentes grupos que compõem uma sociedade; em seguida, as práticas que visam a fazer reconhecer uma identidade social, a exibir uma maneira própria de ser no mundo, a significar simbolicamente um estatuto e uma posição; enfim, as formas institucionalizadas e objetivadas em virtude das quais "representantes" (instâncias coletivas ou indivíduos singulares) marcam de modo visível e perpétuo a existência do grupo, da comunidade ou da classe
>
> **Roger Chartier, A História Cultural: entre práticas e representações, de 1990, p. 12.**

O grupo político Boca-preta tinha meios de dar institucionalização ao mito do Padre Zuzinha, renomeando o espaço público e construindo monumentos que fizessem menção àquele que era seu líder. Havia como fazê-lo presente, trazê-lo à vida, a partir de nomes de ruas e prédios públicos, construção de estátuas, mausoléus e instituições de caridade. Chartier argumenta que os diferentes grupos constroem, de forma contraditória, a realidade; acreditamos que nesse momento o grupo político herdeiro do capital político do Padre Zuzinha tinha meios de tornar sua "maneira própria de existir no mundo" em uma narrativa hegemônica.

A Rua Grande, símbolo do nascimento de Santa Cruz do Capibaribe, onde se ergueu a Igreja Matriz, onde se realizavam as festas do Padroeiro, onde está sediada a prefeitura e, na época, a Câmara de Vereadores; onde se encontra a centenária Sociedade Musical Novo Século, entre outros elementos constituintes do ethos urbano santa-cruzense[26], foi rebatizada com o nome de "Avenida Padre Zuzinha"[27] pelo projeto de lei nº 004/83[28] de autoria da vereadora Zilda Moraes.

A escola "31 de março", fundada em 1972 pelo próprio Padre Zuzinha, e cujo prédio havia sido projetado na segunda gestão de Raimundo Aragão (1965-1969) para ser o centro administrativo do município, foi rebatizada com o nome de "Escola Padre Zuzinha". O nome anterior do colégio era claramente alusivo ao golpe civil-militar de 1964, do qual o padre era apoiador por ser filiado a ARENA.

Por meio da lei nº 766/84, de 09 de outubro de 1984,

determinava-se feriado municipal em memória do Padre Zuzinha. Em 05 de Outubro de 1985, foi erguido em homenagem ao Padre um monumento na praça que levou seu nome pela já mencionada lei 004/83.

Augustinho Rufino, prefeito constitucional, e Zilda Moraes[29], vereadora, aparecem como os principais articuladores da instituição desses lugares de memória em exaltação a Padre Zuzinha. A elaboração de leis, feriados e monumentos coadunam com o interesse político do grupo ao quais os dois representavam. Ambos ocupavam seus cargos em muito pelo atrelamento político que tiveram com o Padre[30]. Chartier mais uma vez nos chama a atenção para o fato de:

> As representações são variáveis segundo as disposições dos grupos ou classes sociais; aspiram à universalidade, mas são sempre determinadas pelos interesses dos grupos que as forjam. O poder e a dominação estão sempre presentes. **As representações não são discursos neutros: produzem estratégias e práticas tendentes a impor uma autoridade, uma deferência, e mesmo a legitimar escolhas**. Ora, é certo que elas colocam-se no campo da concorrência e da luta. **Nas lutas de representações tenta-se impor a outro ou ao mesmo grupo sua concepção de mundo social**: conflitos que são tão importantes quanto as lutas econômicas; são tão decisivos quanto menos imediatamente materiais.
>
> **Roger Chartier, A História Cultural: entre práticas e representações, de 1990, p. 17. Grifos nossos.**

No exercício do poder, ambos, Augustinho e Zilda, fizeram o que lhes pareceu mais conveniente para manter a figura do pároco-político "viva". Dominar a representação, impor-lhe ao outro sua concepção de mundo social torna-se assim uma arma política efetiva, pois toma-se posse da maneira como os indivíduos classificam o mundo social e, nesse caso específico, a política.

A atuação do grupo Boca-preta, especialmente na ação de Augustinho Rufino e Zilda Moraes, tinha por objetivo direcionar o debate político de Santa Cruz do Capibaribe tomando como referência as práticas atribuídas ao padre-prefeito como modelo de virtude, protegendo-a de questionamentos.

Assim, práticas como o assistencialismo, por exemplo, que

caracterizou a atuação política e paroquial do padre e que foram decisivas aos êxitos eleitorais dele, seriam naturalizadas e protegidas da crítica dos adversários.

Os "romeiros do Padre Zuzinha"

No período entre 1983 e 1988, ano do pleito eleitoral, Santa Cruz do Capibaribe seguiu sua rotina de transformações, com a chegada de novos elementos que comporiam o cotidiano da cidade. Em sua administração, Augustinho Rufino investiu numa maior organização da feira da *sulanca*, mas foi pouco efetivo na estruturação do município. Romenyck Stiffen da Silva, um dos autores deste presente trabalho, cita em sua monografia de conclusão de curso as contradições presentes da sua administração:

> [...] nessa perspectiva o prefeito da época, Augustinho Rufino de Melo (1982-1988), sua primeira ação foi modernizar a feira através da padronização de bancos de madeira retirando os produtos antes expostos no chão. (...) Melo fala sobre as bancas espalhadas pelo centro da cidade: 'temos hoje entre 3.200 e 3.500 bancas espalhadas pelo centro da cidade e não da para fazermos uma previsão, pois a cada feira aumenta o número de bancas.'. [...] Nesse período o rio Capibaribe foi um dos que mais sentiu esse crescimento sem o devido acompanhamento adequado da infraestrutura do município, tendo a rede de esgoto desaguada no mesmo.
>
> **Romenyck Stiffen Barbosa da Silva, Fios, nós, redes e malhas: a feira de Santa Cruz do Capibaribe-PE, de 2012, p. 27.**

O termo "modernização", usado pelo autor, talvez não seja o mais adequado para definir o que a feira nos anos 1980 havia se tornado. A historiadora Flávia Danielly expõe em seu texto outras realidades da feira e seu impacto no cotidiano da cidade:

> Apesar de a feira ocorrer basicamente nas ruas do centro e dos bairros citados, ela atingia a cidade inteira. O primeiro e mais intenso problema era sem dúvida o trânsito, que ficava completamente caótico e desorganizado nos quatro dias ocupados pela feira.

> [...] A iluminação dos bancos onde era exposta a mercadoria, por exemplo, era feita a partir de instalações elétricas improvisadas [...] Tal prática representava um perigo constante às pessoas que circulavam e trabalhavam naquele espaço, pois a cidade, já nos anos 80 e 90, ainda não contava com um corpo de bombeiros para o caso de ocorrer qualquer emergência. [...]. Em casos de acidentes mais graves e que envolvessem feridos, a locomoção de ambulâncias no perímetro urbano e nas ruas de acesso a entrada da cidade ficava diretamente comprometida devido à intensa movimentação de pessoas, veículos e animais no entorno.
>
> **Flávia Danielly de Siqueira Silva Moura, Cenas de uma cidade sensível: O Cine Bandeirante como espaço de lazer e sociabilidades em Santa Cruz do Capibaribe-PE, de 2014, p. 45 e 46.**

No período, Santa Cruz do Capibaribe teve inaugurada a Rádio Vale do Capibaribe AM 1370 kHz, inicialmente de propriedade da família Mendonça[31] de Belo Jardim. Jota Oliveira, em seu livro de memórias sobre as ruas de Santa Cruz do Capibaribe, define a rádio como "tendenciosa e torcedora declarada do grupo Boca-Preta"[32].

Entendemos que a realidade da cidade, com a padronização da feira, o surgimento de um meio de comunicação de massa direcionado exclusivamente ao município, bem como com as graves contradições elencadas no texto de Flávia Danielly, compunham, junto com o já mencionado processo de exaltação e mitificação da figura de Padre Zuzinha, o contexto no qual se desenrolaram as eleições de 1988.

Para o pleito eleitoral os grupos políticos se organizaram em torno da candidatura de Ernando Silvestre da Silva, filiado ao PFL[33], ao cargo de prefeito tendo como João Januário Nunes[34] como vice, pelo lado Boca-preta; pela oposição, o grupo denominado Cabecinhas[35], surgia a figura de Oséias Moraes[36] filiado ao PMB[37], tendo como vice o empresário Zinha Vieira[38].

Às vésperas do início oficial da campanha, anteriormente as convenções partidárias que definiriam os candidatos, circulava em Santa Cruz um cartaz com a foto de Padre Zuzinha e os dizeres "Vamos Continuar Juntos. Padre Zuzinha sempre vivo no coração dos pobres".

Esse cartaz aparentemente ornamentava a câmara de vereadores de Santa Cruz do Capibaribe no dia da convenção do grupo Boca-preta[39].

Ernando Silvestre, em depoimento para este trabalho, relata que sua candidatura foi motivo de uma ruptura na cúpula do partido.

> Estavam postulando o cargo, João Januário, Dr. Clóvis Pacas, Djalma Bispo e 'doutor' Alexandre. [...] A câmara estava cheia, quando entre foi um alvoroço grande. O pessoal se levantou como se dissesse 'É ele! É ele!'. Na votação deu eu para prefeito e João Januário para vice. Os que ficaram de fora, viraram a casaca e foram pro outro lado.
>
> **Entrevista realizada com o senhor Ernando Silvestre da Silva em outubro de 2018.**

No dia oficial de homologação da candidatura[40] do grupo Boca-preta, o prefeito Augustinho Rufino de Melo faz o discurso de lançamento da chapa e recorre à figura do Padre Zuzinha para referendar a candidatura oficial do partido e atacar a figura daqueles que, preteridos na disputa majoritária, passaram ao lado opositor.

> Esse slogan 'vamos continuar juntos' significa simplesmente um compromisso assumido da pessoa que vos fala [...] Vejam que foi o compromisso que Padre Zuzinha assumiu comigo e eu não vou decepcioná-lo. **Assumi o compromisso com o homem mais sério depois de Cristo aqui na terra, que foi o Padre Zuzinha, de cuidar do povo e honrar o grupo.** Podem juntar os bilhões, os trilhões os quatrilhões de Cruzados [...] saia quem quiser pois no partido da gente só fica quem for macho. [...] fique no partido quem quiser, **mas o nome de Padre Zuzinha vai pra rua hoje com essa chapa**. **É o padre e o povo contra o resto. Vamos pra luta. É o pobre contra o rico**. E pode juntar os ricos todinho que eu fico do lado dos pobres com a bandeira do padre. [...] Eu sei que somos pobres [...] mas somos ricos de hombridade.
>
> **Gravação do discurso do senhor Augustinho Rufino de Melo, arquivo pessoal dos autores, em julho de 1988. Grifos nossos.**

Praticamente toda a construção discursiva presente na figura de Padre Zuzinha, elaborada continuamente desde a primeira candidatura do pároco em 1969, é reivindicada pela pessoa de Augustinho Rufino de Melo em seu discurso.

A menção, por parte de Augustinho Rufino, de que o Padre Zuzinha teria sido "o homem mais sério depois de Cristo aqui na terra" inegavelmente soa exagerada, mas, também, não foi dita sem motivo. A figura de Zuzinha ganhou o vulto semelhante a um santo entre parte de seus apoiadores. No já citado mausoléu onde repousam seus restos mortais, e cuja construção envolveu uma intensa mobilização sob a já citada liderança de Zilda Moraes, segundo Gilson Julião:

> Esse espaço é visitado constantemente por seus seguidores que são conhecidos como "os romeiros de Padre Zuzinha" que, além de prestar homenagens ao padre, acreditam que o mesmo foi responsável por fazer "milagres" em suas vidas. Lá constatamos vários elementos que caracterizam as promessas religiosas feitas ao Padre Zuzinha, como pequenos adornos de réplicas de mãos e pés de cera de crianças e adultos, fotografias, colares, flores e inclusive com imagens de "santinhos" de políticos. Enfim, existe todo um conjunto de objetos oferecidos como pagamentos às promessas ditas alcançadas através do mito Padre Zuzinha. Este local se constitui como um lugar sagrado, santificando a figura de Padre Zuzinha para legitimar seus sucessores políticos no comando do município
>
> **Gilson José Julião, Cultura Política em torno da figura de Padre Zuzinha em Santa Cruz do Capibaribe, de 2010, p. 46.**

A visão do Padre enquanto um santo é apropriado politicamente pelo partido Boca-preta naquela mesma eleição. Logo a denominação "romeiros do Padre Zuzinha" se populariza e passa a ser um título identificador dos eleitores do grupo Boca-preta e de seus candidatos. A denominação "romeiros do Padre Zuzinha" é reforçada pela letra de um jingle eleitoral da época:

> Sempre fui pobre, sempre fui pobre
> Pobre sabe votar
> Pobre vota em Ernando
> Pra outra eleição ganhar
> O rico tempo de eleição
> Sai do seu casarão
> Vai na sua casinha

> Mas a resposta vem primeiro
> **Nós somos romeiros**
> **Do Padre Zuzinha**
> **Autor desconhecido, jingle de campanha, de 1988.**

Assim, o discurso político misturava-se ao sentimento religioso que se realizava no Padre-mito. Mas é perceptível que sua figura de "santo", mártir e defensor dos pobres, também era expressão de outros conflitos dentro da sociedade santa-cruzense.

Percebe-se no discurso de Augustinho na convenção, nos cartazes alusivos ao padre, nos jingles eleitorais, uma tensão relativa a questões de classe social. As eleições se convertiam quando os pobres poderiam subverter sua relação com os ricos e, conscientes de sua força eleitoral, votavam no partido com o qual mais se identificavam.

O historiador José Adilson Filho[41], em seu trabalho *A Cidade Atravessada – Velhos e novos cenários na política belojardinense (2009)*[42], nos traz uma reflexão sobre como se faz necessária uma posição compreensiva diante dessa movimentação travada pelas classes populares:

> As camadas populares vivenciam cotidianamente a política destes grupos como uma coisa que transcende o mero interesse material ou de manutenção da situação de classe, mas como algo que contém forte conteúdo simbólico e que precisa ser entendido através de seu significado, ou seja, das múltiplas coisas que lhe dotam sentido. Neste caso a análise da política local se complexifica, pois pode se apresentar como momento de festa e de guerra, em que se misturam a tragédia e a comédia, ora como momento da revanche e do ressentimento, ora como fruto da lógica da dádiva ou da esperança e da realização de muitos desejos individuais, quase nunca como possibilidade da construção de uma cidadania mais coletiva.
>
> **José Adilson Filho, A oligarquia dos Mendonça. In: A cidade atravessada: velhos e novos cenários da política belo-jardinense (1969–2000), de 2009, p. 72.**

Compreendemos, dessa forma, que a figura do Padre Zuzinha como protetor dos humildes e a denominação de seus eleitores como "romeiros", servia aos interesses políticos dos líderes do grupo Boca-preta

que, dominando toda uma série de procedimentos que se apropriavam dessas representações, tinham vantagens nas disputas eleitorais.

Ao mesmo tempo, compreendemos que esse fenômeno não pode ser enxergado pela lógica da pura e simples manipulação. Havia algum ganho real, ainda que subjetivo, para a massa de eleitores que adotaram o padre como mais que um líder, mas como um protetor, um santo; como um símbolo pelo qual valeria a pena tomar as ruas em passeatas-romarias.

A disputa eleitoral teve um investimento financeiro e organizacional por parte do grupo Cabecinha que antes não havia sido visto no município. Sob a liderança de Oséias Moraes, a identidade do grupo político foi repaginada. Vermelho foi adotado como a cor oficial do partido[43], inclusive havendo eventos batizados de "comícios da camisa vermelha"[44] na intenção de consolidar essa nova identidade visual do grupo. Em entrevista para essa pesquisa Oseias Moraes fala sobre o grau de organização e profissionalismo de sua campanha: "Tinhamos gente de Recife que cuidava de nosso discurso, como eu me comportava. Como era no palanque. Cartazes diferentes com material de propaganda de primeira linha. (...) Foi a primeira campanha profissional da cidade".[45]

Segundo Oseias, em seu depoimento, o discurso da campanha era centrado na necessidade de mudanças no município, da obtenção de infraestrutura de trânsito e abastecimento de água, além de um novo plano diretor que garantisse a expansão sustentável do município. Os problemas encontrados na feira, elencados aqui nesse capítulo, eram, também, um dos problemas denunciados pela campanha Cabecinha.

A adoção do vermelho como cor oficial do partido e o uso de um avião ultraleve na cor vermelha, que lançava panfletos sobre a cidade, gerou um primeiro choque da campanha Cabecinha com as representações que foram construídas através dos anos sobre o Padre Zuzinha. Logo o avião recebeu por parte dos eleitores do grupo Boca-preta o apelido de "pomba-gira", e começaram insinuações de que Oseas Moraes seria adeptos das religiões afro.

Em depoimento a essa pesquisa, Zinha Vieira, o candidato a vice-prefeito ao lado de Oseas, relata que o discurso pesou na campanha: "Eles diziam que nosso grupo era um grupo de 'catimbozeiros'".[46] É conhecido o estigma que carregam as religiões afro no país. Numa cidade

onde a religião, em especial o Catolicismo, era um elemento politicamente decisivo, não se espanta que Oseias fosse prejudicado com tal alusão.

O ataque parecia surtir muito efeito na campanha. Em reação a essas acusações Oseas se manifesta no guia eleitoral do dia 25 de outubro de 1988:

> Não tenho nenhum problema com candomblé ou pomba-gira. [...] Eu sou católico batizado por Padre Zuzinha. Esse vermelho foi uma marca que eu quis dar a meu partido. Todo time de futebol tem o seu padrão, e o meu é vermelho. Esta cor que está derrubando os Boca-preta. O vermelho significa a força do povo. Significa o sangue que corre na minha veia. Significa o sangue de Jesus Cristo que foi derramado quando ele lutou para salvar o povo da terra. Esse vermelho eu vou levar até o fim Eu tenho fé; fé no vermelho, fé em Deus e em São Jorge"
>
> **Guia eleitoral, arquivo de José Icizenildo Meire, em 25 de outubro de 1988.**

A fala de Oseas foi retirada de um comício realizado no dia anterior e anexada ao seu guia eleitoral no rádio. É especialmente marcante, pois ali no comício Oseas se dirigia a eleitores que tradicionalmente combateram a figura do padre; seu grupo político havia sido retirado do poder a partir da entrada do Padre Zuzinha nas eleições em 1968 e a mitificação *post mortem* de sua figura foi capitaneada por seus adversários nesta eleição.

Ainda assim Oseas tenta aproximar-se da figura mitológica do Padre ao lembrar que foi batizado por ele, e tenta ressignificar, combater a representação desvantajosa atribuída ao seu partido devido à cor adotada na campanha.

Santa Cruz do Capibaribe, como já mencionamos aqui, nas suas muitas transformações, teve efetiva presença da Igreja Católica. Seu mais destacado líder político era um pároco que, ao morrer, ganhou status social semelhante ao de um santo.

Oseas tenta aproximar o vermelho dessas representações que surgiram na cidade. Aparentemente, seus discursos sobre suas soluções para

as necessidades estruturais e econômicas da cidade surtiam pouco efeito; antes ele precisava negociar com os símbolos do social erguidos em Santa Cruz do Capibaribe, precisava pedir autorização ao povo a partir da adaptação de suas falas ao horizonte fundamentado nas representações sociais consolidadas no município.

No entanto prevalece a campanha cujo discurso melhor se apropriou da mitificação da figura do Padre Zuzinha. O resultado da eleição garante mais uma vitória ao grupo Boca Preta. Ernando Silvestre obteve 9.597 votos contra 8.742 de Oseas Moraes. Entre os Vereadores a candidatura mais votada é a de Zilda Moraes com 1.487 votos.

Referências bibliográficas

ACHTSCHIN SANTOS, Márcio. *A Nova História, a cultura política e o dilema do Brasil.* In: Aguia, Revista Científica da FENORD, edição 3, 2013.

ADILSON FILHO, José. A oligarquia dos Mendonça. In: *A cidade atravessada: velhos e novos cenários da política belo-jardinense (1969–2000)* Recife, 2009.

ARAÚJO, Júlio Ferreira de. *História de Santa Cruz do Capibaribe.* 2003.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações.* Rio de Janeiro: Bertrand, 1990.

______. O mundo como representação. In.: *Estudos avançados*, vol.5 nº. 11. São Paulo, jan./abr. 1991.

GÓIS, José de Oliveira. *Ruas de Santa Cruz do Capibaribe-PE: sua gente e sua história.* Publicado pelo autor, Santa Cruz do Capibaribe - PE: 2010.

JULIÃO, Gilson José. *Cultura Política em torno da figura de Padre Zuzinha em Santa Cruz do Capibaribe.* Campina Grande, 2010.

LISBOA, Lindolfo Pereira de. *Raimundo Aragão: Sua vida, suas obras*. Brasília, Mirian Regina: 1990.

MOURA, Flavia Daniely de Siqueira Silva. *Cenas de uma cidade sensível: O Cine Bandeirante como espaço de lazer e sociabilidades em Santa Cruz do Capibaribe-PE.* Dissertação de Mestrado. UFCG 2014.

SILVA, Romenyck Stiffen Barbosa da. *Fios, nós, redes e malhas: a feira de Santa Cruz do Capibaribe-PE.* Trabalho de Conclusão de Curso. Campina Grande - PB.
Universidade Estadual da Paraíba - 2012.

Fontes

DOCUMENTOS OFICIAIS

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 14, DE 1980. Altera o Título das Disposições Gerais e Transitórias, estendendo os mandatos dos atuais Prefeitos, Vice-Prefeitos, Vereadores e Suplentes até 1983, imprimindo nova redação ao artigo 209.

LEI Nº 6.978, DE 19 DE JANEIRO DE 1982. O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei: Estabelece normas para a realização de eleições em 1982, e dá outras providências.

LEI Nº 7.015, DE 16 DE JULHO DE 1982. Altera as Leis nºs. 4.737, de 15 de julho de 1965, e 6.978, de 19 de janeiro de 1982, e dá outras providências.

LEI nº 766/84, de 09 de outubro de 1984, Fica estabelecido como FERIADO MUNICIPAL em todo o território de Santa Cruz do Capibaribe, Estado de Pernambuco o dia 05 (cinco) de outubro, data em que se registra o falecimento de Padre JOSÉ PEREIRA DE ASSUNÇÃO, conhecido como Padre ZUZINHA, grande benfeitor da comunidade santa-cruzense.

RELATOS ORAIS

ARAGÃO, J. F. A. *José Fernando Arruda Aragão: depoimento [nov. 2018].* Entrevistadores: Mário Francisco de Melo Júnior e Romenyck Stiffen Barbosa da Silva.

ARAGÃO, M. M. A. *Maria Marluce Arruda Aragão: depoimento [nov. 2018]*. Entrevistadores: Mário Francisco de Melo Júnior e Romenyck Stiffen Barbosa da Silva.

GÓIS, J. O. *José de Oliveira Góis: depoimento [ago. 2018]*. Entrevistadores: Mário Francisco de Melo Júnior e Romenyck Stiffen Barbosa da Silva.

MORAES, O. A. *Oséas Aragão Moraes: depoimento [out. 2018]*. Entrevistadores: Mário Francisco de Melo Júnior e Romenyck Stiffen Barbosa da Silva.

SILVA, E. S. *Ernando Silvestre da Silva: depoimento [out. 2018]*. Entrevistadores: Mário Francisco de Melo Júnior e Romenyck Stiffen Barbosa da Silva.

VIERA, J. M. *José Monteiro Vieira: depoimento [out. 2018]*. Entrevistadores: Mário Francisco de Melo Júnior e Romenyck Stiffen Barbosa da Silva.

PERIÓDICOS E JORNAIS

Jornal Página Livre – *Santa Cruz do Capibaribe - janeiro de 2009* (Exemplares avulsos e sem numeração digitalizados pelo Sr. José Icizenildo Meires da Silva).

FONTES ICONOGRÁFICAS

Acervo digitalizado do Sr. José Icizenildo Meires da Silva.
Acervo privado da Sr.ª. Maria do Socorro da Silva.

Notas

1 O presente artigo é um resumo adaptado dos capítulos 2 e 3 do trabalho acadêmico intitulado *Cidade, cultura política e eleições em Santa Cruz do Capibaribe-PE (1982-1988)*, desenvolvido para conclusão do curso de Especialização em História do Brasil em 2018 pelos autores, onde estudam diferentes dimensões do fenômeno político em Santa Cruz do Capibaribe, e discutem como as identidades partidárias e os discursos e representações sociais sobre a política nas eleições são atravessadas por toda uma série de acontecimentos e transformações de ordem econômica, social e cultural no município.

2 A história política é um ramo da historiografia que estuda a organização e os processos de operação do poder nas sociedades humanas ao longo do tempo. A partir dos anos 1970 recebeu uma série de contribuições quem amplia suas possibilidades de estudo, estabelecendo uma abordagem que foca o fenômeno político por um viés cultural e um diálogo mais amplo com outras ciências.

3 Doutorando em História e Cultura Política, professor da FENORD – Fundação Educacional do Nordeste Mineiro.

4 Indicamos a leitura das obras de Sérgio Buarque de Holanda, Florestan Fernandes e Roberto da Matta sobre esse tema.

5 Escola de música do município. Fundada em 04/10/1900.

6 Clube recreativo e esportivo do município. Fundado em 1938.

7 Tradicional jornal com sede em Recife. O mais antigo em circulação na América Latina

8 Ver anexo

9 Conhecido como Jota Oliveira. Formado em Língua portuguesa pela faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Caruaru. É um grande memorialista dos fatos históricos de Santa Cruz Capibaribe.

10 http://www2.camara.leg.br/legin/fed/emecon/1980-1987/emendaconstitucional-14-9-setembro-1980-373576-publicacaooriginal-1-pl.html.

11 http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1980-1987/lei-6978-19-janeiro--1982-356689-publicacaooriginal-1-pl.html.

12 http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1980-1987/lei-7015-16-julho--1982-356788-publicacaooriginal-1-pl.html.

13 Professor, jornalista e escritor em Santa Cruz do Capibaribe entre as décadas de 1980 e 1990. Escreveu duas biografias, a do Padre Zuzinha e a de Raimundo Aragão.

14 Mecanismos de legitimação e legalização das ações políticas do Regime Militar, estabelecendo a eles próprios poderes extrajudiciais. Os Atos Institucionais estavam acima até mesmo da Constituição.

15 Em seu Ato Complementar nº 4, o AI-2 extinguiu todos os partidos políticos e instituiu o bipartidarismo entre ARENA e MDB.

16 Ato Institucional que, dentre outras arbitrariedades, extinguia o Habeas Corpus para crimes políticos.

17 Deputado e Senador por Pernambuco, ex-presidente da Caixa Econômica Federal e ex-ministro da Reforma Agrária. Faleceu em 1987.
18 Como vamos no referir a José de Oliveira Góes daqui por diante.
19 O livro de Jota Oliveira explica a origem dos nomes oficiais dos logradouros públicos de Santa Cruz e a origem dos nomes populares que as mesmas vias recebem por parte do povo. Sempre recorrendo as suas memórias afetivas, mas também citando fontes documentais.
20 GÓIS, José de Oliveira. *Ruas de Santa Cruz do Capibaribe - PE: sua gente e sua história.* Publicado pelo autor, Santa Cruz do Capibaribe - PE: 2010, p. 17.
21 *Ibid.*, p. 22.
22 Além de livros publicados, contribuição para várias outras pesquisas acadêmicas e de ter em sua posse um arquivo fotográfico e documental sobre a cidade cujo valor é inegável, Jota Oliveira é referência para programas de TV que retratem aspectos históricos e sociais da cidade, com inúmeras aparições.
23 Empresário santa-cruzense, ex-vereador, ex-presidente da Câmara de Vereadores da cidade, candidato derrotado ao executivo municipal em 1976 e 1982. Falecido em 2020.
24 Marluce Aragão, ENTREVISTA, 2018
25 O dicionário Houaiss confirma que uma das acepções da palavra é: *"Rubrica: política, publicidade. Regionalismo: Brasil. Uso: informal. Pequeno prospecto de propaganda eleitoral com retrato e número do candidato a cargo público.*
26 Também se realizavam na rua os principais desfiles cívicos do município e onde se encerravam as procissões.
27 O nome oficial anterior da rua era "Dr, Manoel Borba".
28 O projeto também mudava o nome da Praça Tiradentes para "Praça Padre Zuzinha" e ordenava a construção de uma estátua alusiva ao Padre. Projeto foi aprovado por maioria e teve forte oposição da bancada "Cabecinha".
29 Zilda Barbosa de Moraes Mena foi secretária da última gestão do Padre Zuzinha. Foi eleita vereadora em 1982. Obteve 5 mandatos consecutivos e foi por três vezes presidente da Câmara de Vereadores. É popularmente conhecida na cidade como a maior apoiadora do Padre Zuzinha.
30 Isso será reafirmado por Augustinho Rufino em 1988 no discurso da convenção de lançamento da candidatura de Ernando Silvestre a prefeitura municipal. Mencionaremos a fala mais adiante.
31 Tradicional oligarquia belo-jardinense. Seu patriarca, José Mendonça, foi deputado por mais de quatro décadas e teve em Santa Cruz do Capibaribe um de seus mais tradicionais redutos eleitorais.
32 GÓIS, *op. cit.*, p. 76.
33 Partido da Frente Liberal, atual DEM.
34 Agricultor e Comerciante local. Entre 1968 e 1988 foi Vereador por três legislaturas seguidas e Presidente da Câmara Municipal uma vez.
35 A nomenclatura "cabecinha" substitui o antigo "Cabeção" a partir de 1976

com a candidatura de Severino Monteiro da Paixão
36 Empresário santa-cruzense, Deputado Estadual por duas legislaturas (1991-1994, 1995-1998), ex-diretor do LAFEPE no governo Eduardo Campos. Pai do Deputado Estadual Diogo Moraes.
37 Partido Municipalista Brasileiro, extinto em 1992. Atualmente a sigla PMD pertence ao Partido da Mulher Brasileira, sem ligação com a sigla original.
38 José Monteiro Vieira, empresário santa-cruzense, pai do atual prefeito de Santa Cruz do Capibaribe, Edson de Souza Vieira.
39 Mencionamos isso pois fica claro na fala de Augustinho Rufino na convenção, que ele aponta e menciona claramente o lema exposto no cartaz.
40 Devido à dificuldade de acesso aos documentos do TRE, não tivemos como precisar a data exata da convenção.
41 Possui graduação em História pela Faculdade de Formação de Belo Jardim (1993), mestrado em História pela Universidade Federal de Pernambuco (2002) e doutorado em Sociologia pela Universidade Federal da Paraíba (2011). Atualmente é professor titular da Universidade Estadual da Paraíba e foi professor de história da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Caruaru.
42 O livro, originado de sua dissertação de mestrado, discorre sobre as táticas das oligarquias políticas de Belo Jardim para se manterem em posse do domínio das disputas eleitorais no município.
43 Antes o grupo Cabecinha não adotava nenhuma cor oficial em suas campanhas eleitorais
44 Áudio do guia eleitoral de 25-10-1988. Arquivo de José Icizenildo Meires da Silva (Nenê).
45 MORAES, O. A. *Oséas Aragão Moraes: depoimento [out. 2018]*. Entrevistadores: Mário Francisco de Melo Júnior e Romenyck Stiffen Barbosa da Silva.
46 VIERA, J. M. *José Monteiro Vieira: depoimento [out. 2018]*. Entrevistadores: Mário Francisco de Melo Júnior e Romenyck Stiffen Barbosa da Silva.

Legenda: Partida de futebol comemorativa no campo do Ypiranga, com pontapé inicial dado pelo Padre Zuzinha. Da esquerda para a direita: Djalma Bispo, árbitro da partida; Padre Zuzinha; Lagartixa [Flavio]; Antonio Neo [Toinho Neo]; Pedro Filho; José Bezerra da Costa [Zé Minhoca].
Fonte: Fotografia digitalizada e arquivada por Arnaldo Vitorino, foto feita no ano de 1972.

RITOS, RITMOS E IMAGENS:

O simbolismo no espetáculo das campanhas eleitorais de 1968 e 1976 em torno de Padre Zuzinha

Gilson José Julião

Introdução[1]

Nesta escrita apresentaremos o simbolismo no poder, a partir da apresentação do cenário político de Santa Cruz do Capibaribe, sendo Padre Zuzinha apresentado como uma figura carismática que propiciou a chegada dele ao poder, em 1968.

> [...] O carisma que o centro havia inventado (aliás, de forma bastante deliberada) para ela [Elizabete Tudor], utilizando os símbolos populares da virtude, da fé, e da autoridade, ela levava para o campo, com um talento para a arte de governar bem maior do que aquele de seus ministros que a isto se opunham, fazendo de Londres não só a capital da imaginação política britânica, mas também de seu governo.
>
> **Clifford Geertz, O saber Local: novos ensaios em antropologia interpretativa, de 2008, p. 193.**

A citação de Geertz que destaca o soberano, no caso em análise atribuído a "soberania" a Padre Zuzinha, carrega um tipo de teor sagrado que caracteriza o seu poder real. No entanto, é através dos ritos e imagens, por ele exercidos, que seu poder é de fato legitimado perante seus seguidores. Segundo Geertz, a partir da encenação dos valores "da virtude, da fé e da autoridade", mostrados na citação acima, o ator exerce o poder político que está assentado no que ele chama de "aura mágica". Geertz afirma ainda que "foi a alegoria que lhe deu uma aura mágica, e foi a repetição da alegoria que manteve viva essa mágica".[2]

Desta forma, existe uma relação necessária entre o carisma e a encenação dos valores morais de uma sociedade, os quais estão no centro do poder. A boa atuação de um político na encenação de tais valores é responsável pelos significados positivos que alguns sujeitos alcançam em sua sociedade. Geertz afirma que:

> É por esse motivo, que mesmo que o tipo de figura carismática que nos interessa seja periférico, efêmero, ou sem base sólida – o mais extremado dos profetas, ou o mais radical dos revolucionários – devemos primeiramente examinar o centro e os símbolos e concepções que nele existem, para que possamos entendê-los e

saber exatamente o que eles significam.

Clifford Geertz, O saber Local: novos ensaios em antropologia interpretativa, de 2008, p. 215.

Tais reflexões teóricas são necessárias para compreender como, desde os seus anos como padre, José Pereira de Assunção usou de forma abundante uma proposta que o apresentava como um líder que dizia congregar os interesses da maioria da população, potencializando esse representativo e fazendo uso excessivo do respaldo popular como elemento de justificativa para suas iniciativas políticas e ações eleitorais.

Neste trabalho não abordaremos as gestões administradas por Padre Zuzinha. Pois o objeto central da análise são as eleições e não as administrações. Para tanto, analisaremos os pleitos eleitorais de 1968 e 1976, os quais ele foi o principal personagem. Propormos uma discussão sobre os desdobramentos das eleições municipais destes períodos, pois "[...] as eleições municipais também mereceriam que alguém se interesse por elas".[3] Passemos, assim, a examinar algumas das práticas simbólicas que o acompanharam durante estas eleições, levando em consideração os ritos de campanha, as formas, as encenações, os gestos, as imagens, os rituais, os símbolos, as festas, as canções, as palavras, os discursos, os vocabulários, as maneiras de vestir-se e de mover-se como expressões de uma cultura política.

Os tópicos aqui apresentados foram organizados pelos tipos de fontes e não pelas campanhas eleitorais. No primeiro tópico falaremos sobre a ARENA que se envolvia neste enredo, bem como a ligação política de Padre Zuzinha com o período militar que o Brasil vivia naquela época. No segundo tópico abordaremos as eleições municipais de 1968 e 1976 a partir das músicas, letras e canções que embalaram estes pleitos. Por último, utilizamos um folhetim de literatura de cordel para discutir as eleições de 1976.

A arena do poder

Pensemos um pouco sobre o momento vivido no cenário político do Brasil, no período estudado, pois, é tarefa importante para nossa

escrita, tendo em vista que o contexto histórico é fundamental para compreender determinada época. Neste período, o Brasil era governado por militares que estavam no poder central desde 1964. A ditadura decretou vários Atos Institucionais[4], culminando com o AI-5 em 1968, que suspendeu a Constituição de 1946, a dissolução do Congresso Brasileiro e a supressão de liberdades individuais. Em Pernambuco o governador era Nilo Coelho (1967-1971) que foi eleito de forma indireta, por meio da escolha dos deputados estaduais. É neste ano, 1968, que Padre Zuzinha entra de vez no cenário político local, se candidatando e ganhando a eleição para prefeito.

Neste contexto, o Estado autoritário se torna ainda mais forte, isso foi um dos fatores que contribuiu para as vitórias do Padre Zuzinha. Pois, como poderemos ver nesta análise, ele estava aliado com os partidários do regime militar.

Dentro do cenário político, os atores desenvolvem suas atitudes e tomam decisões em torno de determinado local e conjuntura, tornando-se elementos constituidores de símbolos e imagens ao longo do tempo. Por meio disto, a citação abaixo feita por Rimário Clismério da Silva nos permite fazer um debate em torno das posições políticas que Padre Zuzinha exercia.

> Cabe a nós identificarmos de que lado estava Padre Zuzinha, se levarmos a cabo aquilo que Noberto Bobbio aponta enquanto definição de direita e esquerda podemos dizer que o Padre fazia parte de um grupo de direita no âmbito local, regional e nacional, justamente por observar quem o apoiou e quem ele apoiava. O que nos confunde é justamente a característica dual que ele portava, onde se por um lado estava dentro de um partido que atendia aos interesses das elites dominantes, por outro suas ações contradiziam o meio no qual ele estava inserido.
>
> **Rimário Clismério Silva, Religião e política em Santa Cruz do Capibaribe: uma análise da trajetória política do Padre Zuzinha, de 2008, p. 25.**

Não queremos aqui entrar no campo dos debates teóricos de direita e esquerda, como cita o autor acima, mas é pertinente fazermos uma análise sobre o contexto político em que Padre Zuzinha estava inserido.

Durante o período no qual o Padre foi o ator principal da política de Santa Cruz do Capibaribe, o país estava passando por um momento de regime militar instaurado no ano de 1964, e que se prolongou até 1985. Outro Ato Institucional que nos interessa é o AI-2, que foi colocado em vigor em 1965, o principal ponto era o que tratava de extinguir os partidos políticos existentes e implantou o bipartidarismo, sendo permitidas apenas duas agremiações políticas: a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), que reunia aqueles que apoiavam o governo militar e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), formado por opositores ao regime.

Justiça Eleitoral

Juizo Eleitoral da 5ta. Zona Em Taquaritinga do Norte

Municipio de Santa Cruz do Capibaribe

DIPLOMA

O Juiz Presidente da 68a. Junta Apuradora das Eleições Municipais realizadas em 15 de novembro de 1976, nesta 5ta. Zona Eleitoral em Taquaritinga do Norte, Circunscrição de Pernambuco, em face dos resultados obtidos, concede o presente Diploma de Prefeito do Municipio de Santa Cruz do Capibaribe ao cidadão Padre José Pereira de Assunção eleito pelo Partido político "Aliança Renovadora Nacional - ARENA" em virtude de o mesmo haver obtido 3375 votos, de um total de 6.375 votantes.

Taquaritinga do Norte 17 de dezembro de 1976

Secretária Geral da 68a. Junta Apuradora

Juiz Eleitoral Presidente da 68a. Junta Apuradora

Legenda: Diploma de posse das eleições de 1976.
Fonte: Arquivo da Fundação Padre Zuzinha.

Analisando o diploma de posse do Padre Zuzinha, quando foi eleito prefeito em 1976, notamos que ele estava aliado às forças do regime militar, pois no local onde é declarado o partido ao qual fazia parte, há a inscrição de que ele era filiado a ARENA. Ainda sobre sua filiação ao partido que apoiava o governo militar, podemos destacar o panfleto da campanha eleitoral de 1982[5] e perceber que ele esteve sempre aliado com

esse seguimento da política nacional.

Fazendo uma leitura da imagem podemos perceber que o partido ao qual pertencia o Padre Zuzinha e seus aliados, era o Partido Democrático Social (PDS), que foi fundado em 1980, após o fim do bipartidarismo em voga no regime militar que agregou os remanescentes da ARENA.

Legenda: Panfleto da campanha eleitoral de 1982. Da esquerda para direita: Braz Lira, Padre Zuzinha e Augustinho Rufino. Sigla PDS - Partido Democrático Social.
Fonte: Arquivo pessoal de Maria do Socorro da Silva.

A imagem é um panfleto da campanha eleitoral de 1982,

Augustinho Rufino (em pé, lado direito) disputava o cargo de prefeito, ele foi vereador no período de 1969 a 1973 e vice-prefeito do Padre Zuzinha no período de 1977 a 1982. Em pé, no lado esquerdo da imagem aparece o candidato a vice-prefeito, Braz de Lira, que foi prefeito no período de 1973 a 1976. No centro da imagem está o Padre Zuzinha que era o grande cabo eleitoral destes candidatos.

Neste panfleto é visível o interesse de legitimar o Estado autoritário, pelo qual o Brasil passava. Logo na parte superior da imagem analisada, há a presença das fotos de dois personagens que representavam uma sociedade hierarquizada, cuja vida deveria ser conduzida de cima para baixo, e uma máxima seria estabelecida, e deveria ser seguida por todos os demais membros. Porém, entendemos que há uma relação de poder que beneficia ambas as partes. No lado esquerdo do plano superior, a foto refere-se ao ex-governador de Pernambuco Marco Maciel, que governou o estado no período de 1979 a 1982, indicado pelo presidente Geisel (1974-1979) para o cargo biônico[6]. Ao lado, há a imagem de João Baptista Figueiredo, que com o apoio dos militares que estavam no poder desde 1964, assumiu a presidência em 1979, fechando um ciclo de governos militares que se encerrou em 1985 com o seu governo. Observando isso, é notório que os candidatos e Padre Zuzinha seguiam essa máxima de ordem hierarquizada, estando aliados com esse segmento.

Por trás do Padre Zuzinha e dos candidatos existem três bandeiras que provavelmente eram da cidade de Santa Cruz do Capibaribe, do Estado de Pernambuco e do Brasil. Estas representam o sentimento de patriotismo, pensadas com o objetivo de instituir e reforçar na população as condutas cívicas centralizadas por meio do governo federal, formando, assim a ideia de uma unidade, que passava pelo grupo liderado por Padre Zuzinha e pelos representantes da política estadual e nacional.

Sobre isso, é importante destacar a inscrição que se encontra acima dos nomes do Padre Zuzinha e dos candidatos, que a partir das representações de “amor, sinceridade e trabalho” formaria na população o espírito do patriotismo. Essas representações eram apresentadas como modelo de conduta ideal, seguidas por aqueles que estavam ligados à figura do Padre Zuzinha como homem de “amor, sinceridade e trabalho” e isso só reforçaria sua imagem como exemplo a ser seguido.

Pode-se notar que os nomes dos candidatos a deputados apoiados pelo Padre Zuzinha aparecem na parte de baixo do panfleto, onde se tem os nomes "Dep. Federal 145 José" e "Dep. Estadual 1189 Osvaldo". O candidato a deputado federal que se apresentava era José Mendonça Bezerra, que durante muito tempo ocupou a cadeira como Deputado Federal e que, segundo Rimário Clismério Silva, em sua produção monográfica de 2008, era um dos que mantinha uma relação próxima com o Padre Zuzinha.

> Não é difícil perceber que o povo de Santa Cruz na época em estudo tinha na sua grande maioria uma formação precária, seguida da dominação de grupos políticos ligados a grandes coronéis, a exemplo do grupo Mendonça, que utilizou as armas que podia para se manter no poder, desde a figura mística do padre aos meios de comunicação locais.
>
> **Rimário Clismério Silva, Religião e política em Santa Cruz do Capibaribe: uma análise da trajetória política do Padre Zuzinha, de 2008, p. 15.**

Entendemos que não existiu uma relação de "dominação" do grupo Mendonça com o Padre Zuzinha, mas que isso se dava por meio das relações de poder que eram estabelecidas através das negociações e dos interesses de cada um, pois o Padre Zuzinha também se beneficiou desta relação para ocupar os espaços de poder.

José Mendonça Bezerra foi eleito deputado estadual em 1966, com apoio do governador Paulo Guerra (1964-1967), ficando por mais dois mandatos e conseguiu oito mandatos de Deputado Federal. José Mendonça se consolidou no poder através de uma rede que teve seu filho como vice-governador, governador, deputado federal e ministro; sobrinhos prefeitos da sua cidade natal, Belo Jardim-PE, e vários outros atores políticos que estavam ao seu redor tornando-se a principal liderança do Agreste de Pernambuco. De perfil conservador, sempre ficou ao lado do regime militar. Sobre José Mendonça, José Adilson Filho destaca que:

> A força do clã dos Mendonça resulta, portanto, da apropriação de um significativo capital social, isto é, das conexões sociais, as redes de amizades, parentesco que mantém com os correligionários,

mediante influência e *troca de favores*.

José Adilson Filho, A cidade atravessada: velhos e novos cenários da política belo-jardinense (1969 – 2000), de 2002, p. 88.

Tanto José Mendonça, quanto Osvaldo Rabelo sempre estiveram vinculados aos quadros da ARENA e depois do PSD e, talvez, por isso tenham adotado uma linha mais autoritária. Isto também pode ser atribuído ao Padre Zuzinha que estava em sintonia com as aspirações do planejamento local estabelecido pelos governos militares. Para tanto, Padre Zuzinha se beneficiou desta relação de "troca de favores" para que pudesse ter sucessivas vitórias junto ao seu grupo.

Em entrevista ao Programa "Memória Política", da Rádio Comunidade FM, exibido em 2008, Clóvis Pacas, um dos principais articuladores da eleição de Padre Zuzinha em 1968, afirmou que "[...] depois houve o que nós chamamos, você sabe, houve nesse período a Revolução de 64, para o candidato da situação era mais difícil, pois era contra a Revolução".[7] Portanto, percebemos que o Padre Zuzinha apoiava e tinha o apoio daqueles que defendiam o Regime Militar, isso contribuiu para que o Padre entrasse na ARENA do cenário da política local.

"Quem é que vai ganhar? É o padre": embalos das campanhas eleitorais de 1968 e 1976

A primeira disputa político-eleitoral do Padre Zuzinha aconteceu em 1968, contra o candidato indicado pelo então prefeito Raimundo Aragão, que detinha grande popularidade, pois havia sido prefeito por dois mandatos[8], fez um sucessor[9], além de ter sido considerado líder da emancipação política da cidade em 1953. Acreditando estar com um nível de aprovação e popularidade altas e acostumado a conquistar o poder local por meio dos pleitos eleitorais, o prefeito Raimundo Aragão acreditou que faria o sucessor mediante o seu apoio, mesmo que o escolhido não fosse um político já conceituado. O nome lançado foi Gaudêncio Feitosa, homem do campo e pouco entendedor de política, mas que gozava da confiança de Raimundo Aragão, fator que importava naquele momento. Em entrevista concedida ao Programa Memória

Política, da Rádio Comunidade FM, de Santa Cruz do Capibaribe, exibido em 2008, Gaudêncio Feitosa relata como se deu sua escolha para candidato a prefeito:

> Raimundo Aragão tinha grande consideração por mim, e me disse que queria que eu fosse o candidato dele. Raimundo me disse: olhe quando vierem lhe perguntar você diga que o povo é quem vai decidir. Conversando com o povo, terminou eu saindo como candidato. Eu não tinha, assim, esse pensamento, ser candidato, mas você sabe, o eleitorado vai movimentado, os amigos vão falando e a gente vai chegando à vontade de entrar.
>
> **Arquivo do Programa Memória Política, Rádio Comunidade FM, de 2008.**

Por outro lado, a oposição clamava por uma vitória, pois nunca tinha ganhado uma eleição. Naquela época o grupo opositor já era denominado de Boca-Preta[10] e se articulava para a escolha de um nome à altura de Raimundo Aragão e o principal critério para esta escolha deveria ser o carisma que o candidato deveria ter. Incontestavelmente, Padre Zuzinha seria um grande nome, pois ele tinha o carisma necessário para disputar com o indicado de Raimundo Aragão. O candidato a vice-prefeito escolhido pela oposição foi Joãozinho Coletor, que era um homem simples, que somava popularidade ao carisma de Padre Zuzinha. Escolhidos os atores, a composição da chapa estava pronta e o nome do Padre Zuzinha estava no meio do povo através de uma famosa música que tomava conta das ruas da cidade:

> Quem é que vai ganhar?
> É o Padre
> Quem vai nos ajudar?
> É o Padre
> Quem vai ser nosso prefeito?
> É o Padre
> Coitado do Gaudêncio
> Queria ser eleito
> Apoiado por Raimundo
> Mas isso não tem jeito
> Vamos eleitores derrubar a panelinha

Com Joãozinho Coletor e o Padre Zuzinha.

Autor desconhecido, Jingle de campanha para prefeito, de 1968. Grifo meu.

Pensando a música como marca da expressão de nossos hábitos, valores, modos de vida, maneiras de ser, de agir e de pensar, notamos que a figura de Padre Zuzinha passou a ser personagem central na campanha eleitoral. Tomando a música para compreender a exaltação feita ao Padre nesta eleição, na intenção de atribuir um valor simbólico. Acerca disso, Simone Luci Pereira discorre que:

> A música, repleta de valores simbólicos, atua sobre os indivíduos, dialogando com seus conceitos, comportamentos; provocando reações inconscientes para atitudes passivas, rebeldes; configurando-se como uma 'terra de ninguém ideológica'.

Simone Luci Pereira, História e Música, de 1998, p. 12.

Pensando a música como um elemento que é fruto da prática social, vemos que na citada letra, que estava difundida naquela sociedade, algumas questões foram levantadas e estrategicamente pensadas com um jogo de palavras. No primeiro momento foram utilizadas descrições para elogiar o padre, pois o grupo Boca Preta almejava uma reação de apoio popular, uma vez que compreendemos, à luz de Georges Balandier que "[...] as manifestações do poder político não se acomodam bem com a simplicidade", mas que ao contrário, se faz necessário a "[...] grandeza ou a ostentação, a decoração ou o fausto"[11] elementos que somados ajudam para o engrandecimento da cena do poder, apresentando e representando com prestígio o sujeito alvo das significações em jogo, dando a ideia de que o padre é "quem vai ganhar, quem vai nos ajudar e ser nosso prefeito".

Por outro lado, a música mostra que o candidato oposto, Gaudêncio Feitosa, faz parte de uma "panelinha", termo estrategicamente introduzido na canção, pois até então o grande vitorioso das campanhas eleitorais era Raimundo Aragão. Junto com seu grupo político, Raimundo Aragão governou Santa Cruz do Capibaribe por 13 anos, formando assim o que os correligionários do Padre Zuzinha chamavam de "panelinha",

que deveria ser derrubada com a força dos eleitores. O resultado deste pleito foi a vitória de Padre Zuzinha[12], quebrando a liderança do grupo denominado Cabecinha, que governava o município desde 1955.

Nas eleições, de 1976[13], nas quais Padre Zuzinha disputava seu segundo pleito, a ideia de grandeza e ostentação veio ainda mais forte, pois nesta eleição ele tinha mostrado que era capaz de exercer um poder político forte, tendo em vista que foi eleito em 1968 e conseguiu fazer o sucessor em 1972. Na música abaixo, utilizada no pleito de 1976, notam-se expressões como "votos sobrando o Padre Zuzinha tem" e "só apreendeu a ganhar".

Já botaram um apelido no Padre
De Fuscão Preto para ver se o atrapalhava
Ao contrário nada disso atrapalhou
E quem falou levou uma sobrada
Meu Deus do céu por que isso com o Padre
Porque o Padre num faz mal a ninguém
Se não tem votos por ai preocupados
Voto sobrando o Padre Zuzinha tem
Boca Preta você é feito de aço
Em Santa Cruz é respeitado
E só apreendeu a ganhar
Boca Preta fale para estes ouvintes
Que depois do dia 15 esta resposta virá.

Dida de Nan, Paródia de Fuscão Preto, de 1976.[14]

O "apelido" que foi atribuído pelos adversários ao Padre Zuzinha de "fuscão preto" se deu em virtude de o padre sempre utilizar batina de cor preta. Outra questão observada na música é a ideia de que o Padre Zuzinha sempre tem ações boas como por exemplo: "Porque o Padre nunca fez mal a ninguém". O trecho "boca preta é feito de aço" surgiu em virtude de um fato que chamou a atenção de todo o Estado de Pernambuco, que foi a possível tentativa de assassinato do prefeito eleito Padre Zuzinha, em 1968, quando, em uma das idas do Padre Zuzinha a Vila do Pará, distrito de Santa Cruz do Capibaribe, uma mulher chegou a atirar nele, porém não entraremos em mais detalhes neste momento.

Em entrevista ao Programa "Memória Política", da Rádio

Comunidade FM, exibido em 2008, Clóvis Pacas, um dos principais articuladores da eleição de Padre Zuzinha em 1968, afirmou que "no decorrer da campanha política os comentários que se o Padre ganhasse, não empossava, só se fosse com batina de aço, a gente pensava que era ameaça besta".[15]

Outra música utilizada nas eleições de 1968 e 1976 de Padre Zuzinha era "Padre Sertanejo", cantada por Luiz Gonzaga e que retrata a figura específica de um padre, mas sem fazer referências políticas.

> Quando o jeep lá em cima apontou
> No arraiá do meu sertão
> A moçada lá embaixo gritou
> Chegou o padre, vai ter procissão
> Seu Vigário chegou muito alegre
> Veio do Brejo da Madre de Deus
> Deus lhe pague, seu Vigário
> Estão alegres os filhos seus
> É no jeep, é no pé, é no jegue
> Não há transporte que o padre não pegue} bis
> Como é pobre o pobre do padre
> No sertão do meu Nordeste
> Sua roupa é tão surrada
> Algodão é o que ele veste
> Mesmo assim o padre é feliz
> Contando as contas do seu rosário
> Porque o povo sem pagar lhe diz
> Deus lhe pague, seu Vigário.
>
> **Pantaleão e Helena Gonzaga, Padre sertanejo, de 1964.**

Acreditamos que essa música possa ter sido feita para o Padre Zuzinha, pois em 1964 era pároco da região e celebrava missas em Brejo da Madre de Deus-PE, localizada vizinha a Santa Cruz do Capibaribe. Outro indício de que essa possa ter sido escrita em referência ao Padre é que ele se locomovia entre as cidades pelas quais era responsável de fazer as celebrações religiosas por meio de um jeep ou, quando fosse mais próximo, andava de jegue como é descrito na canção acima. Porém, não se tem evidências mais concretas que possam comprovar isso.

"O povo pediu e o bom padre voltou": a campanha eleitoral de 1976[16]

Com a entrada de Padre Zuzinha no cenário da política local, seu grupo começou a criar elementos de uma cultura política que foi forjada com sua figura. Nas eleições de 1968, o padre saiu vitorioso e quebrou uma hegemonia política de 15 anos de poder centrado nas mãos do grupo opositor ao Padre. Nas eleições seguintes, em 1972, ele fez seu sucessor e em 1976, voltou ao cenário de disputa eleitoral, pois, "o povo pediu e o bom Padre voltou".

Com as sucessivas vitórias dos Bocas-pretas, sendo representadas por Padre Zuzinha, podemos pensar que a apresentação deste como candidato e sua autorrepresentação se fizeram mais eficazes que as do grupo adversário, representadas por Raimundo Aragão.

Poderíamos especular que as práticas desempenhadas por Padre Zuzinha, antes de entrar na política eleitoral, especialmente como pároco, foram responsáveis pela eficácia das representações que acarretaram suas vitórias. Podemos ainda apresentar que "[...] a política toma cor e magia na medida em que manobra representações e se apoia em uma gama de relações simbólicas já existentes e são reconhecidas pela sociedade".[17]

Assim, não apenas a ação de Padre Zuzinha foi responsável pelo alcance do tão disputado poder local, mas, sobretudo, o sentido que as enunciações despertavam nos pensamentos e nos corações dos eleitores pela encenação do grupo político Boca-Preta e todo o enredo que se desenrolou durante o período aqui abordado. Pois, foram os anseios e sensações que contribuíram para tecer a relação de reconhecimento e pertencimento entre a sociedade santa-cruzense, o grupo Boca Preta e o candidato Padre Zuzinha.

Contudo, devemos levar em consideração que os populares não foram manipulados nesse processo. Esse acontecimento figura como uma inserção significativa para a cultura política da cidade, pois a figura do Padre Zuzinha se formava por meio dos interesses de ambos, ou seja, por meio das ações dos líderes, do grupo político ao qual pertencia e por meio das vantagens e anseios que a população obtinha com os resultados desse teatro de poder.

Por meio desses anseios e sensações, foi possível o Padre Zuzinha se tornar uma figura política identificada com a população santa-cruzense. Ele conseguiu acenar para o povo como alguém capaz de representá-los politicamente, pela incumbência de poder e autoridade que está implícita em toda esta trama política.

Nas eleições de 1976, essa representação popular se tornou ainda mais forte, pois ele já tinha administrado Santa Cruz do Capibaribe entre 1969-1972 e feito seu sucessor em 1972. A utilização do termo "povo" para legitimar suas ações e fazer com que ele voltasse à prefeitura foi mais um elemento utilizado para autorizá-lo como verdadeiro representante popular. Como podemos ver no folhetim de literatura de cordel intitulado de O povo pediu e o bom Padre voltou, que foi utilizado nas eleições de 1976. Vejamos alguns trechos para podermos entender isto.

> Ele aceitou o pedido
> Para o povo não desgostar
> O povo agora é muito mais
> Garantindo ele ganha
> Com todos os santa-cruzenses
> Para ele se empossar
>
> Peço a todos os conterrâneos
> Porque têm boa memória
> Pra dar um voto seguro
> Quando chegar sua hora
> Para eleger nosso Padre
> E dar a ele a vitória
>
> O Padre ganhou uma vez
> Ganhou duas e ganha cem
> Porque é digno de votos
> E ao povo ele quer bem
> Que durante sua vida
> Não fez mal a ninguém
>
> **João Pereira de Abreu, O povo pediu e o bom Padre voltou, de 1976.**

Esse folhetim foi feito no período das eleições de 1976, provavelmente a pedido da coordenação da campanha, pois no início o autor

destaca que "Em 22 de agosto / Me chegou a sugestão / Da minha humilde leitura / Fazer essa narração / Pra novo pleito político / Padre José de Assunção". Nesta literatura de cordel a palavra "povo" é empregada em seu título e nos trechos acima aparece três vezes. Em todo o folhetim sempre se recorre ao "povo". Sendo assim, podemos pensar que os discursos referentes ao povo se deram de forma a aproximá-lo cada vez mais de Padre Zuzinha.

Nas ações, nas quais estão envoltas Padre Zuzinha, a palavra "povo" está sempre presente na construção midiática de sua imagem como homem público. Isto é percebido na literatura de cordel que ora analisamos, pois ajudou a mostrar e difundir o modo de produção da imagem de político ligado a este "povo". Neste sentido Railane Martins de Araújo destaca que "[...] na busca pela aproximação e conquista do povo, são extrapolados os limites racionais do poder, lançando-se mão dos elementos simbólicos de uma sociedade".[18]

Neste sentido, as tramas em volta do líder Padre Zuzinha aconteciam, sobretudo, na concretização de uma figura que se firmava como um autêntico representante do "povo", compondo, assim, o que Pierre Bourdieu, chama de dominação efetiva para uma dominação simbólica, a qual é responsável pela aproximação entre o "dominador", aqui entendido como o líder, e seus "dominados", neste caso a sociedade. Esse autor ainda considera que "[...] os sistemas simbólicos cumprem a sua função política de imposição ou de legitimação da dominação, que contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre outra".[19]

Portanto, o que se percebe com essa escrita é que a figura de Padre Zuzinha estreia como uma força política importantíssima no cenário do poder local, ao passo que construiu essa relação de pertencimento à sociedade, uma vez que está se via envolvida na fala do político, tendo a ideia de que suas necessidades estavam sendo atendidas. Assim, foi sendo construído um enredo que relacionava a posição de carisma do Padre Zuzinha com os anseios da sociedade de Santa Cruz do Capibaribe, sobretudo, da camada mais pobre da cidade, pois via nele uma figura que a representava.

Referências bibliográficas

ADILSON FILHO, José. A oligarquia dos Mendonça. In: A cidade atravessada: velhos e novos cenários da política belo-jardinense (1969 – 2000) Recife, 2002. Dissertação (Mestrado) – UFPE/CFCH.

ARAÚJO, Railane Martins de. O governo de Pedro Gondim e o Teatro do poder na Paraíba: imprensa, imaginário e representações (1958-65) João Pessoa, 2009. Dissertação (Mestrado) – UFPB/CCHLA.

BALANDIER, Georges. O poder em cena. Trad. Luiz Tupy Caldas de Moura. Brasília, Editora Universitária de Brasília, 1982.

BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Difel / Editora Bertrand Brasil, 1989.

GEERTZ, Clifford. Centros, Reis e Carisma: reflexões sobre o simbolismo do poder. In: O saber Local: novos ensaios em antropologia interpretativa. Trad. Vera Mello Joscelyne. 10 ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

PEREIRA, Simone Luci. História e Música. 1998. Apresentação de Trabalho.

RÉMOND, René (Org). Por Uma História Política. Trad. Dora Rocha. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

SILVA, Rimário Clismério. Religião e política em Santa Cruz do Capibaribe: uma análise da trajetória política do Padre Zuzinha. Monografia apresentada a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Caruaru – FAFICA. Caruaru, 2008.

Notas

1 O presente artigo é um resumo adaptado do trabalho monográfico Cultura Política em torno da figura de Padre Zuzinha em Santa Cruz do Capibaribe apresentado a Universidade Estadual da Paraíba no ano de 2010.
2 GEERTZ, Clifford. Centros, Reis e Carisma: reflexões sobre o simbolismo do poder. In: O saber Local: novos ensaios em antropologia interpretativa. Trad. Vera Mello Joscelyne. 10 ed. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 194.
3 RÉMOND, René (Org). Por Uma História Política. Trad. Dora Rocha. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 49.
4 Decretos emitidos durante os anos após o golpe militar de 1964 no Brasil. Serviram como mecanismos de legitimação e legalização das ações políticas dos militares, estabelecendo para eles próprios diversos poderes "extraconstitucionais".
5 Com a Emenda Constitucional nº 08/1977, a eleição de Prefeito, Vice-Prefeito e vereadores passou a ser realizada simultaneamente em todo o país, na mesma data das eleições gerais para deputados e o mandato passou a ser de seis anos.
6 Cargos biônicos são aqueles cujos titulares foram investidos mediante a ausência de sufrágio universal e cujo parâmetro para escolha era a sanção das autoridades de Brasília nos tempos da Ditadura Militar de 1964.
7 Arquivo da Rádio Comunidade FM.
8 Foi prefeito de 1955 a 1959 e de 1963 a 1968.
9 Pedro da Silva Neves. Foi prefeito do período de 1959 a 1963.
10 O termo Boca-preta é utilizado para denominar o grupo político que o padre Zuzinha fazia parte.
11 BALANDIER, Georges. O poder em cena. Trad. Luiz Tupy Caldas de Moura. Brasília, Editora Universitária de Brasília, 1982, p. 10.
12 Em consulta ao TRE/PE (Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco) não foi possível saber a quantidade de votos obtidos no pleito eleitoral.
13 Em 1972, o prefeito na época, Padre Zuzinha apoiou Brás de Lira, no qual foi vitorioso com 2868 mil votos contra 2262 do adversário. Dados do TRE/PE (Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco).
14 Paródia da canção Fuscão Preto de autoria de Jeca Mineiro e Atílio Versutti, gravada na década de 1970, fazendo sucesso na voz de vários intérpretes. Fez sucesso maior na década de 1980, na voz do cantor Almir Rogério. Dida de Nan é José Raimundo Ramos, foi autor da paródia utilizada nas eleições de 1976, era aliado de Padre Zuzinha, foi eleito vereador em 1996 e 2012, vice-prefeito em 2016 e ainda disputou a eleição como vereador em 2000, vice-prefeito em 2004 e 2008 e prefeito em 2020.
15 Arquivo do Programa Memória Política, da Rádio Comunidade FM.
16 1976: Padre Zuzinha saiu vitorioso do pleito eleitoral com 3.375 votos, de um total de 6.375 votos (Fonte: Diploma de Posse Expedido pelo TRE/PE).

17 ARAÚJO, Railane Martins de. O governo de Pedro Gondim e o Teatro do poder na Paraíba: imprensa, imaginário e representações (1958-65) João Pessoa, 2009. Dissertação (Mestrado) – UFPB/CCHLA. p. 55.
18 Ibid., p. 72.
19 BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Difel / Editora Bertrand Brasil, 1989, p. 11.

Legenda: Acima, inauguração da Loja do senhor Sebastião Balbino, na rua Doutor Silvio Monteiro. Padre Zuzinha, abençoando o empreendimento. Meados de 1970. Abaixo, batismo de Carmen [filha de Lula do Bar e Mariquinha], o padre Zuzinha abençoando o bebê, ao lado do Padre, o professor Deoclécio e sua esposa Maria do Carmo
Fonte: Fotografia digitalizada e arquivada por Arnaldo Vitorino.

Legenda: Comitê da ARENA 2, localizado na rua José Francelino Aragão, em 1972. Os candidatos eram Bilino Aragão (Severino Francelino Aragão) e Chico de Deda (Francisco Glicério da Silva) disputavam a eleição pelo grupo intitulado "cabecinha". **Fonte:** Acervo de digitalizações de Arnaldo Vitorino.

Legenda: Sepultamento do Padre José Pereira de Assunção, conhecido como Padre Zuzinha. Estima-se que cerca de 15 mil pessoas compareceram ao sepultamento do padre, ocorrido em frente à Igreja Matriz de Santa Cruz do Capibaribe-PE. O dia 05 de outubro, do ano de 1983, dia da morte do padre tornou-se feriado municipal em homenagem à significativa contribuição do referido sacerdote para a sociedade santa-cruzense.
Fonte: Jornal Capibaribe, 1983.

PADRE ZUZINHA, DO ALTAR AO PALÁCIO MUNICIPAL:
A morte do homem e o nascimento do mito (1938-1983)

Rimário Clismério da Silva

Construções teóricas

O ser humano produz cultura para suprir o vazio produzido pelo desejo. Dentre as diferentes formas de cultura está justamente na religião, a busca pela reconstrução do elo perdido, do reencontro com Deus, da sociedade perfeita, do mundo que desejamos. Amor, desejo e imaginação são as mãos e os símbolos para criar um mundo que faça sentido. Como podemos notar, o pensamento humano se confunde, e que confusão é essa? É a confusão entre a emoção criada pelo desejo, materializada pela cultura e a razão de ser das coisas, onde muitas vezes o humano se perde a fim de se encontrar, na busca incessante de realizar o desejo.

> Aqui surge a religião, teia de símbolos, rede de desejos, confissão de espera, horizonte dos horizontes, a mais fantástica e pretensiosa tentativa de transubstanciar a natureza. Não é composta de itens extraordinários. Há coisas a serem consideradas: altares, santuários, comidas, perfumes, lugares, capelas, templos, amuletos, colares, livros... e também gestos, como silêncio, os olhares, rezas, encantações, renúncias, canções, poemas, romarias, procissões, peregrinações, exorcismos, milagres, celebrações, festas, adorações.
>
> **Rubem Alves, O Enigma da Religião, de 1999, p. 9.**

Essa emoção permite ao ser humano criar um mundo exterior ao dele, e nesse mundo ele deposita seus anseios e inquietações, e aí entramos na construção de um campo necessário as religiões que é a criação do sagrado. O sagrado é parte indissociável da religião, ora, mas o que é o sagrado? Podemos responder de forma contundente que o sagrado é a construção do homem frente a um mundo que transcende o seu próprio mundo, aquele universo mágico que transforma o que é simples em algo misterioso, logo as entidades religiosas, são entidades imaginárias.[1]

Não se trata aqui de destruir a ordem religiosa, mas sim de fazer saber que o encantamento do mundo não está apenas na matéria, mas sim também no mundo imaginado pelos humanos. O símbolo é presente em todas as religiões e muitos dos humanos tornam-se símbolos da mesma. Desta forma, antes de ser padre, Padre Zuzinha era apenas homem comum, cristão, ao se tornar padre ele não é mais apenas um

cristão, e sim mais um símbolo da ordem religiosa a que pertencia, e tendo desencadeada a atuação dele frente aos fiéis, o ser humano em alguns casos vira "super-humano".

A ressignificação é imprescindível na construção do sagrado, a ordem religiosa é construída a partir dos símbolos, daí o que entendemos e como usamos esses símbolos é que vai determinar o grau de sacralidade embutido nele. Ora, passando a mente humana por processos permanentes de psicoadaptação, as formas e as cores utilizadas nos rituais religiosos têm o poder de conquista, e pouco depois, de coerção. Portanto, ressignificamos ou coisificamos o simples e o tornamos complexo. Esse complexo não é apenas como oposição ao simples, mas sim, como um sistema interligado de formas e significados diferentes entre si, mas que contribuem para a formação do sagrado na religião.

Pensemos por um momento, a ressignificação. Uma flor é uma flor, não mais que isso, da mesma forma que a chuva é a chuva. Porém, quando agregamos algo do nosso ideário a essas coisas, a mais simples flor se transforma em símbolo de amor e agradecimento, a chuva torna-se as lágrimas dos que choram de saudades de tempos passados, a revolta dos deuses por nossos comportamentos, enfim, ressignificamos, mas fazemos isso de acordo com a nossa visão de mundo. Na religião o símbolo antes de o ser, era algo simples, que ressignificado mudou sua forma, não a física, mas de ser entendida, eis a construção do sagrado. Em torno disso, é claro que não podemos negar a existência da religião pois, é "coisa" é construção cultural, patrimônio da humanidade.

A teia formada pelas religiões é de difícil entendimento, daí boa parte dos fiéis conhecerem a parte mais superficial. O sagrado e o profano são fatores separados, mas que sem um deles o outro perde o sentido. Os humanos na sua ânsia em responder a perguntas do tipo de onde viemos? Quem nos criou? Quem somos nós? Sacraliza e divide a natureza das coisas entre sagrado e profano. Sem esse comportamento, um vazio é criado, saindo assim o humano do centro e tornando-se periférico frente à natureza, ou seja, buscamos explicação para aquilo que nossa razão não tem explicação.

> Religiões são ilusões, realizações dos mais velhos, mais fortes e mais urgentes desejos da humanidade. Se elas são fortes é porque o

> desejo que elas representam o são. E que desejos são esses? Desejos que nascem da necessidade que têm os homens de se defender da força esmagadoramente superior da natureza... Deus é esse coração fictício que o desejo inventou, para tornar o universo humano e amigo. Então a própria morte perdeu o seu caráter ameaçador. As religiões são, assim, ilusões que tornam a vida mais suave. Narcóticos. Como diria Marx: o ópio do povo.
>
> **Rubem Alves, O que é Religião?, de 2008, p. 91.**

A morte perde o seu caráter ameaçador porque os homens criam saídas possíveis para um fenômeno de força maior da natureza, não se tem mais a religião apenas como viés para o encontro com o divino, é a força do desejo que cria o desejado, ou seja, o mundo igual e humano que na realidade é dividido entre as mais diversas relações de poder. Mas o que vem a ser realmente o poder?

Não existe nenhum ser humano isolado do poder, o poder não é ruim, a forma como o homem o trata é que irá caracterizar a sua bem--aventurança ou desventura. Tendo o mesmo diferentes formas de ser analisado, a forma que nos interessa aqui é o poder de um humano sobre outro humano, ou seja, os mecanismos utilizados dentro da esfera social para que um grupo esteja ordenando e outro esteja obedecendo, aquele que manda tem o poder necessário para tal feito, aquele que obedece tem necessidades de obedecer. É importante destacar que para nós o poder não é um bem inalienável a todos, ele é algo conquistado e arduamente mantido, neste caso, estamos falando do poder político.

O homem está ligado ao mundo dos homens, a construção humana anda lado a lado com a condição humana. Não existe um mundo real sem ação humana, logo, o homem tem dois caracteres elementares no seu cotidiano, a vida social em família e em sociedade, ou seja, ele é uno e coletivo, um animal político. O homem não isola a si mesmo, a formação social ou do homem social se dá na pólis e através do discurso, o homem entendido como um ser que fala é o que tem a capacidade de persuadir o outro através da fala sem usar necessariamente a violência. Portanto, observar as formas de poder exercido dentro do meio político, é essencial para entender a figura do Padre Zuzinha. Para isto, usaremos o termo

que mais se aproxima do nosso estudo para caracterizar a palavra política, entendendo a mesma como aquilo que está ligado à cidade e, consequentemente, o que é urbano, civil, público[2]. A partir dessa observação, chegamos à conclusão de que o político é aquele que está preocupado com a cidade e com a sua administração, levando com isso ao entendimento de que em termos gerais poderíamos classificar a política como a arte de administrar, sem, contudo, fechar o significado apenas nesse termo. Então, devemos observar a relação direta entre política, religião e poder, já que o nosso objeto de estudo está intimamente ligado às três esferas.

> Em seu significado mais geral, a palavra Poder designa a capacidade ou a possibilidade de agir, de produzir efeitos... Poder do homem sobre o homem. O homem é não só o sujeito, mas também o objeto do Poder social... Na hipótese hobbesiana que serve de fundamento **a** teoria moderna do Estado de natureza ao Estado civil, ou da anarchia à archia, do Estado apolítico ao Estado político, ocorre quando os indivíduos renunciam ao direito de usar cada um a própria força, que os tornava iguais no estado de natureza, para o confiar a uma única pessoa, ou a um único corpo, que doravante será o único autorizado a usar a força contra eles.
>
> **Norberto Bobbio, Dicionário de Política, de 1986, p. 993.**

Portanto, o homem que é detentor do poder para si, também é detentor do direito de fazer com que esse poder seja exercido por outrem a seu favor. Logo, o poder emana do homem e é transmitido entre eles, como já falamos anteriormente a forma como esse poder é manipulado vai dar as características de uma dada sociedade, de um povo, de uma nação, como podemos notar que o poder está ligado a todos, mas não de forma igualitária. Ao renunciar a força em favor da centralização do poder político nas mãos de poucos, o ser humano usa o micropoder ligado às massas populares para formação do macropoder ligado às esferas da política institucionalizada. Dessa forma, perde força de um lado e ganha do outro, ou seja, perde o poder de decisão em alguns casos, mas tem a legitimidade para reivindicar aquilo do que necessita. Embora o macro poder esteja verdadeiramente nas mãos do povo, são poucos os que sabem disso, daí a necessidade de entendermos as diferentes esferas

onde esse fenômeno está presente.

Questões metodológicas

A nossa pesquisa é de cunho qualitativo e social crítico, observando atentamente o objeto de estudo a partir das pesquisas realizadas previamente em bibliografia selecionada, entrevista não-diretiva e leitura de imagens. Dessa forma, visamos atender de maneira clara e sustentável à construção do fenômeno em estudo, bem como manter a cientificidade como ponto chave do nosso trabalho. A bibliografia nos remete ao estudo aprofundado da religião como espaço de criação social, onde diferentes sujeitos interagem formando uma teia de significados. Na política procuramos solidificar as relações de poder envolvidas na construção político-religiosa da cidade de Santa Cruz do Capibaribe, a partir da figura do Padre José Pereira de Assunção (Pe. Zuzinha), prefeito do referido município nos períodos de 1968 a 1972 e de 1976 a 1982. Portanto, para esse tipo de trabalho Richardson nos dá a seguinte definição:

> A pesquisa qualitativa pode ser caracterizada como a tentativa de uma compreensão detalhada dos significados e características situacionais apresentadas pelos entrevistados, em lugar de medidas quantitativas de características ou comportamentos... esse tipo de técnica apenas indica ao entrevistador a natureza geral do problema de pesquisa e aspectos que vão ser tratados no processo da entrevista. Lembre-se de que, na entrevista diretiva, pelo contrário, o problema em estudo é investigado por meio de perguntas pré-formuladas e em uma ordem preestabelecida. Assim, na entrevista não diretiva, o entrevistador não formula perguntas, apenas sugere o tema geral em estudo e leva o entrevistado a um processo de reflexão sobre esse tema. Por exemplo: - O Sr. Deseja falar de uma experiência como aluno de pedagogia? Gostaria que falássemos sobre os partidos políticos?
>
> **Roberto Jarry Richardson, Pesquisa Social – Métodos e Técnicas, de 2007, p. 90 a 210.**

Ao tomar esse caminho, pretendemos manter a maior fidelidade possível às informações trazidas pelos entrevistados. Dessa forma, a representação do fenômeno é construída a partir da qualidade das informações

e não da quantidade destas. Portanto, resolvemos entrevistar um número pequeno de pessoas que estiveram ligadas diretamente à figura do Padre Zuzinha no período em estudo, evidenciando a sua atuação política e sacerdotal no município. Dito isto, esperamos deixar claro que nosso interesse não é de construir uma biografia, mas sim enriquecer a historiografia ligada a essa figura ímpar na história de Santa Cruz. Como podemos observar, o caminho por nós escolhido pretende dar uma liberdade maior de expressão ao entrevistado, que tem autonomia total sobre as respostas. Mesmo tendo como foco principal a atuação política do padre, não desconsideramos as falas dos entrevistados no tocante a sua atuação religiosa e o seu carisma, afinal de contas, foi através destes mecanismos que ele chegou ao poder.

Padre Zuzinha e a relação com o sagrado

Falar da atuação de um homem em meio à sociedade não é tarefa fácil de executar, principalmente quando esse homem é José Pereira de Assunção (Padre Zuzinha). O ser humano é, acima de tudo, um ser de atitude, o que o marca não é na maioria das vezes as suas palavras, mas sim os seus atos. O agir materializa o falar, sem a ação o indivíduo torna-se dotado de palavras vazias. Falamos isso, para evidenciar que o Padre Zuzinha foi muito mais um ser de ação que de discursos. O sagrado para ele, estava presente nas coisas simples da vida, naquelas pessoas a quem ele dava a mão, nos olhos dos filhos da sua paróquia que tinham fome e sede de viver. Dentro dessas características é possível aproximá-lo de uma figura emblemática ligada ao sagrado, o profeta. Mas o que é um profeta? É aquele, que indignado com o tratamento dado a seu povo, denuncia, luta e faz tudo o que é possível para levar o seu povo em outra direção, na direção do sagrado e da ordem correta das coisas, com menos opressão, mais liberdade e justiça.

Contudo, o homem sacraliza o profeta e lhe atribui poderes mágicos, para que pelo menos no imaginário popular, esse tenha uma força superior necessária para resolver suas angústias. Podemos perceber claramente uma distinção entre o sagrado para Padre Zuzinha e o sagrado para os fiéis. Em situações adversas, principalmente na região em que

este homem passou, o povo tende a buscar válvulas de escape para sua situação de pobreza material, social e política. No entanto, a pobreza maior está no alto grau de ignorância das pessoas, sempre há algo de que não sabemos, porém em regiões como o agreste e sertão nordestino, o afastamento do mundo fora dos seus espaços torna essa ignorância um mal coletivo que, se não tratado corretamente, leva as pessoas a serem dominadas por aqueles detentores de maior instrução.

> Há bem pouco tempo, Padre Zuzinha estava tranquilo em sua sacristia quando de repente, aparecem-lhe nada menos de uma família de 27 pessoas. O padre jurou tratar-se de um casamento. Qual nada. Eram pessoas que lhe pediam auxílio depois de contar muitas lamúrias. O padre não podendo dar mais, deu quinhentos cruzeiros com que abriu uma lista e mandou-lhes ir pelo comércio. Armados com o nome do padre, devem ter conseguido qualquer coisa. Nunca mais foram vistos. Fizeram pior que os dez leprosos do Evangelho, foram todos curados. Apenas um voltou para agradecer. Aquela família era de vinte e sete pessoas. Nenhum voltou para dizer muito obrigado àquele que de perto seguiu os passos da caridade. Dele pode-se dizer aquilo que disse o Papa São Gregório:" Não é a retórica das palavras, mas a eloquência de obras, a verdadeira prova da caridade". Esta prova o padre Zuzinha deu, ele via no pobre a pessoa do Cristo. Certamente, na juventude lera o Pe. Vieira que dissera: "Aquele que disse: isto é meu corpo, este mesmo disse: "Tive fome e me deste de comer".
>
> **Jornal Capibaribe, Caderno Especial, em outubro de 1983.**

E lá saíram os pedintes "armados com o nome do padre", ora, o termo usado pelo jornalista é enfático, ao se armar com o nome do padre o acesso a tudo era mais fácil. Como bem podemos notar, o ato de caridade era sucedido pelo ato de representação do seu carisma e poder local, onde dificilmente alguém lhe negava um pedido assim, o profeta tornara-se significativo além do púlpito e, a partir de então, o poder político é construído com maior facilidade. O sagrado, quando reconhecido e respeitado, se tratando da figura do sacerdote torna-se símbolo de fé, dessa forma, o comerciante não só respeitava a figura do padre como também, temia a Deus em caso de não atendimento do seu pedido, embora, de acordo com os nossos entrevistados ele utilizasse os

seus ganhos na prefeitura para pagar dívidas adquiridas no comércio local através da sua caridade. E é justamente através da caridade que desaparece o religioso e surge o fanático, do que falaremos a seguir.

Religiosos e fanáticos: a construção do imaginário popular no Nordeste

O Nordeste brasileiro foi e é um forte símbolo de concentração de terras, ou seja, temos os donos das grandes propriedades e o homem sem terra ou semi-servo, o que não quer dizer que em outras regiões isso não se repita, mas para efeito do nosso estudo o Nordeste é o ponto de partida. Dentro desse cenário, a construção do homem do campo se dá dentro de uma ordem de dominação do que tem o monopólio sobre a terra em detrimento ao que não tem.

Desde a abolição da escravidão, ou antes dela, que o combate ao grande latifundiário era tido como ponto chave para o desenvolvimento do país, da passagem da escravidão para a semisservidão, o que preponderou foi a força do capital, mediante essa situação os despossuídos comumente se juntavam a grupos religiosos ou milícias populares para combater a opressão. No entanto, a religião oficial se distingue das religiões populares, a ideologia institucionalizada rivaliza com o ideário popular, e nesse caso, a religião oficial indiscutivelmente é a dominante.

Seca, fome e opressão são os elementos constituidores do "fanático", e dentro de uma realidade do sertanejo massacrado pela ordem climática e pelo contexto político, é sem dúvida, o ponto chave para a construção do fanatismo religioso como saída para seus problemas, já que ele não tem como combater o clima e muito menos o poder constituído. Contudo, isso não foi um erro de ordem da fala, visto que, era mais fácil se adequar ao clima que combater o poder político local.

O poder da igreja institucionalizada difere do poder de alguns sujeitos que a compõe, a exemplo de Juazeiro do Norte-CE, onde o Padre Cícero desafiou o poder constituído em virtude da sua insistência para que a igreja reconhecesse o "milagre" da transformação da hóstia em sangue na boca da beata Maria de Araújo. Sem dúvida alguma, este ocorrido gerou uma grande repercussão e, consequentemente o aumento

da crença e devoção popular. Preocupado com isso, o Bispo do Ceará, D. Joaquim José Vieira, anunciou que a igreja não afirmava o fato como milagre ao que Roma também negou o reconhecimento. A partir disso Padre Cícero foi proibido de pregar, confessar, dar conselho aos fiéis e celebrar a missa. Diante dessa situação, as romarias entraram em ritmo acelerado de crescimento. Exemplificamos isso para notar claramente a diferença entre o poder institucional e a força do ideário popular, visto que em muitos casos Padre Zuzinha é comparado ao Padre Cícero. É necessário observar onde os dois se aproximam e onde eles diferem veementemente, o que vamos tentar fazer ao longo do nosso estudo.

> É sintomático que o principal milagre atribuído ao sacerdote de Juazeiro, a transformação da hóstia em sangue na boca de uma "beata", Maria de Araújo, tenha ocorrido num desses anos de desgraças generalizadas entre o povo pobre. Como que havia o empenho de reduzir a cólera dos desesperados acenando-lhes com sucessos extraterrenos que os viriam salvar a todos. Havia a experiência dos anos 1877 a 1879, quando se assistira a um impetuoso desencadeamento do cangaceirismo em toda a zona árida, com a depredação de propriedades, o assassínio de fazendeiros, o assalto a cidades e vilas sertanejas. O milagre do Padre Cícero, atraindo levas de retirantes para sua paróquia, fomentando a caridade dos que ainda tinham alguns bens e não queriam perdê-los de todo, restringia o campo de ação dos cangaceiros. Era como se lhe dissessem: "Não desesperem". Do céu virá o socorro.
>
> **Rui Facó, Cangaceiros e Fanáticos, de 1976, p. 129.**

Em um cenário marcado pela seca, fome e uma gama de desmandos, nada mais comum que um povo procurar o socorro em "milagreiros", eis uma característica forte do povo nordestino. Se por um lado, são compostos de fé e força para trabalhar e enfrentar a labuta, por outro é frágil como uma taça quando a questão é sua crença. A religião em tal situação é criada de acordo com a realidade dos fiéis, que buscam na mesma, a solução para os males que os afligem.

> Seria exigir-se muito de populações mergulhadas secularmente num tão grande atraso, num isolamento não menor, numa situação de miséria tal que não tinham sequer a consciência dos direitos

mais elementares ao ser humano. Sabe-se que toda manifestação coletiva traz consigo uma justificativa teórica, por mais primária que seja, baseada numa ideologia, uma forma qualquer de consciência do mundo e de expressão de interesses materiais. A única ideologia possível entre aquelas camadas da população sertaneja era a religião. Uma religião que elas adaptaram às suas próprias concepções da vida e das coisas, às suas necessidades materiais imediatas – as manifestações de fanatismo".

Rui Facó, Cangaceiros e Fanáticos, de 1976, p. 137.

O atraso local não é o único problema de boa parte das sociedades no nordeste brasileiro, como podemos notar, o atraso intelectual é o maior problema. Em linhas gerais, os homens na maioria dos casos, não conhecem o poder que têm, e transportam as suas responsabilidades para membros da política local, regional e nacional. Essa é uma realidade que deixa lacunas imensas na construção dessas sociedades, já que elas se submetem constantemente a membros da elite política e deixam de ser sujeitos ativos na sua história e na história de seu povo para serem passivos à ordem instaurada pelos políticos. Não é difícil perceber que o povo de Santa Cruz, na época, em estudo tinha na sua grande maioria uma formação precária, seguida da dominação de grupos políticos ligados a grandes coronéis, a exemplo do grupo Mendonça, que utilizou as armas que podia para se manter no poder. Desde a figura mística do padre aos meios de comunicação locais, nesse cenário a população tinha uma ideologia paradoxal, acreditava no padre e apoiavam os coronéis que trabalhavam em prol da manutenção do poder, portanto, o véu da religião encobria o poder maior, e não eram todos que conseguiam tirar o véu, ou não eram todos que queriam._

Solidariedade e Construção do Poder

De acordo com o dicionário de língua portuguesa Aurélio, o termo solidariedade significa respectivamente: laço ou vínculo recíproco de pessoas ou coisas independentes. Apoio a causa, princípio etc., de outrem. Sentido moral que vincula o indivíduo à vida, aos interesses dum grupo social, duma nação, ou da humanidade. Pois bem, observado

o significado aprofundemos a questão em torno do nosso fenômeno principal, a atuação do padre Zuzinha no meio religioso e político de Santa Cruz. É praticamente inegável que o padre tinha praticamente todos os caracteres necessários para ser representado por essa significação dada pelo dicionário, porém, cabe aqui uma observação direta e objetiva em torno da construção da sua imagem que deve ser entendida como um processo de acumulação de seu carisma junto aos munícipes. Mas, afinal, como se constrói o carisma de alguém? Para nós a resposta mais cabível é a seguinte: construímos o outro a partir do nosso ideal de mundo, onde moldamos as nossas aspirações concomitantemente com o que desejamos e com quem queremos, dito isto, podemos afirmar que padre Zuzinha foi moldado de acordo com os interesses e os anseios de cada um daqueles que estavam ligados direto ou indiretamente a ele. Observemos o seguinte, o homem é dotado daquilo que os animais não o são, o poder da criação, a sabedoria, o animal só tem consciência sensitiva, ou seja, ele não transcende, ele não interioriza aquilo que lhe está exteriorizado, ele não conceitua o que lhe rodeia ele faz parte, mas não constrói o seu meio. Além disso, o homem tem a capacidade de criar estruturas que venham a substituir as lacunas abertas, os campos sem resposta ocultos dentro de si. Portanto, a solidariedade constrói o poder, não necessariamente o poder de dominação, mas de contemplação daquele que se solidariza para com os outros, não cabe dentro desse trabalho fazer especulação de como o padre usou esse poder, mas sim de como o povo foi conquistado por ele.

> Como Marx muito bem observou, “o homem não é um ser abstrato, agachado fora do mundo”. O Homem é mundo do homem. Mesmo se cercamos o nosso espaço com sinais de “propriedade privada”, mesmo que nos recusemos a olhar para o mundo que nos agride, mesmo que tenhamos a ilusão de estar vivendo nossas vidas individuais, o fato, entretanto, é que os nossos destinos pessoais estão profundamente enraizados nos destinos da civilização. Nossa biografia é sempre, de uma forma ou de outra, um sintoma das condições que prevalecem no nosso mundo.
> **Rubem Alves, O Enigma da Religião, de 1988, p. 18.**

Dessa forma, podemos observar que a construção do carisma passa

necessariamente pela construção do poder e vice-versa. Ambos estão ligados diretamente à religião e à política, com isso, não se pode observar a atuação de padre Zuzinha nesses campos sem, obrigatoriamente, passar por essas definições. Além disso, devemos ficar cientes de que, tanto na religião quanto na política, existe um fim a ser atingido, sendo na primeira arrebanhar fiéis, congregar, divulgar a boa nova, tornar os humanos mais humanos, na segunda produzir o bem-estar social, proteger o povo da dominação estrangeira e, consequentemente, primar pela soberania do seu povo.

> Significou muito, pra mim, principalmente como católica, acho que cresci espiritualmente por conviver com o homem que eu acho que cumpriu a sua missão, de missionário, de amor, de caridade eu acho que tudo que um ser humano poderia fazer em prol de um povo carente eu diria que o padre Zuzinha ele foi até ímpar, por que nós temos conhecimentos de outros missionários de religiosos que vieram até esta terra, mas padre Zuzinha se identifica muito, e foi uma coisa que nós presenciamos, vivenciamos esse lado humano, esse lado espiritual, eu, repito ele veio cumprir a missão de missionário aqui na terra.
>
> **Entrevista realizada com a senhora Zilda Morais Barbosa Mena em 2008.**

O missionário é aquele que tem uma missão a ser cumprida, e na igreja católica esse missionário caprichosamente não pode ser do sexo feminino. Desse ponto de vista, não resta dúvida que Padre Zuzinha cumpriu a sua função, o que estamos tentando avaliar no nosso trabalho é se ele cumpriu a sua missão de político, como foi a passagem da Igreja para o Palácio Municipal?

Do Púlpito ao Palácio Municipal: as múltiplas faces da moeda

23 de junho de 1933, uma data célebre para Padre Zuzinha, dia da sua Ordenação Sacerdotal na cidade de Nazaré da Mata-PE. Na ocasião, foi feita pelo Bispo a seguinte pergunta: "Prometes-me a mim, e a meus sucessores, reverência e obediência"? Prontamente ele responde:

"Prometo". Após essa pergunta estava ordenado Padre, José Pereira de Assunção, o menino de origem pobre da cidade de Taquaritinga do Norte-PE. Não vamos aprofundar mais sobre a sua infância porque nosso trabalho não tem características biográficas, queremos enfatizar que após fazer uma longa caminhada nos estudos do seminário e *professando a promessa de obediência ao bispo e ao celibato,* esse homem se entregava aos desígnios do Senhor e, com isso, transformara-se no servo de Deus. Saia, assim, do discurso do menino bom para o discurso do bom Padre, substituía o trabalho na rua pelo trabalho na igreja. Sendo assim, proferia do púlpito as palavras do Senhor e prestava a caridade fora dele.

Estava ele, então, munido do poder que era valorizado pelas diferentes classes sociais, afinal de contas, o padre era uma figura simbólica no município, o emprego verbal de "era" não é à toa já que sabemos que hoje o padre continua tendo valores, mas não tão simbólicos como naquele tempo em que a batina era indumentária necessária a identificação dele nas ruas, coisa que hoje não o é mais. Já falamos anteriormente que o poder tem suas diferentes facetas, não é o poder que é ruim, mas o uso dele que deve ser moderado e justo. Porém, do Púlpito ao Palácio Municipal, as relações de poder foram se alterando com o passar do tempo, a figura carismática do padre passa a ser vista como ponto de partida para uma grande mudança política: a tomada do poder das mãos dos Aragão. Família esta que estava ligada a Raimundo Francelino Aragão, considerado o "libertador" de Santa Cruz do Capibaribe, graças ao seu esforço pela emancipação dele. Os "cabecinhas", forma pela qual se denominava a agremiação política a qual os Aragão estavam ligados, detinham o poder na cidade desde 1955, logo, passados treze anos ininterruptos de dominação dos "cabecinhas" na cidade, o partido de oposição denominado "boca preta", tinha necessariamente que ter uma cartada forte para virar o jogo.

> Eu diria até que foi um caso atípico, por ser um padre e ao mesmo tempo prefeito, por que como ele tinha aquele coração humano, coração de religioso, de missionário, ele tinha o mesmo coração como político, por que existe a política partidária e padre Zuzinha não separava, ele foi eleito talvez, talvez não, ele foi eleito por uma facção política, mas ele não considerava os outros seu

> adversário, e sim de maneira igualitária e eu presenciava determinadas atitude dele que muito me envaidecia e me crescia nesse lado também político, de não separar as criaturas, as pessoas que viviam em função da sua administração, e eu acho que isso não vai, mas acontecer, pois existe a politicagem, a padre Zuzinha ele deu exemplo de como administrar, posso até dizer que ele não foi um grande administrador, ele administrava muito com o coração, não tinha nenhuma vaidade por ele ser prefeito, foi candidato e prefeito mais para ter oportunidade de ajudar os pobres, por que como padre ele não tinha essa condição financeira, então eu acho que o que mais levou o padre Zuzinha a se candidatar foi pensando tão somente em ajudar as pessoas que o procuravam na prefeitura ou até mesmo na casa paroquial".
>
> **Entrevista realizada com a senhora Zilda Morais Barbosa Mena em 2008.**

Entendendo que a vida tem o seu labor, ou o seu processo biológico, há de se entender que somos indivíduos com a nossa delimitação específica de permanência aqui na terra. Durante esse tempo o trabalho constituiu o artificialismo da existência, é aquilo que transcende o individual, mas não abandona as subjetividades. A ação é dentro dessa dinâmica aquilo de mais importante, já que o homem é um ser de relações, temos os homens e não o homem na terra. Logo, observamos que, dentro desse dinamismo histórico, a figura do Padre era naquele período indispensável para a chegada ao poder do partido "Boca Preta", a caminhada entre a Igreja e o Palácio municipal removeu do poder um grande grupo político. Portanto, é possível afirmar que o Padre Zuzinha inaugurava uma nova época na política de Santa Cruz do Capibaribe, em um ano devidamente turbulento em nível de Brasil e de Mundo, ou seja, em, 1968 ainda na sua juventude humana e sacerdotal. Por hora, observemos o que nos fala uma entrevistada:

> Primeira coisa o partido achou que ele era o único capaz de vencer o Sr. Raimundo Aragão que era um Mito, há muito tempo administrava Santa Cruz e dentre aqueles não se achava nenhum capaz de vencer, então encontraram na pessoa dele essa pessoa que realmente poderia tomar esse poder, só que entenderam que o padre não ia fazer determinadas ações como o partido pensava,

> de agir do lado partidário, mas foi uma pessoa muito respeitada, e tem uma coisa, ninguém se atrevia em contrariá-lo se ele achava que devia fazer daquele jeito, ele tinha um caráter muito forte, ele dizia é assim e nós tínhamos que aceitar.
>
> **Entrevista realizada com a senhora Zilda Morais Barbosa Mena em 2008.**

"Seus feitos foram mais e melhores"[3], assim explica Lindolfo P. de Lisboa, quando se refere a atuação de Raimundo Francelino Aragão, que foi o primeiro prefeito constitucional de Santa Cruz do Capibaribe, sendo este o homem cujo poder deveria ser tomado pelos membros da oposição devido ao seu forte capital político. Realmente, os feitos de Raimundo Aragão, ainda são um marco na história local, e "para derrubar" naquele contexto político, um mito, somente um outro, que se protagoniza não só às ações voltadas para a igreja, mas também políticas. E o padre se tornou prefeito, daí em diante o prefeito era padre.

Protagonismo do padre enquanto prefeito e do prefeito enquanto padre

Padre e prefeito, as ações de Zuzinha devem ser observadas dentro desses dois campos, pelo simples fato de que ele foi um homem desprendido de bens materiais, pois tudo que tinha, de acordo com fatos e entrevistados, dava para os outros e, por outro, promoveu mudanças em algumas áreas da cidade transformando a vida urbana em algumas situações. Nesta parte, pretendemos observar alguns fatos relacionados ao período, muitos já contados por outros e que aqui iremos fazer uma breve análise dos casos.

De acordo com o Jornal Capibaribe, na sua edição especial de outubro de 1983, as ações do padre enquanto prefeito estão ligadas a obras de larga importância para a cidade, tais como: criação do Colégio 31 de março, hoje Escola Estadual Padre Zuzinha, trouxe o abastecimento de água para Santa Cruz, lavanderia pública, mictório público, doou terreno para a construção do Banco do Brasil e AABB, sendo esses, alguns elementos observados no seu primeiro mandato que foi de 1968 a 1972.

Ainda de acordo com o mesmo jornal, seu segundo mandato no qual teve como vice-prefeito Augustinho Rufino de Melo, prefeito da cidade quando da sua morte, é marcado também pela construção das Escolas José Quirino da Silva e Maria José que, ainda hoje são, respectivamente, as únicas escolas públicas da vila do Pará e Poço Fundo, distritos de Santa Cruz do Capibaribe. Além disso, doou terreno para a construção da Caixa Econômica, a qual ele próprio abençoaria a sua inauguração e promoveu melhoramentos na saúde pública.

Muitos dos críticos do padre o consideram, enquanto político, um fantoche que foi usado como massa de manobra para um grupo político e que, esse mesmo grupo, fazia tudo pelo padre ou no lugar dele. Porém, observando as obras acima citadas e confirmadas a sua serventia, não nos resta outra opção senão caracterizar a ação do padre nesse sentido como uma ação política, entendendo a política enquanto aquilo que está ligado à cidade e, consequentemente, o que é urbano, civil, público. Se o padre era um homem de caráter forte, consequentemente, não era um ser fácil de ser manipulado e usado facilmente como massa de manobra política ou de qualquer outro interesse. É bem verdade que aqueles que nascem com o dom de servir ao próximo, tendem a ser mais flexíveis na maioria dos casos, mas não necessariamente subservientes.

> Todo o mundo sabe também que a experiência religiosa favorece o sentimento de solidariedade entre os que nela se acham envolvidos: uma solidariedade que pode apresentar diferentes níveis de intensidade, determinando a constituição de grupos sociais caracterizados por uma maior ou menor homogeneidade de convicções, juízos e comportamentos.
>
> **Norberto Bobbio, Dicionário de Política, de 1986, p. 966.**

Na biografia de Padre Zuzinha escrita pelo saudoso Lindolfo P. de Lisboa, ele relata alguns fatos pitorescos do padre, achamos por bem resgatar alguns na íntegra para melhorar nossa análise. Um primeiro deles conta que,

> Certa noite, chegou à casa paroquial uma gestante em dias de dar à luz. Quase chorando disse ao Padre Zuzinha que ia parir no chão

> porque não tinha uma cama para dar à luz a seu filho que ia nascer em extrema miséria. O Pe. Zuzinha não esperou que ela pedisse. Chamou o sacristão, sêo Amaro, mandou que ele desarmasse a cama, pusesse-a no ombro e a levasse à choupana daquela mulher. sêo amaro obedeceu, não sem protestar veementemente contra os exageros do padre. Onde é que ele iria dormir? Já se viu um padre dormindo no chão?!...Colocou-a no ombro e foi levá-la a casa da mulher que, segundo sêo Amaro, "sabia fazer um filho e não sabia como arranjar uma cama para ele nascer em cima dela.
>
> **Lindolfo Pereira de Lisboa, Padre Zuzinha (Biografia), de 2003, p. 96.**

Em outro caso contado pelo Jornal Capibaribe, durante muito tempo, Padre Zuzinha tinha que viajar de burro por sua imensa paróquia, hoje reduzida aos seus limites municipais, mas na época atingia parte de Brejo da Madre de Deus, parte de Taquaritinga do Norte, além de Santa Cruz do Capibaribe. Um dia viajando de burro, acompanhado por Amaro Zuza, para uma missa numa das muitas capelas do interior da paróquia, encontrou um homem com as calças rasgadas de tal forma que descobria muito do corpo. Pe. Zuzinha parou e perguntou-lhe: "amigo não tem outra calça? Esta não serve mais para sair em público". Respondeu o caminhante: "padre tenho duas, esta e a outra que é para ir à feira. Se eu botar a outra no trabalho, com que vou à feira na segunda?". O padre desceu do burro e ali mesmo, no meio do caminho, tirou suas calças e deu-a ao homem e foi celebrar apenas de batina e cueca. Como podemos notar, o humano Zuzinha era realmente desprendido do que tange a matéria, esse ato lhe rendeu praticamente um hino em uma das músicas de Luiz Gonzaga que diz: "é no jipe, é no pé, é no jegue, não há transporte que o padre não pegue", sendo esta muito utilizada nas campanhas em prol da sua eleição.

As histórias, acima contadas, não são datadas, portanto, não podemos precisar se elas ocorreram no período em que ele era prefeito do município. Porém, é simples entender que esse fator não influi no que colocamos no início dessa parte do trabalho, protagonismo do padre enquanto prefeito e do prefeito enquanto padre, pois, o comportamento dele em ambas as situações era semelhante, se não, vejamos.

> Olha, antes de você encerrar eu gostaria de dizer algumas coisas

que foram importantes pra mim, ele tinha um déficit com a prefeitura, pra você ter uma ideia ele recebia, o salário dele, pedia o salário antecipado de dois, três meses, para poder atender aos carentes que lhe procurava, eu recordo que; eu pagava as contas dele todo mês, por exemplo, ele dizia eu comprei fiado na bodega de fulano, tem uma casa aí do pessoal, não lembro agora a família que vendia peças de máquina, pois era uma soma de dinheiro que se pagava todo mês, e às vezes ele queria mais dinheiro, eu dizia não pode padre eu não posso lhe adiantar mais dinheiro, então ele ficava preocupado em atender a população e com esse dinheiro ele me entregava uma relação de débito, então nós saiamos pagando aqueles débitos, onde ele fazia uma feirinha é ele comprava até máquinas usadas, na época que ele adoecia nós comprávamos roupas intimas, como, assim, cuecas meias e até pijamas de repente ele dava tudo, eu recordo que na casa dele não tinha mais feira de supermercado por que as pessoas que chegavam e iam pedindo ele ia dando, ai foi quando eu tive a ideia de falar com o saudoso Dorim França pra que pudesse fornecer a ele alimentação e nós iríamos pagar, ele teria uma alimentação de melhor qualidade e comeria todos os dias, por que tinha dia que ele nem comia, muitas vezes a gente chegava na casa dele a noite ele tava comendo açúcar com farinha, botava na mão e jogava assim (gesto), então Dorinho aceitou e disse que não queria receber, ele só foi dois dias por que ele achava que não devia estar comendo aquela comida sabendo que os pobres estavam passando necessidade, isso hoje é muito diferente, por que os religiosos tem suas empregadas, suas casas são mansões, padre Zuzinha foi diferente."

Entrevista realizada com a senhora Zilda Morais Barbosa Mena em 2008.

Inegavelmente a caridade está ligada à filosofia cristã, mas nesse caso não podemos observar a caridade apenas por esse ângulo. Se por um lado, isso se mostra como uma prova de simplicidade do padre, por outro, verificamos mais um mecanismo de construção do homem carismático que passaria a ser o político carismático, e daí em diante as duas coisas. O grupo político que manipulou o padre, como bem identificado em nossa pesquisa, foi o mesmo que, em alguns casos, ajudou ele a praticar a caridade como forma de promover o político. Na verdade, como bem sabemos, a política não deve ser usada para o privilégio de alguns, mas sim de todos, da forma como o Padre Zuzinha fez política, favoreceu o

clientelismo e para os Mendonça a formação de um curral eleitoral no interior de Pernambuco. Resta saber de qual lado estavam os políticos aliados do padre.

Ambivalência político-ideológica de um padre no poder

O cenário político em que os agentes desenvolvem atitudes e tomam decisões em torno de um dado local e de uma dada sociedade, são basicamente constituídos de ideologias construídas ao longo do tempo. A esfera do poder seja ela local, regional ou nacional, segue, quer queiramos ou não, ideias previamente instituídas pelos diferentes grupos que as compõem, nas quais normas de conduta e metas administrativas comumente caminham juntas. No entanto, do ponto de vista das ideologias o que nos chama a atenção é a díade direita e esquerda. Em tempos de crise de ideologias político partidárias e outras mais, é necessário fazermos uma breve análise do que vem a ser cada um desses lados e realmente se eles são pontos importantes na construção da ordem do discurso político como agente precursor da instituição do poder. É comum ouvirmos que as ideologias não mais existem e que os dois campos estão muito próximos um do outro.

Para melhor aprofundarmos essa questão, faremos uma rápida reflexão filosófica como referência. Os ponteiros do relógio estão ligados a um mesmo ponto, o centro, e intimamente próximos uns dos outros, no entanto, cada um deles executa uma tarefa diferente, o ponteiro dos segundos é rápido, de certa forma mais fácil de ser percebido num rápido olhar que os outros dois que são lentos e quase não notamos seus movimentos. Nesse caso, percebemos que, embora ligados ao centro, eles têm características, movimentos e funções diferentes, talvez, a mesma ilusão possível de ser identificada no relógio na qual pode se entender que os ponteiros são iguais seja a ilusão causada ao não observarmos com bastante cuidado as diferentes ideologias e, dessa forma, levantemos a hipótese de que elas não mais existam, as ideologias não deixaram de existir, na verdade elas aparecem e reaparecem com formas e características distintas. O fato afirmado de que em sociedades complexas o termo direita e esquerda não estabelece uma correta ligação com o cotidiano

político está equivocada, o chamado "centro" não elimina nem um nem outro. Só existe direita se existir esquerda e vice-versa, a relação centro é uma espécie de terceira via, que não elimina um nem outro.

> Direita e esquerda são termos antitéticos que há mais de dois séculos têm sido habitualmente empregados para designar o contraste entre as ideologias e entre os movimentos em que se divide o universo, eminentemente conflitual, do pensamento e das ações políticas. Enquanto termos antitéticos, eles são, com respeito ao universo ao qual se referem, reciprocamente excludentes e conjuntamente exaustivos. São excludentes no sentido de que nenhuma doutrina ou nenhum movimento pode ser simultaneamente de direita e de esquerda. E são exaustivos no sentido de que, ao menos na acepção mais forte da dupla, como veremos melhor a seguir, uma doutrina ou um movimento podem ser apenas ou de direita ou de esquerda... São várias as razões desta opinião que se difunde cada vez mais, e da qual seria possível apresentar infinitos testemunhos quotidianos. Vejamos algumas delas. Na base da origem das primeiras dúvidas sobre o desaparecimento da distinção, ou ao menos sobre sua menor força representativa, estaria a chamada crise das ideologias. Pode-se tranquilamente objetar, como já foi feito, que na realidade as ideologias não deixaram de existir e estão, ao contrário, mais vivas do que nunca. As ideologias do passado foram substituídas por outras, novas ou que pretendem ser novas. A árvore das ideologias está sempre verde. [...] E depois "esquerda" e "direita" não indicam apenas ideologias. Reduzi-las a pura expressão do pensamento ideológico seria uma endivida simplificação.
>
> **Norberto Bobbio, Direita e Esquerda, de 2001, p. 49-51.**

A díade é uma "réplica" da velha relação na política entre amigos e inimigos, quem é amigo do meu inimigo é meu inimigo e vice-versa. Por mais que se tente a negação, ainda se utiliza com recorrência os termos direita e esquerda, existindo várias direitas e várias esquerdas, e ainda dentro delas aqueles que não se assumem totalmente de uma ou de outra.[4] Observada dessa forma, a relação política é uma relação dicotômica e que se refere as terminologias do tipo à frente, na retaguarda, artificial, profundo, ou seja, há de se encontrar a igualdade ideológica nas diferenças. Na relação vertical-horizontal, um não elimina o outro,

e na verdade eles caminham lado a lado. Logo, governante-governado e governantes entre si, fazem parte do contexto. Concluímos então que a esquerda é a negação da direita. Se a primeira está ligada a mudanças e a segunda a permanência, como diferenciá-las sem a existência das duas?

> Não deve surpreender que, num universo como o da política, constituído de modo eminente por relações de antagonismo entre partes contrapostas (partidos, grupos de interesse, facções e, nas relações internacionais, povos, pessoas, nações), o modo mais natural, simples e mesmo comum de representar aquelas relações seja uma díade ou uma dicotomia. Nossa mente corre imediatamente para célebres exemplos históricos, como patrícios-plebeus, guelfos-guibelinos... na linguagem política a esquerda está sempre associada a traços altamente positivos, como futuro, criatividade, justiça. Ao passo que a maior parte das culturas não políticas, ao menos no Ocidente, é dominantemente de direita.
>
> **Norberto Bobbio, Direita e Esquerda, de 2001, p. 51 e 92.**

Observados esses fatos, cabe a nós identificarmos de que lado estava Padre Zuzinha, se levarmos a cabo aquilo que Norberto Bobbio (2001) aponta enquanto definição de direita e esquerda podemos dizer que o padre fazia parte de um grupo de direita no âmbito local, regional e nacional, justamente por observar quem o apoiou e a quem ele apoiava. O que nos confunde é justamente a característica dual que ele portava, onde se por um lado, estava dentro de um partido que atendia aos interesses das elites dominantes, por outro, suas ações contradiziam o meio no qual ele estava inserido.

> O padre Zuzinha nunca foi um político, ele foi usado, ele era um ser humano de verdade, ele nunca teve postura de político, tirando Augustinho e Zilda o resto usou ele para crescer politicamente, ele dizia que não era pra fazer chacota com ninguém, ele nos ensinava a respeitar, os Mendonça usaram muito ele para crescer politicamente.
>
> **Entrevista realizada com a senhora Rita Maria Farias em 2008.**

Como já foi dito anteriormente, a relação de poder é indissociável

da política, e o poder ao qual nos referimos é justamente o poder exercido de um homem sobre outro, de maneira que o primeiro saia em vantagem em relação ao segundo. Falamos aqui em vantagem, pois a política é campo onde o poder não é exercido em favor da igualdade, isso porque envolve uma gama de interesses que estão ligados ao jogo político. Na região Nordeste, há um fato do qual não podemos abrir mão para desenlaçar precisamente a posição política e onde Padre Zuzinha estava atuando, fosse como coadjuvante ou ator principal. Em seu livro *Coronelismo, enxada e voto (1997)*, o Victor Nunes Leal nos fala o seguinte: "Chegamos, assim, ao ponto que nos parece nuclear para conceituação do 'coronelismo': este sistema político é dominado por uma relação de compromisso entre o poder privado decadente e o poder público fortalecido"[5].

Ora, não vamos negar o fato de que Zuzinha esteve atuando politicamente num período em que o Coronelismo ainda era forte, esse sistema que consistia numa troca direta de "favores" entre grandes proprietários rurais e os administradores do poder público, foi o ponto chave para o fortalecimento dos grupos políticos de direita no Brasil, onde os mesmos se aproveitando do baixo nível de conhecimento dos sertanejos os arregimentavam em grandes conglomerados humanos (currais eleitorais), transformando-os em "bestas humanas encabrestadas" e guiadas, a partir de então, para onde eles fosse mais conveniente politicamente. Como a política é complexa, e aqui não estamos apontando complexo apenas como o contrário do simples, mas sim como um conjunto imenso de relações que formam a teia do poder, da ordem do discurso, da dominação e da exploração de um ser humano sobre outro.

No interior, os ânimos entre opositores geralmente estão acirrados, salvaguardando os espaços entre eleições, é severo o tratamento dado aos adversários, "aos amigos se faz justiça, aos inimigos se aplica à lei", "para os amigos pão para os inimigos pau". Essa, por sua vez, é só uma das citações que se fazem quanto ao tratamento entre os partidos rivais. Não se pode negar que os municípios necessitam do apoio financeiro do Estado e da União, já que os prefeitos não conseguiriam sustentar seus apoiadores por muito tempo sem eles, logo, o que temos é uma relação em que esse precisa daquele pelo aporte financeiro e de cargos, aquele

precisa desse pela sua confiabilidade local. As nomeações do município se dão em consonância com os interesses locais e estaduais, o que passa pela escolha do delegado e subdelegado, poderes essenciais para a manutenção da "ordem" no lugar. Estar em oposição ao governo no município é comum, mas não é bom, dadas às dificuldades de se obter os "favores" para se manter no poder. Em suma, o poder não nasce com o indivíduo, ele é construído através dos tempos.

Ditadura e religião entram na arena, uma análise nacional

> Uma das principais vitórias dos seres humanos está no direito à liberdade, ou seja, o direito de ir e vir, de se expressar, de ouvir aquilo que se gosta, de contestar aquilo que não está de acordo com sua filosofia de vida, de ter direitos amplos a viver bem e ser feliz. A liberdade não é igual, assim como todos não são iguais, a liberdade pode ser de comércio de expressão enfim, a liberdade é fragmentada. No Brasil, essa fragmentação teve uma marca que deixaria sequelas até os dias de hoje, a partir de 1964, ano em que os militares tomaram o poder e implantaram uma ditadura sem precedentes de tamanha envergadura na história nacional, tirando justamente o bem mais precioso dos brasileiros, a liberdade.
> Através de decretos, chamados de Atos Institucionais (AI), aumentaram vertiginosamente seus poderes, cassando direitos políticos, perseguindo movimentos populares, a exemplo da UNE (União Nacional dos Estudantes), que foi declarada ilegal pelo governo militar e teve sua sede incendiada no Rio de Janeiro por manifestantes de direita, universidades foram invadidas, sindicatos foram perseguidos, sufocando os anseios da nação.
> Ao todo foram decretados cinco Atos Institucionais, porém aqui abordaremos só um deles, o AI – 02, este colocado em vigor em 1965 em razão do fato de Minas Gerais e Rio de Janeiro terem elegido governadores da oposição no referido ano, já trazia grandes mudanças que contribuíam para o esfacelamento da democracia, dentre as várias arbitrariedades do novo decreto uma delas extinguiu os partidos existentes e implantou o bipartidarismo com duas novas agremiações: Aliança Renovadora Nacional (ARENA), que reunia aqueles que apoiavam o governo militar e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), formado pelos opositores do regime. A partir de então as eleições para presidente e vice passaram a ser indiretas, a serem realizadas no congresso nacional. Como bem podemos notar, isso significava uma supressão total da liberdade partidária e um assassinato à democracia nacional.

Diante disto, é importante salientar que aquele que se encontra dentro de um partido é porque toma partido, se engaja, defende, acompanha a ideologia pregada pelo grupo político ao qual está vinculado. Aliança Renovadora Nacional, partido dos que apoiavam à ditadura militar, a tortura, a perseguição, os assassinatos, o assalto a democracia. Partido dos que apoiavam a dor e o sofrimento de uma nação, partido de José Pereira de Assunção (Pe. Zuzinha). A verdade é que os homens são seres condicionados, na maioria das vezes por condicionantes criados por eles mesmos, ou seja, tudo que os homens agregam a sua existência torna-se na maioria das vezes condição para a sua ação, o seu desenvolvimento, e nesse caso é inconteste que num cenário nacional, não se saiba em que campo se está pisando.

E se quisermos, não digo apagar esse temor, mas analisá-lo em suas condições, seu jogo e seus efeitos, é preciso, creio, optar por três decisões às quais nosso pensamento resiste um pouco, hoje em dia, e que corresponde aos três grupos de funções que acabo de evocar: questionar nossa vontade de verdade, restituir ao discurso seu caráter de acontecimento, suspender enfim, a soberania do significante.

Michel Foucault, A Ordem do Discurso, de 2004, p. 51.

A busca da verdade é comum aos seres humanos desde sua breve idade, não é à toa que as crianças perguntam se isso ou aquilo é de verdade. Porém, é comum que algumas pessoas criem verdades incontestes, ou seja, a verdade absoluta e dogmática que toma o lugar da razão, a nossa vontade autoavaliativa daquilo que construímos verdadeiramente dentro de nós, logo, com essa atitude destruímos e reconstruímos a nós mesmos.

Aqueles que elegeram o Padre Zuzinha, elegeram uma verdade distinta da verdade do partido que ele fazia parte, portanto tinham imagens diferentes construídas acerca da face política dele. Tanto em vida como depois de morto, o povo criou verdades sobre o padre. Mas, como essas verdades são criadas? É o que veremos no próximo a seguir.

A morte do padre e o nascimento do "santo"

O ano de 1983, em Santa Cruz do Capibaribe, é um dos mais marcantes na história da cidade. "Padre José Pereira de Assunção o

nosso Padre Zuzinha, nasceu em sete de abril de 1905 no sítio Várzea Grande, Taquaritinga do Norte. Padre Zuzinha, perdemos não só um padre, mas um ser humano que era o protótipo da bondade, não só para os seus paroquianos, mas para todos aqueles que o procuraram, no seu coração. Nunca! Nunca! germinou a semente do ódio, e sim o sentimento de amor, lealdade, bondade, justiça e perdão. Trazia sempre consigo um sorriso franco, e uma palavra amiga para aqueles que dele se aproximavam. O prefeito do município, de Santa Cruz do Capibaribe, e a família Pereira Assunção convidam o povo em geral para assistir ao sepultamento do nosso inesquecível Padre Zuzinha, que se realizará às 16h00 de hoje, saindo féretro da igreja matriz para o cemitério local, antecipadamente agradecem aos que comparecerem ao ato de piedade cristã". Assim, anunciavam as difusoras dos carros de som nos dias 05 (dia de sua morte) e 06 (dia do seu sepultamento) de outubro de 1983, chamando o povo para dar adeus aquele que fora um dos maiores símbolos de caridade do município. A comoção foi geral, estima-se que cerca de quinze mil pessoas seguiram o cortejo fúnebre no dia 06 de outubro, ao som da Banda Musical Novo Século, para o sepultamento às 18h00 no cemitério São Judas Tadeu.

> Durante a sua vida política não obstante o seu exemplar comportamento de homem que operava em favor dos pobres, foi vítima de incompreensão dos seus adversários, sofreu, há alguns anos, na Vila do Pará, um atentado a sua integridade física, tendo sido atingido na perna. O prefeito Augustinho Rufino de Melo, pertencente ao grupo político do padre Zuzinha, lamentou o desaparecimento do sacerdote e administrador que foi o padre José Pereira de Assunção. Desde a chegada do corpo a paróquia até o seu sepultamento houve bastante desmaio (tinha uma ambulância de prontidão para prestar socorros) de pessoas que lamentavam em prantos o desaparecimento do Padre Zuzinha. Uma grande multidão, 21 padres das paróquias das cidades vizinhas, o Bispo dom Augusto Carvalho e personalidades políticas como José Mendonça, Oswaldo Rabelo, estiveram presentes no enterro do padre José Pereira de Assunção.
>
> **Israel Carvalho, Jornal Capibaribe, caderno Especial de 1983.**

Milhares de pessoas, vários padres e um conjunto de “aves de rapina”, acompanharam o sepultamento de Padre Zuzinha,. A avenida que hoje leva o seu nome, é uma das mais extensas da cidade e os espaços ficaram pequenos para tantas pessoas amontoadas naquele que viria a ser um dos maiores sepultamentos da história municipal, pelo quantitativo de pessoas presentes. Naquele momento, morria o padre e nascia o “santo” Padre Zuzinha.

Façamos uma breve análise do que venha a ser um santo, começando pela origem do significado. O termo santo no hebraico partiu de um conceito primitivo de separação ou remoção do sagrado do profano. Este termo é encontrado, predominantemente, em sentido religioso e usualmente contém um significado fundamental de "separado" ou "fora" do uso comum. O uso deste termo foi habitualmente restrito pelas regras cerimoniais ou limitado a certo povo (Israel, sacerdotes), lugares (tabernáculo), coisas (altares), ou tempos (sábado). O termo oposto a santo é "impuro" ou "profano". O processo realizado pela Igreja Católica para reconhecimento de que uma determinada pessoa viveu conforme as virtudes e a fé de forma heroica e, com isso, ser considerada santa é denominado/chamado de canonização. Sendo este processo instaurado após a morte da pessoa.

Padre Zuzinha viveu nos princípios da caridade, falou menos e agiu mais, e pela sua vivência caridosa para com os pobres e necessitados, pela compaixão que tinha para com o próximo chegou a ser proclamado como “santo” pela devoção popular. A partir das investigações construídas ao longo desse estudo e das análises feitas na monografia Religião e política em Santa Cruz do Capibaribe: uma análise da trajetória política do Padre Zuzinha (2008) é possível ensaiar alguns aspectos em relação a Padre Zuzinha e Padre Cícero, devemos observar o seguinte: ambos foram padres, ambos foram políticos, ambos acessaram o poder civil e o poder eclesiástico. Enquanto o padre Cícero foi o primeiro prefeito de Juazeiro, Padre Zuzinha foi o quarto prefeito de Santa Cruz e o primeiro de um grupo político que o utilizou como chave para entrar no palácio municipal, padre Cícero usou o poder para se aproximar dos coronéis do Ceará, Padre Zuzinha usou o poder para ajudar seu povo, de acordo com relatos e registros escritos, mesmo tendo sido manipulado em alguns

aspectos pelos coronéis, atuou na caridade para com seus irmãos._

> Veja, o padre era uma pessoa extremamente caridosa e desprendida, tirava a própria roupa do corpo para dar a outra pessoa, nesse sentido ele era assim, agora, no sentido político, político pra mim não é o que tira a roupa para dar, é o que trabalha, o político nesse sentido eu não posso... O fato de o partido ter usado o padre para se perpetuar no poder, eu só vejo isso como uma das artimanhas que são utilizadas para se manter no poder, se você não tem a capacidade do trabalho, da criação, então você tem que apelar isso comove as pessoas e foi o que aconteceu com o padre.
>
> **Entrevista realizada com a senhora Maria do Socorro Ferreira Maia em 2008.**

Diferente do que muitos podem pensar, a atuação do político não está relacionada com caridade, piedade ou coisa parecida. Este tipo de atitude é atitude do padre, o poder político deve estar mais bem concretizado, a ação política é a ação para as massas, para a transformação da sociedade, fazendo com que ela se torne um melhor lugar para viver. Não vamos confundir caridade com política, o homem pode ser caridoso e político, mas não pode ser identificado como político por ser caridoso.

A construção imagética e a simbologia do "santo"

> Bem, após a morte acho que foi uma perca muito grande irreparável, pelo lado humano que ele era, também era aquele político que com certeza tava ajudando a população carente, só que Santa Cruz tinha que ter outro tipo de administrador, por que ele só tinha o lado humano, tinha que avançar no progresso de Santa Cruz, no desenvolvimento de Santa Cruz, então o padre tinha as suas limitações, mesmo com o seu conhecimento por que o padre era um homem muito culto, ele não tinha esse dom de conhecimento de oratória, mas ao escrever era um homem muito preparado muito culto, então ele tinha aquele limite de administrar, mas eu acho que deveria aparecer outros políticos para trazer esse progresso que Santa Cruz precisava, quando ele morreu eu fui autora de um projeto 5 de outubro para que nós pudéssemos prestar essa homenagem a ele, pela pessoa Santa que ele foi, e também associando ao lado político, por que ele teve uma grande administração, ele era muito querido nas repartições

> públicas, uma pessoa que levava tudo no lado da simplicidade do humano do espiritual. Então, é, aquela homenagem por tudo que ele fez, dedicou a vida inteira ao povo de Santa Cruz do Capibaribe, e também fui autora é, da Avenida Padre Zuzinha por que acho que o povo tinha que ter marcado aonde quer que seja a figura do Padre Zuzinha para ficar sempre marcado na memória do povo de Santa Cruz, o dia 5 devia especificamente, as lojas fechar, o comércio fechar, a prefeitura determinar e fazer que fosse tudo cumprido para que houvesse, é, é, os louvores as suas missas, para as pessoas fazer os seus depoimentos, falando o que alçaram pedindo graças a padre Zuzinha, como se faz em outros lugares, Frei Damião e Padre Cícero acho que Santa Cruz tinha que ter, ele foi muito SANTO aqui na terra e acredito que onde ele está, está com Deus.
>
> **Entrevista realizada com a senhora Zilda Morais Barbosa Mena em 2008.**

O homem é um ser de criação por excelência, a grande diferença entre nós e os outros animais é justamente o poder da criação. Para isso, ele cria símbolos que sempre quando necessário o leva ao entendimento de algo a partir deles. Mas então como simbolizar o "Santo"? Simples, sacralizo algumas áreas e nelas coloco ornamentos para que sempre que eu esteja neste local eu transcenda e chegue a um ponto de iluminação partindo da relação entre eu e o sagrado. No caso de Padre Zuzinha, a primeira coisa que foi sacralizada foi ele mesmo, depois para que se possa ter uma referência também sacralizaram seu túmulo, que recebe constantemente pequenos adornos, chamados de ex-voto, como mãos e pés de cera de crianças e adultos que relatam terem recebido bençãos do "santo" padre, além de fotografias, objetos pessoais, flores, enfim, todo um conjunto de objetos oferecidos como pagamento das promessas alcançadas através da sua intercessão. Quanto a isso vamos ver o que ele próprio pensava a respeito de padre Cícero e esse tipo de comportamento de idolatria depois da morte.

> Ele dizia que o que se fazia em Juazeiro era um meio de vida, ele dizia que não se devia adorar ninguém, ele considerava o IML como um mercado humano, ele era contra, dizia que aquilo era errado, devia morrer e ir pra debaixo da terra do jeito que Deus

fez a gente, do pó vieste ao pó voltarás.

Entrevista realizada com a senhora Rita Maria Farias em 2008.

Continuemos explorando a simbologia. Foi erguida uma estátua de seu corpo e a dispuseram em frente ao cruzeiro da Avenida Padre Zuzinha, onde muitos dos romeiros depositam flores e fazem suas orações e pedidos. Além disso, foram feitas composições musicais em sua homenagem, como a de um ex-prefeito de Santa Cruz do Capibaribe, José Augusto Maia, intitulada *Tributo ao Padre Zuzinha (2015)*. Logo, o que podemos definir é, claro e contundente, a criação do mito feita em torno do Padre Zuzinha, embora fosse algo que ele não desejasse, esta devoção popular proferida a ele se pauta no que ele foi em vida, desapegado aos bens materiais e praticando a caridade para com o próximo e, como mencionado por uma das entrevistadas, foi o Padre Zuzinha "uma pessoa humana de verdade". Torna-se o dia cinco, então, um marco na história.

Considerações finais

Chegamos ao final de nossa viagem ao mundo da política e religião de Santa Cruz do Capibaribe através da trajetória política e religiosa do Padre Zuzinha. Entendemos que o tema aqui abordado é devidamente complexo e merecedor de ser observado com muito esmero, para que não incorramos no erro de fazer uma leitura desses temas baseados em falácias sem objetividade científica. A partir dessa pesquisa, encontramos subsídios suficientes para conhecer o lado político do padre e, com certeza, notar o apoio dado por ele as classes dominantes, numa postura comum aos coronéis. Nesse caso, um coronel de batina, que entre caminhar com o seu povo apenas buscando a graça do senhor, procurou meios mais concretos de conseguir a vitória. Inegavelmente, ele foi um homem de grande simplicidade, mas isso não o afastou do poder político do período. Manipulado apenas ele não foi, já que sabemos da sua opinião própria bem formada, mas o partido "Boca Preta" usou e abusou da imagem dele, tanto vivo quanto morto, para manter o poder, principalmente através de homens simples e de pouco grau de conhecimento, que facilmente se

deixam levar por promessas messiânicas, que como observamos no nosso trabalho, tem uma vinculação com o poder não com a política entendida como arte de administrar. Portanto, percebemos que, embora a figura do Padre Zuzinha represente um divisor de águas na política local, a sua atuação política ficou abaixo daquilo que se espera de um político, na maior dimensão possível do termo.

Não podemos deixar de entender o mesmo como um grande homem, que teve reais interesses de mudar a política local, principalmente, por ser o único capaz de vencer o grupo opositor. Mas, a ordem do discurso é a ordem do contexto, em outras palavras, o Padre José Pereira de Assunção teve um período específico enquanto padre e um outro como padre e prefeito, sem observarmos os reais interesses políticos desses momentos distintos, incorremos no risco de criar um mito político, além de dar sustentação ao mito religioso criado em torno dele.

Quando nos propomos a realizar esse trabalho sabíamos das dificuldades possíveis de serem encontradas, visto que os discursos acerca do padre e da sua atuação estão permeados de sentimentos de devoção e admiração, dada a participação e contribuição daqueles a quem procuramos. Sendo assim, é complexo separar o discurso real daquele embebido pela admiração por alguém que foi profundamente amado.

As relações de poder em todas as sociedades devem ser motivadas por interesse coletivo, para que todos possam ter mais clara leitura de mundo, ou seja, um mundo feito a partir de nossos olhos e não apenas ditado pelos outros. Sabemos, no entanto, que não conseguimos aqui reunir tudo aquilo que se pretende saber desse homem, é bem verdade, que muitas outras informações tínhamos, mas que não contribuiriam para o nosso trabalho, principalmente naquelas informações que nos foram passadas a fim de apenas macular a imagem de um homem que como todos os outros foi dotado de falhas, e de um conjunto superior de virtudes. Falar do cenário religioso e político de um lugar é profundamente delicado, pois, nem sempre aquilo que falamos fica entendido para aqueles que nos leem como verdadeiramente gostaríamos que este ou esta tivesse entendido, o que aqui desejamos realizar foi um registro desses fatos históricos para que, adiante, a história não se perca na memória das pessoas. Gostaríamos ainda de deixar evidente, que a história aqui

relatada não é para ser incutida, mas sim discutida, dessa forma, estaremos armados com a lança, o arco e o escudo do nosso intelecto, esperando que em pouco tempo baixemos a nossa lança e o arco e atiremos o nosso escudo ao fogo, pois, já não vamos precisar mais nos proteger das ordens irregulares do discurso e do poder arbitrário dos homens, que farão da política uma arma para o bem e do discurso um viés para a construção de um mundo novo.

Referências bibliográficas

ALVES, Rubem. *O Enigma da Religião* – Papirus, 5ª edição, 1986.

ALVES, Rubem. *O que é Religião* – Edições Loyola – 9ª Edição, 1999.

BOBBIO, Norberto. *Direita e Esquerda* – Editora Unesp – 2ª Edição, 2001.

BOBBIO, Norberto. *Dicionário de Política* – Brasília: Editora da UnB, 1986.

FACÓ, Rui. *Cangaceiros e Fanáticos* – Civilização brasileira – 4ª edição, 1976.

FILHO, Luiz Schettini. *A Coragem de Conviver. Uma forma de organizar as relações interpessoais*. Editora Vozes, 2007.

FOUCAULT, Michel. *A Ordem do Discurso*. 11ª ed. – São Paulo; Edições Loyola, 2004.

HANNAH, Arendt. *A Condição Humana*. 10ª ed. – Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, Enxada e Vot*o – Ed. Nova Fronteira – 3ª edição, Rio de Janeiro, 1997.

LISBOA, Lindolfo Pereira. *Padre ZUZINHA* (Biografia). Edições Miriam Regina, 2003.

RICHARDSON, Jarry Roberto. *Pesquisa Social – Métodos e Técnicas* – editora Atlas – 3ª edição, 2007.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *A Origem da Desigualdade Entre os Homens* – Editora Escala, 2007.

SILVA, Rimário Clismério. *Religião e política em Santa Cruz do Capibaribe: uma análise da trajetória política do Padre Zuzinha*. Trabalho de Conclusão de Curso – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Caruaru, 2008.

ENTREVISTAS

FARIAS, R. M. *Rita Maria Farias: Depoimento [2008]*, entrevistador Rimário Clismério.

MAIA, M. S. F. *Maria do Socorro Ferreira Maia: Depoimento [2008]*, entrevistador Rimário Clismério.

MENA, Z. M. B. *Zilda Morais Barbosa Mena: Depoimento [2008]*, entrevistador Rimário Clismério.

Notas

1 ALVES Rubem. *O que é Religião* – Edições Loyola – 9ª Edição, 1999.
2 BOBBIO Norberto. *Dicionário de Política* – Brasília: Editora da UnB, 1986.
3 LISBOA, Lindolfo Pereira. Padre ZUZINHA (Biografia). Edições Miriam Regina, 2003.
4 *Idem*., 1986.
5 LEAL, Victor Nunes. Coronelismo, Enxada e Voto – Ed. Nova Fronteira – 3ª edição, Rio de Janeiro, 1997.

Legenda: Plenário Vereador Ciríaco Ramos, antes da reforma ocorrida 2022.
Fonte: Foto feita no ano de 2016 pelo Blog do Ney Lima/Avant Midia.

A TRIBUNA DA CÂMARA:

A construção de uma hegemonia moral na câmara municipal de Santa Cruz Do Capibaribe-PE em 1997

Sérgio Lucas Alexandre de Lima

O cenário político: uma breve contextualização

Assim como em diversas outras cidades no interior do Brasil, em Santa Cruz do Capibaribe, dois grupos políticos se reservaram nos espaços de poder durante décadas.[1] Dentro desta lógica política se deram as eleições de 1996. Santa Cruz vinha do mandato do prefeito Raimundo Francelino Aragão Filho, "Aragãozinho" (1992-1996), filho do primeiro prefeito eleito da história da cidade. Àquela altura ainda não existia reeleição no sistema político brasileiro – sendo aquela a última eleição brasileira sem a possibilidade de reeleição para os cargos executivos nas três esferas de poder -, então o prefeito do grupo político denominado "cabecinha" apoiou para sua sucessão a candidatura de um padre que atuava na cidade, o senhor Bianchi, como oponente se configurou a candidatura do ex-prefeito (entre os anos de 1988-1992) Ernando Silvestre, do Grupo político denominado "Boca-Preta"[2].

Desta eleição, saiu como vencedor o candidato Ernando Silvestre. Dos 13 vereadores que a Câmara Municipal tinha na época, o prefeito eleito tinha do seu lado 7 deles, ou seja, além do prefeito, o grupo teria feito a maioria na casa legislativa José Vieira de Araújo. Dentre os 6 eleitos pela oposição estava o mais votado entre todos os vereadores, o então vice-prefeito José Augusto Maia[3]. A trajetória de Maia se confunde com a de outros nomes importantes para a história política municipal recente a exemplo de Dimas Pereira Dantas[4]. É neste ambiente, de disputa política, que são produzidas as fontes utilizadas aqui. Os silêncios das atas e as ausências em certos anexos podem ser entendidos a partir da disputa de poder político tão comum nesses espaços.

A sessão de posse: primeiros atos de uma trama

Há um conjunto de valores que representam melhor e muitas vezes mais detalhadamente determinados grupos e lugares em certas temporalidades. Caracterizando um conjunto de ideias que, mesmo em ambientes conflituosos, agem como denominadores comuns capazes de tornar possíveis essas trocas de ideias entre grupos e indivíduos. A esse conjunto de valores é possível chamar de visão de mundo. Essa visão

de mundo, no sentido aqui proposto[5] é, ao mesmo tempo, produtora e produto. Portanto, entender as ações daquelas pessoas por via de uma chave conceitual como "visão de mundo" pode nos possibilitar entender como as ideias ali discutidas foram ganhando forma, a correlação de forças ali presente e como essas ideias agem no sentido de se construir uma orientação, uma sociedade por vir.

No primeiro dia do mês de janeiro de 1997 na Câmara Municipal de Santa Cruz do Capibaribe, casa José Vieira de Araújo, é aberta a sessão de posse dos vereadores, vice-prefeito e prefeito da cidade. A sessão é presidida, fazendo-se cumprir o regimento, pelo vereador mais votado nas últimas eleições, o senhor José Augusto Maia, que obteve 2.941 votos, o correspondente a 11,39% dos votos válidos[6].

Tomaram posse o prefeito Ernando Silvestre e o vice-prefeito José Elias Filho e, posteriormente, foram empossados os 13 vereadores: de oposição - José Augusto Maia, Antônio Figueiroa (Toinho), Givaldo Gomes Feitosa (Valdinho), José Manoel da Silva, Ivanilson Feitosa do Nascimento e Francisco Ricardo Barbosa; de situação - Inácio Marques Vieira (Dr. Nanau), Antônio Ramos de Moura ('Véi' de Mãozinha), Zilda Moraes, Dimas Dantas, Nautilia Ramos, José Raimundo Ramos (Dina de Nan) e Cloves Dias (Tody).

Depois de empossados, o presidente convocou a eleição para a mesa diretora da Câmara para o biênio de 1997-1998, e aqui aconteceu um evento que será motivo de discussão entre os edis, por todo o ano de 1997. A chapa 1 foi composta pelos vereadores da situação, tendo Antônio Ramos como presidente, Zilda Moraes na posição de primeira secretária e, como segundo secretário, José Raimundo. A Chapa 2 foi composta pelo vereador José Augusto Maia como presidente, Francisco Ricardo primeiro secretário e Antônio Figueiroa como segundo secretário. A expectativa da grande maioria dos presentes era a eleição da chapa 1.

José Augusto Maia, como presidente interino, iniciou a votação, que se dava de forma secreta – procedimento que foi abandonado nas posteriores votações até os dias de hoje, acredito que justamente por esta votação em questão -, e ao fim dela o próprio José Augusto estava eleito presidente por 7x6, ou seja, um vereador de situação votou no candidato de oposição. Aquela sessão só acabou depois de convocada a polícia,

numa mostra clara do quanto o resultado foi inesperado e colocado sob suspeita. Os vereadores de situação alegavam fraude. Nos nossos dias, há uma suspeita relativamente forte de que a vereadora Nautilia Ramos tenha dado o voto decisivo. O ponto é que esse fato se torna motivo de muitas desavenças no decorrer das sessões seguintes colocando todo o mandato de José Augusto Maia com a marca de ilegítimo pelos agentes da situação.

As sessões ordinárias: a construção dos lugares

> É o corpo da sociedade que se torna, no decorrer do século XIX, o novo princípio. É este corpo que será preciso proteger, de um modo quase médico: em lugar dos rituais através dos quais se restaurava a integridade do corpo do monarca, serão aplicadas receitas, terapêuticas como a eliminação dos doentes, o controle dos contagiosos, a exclusão dos delinquentes. A eliminação pelo suplício é, assim, substituída por métodos de assepsia: a criminologia, a eugenia, a exclusão dos "degenerados..."
>
> **Michel Foucault, Microfísica do Poder, de 2015, p. 234.**

Foucault discorre sobre a transição de Monarquia para a República, quando traços ideológicos liberais-burgueses começam a ser hegemônicos ao menos na sociedade francesa – e posteriormente europeia – dos últimos anos do século XVIII. Nesses novos procedimentos os grupos sociais passaram a elaborar novos olhares sobre as questões das sociedades, e novos espaços e conceitos foram elaborados (ou reelaborados) para responder a essas questões. Um desses espaços são os parlamentos, constituidores de leis por definição, esses espaços constituem o aceitável, recomendável e condenável nas suas áreas de jurisdição - no caso da Câmara de vereadores em análise a cidade de Santa Cruz do Capibaribe. Julgo que a legislatura de 1997-2000 daquela casa iniciou um processo de disciplinarização que culminará com a aprovação do código de posturas em 2003. Neste sentido, é interessante notar como o que é aceitável e condenável começam a ser delineados já nas primeiras sessões de 1997, na esteira dos questionamentos, acerca da eleição para a presidência.

Na primeira sessão ordinária no dia 17 de fevereiro, após ser lido

o expediente, o vereador Dimas Dantas questionou o presidente quanto a forma como foi conduzida a sessão do dia 1 de janeiro e sobre algumas questões acerca da ordem das falas dos vereadores. Esta questão de ordem inicia os vários questionamentos sobre a legitimidade da presidência da mesa diretora.

Durante a mesma sessão, o vereador Antônio Ramos (candidato à presidência da câmara derrotado) "faz críticas ao vereador Valdinho por ser evangélico e ter como líder um ateu e comunista, o sr. Roberto Freire"[7]. O vereador Givaldo Feitosa pertencia ao PPS (Partido Popular Socialista) e foi eleito majoritariamente com votos de evangélicos. Ao utilizar-se destes termos, o vereador Antônio Ramos pretendia levar o vereador Givaldo ao lugar de "degradado", ou seja, ateu e comunista devem ser entendidos aqui enquanto xingamentos. Foi bastante comum nesta legislatura relacionar estatuto de moralidade à aproximação de um discurso religioso, pois quanto mais ligado a um discurso religioso mais alto seu estatuto de moralidade.

Em resposta, o vereador Valdinho protocolou um documento assinado por um grupo de pastores de igrejas evangélicas da cidade externando votos de repúdio. O vereador, ao fazer isso, se desvincula do lugar em que foi jogado, reforçando a ideia de que este lugar não era o dele, pois ele seria um "representante dos evangélicos, um homem de bem", levando a crer que um homem de bem não é um ateu ou um comunista. Já começamos a entender o caráter conservador da composição desta Câmara, já vimos aquilo que é entendido como abominável, digno de mobilização para se combater. Isto apenas nas primeiras sessões ordinárias.

Sobre a questão entre o vereador Valdinho e o vereador Antônio Ramos, a vereadora Zilda Moraes questiona o porquê dos pastores não se pronunciarem sobre a fala do presidente da casa que teria chamado Jesus de Comunista. A vereadora argumenta porque acha que Jesus não era comunista e faz um questionamento muito interessante, pergunta porque não constou na ata da reunião passada esse trecho do presidente chamando Jesus Cristo de comunista. Estamos diante de uma questão bastante relevante para entendermos o trabalho do historiador. Dentro do arquivo da Câmara Municipal não há mais nenhum outro documento

referente aos pronunciamentos dos vereadores durante seus tempos com a fala no plenário. Não há mais áudios, todos foram perdidos. Tenhamos em mente que este documento também produz silêncios, e a vereadora Zilda Moraes nos dá a pista de um destes silêncios. As atas não são a reprodução fiel do que foi dito, elas são produto e produtor de um discurso interessado. Aliás, nenhum documento pode ser entendido como reprodução fiel de um certo aspecto do passado, esse tipo de pensamento, muito forte no século XIX, não tem mais lugar nas produções historiográficas atuais. O que não quer dizer que ao historiador seja dada uma licença para inventar o passado, pois as fontes são bases sobre as quais o historiador constrói seu texto e criticar as fontes é procedimento fundamental neste processo.

Na reunião ordinária do dia 03 de março daquele ano, a mesma vereadora, Zilda Moraes, faz um requerimento verbal solicitando ao presidente da casa, que faça ser publicado na única emissora de rádio da Cidade (a Rádio Vale do Capibaribe) sua homenagem ao dia das mulheres, no próximo dia 08. O presidente assina o ofício 049/97 em 07 de março, no qual a vereadora Zilda homenageia as mulheres pelo Dia Internacional da Mulher, principalmente a santa-cruzense pelo seu trabalho para o desenvolvimento da cidade através da criação da *sulanca*[8].

O trabalho feminino destacado e valorizado pela vereadora é aquele no qual a mulher não precisa sair de casa: a costura. Podemos fazer uma relação com a historiadora Cláudia Fonseca:

> A norma oficial ditava que a mulher devia ser resguardada em casa, se ocupando dos afazeres domésticos, enquanto os homens asseguravam o sustento da família trabalhando no espaço da rua.
>
> **Claudia Fonseca, Ser mulher, ser mãe e pobre, de 2017, p. 517.**

Fonseca está a falar sobre o contexto das cidades que se industrializam nas primeiras metades do Século XX no Brasil, mas este pensamento pode ser utilizado para compreender a fala da vereadora Zilda. Ela, enquanto mulher, (de apelido, a guerreira) estava ali a homenagear as mulheres. Mas ao fazer isso, estava também escolhendo um grupo,

pois de uma forma ou de outra reforça um discurso de que o lugar da mulher é em casa. Fora do espaço da casa, do lar, essa mulher começa a ser entendida como degenerada, como perigosa para a sociedade. Aquela sociedade que é agora (na ausência do corpo do rei) o espaço a ser preservado, a ser cuidado de forma a não deixar que nada saia dos lugares previamente estabelecidos.

No dia 15 de abril, na 9ª reunião Ordinária do primeiro período do ano legislativo, foi colocado em votação o projeto de resolução 002/97 do Vereador Dimas Pereira Dantas. Esse projeto alterava o Parágrafo segundo do Artigo 125 do regimento interno da Câmara de Vereadores de Santa Cruz do Capibaribe e acrescentava a seguinte redação:

> Verificada a presença do 'quórum' regimental correspondente à maioria absoluta de seus membros, o presidente, convocando a proteção de Deus, convidará um Vereador a que leia um texto da Bíblia, declarando assim aberta a sessão.
>
> **Câmara de Vereadores de Santa Cruz do Capibaribe-PE, Projeto de Resolução 002, de 1997.**

Na justificativa do projeto o Vereador Dantas argumenta:

> Acreditamos no poder da palavra de Deus como principal fonte de sabedoria e exemplos de princípios éticos e morais, pelos quais possamos nos servir…
>
> **Câmara de Vereadores de Santa Cruz do Capibaribe-PE, Projeto de Resolução 002, de 1997.**

O projeto de resolução passou pela comissão de Legislação e Justiça da casa em 17 de março e aprovado pelos membros dela (apenas suprimindo a frase "convocando a proteção de Deus"). Mesmo resultado na comissão de Redação. Foi a plenário no já referido dia e aprovada por 7x5. Desde então, o presidente da Câmara convoca um Vereador para ler um trecho da Bíblia, até os dias de hoje. Para além dos problemas quanto à laicidade do Estado brasileiro, esta resolução confere estatuto de moralidade ao vereador Dantas, ela trabalha no sentido de trazer "princípios éticos e morais" para aquela casa legislativa municipal.

Em sua peleja para "moralizar", excluir os "degenerados", de "limpar" a cidade, o Vereador Dantas apresenta três requerimentos na 15ª reunião ordinária do primeiro período legislativo em 20 de maio. O requerimento 303/97 era destinado a prefeitura para que ela, via Secretaria de Saúde, tomasse providências quanto aos terrenos baldios. O requerimento 302/97 pedia aos mesmos órgãos para que algo fosse feito quanto aos animais soltos pelas ruas da cidade. Neste mesmo sentido de "limpar", com uma característica interessante, é o requerimento 301/97.

> Requeiro à Mesa depois de ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades Regimentais, solicitar ao Exmo. Sr. Prefeito Municipal, Sr. Ernando Silvestre da Silva, que tome providências urgentes quanto a questão do deslocamento do Baixo Meretrício, para outro local que o Exmo. Sr. Prefeito entenda por bem. Só não pode o mesmo continuar no local onde se encontra.
>
> **Câmara de Vereadores de Santa Cruz do Capibaribe-PE, Requerimento 302, de 1997.**

Como podemos ver, o vereador queria que o Baixo Meretrício saísse da rua onde se encontrava. Esta rua, oficialmente José Barbosa da Silva, era popularmente conhecida por "Rua do Cabaré". Ali existiam, até os primeiros anos do presente Século, uma série de pequenos bares que funcionavam como locais de prostituição. Imbuído dos mais caros sentimentos de limpeza, muito característico dos regulamentaristas do século XIX[9], o Vereador constrói o lugar e os habitantes deste lugar:

> Não se pode permitir que uma Cidade do porte de Santa Cruz do Capibaribe-PE, as famílias viverem aterrorizadas sem liberdade de trafegarem na sua rua a partir das 18:00 horas porque o que só se ver é traficantes, pessoas se drogando em pleno céu aberto, prostituição e palavrões de baixo-escalão. Não se respeita o sossego dos moradores.
>
> **Câmara de Vereadores de Santa Cruz do Capibaribe-PE, livros de Atas, 9ª Sessão Ordinária, de 1997.**

O vereador teria apresentado um abaixo assinado, que estaria anexado, com os nomes dos moradores das proximidades que seriam

contrários àqueles estabelecimentos. Aqui fica evidenciado, inclusive pelo "Só não pode o mesmo continuar no local onde se encontra" que o intuito é uma limpeza em uma área específica, não há preocupação em entender o problema ou mesmo tratá-lo, mas quer-se apenas tirar o baixo meretrício dali. Será essa a eugenia de que fala Foucault em sua obra já citada? Este discurso muito presente nos debates e ações na câmara de vereadores de Santa Cruz do Capibaribe em 1997 é moralista, herdeiro de uma linha de pensamento burguesa[10] muito forte nos grandes centros da Europa no século XIX. O requerimento foi aprovado por unanimidade dos presentes.

Esse discurso coloca a prostituta e seu universo fora do corpo da sociedade. A prostituição é enfrentada como algo que pode ser danoso ao tecido da sociedade, não como algo que deve ser entendido. Não há possibilidade de entendimento de algo quando há uma tentativa de afastamento. É um discurso eugenista, na medida que tenta limpar um certo local de determinada prática que não é bem-vista.

A Câmara de Vereadores de Santa Cruz do Capibaribe é, neste período, estudada aqui, enquanto um lugar carregado de discursos que tentam constituir lugares. Como, aliás, é uma das funções dos parlamentos como já levantado no início deste tópico. Este é um tema que ainda suporta muita discussão por parte de historiadores interessados em entender o papel dos parlamentos nas sociedades liberais burguesas, ou que pretendem ser.

Considerações finais

É meu e vosso este fado
Destino que nos amarra
Por mais que seja negado
Às cordas de uma guitarra
[...]
Ó gente da minha terra
Agora é que eu percebi
Esta tristeza que trago
Foi de vós que recebi
Tiago Machado, Ó gente da minha terra, de 2006.

Iniciei minha pesquisa em agosto de 2015 para a produção do meu Trabalho de Conclusão do Curso de História pela Universidade Estadual da Paraíba. Fui a vários arquivos, dentre eles o da Vara criminal do Fórum de Santa Cruz Capibaribe, arquivos particulares, arquivos vinculados à Igreja Católica e no arquivo da Câmara de vereadores.[11] Neste último, conversei com o chefe de gabinete da presidência e ele me encaminhou para conversar com Dona Maria. Essa senhora é quem cuida do arquivo da casa até os dias de hoje, além de ser uma figura humana incrível a quem rendo minhas mais sinceras e afetuosas homenagens. Ao entrar no arquivo me deparei com uma realidade não muito diferente dos vários arquivos nos interiores do país onde o abandono é a regra.

Mesmo com todo o esforço, diria até maternal, de Dona Maria era perceptível a falta de interesse naquele lugar. O arquivo era em um pequeno cômodo cheio de estantes de ferro (algumas enferrujadas) e caixas de arquivos até onde dava - inclusive no birô de Dona Maria. Havia ali dois birôs, um rádio antigo, uma pequena TV e um ar-condicionado, que, aliás, era a peça mais nova naquele ambiente. As caixas com os papéis eram dispostas por ano e conteúdo: desde 1956 (primeiro ano de funcionamento daquela casa legislativa) até os dias atuais; contendo documentos referentes a Projetos de Lei, Projetos de Resolução, Requerimentos, Emendas à Lei Orgânica, Tomadas de Contas e duas caixas especiais contendo os livros de atas das reuniões ordinárias e extraordinárias.

Passei alguns meses naquele lugar entre os papéis e as conversas com Dona Maria, que sempre foi muito atenciosa, imagino que pelo fato de não ser comum aquele lugar ser visitado, quanto mais regularmente. Quem se atreve a trabalhar com História nos arquivos públicos sabe que os poucos espaços destinados à mínima preservação dos documentos históricos são lugares de diversas formas esquecidos. Lugares singelos, e sem visitação. Em Santa Cruz do Capibaribe isto é demasiadamente perceptível, não há uma política pública destinada a preservação, manutenção e divulgação destes espaços. Fora dos grandes centros urbanos (e até mesmo neles) os arquivos são, regularmente, encarados como depósitos de materiais irrelevantes, quando não depósito de lixo mesmo. Não há uma cultura em nosso país no sentido de preservar esses lugares como espaços importantes para nossa construção enquanto povo.

Para além da falta de cuidado em relação ao lugar, há também o problema no manuseio das próprias fontes, foi comum achar folha de requerimento pela metade, projetos de lei incompletos, ausências de anexos de certos documentos, problemas de conservação dos livros de atas. E problemas teóricos inerentes ao fazer do historiador, alguns problemas de ordem prática se fazem sentir no momento da pesquisa e estes problemas não podem deixar de estar presentes neste momento. O momento da escrita é, também, o momento de externar algumas reflexões acerca deste período anterior, a pesquisa.

Entretanto, todas essas dificuldades e ainda outras que não julgo pertinentes de serem levantadas aqui não foram suficientes para me fazer desistir da pesquisa, antes o contrário. Neste livro veremos algumas produções de historiadores santa-cruzenses, mas continuamos a ter uma produção muito aquém das nossas capacidades, continuamos a ter arquivos ricos em possibilidades a serem explorados. Encaro este livro também como um chamamento à nossa responsabilidade enquanto historiadores de uma cidade que não valoriza sua História. Me parece utópico pensar que possa existir valorização de qualquer coisa que se desconhece, tomemos em nossas mãos a tarefa – por vezes tão ingrata - de tornar conhecida para o novo povo a nossa própria História. E não falo de uma valorização vazia, mas sim que leve a reflexões profundas sobre os problemas estruturais da nossa cidade. Que este livro seja a pedra fundamental de uma cultura historiográfica sólida.

Por fim, tendo em vista a proposta do livro, tentei não entrar em outras questões que me deparei durante a pesquisa no arquivo da Câmara Municipal e durante as leituras das referências utilizadas aqui. Este é apenas um aperitivo do quanto um certo discurso fortemente moralizador era propagado naquela casa. Esses debates foram contemporâneos a escândalos nas administrações públicas nos três níveis da federação. O que acaba por orientá-los de formas que não foram abordadas neste texto. A escrita acaba por limitar certos aspectos da pesquisa. Porém, mesmo com todos os problemas de se produzir trabalhos historiográficos sobre Santa Cruz, é importante e gratificante discorrer sobre questões referentes ao seu lugar. Há, evidentemente, pontos que mereciam serem elaborados com discussões mais aprofundadas, todavia haverá outras oportunidades

de trazê-las ao papel.

Referências bibliográficas

FEBVRE, Lucien. *Combates pela História*. Lisboa, ed. Presença, 1989.

FONSECA, Claudia. *Ser mulher, ser mãe e pobr*e. In: DEL PRIORE, Mary, PINSKY, Carla Bassanezi (Orgs.) História das Mulheres no Brasil. 10ª ed., 4ª reimpressão São Paulo: Editora contexto, 2017.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.
______. Nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

GAY, Peter. *A experiência burguesa da rainha Vitória a Freud: a paixão terna*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

GOLDMANN, Lucien. *El hombre y lo absoluto*. El dios oculto. Buenos Aires: Planeta-Agostini, 1984.

JUNIOR, Durval Muniz de Albuquerque. *Uso dos discursos e pronunciamentos na historiografia contemporânea*. In: PINSKY, Carla Bassanezi, LUCA, Tania Regina de (Orgs). Historiador e suas fontes. São Paulo: Contexto, 2009.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. 7ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.

LIMA, Sérgio L. A. *O baixo meretrício em Santa Cruz do Capibaribe: olhares e disciplinarização (1991-2003)*. Campina Grande, 2018.

LIRA, Sonia Maria de. *Muito além das feiras da Sulanca: a produção de confecções no agreste/PE*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2011.
MARX, Karl. *A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em*

seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846). São Paulo: Boitempo, 2007.

NASCIMENTO, Uelba Alexandre do. O *doce veneno da noite: prostituição e cotidiano em Campina Grande (1930-1950)*. Campina Grande: EDUFCG, 2008.

SANTOS, Saulo Alves. *A construção de uma simbologia partidária a partir da emancipação (1953-1966)*. Campina Grande, 2015.

SILVA, R. S. B. da. *Fios, nós, redes e malhas: a feira de Santa Cruz do Capibaribe-PE*. Campina Grande, 2012.

Notas

1 Apenas nas últimas eleições municipais que ocorreram em 2020 um grupo político fora dos dois blocos tradicionais conseguiu disputar voto a voto a possibilidade de chegar ao Palácio Braz de Lira.

2 Tendo em vista os limites propostos no texto entendi por bem não adentrar nas questões referentes a formação destes grupos e do porquê de seus nomes, mas para não deixar o leitor mais curioso sem entender estas questões indico do historiador santa-cruzense Saulo Alves *A construção de uma simbologia partidária a partir da emancipação (1953-1966)* apresentado como trabalho de conclusão no curso de História na Universidade Estadual da Paraíba em 2015.

3 José Augusto Maia foi o prefeito da cidade entre 2000 e 2008, sendo considerado por muitos um dos mais bem-sucedidos políticos da História de Santa Cruz do Capibaribe, tendo sido eleito Deputado Federal na Eleição de 2010.

4 Ex-vice-prefeito entre 2013 e 2016. Dantas é uma das figuras centrais deste texto, é dele a autoria de diversos pronunciamentos, requerimentos e projetos citados aqui. Todas estas pontuações nos serão valiosas para que possamos compreender melhor o contexto político local palco das disputas que são, também, faladas em nosso texto.

5 O pensador franco-romeno Lucien Goldmann (1984), ao refletir sobre a obra de Blaise Pascal, lança mão de tal conceito para entender o que julga ser um caráter dialético do pensamento Pascaliano.

6 Para ilustrar a grande quantidade de votos, Santa Cruz do Capibaribe teve na ocasião das eleições de 1996 um total de 25.826 votos apurados. O segundo vereador, o Senhor Inácio Marques Vieira (DR. Nanau) 1.833 votos, pouco mais de mil votos a menos. Tal percentagem de votos nunca foi alcançado por outro vereador na cidade até a presente data.

7 Este trecho foi retirado do livro de atas 15 na página 174.

8 Tipo de confecção de roupas inicialmente a partir de retalhos de sobras de tecido. Esta cultura econômica foi responsável pela formação polo de confecções do agreste de Pernambuco, polo este que Santa Cruz do Capibaribe é centro. O polo composto por Santa Cruz do Capibaribe, Toritama e Caruaru é o segundo maior polo de produção de roupas do País. Para mais explicações sobre o polo, as relações de trabalho nele e o surgimento da Sulanca ver *LIRA, Sonia Maria de. Muito além das feiras da Sulanca: a produção de confecções no agreste/PE. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2011.* E o trabalho de conclusão do curso de História na Universidade Estadual da Paraíba de *Silva, R. S. B. da. Fios, nós, redes e malhas: a feira de Santa Cruz do Capibaribe-PE, Campina Grande, 2012.*

9 *Cf. NASCIMENTO, Uelba Alexandre do. O doce veneno da noite: prostituição e cotidiano em Campina Grande (1930-1950). Campina Grande: EDUFCG, 2008.*

10 Sobre a discussão acerca do pensamento burguês entorno da prostituição na Europa do século XIX é importante ler *GAY, Peter. A experiência burguesa da rainha Vitória a Freud: a paixão terna. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.*

11 Deste extrai as fontes necessárias para a elaboração do presente texto. Além de muitas outras que dariam outros textos mais.

Legenda: Pequena confecção de roupas pertencente a Fátima Mestre. Os "fabricos" funcionavam dentro das casas, em muitos casos eles ficavam em quartinhos ou salões improvisados nos fundos das casas. As máquinas e mercadorias espalhadas pelo ambiente representam a vida de boa parte da população santa-cruzense que dividia o espaço doméstico com o espaço de trabalho.
Fonte: Fotografia de José Romildo Bezerra feita na década de 1980.

PARTE III:

HISTÓRIA,
GÊNERO
& TRABALHO

Legenda: Representação da Feira de Santa Cruz do Capibaribe com vista para o cruzeiro, no bairro da Palestina.
Fonte: Elaborada por Stéfano Pereira em 2019.

A FORMAÇÃO EMERGENTE DE UMA ECONOMIA TÊXTIL EM SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE (1950-2020)

Rodrigo da Silva Ferreira

Introdução

Eu sou da cidade que é mãe,
mãe com as mãos
ensinou a fazer,
Semear e fazer por merecer,
aprender toda história daqui,
quem fez lar a semente pra crescer.

Beatriz Monteiro, Phylipe Nunes Araújo e Jamile Hiast, Memória de Retalho, de 2023[1].

A trajetória de Santa Cruz do Capibaribe encontra seu divisor de águas com as feiras de confecção. Esse encontro, datado entre a emancipação da cidade[2] e a emergência de uma formação econômica tem, na recepção de tecidos oriundos de Recife e São Paulo, um marcador de separação histórico: anterior a 1950, a matriz econômica era agropastoril e de calçado[3].

Essa emergência econômica entra em uma simbiose com um antes e depois das feiras de confecção, subjetivando o tempo passado que se atualiza e reproduz na atualidade. Esse pressuposto ganha ímpeto e força nos anos de 1980, de quando, a produção têxtil provoca um êxodo de retorno daqueles que saíram das terras que foram marcadas outrora, pela seca intermitente, passando a ser reconhecida como uma potência econômica; atraindo o interesse de um contingente populacional de outras regiões.

O movimento de atração para cidades e economias emergentes entre os anos de 1980 e 1990 ocorre em período de uma "[...] reestruturação no processo de desenvolvimento do país, a diminuição do parque industrial no centro-sul, a redução de oferta de emprego formal e o declínio das migrações internas"[4].

Comparado às outras duas cidades que compreendem o pilar do polo de confecções[5] — Caruaru e Toritama —, Santa Cruz do Capibaribe foi pioneira no estabelecimento e institucionalização[6]das feiras de *Sulanca*, além de estabelecer dias específicos de atuação deste mercado na década de 1980[7].

Esse processo transformador de uma produção econômica é um

dos pilares centrais para o conjunto de pesquisas, formação de núcleos acadêmicos e estudos que têm o Polo de Confecções do Agreste como objeto de interesse a ser investigado.

Parte da impressão que é gestada ao se aprofundar na literatura que se dedicou a estudar o fenômeno econômico, se baseia com muita sagacidade ao visualizar a cidade como um paradigma[8] de crescimento e desenvolvimento através dos agentes produtores, aos quais caminharam como um bloco único, operando exclusivamente em direção e construção do polo de confecções. Esse fator analítico é sugestivo quando se tem exclusivamente a análise e compreensão dos fatos com base em métodos qualitativos, desconsiderando que a cidade também se insere em uma matriz econômica, política e social que extrapola os limites territoriais.

A construção das análises, métodos e metodologias aplicadas que produziram a compreensão sobre a ação histórica dos agentes esteve baseada, em grande medida, na oralidade — ferramenta importante para conhecer a trajetória de uma população e a experiência de vida das pessoas. Esse instrumental pode aparecer, vez ou outra, pela indisponibilidade de outras fontes e documentos para coleta de dados.

Entretanto, o manejo e o estabelecimento de uma compreensão das trajetórias com duras dificuldades geográficas, ambientais e sociais tem uma sinergia com a história do país — tal como apresentado em trabalhos de Lilian Schwarcz (*Brasil: Uma biografia*) — ou na literatura — José Lins do Rêgo (os livros que compreendem o ciclo de cana de açúcar) ou João Cabral de Melo Neto (*Morte e Vida Severina*). Esses elementos são encontrados repetitivamente nas narrativas e marcam um indicador comum e coletivo nas histórias de vida.

Uma advertência precisa ser elaborada: por mais que os discursos possuam uma similaridade no processo e desenvolvimento histórico[9] — e que sejam representadas no núcleo de relações de todos os agentes sociais —, situações isoladas e pontuais sempre hão de existir.

Este trabalho parte do pressuposto central presente na produção sociológica: para conhecer a sociedade, se faz imprescindível reconstruir os processos, os meandros, que permitiram a produção social do fenômeno e o estabelecimento de códigos, símbolos e formas.

Desta forma, as questões que orientam este artigo são: sob quais

fatores de desenvolvimento político e social, os agentes sociais[10] promoveram o escopo de produção e reprodução de uma lógica operativa para a instituição de uma produção têxtil? Sob quais dinâmicas, a institucionalização das feiras e o reconhecimento de instituições foram fatores promotores de novos compêndios evolutivos para a emergência econômica da economia têxtil? Como os conflitos políticos e sociais em detrimento da economia têxtil corroboram com as dinâmicas do sistema econômico?

Tal como será apresentado ao longo do texto, os processos da formação econômica em Santa Cruz do Capibaribe vão de encontro com os processos políticos, sociais e históricos de longa duração[11]. Não são elementos pontuais, factuais e postos na realidade. Sua construção encontra elementos do contingente, do temporário e da precariedade[12] pois foi e é munido de uma formação transformadora e aliada ao período econômico tanto da região, quanto do país[13].

As reflexões aqui apresentadas tomaram como ponto de partida pesquisas bibliográficas com suas análises e materiais de campo através das entrevistas coletadas por profissionais pesquisadores, ofícios, requerimentos, telegramas, obras artísticas, audiovisuais e cartas de movimentos sociais.

Dividida em três sessões, o artigo traçará a emergência econômica da cidade e a relação dos agentes políticos e sociais na formação deste espaço. A primeira sessão, percorrerá o período entre 1950 e 1979 e passará pelo embrião da economia, o papel das mulheres na produção, o rompimento das fronteiras com os tropeiros[14] e a organicidade da formação de uma economia. A segunda sessão tratará do período entre 1980 e 2000 que compreende a institucionalização das feiras, do êxodo de retorno e ação dos agentes políticos como potencializadora de uma economia. Por fim, a terceira sessão abordará o período entre 2001 e 2020, especificando os conflitos de luta em busca de um reconhecimento a partir de uma associação entre o empresariado e sucessivas crises estruturais e políticas enfrentadas por Santa Cruz do Capibaribe.

A ponta da linha: das dificuldades geográficas à nascente de uma nova economia (1950-1979)

Será que é assim eu sei,
como é feita a hora
Com uma colcha de retalhos,
só que de memórias.
Cuido nesse lugar com maestria,
As clientes aprenderam hoje dizia
Como tecer as partes por todo um final
Tua pele ultrapassa o sol do dia.

Beatriz Monteiro, Phylipe Nunes Araújo e Jamile Hiast, Memória de Retalho, de 2023.

Dois movimentos são centrais para a captação de matéria-prima: a recepção de retalhos e resíduos[15] de tecidos oriundos de Recife como primeiro movimento; a emigração para São Paulo e o estabelecimento de uma teia de relacionamento para envio de produtos, como segundo movimento.

A seca e a estiagem marcam a história de Santa Cruz do Capibaribe e das cidades no agreste e sertão pernambucano. Esse fenômeno natural representa uma crise social e política, "[...]aprofundando, assim, o estigma de região fadada ao subdesenvolvimento. O descaso público era notório e o desemprego, a fome e a mortalidade infantil se acentuavam"[16].

Na década de 1950, mesmo com políticas de expansão e regionalização do Brasil, políticas de desenvolvimento no Nordeste encontravam as barreiras diante das secas sistêmicas. O modelo econômico e de industrialização estava condicionado à presença de água e chuvas. Explicação para a expansão da região sudeste, com maior destaque ao município de São Paulo.

O condicionamento central para o crescimento e índice de investimentos nessa cidade estava pautado pela abundante presença da água e o estabelecimento estratégico da cidade entre dois rios, Tamanduateí e Tietê. Esse argumento se estabelece por cidades próximas enfrentarem problemáticas com falta de recursos hídricos, diante das distâncias que se encontravam dos rios[17].

O desconhecimento de tecnologias de contenção das águas, as cisternas, ainda não estavam presentes no imaginário social. Fato este, visto com crises políticas e sociais nas literaturas clássicas da Paraíba[18] e Pernambuco[19], já citadas anteriormente.

O modelo de desenvolvimento do Nordeste, durante o ano final da gestão de Juscelino Kubitschek (JK), diante das pressões e críticas, movimentou o grupo para pensar formas de industrializar e estabelecer uma produção econômica na região. Entretanto, baseado nos paradigmas e formas de um modelo, a falta de água era vista como problemática central[20].

As políticas do governo de JK relacionadas ao Nordeste estavam sob responsabilidade do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS)[21] e obras de contenção, represamento de águas e formação de açudes já haviam sido desenvolvidas desde o período do império e não apresentaram o sucesso que era esperado[22]. Portanto, entende-se que, não necessariamente, havia um exclusivo descaso pelo poder público em relação ao Nordeste, tal como mencionado por Burnett, mas também um desconhecimento[23], falta de investimentos em pesquisas e maneiras de entender as singularidades do bioma e da região[24].

A crítica elaborada por Celso Furtado sobre os projetos e planos do governo para o nordeste evidenciava outra questão: o problema da fome. Furtado menciona ao jornal do Correio da Manhã de que "[...] a seca deveria ser entendida de forma diferente: tratava-se de um colapso na produção de alimentos; uma crise econômica; e certamente um problema social"[25].

A falta de alimentos e os desafios provocados em detrimento das secas são fatores explicativos para os fenômenos de emigração do santa-cruzense para outras regiões em busca das formas de sobrevivência e a saída do campo. Fenômeno conhecido como êxodo rural[26].

Essa origem rural de parcela dos cidadãos que aportaram em Santa Cruz do Capibaribe no final da década de 1950 e anos iniciais de 1960, provocadas por uma lógica migratória é lugar comum nas narrativas e discursos coletados pelos pesquisadores durante a incursão em campo. A imigração não teve, inicialmente, a cidade da Sulanca como destino, mas a passagem por outras localidades, inseridas ainda, em uma região

rural com trabalho e produção agrícola.

Os impactos de uma emergência econômica e crescimento populacional é um processo orgânico, com a premissa do comportamento migrante em busca de formas de sobrevivência. Dados produzidos ao longo das décadas para a construção da narrativa em busca da emancipação política, elaborava, com uma premissa de desenvolver e articular um discurso de autoridade[27], informações objetivas a partir de uma pesquisa censitária da contagem das casas, ruas e serviços na cidade. Esses foram um dos recursos utilizados por Raimundo Francelino Aragão durante as mobilizações para emancipação da cidade.

Através de uma contagem censitária — a qual considera todo o universo de casas na vila —, os dados coletados produziram a informação da quantidade de residências na cidade. Os resultados são: em 1938, 406 casas; em 1943, 476 casas; em 1963, 2200 casas[28]. Acompanhada ao número crescente de residências, serviços também passam a surgir com uma demanda crescente[29].

Esse período marca um dos divisores para a ocupação de Santa Cruz do Capibaribe, além de registrar os primeiros movimentos de uma confecção de Sulanca, a partir do intercâmbio de produtos — tecidos que aportavam na cidade provenientes da capital Recife —; e o êxito na emancipação da cidade em 1953.

A costura era uma atividade presente no cotidiano da cidade, por ser uma prática comum e central entre as mulheres e comumente presente nas residências. Essa ação presente nos costumes formativos está presente em registros fotográficos em 1950 e nos cursos de formação de corte e costura na cidade. Algo que marca, também um processo formativo e profissional[30].

Mesmo sem a ação promotora por vias de políticas públicas de incentivo, a formação e gestão autônoma de uma força produtiva, figura na produção e reprodução de trabalhadoras. Isso se torna uma forma central de fortalecimento e do desenvolvimento da emergência produtiva.

Mesmo diante de fatores limitantes, como a curta abrangência na distribuição de energia elétrica, limitada na região central de Santa Cruz do Capibaribe, o processo migratório ainda em processo, tem o centro da cidade como destino. Entretanto, havia a presença de uma

força produtiva nos sítios mesmo antes da chegada do cabeamento de distribuição de luz[31].

Essa relação tem uma tendência a mudar durante os anos de 1960 com a chegada da distribuição de energia da hidrelétrica de Paulo Afonso[32]. Esse fator marca um dos motivadores de uma migração rural, além de associar com a chegada de máquinas industriais.

Novos horizontes e a relação com resíduos e retalhos

A atividade com retalhos e resíduos se coloca como principal motor material de desenvolvimento econômico em Santa Cruz do Capibaribe. Atividade esta, comum e que perdura, mesmo com atualizações na produção têxtil até os dias atuais no campo da confecção. Entretanto, no processo histórico de trabalho com essa matéria-prima vinda no Estado de São Paulo, há arcabouço social e econômico de usabilidade, também, por outros agentes sociais, o nordestino. Essa relação de consumo com o produto é uma base comparativa para a compreensão que se objetiva executar.

Gomes[33] traça o percurso do retalho e resíduo têxtil, em consonância com trabalhadores que tiveram acesso ao produto ao longo da primeira metade século XX. A autora marca que os espanhóis foram os pioneiros em ver tanto no retalho como nos resíduos uma forma de potencializar ou desenvolver novos produtos a partir do descarte pela indústria.

A máquina de retalhar os resíduos, aparece como um mecanismo central do desenvolvimento das atividades pelos espanhóis. Com essa atividade, a criação de produtos, como estopas, foi uma possibilidade mercantil e de renda para o grupo.

Os nordestinos aparecem em seguida, mas promovem uma atividade distinta. Enquanto os espanhóis executavam a promoção, produção e industrialização do produto; os nordestinos atuavam na circulação e comércio tanto do retalho, quanto dos resíduos[34]. Essa ação entra em paridade com as práticas de viagem e captação de matéria-prima em Recife.

No processo histórico de contato com o produto e pela ausência de matéria-prima na região do agreste, a interrelação com outras localidades, seja para o acontecimento das feiras, detinha na troca entre produtos uma base material, histórica e social. Essa ação ocorre como uma interdependência entre os grupos e marca uma etapa de desenvolvimento das feiras.

A feira marca um local de sociabilidades[35], uma teia interdependência, onde os modos de produção dos espaços e sua reprodução ocorria a partir da presença, das trocas e do contato dos diferentes produtores. Em outras palavras, a sobrevivência e manutenção dos grupos tinha uma relação de necessidade para a continuidade da ação colaborativa, a partir dos processos centrais de sociação[36].

Tanto a relação de troca como a relação do envio de produtos marcam um elemento central do indivíduo agrestino. A instituição da primeira feira no agreste ocorre em Caruaru, por exemplo, ainda no século XVIII, a partir de um processo orgânico de trânsito para a capital. Como um local de ponto médio, os encontros e a parada, por ser um caminho — local de passagem — de boiada[37].

Santa Cruz do Capibaribe se encontro no ponto médio entre Caruaru e Campina Grande, além de ter, historicamente, pontos de feira na zona rural da cidade. As bases econômicas, seja para alimentar as vendas (lojas) locais, tinha na troca (ou escambo), as formas iniciais para uma geração econômica. Parte dessa produção de sociabilidades encontra mecanismos de sociação uma relação de sobrevivência diante das intempéries do agreste.

Este preâmbulo do processo de trocas, viagens e envio de produtos, aparece como um fator central e importante durante a sociabilidade do santa-cruzense. Ou seja, são centrais para o *modus operandi* da vida social e reprodução econômica. Aparecem no estilo de vida, nos costumes, nas práticas, símbolos e signos. Mas também como um conjunto de distinção no campo, capital social e *habitus* do agente[38].

Portanto, inserido no escopo de sobrevivência e nas trocas com base em um sistema econômico, não é um processo inédito na cidade, mas, tal como sugerido na introdução, perpassa uma atualização e mudança no escopo da origem da matéria-prima: o primeiro movimento dos produtos oriundos de Recife e, em seguida, de São Paulo. Esse também é

um princípio central de interdependência e integração que podem ser lidos, a partir de uma provocação pelo fenômeno da globalização e da necessidade de matéria-prima de outras localidades.

A movimentação e o estabelecimento de troca com os comerciantes de São Paulo, esteve acompanhado nas condições objetivas e operativas do transporte, com a construção de estradas ligando o Nordeste com o Centro-Sul[39].

O uso dos retalhos e resíduos também passam por uma mutação em relação aos detentores deste produto. Inicialmente, por não apresentar uma relação de demanda no mercado, eram descartados e, por sua vez, recolhidos por catadores com obtenção monetária integral dos produtos[40]. Com o surgimento de uma demanda, essa relação muda e os retalhos e resíduos passam a ser vendidos pelos comerciantes na região do Brás[41].

O aporte de retalhos e resíduos também são modificados ao longo do tempo, sendo necessário a chegada de novo maquinário para o trabalho, pois a máquina de costura de pé não era específica para trabalhar com a nova matéria-prima[42].

As mudança e atualização dos produtos, somados com a distribuição de luz, marca[43] a produção de um novo paradigma, pois são as condições centrais para a produção de novos conhecimentos, provocando, também, a desruralização[44].

Os passos de crescimento da cidade, pautados em uma forma de reprodução do sistema de produção, estabelecendo as bases educativas na cidade, através da oralidade, do contato com o trabalho e orientação com alguém com experiência na manipulação da máquina foram as maneiras encontradas da replicação, não apenas de um núcleo produtivo, mas também de sobrevivência.

Registra-se que os fatores produtivos de um novo *habitus* e profissionalização da costura esteve representado pelo papel das mulheres. Essa representação se coloca em uma distinção sobre um dos aspectos centrais da vida privada e social: o processo de divisão de trabalho. As mulheres dedicadas ao trabalho doméstico, também se centralizam como figura e força de trabalho em todo o processo de confecção — algo que já é denunciado pelo registro do fotógrafo Antônio de Assis Aragão nos anos de 1950.

Os homens, por sua vez, inseridos na divisão do trabalho, estão naqueles que estão fora de casa, em duas atividades para o desenvolvimento do polo de confecções: a primeira, nas viagens para Recife e estavam no Brás, em São Paulo, fazendo o fluxo de envio dos produtos. Em segundo, no papel dos mascastes (ou tropeiros).

Os tropeiros aparecem como agentes intermediários para estabelecer a rede de contatos e trocas de produtos. Essa atividade de intermediação — ao qual está presente até os dias atuais, mas com nomenclaturas distintas — entre o produtor e o comprador, possibilitou a propagação da atividade econômica, assim como a chegada de produtos à cidade[45].

Em síntese, três fatores centrais para a consolidação da cidade e a emergência de uma economia figuram no espaço até o presente momento: o aspecto político e a emancipação política, o aspecto social — relação do sistema de trocas e ensino a partir da oralidade e, por fim, fator de modernização e produção — com a distribuição da rede de energia.

O carretel e a colcha de retalhos: tecendo o pavimento de uma cidade (1980-2000)

A boiada vara aurora
Correria do viver
Uma tela sempre une quer pintada
Pôr do sol que a noite pausa.

Beatriz Monteiro, Phylipe Nunes Araújo e Jamile Hiast, Memória de Retalho, de 2023.

Aproximadamente trinta anos após o início das atividades de confecção, Santa Cruz do Capibaribe se estabelece como uma economia central da indústria têxtil no agreste. Até então, era a principal cidade produtora de Sulanca, mas Toritama, em detrimento da mudança do cenário produtivo, inicia a produção têxtil. Como esse crescimento, os impactos na dinâmica da cidade, a consolidação como receptora de matéria-prima e o conjunto de práticas de troca de experiências são a centralidade produtiva. Isso promove o êxodo de retorno daqueles que foram para outras regiões.

Essa organização e expansão ocorre através de um processo orgânico de ocupação, fato que demanda atuação e práticas regulatórias pelo Estado municipal. Prática como atualização do local e dias das feiras, instituindo uma nova dinâmica de operação para recepção da população oscilante de compradores são fatores centrais que traduzem a popularidade.

Provocada pela modernização e desenvolvimento da confecção, a produção rural torna-se uma atividade secundária. Essa mudança no escopo de trabalho, associado às crises sistemáticas pela intermitência de chuvas, secas e pragas no plantio, são provocadores para a integração do produtor rural no plano da confecção, além do crescimento populacional na cidade.

Pesquisa censitária do IBGE[46] registra entre os anos de 1970 e 2000, um crescimento exponencial da população residente. Esse *boom* populacional, associado ao processo orgânico de ocupação da cidade, insere e evidencia as limitações estruturais e a necessidade de regulação.

Alguns fatos começam a sugerir a necessidade de uma intervenção do Estado: primeiro, o crescimento desordenado e a ocupação das ruas da cidade provocam dificuldades estruturais, de manutenção, logística, insalubridade etc.[47]; segundo a relação entre o surgimento de novos pontos de produção e facção de produtos e a informalidade. Ambas as questões apareceram no debate público e são matéria de debate, ofícios, telegramas e requerimentos para o ministro de telecomunicação e à diretoria de distribuição de energia.

As justificativas nos documentos 88/80, 72/82, 86 e 87/84 e ofício 057/85[48] centralizam o discurso através da feira de *Sulanca* como uma potência geradora de renda e impactos na economia não só do agreste, mas também de Pernambuco.

> Requeiro, depois de ouvido o plenário desta Casa, seja feito veemente apelo ao Dr. Diretor da CELPE - Companhia de eletricidade de Pernambuco - para que sejam tomadas as devidas providências relativas à constante falta de energia elétrica por longos períodos de tempo, fato esse que já se tornou comum nesta cidade e que determina, além das consequências comuns, sérios prejuízos à economia da nossa população que vive, quase que

exclusivamente, da utilização de máquinas elétricas para confeccionar roupas populares que são vendidas para todo o nordeste[49].
Requerimento n°88/80 – 12 de julho de 1980.

Requeiro depois de ouvido o plenário desta Casa seja aprovado um voto de apelo ao Sr. Ministro de Telecomunicações, para que seja instalado em nossa cidade um serviço de DDD, pois Santa Cruz do Capibaribe é uma cidade de grande porte, um comercio muito desenvolvido e comerciantes que vivem viajando para a Capital de São Paulo e precisa de comunica-se com outras cidades[50].
Requerimento 72/82 – 13 de setembro de 1982.

Destinatários: Sr. Dr. Luiz Otávio - Secretário da Fazendo de Pernambuco; Dr. Roberto Magalhães - Governador do Estado de Pernambuco, respectivamente.
Requeiro à Mesa, cumpridas as formalidades regimentais, ouvido o Plenário, que seja dirigido um ofício em forma de APELO, ao Exm° Sr. Dr. Luiz Otávio, Secretário da Fazenda de Pernambuco, no sentido do mesmo determinar a retirada do Comando volante de fiscalização daquela Secretaria, da entrada desta cidade, uma vez que o mesmo encontra-se prejudicando o comercio e a industria de confecções desta cidade, não obstante a grave crise financeira que atravessa atualmente[51].
Requerimento 86 e 87/84 – 09 de julho de 1984.

Em oportuno, Comunicamos a V.Exa que, a Vereadora Josefa Barbosa de Moraes Mena, fez apelo verbal no Plenário desta Casa o qual foi considerado pelos demais Vereadores, no tocante a desorganização no funcionamento das feiras livres, nas ruas: Siqueira Campos, Nova Bom Jesus e Manoel Rufino de Melo, nos dias de quartas feiras, cujos bancos estão sendo colocados após às 6:00 horas da manhã, impedindo o tráfego normal de veículos e pedestres nas vias públicas, como também o movimento de cargas e descargas de mercadorias em algumas casas comerciais existentes naquelas artérias[52].
Ofício, 057/85 – 17 de junho 1985.

As comunicações enviadas pelo Legislativo evidenciam um outro fenômeno que acompanha a economia da cidade: a informalidade. Aparece como um processo orgânico que entra em pauta de instituições e entidades na busca de formalizar os produtores, mas algo que não aparece nas proposições dos requerimentos[53]. A fiscalização coloca em evidência

uma crise e conflito entre produtores e o Estado, ao passo que não há definições factuais nos anos de 1980.

A informalidade está presente no escopo de desenvolvimento e no modo de operação da cidade, consolidada sobre uma lógica de gerenciamento familiar e domiciliar[54]. Isso apresenta um conjunto de dificuldades, tanto para pesquisadores, instituições e para próprio Estado, em mensurar os limites e propor políticas públicas para o polo de confecção[55].

Isso corrobora com as outras demandas enviadas pelo Legislativo, pois, sem a intervenção do Estado, a indústria foi se consolidando sem uma estrutura, ocasionando nas problemáticas evidenciadas nos requerimentos: problemas de tráfego, limpeza, banheiros etc.

Dentre as comunicações e impasses, o executivo também propôs diálogos e cobranças para agentes políticos do legislativo e secretarias a respeito da fiscalização:

> Destinatários: Sr. Deputado Osvaldo Rabelo; Secretário da Industria e Comercio; Sr. Deputado José Mendonça.
> Nossos sulanqueiros e pequenos comerciantes estao apreensivos com o severo aperto da fiscalização na divisa Santa Cruz Taquaritinga. Com isso nossa feira esta caindo assustadoramente beneficiando Caruaru. Parece-nos que existe protecionismo. Ja comunicamos ao Exmo. Sr. Governador e Secretario da Fazenda, porem persiste a dura fiscalização pedimos providencias urgente a V. Exa. junto as autoridades competentes.
> Augustinho Rufino de Melo
> Destinatário: Sr. Prof. Roberto Magalhães
> **Telegrama 16, 17 e 18 – 19 de setembro de 1985.**

> A fiscalização cuntinua desobedecendo norma estabelecida por vossa excelencia. Estao atacando duramente o pequeno sulanqueiro. Os mesmos ficam no trevo de Pao de Acucar unica saida do nosso municipio. Confiamos na sensibilidade de vossa excelencia em continuar insentivando nosso pequeno Sulanqueiro. Atc. Augustinho Rufino de Melo Prefeito Santa Cruz do Cap-PE.
> **Telegrama 90 – 10 de setembro de 1985.**

Os discursos elaborados frente a ação de fiscalização, a competitividade entre as cidades e o favorecimento à Caruaru é um viés narrativo.

Essas medidas evidenciam, até o momento, a falta de medidas pontuais para a formalização dos sulanqueiros, algo que entra em pauta por instituições sem fins lucrativos e associações no final dos anos de 1990.

Esses desafios centrais e presentes no debate de lideranças políticas também figuram entre os empresários: como responder às novas exigências e desafios que são colocadas para as feiras? Como lidar com a fiscalização? Como buscar novas formas de expansão da economia, para uma ampliação e continuidade da formação econômica da cidade?

A necessidade de profissionalização e formalização começa a ascender na preocupação do empresariado na década de 1990, assim como repensar o processo logístico para recepção dos compradores, garantindo, assim, o funcionamento das vias e outras necessidades tanto do grupo da população flutuante, quanto dos residentes fixos de Santa Cruz do Capibaribe.

Além das questões estruturais apresentadas pela inexistência de plano diretor[56], associações a respeito da terminologia e identidade da produção da cidade entram em pauta. Essa é uma das ações de uma mobilização política de um grupo de associados na década de 1990 em conjunto com outras instituições[57] que buscou estabelecer uma atualização da identidade ao produto. Uma das questões centrais estava nos significados e símbolos invocados na menção e identificação da Sulanca. Ao longo do tempo, Sulanca ascende de substantivo comum para Nome Próprio[58], designando algo único e singular. Em sua nomenclatura, elabora a construção imagética de produtos de baixo preço[59], matéria-prima de baixa qualidade e durabilidade curta[60].

No processo formativo de uma identidade e cultura da emergência econômica, a terminologia é colocada e reproduz não apenas um tipo de produto, mas também um conjunto de práticas simbólicas, políticas, sociais e cotidianas, tal como foi apresentado na primeira sessão deste texto. O campo[61] das confecções e da produção têxtil marca um ambiente de conflitos frente à divisão e fatia do mercado que em cada região tem potência e capacidade de abranger. Em outras palavras, uma das estratégias visualizadas pelo grupo de empresários de Santa Cruz do Capibaribe, observa a necessidade da mudança da imagem atrelada à nomenclatura de Sulanca. Diante dessa disputa estabelecida e do estigma

centrada durante o processo histórico, a profissionalização e a revisão do próprio fenômeno, marca uma etapa na emergência econômica e política. Essa (re)construção imagética da cidade remonta os anos finais de 1990 e anos iniciais da década de 2000, sendo 2002 sua principal marca transformadora quanto ao surgimento da nomenclatura de Polo de Confecções do Agreste[62]. Véras de Oliveira pontua que:

> O Projeto implicou em uma ampla campanha na mídia local e junto às associações empresariais. O propósito foi o de, em associação com um conjunto mais amplo de ações visando a modernização das atividades ali desenvolvidas, atuar também sobre a reelaboração de sua imagem, tanto para dentro, como para fora. Para isso, seria preciso desconstruir a marca "sulanca", associada que sempre esteve a produtos de baixíssima qualidade. Operou-se uma reelaboração discursiva visando por no lugar da "Feira da Sulanca" o "Polo de Confecções"; no lugar de "sulanqueiro", a denominação "empresário" ou "empreendedor".
>
> **Roberto Véras de Oliveira, O Polo de Confecções do Agreste de Pernambuco: ensaiando uma perspectiva de abordagem, de 2011.**

A formação do Polo de Confecções do Agreste como uma marca ampliada, teve no processo articulatório a presença de entidades como Sindicato das Indústrias do Vestuário do Estado de Pernambuco (SINDIVEST-PE[63]) e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE[64]) como instituições importantes para o processo de institucionalização dessa imagem de marca. A movimentação é um registro do processo político e mobilizador da atuação das associações como marcadores importantes para a transformação do espaço[65] e profissionalização dos arranjos produtivos locais (APL[66]) nas cidades do polo de confecções.

A Associação dos Confeccionistas de Santa Cruz do Capibaribe (ASCAP) — criada em 1992 com cerca de 180 sócios[67] — aparece como um desses espaços de mobilização política do empresariado para uma articulação em vistas de uma ação em conjunto, marcando um novo período e novas formas, técnicas e estratégias de expansão do mercado da cidade.

Essa vontade e necessidade de expansão da confecção opera, tal como destacado por Véras de Oliveira[68] acompanhando a emergência e mutabilidade do próprio sistema econômico. As raízes da indústria econômica em que Santa Cruz do Capibaribe elaborou sua estrutura, tem no pressuposto central do empreendedorismo uma marca, ou seja, está suscetível a todas as variações e crises da economia.

Esse foi um dos processos de disputa frente aos desafios com outras cidades para a consolidação do Polo de Confecções do Agreste como uma identidade. Os anos 2000 objetificam e estruturam parte do processo histórico marcando diferenças entre os atores que atuam no campo da confecção.

A profissionalização e a expansão: gestando crises e bordando uma identidade autônoma (2001-2020)

Os novos desafios diante da necessidade de profissionalização e expansão dos mercados, colocam as mudanças dos locais de venda como ação inicial, em paralelo da consolidação identitária e imagética do Polo de Confecção do Agreste.

Parte dos processos estratégicos, colocam Toritama e Caruaru, respectivamente, como aqueles que se mobilizaram em detrimento da construção de espaços especializados, a partir da mobilização, também, do empresariado local, para comportar os dias de comercialização e da entrada de uma população flutuante.

Assim como Santa Cruz do Capibaribe — ao qual chegou a ocupar mais de vinte e oito ruas —, a expansão das cidades centrais do Polo de Confecções, apresentou um crescimento amplo e desordenado nas feiras. Dificuldades com a limpeza urbana, disponibilidade de banheiros e tráfego nas ruas também foram questões comuns entre elas.

Dentre o processo de disputa e conflitos em detrimento da nomenclatura, a constituição do Polo de Confecções marca um divisor de águas em Santa Cruz do Capibaribe, assim como a instituições de verbetes e slogans em cada cidade: Toritama, como a capital do jeans, Pão de Açúcar[69], como a capital da camisaria, Campina Grande ou Caruaru,

como capital do forró, são estratégias[70] — ora consolidadas com base na cultura e tradição de uma localidade, ora por táticas empresariais — para arrematar uma projeção, através de uma ação política, da cidade.

Esses marcadores estratégicos são insuflados como uma identidade — dotadas de um conceito, de uma forma e conteúdo — em momentos de conflitos e embates. Esse é um pressuposto central, pois, de capital da Sulanca, passa a ser, capital do Polo de Confecções do Agreste.

Com a vontade de expansão, o *habitus* produtor de confecção, datada histórica e socialmente, com suas práticas formativas e reprodutoras, denota a necessidade de atualização. Essa forma, inicialmente é traduzida nesse conjunto de associações.

A mudança das diretrizes externas do sistema de produção e do mercado em que se insere, revela novos contingentes das regras e formas de conduta do produtor: acompanhar a realidade da indústria é estar inserido em uma realidade contingente e precária[71].

Sá[72] destaca e capta em uma entrevista um dos elementos de distinção no interior da classe dos produtores de confecção que nos auxiliará a visualizar os conflitos e diferenças que foram pautados durante a construção do Moda Center: a profissionalização do processo produtivo e de gerenciamento especializado do negócio.

Santa Cruz do Capibaribe já se insere em uma lógica e lugar de senso comum como uma cidade promotora de riqueza, com trajetórias de vida pautada no empreendedorismo e esforço individual. Esse discurso permeia parte das narrativas do sujeito trabalhador e empreendedor santa-cruzense, gerador de um comportamento em busca de um sucesso iminente[73]. Isso, insere um fator distintivo entre produção de Sulanca e produção de confecção. Ambos coexistem no mesmo ambiente, interagem no mesmo sistema social, político e econômico, mas apresentam marcas centrais de distinção: as singularidades dos profissionais inseridos e imersos no ciclo produtivo de confecção são exaltadas pela racionalidade, pela burocratização[74] dos processos de produção, enquanto no papel do *sulanqueiro*, a participação em todas as etapas de produção, sem que haja a delegação de tarefas ou a profissionalização, pode, por ora, representar as diferenças entre as duas categorias[75].

Sá[76] também revela que o autorreconhecimento como um sujeito

pertencendo a um ou a outro grupo não necessariamente ocorre no *sulanqueiro*. O autor pontua que a própria autoidentificação dos produtores de confecção tangencia ora na Sulanca, ora na figura do empresário. Essas mudanças ficam evidentes em uma entrevista com o Secretário de Desenvolvimento Econômico, Agricultura e Meio Ambiente no ano de 2013 que pontua:

> Algumas confecções que são destaque hoje, naquela época estavam começando a focar mais no processo de formalização, a década de 90 foi um período de mudanças profundas. Os que hoje estão bem são os que naquela época perceberam que precisavam de profissionalização, de estabelecer relações com o Sebrae. Foi um momento mesmo de amadurecimento destes empreendedores.
>
> **Entrevista concedida à Marcio Sá, Filhos da Feira, em 2018, p. 140.**

Essa distinção entre os produtores é identificada, também, pelos processos de expansão do comércio de Santa Cruz, primeiramente, agenciado por um grupo de produtores associados. A ação de expansão, a partir de movimentações coletivas sem a presença do Estado, marca, como outrora estivera no papel dos tropeiros, no grupo que se dirigiu à FENIT[77].

A Feira Nacional da Indústria Têxtil, foi o destino deste grupo em 2001, antes da institucionalização do Polo de Confecções ou das movimentações para a criação do Moda Center.

Toda essa movimentação não aparece isolada, mas sugere uma mudança estrutural no funcionamento da economia e da economia têxtil, o surgimento de novos atores, cidades e entidades. Como um exemplo, a alteração e o surgimento de novos atores fornecedores de matéria-prima, traduz a maneira como Santa Cruz do Capibaribe acompanhou e se atualizou frente aos novos fatores sócio-históricos e econômicos.

Ao longo de cinco décadas, a matéria-prima inserida no sistema produtivo da indústria têxtil estava pautada no fornecimento de Recife e São Paulo. Entretanto, movimentado pela produção e inserção de novos atores produtores de tecido na região sul, com destaque à Santa Catarina

e a cidade de Blumenau, fornecedores passam a alimentar e apresentar um novo sistema de escoamento de sua produção, através do papel de representantes[78] e escritórios localizados na cidade. Uma movimentação de um grupo hegemônico de uma localidade à outra. Algo que não é estático, mas que responde, também, à abertura comercial com outros países e a importação de produtos.

A operacionalização, especialização e profissionalização dos APLs aparecem, também, não apenas nos novos cargos e posições nas empresas, mas também na atualização e inserção do Sistema Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) em Santa Cruz do Capibaribe ou o surgimento de cursos, universidades e escolas com o objetivo de desenvolver e profissionalizar a mão-de-obra daqueles que estão tanto na idade economicamente ativa, quanto aqueles que já ocupam e desenvolvem atividades produtivas.

O SENAI aparece como uma das entidades pioneira na qualificação profissional. Sua história remonta a década de 1930 e tem sua origem como instituição privada sem fins lucrativos. Em Pernambuco, a entrada da instituição remonta os anos de 1970 e foi na cidade de Caruaru.

Até sua expansão, a forma de atuação e profissionalização dos profissionais estavam pautadas na área de metal-mecânica e eletricidade. Um campo de atuação que pouco dialogava com a realidade de Caruaru e das cidades vizinhas[79].

A chegada do SENAI na cidade ocorre no mesmo período da necessidade nascente da profissionalização e da readequação dos serviços da instituição. Enquanto, outrora, replicava os modelos de cursos e profissionalizações de outras regiões, operou por trinta anos com atividades pouco aplicáveis na realidade local, sendo, ao longo do tempo, não reconhecida ou propagada nas cidades. Depois de diversas atualizações, em parceria com o poder público, em 2002, a disponibilidade e oferta de um prédio permite a operacionalização e desenvolvimento de cursos voltados para área de moda, costura e gestão na cidade[80].

O processo de inserção no SENAI na cidade encontrou barreiras que são traduzidas pelos fatores formativos que até então operavam: a formação através da troca de experiência e contato com direto com as etapas de trabalho; ao passo que a escola oferta a relação entre teoria e

prática. Desta maneira, os mecanismos de ensino-aprendizagem na escola não são vistos com bons olhos por parcela dos produtores.

Dentre as dificuldades enfrentadas durante o processo formativo, o estágio e a abertura de vagas de trabalho figuram como lacunas, além de um preconceito estabelecido de parcela dos gestores para com os estudantes formados. Acreditavam que a formação no SENAI não os preparava para a realidade e inserção no mercado de trabalho local[81].

A certa maneira, o conservadorismo sobre as práticas de desenvolvimento, seja do processo produtivo, seja das formas de transformação e produção dos espaços de Santa Cruz do Capibaribe, encontra as barreiras e formas de tensão nos grupos distintos — entre aqueles que se reconhecem como produtores de Sulanca e empresários.

É importante destacar, tal como foi sugerido algumas vezes ao longo desta sessão que, dentro do grupo produtor de confecção há categorias distintivas no interior do grupo, e esta é a base central de conflitos ou diferenciações.

O processo formativo com a inserção do SENAI ou outras instituições, se colocaram como uma das categorias de crise e conflitos à construção do Moda Center Santa Cruz com configurações semelhantes: foi pauta de desacordo e descrença por parcela dos comerciantes. Primeiro, pelo envolvimento de grupos políticos partidários na construção do espaço; segundo, por um apego às tradições; e, terceiro, por uma ideia de que os clientes e a população flutuante estariam *acostumadas* com a cultura local[82].

Frente a consolidação do espaço do Moda Center como operativo de uma produção de qualidade e forte produtor nacional, a confecção e manutenção de uma identidade figura esses espaços.

Mesmo que a continuidade de espaços com maior ou menor profissionalização, racionalização e burocratização das etapas do trabalho, a formação dos negócios e dos modelos de produção mesclam-se em uma simbiose construindo ambientes de trabalho, formando renda de uma economia que permanece contingente.

Como um ciclo presente no sistema econômico, o enfretamento de outras crises operam no interior do capitalismo. A crise de 2009, de ordem econômica, foi um dos marcos de impacto aos lojistas,

impactando, não somente Santa Cruz, mas também àqueles que, direta ou indiretamente contribuem com a lógica produtiva. A segunda crise, de ordem política, em meados de 2011, atinge diretamente a cidade e seu núcleo produtivo através de uma receptação e associação à imagem: a chegada de tecidos de origem hospitalar.

A segunda crise, a política, levanta o debate sobre a qualidade dos produtos, trazendo de volta a relação simbólica entre qualidade e Sulanca. Como uma forma de revidar às denúncias e investigações[83], a ação da mídia tradicional foi pautada em estabelecer a dissociação com a matéria-prima contaminada, promovendo uma gestão de crise pelas representações empresariais, poder público e mídia local.

A história em movimento: caminhos para uma conclusão

Alegria do que é ser.

Beatriz Monteiro, Phylipe Nunes Araújo e Jamile Hiast, Memória de Retalho, de 2023.

Mencionar e tratar teoricamente o desenvolvimento e a emergência econômica de Santa Cruz do Capibaribe é, em primeiro lugar, escolher uma linha narrativa e argumentativa, além de datar um período de leitura. O período escolhido para abordar neste texto centrou-se em três movimentos centrais: a emergência de um mercado, a emergência de uma institucionalização, conflitos e reordenamento; e, por fim, a emergência de uma expansão.

Esses três movimentos operam como uma constante no período escolhido, sabendo que, a história de desenvolvimento do tempo presente, o diálogo com as novas técnicas digitais, fazem com que uma nova emergência operativa dos campos econômicos, políticos, sociais e mercadológicos operem em uma nova esfera: o digital.

Entende-se, tal como evidenciado por Véras de Oliveira[84], Lima, Cortelleti e Araújo[85], Burnett[86], Xavier[87] etc. que há uma paridade e igualdade no desenvolvimento de Santa Cruz do Capibaribe que opera em igual semelhança com as políticas nacionais e do próprio capitalismo e encontrou no processo histórico de formação da economia, uma

articulação e aproveitamento dos investimentos em estrutura e expansão do país. Viu-se que, a construção de estradas possibilitou não só a ligação entre nordeste e centro-sul, mas também com a capital, Recife — etapa importante para a criação de relações, receptação e envio de produtos.

A cidade se estabeleceu sobre os elementos de uma cooperação para uma emergência da economia, mas uma cooperação, entende-se, a partir da sociação e necessidades centrais individuais. A sobrevivência é o motor central que estimula a ação dos agentes. Isso é visualizado na ação dos migrantes, no êxodo rural, nas formas de ensino-aprendizagem a partir das trocas de experiência, no intercâmbio estabelecido no papel dos tropeiros ou dos representantes associados.

O que opera, e entende-se, é no encontro de uma sucessão de repetições de práticas e esquemas de sociabilidade presentes no *modus operandi* da população nativa ou migrante, que se atualiza ao longo do tempo e apresentou, no período de análise, o retorno esperado para os grupos. Em outras palavras, a autonomia e organicidade dos processos, produziram um espaço de ação centrado, uma formação de um estado, uma instituição ou uma estrutura, que tem a esfera produtiva da confecção como elemento central. Em outras palavras, a estrutura promovida através da agência, da ação individual e coletiva, construiu um campo pautado em um conjunto de *habitus*, dotado de regras e formas, para desenvolvimento da cidade. Entretanto, o ponto inicial promotor, tal como é sugerido, é a crise da seca — ambiental — e a crise da produção de alimentos — social e econômica.

O conflito também aparece como um fator motivador, mas a concordância não é um elemento comum. A terminologia Sulanca, que marca a nascente de uma prática econômica, de sociabilidade e costumes, se constrói como uma identidade na cidade. A negação à simbologia elaborada ao longo dos anos, assim como as demais estratégias de sobrevivência da população, se coloca como uma atualização no processo de desenvolvimento. A crise que desencadeia a luta e ação para uma criação de uma nova imagem, provoca, anos depois, uma reação de grupo que não se identifica com a movimentação do empresariado[88].

A economia têxtil emerge da crise, se configura nas formas de sociação, expande-se através de uma cultura de troca no interior de seu

costume, se atualiza em consonância com contemporaneidade e se alimenta dos conflitos. A contingência da economia é uma constante em um Polo de Confecção que manifesta uma relação entre todas as etapas de desenvolvimento do próprio capitalismo: entre os sistemas produtivos com o domínio e presença de tecnologias de ponta, operacionalização, burocracia e racionalidade da gestão dos serviços; assim como a processo de trabalho semelhante às formas tradicionais de costura.

Referências bibliográficas

ARAÚJO, J. F. *A história de Santa Cruz do Capibaribe*. Pernambuco, 2003. (Publicação independente).

BOURDIEU, P. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas, SP: Papirus, 1996.

______. *Campo de poder, campo intelectual*. Buenos Aires: Folios, 1983.

______. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BURNETT, A. *O "ponto de mutação" da Sulanca no Agreste de Pernambuc***o**. História Oral, v. 17, n. 2, p. 153-171, jul./dez. 2014.

______. *A saga dos retalheiros: um estudo sobre a instituição da feira da Sulanca no Agreste Pernambucano*. Século XXI Revista de Ciências Sociais, v. 3, n. 2, p. 09-40, 2013. Disponível em: https://core.ac.uk/download/pdf/270299414.pdf. Acesso em: 14 abr. 2021.

GOMES, S. C. *Do comércio de retalhos à Feira da Sulanca: Uma inserção de migrantes em São Paulo*. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2002.

JURGENFELD, V. F. *A grande articulação política de Celso Furtado para a criação da SUDENE, retratada pelo "Correio da Manhã"***.** História Econômica

& História de Empresas, v. 24, n. 1, p. 98-130, 2021.

LACLAU, E.; MOUFFE, C. *Hegemonia e Estratégia Socialista: por uma política democrática radical.* São Paulo: Intermeios; Brasília: CNPq, 2015.

LIMA, J.; CORTELETTI, R.; ARAÚJO, I. *Empreendedorismo, informalidade e terceirização na produção de confecções: Experiências no nordeste brasileiro*. In: LIMA, J. (org.). O trabalho em territórios periféricos: Estudos em três setores produtivos. São Paulo: Annablume, 2020.

CAMPELLO, G. M. C. *A atividade de confecção e a produção do espaço em Santa Cruz do Capibaribe*. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 1983.

MOURA, F. *Cenas de uma cidade sensível: o cine bandeirante como espaço de lazer e sociabilidade em Santa Cruz do Capibaribe – PE*. Dissertação (Mestrado em História), Centro de Humanidades, Universidade Federal de Campina Grande, 2014.

PEREIRA, E. *Qualidade e informalidade: os modos de atuação do SENAI no Polo de Confecções de Pernambuco*. Recife, Fundação Joaquim Nabuco, 2013.

RANGEL, F.; CORTELETTI, R. *O polo de confecções do agreste pernambucano: origens e configurações atuais*. Estudos de Sociologia, Araraquara, v. 27, n.00, e022013, jan./dez. 2022.

SÁ, M. Filhos das feiras: *Uma composição do campo de negócios agreste*. Recife, Editora Massangana, 2018. Disponível em https://www.gov.br/fundaj/pt-br/composicao/dimeca-1/editora-massangana/PDF17.pdf. Acesso em 17.04.2023.

SIMMEL, G. *Questões fundamentais da sociologia*: indivíduo e sociedade. Tradução de Pedro Caldas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

SOUZA, Jessé. *A elite do atraso: da escravidão a Bolsonaro*. Estação Brasil, 2019.
SCHWARCZ, L. M.; STARLING, H. M. *Brasil: uma biografia: com novo*

pós-escrito. Editora Companhia das Letras, 2015.

VÉRAS DE OLIVEIRA, R. *O Polo de Confecções do Agreste de Pernambuco: Elementos para uma visão panorâmica*. In: OLIVEIRA, R. V.; SANTANA, M. A. (org.). Trabalho em territórios produtivos reconfigurados no Brasil. João Pessoa: Editora da UFPB, 2013.

______. *O Polo de Confecções do Agreste de Pernambuco: ensaiando uma perspectiva de abordagem.* Formas de trabalho no capitalismo atual, v. 1, p. 17-65, 2011. Disponível em https://www.anpocs.com/index.php/papers-35-encontro/gt-29/gt36-5/1250-o-polo-de-confeccoes-do-agreste-de-pernambuco-ensaiando-uma-perspectiva-de-abordagem/file. Acesso em 22.04.2023.

XAVIER, M.G.P. *O processo de produção do espaço urbano em economia retardatária: A aglomeração produtiva de Santa Cruz do Capibaribe (1960-2000).* Tese (Doutorado em Desenvolvimento Urbano). Universidade Federal de Pernambuco. 2006.

XAVIER, M.G.P.; SARABIA, M. L. *A nova paisagem urbana de Santa Cruz do Capibaribe*. Scientia Una / FOCCA - Faculdade de Olinda. Olinda: FOCCA, 2000.

ZANINI, F. *No agreste, polo de confecções serve de laboratório para reforma de Guedes.*
Folha de São Paulo, abr. 2019. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/04/no-agreste-polo-de-confeccoes-serve-de-laboratorio-para-reforma-de-guedes.shtml. Acesso em: 05.08. 2022.

Fontes

DOCUMENTOS OFICIAIS

SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE. Câmara Municipal de Santa Cruz do Capibaribe. Requerimento n° 88/80. Pernambuco, 1980.

______. Câmara Municipal de Santa Cruz do Capibaribe. Requerimento n°

72/82. Pernambuco, 1982.
______. Câmara Municipal de Santa Cruz do Capibaribe. Requerimento nº 86/84. Pernambuco, 1984.

______. Câmara Municipal de Santa Cruz do Capibaribe. Requerimento nº 87/84. Pernambuco, 1984.

______. Câmara Municipal de Santa Cruz do Capibaribe. Telegrama nº 16 de 19/09/1985. Pernambuco, 1985.
______. Câmara Municipal de Santa Cruz do Capibaribe. Telegrama nº 90 de 10/09/1985. Pernambuco, 1985.

DOCUMENTÁRIOS

Sulanca: A revolução econômica das mulheres de Santa Cruz do Capibaribe. Direção de Katia Mesel. Aprecie produções cinematográficas, 1986. Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=hj21VWXTfWY&t=5s. Acesso em 17.04.2023.

MANIFESTOS

ROCHA, J.; FEITORA, J.; DINIZ, K.; MONTEIRO, R.; ALVES, R.; ROBERTA, S.; FARIAS, T. *Manifesto Sulanca*, 2020. Disponível em https://www.change.org/p/manifesto-sulanca-manifeste-o-que-a-feira-te-dá. Acesso em 17.04.2023.

MÚSICAS

MONTEIRO, B.; ÁRAUJO, P. N. *Memória de Retalho.* In MONTEIRO, B.; ÁRAUJO, P. N FERREIRA, J. (org.) Pisa Rio, 2023. Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=IT1OxvB08E0&list=RDMMIT1OxvB08E0&start_radio=1. Acesso em 17.04.2023. (Gravação independente).

RELATÓRIOS

SEBRAE. Estudo de caracterização econômico do polo de Confecções do Agreste Pernambucano. Relatório de Pesquisa, 2003. Disponível em https://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/poloconfec2003.pdf. Acesso em 17.04.2023.

SEBRAE. Estudo econômico do Arranjo Produtivo Local de Confecções do Agreste Pernambucano. Relatório de Pesquisa, 2012. Disponível em https://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/Estudo%20Economico%20do%20APL%20de%20Confeccoes%20do%20Agreste%20-%20%2007%20de%20MAIO%202013%20%20docx.pdf. Acesso em 17.04.2023.

SITES

Espécie do mês: Caroá. Nema, Nucléo de Ecologia e Monitoramento Ambiental, 2021. Disponível em https://nema.univasf.edu.br/site/index.php?page=newspaper&record_id=73. Acesso em 24.04.2023.

Celso Furtado, 100 anos: base para se pensar um novo projeto de país. Brasil de Fato, 2020. Disponível em https://www.brasildefato.com.br/2020/07/26/celso-furtado-economia-e-superacao-do-subdesenvolvimento-na-pratica#:~:text=-Celso%20Furtado%20foi%20responsável%20pela,condição%20de%20Ministro%20do%20Planejamento. Acesso em 26.04.2023.

Curiosidades sobre as cisternas e o P1MC. Diário do Nordeste, 2003. Disponível em https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/regiao/curiosidades-sobre-as-cisternas-e-o-p1mc-1.166105. Acesso em 26.04.2023.

Em PE, mais uma loja é interditada por suspeita de vender lixo hospitalar**.** G1, 2011**.** Disponível em https://g1.globo.com/pernambuco/noticia/2011/10/em-pe-mais-uma-loja-e-interditada-por-suspeita-de-vender-lixo-hospitalar.html. Acesso em 29 abr. 23.

Agradecimentos

Registro os agradecimentos às servidoras sediadas na Câmara Municipal de Santa Cruz do Capibaribe, Isabelle Souza Diniz, Cibelly de Araújo Silva e Maria José da Rocha Neves pela disponibilidade em dialogar e auxiliar na busca de documentos que enriquecem esta pesquisa.

Adiciono agradecimento à pesquisadora e arquiteta Estephannie Andrade pelas provocações e diálogos sobre os meandros históricos de

Santa Cruz do Capibaribe. Diálogos, estes, que promoveram a sinergia de levar reflexões e dados sobre a cidade para o XXXIII Congresso Latino-americano de Sociologia que ocorreu no México em 2022.

Notas

1 Memórias de Retalho disponível em https://www.youtube.com/watch?v=I-T1OxvB08E0. Acesso em 20/04/2023.

2 Emancipação ocorreu em 1953. Quatro tentativas foram registradas ao longo do século XX (*Moura, 2014).*

3 *Xavier, 2000, 2006; Lima, 2011; Burnett, 2014; Sá, 2018; Lira, 2019; Moura, 2014; Martins e Corteletti, 2022.*

4 *Xavier e Sarabia, 2011 apud Xavier, 2006.*

5 A nomenclatura polo de confecções será empregada relativo ao conjunto de cidades que, direta ou indiretamente, impactam na produção têxtil do agreste pernambucano *(Véras de Oliveira, 2011; SEBRAE, 2003; 2012)*

6 Augustinho Rufino de Melo, prefeito entre 1982-1988, em entrevista ao documentário *Sulanca: A revolução econômica das mulheres de Santa Cruz do Capibaribe*, afirma assinar decreto para institucionalização das feiras.

7 *Sá, 2018.*

8 Emprego paradigma tal qual apresentado por Sousa (2019): "é o horizonte histórico que define os pressupostos para qualquer tipo de conhecimento." (ibid, p.15).

9 Ou ponto de saturação — quando as narrativas passam a repetir e apresentar semelhança nas histórias.

10 A categoria de agentes sociais é aplicada de acordo com indivíduos que atuam sob a lógica de uma ação racional com uma determinada finalidade.

11 Tal como será sugerido ao longo do texto, o processo de uma indústria de confecções é algo paulatino, o qual tem um processo lento de desenvolvimento e etapas de transição. A conceituação do processo de longa duração é extraído de Florestan Fernandes (2020) que centraliza em "reconstruir como se dá nesta particular configuração histórica um processo de proporções mundiais que é simultaneamente econômico, político, social, cultural e que se estende até a estrutura da personalidade e às formas de conduta individuais." (*Fernandes*, 2020, p.7).

12 Partimos da noção de contingente e precário apresentados por Laclau e Mouffle (2015) tratando que há uma imprecisão e um elemento do acidental e precário na formação dos fatos, dos discursos etc.

13 *Burnett, 2013.*

14 Tropeiros ou mascates aparecem como sinônimos na literatura.

15 Há uma diferença e especificações entre retalhos e resíduos. A primeira, retalhos, são tecidos que apresentam falhas no processo de tecelagem ou cores fora de moda. Podem ser apresentados tanto em pequenos pedaços do tecido como em todo rolo. Resíduos são os tecidos que já passaram por processos de confecção (*Gomes*, 2001).

16 *Burnett*, 2013, p.22.

17 Tese apresentada em relatório da ANA — Associação Nacional de Águas

(2003).
18 A contensão das barragens e das águas na obra de José Lins do Rêgo para o cultivo de cana-de-açúcar.
19 A relação do êxodo rural e migração dos retirantes na obra de João Cabral de Melo Neto.
20 *Jurgenfeld*, 2021.
21 "[...] as origens históricas desse tipo de política de combate às secas são mais antigas até do que o próprio DNOCS. Houve a criação de uma Comissão de Açudes ainda no período do Império (1881). Depois desta veio a Superintendência de Estudos e Obras Contra as Secas (1906). Esta foi transformada em 1909 na Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas e só em 1946 passou a ser uma autarquia, o DNOCS" (*Jurgenfeld, 2021, p. 101 apud Ferreira, 2008).*
22 Ibid.
23 Celso Furtado, crítico da política desenvolvimentista no governo JK, integrou o governo João Goulart e foi central para a criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) (*Brasil De Fato*, 2020).
24 É difícil precisar a construção da primeira cisterna. De acordo com matéria publicada no Diário do Nordeste em 2003, as cisternas de placa foram criadas no final da década de 1960 *(Diário do Nordeste, 2003).*
25 *Jurgenfeld, p.101, 2021*.
26 *Véras de Oliveira, 2013; Sá, 2018; Lira, 2019; Martins e Corteletti, 2022.*
27 Partimos da noção que o discurso de autoridade é elaborado seguindo algumas premissas, filosofia, paradigmas do tempo e local em que foi elaborado.
28 Não foram localizados dados durante a década de 1950.
29 Os dados foram coletados do trabalho de conclusão do curso apresentado por Pires *(2016 apud Lisboa, 1990).*
30 *Gomes, 2001.*
31 A imagem pode ser vista nas páginas de anexo.
32 *Burnett, 2013.*
33 Na literatura "hidrelétrica de Paulo Afonso" por vezes aparece como Companhia Hidroelétrica de São Francisco (CHESF). *(Araújo, 2003; Burnett, 2014; Pires, 2016.)*
34 *Burnett, 2013.*
35 *Ibid.*
36 Partimos da definição de sociação apresentação por Georg Simmel (2006), a qual encontra na forma, os interesses dos agentes sociais no desenvolvimento coletivo.
37 Burnett (2013) remonta o acontecimento das feiras em Caruaru, instituídas no século XVIII, como um local de ponto médio (entre o início de uma viagem e o ponto final), pois servia como locais de paragem (*ibid, p.48*).
38 O capital introjetados nos agentes sociais aparecem como um conjunto de disposições, formas, práticas, regras de conduta — ethos — presentes no campo social ao qual ocupam. Neste caso, como os agentes produtores de confecção estão inseridos numa forma de operação e manejo da indústria têxtil,

apresentam, como um ethos, essas formas de ação.
39 *Campello*, 1983.
40 *Gomes*, *2001*.
41 Bairro localizado na região do centro expandido do munícipio de São Paulo.
42 *Burnett*, *2014*; *Sá*, *2018*.
43 *Idem*.
44 *Burnett, 2014.*
45 *Sá, 2018.*
46 População salta de pouco mais de 11 mil habitantes para 59 mil *(Instituto Brasil de Geografia Estatística, 2000).*
47 *Xavier*, *2000; 2006.*
48 Mantivemos os textos tal como foram redigidos nos documentos.
49 Assinado por Francisco Glicério da Silva, Josefa Mendes, José Gonzaga da Silva, Gaudêncio Gomes Feitosa, C. Ramos da Silva,
50 Assinado por José Gonzaga da Silva.
51 Assinado por José Pereira Diniz e José Gonzaga da Silva.
52 Assinado por Josefa Barbosa de Moraes Mena.
53 *Véras de Oliveira, 2011.*
54 *Ibid.*
55 Essas dificuldades também estão presentes nos relatórios apresentados pelo SEBRAE em 2003 e 2012.
56 O debate que versa sobre o Estatuto das cidades e a publicação de diretrizes da formação de Plano Direito ocorre em 2001. O primeiro plano diretor de SCC aparece no ano de 2007, um ano após o lançamento do Moda Center. O Estatuto das Cidades prevê a necessidade de uma atualização do plano diretor a cada decênio.
57 SINDIVEST-PE e SEBRAE serão apresentadas logo a frente.
58 Nome Próprio se diferencia de substantivo e é dotado de símbolo, representando ideais, noções, identidades etc.
59 Partimos na concepção apresenta por Marx de que preço é a expressão monetária de valor de troca.
60 *Véras de Oliveira, 2011; Sá, 2018; Martins e Corteletti, 2022*.
61 Partimos da noção de campo apresentada por Bourdieu como um espaço estruturado por posições em que cada indivíduo, representação, associação, manifestação etc. ocupa. Em Santa Cruz do Capibaribe, a posição que ocupa no espaço encontra no polo de confecções do agreste sua marca com suas características especificas de um tipo específico de produto ou serviço. No caso de Toritama, a posição que ocupa é a produção de jeans, pois detém o capital cultural, econômico, político e histórico na produção. Essa mesma noção se aplica à outras situações.
62 *Véras de Oliveira, 2011.*
63 *Ibid, p. 06.*
64 Criada em 1981, localizada em Recife, possui uma representação a nível estadual — e representações em outros Estados da união

— se apresenta como entidade sindical e organizativa da indústria do vestuário de Pernambuco. Disponível em https://www.econodata.com.br/consulta-empresa/11735123000197-SINDICATO-DAS-INDUSTRIAS--DO-VESTUARIO-DO-ESTADO-DE-PE. Acesso em 29 abr. 23.
65 Criada na década de 1970, o SEBRAE é uma instituição privada sem fins lucrativos que objetiva auxiliar o desenvolvimento econômico de micro e pequenos empresários.
66 *Véras de Oliveira, 2011.*
67 *Véras de Oliveira* pontua que APL "Constituiu-se, portanto, como uma aglomeração produtiva e comercial, situada em uma região da periferia do capitalismo" *(VÉRAS DE OLIVEIRA, 2011, p. 25)*
68 *Ibid.*
69 *Sá, 2018.*
70 *Véras de Oliveira, 2011.*
71 Distrito de Taquaritinga do Norte, localizado aproximadamente à 9km de SCC.
72 Consideramos estratégias como ações racionalmente estruturadas para determinada finalidade.
73 *Sá, 2018.*
74 *Zanini, 2019; Xavier, 2000, 2006; Lima, 2011; Burnett, 2014; Sá, 2018; Lira, 2019; Moura, 2014; Martins e Corteletti, 2022*
75 *Sá, 2018.*
76 Partimos da noção apresentada por Max Weber sobre a constituição de um Estado burocrático e o surgimento de cargos e funções especializadas para desenvolver tarefas e processos específicos.
77 *Sá, 2018.*
78 Criada nos anos finais da década 1950, antecede a *fashion week,* e objetiva promover a indústria têxtil.
79 Profissionais inseridos nos cargos de vendas das empresas, atuam em outras localidades, distantes da matriz, na finalidade de expandir o alcance do produto.
80 No período de inserção do SENAI na região, os cursos voltados para mecânica não possuíam um mercado ao qual poderia absorvem a mão de obra especializada. Fato, este, ao qual provocou uma migração dos egressos para as regiões centro-sul na busca de emprego *(Pereira, 2013).*
81 *Ibid.*
82 Nas mídias digitais — Facebook, Instagram etc. — e fóruns que tratam em organizar e divulgar fotografias históricas de SCC, argumentos frente a descrença do empreendimento estão presentes nos diálogos: "[...] eu que não sou sulanqueiro também não acreditava muito por ter políticos envolvidos." Trecho extraído em uma publicação feita no Facebook pelo professor Arnaldo Vitorino em 2012, ao apresentar uma imagem com a dimensão do Moda Center. Disponível em https://www.facebook.com/photo/?fbid=314046215339197&set=a.314045565339262. Acesso em 10 ago. 22.
83 Disponível em https://g1.globo.com/pernambuco/noticia/2011/10/

em-pe-mais-uma-loja-e-interditada-por-suspeita-de-vender-lixo-hospitalar.html. Acesso em 20/04/2023.
84 *Véras de Oliveira, 2011.*
85 *Lima, Cortelleti e Araújo, 2020.*
86 *Burnett, 2014.*
87 *Xavier, 2000 e 2006.*
88 A carta reivindicatória pode ser encontrada no Manifesto da Sulanca.

Legenda: Costureiras comercializando suas mercadorias na rua Siqueira Campos, 1979.
Fonte: Foto de José Romildo.

COSTUREIRAS DA TERRA:
A força feminina na sociedade Santa-Cruzense (1960-2000)

George Tenório Pinto
Marcio Antônio da Silva

Introdução

Este artigo analisa a atuação das mulheres na idealização da Feira da Sulanca, marca do município de Santa Cruz do Capibaribe-PE Para tanto, tomamos como base o texto *A colonização da Mulher* (trata-se do capítulo dois do livro *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890-1930*) da historiadora brasileira Margareth Rago, para compreender como se deu a construção de um perfil ideal para a mulher brasileira e observar como este impactou a atuação das mulheres santa-cruzenses na Feira da Sulanca. A pesquisa bibliográfica a respeito da história municipal em obras como a História de Santa Cruz do Capibaribe, de Júlio Ferreira de Araújo[1]; e especificamente sobre a confecção têxtil santa-cruzense, como tratado em "A atividade de confecções e a produção do espaço em Santa Cruz do Capibaribe", de Glauce Maria da Costa Campello[2]. Bem como através de entrevistas orais (realizadas no dia 19 de junho de 2022) com costureiras, as senhoras Josefa Aparecida e Josefa Inácia; e com o senhor Jeová Ferreira, personalidades que vivenciaram o período.

Sendo importante destacar que o tema tratado estabelece relação direta com o cotidiano dos autores e suas próprias experiências de vida, enquanto netos, filhos, sobrinhos e irmãos de mulheres costureiras. Em conversas com as costureiras da região, foi possível observar que estas se tornam reféns de um modelo socioeconômico que as projeta, no imaginário, a imagem de mulher dona de si. No entanto, essa mesma mulher é obrigada, silenciosamente, a se encaixar no papel de detentora dos deveres do lar e da família. Atentos às reclamações e observações diárias dessas mulheres, a decisão de abordar a temática busca a análise historiográfica das causas para as problemáticas enfrentadas pelas santa-cruzenses. Entendendo que essa idealização continua a limitar a vida das santa-cruzenses, permeada por desigualdades de gênero que necessitam ser urgentemente combatidas, analisar este processo compreende o objetivo central deste texto.

Ao entendemos ser a transformação ocorrida no município a partir da Feira da Sulanca, é fundamental para compreender a sociedade

santa-cruzense, analisar a contribuição das mulheres para o surgimento e a consolidação da Feira, emerge, então, como aspecto de destaque para compreender esta problemática. Ao buscar informações sobre a cidade, encontra-se, por exemplo em *sites* oficiais do governo municipal[3] dados positivos a respeito da produção econômica na cidade, que vem sendo confirmados por estudos acadêmicos nas últimas décadas[4].

Com relação as informações repassadas pelas autoridades municipais, não se pode ignorar que a maior parte delas, resulta de produções de cunho memorialista e/ou preocupadas em manter uma imagem positiva sobre a história do município. Não sendo a busca por estas produções acadêmicas suficiente para realizar um diagnóstico razoável sobre toda a vida no município, uma vez que embora não estejam necessariamente incorretas, não se pode perder de vista que os estudos citados privilegiam o aspecto econômico. Atentos aos perigos de uma história única[5] para analisar a sociedade santa-cruzense devemos investigar as fontes com teorias e métodos próprios para a produção de conhecimento pertinente à vida dos munícipes, e não para revalidar visões consagradas sobre o passado.

Após as primeiras leituras[6] foi possível entender que apesar do ambiente de tal forma limitado, as mulheres santa-cruzenses foram fundamentais para o surgimento e a consolidação do Polo de Confecções. Surge então a pergunta: por que continuam pouco presentes no debate público municipal e a sofrer com a violência doméstica e a discriminação de gênero? Como explicar esta posição ambivalente em que a mulher é tida como fundamental à economia em que está inserida, e, ao mesmo tempo, relegada a posição de coadjuvante em sua sociedade? As mulheres que protagonizaram o processo que muda a dinâmica social da cidade, podem, em primeiro momento, ser enxergadas como emancipadas? A emancipação financeira é suficiente para que as mulheres alcancem a igualdade social? Essas são algumas inquietações que permeiam nossa pesquisa, cientes da complexidade de tais perguntas, as utilizamos como fio condutor do texto, em busca não de respostas definitivas, mas de encontrar caminhos possíveis para a análise de como vem sendo contada a história do Polo de Confecções e da atuação das mulheres em sua consolidação.

A colonização da mulher segundo Margareth Rago

De acordo com o Margareth Rago em *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890-1930*, com a crescente industrialização brasileira, decididamente não é mais possível manter os padrões de vida estabelecidos no antigo modelo aristocrático. As elites brasileiras, ao não poderem negligenciar tantas demandas simultaneamente, sob pena de terem seus privilégios tomados por revoluções sociais, optam por fazer concessões e, assim, conter o ímpeto dos movimentos de negros, operários e mulheres, por exemplo. Estando no poder, viabilizam mudanças estruturais em adequação à modernidade, o fizeram, no entanto, de modo cuidadosamente pensado para que preservassem o seu lugar de poder.

Neste contexto, estão situadas as análises de Rago[7] para descrever como as mulheres foram decisivas em diversas esferas de luta, e questionar as causas do esquecimento (intencional, por parte dos que perpetuam a narrativa histórica) de nossa sociedade acerca deste fato. O que entendemos também ser o caso santa-cruzense. O que, ressalta a autora, ocorre não por falta de participação das mulheres, mas por incompreensão, ou deliberada inviabilização, por parte dos responsáveis pela escrita da historiografia brasileira, em sua maioria homens, dos modos de luta das mulheres.

Destaca como o lar é o ambiente destinado à mulher na sociedade brasileira e como o estabelecimento de uma relação "natural" entre o lar e a figura feminina gestou a imagem da "esposa-mãe-dona-de-casa" enquanto ideal para a mulher. O exemplo máximo, ideal a ser buscado por todas, seria Maria (que agrega também a questão da religiosidade) por seu perfil de alma e sacrifício em prol da família. Como oposto extremo, temos o perfil de Eva, carnal e egoísta, do qual as mulheres deveriam se afastar ou estariam condenadas à desmoralização pública.

Interessa-nos em especial a discussão em torno da inserção da mulher no ambiente de trabalho, processo em que estiveram à frente de múltiplas lutas. Podemos citar a dupla, ou tripla, jornada ao ter que, mesmo trabalhando, continuar sendo responsável pelos afazeres domésticos, e, quando fosse o caso, pelos cuidados com os filhos. Tal como a dupla, ou tripla, luta por melhores condições de trabalho que atendessem

especificamente à sua condição de mulher, já que para tanto, além da resistência patronal, necessitavam vencer também a desconfiança/sabotagem dos próprios colegas operários. De modo que suas lutas se inseriram em contextos específicos e talvez por isto, os meios encontrados para que fossem vitoriosas em suas reivindicações também diferissem dos tradicionais.

Neste caso, especificamos a atuação fora da esfera político partidária, enquanto forma de resistência, caminho aparentemente menos tortuoso para as mulheres que decidem lutar por seus direitos.

Retomando a discussão sobre a atuação das mulheres no Polo de Confecções do município de Santa Cruz do Capibaribe, já na segunda metade do século 20, essa parece ter sido a brecha encontrada para conseguir algum grau de libertação social. Como a atividade econômica das mulheres em Santa Cruz inicialmente deu-se majoritariamente em suas próprias casas e calçadas, podemos entender como, mesmo circunscritas ao lar, puderam atuar economicamente, desde que atuassem em prol da família e sem ultrapassar certos limites estabelecidos.

A cidade, as mulheres e a feira

Santa Cruz do Capibaribe é um município brasileiro do estado de Pernambuco, sendo a terceira maior cidade do agreste pernambucano.[8] Reconhecido nacionalmente por sua produção e comercialização de roupas, em grande quantidade e em sua maior parte por preços baixos. Segundo a plataforma digital de sua prefeitura[9] Santa Cruz detém a maior produção de confecções de Pernambuco e possui o maior parque de vendas de confecções da América Latina em sua categoria, o Moda Center Santa Cruz. Principal ponto de vendas de confecções de Pernambuco, com seus 320.000 m², 9624 boxes e 707 lojas. Empreendimento que estimula o surgimento de muitos outros, como Outlet Altas Horas. Sendo por esse motivo conhecida como a Capital da *Sulanca*[10] ou Capital das Confecções.

Após sua emancipação política, em 29 de dezembro de 1953, o município não fugia a regra da realidade para o semiárido nordestino da época. Sua população vivia situação semelhante à descrita por João

Cabral de Melo Neto em Morte e Vida Severina[11], ou seja, marcada pelas dificuldades.[12] Contando com restrições à agricultura e à pecuária, já existiam, à época, iniciativas populares para viabilizar a confecção e o comércio de produtos têxteis, refúgio encontrado para a subsistência da população e para o desenvolvimento da economia local.

Figuras como o Coronel Luiz Alves levaram à região os primeiros caminhões e outros instrumentos que ampliaram as possiblidades de trocas comerciais. Período em que também aumenta quantidade e diversidade de produtos a serem comercializados.[13] De modo que se ampliou a produção das tradicionais *colchas de retalhos*, elaboradas pelas costureiras da região e confeccionadas a partir dos tecidos que chegavam das regiões Sul e Sudeste do Brasil. Bem como se diversificou e permitiu a elaboração de outros itens de vestuário. Nos processos relacionados a confecção têxtil da cidade, as costureiras desempenharam papel fundamental. Estando na vanguarda das iniciativas econômicas que posteriormente seriam adotadas pela população em geral.[14]

Sobre as calçadas das ruas Raimundo Francelino Aragão (Rua do Pátio) e Siqueira Campos, entre outras localidades, comercializavam as suas confecções, a Sulanca. As colchas de retalho foram a gênese das confecções[15], eram produzidas a baixo custo de modo que poderiam ser comercializadas a preços baixos pelas costureiras e/ou comerciantes, tornando-se atrativas ao mercado. As décadas seguintes, período em que a cidade passa por um processo de transformação e modernização do setor têxtil, especialmente os anos 1980, seriam decisivas para mudar os rumos da cidade que viria a se tornar o maior Polo de Confecções do Nordeste, exemplo de empreendedorismo e trabalho rotineiramente.[16]

A confecção têxtil santa-cruzense iniciou-se com a participação constante das mulheres, como foi o caso de Margarida do Nascimento Monteiro, Petronila Senhorinha dos Santos popularmente conhecida como Dona Petinha,[17] assim como a senhora Salvina Torres da Silva Moura conhecida como Salvina de Mateus e outras que fomentaram o comércio das produções em frente a suas casas, especificamente na Rua Siqueira Campos.[18] Foram personalidades como as citadas que fomentaram, no município, a criação de empresas para as diversas áreas do setor têxtil: tecidos, aviamentos, estamparias, fábricas etc. Desse modo,

o ciclo econômico da cidade encontrou, nas feiras semanais, a base de sustentação e geração de renda.

No entanto, ao se observar o cotidiano da sociedade santa-cruzense e de suas fábricas, é notória a predominância masculina nos espaços de gestão de entidades públicas e privadas, bem como os cenários onde homens comandam a rotina empresarial. A Câmara Legislativa municipal, por exemplo, em sua atual legislatura (2021-2024) possui apenas 02 de suas 17 vagas ocupadas por mulheres, sendo este o número máximo já alcançado e muitas as ocasiões que houve apenas uma ou nenhuma mulher no parlamento.[19]

Provável resultado da forte cultura de regime patriarcal presente na região, em que a misoginia garante maior facilidade ao homem na obtenção de posições de destaque. Por vezes inviabilizando o devido reconhecimento do papel das mulheres nessas histórias de sucesso e a sua ascensão a postos de comando, fala expressa no relato em uma das entrevistas com a senhora Josefa Inácia, conhecida como Marizete (costureira) nos permitiu observar a questão do posto do homem nessa época em sua fala:

> "Homem não costurava, ficava com a imagem de comerciante, com dinheiro no bolso, só que as mulheres não tinham nomes de negociantes, ela era ou doméstica ou do lar, não existia mulher comerciante não, tinha homem assim".
>
> **Entrevista realizada com a senhora Josefa Inácia da Silva, em junho de 2022.**

Para as mulheres, deve-se ressaltar que além do trabalho nas máquinas de costura, sendo as mais tradicionais: Overloque, Reta e Galoneira; ficam encarregadas também em lidar com a dinâmica do lar: cozinhar, passar, arrumar as crianças a irem à escola etc.; estando, assim, sua posição na realidade local intrinsecamente ligada ao papel historicamente destinado às mulheres na sociedade brasileira: o reservado ao lar.

Cenários de discriminação de gênero, desigualdade de tratamento e tantas outras práticas nocivas que em muito prejudicam o pleno desenvolvimento das mulheres, e, por consequência, de toda a sociedade. Dura

realidade, já há muito descrita em trabalhos como os da historiadora Margareth Rago, citada no decorrer do capítulo, que demonstra por meio de sua pesquisa como a mulher foi historicamente projetada como figura limitada ao âmbito familiar. E que, persiste em nossa sociedade, por mais que avancemos no combate às desigualdades de gênero, havendo ainda muito a ser desenvolvido. Algo que permanece, equivocadamente, parte do senso comum enquanto "normal", aceitável.

Por mais que atue na produção econômica, a mulher permanece moral e socialmente colocada na posição de "inferioridade" da cuidadora do lar[20] em relação ao homem que, boa parte das vezes, define os aspectos da produção, tais como as formas de retratar as marcas, notadamente com padrões que reproduzem estereótipos a respeito da mulher. Construção social enraizada no Brasil, em que ao homem cabe a posição de comerciante, negociante, que trata com o capital diretamente, tomando assim as decisões mais importantes como foram os tropeiros em nossa região, que transportavam as mercadorias, muitas produzidas por mulheres.

Mesmo no caso das empresas que se mantêm através do trabalho de mulheres, geralmente cabe a um homem próximo, esposo, irmão, filho etc., o papel executivo nas tarefas fora do ambiente doméstico. Por exemplo, ir ao Moda Center, ou levar e trazer a produção para as diferentes etapas de confecção, como: serigrafia, bordado, acabamento das peças etc. Evidenciando, assim, a permanência do ambiente familiar como sendo "naturalmente" reservado à mulher, necessitando dos cuidados da dona de casa, esposa e mãe.

Não é o caso daqueles que vivenciaram o período de ascensão da Feira de não reconhecerem o protagonismo das mulheres durante o processo. Trata-se de, seguindo de forma silenciosa as "leis naturais", essa versão, em cenário dominado pelo machismo, estar fadada ao esquecimento por parte das novas gerações, e os homens a se assenhorarem da situação. Enredo imbricado no discurso de Rousseau, utilizado em sua obra o *Émile*, como destacado por Margareth Rago[21] que descreve e justifica o destino da mulher, do seu lugar de desenhar, bordar, cozinhar etc., de não "se meter" nos negócios públicos. Ficando evidente na passagem o apelo ao homem dominador e que dita a palavra final, posicionando assim aspectos visíveis no cotidiano do município santa-cruzense.

Assim também se observa no âmbito de Santa Cruz, onde poucas são as mulheres percebidas socialmente por seus feitos ou seu renome. À mulher cabe sempre o lugar da costureira (estereotipadamente exaltada) anônima, que cuida, a partir do lar, do futuro da região, mas que é pouco reconhecida no espaço público. Enquanto os homens, representam poder, liberdade, e sempre atuam com a razão, ocupando o lugar de quem "sabe" de fato negociar. Desse modo, a mulher figura sempre envolta de um cônjuge masculino (também pai, irmão, filho...) para que se afirme a concretização de sua empresa.

Conversas com algumas costureiras que vivenciaram o período

Dialogamos com algumas costureiras que presenciaram o amadurecimento da Sulanca aos moldes finos atuais, em entrevista, focando na continuidade da conversa, podemos ressaltar algumas passagens. De início abordamos a questão da mulher costureira do seio produtivo, com a dona Josefa Aparecida, mais conhecida como Cida, em seu relato ressaltou nomes como o de Margarida Monteiro, que foi a pioneira no processo de trazer tecidos, mais especificamente do Sul, a chamada helanca ou helanquinha, possível origem do termo santa-cruzense "Sulanca", com a junção de ambas as palavras (Sul + helanca). Em seu relato conta como observou a participação de mulheres no início da Sulanca no território santa-cruzense,

> Muito cedo mesmo, minha irmã Maria de Lurdes mesmo, começou pequena demais, não alcançava o pé da máquina e já sabia costurar, Dodô era uma velha que morava no beco da facada, que deixava o povo aprender a costurar lá, eu não aprendia porque tinha que ficar com os moleques das minhas irmãs, o povo costurava tudo nas casas dessas mulheres, era numa máquina daquela do pé ainda, e Maria de Lurdes era a campeã na rapidez. Depois chegou as máquinas de motor, só cabia o pezinho mesmo das costureiras, e assim aprenderam fazer roupa e cobertas.
>
> **Entrevista realizada com a senhora Josefa Aparecida as Silva, em junho de 2022.**

Mesmo tendo diversas atuações, a imagem da mulher estava ligada à costura, com máquinas ainda manuais trazidas para a cidade por personagens como Mauro e o famoso Raele, mas que eram utilizadas somente pelas mulheres. Como evidenciado em palavras da dona Cida, havia um preconceito forte que fazia com que os homens não pudessem costurar por tal prática estar ligada aos afazeres executados exclusivamente pelas mulheres. Aos homens sendo reservado o acabamento das peças, negociação em outros centros de comércio, como expostos na fala do nosso outro entrevistado, o Jeová Ferreira que atuou nas famosas feiras de balaios, nos falou um pouco sobre sua visão acerca do que vivenciou e como enxerga o porquê de à mulher reservar-se a condição de detentora do lar,

> Eu acho que os homens tiveram esse lugar porque eles quem saiam pra negociar, eles ficaram com o capital né, as mulheres continuavam ali costurando produzindo pra os homens venderem, e os homens com capital na mão pra negociar, pra comprar, pra contratar e pagar as costureiras, e os homens sempre estavam nesse lugar de tá com dinheiro, as mulheres quando iam comprar uma carne boa pra comer, era quando eles mandavam ou chegavam com o dinheiro.
>
> **Entrevista realizada com o senhor Jeová Ferreira, em junho de 2022.**

Hoje atuante na área de serigrafia, ainda enxerga como tudo isso evoluiu, mas permanece com aspectos parecidos aos do passado. Conta como ocorreu o início das feiras, sobre cobertas estiradas nas ruas, que as mercadorias eram expostas aos compradores. Processo em que o homem protagoniza o processo de negociar, ficando detentor do capital da produção feita em Santa Cruz pelas costureiras. Uma das possibilidades para entender como a imagem da mulher passa a ser a de enclausurada em casa, responsável por subsidiar a produção que aumentava freneticamente, permitindo a ascensão de famílias que permanecem com fortes nomes na cidade, chegando aos dias atuais, permitindo e fundamentando disputas políticas, mas que sempre representadas por figuras masculinas.

Em um relato um pouco mais denso podemos chegar às mulheres como dona Josefa Inácia, também inserida nesse processo, em que relata,

com exatidão, sua mágoa com tais condições. Costureira, destaca as noites viradas produzindo produtos para que seu esposo percorresse, além do Triângulo das Confecções (Caruaru, Santa Cruz e Toritama) caminhos até o Maranhão, cerca de 1495 km do agreste pernambucano. Tudo para alcançar novos mercados para seus produtos. Produzindo, assim, riqueza a ser empregada em imóveis, automóveis e, claro, aumentar a quantidade de costureiras subordinadas. Em seu relato durante nossas entrevistas foi precisa ao explicar a dimensão da importância que teve a mulher para o processo de emergência e consolidação do Polo de Confecções, e como este possibilitou maior liberdade para algumas delas, como foi o seu caso, que além de costurar envolveu-se com o comércio,

> Se não fosse a mulher nada teria acontecido, quando ela começou a costurar teve uma certa independência financeira, não tanto pra ela, mas para os homens, mas pelo menos tinha com o que dar de comer aos filhos, por que era tudo nas roças passando fome, quando vieram para rua trabalhar, mulher trabalhando na sombra, continuava uma imagem para as pessoas que não era trabalho, era folga, só trabalhava se fosse por dentro dos matos na roça, se fosse em casa costurando, para os homens era lazer, ai não precisava ganhar dinheiro não que já estava na sombra em casa, e como eu nunca tive moleza, vivia pelo mundo também vendendo pelas feiras, além de costurar em casa ia vender no maranhão, morava 50 dias num caminhão, ai vinha em casa, produzia mais e voltava para trás de novo, dormindo em rede, na boleia do caminhão, botava um colchão pelo chão e dormia, tomando banho pelos postos, e ainda tendo que costurar, a mulher evoluiu nisso tudo e resolveu botar as manguinhas de fora, aprendendo a costurar.
>
> **Entrevista realizada com a senhora Josefa Inácia da Silva, em junho de 2022.**

Esta fórmula de sucesso econômico mantinha Dona Inácia presa aos preceitos impostos à cuidadora do lar e de quatro filhos, mesmo quando envolvida com a produção econômica. Até sua, como nomeia, "libertação", chegar com os filhos "já criados", quando viu a possibilidade de sair dessas amarras, sem envolver processos judiciais, alegando não

querer ainda mais problemas. Crente no bom grado do parceiro que percorreu tantas distâncias para construção de tamanha riqueza, saiu "corrida" da situação, como no dito popular "com uma mão na frente e outra atrás". Segundo sua visão, foi o pagamento de sua paz e saída do *modus operandi* tão visto em realidades santa-cruzenses.

O desenvolvimento econômico e a qualidade de vida das mulheres santa-cruzenses

Desejos que mobilizaram a população local rumo a instalação do Polo de Confecções, crescer e progredir são termos encontrados no hino municipal de Santa Cruz do Capibaribe[22]. Caminho encontrado para superar as agruras de uma região que impõe o convívio com a seca, situação que gera inúmeras problemáticas retratadas em obras como *Vidas Secas* e *O Quinze*[23]. Especialmente quando as características naturais não são foco de atuação estratégica dos governos estadual e nacional para fomentar um projeto robusto de melhoramento das condições de vida, e as ações propostas incapazes de reverter a problemática estiagem que atinge o município. O que que tem como resultado direto a manutenção dessas dificuldades década após década[24].

A população local, então, busca melhores condições de vida, sendo a confecção têxtil uma das saídas encontradas que mais obteve sucesso, as justas exaltações ao modelo, no entanto, acabam por negligenciar debates que problematizem, por exemplo, a condição das mulheres envolvidas no processo. Exemplo disso são as condições presentes no processo de produção local, majoritariamente descentralizada e informal,[25]sendo esse modelo consolidado, a informalidade é apresentada às trabalhadoras como a alternativa mais viável à obtenção de renda.

Sem a devida infraestrutura e circunscritas ao lar mesmo durante o trabalho, as costureiras são ainda mais sobrecarregadas com a dupla jornada de trabalho doméstico e atividade econômica.

Dentre as muitas problemáticas existentes no município, destacamos a questão do papel da mulher na sociedade santa-cruzense que entendemos ainda ser de menor destaque em relação aos homens. Especialmente ao saber do seu protagonismo para que o citado processo de

crescimento econômico fosse possível. No Brasil, as mulheres conquistaram o direito à participação política através da sua luta. Localmente, seu trabalho na confecção têxtil possibilitou às santa-cruzenses conquistarem a sua autonomia financeira. Tais avanços, entretanto, não foram suficientes para assegurar, na prática, que fossem tratadas com igualdade em relação aos homens. No que se refere a essa questão, a sua posição é marcada pela permanente busca para que não sofram discriminação devido ao seu sexo e/ou gênero. Algo que está escrito na Constituição brasileira, Art. 5º, inciso I – “homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição”[26]; portanto direito juridicamente adquirido, porém que não vem sendo assegurado.

Conclusão

Reconhecer o papel histórico das mulheres para a construção da sociedade santa-cruzense ultrapassa a simples *menção honrosa* em discursos vagos e que não são seguidos por atitudes que visem a sua real valorização. De modo que a emancipação dessas mulheres aconteça de forma gradual e que seu acesso a espaços que, cada vez mais, possibilitem esse debate e viabilize a construção de uma consciência crítica a respeito de sua realidade. No caso santa-cruzense, há uma participação massiva de mulheres na economia local, no entanto, mesmo presente em um ambiente que permite tal ascensão econômica da mulher, o que poderia projetar sua emancipação social, esta não acontece. Sendo notório aos que participam da realidade municipal que as mulheres são vítimas de desrespeito e violência, apenas por serem mulheres, bem como a necessidade do reforço nas políticas de segurança pública voltadas à mulher, como o aperfeiçoamento da Patrulha Maria da Penha e a urgente necessidade de implantação de uma Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher no município[27].

Com as entrevistas, não buscamos provar lados, mas evidenciar o papel da mulher como fio condutor da economia do Polo de Confecções do agreste, mas que permanece em segundo plano na sociedade em que vive e mesmo vítima de discriminação e violência. No entanto, grosso modo, ainda se enxerga pouco explorada, como descreveu Rago[28], as

mulheres são educadas em uma sociedade marcada pela desigualdade entre os gêneros e que reserva à mulher uma subordinação "natural" ao homem. Com o decorrer da jornada percebemos que as costureiras reconhecem ao menos parte da problemática de sua realidade, mas a constatação não se fez suficiente para causar uma grande alteração em suas condições de trabalho e trato para com o lar, pois continuam imersas em seus afazeres. Seja devido a deficitária educação deixada de lado para dedicar-se a costura, seja por falta de tempo adequado para maturar a questão, já estando sobrecarregadas com o comprido turno da costura, acompanhado do segundo turno de trabalho de dona de casa, mãe e esposa, que não para nunca.

Nesse sentido, trazer à tona o cotidiano das mulheres do município, permitindo a análise e questionamento por métodos científicos, uma realidade que vivenciamos cotidianamente. Dedicamos nossos esforços no sentido de analisar definições tidas como "naturais" para o que seja o lugar da mulher e da costureira na sociedade santa-cruzense. A fim de contribuir para que possa surgir uma nova proposta para se tratar sobre a posição ocupada por essas mulheres. Foi com prazer que conhecemos histórias de algumas costureiras em longas conversas para entender um pouco melhor suas perspectivas, o que consideram importante de se pensar sobre o seu lugar, a sua posição de quem não descansa devido à superlotação de afazeres domésticos. Ao passo que também costuram para manter a casa, e se orgulham disso, se sentem exauridas com a sua rotina. Proporcionar essa reflexão através da pesquisa e das entrevistas, foi de grande importância para entender um pouco mais sobre a situação da mulher costureira em nossa região.

Referências Bibliográficas

ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. Violar memórias e gestar a História. In: *História – a arte de inventar o passado*: ensaios de teoria da História. Curitiba: Editora Appris, 2019.

ARAÚJO, Júlio Ferreira. História de Santa Cruz do Capibaribe. Santa Cruz do Capibaribe, 2º ed, 2008.

BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil.* Brasília, DF: Senado Federal, 2023.

CAMPELLO, G. M. da C. *A atividade de confecções e a produção do espaço em Santa Cruz do Capibaribe.* Dissertação (Mestrado em Geografia) – Departamento de Geografia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1983.

CHIMAMANDA, Ngozi Adichie. O perigo de uma história única. Revisão Marina Nogueira e Viviane T. Mendes. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

FUSCO, W.; VÉRAS DE OLIVEIRA, R.; DE MELLO MOREIRA, M. Migração e mobilidade pendular em municípios do aglomerado de confecções das mesorregiões Agreste de Pernambuco e Borborema da Paraíba. Revista Brasileira de Estudos de População, [S. l.], v. 38, p. 1–36, 2021.

RAGO, L. M. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890-1930.* – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

SANTOS, T. C. L. S. Q. *Entre a Sulanca e à docência: uma análise da identidade docente do professor em Santa Cruz do Capibaribe – PE.* João Pessoa, 2014.

SCHWARCZ, L. M. *Brasil: uma biografia.* Lilia Moritz Schwarcz e Heloisa Murgel Starling. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SILVA, R. S. B. *Fios, nós, redes e malhas: a feira de Santa Cruz do Capibaribe – PE, 2012.*

SEBRAE. Estudo econômico do arranjo produtivo local de confecções do agreste pernambucano, 2012. Recife, 2013.

Fontes

Relatos orais

APARECIDA, J. S. *Josefa da Silva Aparecida: depoimento [jun. 2022].*

Entrevistador: George Tenório.

INÁCIA, J. S. *Josefa da Silva Inácia: depoimento [jun. 2022]*. Entrevistador: George Tenório.

FERREIRA, J. *Jeová Ferreira: depoimento [jun. 2022]*. Entrevistador: George Tenório.

SITES CONSULTADOS

IBGE, Portal das cidades, disponível em: cidades.ibge.gov.br/brasil/pe/santa-cruz-do-capibaribe/panorama. Acesso em: 20 jun. de 2022.

Blog do Moda Center: Dona Petinha, uma das precursoras das feiras de confecções em Santa Cruz, visita exposição 'Nós Sulanca'. Disponível em: blogdomodacenter.com.br. Acesso em: 20 jun. 2022.

Blog do Ney Lima, disponível em: blogdoneylima.com.br. Acesso em: 20 abr. 2022.

Prefeitura municipal de Santa Cruz do Capibaribe, disponível em: santacruzdocapibaribe.pe.gov.br. Acesso em: 20 abr. 2022.

Câmara Municipal de Santa Cruz do Capibaribe, disponível em: santacruzdocapibaribe.pe.leg.br. Acesso em 20 abr. de 2022.

Notas

1 ARAÚJO, Júlio Ferreira. História de Santa Cruz do Capibaribe. Santa Cruz do Capibaribe, 2º ed, 2008.
2 CAMPELLO, G. M. da C. A atividade de confecções e a produção do espaço em Santa Cruz do Capibaribe. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Departamento de Geografia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1983.
3 Santa Cruz do Capibaribe, 2022.
4 Sebrae, 2013; Fusco, Véras de Oliveira, De Mello Moreira, 2021.
5 Chimamanda, 2009.
6 Campello, 1983; Araújo, 2008; Silva, 2012.
7 RAGO, L. M. Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890-1930. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
8 IBGE, 2022
9 santa cruz do capibaribe.pe.gov.br, 2022
10 O termo Sulanca é utilizado para designar a produção têxtil da região do agreste pernambucano. Originalmente no Município de Santa Cruz do Capibaribe, a partir da segunda metade do século XX e atualmente englobando os municípios de Toritama, Caruaru e outros da região agreste de Pernambuco e alguns do vizinho estado da Paraíba, como Alcantil, Barra de São Miguel e Cabaceiras.
11 Publicada pela primeira vez em 1955, Morte e vida Severina é a obra mais conhecida do escritor, poeta e diplomata pernambucano, João Cabral de Melo Neto. Na obra são retratadas as dificuldades de vida enfrentadas no interior pernambucano, especialmente das regiões agreste e sertão, as quais muitos de seus habitantes veem-se obrigados a abandonar e para fugir da vida e morte Severina, vida e morte marcadas pela pobreza, ausência estatal, desigualdade, mandonismo e violência.
12 Araújo, 2008.
13 Araújo, 2008; Silva, 2012.
14 Campello, 1983; Silva, 2012.
15 CAMPELLO, G. M. da C. A atividade de confecções e a produção do espaço em Santa Cruz do Capibaribe. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Departamento de Geografia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1983.
16 santa cruz do capibaribe.pe.gov.br, 2022.
17 Blog Do Moda Center, 2019.
18 Campello, 1983.

19 santacruzdocapibaribe.pe.leg.br, 2022.
20 Rago, 1985.
21 Rousseau, Émile, pag. 27. apud. RAGO, 1985.
22 “Santa Cruz, agora és livre/ Vais cuidar do teu porvir/ Por lei já tens, tens o direito/ De crescer e progredir”, trecho do Hino municipal.
23 Romances escritos, respectivamente, por Graciliano Ramos e por Rachel de Queiroz e publicados pela primeira vez na década de 1930. Retratam as dificuldades enfrentadas pela população do interior nordestino no início do século 20.
24 Disponível em: Folhape.com.br/noticias/governo-de-pernambuco-renova-situacao-de-emergencia-em-59-cidades-do-agreste-por-causa-da-estiagem. Acesso em: 10 abr. de 2023.
25 Fusco 2021; Véras de Oliveira 2021; De Mello Moreira 2021.
26 Brasil, Constituição da República Federativa do Brasil, 1988.
27 Disponível em: blogdoneylima.com.br/policial/numero-de-ocorrencias-de-maria-da-penha-aumentam-em-santa-cruz. Acesso em: 20 abr. de 2023.
28 Rago, 1985.

Legenda: Costureiras em atividade no distrito de Poço Fundo.
Fonte: Fotografia de Arnaldo Vitorino feita no ano de 2006.

Legenda: Antiga fábrica da Jopedi, que pertencia a Zezé Diniz. Atualmente, parte dessa indústria é a Casa da Criança, e no passado também abrigou instalações do SENAI, na cidade.
Informações cedidas por: Arnaldo Vitorino. Fonte: Fotografia digitalizada e arquivada por Arnaldo Vitorino no ano de 2009.

Legenda: Feira da *Sulanca* na Rua Siqueira Campos, na década de 1980.
Fonte: Fotografia feita por José Romildo Bezerra.

A feira, o retrato da história

Se lançavam longe, além da vista
Pra Recife, o destino era atirado
Em jericos, cangalho pendurado
Cheio de queijo, galinha e carvão
A palha forte fazendo um cestão
Pra viagem levar em segurança
Mantimentos vendidos na andança
Deixando o rastro da evolução

Capital, berço de oportunidade
Onde a luta pela sobrevivência
Fez nascer a luz da subsistência
Com sobras de fábricas da cidade
Viajantes que da inutilidade
Recriavam função pros despejados
Os Retalhos que eram descartados
Na bagagem, levados como ouro
E as mulheres rendavam o tesouro
Que manualmente eram inventados

A prática foi-se intensificando
Roupas, lençóis, fronhas artesanais
Estendendo-se a outros locais
O sustento se consolidando
De Recife, a São Paulo foi migrando
Alargando o estoque de remessas
E as famílias criando novas peças
Variando os modelos com elanca
Que por vir lá do sul, deu-se sulanca
Carregada de grandes promessas

Lonas azuis, as brisas sacudiam
Por debaixo de nossas gameleiras

Do chão, para os bancos de madeiras
Pela Rua Grande se estendiam
Multidões entre os bancos se faziam
Lá no centro, o comércio foi visado
E o negócio seguiu multiplicado
Se afirmando pelas redondezas
Era feira de fruta e miudezas
De budega, e de roupas misturado

As peças num balé se contorcendo
Entre os ventos de nossa cidade
Pelos ares de prosperidade
Que passeavam nos fortalecendo
O progresso se estabelecendo
A economia emergente saltando
Representações se interessando
Em trazer as máquinas industriais
Outro passo a abrir largos portais
Do avanço que vinha chegando

Com melhoramento na qualidade
E os Investimentos na produção
Overloque, toques da sublimação
Galoneira, tudo novidade
Dando impulso na velocidade
Dos fabricos, e vendas comerciais
Essa abrangência mostrava sinais
Necessários para construção
De um ponto de elevação
Que culminasse as feiras semanais

Moda Center, grande marco nacional
Dos maiores da América Latina
Orgulho da terra nordestina
Base da economia regional

Incluído no comércio Mundial
Como um dos bravos geradores
De oportunidade e empregadores
Encravado na veia do Brasil
Nosso centro é um sonho azul anil
Construído por nossos moradores

Suas cores dançam nos varais
Dos quintais do solo brasileiro
Visto do céu, lembra um formigueiro
Desenhado com tintas divinais
Aquarela de blocos, numerais
Com suas ruas formando escultura
Fios metálicos, base da estrutura
Abrigando o encontro de multidões
Um universo de movimentações
De sons, e traços, formas e cultura

No entanto atrelado a grandeza
Do comércio que nos representa
Uma balança que não se sustenta
Causa feridas pela natureza
Na paisagem, marcas da dureza
Revelada pela displicência
E o Capibaribe em decadência
Que Sofre a margem da revolução
Pneu, lixo, junto a poluição
Feita por quem não tem consciência

É possível pensar um futuro
Livre de manchas e desumanidade
A Moda com sustentabilidade
Garantindo de modo seguro
O equilíbrio desse bem mais puro
A ser levado por outras gerações

Guiando avante nossas tradições
Em um caminho de perseverança
De coragem, sonhos e esperança
Em novas formas de preservações

A feira é um pedaço da gente
É a força de nossa identidade
O retrato da coletividade
Que circula um povo tão valente
Nossa história segue a vertente
Das Marias, Cleides, e Helenas
Socorros, Ritas e Açucenas
Que as primeiras linhas costuraram
Sem saber que se eternizaram
Nas mãos que hoje se fazem centenas

Uma conquista brotada nos corações
Nascida duma fé tão insistente
Cresceu como criança sorridente
Vinda do ventre das constelações
Trilhando suas ramificações
Brincou de ser gigante em calçadas
E hoje cresce mirando as estradas
Como aprendiz dum voo duradouro
Que numa década olha pro vindouro
Caminho feito por suas jornadas

Poema de Agda

Legenda: Fotografia aérea dos bairros centrais da cidade de Santa Cruz do Capibaribe, buscando analisar as ruas ocupadas pela feira da sulanca, na década de 1990.
Fonte: Fotografia digitalizada e arquivada por Arnaldo Vitorino.

Legenda: Feira da *Sulanca* na Rua Raimundo Francelino Aragão, na década de 1990.
Fonte: Fotografia digitalizada e arquivada por Arnaldo Vitorino.

Legenda: “Feira de Santa Cruz”, estudo número 3 – acrílica sobre canvas – 30x50cm.
Artista: Stéfano Pereira, Santa Cruz do Capibaribe, 2021.

Legenda: Pintura óleo sobre a tela feita por Mike Selva, sob o título “Serão”.
Artista: Mike Selva, Santa Cruz do Capibaribe, 2022.

PRECISA-SE DE COSTUREIRAS:
A força feminina na sociedade Santa-Cruzense (1960-2000)

Lais de Oliveira Neves

Primeiras palavras

(...) árido o motivo,
esse que nos trouxe
até aqui, ao teu
amor…
Agda Moura, Transversal, 2022

Filha de costureira, nascida no sol de quase meio-dia no antigo Hospital Souza Aragão. Cresci no meio de telas e tintas de uma pequena estamparia, nos fundos da Avenida Padre Zuzinha (a famosa Rua Grande). Tenho uma foto que quero muito bem, no colo do meu pai, atrás da janela o Rio Capibaribe, que cerca a cidade, estava limpo. Começo me entendendo por gente[1], gostando das palavras e de contar histórias, mainha sempre disse que "a minha imaginação era do tamanho do mundo". Com os estudos me aprofundo nas Ciências Humanas. Meu atrevimento levou-me a uma Graduação e um Mestrado em História na Paraíba. Interessei-me pela História Vista de Baixo do Peter Burke[2], dos levantamentos da Nova História Cultural com Roger Chartier[3] e das questões de identidade de Stuart Hall[4].

Minha escrita acadêmica começa pelas pessoas marginalizadas da história, identidades negligenciadas, a exemplo, mulheres quilombolas, pessoas negras, trabalhadoras rurais, mulheres do campo. Torno-me uma feminista[5] quando entendo o que é ser mulher. Simone de Beauvoir[6] diz "não se nasce mulher, torna-se" (ainda que em seu lugar social de mulher branca e burguesa, uma vez que a humanidade e a feminilidade foram negadas para mulheres negras e ameríndias no Brasil[7]), nessa citação entendo os processos do que "torna" uma mulher, bem como uma pesquisadora no mundo feito para os homens. Aos poucos, junto do feminismo, me aliei à luta contra o machismo, patriarcalismo e o epistemicídio.

Lugar de mulher é onde ela quiser. Diniz e Gerbera[8] apontam que nossa diversidade em ser mulher foi feita pela desigualdade das heranças clássicas, coloniais, passados que nos atravessam nas estruturas do capitalismo como racismo, classicismo e capacitismo. O fato de ser mulher não implica dizer que somos todas iguais, passamos por diferentes

situações dependendo da nossa cor, classe ou sexualidade dentre outros marcadores sociais.

Enquanto um país geograficamente continental, invadido, explorado e colonizado pelos povos europeus, a História escrita do Brasil para as brasileiras (os), pouco se elaborou sobre seus povos originários e africanos. De acordo com Castro[9] a colonização das Américas foi vista principalmente como empreendimento econômico, evidenciando o discurso triunfalista e salvacionista dos povos europeus ditos civilizados. Uma soberania, a ideologia da diferença, foi justificada na exploração, escravização e na desumanização dos "outros"/"outras".

Se a história é pensada, escrita e passada por um viés onde o homem branco, heterossexual e de classe média é o centro do universo, onde ficam as mulheres? Nunca foi fácil ser uma historiadora feminista e ainda mais decolonial[10], sabendo desse centralismo machista dos homens e seus grandes feitos, na mesma medida que jamais aceitarei o futuro reservado para as mulheres pelas estatísticas históricas do feminicídio. Por isso, as histórias das quais escrevo têm lugar, fazem parte de uma luta constante de sobrevivências e reivindicações. Dessa forma, elaborei esse artigo pensando Santa Cruz do Capibaribe a partir de suas mulheres, essas que fazem parte de boa parte da população e da mão de obra, as costureiras. Parafraseando Marx[11], se são elas que tudo produzem, tudo a elas pertencem, inclusive a história.

Para isso, esse artigo segue dividido em dois tópicos: i) Capybaras; ii) Em cima de uma Máquina. No primeiro tópico faço um diálogo sobre os processos históricos de constituição da cidade, enquanto município independente, bem como as relações socioeconômicas e suas distribuições. Com o suporte bibliográfico de Xavier[12], Campello[13], dentre outras referências. Em seguida, no segundo tópico, apresento a atuação das costureiras como identidade que permeia o patrimônio histórico imaterial da cidade, com a análise de entrevista semiestruturada pensando a oralidade como recurso, junto de Geertz[14] e Evaristo[15]. Esse trabalho utilizou-se da metodologia de pesquisa bibliográfica, a partir da literatura historiográfica disponível no portal de teses e dissertações da Universidade Federal de Pernambuco, Portal da Capes e Google Acadêmico, assim como análise de entrevista semiestruturada.

Capybaras

Santa Cruz do Capibaribe ainda que jovem nos seus setenta anos de independência, corresponde a um grande polo de confecções no estado de Pernambuco, na atualidade. Carregando o nome do rio Capibaribe que a cerca. Segundo o IBGE, o nome Capibaribe vem da língua originária tupi e significa "água de capivara ou dos porcos selvagens, através da junção dos termos kapibara (capivara), y (água) e pe (em)". É nesse rio Tupi que a cidade começa. De acordo com a Apac - Agência Pernambucana de Águas e Clima, a bacia hidrográfica do Capibaribe possui uma área de 7.454,88 km² (7,58% da área do estado), abrangendo 42 municípios pernambucanos.

Pensando no desenvolvimento humano e sociabilidade histórica através dos rios. De acordo com Suguio[16] não apenas dos seres humanos, a água é fundamental e basilar para todos os seres vivos. Não é à toa que quando começamos a entender a formação das civilizações na História do Mundo começamos pelos rios Tigre e Eufrates na Mesopotâmia. Os rios, serviram para as sociedades crescerem e se desenvolverem, semelhantemente no Brasil, de acordo com Ailton Krenak[17]: Os rios são essenciais para seus povos originários, os rios são a vida.

Antes de ser Santa Cruz, éramos Capybaras. O Capibaribe limpo esteve ligado aos processos de subsistências sociais tanto quanto, segundo Melo[18], ao estudar as paisagens do Rio Capibaribe no século XIX (evidenciando relatos de viajantes), o curso do rio serviu para traçar rotas dentro da região Nordeste. Apoiada nisso, levanto a hipótese da existência de povos originários na região antes e durante a constituição da cidade de Santa Cruz do Capibaribe, entendendo o mapeamento de etnias distribuídas no território do estado de Pernambuco[19], que se desenvolveram em torno dos rios.

A história de etnias que se desenvolvem em tornos dos rios nas Américas e principalmente no Brasil carrega processos históricos envolvendo a colonização e sem dúvida as consequências da União Ibérica[20], uma vez que tenha dividido parte de territórios no mundo entre Portugal e Espanha, desconsiderando seus povos originários, invadindo suas terras,

roubando seus tesouros, estuprando suas mulheres e crianças além de submeter a regime escravidão. Aqui no Brasil se partilha os territórios no Tratado de Tordesilhas e, que mais adiante, em 1850 com a Lei de Terras, deu todo o território brasileiro até então ocupados por múltiplas etnias, ao Governo Imperial, o qual, em 1879, foi responsável pelo favorecimento de vereadores e fazendeiros para invadirem as terras pernambucanas dos povos Xucurus[21].

Ainda que os Xucurus se localizem em diferentes localidades do estado de que Pernambuco e não exista materiais históricos e historiográficos, seja em registros físicos ou orais em relação a povos indígenas na cidade de Santa Cruz do Capibaribe, percebo a história de um ponto de vista contra colonial, antecedendo a colonização como precursora de qualquer história.

Há um pequeno relato que me intriga no trabalho de Araújo[22] sobre a cidade, em que descreve uma suposta dança, que ele chamou de "Dança do Torrado" que aconteceu na primeira capela fundada e registrada em Santa Cruz do Capibaribe. onde algumas pessoas dançaram sem roupa, gerando indignação na população. Pergunto-me quem são essas pessoas, que dançaram nus profanando a primeira igreja da cidade no século XVIII?

Considero o acervo histórico pouco estudado, assim como pesquisas envolvendo outras histórias sobre sua fundação da cidade no século XVI. A maior parte dos registros que pude ter acesso são fotos e trabalhos bibliográficos, assim como entrevistas e fontes orais. Esse artigo é baseado em pesquisas acadêmicas, trabalhos de conclusão de cursos e dissertações, nas áreas de humanidades como História, Geografia e Ciências Sociais. No entanto, a maioria discute outros assuntos que não envolvem a fundação com base nos seus povos originários.

Para Xavier[23], no século XVIII, Santa Cruz do Capibaribe passou a ser um vilarejo de pouso para boiadeiros que atravessavam o Sertão de Pernambuco. Em alguns relatos de Araújo[24], o autor descreve que a Rua Grande pertencia a uma grande fazenda, desenvolvendo atividades de pequenos comerciantes e prestadores de serviços, todos envolvendo nomes de famílias que até hoje estão no cenário político e econômico da cidade.

É provável que nessas fazendas tenha se reproduzido, regimes de escravidão e servidão como mão de obra nas atividades de agricultura ou trabalho doméstico, tanto dos seus povos originários como africanos. Adelmo[25] em uma exposição/pesquisa imagética chamada Negrinhos do Alto[26], apresentando imagens sobre moradores históricos na região do Alto na cidade em uma das descrições envolvendo relatos orais, denota a participação na Guerra do Paraguai (1864-1870) sob regime de escravidão de um dos membros da árvore genealógica dos moradores.

Tal como o trabalho de Figuerôa[27], ressalta a questão dos povos escravizados em Taquaritinga do Norte-PE, na região do Algodão, evidenciando a Casa dos Escravos, como patrimônio material, bem como a distribuição das terras após a Lei Áurea de 1888:

> O capitão Pedro Felisberto Pereira teria libertado os seus escravos e em reconhecimento aos serviços prestados por estes, com as mudanças trazidas pela abolição, como recompensa, teria doado uma parte de suas terras, sendo uma faixa de terras que segue do Pé da Serra do Exú até a comunidade de Serras dos Bois e Jeriquim, conhecida como Alto dos Tomés ou Alto dos Neguinhos, isso conforme os depoimentos orais (moradores 1 e 2), onde fixaram residência e ainda, onde hoje vivem seus descentes.
>
> **Claúdia Maria de Pontes, Casa dos Escravos: monumento histórico, marco do surgimento da comunidade rural Algodão: uma análise histórica patrimonial, de 2022, p. 07.**

Anteriormente de se constituir município independente, Santa Cruz do Capibaribe foi distrito de Taquaritinga do Norte, o que nos faz pensar suas relações com passados escravocratas, fazendo conexões com o trabalho de Adelmo[28] e Figueirôa[29].

Quanto às questões de desenvolvimento urbano, Xavier[30] apresenta que no século XIX, a cidade tornou-se vilarejo produtor de algodão, bem como outras atividades agrícolas de subsistência, alcançando sua emancipação em 1953. Campello[31] discutiu, que com a queda do algodão devido às condições climáticas, mais adiante nos anos 80 que se inicia a produção de confecções familiares. A autora continua destacando que nesse mesmo período houve um crescimento demográfico, advindo

da migração inter-regional devido a possibilidade de sobrevivência pela indústria familiar da confecção, a qual correspondendo até hoje, século XX, como atividade econômica preponderante na cidade.

A confecção como linguagem econômica comum de Santa Cruz do Capibaribe, concentra-se em diversas atividades envolvendo trabalhos de mulheres, famílias, pequenas ou grandes empresas, seja para o seu próprio "negócio", ou em grupos de facção[32]. A história tradicional da feira da "*sulanca*", tem sua historicização segundo Silva[33], com o advento das feiras livres na Rua Grande, o nome *sulanca* seria derivado do tecido helanca mais sua localização ao sul de Pernambuco. Ainda segundo o autor, partindo de relatos orais, as feiras começaram com mulheres em suas próprias calçadas, vendendo suas fabricações, como exemplo de produção a colcha de retalhos de tecidos.

Abaixo apresento duas imagens acerca da produção da *sulanca*, a primeira figura corresponde a imagem clássica, que performa no imaginário coletivo santa-cruzense do início das feiras na cidade, contendo mulheres dos anos 70 em suas calçadas vendendo seus produtos de retalho. A segunda figura trata-se da obra do artista plástico Mike[34] que promove uma releitura da imagem na exposição Assulancarte[35], realizada pelo mote de artistas da cidade em 2022.

A feira ficou popularmente conhecida nas regiões circunvizinhas, gerando um grande fluxo migratório para a cidade, tanto para a compra dos produtos da *sulanca*, como também para a própria produção e tentativa de vida na comercialização, de acordo com Silva[36]. A feira ganha grande proporção tornando-se o maior centro atacadista de confecções do país e o segundo maior da América Latina. Sendo uma iniciativa dos próprios comerciantes de Santa Cruz do Capibaribe, que se reuniram para criar um espaço que pudesse abrigar as feiras e eventos de moda. Com o apoio da prefeitura local, eles conseguiram construir um espaço amplo e moderno, com mais de 120 mil metros quadrados de área construída, onde hoje funcionam mais de 10 mil lojas[37] e boxes comerciais[38].

Com o passar dos anos, o Moda Center se tornou um importante gerador de emprego e renda para a região, contribuindo para o desenvolvimento econômico de Santa Cruz do Capibaribe e cidades vizinhas. O centro atacadista também se consolidou como um destino turístico de

compras, atraindo visitantes de todo o país e até mesmo de outros países da América Latina. Dessa forma, partindo dessa história, e das mulheres e seus fazeres históricos na feira da *sulanca* em Santa Cruz do Capibaribe--PE, no próximo tópico tenho intuito de apresentar as costureiras como patrimônio histórico imaterial da cidade, evidenciando suas vivências.

Legenda: Costureiras comercializando suas mercadorias na Rua Siqueira Campos, 1979.
Fonte: Foto de José Romildo.

Legenda: Pintura óleo sobre a tela feita por Mike Selva, sob o título "O Sol da Feira".
Artista: Mike Selva, Santa Cruz do Capibaribe, 2022.

Em cima de uma máquina

As imagens históricas da *sulanca* me contam uma história de ideias e de trabalhos realizados por mulheres, do mesmo modo que as placas nas casas, que se repetem há gerações: "precisa-se de costureira". É explícito que mulheres são fazedoras de história, memória e economia na cidade de Santa Cruz do Capibaribe, bem como são pilares da fundação da feira da *sulanca*. Fugindo do romantismo do trabalho excessivo como sinônimo de progresso e evolução social, neste tópico pretendo evidenciar as histórias e vivências de três costureiras. Penso essas mulheres como agentes reprodutores de cultura e patrimônio imaterial para cidade, uma vez que viveram a realidade do trabalho de costureira construindo histórias e reproduzindo saberes e poderes.

A cultura imaterial, também conhecida como patrimônio cultural imaterial, é um conceito que se refere às tradições, expressões orais, práticas performáticas, rituais, festividades, conhecimentos e técnicas que são transmitidos de geração em geração dentro de uma comunidade ou grupo social. A UNESCO[39] define o patrimônio cultural imaterial como "os usos, representações, expressões, conhecimentos e técnicas - juntamente com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais associados - que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural".

A preservação do patrimônio cultural imaterial é importante porque ajuda a manter a identidade cultural de uma comunidade e a transmitir valores e tradições de geração em geração. Além disso, o patrimônio cultural imaterial pode ser um importante recurso econômico para as comunidades, especialmente no que diz respeito ao turismo cultural. Segundo a antropóloga Lívia Barbosa[40], "a dimensão imaterial do patrimônio cultural deve ser vista como um componente estruturante das sociedades contemporâneas, estando diretamente relacionada à construção de identidades coletivas e à dinâmica das relações sociais". Ela ainda destaca que a preservação do patrimônio cultural imaterial pode ajudar a combater a homogeneização cultural e o empobrecimento da diversidade cultural.

Outro autor que defende a importância da cultura imaterial é o

antropólogo Clifford Geertz. Em seu livro *A Interpretação das Culturas (1973)*[41] ele argumenta que "a cultura é essencialmente um sistema simbólico que dá significado à existência humana", e que a preservação da cultura imaterial é fundamental para garantir a continuidade desse sistema simbólico ao longo do tempo.

Sendo assim, analiso relatos orais, realizados no ano de 2023 com três mulheres. Selecionadas pelos seus diferentes perfis sociais e econômicos, todavia com uma vivência em comum, todas elas, a costura fez parte de suas vidas, como um exercício de trabalho para sua sobrevivência. Não divulgarei os nomes destas mulheres, prezando suas identidades, dessa maneira, utilizarei como identificação o nome de três máquinas, Galoneira, Overlock e Reta. Seus relatos serão pensados como escrevivências. Com o suporte teórico de Evaristo[42].

Para Evaristo[43], a escrevivência é uma forma de escrever que surge da experiência de vida de uma pessoa e da sua identidade social, cultural e política combinando "escrita" com "vivência".

A autora defende que a escrevivência é uma ferramenta importante para dar visibilidade e valorizar as culturas e experiências de grupos historicamente oprimidos. Essa escrita é marcada pela busca das expressões que foram historicamente silenciadas e pela valorização da cultura afro-brasileira. Evaristo[44], utiliza a escrevivência como uma forma de reivindicar a sua própria identidade e de questionar as estruturas sociais que a colocam em uma posição de marginalidade.

É fundamental problematizar a utilização de fontes orais entendendo as informações obtidas por meio de depoimentos e relatos de pessoas. Como historiadora entendo a importância dessas fontes na pesquisa histórica, visto que a escrita é uma condição de poder, assim como as particularidades de culturas ágrafas que se desenvolveram a partir da tradição oral. No entanto, também não desconsidero as limitações e desafios que devem ser considerados e discutidos acerca destes materiais.

Segundo Neves[45] a subjetividade é uma característica fundamental para pensar as fontes orais, uma vez que estão carregados de sentimentos e interpretações subjetivas. Ou seja, estamos discutindo a memória humana, que pode ser limitada e sujeita a falhas e distorções, bem como é importante contextualizar as informações obtidas para evitar

interpretações errôneas e conclusões equivocadas. Para Durham[46], "os depoimentos orais precisam ser analisados à luz de outras fontes e informações para que possam ser compreendidos em seu contexto".

> Meu primeiro brinquedo eu lembro, era um banco de madeira que a gente chama tamborete, e eu coloquei um pedaço de madeira embaixo do tamborete, e eu ficava fazendo barulho, e com os pedacinhos de pano, passando em cima, como se ali eu imaginasse que estava em cima de uma máquina.
>
> **RETA, relato anônimo de 2023.**

> Eu nasci dentro de uma fábrica, a maioria de nós nasceu dentro de uma fábrica. A fábrica maior é Santa Cruz, apesar de nascer em um fabrico… Eu costuro desde criança, que brincava costurando peças para bonecas… aqui é comum você vê as mulheres em cima de uma máquina.
>
> **OVERLOCK, relato anônimo de 2023.**

> Me casei e vim praqui, ele trabalhando na agricultura e eu em cima de uma máquina costurando. Eu achava era bom, porque eu não vou dizer que era ruim, pra arrumar um pãozinho.
>
> **GALONEIRA, relato anônimo de 2023.**

Considero a expressão “em cima de uma máquina” como elemento de sua escrevivência, que constrói e evidencia seu lugar de trabalho. Estar em cima de uma máquina, quer dizer, estar trabalhando, estar costurando, estar produzindo. Um dizer que se tornou popular há gerações. Cada escrevivência acima, é pensada em diferentes temporalidades da vida dessas costureiras, mesmo assim para elas, está em cima da máquina representa o seu fazer, o trabalho, o seu ser, identitário.

Estar em cima da máquina, ou se imaginar em cima da máquina representa aqui um comum constituinte, estando diretamente relacionada à construção da sua identidade coletiva gerando um entendimento na dinâmica das relações sociais. Ser costureira evidentemente está em cima da máquina. Muitas mulheres que costuram em Santa Cruz do

Capibaribe reproduzem essa expressão. “Nasci e me criei aqui em cima de uma máquina”; “Criei os meus três filhos em cima de uma máquina”; “Em cima da máquina de dia e de noite que eu pago as minhas contas”.

Dizer para alguém “fulana está em cima da máquina” no cenário de Santa Cruz do Capibaribe é facilmente compreendido, “fulana está trabalhando”. Ainda que a relação imagética do trabalho na máquina de costura não seja uma sobreposição, mas sim a mulher está sentada em frente a máquina, está em cima dela, quer dizer, produzir com ela, esse sistema simbólico de palavras dá significado à existência da costureira. Seja na infância como uma forma de brincar daquilo que é real e vivido apresentado pela Reta e Overlock, seja ligado à sobrevivência para Galoneira. Enquanto uma cidade, que corresponde a 30% da produção de roupas no Estado, segundo a Secretaria Estadual de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco, Santa Cruz Capibaribe envolve um número significativo de famílias na costura e produção de peças.

As costureiras são fundamentais para a economia local, são elas que garantem a produção em larga escala das peças de roupa que abastecem a região. O que aconteceria se todas as costureiras de Santa Cruz do Capibaribe parassem? Recorro a suas vivências como patrimônio imaterial, justamente porque essas mulheres têm uma grande importância social, já que muitas delas são chefes de família e responsáveis pelo sustento de suas casas há gerações. E mesmo assim, apesar de sua grande relevância para a cidade, as costureiras enfrentam muitos desafios em seu dia a dia. Muitas vezes, elas trabalham longas horas em condições precárias, recebendo salários baixos e sem acesso a direitos trabalhistas básicos. A falta de valorização das costureiras é um problema grave e que precisa ser enfrentado pelas autoridades locais e pela sociedade em geral.

Ainda que não exista uma pesquisa específica contabilizando a quantidade de costureiras, sejam nas facções ou nas pequenas produções familiares, a realidade que essas mulheres descrevem é vivida e sentida pelas ruas da cidade. Basta dar uma volta nos bairros, onde encontramos casas com a costureira, visivelmente do outro lado do portão, muitas vezes sozinha com uma única máquina, ou acompanhada de outros membros da família, tirando a ponta das linhas, ou dobrando as peças. Diferentemente de outras cidades, a cultura da costureira é expressiva em

Santa Cruz do Capibaribe, no desenvolvimento dos seus bairros, com o surgimento de pequenos comerciantes que trabalham com a manutenção da máquina, assim como os elementos da costura, a casas que vendem linhas e aviamentos, casas de corte de tecidos, ou até pequenos vendedores de tecidos.

> Pra mim ser costureira, é acordar sentar na máquina, sentar na máquina, sentar na máquina e dormir, é o que tem sido. E ter a capacidade com seu trabalho manual de fazer uma vida financeira. É todos os dias, é todas as horas, é ter essa atividade atravessada em todas outras coisas que a gente é, é mãe, é estudante, irmã, filha é costureira. Pra mim a realidade de ser costureira, é trabalhar a manhã inteira, o dia inteiro, a noite inteira, costurar mil peças ao dia.
>
> **OVERLOCK, relato anônimo de 2023.**

Um trabalho que é realizado repetidamente durante muitas horas do dia por inúmeras mulheres, que costuram mais ou até mil peças por dia, podendo ganhar centavos pelo seu trabalho. A romantização do trabalho excessivo, ou a conversa de que uma boa costureira consegue fazer do seu tempo dinheiro, é mais uma manobra do discurso do capitalismo massificador. Ainda assim, muitas mulheres costureiras mantêm seus trabalhos pela necessidade de sobrevivência e existência de suas famílias. Sendo elas cidadãs dessa cidade compondo inúmeras famílias que fazem parte dessa cultura, que neste trabalho considero patrimônio imaterial.

Finalmentes

Por muito tempo, o patrimônio histórico foi descrito como os grandes feitos europeus deixados no passado. A valorização da história precisou se calcar em pedra, e memórias de um passado colonial escravista e explorador. Santa Cruz do Capibaribe é uma cidade que tem sua história fortemente marcada pelas mulheres costureiras, que são responsáveis por grande parte da produção da região há gerações, mulheres que nasceram aqui, ou não, famílias que migraram e se tornaram produtoras

de costura. Se todas parassem em um exercício de coletividade, acredito que um grande caos aconteceria na cidade. Então se são elas que tudo produzem a gerações nesta cidade, elas também produzem práticas, expressões, saberes, lugares e objetos que são transmitidos de geração em geração e que possuem um valor cultural significativo para Santa Cruz do Capibaribe.

Essas trabalhadoras são fundamentais para a economia local e para suas famílias, mas enfrentam muitos desafios e dificuldades no dia a dia. Diante disso, é fundamental que a sociedade em geral e as autoridades locais se mobilizem para valorizar e proteger as costureiras, garantindo-lhes melhores condições de trabalho e respeito aos seus direitos. A luta das mulheres costureiras por seus direitos e sua valorização é também uma luta por uma sociedade mais justa e igualitária. Despeço-me dessa escrita entendendo a importância de escrever sobre essas mulheres, ainda que pouco comparado ao "punhado" de outros fazeres e vivências das costureiras que as palavras não se fizeram contemplar, aqui. Sou grata a todas as mulheres que participaram desta produção, na mesma medida que entendendo a importância de outras histórias e escritas que fazem parte dessa coletânea em memória dos 70 anos de independência desta cidade que chamo de minha terra, Terra da *Sulanca*, capybaras.

Referências bibliográficas

ARAÚJO, Júlio Ferreira de. *História de Santa Cruz do Capibaribe*. 2003.

BARBOSA, Lívia. *Patrimônio imaterial: conceitos, políticas e instrumentos de salvaguarda*. Rio de Janeiro: IPHAN, 2007.

BEAUVOIR, Simone de. *O Segundo Sexo*. Tradução de Sérgio Milliet. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BURKE, Peter. A história vista de baixo. In *A escrita da história: Novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992. p. 39-62.

CAMPELLO, G. M. C. *A atividade de confecções e a produção do espaço em*

Santa Cruz do Capibaribe. Trabalho apresentado como requisito parcial para aprovação no curso de Mestrado em Geografia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1983.

CASTRO, Suzana. Condescendência: estratégia pater-colonial de poder. in: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. 1. ed. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2022.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural entre práticas e representações*, Lisboa: DIFEL, 1990.

DINIZ, Débora; GEBARA, Ivone. *Esperança feminista*. 1. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2022.

DURHAM, Eunice Ribeiro. *A caminho da cidade: a vida rural e a migração para São Paulo*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

EVARISTO, Conceição. *Olhos d'água*. Rio de Janeiro: Pallas, 2014.

FIGUEIRÔA, Cláudia Maria de Pontes. *Casa dos Escravos: monumento histórico, marco do surgimento da comunidade rural Algodão - uma análise histórica patrimonial*. XIV Encontro Estadual de História.

ANPUH, 2022. disponível em https://www.encontro2022.pe.anpuh.org/resources/anais/21/anpuh-pe-eeh2022/1664407339_ARQUIVO_6b4420e72ea08f9f2eb56836e673abe7.pdf. Acesso em 23/07/2023.

HALL, Stuart. *Quem precisa da identidade?* In. SILVA, Tomaz. T. *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2008. p.103-133.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1973.

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. Livro I. 26. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira,
1988.

MELO, V. M. (2007). *As paisagens do rio Capibaribe no século XIX e suas representações.* Paisagem E Ambiente, (23), 253-263. disponivel em: https://doi.org/10.11606/issn.2359-5361.v0i23p253-263.

NEVES, Margarida de Souza. *O que é história oral*. São Paulo: Brasiliense, 1999.

SEBRAE. *Estudo econômico do arranjo produtivo local de confecções do Agreste pernambucano, 2012*. Relatório Final.Recife,2013. Disponível em: https://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/Estudo%20Economico%20do%20A PL%20de%20Confeccoes%20do%20Agreste%20%20%2007%20de%20MAIO%202013%20%20doc x.pdf. Acesso em 20/04/2023.

SUGUIO, K. *Geologia Sedimentar*. São Paulo: Editora Blucher, 2003.
SILVA, Edson Xukuru. *Memórias e história dos índios da Serra do Ororubá (Pesqueira/ PE), 1959-1988* / Edson Silva. – 2.ed. – Recife: Editora UFPE, 2017. 403.

UNESCO. *Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial*. Paris, 17 de outubro de 2003.

XAVIER, Gilca Pinto, Maria; de La Mora, Luis. *O processo de produção do espaço urbano em economia retardatária: A aglomeração produtiva de Santa Cruz do Capibaribe (1960-2000).* 2006. Tese (Doutorado).
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006.

Secretaria Estadual de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco, Disponível em: http://www.sedec.pe.gov.br/.

Notas

1 Expressão regional que o significado remete ao crescimento.
2 BURKE, Peter. A história vista de baixo. In *A escrita da história: Novas perspectivas*. São Paulo: UNESP,1992. p. 39-62.
3 CHARTIER, Roger. *A História Cultural entre práticas e representações*, Lisboa: DIFEL, 1990.
4 HALL, Stuart. *Quem precisa da identidade?* In. SILVA, Tomaz. T. *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2008. p.103-133.
5 De acordo com Diniz (2021), Feminismo é a luta coletiva, contra as violências estruturais enfrentadas pelas mulheres, seja por corpo, raça, sexualidade, classe ou gênero, dentre outros marcadores sociais.
6 BEAUVOIR, Simone de. *O Segundo Sexo*. Tradução de Sérgio Milliet. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
7 Ver Leila Gonzales, 1988.
8 DINIZ, Débora; GEBARA, Ivone. *Esperança feminista*. 1. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2022.
9 *Ibid.,* 2022.
10 Segundo Costa (2022), o trabalho de uma feminista decolonial é ir de encontro a crítica empreendidas pelas mulheres do feminismo negro, indígena e das teorias queers, entendendo e problematizando histórias universais.
11 MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. Livro I. 26. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.
12 XAVIER, Gilca Pinto, Maria; de La Mora, Luis. *O processo de produção do espaço urbano em economia retardatária: A aglomeração produtiva de Santa Cruz do Capibaribe (1960-2000).* 2006. Tese (Doutorado).
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006.
13 CAMPELLO, G. M. C. *A atividade de confecções e a produção do espaço em Santa Cruz do Capibaribe*. Trabalho apresentado como requisito parcial para aprovação no curso de Mestrado em Geografia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1983.
14 HALL, Stuart. *Quem precisa da identidade?* In. SILVA, Tomaz. T. *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2008. p.103-133.
15 EVARISTO, Conceição. *Olhos d'água*. Rio de Janeiro: Pallas, 2014.
16 ARAÚJO, Júlio Ferreira de. *História de Santa Cruz do Capibaribe*. 2003.
17 *2021*. Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=eeiWBxaZ2is. Acesso em 23/07/2023.
18 MELO, V. M. (2007). *As paisagens do rio Capibaribe no século XIX e suas representações.* Paisagem E Ambiente, (23), 253-263. disponivel em: https://doi.org/10.11606/issn.2359-5361.v0i23p253-263.
19 Disponível em https://www.espacociencia.pe.gov.br. Acesso em 23/07/2023.
20 A União Ibérica é um período da história de Portugal e da colonização do

Brasil que aconteceu entre 1580 e 1640. Caracterizou-se pela união das Coroas de Portugal e Espanha. disponível em : https://www.historiadomundo.com.br/idade-moderna/uniao-iberica.htm. Ver também dissertação de Mestrado: ARAGÃO, Éverton Alves. *Tantas Árvores, Tantos Mundos: Histórias conectadas e circulação de pau-brasil no período filipino (1580-1640)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, 2022.
21 *Silva*, *2007*.
22 *Ibid.,* 2003.
23 *Ibid.,* 2006.
24 *Ibid.,* 2003.
25 2023.
26 Disponível em https://negrinhosdoalto.wixsite.com/negrinhos-do-alto. Acesso em 23/07/2023.
27 *Ibid.,* 2022.
28 *Ibid.,* 2022.
29 *Ibid.,* 2022.
30 *Ibid.,* 2006.
31 *Ibid.,* 1983.
32 Facção é um grupo particular de produção relacionado a costura.
33 *2012*.
34 Disponível em https://masamuseu.com.br/artista/mike-selva/. Acesso em 23/07/2023.
35 Ver Assulancarte em : https://www.instagram.com/p/CcLYlVsrjwC/?igshid=YmMyMTA2M2Y=. Acesso em 23/07/2023.
36 *Ibid., 2022*.
37 Moda Center Santa Cruz. Disponível em: https://modacentersantacruz.com.br/. Acesso em: 20 abr. 2023.
38 *SEBRAE,* 2013.
39 *Ibid.,* 2003.
40 2007, p. 10.
41 1973, p. 17.
42 *Ibid.,* 2014.
43 *Ibid.*
44 *Ibidem.*
45 NEVES, Margarida de Souza. *O que é história oral*. São Paulo: Brasiliense, 1999.
46 *2002, p. 28.*

Legenda: Aquarela feita por Itamara Vanessa Souza Santos, sob o título "Mulheres de Santa Cruz".
Artista: Itamara Vanessa de Souza Santos, Santa Cruz do Capibaribe, 2023.

ENTRE O GIZ E O RETALHO:
Ser professora em Santa Cruz do Capibaribe-PE

Thereza Cristina Leandro da Silva Queiroz Santos

Primeiros riscos e costuras

A história de Santa Cruz do Capibaribe tida como oficial, em consonância com a do Brasil, é narrada pela ótica da colonização que privilegia o discurso masculino, branco e europeu. Se conta que um português, Antônio Burgos, por volta de 1750, buscando cuidados em saúde, se aloja às margens do rio Capibaribe, junto com sua família e pessoas escravizadas. Em 1892, se torna um distrito de Taquaritinga do Norte, e em 1953, vira cidade. A narrativa é encontrada nas páginas institucionais da Câmara Municipal, Prefeitura e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, na sessão sobre as cidades[1].

Faço essa breve contextualização, para dizer que essa história me atravessa[2]. Assim como Santa Cruz do Capibaribe, eu também sou filha de Taquaritinga do Norte. E minha irmã me deu a possibilidade de me tornar docente, de modo que lecionei durante 10 anos da minha vida, entre 2012 e 2022, em um curso de pedagogia na cidade.

E ainda porque foi nela que pude realizar minha pesquisa de mestrado, defendida em 2014, intitulada *Entre a sulanca e a docência: uma análise da identidade do professor em Santa Cruz do Capibaribe-PE*. Essa foi uma pesquisa qualitativa realizada com 20 docentes: 18 mulheres e 2 homens; e buscou compreender como são construídos os processos identitários das/dos professoras/es na cidade de Santa Cruz do Capibaribe-PE[3].

É a partir dessa investigação, feita há quase 10 anos (encaro aqui o desafio de revisitar esse texto, sobretudo, estranhando-o[4]), bem como da minha vivência com a formação de professoras no município, em uma faculdade privada, que quero dialogar sobre a construção da docência em Santa Cruz do Capibaribe, questionando: será que há algo de peculiar nessa configuração?

Santa Cruz do Capibaribe passou por uma grande transformação na década de 1960, com o início da produção e comercialização de peças de vestuário, de baixo custo, em sua maioria. Essa invenção passou a se denominar *sulanca*[5] ocorreu a partir de um protagonismo das mulheres. De maneira que é preciso compreender o papel que ocupam na cultura local, ora se colocando como produtora desse processo de

confecção – costureira, ora como produtora da cultura local através da educação – professora.

Também defendo a ideia de que há uma cultura da *sulanca*, que provoca um modo peculiar de vivências, de olhares, de posturas e prioridades em Santa Cruz do Capibaribe, gerando assim, um arranjo específico. Pois embora houve um debate que visava substituir o termo *sulanca* por Polo de Confecções, entendo que a mudança de um nome, por si só, não altera a cultura de um povo[6].

Compreendo ainda que o papel ativo das costureiras, fundadoras da *sulanca*, garantiram uma verdadeira transformação socioeconômica na cidade, no entanto, isso não foi suficiente para que as mulheres, responsáveis por isso, tivessem o protagonismo social garantido.

Nesse sentido, esse pequeno recorte de texto visa problematizar a construção das identidades das professoras em Santa Cruz do Capibaribe, buscando dialogar sobre as desigualdades de gênero, as saídas/invenções dessas mulheres e como isso se configura no contexto da cultura local.

Costurando identidades docente

Grande parte das minhas ex-alunas do curso de Pedagogia, hoje colegas de profissão, compartilhava a docência e/ou a formação com atividades ligadas à confecção de vestuário. Nos dias em que as aulas aconteciam após as feiras, bem como em períodos de aumento de produção, geralmente na metade e no final do ano, eu escutava as queixas sobre cansaço, condições difíceis de trabalho e tripla jornada.

Retomo a figura da costureira/sulanqueira, para pensar sobre a professora, porque a identidade se constrói a partir da diferença. Além de que, nesse contexto específico, em muitas vezes as duas escolhas coexistem. Tal afirmação tem latente a ideia de que uma identidade precisa do diferente para afirmar-se como tal. Desse modo, o sociólogo Zygmunt Bauman defende que “Afinal de contas, perguntar ‘quem é você’ só faz sentido se você acreditar que possa ser outra coisa além de você mesmo [...]”[7].

Nos anos mais recentes aumentaram as possibilidades de atuação

profissional para as mulheres em Santa Cruz do Capibaribe, mas nem sempre foi assim. Umas das minhas entrevistadas em 2014, nascida na cidade, com 48 anos, pontuou que a escolha se dava entre duas possibilidades: "[...] na época que eu tava estudando, cursando magistério, então eu, era mais fácil conseguir emprego, ou era professora ou costureira. Aqui, né? A confecção que já tinha iniciado aqui, então eu fiquei como professora"[8].

É interessante também marcar que apenas em 2005[9] surgem os primeiros cursos de graduação na cidade, com oferta em Pedagogia e Administração. Uma atualização da escolha entre docência ou confecção (na administração das empresas familiares). Sendo o curso de Pedagogia predominantemente ocupado por mulheres.

A sala de aula e/ou o fabrico[10] vão se constituindo como espaços possíveis de atuação das mulheres em Santa Cruz do Capibaribe desde 1960. Elas estavam mais ligadas à produção do que a comercialização dos produtos de vestuário. Pois, nas produções familiares, na maior parte dos casos, o marido é quem ia à feira, retendo o capital financeiro adquirido com a produção.

Tal arranjo ainda é bastante naturalizado no contexto local. Nessa perspectiva, lembro do trecho de um poema[11] que escrevi no ano de 2019[12], para um evento que ocorria anualmente, em março, no curso de pedagogia no qual eu lecionava, para dialogar sobre os direitos das mulheres. Nele questiono a nossa indignação diante dessa configuração desigual e excludente:

> Onde cabe a nossa indignação
> Pelas mulheres costureiras
> Que tem nossa economia erguido
> Ficando com as sobras da informalidade
> Porque o fabrico, é do marido?
> O que falar das professoras
> Que esgotadas pelo cansaço
> Trabalham 3 turnos por dia
> Pra chegar um tal sujeito
> E querer tirar suas aposentadorias?

Embora sejam posições construídas a partir da diferença,

professoras e costureiras compartilham das altas cargas de trabalho, das baixas remunerações e pouca valorização do seu exercício profissional na cultura local.

Além da pouca valorização das mulheres como protagonistas nesse arranjo, as mulheres *sulanqueiras*[13] ainda precisam lidar com os efeitos da informalidade. Um levantamento do SEBRAE[14], realizado em 2012, indicou que existiam 7.169 unidades produtivas de confecções em Santa Cruz do Capibaribe, das quais a incidência da informalidade atingiu o percentual de 81,2%[15].

Por sua vez, as mulheres professoras também padecem com o desprestígio cultural, oriundo da educação escolar. Pois, a docência foi construída sob o signo da desvalorização, principalmente quando as mulheres ocuparam esse ofício. Nessa perspectiva: "O processo de feminização do magistério associa-se às péssimas condições de trabalho, ao rebaixamento salarial e à estratificação sexual da carreira docente, assim como à reprodução de estereótipos por parte da escola"[16].

Não só em Santa Cruz do Capibaribe, mas no contexto cultural brasileiro há uma predominância feminina na docência. Na educação básica, dos 2.315.616 profissionais, 1.834.295 (79,2%) são professoras. É o que revela os dados do Censo Escolar 2022, realizado anualmente pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), autarquia vinculada ao Ministério da Educação (MEC)[17].

Porém, nem sempre foi assim. Inicialmente o magistério foi uma profissão masculina ligada à religiosidade, os jesuítas foram os primeiros a realizar esse ofício. A feminização da docência inicia-se apenas no século XIX, por uma série de mudanças, tais como a urbanização, o deslocamento da mão de obra masculina para outros setores e a industrialização. Em virtude disso, a presença feminina vai sendo permitida na sala de aula e a profissão ressignificada. No início, isso não acontece de modo "natural", há uma resistência em entregar às crianças aos cuidados intelectuais das mulheres[18].

A ocupação feminina do magistério trouxe resquícios da religiosidade, atribuindo à docência o caráter vocacional, maternal, de cuidado. A professora era a mulher que, não tendo se ocupado do casamento e da maternidade, assumia o lugar de "tia", pois esse era um trabalho

transitório (até que a mulher casasse e/ou se não pudesse casar). Nesse ponto de vista:

> Por um largo tempo associou-se, então a professora com a solteirona, com a mulher que não conseguiu casar. Se o casamento e a maternidade constituíam o destino "natural" e desejado para todas as mulheres, àquelas para as quais isso parecia de algum modo inalcançável, restaria se entregar a tarefas que tivessem uma analogia com tal missão. Assim, a concepção do magistério como uma extensão da maternidade, como um exercício de doação e amor, como uma atividade que exigia uma entrega vai constituí-lo como a grande alternativa.
>
> **Guacira Lopes Louro, Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós-estruturalista, de 1997, p. 104.**

Logo, a vocação é uma forma de fazer com que os dominados, do ponto de vista simbólico, cumpram as tarefas subalternas que lhe são atribuídas com felicidade. E ainda que as mulheres foram direcionadas a atividades relacionadas ao privado, a extensão das tarefas domésticas (tais como ensino, cuidados etc.), em contraposição, os papéis esperados do masculino eram direcionados ao espaço público[19].

Essa divisão público-privado em Santa Cruz do Capibaribe é pontuada por Clarissa Carvalho que analisou a participação das mulheres na política entre 1953 e 2012. Ela identificou que embora o protagonismo feminino seja decisivo na economia da cidade, a presença é limitada nos espaços de poder. Com uma representação de menos de 5% de mulheres na Câmara de Vereadores, no período supracitado, e que as 3 mulheres[20] que exerceram o mandato possuíam relação de parentesco com um homem que já participava do cenário político. Identificou ainda 22 mulheres que ocuparam o primeiro escalão do Executivo municipal, porém 19 delas nas áreas da Saúde, Educação e Ação Social, contextos que refletem o espaço doméstico e o cuidado[21].

Cabe anotar, diante do exposto, que até o momento Santa Cruz do Capibaribe não teve nenhuma mulher ocupando o cargo de prefeita. Isso é sintomático na configuração de uma cultura consolidada pelo trabalho feminino. A identidade das professoras no município se produz

a partir de todos esses atravessamentos. Ainda é importante marcar que quando pensamos identidade e feminino não estamos tratando as mesmas como consenso. As experiências de professoras não são uníssonas, porque sofrem interferência de outros tantos aspectos como raça, classe social, orientação sexual.

Ser mulher, por si só, já é um ato fora da norma. No entanto, não se pode pensar nas mulheres como uma categoria comum. Pois, “Se alguém ‘é’ uma mulher, isso certamente não é tudo o que esse alguém é”[22]. A complexidade e a riqueza das produções tendem a se ampliar quando se incluem outras formas possíveis de exercer as mulheridades, como a profissão docente em meio à *sulanca*.

Refletir sobre as identidades docentes é considerar os pontos em comum no exercício dessa profissão, sem deixar de levar em consideração as contradições e as reinvenções presentes na sua elaboração. Por conseguinte, “O processo de produção da identidade oscila entre dois movimentos: de um lado, estão aqueles processos que tendem a ficar e a estabilizar a identidade; de outro, os processos que tendem a subvertê-la e a desestabilizá-la”[23]. De modo que a fixação da identidade é algo impossível.

Contudo, considerar as contradições que existem inerentes às identidades docentes, não quer dizer que não se possa levar em consideração essa categoria. Podemos pensar na ideia de fechamento contingente:

> O reconhecimento da diferença, da impossibilidade de uma identidade ‘unificada’ não pode implicar uma política de dispersão infinita [...] É possível pensar em fechamentos contingentes, é possível supor o não fechamento de uma identidade a outras (apesar da diferença), é possível falar em diálogo.
>
> **Antonio F. B. Moreira, Currículo e estudos culturais: tensões e desafios em torno das identidades, de 2011, p. 132.**

A identidade, embora seja uma ficção, é uma “[...] ponte entre o eu e as dimensões cultural e social”[24], trata-se das posições que o sujeito assume em uma dada cultura. Essa produção se difere da subjetividade, que é referente aos sentimentos e organizações psíquicas, sendo algo mais íntimo de cada pessoa.

Desse modo, mesmo entendendo as contingências, pode-se falar em mulheres professoras que ocupam posições numa dada cultura, a saber, a cultura da *sulanca*. Que produz representações únicas do feminino, de modo que "A cultura não é um anexo, mas sim uma interpeladora, recrutando-nos a determinadas posições-de-sujeito"[25].

Outra característica que pontuo na produção das identidades das professoras é a disputa de poder que ocorre na cultura local. Essa está pautada na afirmação de que a *sulanca* oferece uma melhor remuneração e reconhecimento aos/as santa-cruzenses do que a profissionalização pela via da educação formal. O que ainda gera menos reconhecimento para as docentes.

Sobre isso, vale anotar que os sentimentos de desrespeito aos quais docentes são submetidos também não são homogêneos, e que ao contrário do que se imagina, as professoras que atuam em comunidades urbanizadas e industrializadas, com melhores condições socioeconômicas, apresentam um maior sentimento de desvalorização[26].

As insatisfações e sentimentos das professoras em Santa Cruz tem contornos peculiares. O pude verificar durante a investigação com as docentes, bem como pela minha vivência na formação de professoras, é que há uma interferência da *sulanca* nas produções identitárias. Tal intervenção ocorre sob diversos pontos, ainda que quem exerça o magistério não tenha clareza disso[27].

A *sulanca* toca o magistério na maneira como a cultura local encara os processos de ensino; no poder aquisitivo gerado por tal atividade; nas escolhas possíveis entre ser docente ou *sulanqueira.* A partir da análise notamos que de diferentes maneiras cada uma constrói sua ideia de emancipação. As professoras pelo estudo, valores, poder de formar outras gerações e as sulanqueiras pela primazia da atividade que pertencem e pela geração de renda[28].

Apesar da tensão para ocupar uma posição de superioridade, é possível notar que em diferentes momentos os dois grupos se sentem inferiores, sucatas (como remete a origem do termo *sulanca*), pois uma identidade só aponta a outra como inferior quando se sente ameaçada. É importante, ainda, destacar que o processo de estranhamento entre essas duas classes não ocorre de modo homogêneo. Mas há uma diferenciação

no modo como se enxerga *sulanqueiros/as* de pequeno porte e as/os grandes empresárias/os. Muitas vezes, só se coloca em desvantagem financeira em relação às/aos últimas/os. De um modo geral, costureiras e professoras compartilham do mesmo padrão de vida, que indica que a disputa não é somente econômica, mas das significações produzidas sobre essas posições.

O processo de diferenciação não ocorre apenas das docentes em contraposição aos agentes confeccionistas, mas ocorre dentro da própria profissão. Sob uma mesma identidade existem indivíduos com peculiaridades significativas. De modo que a maneira como as docentes lidam com a *sulanca* é diversa, vai desde a relação de exterioridade (da *sulanqueira* como distante) até a relação de si mesma (quando compartilham de modo paralelo dessa atividade).

Muito mais do que oposição, essas duas posições sociais indicam proximidade. Tal qual uma colcha de retalhos, essas identidades são separadas por uma linha tênue. De modo que a tentativa de inferiorizar a outra é, na verdade, uma saída para esconder aquilo que compartilham. Professoras, bem como as costureiras, são operárias, só que legitimadas pela organização social através do conhecimento acadêmico.

Embora algumas docentes tenham feito essa escolha de modo compulsório (pelas opções possíveis que existiam na época), é um fato que muitas não abandonaram as salas de aula com as novas possibilidades que surgiram. E mesmo com todas as diferenças que permeiam a identidade da professora na cultura da *sulanca,* é possível perceber que sustentam sua opção através dos sentidos que constroem simbolicamente sobre a importância que a profissão possui[29].

Como a cultura de Santa Cruz do Capibaribe ainda está organizada, não há uma perturbação da divisão público-privada, pois nessa lógica, o trabalho que ocorre fora do lar, aproxima as atividades das mulheres dentro dele, de modo que não altera fortemente a organização social[30].

Isso aparece em uma fala no documentário *Sulanca (1986)* de Kátia Mesel, gravado em 1986, no qual uma mulher se queixava de que os homens de Santa Cruz do Capibaribe precisavam entender que a atividade doméstica não é só da mulher. Mas aparecia de modo recorrente

também nos espaços de sala de aula que vivenciei no município.

As salas de aula, assim como as fábricas familiares de confecção, são extensões da vida privada, que não promovem uma quebra direta com as estruturas patriarcais. Mas são possibilidades de resistência, que vêm transformando disfarçadamente a cultura local na cidade que invencionou a *sulanca.*

O que se conclui quando não se concluiu? Carta para o futuro

Farei a opção de escrever essa conclusão como uma carta de reivindicação para o futuro. A escreverei no feminino, porque é direcionada, sobretudo, às mulheres santa-cruzenses:

Querida companheira,

Escrevo para você que vai acessar este texto no futuro, estou em 2023. Santa Cruz do Capibaribe é uma cidade fantástica, com um potencial enorme. Se Santa Cruz do Capibaribe tivesse um gênero, sem dúvidas, seria uma mulher. Em meados de 1960, houve uma verdadeira revolução na cidade provocada por mulheres. Elas costuravam colchas de retalhos de sobras de tecido. E a partir disso conseguiram mudar a economia de toda a população. Durante muito tempo quem ficava com o lucro das peças que elas produziam eram seus maridos, porque eles iam à feira. Esse arranjo era chamado de *sulanca,* e depois ganhou uma proporção muito grande, na qual se comercializava peças de vestuário de todos os tipos.

As oportunidades eram bem restritas, de modo que as mulheres que não queriam costurar só podiam ser professoras. Algumas, inclusive, compartilhavam das duas profissões, além de arcar com os afazeres domésticos. Já pensou como as atribuições eram muitas?

Tanto costureiras como professoras tinham condições bem difíceis de trabalho. E a desvalorização se dava, na verdade, não pela ocupação que tinham, mas justamente por serem mulheres. Porque existiam lugares

simbólicos na cultura da *sulanca* que relegavam às mulheres o espaço privado e garantiam a vida pública aos homens.

Provavelmente, quando você acessar esse texto, muita coisa já terá mudado. Muitas mulheres haverão de ter representação significativa nos espaços da política local, já haverá de ter muitas prefeitas. E meu sonho de transformação social, quando entrei pela primeira vez numa sala de aula como professora de Psicologia, em fevereiro de 2012, terá sido alcançado.

Nobre amiga, chamam isso hoje em dia de utopia. Já pensou que engraçado? Ser utópico que nós mulheres tenhamos representação, visibilidade, reconhecimento pelo protagonismo? Penso que as mulheres costureiras também tiveram seus sonhos tratados como utopia quando começaram a fundar a *sulanca*. Bem como as que as professoras que escolheram lecionar num contexto pouco favorável à educação. Aqui presto minha homenagem a elas, pois sem seu protagonismo, com certeza, Santa Cruz do Capibaribe não seria nada do que é.

Termino minhas palavras com o trecho de uma canção de Cátia de França que aparece no documentário *Sulanca (1986)*, de Katia Mesel, que diz: "Nós estamos em Santa Cruz, aqui quem reina é a mulher...". Daqui de 2023, quando assisti novamente esse documentário fiquei achando que além de cantora e compositora, Cátia é profeta... Espero que eu esteja certa!

Um abraço de resistência,
Thereza Cristina.

Referências bibliográficas

BAUMAN, Zygmunt. *Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

BERNARDES, Anita G. & HOENISCH, Júlio C. D. Subjetividade e identidades: possibilidades de interlocução da Psicologia Social com os Estudos Culturais. In: GUARESCHI, Neuza M. F. & BRUSCHI, Michel E. (Orgs.) *Psicologia social nos estudos culturais: perspectivas e desafios para uma nova psicologia*

social. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003, p. 95-126.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. 17. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2020.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. 19. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020.

CARVALHO, Clarissa Barbosa Ramos *Prudêncio de. Análise da participação das mulheres na política de Santa Cruz do Capibaribe: sub-representação, desvelo e parentesco*. p. 206-222. In: MEDEIROS, Rickson; AZEVEDO; Valdirene G. A (orgs.). Prêmio Naíde Teodósio de Estudos de Gênero 2015: concurso de redações e artigos científicos, ano oito. Recife: Secretaria da Mulher, 2015.

GATTI, Bernadete A. *Os professores e suas identidades: o desvelamento da heterogeneidade.* Cadernos de Pesquisa. São Paulo, v. 98, p. 85-90, ago. 1996.

HARAWAY, Donna. *Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial.* Cadernos Pagu, [S. l.], n. 5, p. 7–41, 2009. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773. Acesso em: 15 jul. 2022.

LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós--estruturalista*. 6. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

______. Mulheres na sala de aula. In.: PRIORE, Mary Del (org.). *História das mulheres no Brasil*. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2004. p. 443–481.

MIGNOLO, Walter. *Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política*. Cadernos de Letras da UFF. Niterói, v. 34, 2008. p. 287-324.

MOREIRA, Antonio F. B. Currículo e estudos culturais: tensões e desafios em torno das identidades. In: SILVEIRA, Rosa M. H. (Org.). *Cultura, poder e educação: Um debate sobre estudos culturais em educação*. 2 ed. Canoas: ULBRA,

2011, p. 123-143.

SANTOS, Thereza Cristina Leandro da Silva Queiroz. *Entre a sulanca e a docência: uma análise da identidade do professor em Santa Cruz do Capibaribe--PE*. 2015. 90 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014.

SEBRAE. *Estudo econômico do arranjo produtivo local de confecções do agreste Pernambuco*, 2012. Recife, maio de 2013. Disponível em: https://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/Estudo%20Economico%20do%20APL%20de%20Confeccoes%20do%20Agreste%20-%20%2007%20de%20MAIO%202013%20%20docx.pdf. Acesso em 29 abr. 2023.

SILVA, Tomaz T. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz T. (Org.) *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012, p. 73-102.

SULANCA. Direção de Katia Mesel. Produção: Arrecife – produções cinematógraficas. Gênero: Documentário. Duração: 11 min. Santa Cruz do Capibaribe, 1986.

VIANNA, Cláudia Pereira. *O sexo e o gênero da docência*. Cad. Pagu, Campinas , n. 17-18, p. 81-103, 2002 . Disponível em: https://www.scielo.br/j/cpa/a/hQFDykQmWnPvj4TYTWYmKZb/abstract/?lang=pt . Acesso em 29 abr 2023.

Notas

1 Disponível em https://www.camarasantacruzdocapibaribe.pe.gov.br/historico.htm#:~:text=Sua%20hist%C3%B3ria%20remonta%20a%201750,Capibaribe%20com%20o%20riacho%20Tapera; https://www.santacruzdocapibaribe.pe.gov.br/artigos/pagina/id/6; https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pe/santa-cruz-do-capibaribe/historico. Acesso em 12/07/2023.
2 A essa altura, talvez o/a leitor/a talvez esteja estranhando a escrita em primeira pessoa e o meu posicionamento no texto, mas essa é uma escolha política, para marcar que quem vos fala não é um sujeito universal, como diz Dona Haraway (2009), mas uma mulher cis, branca, norte taquaritinguense e filha de costureira.
3 *SANTOS, 2014*
4 Uma das coisas que estranho, de início, é que o título remete a professor, no masculino, e não professora, no feminino, visto que é uma pesquisa realizada majoritariamente com mulheres.
5 O termo tanto pode ser lido como uma aglutinação dos nomes sul e helanca, como para designar mercadorias pouco elaboradas.
6 *SANTOS, 2014.*
7 *BAUMAN, 2005, p. 25.*
8 *SANTOS, 2014, p. 53.*
9 Disponível em https://www.cesac.edu.br/about.php. Acesso em 12/07/2023.
10 Os fabricos são fábricas de confecções de roupas de pequeno e médio porte de caráter predominantemente familiar e informal.
11 O uso de poesia no texto faz parte de uma escrita desobediente aos cânones do mundo acadêmico, que defende a neutralidade e a impessoalidade *(MIGNOLO, 2008).*
12 Durante este ano também se discutia a Reforma da Previdência e os impactos na vida das professoras/es.
13 Que trabalham com sulanca, donas/os de fabricos.
14 Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE)
15 *SEBRAE, 2013.*
16 *VIANNA, 2002, p. 90.*
17 Disponível em https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/dia-da-mulher-mulheres-sao-maioria-na-docencia-e-gestao-da-educacao-basica. Acesso em 12/07/2023.
18 *LOURO, 1997; LOURO, 2004.*
19 *BOURDIEU, 2020.*
20 A primeira vereadora foi Josefa Eloina Mendes, mais conhecida como “Dona Nenzinha”, eleita em 1969, 1973 e 1977; A segunda foi Zilda Moraes, eleita em 1983, 1988, 1993, 1997, 2001 e 2004; E a terceira foi Nautília Nailza Ramos, eleita em 1997 e em 2001.
21 *CARVALHO, 2015*

22 *BUTLER, 2020, p. 21*
23 *SILVA, 2012, p. 84.*
24 *ibid, p. 135*
25 *BERNARDES; HOENISCH, 2003, p. 112*
26 *GATTI, 1996.*
27 *SANTOS, 2014*
28 *Ibid.*
29 *Ibidem.*
30 *LOURO, 1997*

Legenda: Dona Maria sentada na cadeira de balanço e Diomar costurando na máquina de pé, em julho de 1981.
Fonte: Fotografia feita por José Romildo.

MULHERES TECENDO A COBERTA DE SUA HISTÓRIA:

Dando início a uma economia de sucesso

Manuela de Farias Feitosa

A sulanca[1] como símbolo de alternativa para à sobrevivência

A Feira da *Sulanca* de Santa Cruz do Capibaribe teve seu início pelas mãos das mulheres que buscavam uma maneira de complementar a sua renda familiar, e assim, ajudar nas despesas domésticas. Algumas dessas mulheres assumiram papel de centralidade e liderança nas famílias, pois seus esposos migravam para a região sul do país em busca de conseguirem uma melhor renda.

Devido ao período de intensa seca vivida entre as décadas de 1940 e 1950 na região do agreste pernambucano, onde a base econômica estava voltada para o cultivo do algodão e a agricultura, a escassez de chuvas dificultava a produção, tornando a agricultura não mais favorável nessa localidade. A produção de carvão e produção de calçados com os conhecidos "lambe solas"[3], também entrou em decadência, tal situação fez da *sulanca* a mais nova perspectiva para a cidade. Tal fato remonta no final da década de 1950.

Podemos afirmar que a feira da *sulanca* teve seu início de forma improvisada, com as mercadorias sendo comercializadas pelo chão, expostas em cima de cobertas[4] confeccionadas pelas próprias mulheres *sulanqueiras*. Como relata Dona Ester. "A feira começou pelo chão nas cobertas, a gente emendava umas tiras daqui para lá e dava uma saia, depois de lá para cá e dava uma blusa, a blusa era quatro apara na frente... camisa de homem, calcinha de criança"[2].

Nesse contexto, também é fundamental citarmos a importância da figura do *sulanqueiro* no transporte, escoação e expansão da atividade produzida através da *sulanca*, como nos afirma Rangel, "[...] *Sulanqueiro* era o termo que denominava os mascates que viajavam vendendo essas confecções para fora do Agreste, uma versão interiorana dos camelôs urbanos"[3]. Segundo Milanês[4], os *sulanqueiros* partiam com peças de roupas, em geral produzidas no seio de sua própria família, e viajavam durante semanas por cidades do Norte e Nordeste, expondo o produto nas ruas. Ao lado dos circuitos de "sacoleiros", o papel desses produtores foi importante para a divulgação e estabelecimento de outros mercados para a *sulanca*, o que também demandou intensificação da oferta e o

engajamento de muitas outras famílias em sua produção.[5]

A Feira da *Sulanca* teve seu início na Rua Siqueira Campos, localizada no centro da cidade, esta versão é difundida na historiografia local e oficial. Segundo Araújo[6] "a primeira rua que iniciou a colocação da *sulanca* nas calçadas foi a Rua Siqueira Campos, seguida pela Rua do Pátio, hoje Rua Raimundo Francelino Aragão [...]". Essa afirmação pode ser encontrada na narrativa do documentário *Sulanca (1986)* da cineasta Katia Mesel, onde é retratado através de temas cotidianos na cidade, sendo feito um apanhado histórico através da versão do então prefeito, Augustinho Rufino de Melo, sendo confirmado o ano de 1974, como a institucionalização da feira.

A expansão dessa feira pelas ruas centrais da cidade também contou com o apoio de comerciantes locais, que cediam o espaço em frente ao seu comércio e calçadas, para que as mulheres pudessem expor a sua mercadoria e comercializar. Segundo dona Petronila a feira começou por volta da década de 60. Como relata a seguir:

> A feira daqui começou ta com trinta e dois anos, a primeira pessoa que botou na feira fui eu, lá no beco de Zé Feitosa[5], eu pedi para botar, ele era meu primo. Eu costurava e vendia no Beco de Zé Feitosa, olhe, eu fazia short, camisinha, blusa, coberta, agora mais pano emendado do que inteiro.
>
> **Entrevista realizada com a senhora Petronila Senhorinha dos Santos no dia 31 de julho de 2006.**

O trabalho das mulheres em meio as transformações conceituais sobre gênero

Entre os séculos XIX e XX, o tema trabalho das mulheres passa por uma transformação, desde a esfera pública/privado até a emancipação dessas mulheres.

Ao se destacar o trabalho da mulher[7] durante o século XIX, tem-se que para as mulheres seria ideal a sua dedicação aos cuidados para com o lar, assim como, as que iam de encontro a esse ideal e procuravam trabalho fora de casa tinham sua imagem relacionada a uma condição

desprezível de pobreza. Mas durante o século XX, esse trabalho doméstico passa por um processo de inversão e tal condição imposta ao mesmo passa a ser denunciada como sendo uma atividade de sujeição ao homem, de alienação, e o trabalho fora do lar exercido pelas mulheres passa a ser visto como um sinal de emancipação.

Os discursos sobre gênero vão sendo modificados, e durante o século XIX o movimento feminista adquire forças junto ao movimento operário em meio ao contexto da Revolução Industrial. As discussões sobre a mulher foram mudando para a busca da liberdade e da igualdade de gênero, isso ainda no campo filosófico. Anteriormente eram encontrados na historiografia literária produzida, expressões masculinas, os traços de idealização, eram muito mais acentuados quando se tratava de apresentar o retrato moral da mulher, sendo identificados com facilidade nos textos literários, estes propunham modelos de conduta e condenação a elas, isso na perspectiva dos autores[8]. Já no século XX, as mulheres passam a ser pensadas pelas Ciências Sociais e Humanas.

O trabalho feminino acaba se tornando uma dupla jornada, uma realizada no emprego e a outra em sua residência, cuidando dos filhos e dos afazeres domésticos. Ou seja, se por um lado, com a conquista do mercado de trabalho as mulheres almejam uma realização pessoal e profissional, por outro, elas observam que sua carga de trabalho se multiplica, pois acumulam os diversos papeis de profissional, mãe, esposa, dona-de-casa e tantos outros. Entretanto, mesmo diante desses novos desafios, a mulher inserida no mercado de trabalho, traz importantes consequências para a família, sua contribuição financeira é decisiva para o orçamento doméstico, como aponta Gonçalo Santos.[9]

A estrutura familiar do Brasil, no início do século XX, era bem diversificada da tradicional família patriarcal. O emprego masculino sofria certa instabilidade no começo do século XX, era comum os homens deixarem suas residências e famílias, para irem em busca de melhores condições financeiras e melhores empregos, muitas vezes essas viagens duravam anos, sem que a família obtivesse notícias dele, deixando as mulheres em uma situação de total abandono. Conforme relata Dona Ester: "O meu marido... foi trabalhar no Rio de Janeiro, chegando lá, arrumou outra mulher, e eu fiquei com seis filhos, minha filha, a

derradeira nasceu depois de pouco tempo de ele sair de casa... eu lavando roupa e fazendo coberta".[10]

Entre as décadas de 1970 e 1980, é o momento destaque de expansão da mão de obra das mulheres na produção e comercialização da *sulanca*, este fato é citado como tendo uma boa aceitação na sociedade. Analisando o contexto nacional, trata-se de um período de lutas por liberdade e igualdade de direitos, sendo desenvolvido e amplamente discutido, por exemplo, na elaboração das questões encontradas na Carta das Mulheres Brasileiras aos Constituintes, "[...] plena igualdade entre os cônjuges, assegurar o princípio constitucional da isonomia no salário, no acesso ao mercado de trabalho, na ascensão profissional, extensão dos direitos trabalhistas"[11]. Sendo um dos motivos para a diminuição das diferenças de direitos entre homens e mulheres, bem como uma melhor aceitação das mulheres frente ao comércio.

A emancipação da mulher através da confecção

As narrativas locais sobre a história da economia e o trabalho das mulheres no município de Santa Cruz do Capibaribe, nos trazem versões as quais foram sendo relatadas ao longo dos anos. No entanto a lei ou decreto de início da Feira da *Sulanca* não foi localizada durante a pesquisa e sua atualização. No entanto, a narrativa local ao se referir sobre quais as pessoas que iniciaram com ela, as versões mostram a mulher como sendo a empreendedora que foi às ruas para comercializar sua produção, enfrentando dificuldades, e fez com que a feira chegasse à proporção que se encontra na atualidade.

Essas mulheres são o fio condutor dessa coberta chamada *sulanca*. A qual foi ganhando proporções nunca vistas antes na cidade, a medida em que as ruas centrais da cidade eram tomadas pela feira. "Em 1974, teve início à feira da sulanca, com destaque para Petronila dos Santos, dona Petinha, uma das criadoras da feira, que colocava junto com outras mulheres, suas mercadorias no Beco de Zé Feitosa. No início a produção era manual"[7].

No agreste pernambucano, a profissão de costureira virou um sonho para muitas mulheres; no cotidiano da cidade é possível perceber

o quanto à presença feminina é marcante na economia local, elas estão à frente dos negócios. Sendo assim, quando não estão diretamente ligadas à produção e comercialização, estão indiretamente empregadas em setores de beneficiamento ou serviços voltados para a *sulanca*, como relata à senhora Maria Lúcia do Nascimento:

> O que me levou a escolher a confecção como forma de sobrevivência era a cultura de nossa cidade, éramos funcionárias de empresas e na época essas empresas precisaram fazer contenção de despesas, aí eu e Fátima ficamos desempregadas, e vários membros da família já confeccionavam e vários amigos me perguntavam porque vocês não começam a confeccionar, e a gente começou, e foi dando certo e cada vez mais agente foi procurando formas de fazer uma confecção sólida.
>
> **Entrevista realizada com a senhora Maria Lúcia do Nascimento no ano de 2006.**

A emancipação da mulher também pode ser inserida em um contexto de transformações na sociedade no final do século passado.

> As alterações na composição da família e da renda resultam das várias transformações econômicas e sociais e, quase sempre, estão intimamente associadas ao novo papel da mulher na sociedade. Nos últimos 20 anos, assiste-se o maior engajamento feminino na força de trabalho. O maior acesso feminino a escola e, principalmente, ao terceiro grau; a decisão de ter menos filhos, auxiliado pelo avanço nos métodos contraceptivos, explicam, em parte estes novos arranjos.
>
> **Lúcia Santos Garcia; Mario Marcos Sampaio Rodarte; Patrícia Lino Costa, Emancipação feminina e novos arranjos familiares nas regiões metropolitanas brasileiras entre as décadas de 1990 e 2000, de 2004, p. 1.**

Voltando ao início da produção da *sulanca*, com incentivos fiscais, essa atividade foi ganhando visibilidade, no final da década de 1960, com a instalação de uma agência bancária do Banco do Brasil no município, sendo assim, as mulheres buscavam financiamentos para adquirir uma

máquina de costura, objetivando dar um rumo novo à sua vida, tornando-se uma pequena empreendedora, tendo os familiares como auxiliares no processo de produção da costura. Mas é em meados da década de 70, que as máquinas industriais vão substituindo as "pé-duro"[8]. Com o surgimento dessas máquinas na cidade, "observamos um gradativo aumento na produção de roupas"[12]. Esse impulso gerado pelos financiamentos, chamou atenção no período, conforme Souza:

> Este crédito para os confeccionistas não era igual aos procedimentos normais bancários, eram dados créditos pessoais, secundados por avalizações, via de regra pessoais e valorativas, bastando o aval de alguém conhecido e com "nome limpo" para a realização do empréstimo, não se exigindo empenhos ou garantias reais efetivas, a não ser dos próprios bens adquiridos com os empréstimos, com medidas de carência de três meses a um ano e com quatro para pagamento em prestações mensais. Em decorrência destes financiamentos, muitos confeccionistas passaram a adquirir modernas máquinas de costura, registrando-se uma explosão tecnológica, principalmente entre 1972 e 1975, chegando a surpreender a empresa multinacional PFAFF (alemã) produtora de máquinas industriais de confecções que mandou técnicos internacionais para verificar o porquê das vendas avolumadas daquelas máquinas em Santa Cruz do Capibaribe, interior do Nordeste do Brasil.
>
> **Avanizia Souza, Israel Carvalho e Lúcia Oliveira. Sulanca, "um pólo de alta tecnologia em confecções": Aspectos históricos, econômicos e sócio-culturais, de 1996, p. 26.**

Este investimento inicial, foi a semente dos grandes fabricos espalhados por toda a cidade e das atuais indústrias de renome nacional localizadas na cidade. Apesar do desenvolvimento no espaço de produção, ainda encontramos aspectos de integração do ambiente de trabalho com o familiar, a integração do espaço de trabalho junto à residência é característica peculiares do município, as confecções de fundo de quintal, também chamadas de fabricos, sendo comum encontrarmos junto às salas e cozinhas o fabrico que contém algumas máquinas de costura. A mesa de cortar, muitas vezes é a própria mesa da refeição; no sofá da casa ficam as mercadorias, que passarão por acabamentos, ficando prontas

para a comercialização na Feira da *Sulanca*.

Essa mulher provedora exerce vários papéis. De início, tem-se ela como chefe de família, como também é uma educadora, pois passa para os seus filhos a cultura da *sulanca*. Sendo assim, ela consegue passar de geração para geração o seu ofício de *sulanqueira*, bem como exercer as atividades de costureira, administradora de sua confecção, comerciante e vendedora de suas mercadorias.

A sulanca como atrativo para o retorno

Se tratando da vinda de pessoas de outros municípios para Santa Cruz do Capibaribe, era constante a migração, principalmente, por volta dos anos setenta se intensificando na década seguinte, quando a *sulanca* passa a ser destaque nacional.

Essa vinda para a cidade tinha como principal objetivo facilitar a comercialização da *sulanca*, tendo em vista que o fator distância e transporte acabavam dificultando a comercialização. A senhora Petronila, mesmo não residindo no município, ela já costurava e trazia para a cidade suas mercadorias para comercializar na feira, no final da década de 1950.

> Quando eu saí do Gravatá, eu já era costureira aí eu trazia as mercadorias num lombo dum jumento, e Jorjão e Pedro Tibúrcio levavam para a Bahia, aí Noronha disse. Petronila, você tem que vim pra rua, porque eu não posso ir levar retalho só para você.
>
> **Entrevista realizada com a senhora Petronila Senhorinha dos Santos no dia 31 de julho de 2006.**

Diversas pessoas foram atraídas para a cidade devido ao seu comércio. Algumas não tinham nem ideia de como eram realizadas as etapas da produção na confecção, e ao chegarem e fixarem residência na cidade começaram a observar outras mulheres que já costuravam e logo já estavam desempenhando algumas das etapas, em seguida após serem aptas a desenvolverem suas próprias peças, montavam sua confecção em particular.

Alguns santa-cruzenses que saíram do município em direção a

Recife, ao Rio de Janeiro, a São Paulo e outras cidades do país em busca de melhores condições financeiras, ao verem o desenvolvimento da *sulanca*, retornaram para Santa Cruz, impulsionado pelo novo sonho de progresso financeiro que era a feira que aqui se formou. Fizeram o caminho inverso, agora estavam de volta a sua terra e para suas famílias.

> Desde a década de 70, novas atividades vêm assumindo um papel econômico importante na região, que envolve não só a produção – de roupas (sulanca), de bordados e renda, como também, especialmente a comercialização dessa produção, através da criação e do incremento de feiras livres – a Feira da sulanca... contribuem para a criação de novas oportunidades de trabalho na região. Isso pode inclusive explicar o destaque do agreste pernambucano, no contexto da migração de retorno no estado.
>
> **Maria Rejane Souza de Lyra. Sulanca x Muamba: rede social que alimenta a migração de retorno, de 2005, p. 147.**

Outro aspecto a ser destacado são as mulheres com tarefa de chefes de família desenvolvida literalmente, pois seus esposos deixavam a família e sumiam em busca de melhores condições de trabalho, casos amorosos e após essas mulheres estarem estabelecidas financeiramente, com o passar do tempo, eles voltavam em busca de reconstruir a família. Boa parte das mulheres não aceitou seus esposos de volta ao lar e, curiosamente, não refizeram sua vida amorosa, continuando a direcionar seus objetivos para a confecção da *sulanca* e para a família. Vejamos o depoimento a seguir de Dona Petronila:

> Eu consegui muita coisa com a sulanca, mas depois o pai dos meus filhos, foi embora, aí eu fiquei meio aperreada... Eu tenho oito filhos, cinco mulheres e três homens, meu marido voltou um dia, disse que queria vir para minha casa, foi, aí eu disse, Não! Ele que comeu a carne que roa os ossos "Ele me deixou com cinquenta anos, agora o povo era tão besta que chorava por causa deles, eu chorava era muito, mas graças a Deus, hoje eu me sinto tão bem, Jesus é tão bom.
>
> **Entrevista realizada com a senhora Petronila Senhorinha dos Santos no dia 31 de julho de 2006.**

No entanto, também de destaca a reintegração do homem em sua família, essa mão de obra masculina ao longo dos anos no ramo das confecções faz parte da realidade das famílias locais, pois a maior parcela de empreendimentos voltados para a produção consiste nos fabricos ou facções[9], onde boa parte da família participa do processo produtivo, desde as crianças e adultos.

Sulanca: das ruas centrais da cidade ao Moda Center Santa Cruz.

A Feira da *Sulanca* de Santa Cruz do Capibaribe, realizada na segunda, terça e quarta feira, nas ruas centrais da cidade, foi transferida para o parque de feiras, chamado de Moda Center Santa Cruz, no dia 07 de outubro de 2006, data da inauguração. Atualmente o dia oficial para a realização da feira com maior fluxo de visitação está sendo as sextas feiras, tal decisão foi oficializada com a votação e participação dos condôminos para tal escolha em assembleia oficial.

Moda Center Santa Cruz, como é chamado conta com cerca de 10 mil pontos de venda (9762 boxes e 707 lojas), rede interna de hotéis e dormitórios com mais de dois mil leitos disponíveis, seis praças de alimentação (uma para cada setor) mais de 50 lanchonetes e restaurantes, com vendedores vindos de 54 municípios dos estados de Pernambuco e da Paraíba, de acordo com a Gerência de Comunicação e Marketing do Moda Center (2023).[10]

O Moda Center Santa Cruz foi construído com recursos públicos e privados, com o auxílio e intervenções de entidades atuantes no município, como ASCAP, CDL, COOPETEX.[11] Devido à necessidade de se criar um espaço adequado para abrigar a antiga Feira da Sulanca, que acontecia nas ruas centrais da cidade entre os anos de 1960 a 2006, pudesse crescer. No processo de mudança da feira também estava inserido a ida para o espaço por trás do empreendimento, os feirantes livres que estavam locados na Feira de *Sulanca* nas ruas centrais, o novo local para a feira foi chamado de Calçadão, espaço este administrado pela Prefeitura Municipal, através do Departamento de Feiras e Mercados, o qual ficou

conhecido popularmente de “Poeirão”, devido à falta de estrutura física em seu início. Sendo realizadas melhorias em sua estrutura ao longo desses anos, como a cobertura do espaço, piso e construção de novos banheiros.

A transferência da feira foi marcada por divergências entre os que preferiam a permanência da feira no centro, e os que apoiavam o gigantesco empreendimento. Em se tratando do espaço destinado e administrado pela Prefeitura, o processo de cadastramento desses feirantes foi bastante conturbado, manifestações contra a mudança do local da feira eram frequentes. A rua onde se encontra a sede da Prefeitura Municipal foi palco de agitações por parte de feirantes insatisfeitos. Cenas como as descritas a seguir, foram registradas para entrar na história; pessoas dormiam nas calçadas da Prefeitura e da Secretaria de Indústria e Comércio, na intenção de tentar garantir um local para a comercialização de seus produtos no Calçadão. Tendo em vista, a garantia de todos os contribuintes que tinham bancos de feira nas ruas centrais da cidade cadastrados na prefeitura, tinham o direito de obter um banco no Calçadão. Eram filas enormes e a demarcação do local foi definida através de sorteio, onde o próprio feirante sorteava o seu futuro local de trabalho, sendo necessário estar em conformidade com os tributos municipais.

Aos poucos, parte dos manifestantes aderiram à ideia de mudança do local onde a feira estava sendo realizada, tais mudanças de atitudes e opiniões teve como fundamentais influenciadores os órgãos de representatividade como, ASCAP, CDL, COOPETEX, Prefeitura e outras organizações.

Atualmente o Calçadão consta com 5.000 feirantes cadastrados, segundo a Secretaria da Receita Municipal, desses constam ativamente um percentual de 46% mulheres e 54% homens.

Conclusão

A partir de nosso artigo, intitulado por *Tecendo a coberta de uma história: o papel das mulheres na economia santa-cruzense*, foi possível realizar um estudo mais aprofundado sobre a importância da mulher na atividade econômica do município.

Podemos afirmar que após décadas do início da *sulanca*, a mulher continua presente desde o planejamento, produção e comercialização, bem como, o direcionamento dessa produção mostra a participação das mulheres. Como por exemplo no aplicativo Moda Center, direcionado a vendas online, são mais de 4.500 marcas cadastradas no sistema, que constam como ativas do ponto de vista comercial, tem um Percentual de marcas por gênero "Essa é uma conta que não temos uma base precisa, mas o que podemos dizer é que cerca de 60% das marcas que atuam no Moda Center são direcionadas ao público feminino (seja ele infantil ou adulto), sendo que nossa estimativa é que mais da metade delas tenham mulheres como proprietárias"[13].

Investimentos em melhoramentos e profissionalização das confecções também são ofertados pelo próprio Moda Center. Atualmente encontra-se em andamento o programa de qualificação Educa Moda Center, direcionado a educação profissional que visa capacitar de forma gratuita os pequenos comerciantes, este programa consiste em proporcionar palestras, cursos, workshops e afins. No primeiro evento do programa foi destacado o tema "Como colocar o seu negócio na internet", e o segundo evento "Como vender mais pelo WhatsApp". Outro dado interessante é a procura por qualificação. Nos eventos ofertados pelo Moda Center, as mulheres demonstram mais interesse, em busca e participação. Neste último, foram abertas vagas para 110 pessoas, aos quais 35 homens se inscreveram e 75 eram mulheres. O comparecimento também foi proporcional, sendo que a maioria destes eram proprietários ou proprietárias de marcas.

Algumas perguntas continuam sendo alvo e ponto de aprofundamento, pois suas conclusões não terminam. Por exemplo, quando os homens retornam anos após abandonarem as famílias, parte destes tem a negativa pelas esposas, outros voltam ao eixo familiar e tornam-se auxiliares no processo de produção e venda da *sulanca*, dividindo as tarefas e despesas familiares. Podemos perceber essa participação do homem e da mulher na renda familiar, segundo Garcia:

> [...] mesmo nas famílias fundadas por uma união nuclear, a mulher tem, crescentemente, se posicionado como chefe de

> família. A mudança causada pela emancipação feminina pode ser percebida mesmo nas famílias em que vige a forma mais tradicional de organização nuclear, com chefia masculina, uma vez que a contribuição da mulher, seja como cônjuge, seja como filha, no orçamento familiar, segue tendência de elevação, nos últimos oito anos.
>
> **Lúcia Santos Garcia; Mario Marcos Sampaio Rodarte; Patrícia Lino Costa, Emancipação feminina e novos arranjos familiares nas regiões metropolitanas brasileiras entre as décadas de 1990 e 2000, de 2004, p. 11.**

Através da história oral foi constatado que o trabalho remunerado através da *sulanca* foi sinalizado pela maioria das mulheres como um meio de se tornarem menos dependentes de seus companheiros.

Este estudo vem contribuir para uma desmistificação da imagem da mulher, muitas vezes vista como sexo frágil, pois vimos que a mulher mesmo diante de situações problemáticas, diante de discriminações, sai em busca de uma melhor qualidade de vida para elas e sua família, pois foi através da determinação dessas mulheres que Santa Cruz se desenvolveu economicamente e hoje é a Capital da *Sulanca*.

Fazer uma releitura da monografia apresentada na graduação, novas análises e pesquisas mais específicas, fez com que momentos ímpares e sensações vividas durante o período da primeira pesquisa e entrevistas fossem revividos, principalmente devido ao tempo tais entrevistadas já não mais se encontram fisicamente entre nós, como é o caso das senhoras Petronila (dona Petinha), Ester, Geralda e dona Neta Mestre.

Referências Bibliográficas

ARAÚJO, Júlio Ferreira de. *História de Santa Cruz do Capibaribe*. Santa Cruz do Capibaribe, Gráfica Agreste, 2009.

CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade. A era da informação: Economia, sociedade e cultura. In: As mulheres no mercado de trabalho*. Tradução Klauss Brandini Gerhardt. 3ª edição, v-2. Ed. Paz e Terra. 2002.

FAUSTINA, Joseane et all. *A participação da mulher no desenvolvimento econômico de Santa Cruz do Capibaribe.* Caruaru-PE (Projeto apresentado ao Curso de Jornalismo na FAVIP, 2005).

FEITOSA, Manuela de Farias. *Costurando seu destino: A emancipação da mulher através de seu trabalho na confecção na cidade de Santa Cruz do Capibaribe – PE,* Campina Grande, 2007. (Trabalho de Conclusão. Universidade Estadual da Paraíba)

GARCIA, Lúcia Santos; RODARTE, Mario Marcos Sampaio; COSTA, Patrícia Lino. *Emancipação feminina e novos arranjos familiares nas regiões metropolitanas brasileiras entre as décadas de 1990 e 2000*. Anais, p. 1-20, 2016. Disponível em http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/view/1582. Acesso em 15/08/2023.

LISBOA, Lindolfo Pereira de. *Raimundo Aragão sua vida, suas obras*. Brasília. Edições Mirian Regina. 1990.

LYRA, Maria Rejane Souza de. *Sulanca x Muamba: rede social que alimenta a migração de retorno.* In São Paulo em perspectiva, V19, nº4, p. 144-154, out/dez, 2005. Disponível em: https://www.scielo.br/j/spp/a/8V5rX3LTxwD6ZMT3B9rsjXv/?format=pdf&lang=pt. Acesso em 15/08/2023.

PEREIRA, Bruno Bezerra de Souza. *Caminhos do desenvolvimento***:** uma história de sucesso e empreendedorismo em Santa Cruz do Capibaribe.São Paulo: EI – Edições Inteligentes, 2004.

PITANGUY, Jacqueline. *Celebrando os 30 Anos da Carta das Mulheres Brasileiras aos Constituintes*. Disponível em https://www.emerj.tjrj.jus.br/publicacoes/serie_anais_de_seminarios/2018/serie_anais_de_seminarios_da_emerj_2018_43.pdf. Acesso em 15/08/2023.

RANGEL, F.; CORTELETTI, R. *O polo de confecções do agreste pernambucano: origens e configurações atuais*. Estudos de Sociologia, Araraquara, v. 27, n.00, e022013, jan./dez. 2022. Disponível em: https://periodicos.fclar.unesp.br/

estudos/article/view/13897. Acesso em: 15 ago. 2023.

SERAFIM, Cássio Eduardo Rodrigues e Silva, Marluce Pereira da. *Estudos de gênero e identidades em trânsito.* In: SILVA, Antonio de Pádua da (org) *Representações de gênero e de sexualidades: inventários diversificados.* João Pessoa: Editora Universitária, p. 102 a 108, 2006

SINA, Amália. *Mulher e Trabalho:* O desafio de conciliar diferentes papéis na sociedade. São Paulo, Saraiva, 2005.

SILVA, Anna Líssia da. *Gênero e prática docente: Produção e transformação das desigualdades presentes na construção das identidades de gênero*; 2007. (Monografia de Especialização em Psicologia da Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras de Caruaru).

SOUZA, Avanizia, Israel Carvalho e Lúcia Oliveira. *Sulanca,* "um pólo de alta tecnologia em confecções": Aspectos históricos, econômicos e sócio-culturais. Caruaru. Ed Art Berg, 1996.

VIANA, Nildo. *Emancipação Feminina e Emancipação Humana*. In Revista Espaço Acadêmico, Maringá, p. 40-48, 2010. Disponível em https://repositorio.bc.ufg.br/bitstream/ri/16677/5/Artigo%20-%20Nildo%20Silva%20Viana%20-%20%202010.pdf. Acesso em 15/08/2023.

XAVIER, Twane Maria Cordeiro. *Polo de confecções do agreste de Pernambuco: formação de aglomerado produtivo e suas dinâmicas espaciais*. Caminhos de Geografia, v. 21, n. 73, p. 429-444, 2020. Disponível em https://seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/49475. Acesso em 15/08/2023.

Relatórios consultados

SEBRAE, Estudo de Caracterização Econômica do Pólo de Confecções do Agreste Pernambucano. Recife, 2003. Disponível em https://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/poloconfec2003.pdf. Acesso em 15/08/2023.

SEBRAE. Estudo Econômico do Arranjo Produtivo Local de Confecções do Agreste Pernambucano, Recife, 2012. Disponível em https://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/Estudo%20Economico%20do%20APL%20de%20Confeccoes%20do%20Agreste%20-%20%2007%20de%20MAIO%202013%20%20docx.pdf. Acesso em 15/08/2023.

Documentário

SULANCA. Direção de Kátia Mesel. ARRECIFE - Produções Cinematográficas. Santa Cruz do Capibaribe. 1986.

Sites Consultados

ESTEVES**.** Eduarda. Polo de confecções do agreste, um potencial ainda pouco conhecido. http://especiais.leiaja.com/descosturandoacrise/materia1.html. In Leia

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE. Secretaria da Receita Municipal. Relatório disponibilizado em 04 de agosto de 2023.

Pronaf incentiva mulheres empreendedoras no sertão pernambucano. Disponível em:
www.abrasil.gov.br/noticia.asp?id=237. Acessado em 14/02/2007.

Fontes orais

FEITOSA, Ester Vieira de Araújo: depoimento [jul. 2006]. Entrevistadora: Manuela de Farias Feitosa.
NASCIMENTO, Maria Lúcia do: depoimento [jul. 2006]. Entrevistadora: Manuela de Farias Feitosa.
SANTOS, Petronila Senhorinha dos: depoimento [jul. 2006]. Entrevistadora: Manuela de Farias Feitosa.

Notas

1 A etimologia da palavra *sulanca* é na verdade incerta. Alguns registros indicam que vem de "helanca vinda do Sul" (helanca por sua vez, é um tipo de tecido sintético). Existe, também, outra versão suficientemente lógica para a origem da palavra *sulanca*. Algumas pessoas que ajudaram a criar desde o princípio a atividade confeccionista local relatam um fato que teria originado o termo *sulanca*. Dizem que um comprador de roupas (ninguém sabe quem foi), enquanto olhava as peças que iria comprar, ficou procurando um termo para classificar aqueles produtos e associou à sucata. Como sucata é um termo utilizado normalmente para metais, ele criou espontaneamente uma derivação: sulanca, que seria uma espécie de sucata de tecido (Pereira, 2004, p. 46).
2 FEITOSA, Ester Vieira de Araújo: depoimento [24 de jul. 2006]. Entrevistadora: Manuela de Farias Feitosa.
3 Fabricantes de alparcatas de couro, pouco beneficiado, feita de modo artesanal, onde cada operário ganha por sua produção final. Os lambe-solas formaram na cidade (nas décadas de 40 e 50, no início do ciclo da *sulanca*) destacada atividade econômica com suas numerosas "tendas" (oficinas) espalhadas pelo lugar. Foi uma das opções que os santa-cruzenses buscaram para sobreviver fora da incerteza das lides agrárias. (Burnett, 2013).
4 Coberta de cama, colcha de retalhos, é feita pela união de pequenas partes de diferentes tecidos, costuradas a mão ou a máquina, nas dimensões de uma colcha de cama comum, 2019.
5 Rangel e Cortelleti, 2022, p. 06, apud Milanês, 2019.
6 ARAÚJO, Júlio Ferreira de. *História de Santa Cruz do Capibaribe*. Santa Cruz do Capibaribe, Gráfica Agreste, 2009, p. 36.
7 SINA, Amália. *Mulher e Trabalho:* O desafio de conciliar diferentes papéis na sociedade. São Paulo, Saraiva, 2005.
8 Macedo, 2002.
9 2004, apud, Silva, 2007.
10 FEITOSA, Ester Vieira de Araújo: depoimento [24 de jul. 2006]. Entrevistadora: Manuela de Farias Feitosa.
11 PITANGUY, Jacqueline. *Celebrando os 30 Anos da Carta das Mulheres Brasileiras aos Constituintes*. Disponível em https://www.emerj.tjrj.jus.br/publicacoes/serie_anais_de_seminarios/2018/serie_anais_de_seminarios_da_emerj_2018_43.pdf. Acesso em 15/08/2023.
12 PEREIRA, Bruno Bezerra de Souza. *Caminhos do desenvolvimento*: uma história de sucesso e empreendedorismo em Santa Cruz do Capibaribe. São Paulo: EI – Edições Inteligentes, 2004, p. 56.
13 Gerência de Comunicação e Marketing do Moda Center, 2023.

Legenda: Pintura acrílica sobre tela feita por Itamara Vanessa Souza Santos[1], sob o título “Rua Grande”.
Artista: Itamara Vanessa de Souza Santos, Santa Cruz do Capibaribe, 2023.

PARTE IV:

HISTÓRIA, MEMÓRIA & CIDADE

DIARIO DE PERNAMBUCO—TERÇA-FEIRA, 20 DE ABRIL DE 1954

Recebida pelo Governador a Banda de Santa Cruz

Mais uma concorrente ao «Grande Concurso Pernambucano de Bandas de Música do Interior», brilhou no Recife — A cidade de Santa Cruz do Capibaribe enviou a Banda NOVO SÉCULO — Prossegue com êxito, nas Emissoras Associadas, o certame patrocinado por ARGOS INDUSTRIAL S. A. — O dr. Etelvino Lins aplaudiu a música, da sacada do Palacio

SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE:
FESTIVAMENTE INAUGURADO O PRÉDIO DO GINASIO MUNICIPAL

Já em funcionamento, o admissão — Enchente no Capibaribe — O açude do «Morcego» Carnaval — Notas

Edival MORAES

DESPORTOS NO INTERIOR

SERVIÇOS PUBLICOS

DIARIO DE PERNAMBUCO—QUARTA-FEIRA, 13 DE ABRIL DE 1955

A "SOCIEDADE MUSICAL NOVO SÉCULO" ABRIU COM BRILHANTISMO O SEGUNDO CONCURSO DE BANDAS DE MÚSICA DO INTERIOR

Santa Cruz do Capibaribe recepcionou entusiasticamente a caravana radiofônica das ASSOCIADAS do Recife — A audição de NOVO SECULO será reprisada, em gravação, pela Rádio Clube de Pernambuco — Vitoria expressiva da ARGOS INDUSTRIAL S.A., organizadora do certame

DESPORTOS NO INTERIOR

Noticias de Santa Cruz do Capibaribe

Edival MORAES

NOTICIAS DE SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE

Lindolfo LISBÔA

Pelos MUNICIPIOS

Na Pressa De Se Criar Novos Municípios:

Os Deputados Terminarão Por Entornar O Caldo...

O gozado e divertido episódio de Santa Cruz do Capibaribe - Quando se verifica que Taboa está com tudo - Um novo empecilho aparece em Nazaré: o dr. Benjamin Azevedo - O pe. Simões e as contrariedades que pode acarretar para o etelvinismo

MATERIA NA 3.a PAGINA

DIARIO DE PERNAMBUCO—SEXTA-FEIRA, 19 DE JUNHO DE 1959

HECATOMBE IMINENTE

Santa Cruz Do Capibaribe Também Está Politicamente Conflagrada

Chefe politico pessedista, acompanhado de adeptos, impediu comicio dos udenistas – Parlamentar pede o envio de reforços para manutenção da ordem – Politicos querem se digladiar na praça pública

O SURTO DE TIFO EM SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE

O MOMENTO POLITICO

JUIZ DE SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE PREOCUPA-SE COM A "POLICIA RURAL"

POLITICA

A CHEFIA DO MUNICIPIO DE SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE

SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE AS ESCURAS

Legenda: Mosaico com manchetes e títulos de colunas sobre Santa Cruz do Capibaribe em jornais da década de 1950.
Fonte: Edição feita por João Paulo França de manchetes e colunas do Diário de Pernambuco e Jornal Pequeno de 1951 a 1959, Barra de São Miguel, 2023.

SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE EM MANCHETES:

Recortes históricos e culturais sobre o município em jornais da década de 1950

João Paulo França

Introdução

> AIsto ocorre porque os jornais não transmitem apenas informações. Eles também comunicam ideias e valores, e através dessas ideias e valores buscam agir sobre a sociedade, além de representarem certos interesses - não necessariamente um único setor de interesses, mas sim um campo de interesses no interior do qual diversos fatores interagem.
>
> **José D'Assunção Barros, Fontes Históricas: Introdução aos seus usos historiográficos, de 2019, p. 183.**

História é a "ciência dos homens", "dos homens, no tempo", já advertiu Marc Bloch (1886-1944). Desta forma, construímos aqui uma narrativa de seres humanos no tempo. Os eventos não são mais importantes que as pessoas. São os indivíduos que no cotidiano construíram as histórias de suas comunidades. Neste sentido, procuramos enfatizar não um discurso "triunfalista", mas as "colchas de retalhos" de notícias disponíveis nos jornais, que se apresentam para nós e permitem que se construa o "tecido" de uma narrativa sobre a década de 1950, que apresentamos nos tópicos seguintes.

A emancipação política de Santa Cruz do Capibaribe: debates

Por meio da cobertura do cotidiano da Assembleia Legislativa de Pernambuco em Jornais e Colunas, a exemplo de "O Momento Político" (Jornal Pequeno), "Política" e "Pelos Municípios" (Diário de Pernambuco), temos acesso às notas, trechos de discursos e telegramas de personagens do cenário político estadual e municipal. Nestas fontes encontramos informações dos debates que estavam a ocorrer nos idos da década de 1950.

Nem sempre as emancipações eram saudadas na imprensa. Vejamos esta nota da Coluna "O Momento Político", com o sugestivo título de "Febre de Emancipação...":

> Um surto de emancipação está avassalando a Assembleia Legislativa do Estado... Quase que diariamente surge na tribuna da

> Câmara um representante do povo para advogar a emancipação deste ou daquele distrito, por já possuir o "de cujus" um desenvolvimento admirável, um comércio adiantado, etc., etc. [...]. Com uma febre tal de emancipação, é ou não é para se ficar com a mosca na orelha?
>
> **Jornal Pequeno, em 11 de junho de 1952, edição 142, p. 3.**

A escrita é clara no sentido de convidar os leitores "a ficar com a mosca na orelha", ou seja, desconfiados. Um dos motivos: a ampliação de bases eleitorais dos deputados. Com o extenso título: "Na pressa de se criar novos municípios: os deputados terminarão por entornar o caldo... O gozado e divertido episódio de Santa Cruz do Capibaribe - quando se verifica que Tabosa está com tudo [...]", o articulista L. H. Silveira pontua:

> O Dom Quixote da autonomia de Santa Cruz sempre foi o dr. Tabosa, justiça se lhe faça. Apresentou um projeto neste sentido, mas então o PSD não queria votar nada que fosse de interesse de coligados e assim o projeto não passou. O dr. Tabosa estava disposto a voltar à carga, quando o dr. Emidio, de Vertentes, se meteu no meio. E o que vemos é esta coisa engraçada: telegrama vem, telegrama vai, moção vem, moção vai, uns querendo que o Pedro I de Capibaribe seja o dr. Tabosa, outros querendo que seja mesmo o dr. Emidio. Durma-se com um barulho destes. Os tabosistas berram que a maioria das assinaturas das mensagens dos emidistas são apócrifas, ou então de gente que assinou sem saber, de menores, de não eleitores, etc. Enquanto isso, o dr. Tabosa encheu as páginas do Diário Oficial (não podia fazer isso mais barato, seu doutor?) com uma relação enorme, de mais de 1300 assinaturas DE ELEITORES COM FIRMA RECONHECIDA, todos rezando pela cartilha do vereador Raimundo Aragão: autonomia só via Tabosa; do contrário, preferimos a escravidão. Não temos nada com o peixe, mas vemos que a situação do dr. Tabosa é "fixe" pois somente assim num "toma lá, da cá" alinha quase dois mil votos. Sim, porque esta é a tradução, em miúdo, da mensagem do Aragão: se tudo é eleitor e está com o Tabosa, Tabosa é que está com tudo. [...]
>
> **Jornal Pequeno, em 20 de março de 1952, edição 63, p. 3.**

Na matéria, vemos não só a desconfiança que a criação de novos municípios estava a causar na década de 1950. Também temos acesso a um dos inúmeros embates que correu no período, entre os deputados estaduais Adalberto Tabosa de Almeida (1917-2005), cuja base principal era Caruaru-PE, e Emídio Cavalcanti Albuquerque (1911-1971), com raízes eleitorais em Vertentes-PE, para serem, nas palavras da imprensa, o "Pedro I", ou seja, o "pai da Independência" de Santa Cruz do Capibaribe.

O articulista Valfredo de Lisboa, na Coluna "Pelos Municípios", resgatou um pouco da luta histórica não só dos parlamentares, mas também dos moradores de Santa Cruz e usou seu espaço no jornal para escrever artigos na defesa da emancipação:

> É justa, justíssima, a causa de Santa Cruz, e, preza aos céus que ela seja coroada de feliz êxito. Não é de hoje que Santa Cruz trabalha com este objetivo. Sua luta já vem de 1929, quando pleiteou pela primeira vez a sua autonomia municipal, fato que se repetiu em 1938, em 1943, e finalmente em 1948. Cremos que, desta vez, Santa Cruz será vitoriosa em suas justas pretensões, pois que, atualmente, aquela progressista Vila satisfaz plenamente a todas as exigências da Lei de Organização municipal sob o n. 445. [...] Santa Cruz supera hoje todos os requisitos exigidos por lei para se organizar em município. Conta com 944 prédios coletados, mas no momento o número de casas é maior, dada a verdadeira febre de construção que contamina a localidade. Tem uma população de 3480 almas conforme o último censo. Com a independência a população do novo município atingirá a cifra de 13.408 habitantes. A renda municipal da Vila é de Cr$ 200.204,00 acrescentando a isto as rendas dos povoados do Pará e São Domingos que no ano passado renderam a importância de Cr$ 68.129,80 perfazendo assim o total de Cr$ 268.333,80.
> Somando aquela renda a quota federal devida aos municípios, Santa Cruz se equilibrará, e, com o esforço honesto de seus filhos marchará para o Progresso.
>
> **Diário de Pernambuco, em 05 de março de 1953, edição 52, p. 8.**[1]

Em uma disputa não só jurídica, afinal, a localidade já preenchia os requisitos formais para a emancipação, compreendendo que está também

era uma luta política e econômica, munido de informações prestadas pelos moradores de Santa Cruz do Capibaribe, Valfredo de Lisboa passa a elencá-las, a fim de justificar tal pleito. Prossegue:

> A Vila de Santa Cruz dispõe de um colégio eleitoral de 1110 eleitores, com a autonomia, aumentará o seu eleitorado para 2182. É uma Vila eminentemente comercial. Tem uma das melhores feiras do Estado de Pernambuco, famosa pela grande quantidade de mercadoria e pela muita gente que ali acorre procedente dos municípios vizinhos. Conta com 17 armazéns de compra e vendas de cereais, peles, mamona, algodão, carvão vegetal e outros gêneros, 8 casas de estivas em grosso, 14 mercearias, 8 lojas de tecidos e miudezas, 9 padarias, 2 sapatarias, 3 postos de gasolina, 2 enchimentos de bebidas, 4 hotéis, 1 farmácia, 1 Armazém de madeira e outro de açúcar, 8 bares e um excelente foto. Como se vê a alma de Santa Cruz é o comércio que há de acarretar grande desenvolvimento para a futura cidade de Pernambuco.
>
> **Diário de Pernambuco, em 05 de março de 1953, edição 52, p. 8.**

Por mais que os embates e números da emancipação fossem favoráveis à Santa Cruz do Capibaribe, nos bastidores permanecia a disputa entre os diferentes grupos políticos. Neste sentido, Valfredo Lisboa, de passagem por Santa Cruz, recebeu informações que as publicou, não agradando na totalidade ao parlamentar Emidio Cavalcante que, pessoalmente, procurou o articulista. Este embate ficou registrado com o título “A bem da verdade”, onde Valfredo Lisboa narra na Coluna:

> Ao deixar Santa Cruz no dia 11 de fevereiro, o sr. Raimundo Aragão forneceu-me um relatório datilografado contendo todos os dados atinentes aos vários setores da vida naquela futura cidade. [...] Desfazendo as inverdades que pessoas menos avisadas propagaram em Santa Cruz, quero esclarecer aos santacruzenses que, em consequência do meu comentário de 11 do corrente, esteve em minha residência o deputado dr. Emídio Cavalcanti (a quem não conhecia), não para tomar satisfações com quem nada lhe devia, mas para declarar, mui fidalgamente, que era um leitor assíduo dos meus artigos e que tinha restrições a fazer aquele publicado no dia 11. [...] Eu e o dr. Emídio conversamos amistosamente durante 40 minutos sobre o assunto. Esclareço ainda que o deputado

> Emídio Cavalcanti usou para comigo de toda a distinção cabível a um homem educado. Não é verdade que 'amarelei' diante do deputado Emídio Cavalcante, pois, que, nada lhe devia.
>
> **Diário de Pernambuco, em 28 de março de 1953, edição 70, p. 8.**

É importante destacar que não era apenas "brigas de egos" as disputas mencionadas. Passava também por projetos distintos, que incluiriam ou não localidades como Pão de Açucar (Taquaritinga do Norte) e São Domingos (Brejo da Madre de Deus) à Santa Cruz do Capibaribe. Passemos a palavra aos deputados contendores para distinguir tais projetos. Inicialmente, vejamos a posição do deputado Tabosa de Almeida:

> Santa Cruz do Capibaribe – "quanto ao nosso projeto de criação do município de Santa Cruz do Capibaribe, o nosso ponto de vista continua sendo o mesmo, a não ser que, contra a expectativa do ilustrado constitucionalista Carlos Maximiliano, que nesse assunto é uma das vozes mais autorizadas do país, o Supremo Tribunal Federal firme jurisprudência, no caso de Limoeiro, exigindo a anuência da respectiva Câmara Municipal para a criação dos municípios de Passira e Cumaru, de acordo com os projetos do deputado petebista Aurino Valois. Se tal acontecer, o problema mudará de aspecto tanto para nós como para os nossos amigos e correligionários de Capibaribe, Pará, Pão de Açúcar e adjacências. Isto porque, na conformidade do projeto de nossa autoria, prevemos o desmembramento de uma pequena parte do município de Brejo da Madre de Deus, precisamente do distrito policial de São Domingos, cujos habitantes, em sua maioria, tem manifestado sua irrestrita e valiosa solidariedade aos altos propósitos dos capibaribenses, mas não contam, ao que tudo indica, com o apoio do prefeito nem o da Câmara municipal: - contam apenas com o nosso apoio e, talvez, com a aprovação da maioria dos nossos colegas de Assembleia: pelo menos daqueles que não ouviram nem o prefeito nem a Câmara Municipal de Brejo da Madre de Deus. [...].
>
> **Diário de Pernambuco, em 18 de agosto de 1953, edição 185, p. 3.**

Contrapondo o projeto e as ideias contidas na entrevista do

parlamentar Tabosa Almeida, observemos o substitutivo proposto pelo deputado Emídio Cavalcanti:

> ART 1º - Fica, pela presente lei, criado o município de Santa Cruz do Capibaribe, desmembrado do município de Taquaritinga do Norte, que terá por sede a Vila de Capibaribe, elevada à categoria de cidade, sob o nome de Santa Cruz do Capibaribe. [...] ART 3º - O município de Santa Cruz do Capibaribe fica constituído pelos distritos de Pará e Capibaribe e por uma parte do 1º distrito do atual município de Taquaritinga do Norte, e terá os seguintes limites: Com o município de Brejo da Madre de Deus: Parte da foz do riacho Varzinha, no Rio Capibaribe, segue pelo leito deste até encontrar a foz do riacho Jatobá, segue pelo leito do Jatobá até atingir a foz do riacho Doce ou Malungú, sobe por este até a sua nascente, e daí, por uma reta para o ponto mais próximo da cumiada da cordilheira limítrofe de Pernambuco e Paraíba; Com o Estado da Paraíba: Pela linha da cumiada da cordilheira inter-estadual até o ponto mais próximo da nascente do riacho Tanque do Cadú; Com o município de Taquaritinga do Norte: Do ponto mais próximo da cumiada da cordilheira inter-estadual, procura a nascente do riacho Tanque do Cadú, desce por este até sua foz no riacho Tapera, daí por uma linha reta para a nascente do riacho Brinquinho, na serra da Amarela, segue pela cumiada da serra da Amarela até atingir a nascente do riacho do Xavier, desce por ele até a sua foz no riacho Varzinha, e, finalmente, pelo leito do Varzinha a sua foz no rio Capibaribe - ponto de partida.
>
> **Diário de Pernambuco, em 04 de novembro de 1953, edição 251, p. 3.**

Defendendo o substitutivo transcrito, a Coluna "Política" traz nota com a fala do deputado Emidio que arremata dizendo que "as condições de vida e de Progresso do município que dará origem à nova comuna" estariam garantidas, bastando apenas, "só esperar pelo 'grito'".[2] Rebatendo a informação de que o projeto Emidio Cavalcante teria amplo apoio de políticos de Taquaritinga do Norte, o deputado Tabosa se apressa em encaminhar para a mesma Coluna "Política", cópia de telegrama recebido do Prefeito de Taquaritinga: "Já telegrafamos Assembléia protestando contra o substitutivo Emídio Cavalcante". Paulo do Couto Malta.[3] Fazendo uso da Tribuna da Assembleia, o deputado Tabosa de

Almeida é ainda mais incisivo em suas críticas ao parlamentar adversário, como atesta a Coluna “Política”, na nota com o belicoso título de “Um nobre chicanista”:

> O sr. Emílio Cavalcanti queimou as precatas, como diz o matuto, com o projeto Tabosa de Almeida, visando anexar parte da área do município das Vertentes ao de Taquaritinga do Norte. Tudo uma pura e mera “chicana legislativa”. Há poucos dias, o que acima está escrito, foi dito da tribuna do sr. Tabosa de Almeida, que por sinal não se encontrava no plenário da Casa. Além de chicana legislativa, outras “considerações” igualmente cabeludas, atingiram o deputado agrestino, inclusive a de “mero fabricante de casos” e criador de inimizades pessoais de outrem “um fito pouco provável de ganhar eleitores”.
>
> **Diário de Pernambuco, em 15 de novembro de 1953, edição 261, p. 3.**

Tendo em vista que não fizemos consulta direta aos Anais da Assembleia, não temos como aprofundar este duelo de palavras acerca da “paternidade” do projeto de emancipação política de Santa Cruz do Capibaribe naqueles idos de 1953. Nos é lícito conjecturar que foram fortes embates nos bastidores, não só em Recife, mas também no Agreste. No dia 27 de dezembro de 1953, o clima nos jornais muda, como atesta a Coluna “Política” com a nota “Ainda a criação de novos municípios”:

> Depois de marchas e contramarchas, finalmente a assembleia resolveu por uma maioria esmagadora criar mais municípios. A votação foi nominal na segunda discussão, mas mesmo assim foram pouquíssimos os votos discrepantes. O assunto é agora pacífico, dependendo apenas da sanção governamental, que sem dúvida será dada porque o próprio governador, na qualidade de presidente do partido majoritário, participou ativamente de todas as démarches [...]. Procuramos ouvir a respeito o sr. Tabosa de Almeida que, além de ter participado dos entendimentos que possibilitaram criação do seu município – Santa Cruz do Capibaribe – é tido e havido como um dos juristas da Assembleia, e uma das autoridades na matéria.
>
> **Diário de Pernambuco, em 27 de dezembro de 1953, edição 295, p. 3.**

O anseio da população e da classe política santa-cruzense enfim se realizou com a promulgação da Lei Estadual nº 1.818 de 29 de dezembro de 1953, que traz a emancipação de 12 municípios de Pernambuco, irmanados na mesma data. Sobre Santa Cruz do Capibaribe, a referida lei acabou sendo econômica nas informações:

> O GOVERNADOR DO ESTADO DE PERNAMBUCO:
> Faço saber que a Assembleia Legislativa decretou e eu sanciono a seguinte Lei:
> Art. 1º - Ficam criados os municípios de [...]; Santa Cruz do Capibaribe, abrangendo o distrito do mesmo nome e o de Pará, e terão como sedes as Vilas do mesmo nome.
>
> **Lei 1.818, Pernambuco, em 29 de dezembro de 1953.**

Destaco que a Lei Estadual 1.818/53 além da sanção do Governador, Etelvino Lins, também conta com a assinatura de Otávio Corrêa de Araújo, que à época ocupava a Secretaria do Interior e Justiça de Pernambuco (1952-1954)[4]. Parte da repercussão desta lei pode ser encontrada nos jornais do dia seguinte, onde telegramas de saudação ao Governador são transcritos. Vejamos o do cidadão José Álvaro:

> Criação município Santa Cruz do Capibaribe atendeu plenamente aspirações povo desta região batalhadores incansáveis causa comum nosso glorioso Pernambuco. Logo após divulgação das primeiras notícias povo em massa vibrou em delírio rua nova cidade promovendo passeata aclamando sem cessar nome vossa ecia e demais deputados que patrioticamente votaram favor projeto. Penhorado agradeço meu nome e de toda minha família com imorredoura gratidão que ficará perpetuado no bronze sua decisão patriótica prestada minha terra e minha gente. Atenciosas saudações a) José Álvaro.
>
> **Diário de Pernambuco, em 30 de dezembro de 1953, edição 297, p. 3.**

O telegrama de José Álvaro é significativo por nos mostrar um pouco da repercussão que a notícia da emancipação causou. A classe política também enviou suas saudações, como podemos constatar no

telegrama seguinte:

> Criado município Santa Cruz do Capibaribe atendidas nossas velhas e justas aspirações graças ao apoio de todos os partidos bem como a eficiência e pugnacidade do deputado Tabosa de Almeida lutou conosco, vibrantemente, durante oito anos consecutivos para alcançar esse objetivo, vimos comunicar vossencia, em nosso nome pessoal e no de 1331 pessoas assinaram memorial criação dito município, que reconhecemos e proclamamos chefia exclusiva deputado Tabosa de Almeida com quem acompanharemos orientação política vossencia bastando para isso seja entregue direção nosso município aquele nobre parlamentar conta aqui quase oitenta por cento eleitorado. [...] Agradecemos jubilosos importante valiosa e inesquecível colaboração vossencia sentido criação nosso município terá oportunidade de manifestar ao eminente governador sua imorredoura gratidão pelo grande benefício nos será proporcionado. Respeitosas saudações. as) Raimundo Francelino Aragão, Vereador - João Deodato de Barros, Vereador - João Pereira Sobrinho, Vereador.
>
> **Diário de Pernambuco, em 30 de dezembro de 1953, edição 297, p. 3.**

Ao passo que se celebra a emancipação, percebe-se nas entrelinhas do documento encaminhado pelos vereadores um olhar para a próxima disputa, ou seja, a chefia do recém-emancipado município. Este deve ter sido o mote de intensos diálogos e arranjos políticos nos bastidores nos primeiros dias do mês de janeiro de 1954. Sem perder tempo, a Coluna "Política" se torna mais uma vez porta-voz daqueles dias. Na nota "A chefia do município de Santa Cruz do Capibaribe", o articulista escreve:

> Ouvimos, antem-ontem, na Assembleia, que o sr. Emídio Cavalcanti, ainda tinha esperanças de liderar o novo município do Santa Cruz do Capibaribe, que chegara a visitar recentemente com o propósito de criar um ambiente favorável aos seus interesses eleitorais. Porém é de justiça ressaltar que os louros da vitória cabem ao sr. Tabosa de Almeida, que desde a Constituinte a Lei de Organização Municipal vem trabalhando com afinco com o fim exclusivo de possibilitar a criação daquele município. Todos na assembleia sabem disso e o proclamam. [...] Além de tudo, as diferenças fundamentais entre o projeto do sr. Tabosa de Almeida

> e do sr. Emídio Cavalcanti consistiam na inclusão, na proposição deste último, da localidade de Pão de Açúcar e da propriedade do sr. Sinésio Cavalcanti. E os limites do projeto vitorioso excluem precisamente esses dois pontos fundamentais que tanto interessavam ao sr. Emídio Cavalcante. Os fatos são fatos e não adianta fugir deles.
>
> **Diário de Pernambuco, em 07 de janeiro de 1954, edição 005, p. 3.**

Com a nomeação de Teófanes Ferraz Torres Filho para primeiro prefeito e as indicações seguintes, percebe-se que esta contenda foi vencida pelo deputado Tabosa de Almeida, o que não fez resignar o deputado Emidio Cavalcanti, que ao longo da década ainda o encontramos nas fontes a se referir e propor ações para Santa Cruz do Capibaribe.

Cotidiano e apontamentos da infraestrutura de Santa Cruz do Capibaribe

O município foi instalado no dia 09 de maio de 1954[5]. Um dos primeiros atos que encontramos nos jornais é a implantação do Poder Judiciário. Em matéria no Diário de Pernambuco, sob a chamada "Instala-se a Comarca de Capibaribe", temos os pormenores:

> O deputado Tabosa de Almeida esteve no dia 11, em Santa Cruz do Capibaribe, e écos da recepção que ali obteve dos habitantes chegam agora ao Recife através da imprensa matuta. A instalação da comarca - a primeira das novas comarcas a ser instalada -transformou-se numa série de justas homenagens ao parlamentar do agreste. Logo ao chegar, em companhia do juiz de Direito e da comitiva que conduziu de Caruaru foi saudado com demonstrações pirotécnicas, salvas de palmas, música, etc. Ao meio-dia realizou-se o banquete, falando dois sacerdotes: um de batina, vigário da paróquia e representante do bispo diocesano nas solenidades, e outro sem batina, o conhecido padre Petrônio Barbosa, ex-vigário local e que falou secularmente em nome do povo capibaribense. [...]. Ás 15 Horas verificou-se, no edifício do Fórum, a instalação da comarca, falando nessa ocasião o juiz, o prefeito do município, o padre Petronio Barbosa e o sr. Tabosa de Almeida. Após a solenidade, o povo aglomerou-se na praça defronte do edifício da

> Prefeitura cantando, com as escolas públicas, o hino de Santa Cruz do Capibaribe, e dando vivas entusiásticas ao libertador de Capibaribe, deputado Tabosa de Almeida, ao governador do Estado e ao general Cordeiro de Farias. Dessa maneira confirmaram-se totalmente os nossos prognósticos a respeito da chefia inconteste de Tabosa em Santa Cruz do Capibaribe. [...]
>
> **Diário de Pernambuco, em 18 de julho de 1954, edição 155, p. 12.**

As solenidades e recepções de autoridades em Santa Cruz é tema constante das notas nos jornais. Também há relatos acerca das inaugurações realizadas no período. Desta forma, outro dia festivo para a população foi a entrega do prédio provisório do Ginásio Municipal. Nesse dia, Edival Moraes nos legou relato com o título "Santa Cruz do Capibaribe: festivamente inaugurado o prédio do Ginásio Municipal". Eis:

> O Ginásio Municipal de Santa Cruz do Capibaribe parece que vai ser mesmo uma realidade. A Lei que o criou, após encontrar inúmeras dificuldades, está se tornando verdadeira. [...] Há pouco tempo, foi feita uma reforma num 'sobradinho' (que data dos tempos do Império), adquirido pela Prefeitura, no qual funcionará provisoriamente o primeiro Estabelecimento de Ensino do curso secundário, desta terra das velhas 'gameleiras'.
>
> No dia 9 deste, foi brilhante e festivamente inaugurado o prédio provisório do Ginásio santacruzense. As solenidades inaugurais, estiveram presentes as diversas autoridades desta cidade, as Escolas locais, a Banda Musical 'Novo-Século' e toda a família santacruzense. Com os acordes da 'Novo-Século' executando o Hino Nacional o prefeito local concedeu ao vigário desta paróquia, o pe. José Pereira da Silva, o direito de cortar a fita simbólica, inaugurando, assim, o primeiro prédio do nosso Ginásio. [...]
>
> O novo Ginásio já está fazendo funcionar o seu curso de admissão ao ginasial, e também um curso primário. Mais de 50 alunos já foram matriculados. Esse Ginásio pleiteará junto ao Ministério da Educação, a sua oficialização, para que, no próximo ano, possa fazer funcionar a primeira série ginasial. [...]
>
> **Diário de Pernambuco, em 23 de maio de 1957, edição 116, p. 9.**

Não só de festividades e inaugurações viveu a população santa-cruzense na década de 1950. Município encravado no "Polígono das secas", no semiárido brasileiro, Santa Cruz enfrentou significativas estiagens, mesmo dispondo do rio Capibaribe ao lado da sede. Edival Moraes nos fala um pouco da relação dos moradores com o rio:

> ENCHENTE: - o Rio Capibaribe é para esta terra, em muitos casos, o que o Nilo é para o Egito. Embora não fertilizando o solo e mesmo transformando-se numa 'estrada de areia', durante as longas e costumeiras estiagens, o Capibaribe é, nas horas mais amargas, um verdadeiro 'amigo certo' para os santacruzenses, socorrendo-os com a água, mesmo um pouco salgada, das suas Cacimbas, - quando a falta do líquido indispensável se agrava.
> Quando o Capibaribe está com 'enchentes', a cousa, então, melhora. Por estas razões, os santacruzenses vibraram de entusiasmo e alegria, quando, as primeiras horas do dia 10 deste viram águas barrentas rolando no leito do Capibaribe (a 'ex-estrada de areia'). É uma verdadeira festa, um espetáculo... Com isso beneficiaram-se os animais e, também os homens. A situação que estava bastante crítica, melhorou, embora se não houver chuvas e novas 'enchentes', em breve, tudo volte ao normal, ao anterior.
>
> **Diário de Pernambuco, em 23 de maio de 1957, edição 116, p. 9.**

Os relatos de flagelos do período também são destaques nas matérias jornalísticas. O deputado Emídio Cavalcanti chega a denunciar que no Agreste "um terço da população - precisamente a mais válida e mais capaz - deixou a terra, em direção ao sul"[6]. Apesar do número de "um terço" nos indicar certo exagero do parlamentar, esta pode ser uma indicação dos caminhos que jovens e famílias se viam obrigados a seguir, em virtude das secas. A construção de açudes está entre os reclames dos articulistas do período. Encontramos um intenso debate pelos jornais onde se busca mostrar também as ações e encaminhamentos do poder público sobre aspectos físicos da localidade. Eis exemplo:

> O governador do Estado recebeu o seguinte telegrama: DE SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE – PE: "Comunico vossencia foi iniciada a construção açude Manhosa, próximo esta cidade.

> Aproveito oportunidade nome município agradecer vossencia inúmeros benefícios recebemos seu governo, construindo prédios coletoria estadual e escola mínima, Vila Pará, açude Pedra Negra, limpeza açude Vila Pará e aterro ponte Riacho Tapera. Respeitosas saudações. a) Raimundo Francelino Aragão – prefeito
> **Diário de Pernambuco, em 10 de março de 1957, edição 55, p. 4.**

Além das obras do açude da Manhosa, na década de 1950 também há solicitações para que sejam construídos açudes de maior porte, inclusive no leito do rio Capibaribe. O cotidiano da população nas estiagens era difícil. Edival Moraes, em 1958 constata que:

> Aqui em Santa Cruz, a água considerada boa para o consumo da população, está vindo de longe, de outros municípios, conduzida por caminhões particulares e vendida ao preço de Cr$ 5,00 a lata. Felizmente, há as "Cacimbas" do Capibaribe que, mesmo com sua água salgada, poluída, realizam milagres, salvando a população santacruzense de uma calamidade ainda maior.
>
> **Diário de Pernambuco, em 14 de fevereiro de 1958, edição 36, p. 12.**

Não só a falta d'água era motivo para reclames. Ainda na década de 1950, encontramos insatisfações nos jornais a respeito da qualidade da energia elétrica da comunidade, além das condições de atendimento da saúde da população, havendo inclusive, um surto de "tifo", reconhecido em telegrama enviado pelo chefe do executivo ao Diário de Pernambuco: "Realmente, existe um surto de tifo neste município, com cerca de 15 casos, tendo havido 3 óbitos"[7]. A resposta é uma tentativa de diminuir o alarde que matéria anterior do jornal provocou a respeito desta enfermidade na região.

Um destaque final nestas notas acerca do cotidiano do município de Santa Cruz na década de 1950, cabe ao Carnaval que, Edival Moraes assim o definiu em 1958: "Até agora, nada existe, nesta cidade, em torno do próximo Tríduo de Momo. Todavia, afirmamos que Carnaval, bom ou ruim, teremos, como todos os anos, isto, principalmente porque o clube carnavalesco desta cidade chama-se "última hora em folia"[8].

Em linhas gerais, estas são algumas das informações que podemos

tecer a respeito do cotidiano em Santa Cruz do Capibaribe na década de 1950. Todavia, para compreendermos melhor aspectos culturais e esportivos do período, prosseguimos, na trilha do som da banda “Novo Século” e dos desafios do clube Ypiranga.

A era de ouro da “Novo Século”: apresentações e participações na vida social

Na década de 1950 a Sociedade Musical “Novo Século” participou ativamente da vida cultural de Santa Cruz do Capibaribe. Seus acordes foram onipresentes nos distintos eventos sociais. Por limitações de espaço, não temos como “caminhar” por todas as notas e citações à presença da banda nos eventos santa-cruzenses do período. Lançaremos nossa atenção para um momento especial da filarmônica: a participação no programa “Salve a Retreta” das Emissoras Associadas, Rádio Tamandaré e Rádio Clube, do Recife. Por intermédio do Diário de Pernambuco, com o descritor “Santa Cruz Capibaribe”, encontramos entre os anos de 1954 e 1957, o número de 13 matérias com menções à Banda Novo Século no programa, onde se realizava o “Grande Concurso Pernambucano de Bandas de Música do Interior”. Matéria do periódico citado nos explica melhor:

> Cada domingo, no grande auditório do Palácio do Rádio, em Cruz Cabugá, através das Emissoras Associadas, a partir das 21 horas, ARGOS INDUSTRIAL S. A. apresenta o programa de Luiz Maranhão Filho, SALVE A RETRETA que movimenta o concurso, trazendo cada domingo, ao Recife, uma das mais queridas e tradicionais bandas de música que viaja e aqui se hospeda sob a responsabilidade das Emissoras Associadas que para isso vem contando com o valioso apoio da Rede Ferroviária do Nordeste, da Polícia Militar de Pernambuco e da Pernambuco Autoviária Limitada.
>
> **Diário de Pernambuco, em 15 de abril de 1954, edição 86, p. 3.**

Com o título: “Esperada, domingo, a banda ‘Novo Século’”, o jornal traça o perfil da Filarmônica e aponta detalhes de sua história e exalta suas qualidades. Todavia, significativa para nossa análise é a matéria de 20 de abril de 1954, intitulada: “Recebida pelo governador a Banda de Santa Cruz”. Segundo o relato, “embora seja uma sociedade de grande prestígio e bastante aplaudida no interior, é a primeira vez que se apresenta em nossa capital e marcou nesta visita um êxito sem precedentes”[9]. Para além do pioneirismo da exibição, nos chama atenção o relato dos bastidores da excursão:

> VIAGEM PARA A CAPITAL - Eram 22 e 30 aproximadamente, no sábado último, quando a cidade de Santa Cruz do Capibaribe apresentava um aspecto festivo. Todas as famílias se despediam dos músicos da banda NOVO SÉCULO, os pais, um tanto tristes porém com muito mais alegria do que tristeza, diziam adeus aos seus garotos que viriam com a banda. E a famosa sociedade, com seu presidente sr. Adauto Aragão e demais membros da comitiva, desfilou pelas ruas da cidade entre aplauso, marchando garbosa e sendo vivamente saudada pela população. Lá, fez as despedidas ao som de dobrados. Viajando em caminhão particular, devido ao difícil acesso pelas estradas na situação atual, a comitiva da banda NOVO SÉCULO rumou para a cidade de Caruaru, onde chegou cerca de 1 hora da madrugada do domingo.
> EM CARUARU – Na “Capital do Agreste” chegou a banda NOVO SÉCULO sendo recebida pelo produtor Luis Maranhão Filho, enviado das Emissoras Associadas. Os rapazes da música estiveram a passear um pouco pela cidade sendo cumprimentados por integrantes da banda “Nova Euterpe”, da cidade de Caruaru que já esteve presente ao concurso, como segunda concorrente. A’s 3 e 40, confortavelmente instalada num carro especial da “Rede Ferroviária do Nordeste”, por gentileza do seu administrador, engenheiro Gereino de Pontes, a comitiva da banda NOVO SÉCULO se aprestava para a viagem com destino ao Recife. Atrelado ao trem de São Caetano, o carro especial trouxe ao Recife, os músicos da banda de Santa Cruz do Capibaribe que saudaram, com seus dobrados e frevo bem pernambucanos, as cidades onde passaram: Bezerros, Gravatá, Vitória, Moreno, Jaboatão e finalmente o Recife.
>
> **Diário de Pernambuco, em 20 de abril de 1954, edição 89, p. 3.**

Da despedida dos pais e familiares em Santa Cruz, passando pela viagem de caminhão até Caruaru, de onde partiu de trem para o Recife, percebe-se na escrita do repórter os pormenores de uma espécie de “odisseia” dos jovens músicos, que entusiasmados não deixavam de apreciar o momento, inclusive com apresentações improvisadas pelas cidades por onde o trem passava. Antes de se apresentar efetivamente no concurso, a banda ainda tocou bastante pelo centro da capital pernambucana:

> NA CAPITAL - Desembarcando na estação central, recebida por santacruzenses que vivem no Recife, por entusiastas das bandas de música e por diretores das Emissoras Associadas, a banda NOVO SÉCULO entrou em formação, no Largo da Central e ao som de um dobrado tomou o rumo do centro da cidade, desfilando garbosa pela Praça Joaquim Nabuco, rua do Sol e finalmente Praça da República, onde iria prestar sua homenagem ao governador do estado, grande amigo de Santa Cruz do Capibaribe.
> RECEBIDA PELO GOVERNADOR - em frente ao Palácio do Campo das Princesas, na Praça da República, a banda se deteve, juntamente com sua diretoria e integrantes de sua comitiva atraindo as atenções de todos quantos transitavam pelo local, na ocasião, a banda NOVO SÉCULO, com suas 24 figuras, executou suas marchas vibrantes e marciais, em saudação ao governador do Estado. [...] Da sacada do segundo andar do Palácio do Governo, o próprio governador Etelvino Lins, em companhia de sua esposa e suas filhas, saudou a música de Santa Cruz, aplaudindo-a vivamente pela sua execução. [...]
> NO DIÁRIO- A banda NOVO SÉCULO veio surpreender a praça da Independência, com o seu habitual movimento das manhãs domingueiras. Muitos fiéis que vinham da missa, na matriz de Santo Antônio, pessoas que se destinavam aos subúrbios, todos se aglomeravam na Pracinha do DIÁRIO saudando a música.
>
> **Diário de Pernambuco, em 20 de abril de 1954, edição 89, p. 3.**

Em um tempo de comunicações ainda não muito instantâneas, nos chama atenção que, quando enfim chegou no “Palácio do Rádio”, os componentes da banda puderam enfim descansar e “cerca de 10 garotos, entre 13 e 16 anos, músicos da banda, foram trazidos ao microfone, para

falar diretamente para Santa Cruz do Capibaribe, a fim de tranquilizar suas famílias, por certo apreensivas"[10]. O restante do domingo foi para descanso e alimentação, além de um breve ensaio na parte da tarde. A noite, os sons da Novo Século ecoaram pelas ondas das Emissoras Associadas: "Finalmente, às 21 horas, abriram-se as cortinas do Palácio do Rádio, a apresentação pela cadeia de Emissoras Associadas Tamandaré--Rádio Clube, em cinco ondas diferentes, do programa de Luiz Maranhão Filho, SALVE A RETRETA"[11]. Vejamos a conclusão desta jornada:

> REGRESSO – Depois da audição, os integrantes da música receberam inúmeros cumprimentos de velhos santacruzenses que se emocionaram com a apresentação. Reinava grande Alegria. Eram 23 horas, quando os rapazes da NOVO SÉCULO se dirigiram de automóvel até o quartel do Segundo Batalhão da Polícia Militar, na rua Siqueira Campos, onde foram hospedados por gentileza do comandante, coronel Saim de Miranda.
> A's 5 horas da manhã de ontem, a comitiva rumou para a Estação Central, afim de embarcar no carro especial, no trem de São Caetano, rumo a Caruaru. Naquela cidade, seguiram de caminhão particular, até Santa Cruz do Capibaribe onde foram alvo de carinhosa e simpática acolhida da população.
>
> **Diário de Pernambuco, em 20 de abril de 1954, edição 89, p. 3.**

Viagem tão intensa certamente marcou o imaginário desta geração de músicos, que no cotidiano da cidade contaram em verso e prosa suas impressões e peripécias na jornada musical. Na edição do dia seguinte, encontramos um longo histórico da Banda Novo Século, lido durante a apresentação no programa, como atesta parte da matéria: "No decorrer da audição, foi apontada a brilhante história da banda de música que goza de incomparável prestígio no interior, história que reproduzimos nestas notas", sendo a reportagem de Luiz Maranhão Filho e as notas históricas de José Álvaro[12]. De certo modo, conjecturamos que o histórico era uma solicitação da organização do concurso e serviu para que a Sociedade Novo Século pudesse olhar para seu passado e produzir tal conhecimento que até o tempo presente é compartilhado pelas novas gerações. Só o título e os subtítulos da matéria nos apontam a importância do relato

para a história da banda:

> Em 1900, nascia a banda "NOVO SÉCULO" - uma só família e 3 nomes: Aragão, Moura e Balbino - antigamente se chamava "Sociedade Musical Triunfo santa-cruzense" - grandes mestres que a comandaram: Vigarinho, mestre Nôzinho, João Francisco - o tenente Pedrosa foi o fundador da música de Santa Cruz do Capibaribe - 4 de outubro é a data exata da fundação - uma ata de 1901 foi encontrada nos arquivos.
>
> **Diário de Pernambuco, em 21 de abril de 1954, edição 90, p. 9.**

As participações da Novo Século são bem documentadas no programa "Salve a Retreta" e no "Grande Concurso Pernambucano de Bandas de Música do Interior". Na II Edição em 1955, a banda abriu o concurso e o programa foi gravado em Santa Cruz do Capibaribe sendo, inclusive, reprisado. Em 1956, se realizou a III Edição, onde a Novo Século mais uma vez abriu o certame e, por fim, em 1957, há o registro da IV Edição. Todas as participações foram significativas, mas certamente o encantamento da odisseia da primeira apresentação ficou gravado nas mentes dos músicos e no cotidiano da cidade.

Futebol em Santa Cruz do Capibaribe: notas do Ypiranga na década de 1950

Uma das instituições mais respeitadas pela população de Santa Cruz do Capibaribe é o Ypiranga, clube futebolístico e de dinâmica vida social. Nas Fontes pesquisadas, ou seja, jornais da década de 1950, encontramos passagens interessantes que mostram momentos de euforia e de crise desta instituição. As notas do articulista Lenivaldo Aragão, na Coluna "Desportos no interior", encontradas no Diário de Pernambuco nos mostram um pouco da dinâmica do clube no período pesquisado. A princípio, em 1956, temos uma interessante Coluna a respeito da preparação do clube para participar de um amistoso na cidade de Boqueirão, Cariri da Paraíba. Eis:

> A's primeiras horas do próximo domingo estará se deslocando com destino à cidade paraibana de Boqueirão a representação de futebol do Ipiranga Esporte Clube, desta cidade. Ali, dará combate ao poderoso esquadrão do DNOCS, agremiação integrada de funcionários desse órgão de combate à seca, ora em atividades naquele município. PODERÁ AGRADAR - Esse inter-estadual, que envolverá dois valorosos conjuntos do 'association' do interior de Pernambuco e da Paraíba está apto a corresponder à expectativa da torcida. A chefia da nossa delegação foi confiada ao sr. Inácio Aragão. O quadro pernambucano, provavelmente, será o seguinte: Sebastião; Heleno e Tonho; Estoelcio, Guilherme e Bernito; Mário, Arnon, Afonso, Joãozinho e Dida.
>
> **Diário de Pernambuco, em 13 de outubro de 1956, edição 236, p. 7.**[13]

A nota é importante por nos apresentar, não só uma partida de futebol futura, mas principalmente, por nos mostrar o possível itinerário de adversários do time do Ypiranga e, consequentemente, os locais para onde a equipe se deslocava. Também merece destaque a citação ao "chefe da delegação", ou seja, responsável pela equipe, o senhor Inácio Aragão. Ainda temos acesso à preciosa lista de jovens que naqueles idos de 1956 defendiam as cores azul e branca. Vale repetir: "Sebastião; Heleno e Tonho; Estoelcio, Guilherme e Bernito; Mário, Arnon, Afonso, Joãozinho e Dida". Por quanto tempo este esquadrão atuou junto? Quais triunfos? Quais as desavenças? As fontes são inconclusas.

Apesar da empolgação com a excursão prevista, na semana seguinte, na mesma coluna "Desportos no Interior", Lenivaldo Aragão nos informa que:

> Não foi possível ao Ipiranga realizar a excursão (programada para domingo passado) à cidade de Boqueirão, na Paraíba. Após haverem sido encerradas todas as 'démarches', a direção do Ipiranga recebeu uma comunicação do clube Paraibano, dizendo da impossibilidade de receber nossa visita, naquela semana. Entretanto, ficou acertada, para o dia 28 próximo, a exibição de nossa falange perante o público dali. EM FRANCOS PREPARATIVOS - Embora somente volte a preliar no próximo domingo, o 'onze' do sr. Inácio Aragão continua treinando assiduamente. Três coletivos estão sendo realizados por semana, sempre bastante concorridos.

> MISS PARAÍBA - Grande é a movimentação existente nos nossos meios sociais, pela chegada, no próximo domingo, da srta. Margarida Vasconcelos, 'miss' Paraíba 1956 que durante vários anos residiu nesta cidade. Como não poderia deixar de ser, o nosso alvi-azulino far-se-á representar nas homenagens a serem prestadas a mais bela paraibana, na pessoa da srta. Maria Nores de Araújo, eleita Rainha do Ipiranga.
>
> **Diário de Pernambuco, em 21 de outubro de 1956, edição 243, p. 16.**

Para além de sabermos do cancelamento da excursão à Boqueirão, acabamos por conhecer mais um aspecto do clube Ypiranga. Em tempos que o concurso de Miss era acompanhado por grande parcela da população, com as vencedoras recebidas e convidadas para variados eventos sociais, encontramos na Coluna de Lenivaldo Aragão a informação que, a Miss Paraíba 1956, a jovem de Barra de São Miguel-PB (à época, Município de Cabaceiras-PB) Margarida Vasconcelos, iria prestigiar o clube Ypiranga e este, recepcionaria a "mais bela paraibana", através da senhorita Maria Nores de Araújo, que era "Rainha do Ipiranga". No jornal de primeiro de novembro de 1956, Lenivaldo Aragão, nos traz mais informações esportivas e sociais deste aguardado encontro:

> A equipe do Ipiranga Esporte Clube, desta cidade, excursionou, domingo último, a cidade de Boqueirão, quando enfrentou o conjunto local de igual nome. A PARTIDA. Ipiranga e Boqueirão realizaram um espetáculo que agradou a todos, tanto pelo nível disciplinar, como pelo arrojo com que os dois contendores se lançaram à luta. MISS PARAÍBA. A nota de destaque da tarde esportiva foi a presença da srta. Margarida Vasconcelos, 'Miss' Paraíba 1956.
>
> **Diário de Pernambuco, em 01 de novembro de 1956, edição 252, p. 8.**

Quanto foi o placar do jogo? Houve vencedores? Algum atleta marcou gol? Não sabemos. O articulista preferiu destacar que as equipes "realizaram um espetáculo que agradou a todos, tanto pelo nível disciplinar, como pelo arrojo com que os dois contendores se lançaram

à luta"[14]. Lapso na escrita? Ou o resultado do jogo não foi digno de nota para um santa-cruzense? Com o passar do tempo, as notas que temos acesso acerca do Ipiranga, já não trazem a mesma euforia destes dias. A escrita é adversa. O mesmo "Desportos no Interior", de Lenivaldo Aragão, constata no início de 1957:

> O futebol santacruzense atravessa, atualmente, uma das piores fases de sua vida. Praticamente, o público está sem o 'esporte bretão'. O Ipiranga Esporte Clube, a querida agremiação da terra de Santa Cruz, vive um período negro, tanto social, como esportivamente. Basta dizer que o alvi-azulino (o único que ainda sobrevive, apesar dos contratempos), há mais de dois meses está sem jogar. Os treinos têm sido uma negação. Os atletas, com uma certa dose de razão, não vem levando a sério os ensaios. E assim os aficionados vivem privados de espetáculos pebolisticos. [...]
> EXCURSÃO À VISTA - Estão se processando entendimentos para uma visita do Ipiranga, no próximo dia 20 a Usina Santa Terezinha. Sabe-se que o presidente, sr. Inácio Aragão, inexplicavelmente, é contrário a essa excursão. Apesar da negligência do mentor, os jogadores estão mesmo dispostos a realizar a peleja, naquele parque industrial. Ainda que o citado dirigente não esteja de acordo, os atletas deverão tomar sobre si a responsabilidade da excursão.
>
> **Diário de Pernambuco, em 18 de janeiro de 1957, edição 15, p. 7.**

No início do ano de 1957, encontramos o futebol de Santa Cruz em "uma das piores fases de sua vida", nas palavras de Lenivaldo Aragão. Se antes encontrávamos os atletas do Ypiranga em no mínimo três treinos coletivos semanais "bastante concorridos", agora a descrição é que "os treinos têm sido uma negação". A crise se amplia ao percebermos que o presidente do clube, senhor Inácio Aragão não autoriza uma excursão do time, levando os atletas a "tomar sobre si a responsabilidade da excursão", em claro embate com as determinações da diretoria. Não temos informações se o impasse foi resolvido. Meses depois, outro articulista, Edival Moraes, escreve sobre o "Ipiranga":

> FUTEBOL – O Ipiranga S. C., o único conjunto futebolístico

desta cidade, atravessa mais uma das suas costumeiras crises, consequência do próprio tempo. Que os desportistas Santacruzense restaurem a velha agremiação, portadora de tantas glórias.

Diário de Pernambuco, em 23 de maio de 1957, edição 116, p. 9.

Nas entrelinhas da escrita de Edival Morais, percebe-se que ainda permanece o problema denunciado por Lenivaldo Aragão, afinal, o articulista solicita "que os desportistas Santa-cruzenses restaurem a velha agremiação". O tempo passou, mas as impressões e os reclames dos articulistas ainda seguiam na mesma direção, de conclamar a união da população em torno da instituição futebolística e cultural.

Considerações finais

Santa Cruz do Capibaribe passou por intensas mudanças econômicas e sociais ao longo de sua história. Ao passo que ampliou sua área urbana e se transformou economicamente, deixou aspectos e hábitos de uma pequena cidade do interior. Neste sentido, a construção de uma memória coletiva, seja no aspecto simbólico de conhecimento da História local, seja no aspecto físico, de preservação do patrimônio arquitetônico e cultural é um dos desafios do tempo presente, para superar os silenciamentos históricos e contrapor as narrativas prontas sobre a história local.

A pesquisa no recorte temporal da década de 1950, por meio dos jornais disponíveis no Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional permitiram o acesso a dados e informações relevantes de articulistas e indivíduos que, no cotidiano, construíram aspectos do passado de Santa Cruz do Capibaribe. Realizamos uma pesquisa, a partir de elementos da informática com palavras-chave, como o descritor "Santa Cruz Capibaribe", escrito exatamente desta forma, ou seja, entre aspas e apenas as três palavras centrais do nome do município, que nos levou a mergulhar em inúmeras teias de informações.

Por limitações de espaço, inerentes ao formato de artigo, muitas das temáticas deixaram de ser mencionadas e analisadas nesta narrativa que produzimos, o que não se configura como um problema, mas uma porta

aberta para novas pesquisas, que podem captar um pouco destas trilhas históricas não desbravadas sobre Santa Cruz do Capibaribe. No tempo presente, saudamos a iniciativa de jovens que se prontificaram a construir uma "colcha de retalhos históricos" deste município pernambucano, que acolhe o Brasil inteiro em suas ruas e espaços de comércio desde longas datas e que pode conhecer e valorizar mais sua memória histórica.

Referências bibliográficas

Assessoria CBF. *Ypiranga-PE completa 80 anos nesta sexta-feira*. CBF (Confederação Brasileira de Futebol), 03/08/2018, 17:27. Disponível em: https://www.cbf.com.br/a-cbf/informes/pelos-estados/ypiranga-pe--completa-80-anos-nesta-sexta-feira. Acesso em 25 jul. 2023.

BARROS, José D'Assunção. *Fontes Históricas: Introdução aos seus usos historiográficos.* Petrópolis: Editora Vozes, 2019.

BLOCH, Marc. *Apologia da História, ou, o ofício de historiador*. Tradução TELLES, André. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BRASIL. Biblioteca Nacional. *Hemeroteca Digital Brasileira.* Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx . Acesso em 20 abr. 2023.

BRASIL. IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Santa Cruz do Capibaribe*. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pe/santa-cruz-do-capibaribe/panorama . Acesso em 18 abr. 2023.

FGV- CPDOC – *Verbete*. Otávio Corrêa de Araújo. Disponível em: https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/otavio-correia-de-araujo . Acesso em 28 abr. 2023.

PERNAMBUCO. Assembleia Legislativa. *LEI Nº 1.818, de 29 de dezembro de 1953.* Dispõe sobre criação de municípios. Disponível em: https://

legis.alepe.pe.gov.br/. Acesso em 25 abr. 2023

Notas

1 Utilizamos esta Coluna de Valfredo de Lisboa, por compreender que é significativa na história, todavia, informamos que a acessamos a partir da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, utilizando a pesquisa por "Periódico", no caso, o "Diário de Pernambuco", com o detscritor "Valfredo Lisboa".
2 DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 06 nov. 1953, ed. 253, p.3
3 DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 13 nov. 1953, ed. 259, p. 3.
4 Otávio Corrêa de Araújo (1900-1993) era natural do então município de Cabaceiras-PB, nascido na Fazenda Bichinho, hoje pertencente ao Município de Barra de São Miguel-PB (que só se emancipou em 1961). Fez carreira política em Pernambuco, ocupando inclusive o cargo de Governador do Estado.
5 PERNAMBUCO. Base de Informações do Estado - BDE. Disponível em http://www.bde.pe.gov.br/visualizacao/Visualizacao_formato2.aspx?CodInformacao=915&Cod=1. Acesso em 25 abr. 2023.
6 Jornal ÚLTIMA HORA, 02 mai. 1958, ed. 2400, p. 2.
7 DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 20 fev. 1958, ed. 39, p. 8.
8 DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 14 fev. 1958, ed. 36, p. 12.
9 DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 20 abr. 1954, ed. 89, p. 3.
10 DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 20 abr. 1954, ed. 89, p. 3.
11 DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 20 abr. 1954, ed. 89, p. 3.
12 DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 21 abr. 1954, ed. 90, p. 9.
13 Percebe-se que Lenivaldo Aragão cita o nome "Ipiranga Esporte Clube". No período, Edival Moraes escreve "Ipiranga S. C." (Sport ou Sociedade?). De toda maneira, os nomes são distintos do atual "Sociedade Esportiva Ypiranga Futebol Clube" que encontramos nos registros da CBF. Optamos por respeitar a escrita da fonte original, os jornais da década de 1950, na reprodução da fonte (Ipiranga), ao passo que em nossas análises escrevemos a grafia atual (Ypiranga).
14 DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1 nov. 1956, ed. 252, p. 8.

Legenda: Da esquerda para a direita: Risonaldo; Cicinha; Teonilo Silvestre; Aiça; Clodoado Moreira; Ferndanda de Inacio Pacas; Rita de Cassia; Son. Entre finais dos anos 70 e início dos anos 80.
Fonte: Fotografia digitalizada e arquivada por Arnaldo Vitorino.

MEMÓRIAS E FUTUROS DA SULANCA:
Santa Cruz do “Capibaribe” costurada entre retalhos

Adelmo Teotônio da Silva

Das origens rurais aos tempos da sulanca

O povoado de Santa Cruz, que tornou-se vila e depois distrito, em 1892, era uma região tipicamente rural, com a pecuária, o carvão vegetal, o cultivo de algodão, feijão, milho e outros produtos agrícolas. Diante das longas e repetidas secas, que sempre assolaram essa localidade do semiárido pernambucano, a atividade agropastoril passou a conviver com uma feira livre, na "Rua Grande" (atual Avenida Padre Zuzinha), no início do século XX, impulsionada pela circulação de fazendeiros, comerciantes e a população local.

Em um período de precárias condições de meios de transporte e estradas, as viagens de negociações para esse território agrestino chegavam a durar cerca de três a quatro dias[1]. Foi por volta de 1911, que um grande comerciante da época, o Coronel Luiz Alves, veio a impulsionar ainda mais a região com ares de modernidade, através da construção da estrada entre Santa Cruz e Taquaritinga do Norte em 1921, da instalação do primeiro motor gerador de energia elétrica em 1923 e da construção de uma fábrica para desfibrar caroá no ano de 1930, produzindo cordas, barbantes, tapetes.

Legendas: Fibras de caroá ao sol, na fazenda do Coronel Luiz Alves (no final da Rua Grande).
Fonte: Fotografia de Antônio de Roga feita na década de 1930.

Em meados de 1930 e 1940, destacava-se a fabricação de calçados, com as populares figuras dos “lambe-solas”, homens sapateiros fabricantes de alpercatas de couro. Esse ofício era uma tradição passada de pai para filho, desde a curtição do couro até a costura e a venda em tendas espalhadas pelas ruas de Santa Cruz e comercializadas em cidades vizinhas. No final da década de 1940, com a escassez de sua matéria-prima e a chegada da indústria do plástico e de sintéticos no mercado nacional, houve um declínio dessa produção artesanal.

Legenda: Feira livre na Rua Grande.
Fonte: Fotografia de Antônio de Roga feita em 1947.

Por outro lado, nessa passagem para o começo dos anos 1950, veio a despontar o nascimento local da atividade têxtil, pois vivia-se o tempo da roupa de “carregação”, uma confecção popular produzida pelas costureiras de Santa Cruz, trocada nas feiras com os tropeiros e “galinheiros”, que traziam galinhas do Sertão e de outros pontos do Agreste, em lombos de burros. Constata-se que havia uma relação de escambo:

> Era necessário viajar em direção ao sertão para trocar a mercadoria transportada nos lombos dos burros e, posteriormente, nas

> caminhonetes galinheiros. Na volta, eles conseguiam vender a mercadoria que resultou do escambo, por dinheiro, com o intuito de pagar as costureiras, as quais compravam os retalhos a preços módicos, costuravam as peças de roupa e cobertas e as confiavam à aventura dos tropeiros mascates.
>
> **Annahid Burnett, O "ponto de mutação" da Sulanca no Agreste de Pernambuco, de 2014. p. 159.**

Já emancipada como cidade, em 1953, Santa Cruz do Capibaribe presenciou um outro movimento intensificado pelos caminhoneiros, que transportavam galinhas, queijos, carvão vegetal e outros itens para negociar em Recife, e passaram a trazer restos e refugos das fábricas têxteis de Recife, Camaragibe, Paulista e Olinda. Entre esses comerciantes estavam Manoel Caboclo, Pedro Diniz e Dedé Morais, que vendiam retalhos rústicos de tecido de algodão a baixo custo aos moradores locais.

Nessas idas e vindas, a década de 60 marcou um ciclo da confecção, na principal referência ao seu primeiro termo "Sulanca" (uma combinação das palavras "Sul + "helanca")[2]. Sua expansão corresponde aos retalhos de helanca (fio de malha sintético) trazidos das tecelagens de São Paulo, pelos caminhoneiros, com destaque para Braz de Lira, Zé Monteiro, Zé Dedelo e Fernando Silvestre ("Noronha"), que criaram uma rota "Brás-Santa Cruz".

Cobertas de retalhos no chão: a força criativa para os parques comerciais

Ainda em meados de 50, as costureiras transformavam os retalhos em vestimentas de uso familiar e em cobertas com remendos de tecidos. Essas peças e outras, como shorts infantis (os populares "milongas"), saias, blusas, calças, tinham uma característica em comum, o preço baixo. Percebe-se que, ao produzirem suas cobertas, as mulheres são direcionadas pela ótica da imitação, que despertou o mesmo exemplo para outras mulheres.[3] Portanto, persistiu o enfrentamento à natureza física hostil, entre as intempéries de sol e chuva, antes da chegada das lonas e barracas da feira, bem como à dominação das matérias-primas têxteis.

Das mãos calejadas pela criatividade, essas mulheres começaram

a confeccionar roupas por conta própria ou por encomenda, chegando às calçadas da Rua Siqueira Campos e em suas adjacências, na Rua Raimundo Francelino Aragão, conhecida como “Rua do Pátio”, até outros espaços do centro de Santa Cruz do Capibaribe, em proporções que culminaram na instalação de barracas de madeira.

Frente a essa realidade, houve uma revolução no modo de produção, quando as costureiras utilizavam as máquinas manuais domésticas “pé duro”, sem tecnologia sofisticada, para os retalhos vindos de Pernambuco, e passaram às máquinas semi-industriais elétricas para o acabamento não desfiar os retalhos de malha provenientes do Sudeste. As costureiras dos sítios – que não contavam com eletricidade rural na década de 60 – deslocaram-se para a cidade, com a finalidade do aproveitamento desses retalhos, quando, por sua vez, compraram uma máquina overlock, como a “tatuzinha”, trazida de São Paulo pelo mecânico Mauro Feitosa (*in memoriam*), em 1968. Então, surgiu a necessidade de difundir o aprendizado desse tipo de maquinário para as costureiras, gerando um processo de desruralização de sua força de trabalho.

Legenda: Costureiras comercializando suas mercadorias na Rua Siqueira Campos, 1979.
Fonte: Foto de José Romildo.

No avanço para a década de 70, com a popularização das máquinas de costura, muitas costureiras foram morar na zona urbana. Em referência ao arcabouço imaginário da Sulanca e a esse protagonismo feminino, uma das costureiras pioneiras é Petronila Senhorinha dos Santos (*in memoriam*), popularmente conhecida por “Petinha”. Nascida no município de Brejo da Madre de Deus-PE, mãe de oito filhos, teve uma infância difícil ao ajudar no sustento de sua família, trabalhando no cultivo de feijão, milho e algodão.

Petronila aprendeu a costurar sozinha e, em 1974, mudou-se do seu sítio Gravatá[4] para a cidade de Santa Cruz do Capibaribe com seus filhos e três máquinas de costura. Foi costurando colchas de retalhos e outros itens de vestuário que sua decisão de comercializar no chão de uma calçada da Rua Siqueira Campos fez despertar uma força coletiva:

Legenda: Petronila Senhorinha, uma das costureiras precursoras da Feira da Sulanca.
Fonte: Thonny Hill/Museu da Sulanca (2019).

> Quando foi na outra feira chegaram umas duas pessoas. Quando foi na outra, já chegaram umas dez. E assim começou, encheu a ruazinha todinha. [...] e foi enchendo, foi enchendo, não cabia mais. Foi botando gente, foi botando gente, depois a cidade não coube mais a Sulanca. Todo mundo costurava, mas nunca botava na feira. Só começaram a botar quando eu botei.
>
> **Entrevista realizada com a senhora Petronila Senhorinha no dia 20 de março de 2019.**

Fica explícito aqui como o imaginário rompe o individual e reverbera no coletivo, pois "[...] o imaginário estabelece um vínculo. É cimento social. Logo, se o imaginário liga, une numa mesma atmosfera, não pode ser individual".[5] Nota-se que o fazer criativo nas ocupações cotidianas de Petronila promoveram seu distanciamento de forças negativas. Sua imaginação a ergueu diante dos desafios, deixando-a com otimismo para a vida.

Nessa linha de raciocínio, outra fonte de inspiração vem da história do mecânico de máquinas de costura domésticas, José Alves de Lira, ou como costumeiramente o chamam "Zé de Bembém".

Antes mesmo da industrialização das máquinas de costura, José Alves relata que percorreu muitas residências de costureiras para fazer manutenções:

> Eu comecei em 64, na época que eu consertava só as domésticas, que o meu avô, Manoel Juvino, foi ferreiro e fazia as agulhas das máquinas. Consertei aqui em Santa Cruz do Capibaribe, Barra de São Miguel, Poço Fundo, no Pará, em Caruaru, Toritama e São Domingos. Ia de bicicleta e consertava na casa das pessoas, e levava às vezes máquinas de casa para entregar.
>
> **Entrevista realizada com o senhor José Alves no dia 8 de outubro de 2019.**[6]

Essa significativa incorporação das máquinas dentro dos lares é um dos berços do elo entre o ambiente doméstico e o convívio do trabalho familiar nesse ramo confeccionista. Mais tarde, será a mola propulsora das primeiras unidades de produção, os "fabricos", pelos moradores de

Santa Cruz do Capibaribe e outras regiões, “com funcionamento indissociado do local de moradia dos proprietários, de caráter informal, mas que incorporam dimensões variadas”.[7]

Ao longo dos anos 80 e 90, multiplicou-se o número de pontos comerciais na feira, em função da diminuição do parque industrial no centro-sul do Brasil, da redução de oferta de emprego formal e do declínio das migrações internas.[8] Isso acabou por modificar o seu espaço, pela ocupação de mais de 30 ruas na sua região central, a partir dos anos 2000, com aproximadamente 12 mil barracas de madeira.

Legenda: José Alves, pioneiro mecânico de máquinas de costura domésticas.
Fonte: Fotografia de Adelmo Teotônio da Silva feita no ano de 2019.

Em 2006, uma nova estrutura passou a acomodar os pontos comerciais da feira, com os diversos públicos de feirantes, compradores e suas caravanas: o Moda Center Santa Cruz. Alguns anos depois, outros complexos comerciais, como o Calçadão Miguel Arraes de Alencar inaugurado em 2014 e o Altas Horas Outlet no ano de 2022, emergiram como engrenagens econômicas, que atraem, semanalmente, milhares de pessoas de outros lugares do Brasil e até mesmo do exterior, com produtos populares e artigos mais trabalhados.

Ao longo dos anos de história da "Terra da Sulanca", essa pujante cultura empreendedora despertou a atenção da mídia e vem provocando fortes influências socioeconômicas, culturais para todo um Arranjo Produtivo Local (APL), que passou e continua a se modernizar. Até ser a "Capital da Sulanca" e hoje integrar o Polo de Confecções do Agreste de Pernambuco, com Toritama e Caruaru, Santa Cruz do Capibaribe tornou-se um celeiro de negócios, sobretudo, por todas as variáveis que fundamentam seu funcionamento como a "Capital da Moda".

Legenda: Feira da Sulanca na década de 80.
Fonte: José Romildo Bezerra (1980).

Legenda: A feira e sua ocupação nas ruas centrais de Santa Cruz do Capibaribe, no século XXI.
Fonte: Elinaldo Ventura (2003).

Estamos na moda?: um olhar sob as lentes do passado para um futuro sustentável

É possível pensar um futuro
Livre de manchas e desumanidade
A moda com sustentabilidade
Garantindo de modo seguro
O equilíbrio desse bem mais puro
A ser levado por outras gerações
Guiando avante nossas tradições
Em um caminho de perseverança
De coragem, sonhos e esperança
Em novas formas de preservações.

Ágda, A feira, o retrato da história, de 2016.

Em meio a essa transformação da paisagem urbana de Santa Cruz do Capibaribe, motor industrial da moda e da cadeia têxtil, percebe-se que o grande aglomerado de pontos comerciais da feira nas suas ruas, intensificado ainda mais nos anos 90, já encontrava dificuldades latentes: a circulação das pessoas, a reduzida infraestrutura para o fluxo de veículos, o calor excessivo sob o teto das barracas, a falta de condições sanitárias e o acúmulo de lixo que totalizava mais de 3.000 toneladas semanais[9].

Legenda: Moda Center, o maior centro atacadista de confecções do Brasil.
Fonte: Moda Center (2023).

Essa dinâmica espacial da feira de rua abrigava, ao mesmo tempo, as funções de habitação e comercialização, uma vez que os moradores desse entorno geográfico conviviam com sua principal atividade econômica. E devido à prática de saturação de seu espaço físico, uma solução planejada passava pela questão ambiental: às margens da PE-160, antes da construção inicial do Moda Center Santa Cruz, havia um grande lixão da cidade. Após intensas negociações, houve sua desativação com o devido aterramento[10].

Ao longo da evolução dos arranjos produtivos domésticos e industriais locais de vestuário, os efeitos ambientais sentidos são desencadeados pela frequente ampliação do capital globalizado e do consumismo. Essa desenfreada onda, sem planejamento sistemático, surte consequências à natureza, tendo em vista que Santa Cruz do Capibaribe gera mais de 44,4 mil toneladas/ano de artigos têxteis.[11] Essa expressiva produção

leva a um volume considerável de resíduos provenientes das confecções.

Legenda: Rio Capibaribe margeado pelos aglomerados urbanos de Santa Cruz do Capibaribe
Fonte: Arnaldo Vitorino (2020).

Buscar mecanismos e estratégias para reduzir os impactos do uso e descarte de insumos do vestuário é uma tarefa que exige esforços de todos os agentes envolvidos direta ou indiretamente. É propiciar uma visão sustentável da reciclagem, da reutilização dos resíduos sólidos, do destino ambientalmente adequado dos rejeitos que não podem ser reaproveitados. É conscientizar sobre a prática de ações consistentes para minimizar a degradação alarmante ao principal rio que nomeia a cidade, o Rio Capibaribe. O acelerado fenômeno de uso, ocupação do solo e os efluentes despejados no Rio Capibaribe influenciaram e continuam a atingir o seu curso, nesse território da Sulanca. Isso acaba por determinar a degradação da qualidade de suas águas, com a poluição elevada, o

"[...] aumento significativo do esgoto proveniente de pequenas e médias indústrias de confecções"[12]. Essa trajetória reúne uma série de fatores, sob o risco existente de prioridade econômica como um fim, quando, especificamente, esse avanço não está sendo traduzido em um desenvolvimento sustentável.

Em todo caso, o senso de responsabilidade necessita ser despertado constantemente, para que os níveis de bem-estar social também estejam sintonizados com esse progresso. Essa pauta que não se apresenta aliada à conjuntura econômica pode ser um dos obstáculos principais para a "[...] construção de um projeto coletivo de desenvolvimento que se funde na melhoria dos padrões de vida da sociedade, em que pesem a equidade social e a preservação ambiental."[13]

Para esse ecossistema da moda santa-cruzense, vale sinalizar as experiências agregadas à formação, valorização das associações e cooperativas de catadores de reciclagem locais, enquanto iniciativas potencializadoras dos princípios da sustentabilidade. Esse incentivo à gestão dos resíduos visa assegurar a conservação dos recursos naturais e o protagonismo dos trabalhadores da catação, além de criar alternativas de renda com novos produtos.

Essas e outras medidas de educação ambiental são alicerces para impulsionar futuros, que vislumbrem um horizonte mais harmonioso de convívio dos empreendimentos do ramo têxtil-confeccionista e moradores locais em respeito ao "Rio das Capivaras"[14]. Em linhas gerais, é essencial que, ao evocar o imaginário social de um lugar testemunho da história e dos episódios da Sulanca até os dias de hoje, as existentes e novas gerações repensem uma Santa Cruz mais sustentável, cidadã, consciente.

Referências bibliográficas

ARAÚJO, Júlio Ferreira de. *História de Santa Cruz do Capibaribe*. Santa Cruz do Capibaribe, Gráfica Agreste, 2009.

BRAGA, Ricardo Augusto Pessôa et al. *Gestão e educação socioambiental na Bacia do Capibaribe.* 1. ed. Recife: Ed. Clã, 2015.

BEZERRA, Bruno. *Caminhos do Desenvolvimento: Uma história de sucesso e empreendedorismo em Santa Cruz do Capibaribe*. 1. ed. São Paulo: Edições Inteligentes, 2004.

BURNETT, Annahid. O “ponto de mutação” da Sulanca no Agreste de Pernambuco. *História Oral*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, p. 153-171, jul./dez. 2014.

CAMPELLO, Glauce Maria da Costa. *A atividade de confecções e a produção do espaço em Santa Cruz do Capibaribe*. 1983, 155 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Departamento de Geografia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1983.

CARNEIRO, Virgínia Conceição Vasconcelos. *Capital Social e Desenvolvimento Local Sustentável: uma análise do arranjo produtivo local de Santa Cruz do Capibaribe - PE*. 2013. 172 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Departamento de Ciências Administrativas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013.

DURAND, Gilbert. *As estruturas antropológicas do imaginário*. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

FERREIRA, Rafael Augusto da Silva. *Gestão de resíduos sólidos e a proteção ambiental no cluster de confecção em Santa Cruz do Capibaribe*. 2021. 20 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências do Consumo) – Departamento de Ciências do Consumo, Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2021.

GOMES, Maria Silvânia Bezerra et al. *Como nos relacionamos com o Capibaribe?*. 1. ed. Recife: Clã Ed., 2015. (Coleção Cartilhas Autorais).

MAFFESOLI, Michel. *A Transfiguração do Político: a tribalização do mundo*. Porto Alegre: Sulina, 2001.

MODA CENTER SANTA CRUZ. *Sobre o Moda Center*. Santa Cruz do Capibaribe, 2023. Disponível em: https://modacentersantacruz.com.br/sobre. Acesso

em: 23 abr. 2023.

NAVARRO, Eduardo de Almeida. *Dicionário de Tupi Antigo: a língua indígena clássica do Brasil*. São Paulo: Global Editora, 2013.

NEVES, Éder Aragão. *Retratos de Santa Cruz do Capibaribe – Por Antônio Assis Aragão (Antônio de Roga)*. Santa Cruz do Capibaribe, 2015.

NUNES, Ágda Bezerra Moura. *A feira: o retrato da história*. Santa Cruz do Capibaribe, 2016.

SARABIA, Mônica Luize; XAVIER, Maria Gilca Pinto. Retratos da transformação da paisagem urbana da aglomeração produtiva de Santa Cruz do Capibaribe: uma questão de desenvolvimento local. *Desenvolvimento em Questão*, Ijuí, v. 6, n. 12, p. 149-178, 2008.

SILVA, Adelmo Teotônio da. *Nós Sulanca*. Santa Cruz do Capibaribe, 2021. Disponível em: https://nossulanca.wixsite.com/nossulanca. Acesso em: 23 abr. 2023.

SOUZA, Alana Moraes de. "Aqui é o lugar do progresso": produzindo roupas e significados na disputa pela modernidade das confecções do Agreste. *REDD: Revista Espaço de Diálogo e Desconexão*, Araraquara, v. 5, n. 1, p. 1-32, jul./dez. 2012.

OLIVEIRA, Roberto Véras de. O Polo de Confecções do Agreste de Pernambuco: ensaiando uma perspectiva de abordagem. In: ARAÚJO, Ângela Maria Carneiro; OLIVEIRA, Roberto Véras de. (Orgs.). *Formas de trabalho no capitalismo atual: condição precária e possibilidades de reinvenção*. São Paulo: Annablume, 2011.

XAVIER, Maria Gilca Pinto. *O processo de produção do espaço urbano em economia retardatária: A aglomeração produtiva de Santa Cruz do Capibaribe (1960-2000)*. 2006. 255 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006.

Notas

1 ARAÚJO, Júlio Ferreira de. História de Santa Cruz do Capibaribe. Santa Cruz do Capibaribe, Gráfica Agreste, 2009.
2 Existe uma outra versão para a origem do nome: "Dizem que um comprador de roupas (ninguém sabe quem foi), enquanto olhava as peças que iria comprar, ficou procurando um termo para classificar aqueles produtos e o associou à *sucata*. Como sucata é um termo utilizado normalmente para metais, ele criou espontaneamente uma derivação: *sulanca*, que seria uma espécie de *sucata de tecido*". BEZERRA, 2004, p. 46, grifo nosso.
3 CAMPELLO, Glauce Maria da Costa. A atividade de confecções e a produção do espaço em Santa Cruz do Capibaribe. 1983, 155 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Departamento de Geografia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1983.
4 Localizado a quase 10 Km de São Domingos (distrito de Brejo da Madre de Deus-PE).
5 MAFFESOLI, Michel. A Transfiguração do Político: a tribalização do mundo. Porto Alegre: Sulina, 2001, p. 76.
6 Entrevista oral realizada em 8 de outubro de 2019. Em seu depoimento, José Alves mencionou os distritos de Poço Fundo e do Pará, situados em Santa Cruz do Capibaribe, e a Barra de São Miguel, um município da Paraíba.
7 OLIVEIRA, Roberto Véras de. O Polo de Confecções do Agreste de Pernambuco: ensaiando uma perspectiva de abordagem. In: ARAÚJO, Ângela Maria Carneiro; OLIVEIRA, Roberto Véras de. (Orgs.). Formas de trabalho no capitalismo atual: condição precária e possibilidades de reinvenção. São Paulo: Annablume, 2011, p. 17.
8 XAVIER, Maria Gilca Pinto. O processo de produção do espaço urbano em economia retardatária: A aglomeração produtiva de Santa Cruz do Capibaribe (1960-2000). 2006. 255 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006.
9 SARABIA, Mônica Luize; XAVIER, Maria Gilca Pinto. Retratos da transformação da paisagem urbana da aglomeração produtiva de Santa Cruz do Capibaribe: uma questão de desenvolvimento local. Desenvolvimento em Questão, Ijuí, v. 6, n. 12, p. 149-178, 2008.
10 Após esse fechamento do lixão, em 2007, foi inaugurado um aterro sanitário pelo poder público. A unidade foi implantada em uma área de 21,5 hectares, distante 6 Km do centro do município, no acesso pela PE-160 (sentido do distrito de Poço Fundo). Atualmente, o tratamento e a destinação de seus resíduos ocorrem no município de Caruaru, em função da desinstalação do aterro sanitário de Santa Cruz do Capibaribe.
11 FERREIRA, Rafael Augusto da Silva. Gestão de resíduos sólidos e a proteção ambiental no cluster de confecção em Santa Cruz do Capibaribe. 2021. 20 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências do Consumo)

– Departamento de Ciências do Consumo, Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2021.
12 BRAGA, Ricardo Augusto Pessôa et al. Gestão e educação socioambiental na Bacia do Capibaribe. 1. ed. Recife: Ed. Clã, 2015, p. 52.
13 CARNEIRO, Virgínia Conceição Vasconcelos. Capital Social e Desenvolvimento Local Sustentável: uma análise do arranjo produtivo local de Santa Cruz do Capibaribe - PE. 2013. 172 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Departamento de Ciências Administrativas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013, p. 102.
14 Expressão originária da língua Tupi *Caapiuar-y-be* ou *Capibara-ybe* (ou ipe), que significa "no rio das capivaras" ou "dos porcos selvagens", em referência ao roedor silvestre (*kapibara*, no Tupi Antigo).

Legenda: Enchente do riacho Tapera ocorrida no ano de 1960, ao fundo a Igreja Matriz.
Fonte: Fotografia de Antonio de Roga.

CAPIBARIBE, O RIO COSTURADO PELA CIDADE:

Dilemas hídricos e olhares de história ambiental em Santa Cruz do Capibaribe (1953-2023)

Éverton Alves Aragão

Apontamentos e condutas para fazer história ambiental de Santa Cruz do Capibaribe-PE

Algum historiador mais conservador poderia (e ainda pode) dizer que seja algo desnecessário para o pensar e o fazer histórico ter o meio ambiente como objeto de estudo, contudo, o debate ambiental está na ordem do dia. A história do Nordeste – e do resto do Brasil – está ligada ao uso de plantas na medicina ou relacionada a sua circulação enquanto comércio de produtos naturais, como as especiarias e os corantes vegetais, que serviram de modelos para o desenvolvimento da química e da produção sintética de produtos naturais; ou mais, nossas relações construídas a partir dos cursos de água e por intermédio deles são mais que alentos a nossos olhares e momentos de conciliação com as intempéries naturais, são margens para nossas perspectivas sobre o que é para ser amado e cuidado ou quais objetos é conveniente descartar e virar-se para trás.

Através dela, dessa história ambiental, podemos desenvolver uma interação mais próxima entre sociedade e natureza. Se Marc Bloch, importante e conhecido historiador francês, dizia que a história é: "ciência dos homens, ou melhor, dos homens no tempo"[1]. Podemos dizer que a História Ambiental é o estudo das relações entre homem e meio ambiente ao longo do tempo. Desde a década de 1970 vários historiadores e historiadoras produzem um debate historiográfico sob essa rubrica desenvolvida nos Estados Unidos. Os que se denominam historiadores ambientais não apenas chamam a atenção para a ausência da natureza em nossos processos de compreensão das sociedades no tempo; eles nos recordam de que a natureza não é uma paisagem passiva, ela também é dotada de agência.

Muitos já pensaram condutas metodológicas para a história ambiental[2]. Essas formas de se fazer história foram pensadas com destreza, a partir das inquietações de vários historiadores, de inúmeros lugares do mundo. Não caberia contemplar, portanto, o grau de complexidade e os recursos metodológicos presentes nestas abordagens, pois, seus alicerces ainda que pensados fora do Nordeste servem, até o momento, de bases para uma história ambiental em solo nordestino.

Aqueles que anseiam por esse caminho da história no Nordeste, e a

fazem, se utilizam oportunamente dessas condutas, como já expressado. Porém, em âmbito mais restrito, mas não menos relevante e necessário, o Nordeste reserva algumas especificidades – paisagísticas, territoriais, climáticas, entre outras. São justamente através dessas especificidades que se torna suscetível o desbravamento de novos caminhos nessa região (pensemos isso mais detalhadamente em outra seção). Nesse sentido, tendo em vista o fato de que há essas adaptações metodológicas para âmbito do Nordeste, não há necessidade de verticalizar as nossas observações nesta direção, basta que estejamos cientes e atentos às conceituações já elaboradas.

Recordo das condutas metodológicas, primeiro, por estarem amplamente difundidas entre os historiadores ambientais. Em segundo lugar, para propor que, seria substancialmente mais produtivo se os historiadores conferissem maior atenção à historiografia nordestina sobre o meio ambiente e, às possibilidades de temas que as fontes potencializam para novos diálogos entre os pesquisadores das diversas partes do Brasil[3]. Nesse sentido, mencionarei observações pontuais com a finalidade de indicar e exemplificar possibilidades de trabalho a partir da história do meio ambiente em Santa Cruz do Capibaribe.

Temas para História Ambiental de Santa Cruz do Capibaribe[4]

O que é mais perigoso para o ambiente? O maior problema é o crescimento da população humana ou a poluição dos rios, do mar e do ar? Os principais temas a serem abordados pela sociedade são o desperdício e a devastação, ou seria a suposição subjacente de que a terra pertence à humanidade? Não é possível classificar esses problemas em uma escala, porque as suposições subjacentes de dano são diferentes. Pensando nisso, o que tive em mente ao tomar notas sobre a possibilidade de temas que podem ser discutidos agora e no futuro para a realidade santa-cruzense foi a diversidade de questões que até então são negligenciados ou omitidos entre os debates sobre a cidade – em esferas acadêmicas e políticas –, pois, há mais que o rio Capibaribe para retermos nossos olhares ao falarmos de meio ambiente.

Quadro 1 — Temas para História Ambiental santa-cruzense.

Tema	Ano da Nota[5]
Origens e efeitos das políticas ambientais	2017
Recursos hídricos	2017
Cursos de água, períodos de secas	2017
Árvores, madeiras e matas	2018
Serras e prédios, desvios e olhares do alto	2019
Verticalização urbana	2019
ONGs e trabalhos sociais com animais e natureza	2020
Confecções e o meio ambiente	2021
Gestão de lixo e esgotamento	2021
Doenças, pestes e saúde pública	2021
Pinturas rupestre: patrimônio histórico e ambiental	2022
Vulnerabilidade socioambiental	2022

Fonte: Éverton Alves Aragão, 2022.

Sabendo, primeiramente, que não há possibilidades de mensurar qual tema é mais importante e mais relevante; o caminho mais honesto a percorrer é aquele que lida com as inquietações pessoais de cada pesquisador. É importante ter em mente que não é possível lidar com toda diversidade de temas ao mesmo tempo e partindo de um único pressuposto, esse vício que acomete os ditos "historiadores" do município é uma lástima recorrente no comportamento social destes sujeitos. O que pretendo dizer, de forma clara, é que a história e os temas aqui apresentados precisam ser trabalhados com vagar e minúcia, distante dos modos frenéticos que o ritmo da cidade nos obriga cotidianamente.

Fontes para História Ambiental de Santa Cruz do Capibaribe

Toda fonte é fonte para o historiador ambiental, a partir dessa conduta de pensamento sem qualquer conotação de valor podemos dizer que todos os materiais e meios de demonstrações históricas as quais os

historiadores se utilizam, os historiadores ambientais também fazem uso. No quadro abaixo delimitei alguns tipos de fontes que até então estão no repertório dos historiadores santa-cruzense; e, de modo geral, estão sendo utilizadas pelos mais variados canais de mídias sociais da cidade.

Quadro 2– Fontes para História Ambiental santa-cruzense.

Fontes	Ano da Nota[6]
Acervos pessoais	2017
Relatos orais de memória	2017
Relatórios de coletas de campo	2018
Produções bibliográficas	2018
Pinturas rupestres	2019
Acervos radiofônicos	2020
Planos de governo à prefeitura municipal	2020
Leis e projetos de leis municipais	2020
Sessões plenárias do poder legislativo	2021
Processos crimes	2021
Redes sociais e sites de notícias	2022

Fonte: Éverton Alves Aragão, 2022.

Tendo em vista a diversidade de fontes e de possibilidades, pretensiosamente preferi tratar de uma em específico, pois trata-se de um texto até o presente momento desconhecido entre os historiadores e historiadoras que se dedicam a entender os processos de rupturas e permanências ocorridos na cidade de Santa Cruz do Capibaribe. A obra a que me refiro trata-se de um texto nomeado por *Notas de um diarista matuto*, de autoria de José Álvaro e Silva, conhecido como Zé Paca; com o qual podemos observar entre outros temas a relação com antigos habitantes da cidade tiveram com a natureza ou em particular com o rio Capibaribe durante um período de nosso passado.

Estiagem e chuvas nas notas de um diarista matuto

> Hoje é o terceiro dia do reinicio deste diário. Os assuntos são abundantes, porém precisamos de seleção, para que sirvam de documentos para a posteridade. Assuntos que enchem páginas e mais páginas de jornais são assuntos que morrem. É preciso se arranjar coisas que não morrem prematuramente.
>
> **José Álvaro e Silva, Diário de um Matuto, 09 de março de 1962.**

José Álvaro e Silva, mais conhecido como Zé Paca, era um sujeito que tinha "predileção por ler filosofia e política internacional", segundo sua autobiografia. E muito além de ser um "gastador, fumante, bebedor, bom de garfo, que gosta de fazer amigos", era um exímio escritor. Mesmo sem ter à disposição uma máquina de escrever, teve aptidão intelectual para redigir uma carta ao Interventor do estado de Pernambuco, o Sr. Professor Dr. Agamenon Magalhães, em favor da emancipação política da cidade no ano de 1943, além disso, em 21 de abril de 1954, José Álvaro publicou uma síntese histórica da Banda Musical Novo Século numa reportagem de Luís Maranhão Filho, ao Diário de Pernambuco.

A continuidade das leituras e das notas de José Álvaro revela que a escrita da história de Santa Cruz não é nada tão recente como pensamos, apesar do livro sobre a biografia de *Raimundo Aragão, sua vida, suas obras (1990)* escrito pelo professor Lindolfo Pereira de Lisboa e mais tarde o livrinho a *História de Santa Cruz do Capibaribe (2003)* de Júlio Ferreira Araújo serem obras reconhecidas pelo seu pioneirismo na escrita do passado da cidade, há registros que por volta de 1968 José Álvaro já tomava notas sobre a história do município de Santa Cruz do Capibaribe, quando a cidade tinha 16 mil habitantes – sendo apenas 9 mil habitantes do perímetro urbano – em sua *Sinopse Histórica do Município de Santa Cruz do Capibaribe: Notas de José Álvaro (Não publicado)*[7].

O que temos em mãos, definitivamente, não se trata de um diário secreto de um renomado membro da Academia Brasileira de Letras, de um jornalista ou de um autor de mais de 30 livros, não são as letras escondidas de um ex-deputado ou grande governante. Não. Mas, mesmo

assim, não podemos alterar a importância e a grandiosidade que essas notas representam para uma parte da História da cidade de Santa Cruz do Capibaribe. Pois, quem nos fala no diário é um santa-cruzense. Um homem da terra, nascido em 30 de maio de 1901, que desde os seus 53 anos ao cair da noite tomava notas sobre os mais variados assuntos, temas e opiniões: da cidade e do mundo!

Ingenuamente ou de forma consciente, Zé Pacas conseguiu cristalizar diversos dilemas, preconceitos raciais, problemas administrativos, e, muitas outras contradições da política, da economia e da sociedade santa-cruzense ao longo de algumas décadas do século XX. Mesmo sabendo do potencial e inúmeros temas que ocorre em seus escritos é preferível para esse momento apenas nos detiver no que se refere aos períodos de seca e chuvas. José Álvaro afirma, por exemplo, que “a situação do Nordeste é de calamidade no que diz respeito às relações do abastecimento d’água”[8]. Nessa altura Santa Cruz era uma cidade de 6 mil habitantes era abastecida com água vinda de fora, mas, o que nos espanta é que após 68 dias dessa reclamação registrada em nota, lemos que: “a feira de hoje foi toda desmantelada devido à grande enchente do Rio Capibaribe.

Quando um rio atravessa uma cidade logo se pensa na sua função social, natural e paisagística. Mas o que é um rio na cidade? Desde tempos remotos os rios têm sido alvo de ações humanas, e em tais ações sendo transformado através de relações. Às vezes, em relações harmônicas e, muitas vezes, desarmônicas. Alguns rios são permanentes, temporários ou efêmeros, decorrendo dessas características sua transformação ou negação. Um rio temporário, como é o caso do nosso Capibaribe, constantemente é esquecido no período de seca, mas logo é lembrado quando aparece superficialmente no período chuvoso.

> Desde ontem há notícias de que vem água no rio. Nos tempos de estiagens prolongadas é uma grande festa a chegada de uma cheia. Desde sábado tem mostrado chover para as nascentes do rio e o povo espera água nova, mas ainda não chegou.
>
> **José Álvaro e Silva, Diário de um Matuto, 20 de janeiro de 1955.**
>
> Até que finalmente chegou a tão anunciada cheia do rio. Ontem,

> por volta das 20 horas, quase todo o povo, alvoroçado, acompanhava a água que vinha no rio. Hoje amanheceu a grande fartura... Água para o povo limpar a sujeira.
>
> **José Álvaro e Silva, Diário de um Matuto, 22 de janeiro de 1955.**
>
> O Capibaribe hoje amanheceu cheio com as chuvas de ontem à tarde. Desde uma hora da manhã que o povo está em festa. Quando o rio enche, aqui ninguém mais faz nada; a todo instante está à margem do rio, vendo o deslizar da água cor de tauá.
>
> **José Álvaro e Silva, Diário de um Matuto, 05 de abril de 1955.**
>
> O dia hoje aqui foi muito quente. Começa uma longa estiagem, já fazendo sentir as lavouras que vinham se tornando bem desenvolvidas. Se chover breve, irá haver muita fartura.
>
> **José Álvaro e Silva, Diário de um Matuto, 01 de julho de 1954.**

Assim a ideia da qual carregamos até hoje de que o estado da natureza em que corre água no leito do rio é celebrado com ânimo e esperança, deixando a paisagem com tons mais agradáveis; mesmo diante de inúmeras perdas humanas ou materiais em algumas ocasiões. Não em raros momentos esse sentimento de euforia é acompanhado nos meses seguintes de luta ou de insegurança com relação ao abastecimento de água.

> Só uma coisa já começa a preocupar o povo: é a falta d'água. O inverno foi muito escasso, não fez água nos reservatórios. Em breve dias começa a falta d'água. O povo não se preocupa mais porque tem o rio, embora a água seja um tanto pesada.
>
> **José Álvaro e Silva, Diário de um Matuto, 03 de agosto de 1954.**
>
> Começou hoje o abastecimento d'água feito pela prefeitura. Chegou hoje o carro-tanque fornecido pelo Estado e tem capacidade para 5.000 litros. Estava sendo vendida água a cinco cruzeiros o galão e passará a custar agora dois cruzeiros. A água será transportada de Caruaru e de agora em diante não haverá mais falta.
>
> **José Álvaro e Silva, Diário de um Matuto, 29 de dezembro de 1954.**

Porém, pouco mais de 15 dias depois o problema retorna. Como se a luta contra a falta de água, contra a pobreza hídrica. Para alguns pesquisadores que há tempos se dedicam ao estudos das secas no Nordeste brasileiro, como Lúcia de Fátima Guerra Ferreira, em seu livro *Raízes da indústria da seca: o caso da Paraíba (1993)*, a política de combate as condições sociais e econômicas resultados dos períodos de estiagem deixa muito a desejar devido ao uso indevido do dinheiro público, e, os maiores prejudicados eram sempre a população mais pobre em detrimento daqueles que faziam parte da Elite local, os quais se beneficiavam inclusive das verbas destinadas a emergência pública – a chamada indústria da seca.

> Está se tornando problema o abastecimento d´água da cidade. O carro-tanque arranjado pela Prefeitura começou satisfazendo as necessidades da população. Porém, em Caruaru falta também água e a Prefeitura daquela cidade não consente mais nosso abastecimento ali.
>
> **José Álvaro e Silva, Diário de um Matuto, 14 de janeiro de 1955.**

Ferreira se refere à permanência das causas da seca afirmando que, apesar da evolução de novas descobertas e avanços tecnológicos, a solução do problema da seca sempre foi lento, justamente devido as apropriações indevidas dos recursos destinados ao bem da população. Segundo ela, as obras realizadas por órgãos federais, por exemplo, a política de *açudagem*, tinha como ponto estratégico beneficiar os proprietários de terras.

> Modificado o panorama da cidade com as chuvas aqui caídas sábado, dia 12. Foi uma boa chuvarada. O açude público tomou uma boa porção d'água, que dará para abastecer a cidade por uns 60 dias. Foi suspenso temporariamente o abastecimento que vinha sendo feito pelo carro-tanque da Prefeitura. Por enquanto existe água em todo lugar, graças a Deus!
>
> **José Álvaro e Silva, Diário de um Matuto, 18 de fevereiro de 1955.**

É evidente que os mecanismos de apropriação de investimentos da União, pelos grandes proprietários sob aspecto climático e como causadoras de boa parte dos males econômicos e sociais da região, através

do discurso e da situação dessa emblemática primeira realização hídrica após "independência" de Taquaritinga do Norte nos faz analisar que a utilização das secas como fonte de benefícios para uns em detrimentos de muitos é algo que demonstra uma permanência histórica, hoje, embora com uma roupagem e formas diferentes.

> Estava fazendo uma boa estiagem e hoje começou a chover fino. A terra ainda estava molhada, porém a chuva já começa a fazer falta às lavouras. Estas, quando estão em certo ponto, precisam de muita chuva. Milho, quando está começando a bonecar, precisa de chuva. Este ano o inverno vai correndo regular, muito embora que isso se passa apenas num determinado trecho que acompanha o Rio Capibaribe.
>
> **José Álvaro e Silva, Diário de um Matuto, 18 de maio de 1955.**

E mesmo diante de todo esses dilemas o escárnio parece ser uma alternativa de convivência. Nosso diarista matuto, bem soube disso quando se utilizou da provocação do riso e da zombaria para se referir a situação da cidade durante o inverno de 1955:

> Este ano o inverno aqui está uma coisa engraçada. Numa certa faixa de terreno que margeia o Rio Capibaribe, o inverno está bom. Desde fevereiro que chove regularmente. Já há muita lavoura madura. Essa faixa de terra não atinge 16 quilometros quadrados. O resto do município está de riscar um fósforo e pegar fogo.
>
> **José Álvaro e Silva, Diário de um Matuto, 20 de maio de 1955.**

Por trás dos discursos de Zé Pacas que chegaram até nós é possível vislumbrar um substrato de representações jocosas, fazendo um certo tipo de alívio cômico mesmo diante da situação emergencial. Se estas ideias e forma de pensar sobre os problemas encontravam ou não uma acolhida irrestrita entre a maioria da pequena cidade à época, preocupada em novas formas de pensar a jovem cidade é difícil supor sem outros tipos de relatos tão despropositais e íntimos ao ponto de mesclar a fala de si, com demais pensamentos sociais. Ao que tudo indica, para ele os problemas são de ordem maiores que não lhe atinge – e se atinge – são tratados de

forma "engraçada" como ele mesmo assegura. Estas falas e representações ambientais socialmente instituídas, embora interpretadas de forma isolada e recriadas por cada um dos antigos habitantes envolvidos, que não se encontram dentro desse texto histórico, poderiam muito bem fazer parte do imaginário social característico da forma de lidar com a perda, a dor e o sofrimento e da estiagem e das preocupações cotidianas do nordestino.

Enfim, ao se analisar as ações e relações de um homem/sociedade a partir das interrelações socioespaciais estabelecidas com o ambiente santa-cruzense e com a localidade mais próxima da bacia do rio Capibaribe, podemos constatar que desde o período da emancipação política ações isoladas tiveram o propósito de minimizar os efeitos das secas, porém é necessário que estas ocorram de forma conjunta, com o objetivo da revitalização do rio e da melhoria da qualidade de vida dos que habitam às suas margens, que diferente do passado, hoje além da seca convive também com os efeitos destrutivos provenientes da poluição.

É responsabilidade dos poderes públicos, privados e da sociedade civil se engajar nessa empreitada, sob pena do contrário, as populações atuais e futuras amargarem consequências cada vez mais danosas com relação à falta de água e outros problemas os quais vêm se agravando com a degradação desse rio, exclusivamente, pernambucano.

Ver e viver: o rio Capibaribe no coração e na memória santa-cruzense

O Capibaribe é um rio de 250 quilômetros, que na maior extensão de seu percurso, até as imediações da cidade de Limoeiro, no Agreste de Pernambuco, apresenta um regime intermitente, isto é, seu fluxo limita-se ao período anual de chuvas, no seu caso, entre o outono e o inverno. Dessa forma, se a água é o elemento que garante unicidade a um rio, ao conectar os seus diversos fragmentos espaciais em um tecido coerente e interligado, esta falta na maior parte do tempo ao rio Capibaribe. Seu curso é marcado pela fragmentação hidrológica e, sobretudo, paisagística, o que permite caracterizá-lo não como um só, mas como vários Capibaribes.[9]

É possível se referir ao rio Capibaribe como um conjunto de

ambientes e panoramas fluviais diversos, acrescido da complexidade do trabalho humano e consolidado como uma organização singular de espaços geográficos. A paisagem do Capibaribe, então, só pode ser compreendida como uma imagem atual, cristalizada, decorrente do somatório do tempo histórico transcorrido sobre fragmentos físicos bastante diversos e, assim como qualquer paisagem, uma herança. A ideia de sobreposição de elementos diversos, gerando recortes espaciais homogêneos, permite a subdivisão do rio em pelo menos quatro grandes unidades: o rio urbano, estuarino do Recife; o rio perene, da Zona da Mata; o rio do piemonte do Planalto da Borborema, dos agrestes baixos de Surubim; o rio das escarpas do Planalto da Borborema e aquele da cimeira do Planalto, rio dos brejos de altitude, das cabeceiras e nascentes de Poção. Cada um deles compõe um fragmento diferenciado de história humana e natural, configurando um território único.[10]

Nessa paisagem configurada pelo geógrafo Antonio Carlos de Barros Correa a paisagem do rio do piemonte do Planalto da Borborema, dos agrestes baixos de Surubim, da qual a nossa cidade faz parte, é caracterizado pelo semiárido, da pecuária, o rio seco, já não é o catalisador da nucleação urbana, estando essa unidade regional marcada por uma consolidação tardia dos seus centros urbanos principais, sendo sua maioria de meados do século XIX. A possibilidade de ocupação urbana antes desse período é algo que não é factível, devido às baixas precipitações aliadas a um severo período de secas constantes. Acredito, que o ponto chave para a clareza no que diz respeito a origem da cidade esteja longe do parentesco perdido do tal Antônio Burgos - a quem constantemente se credita como o fundador da cidade -, esse elo mitificado é apenas uma narrativa duvidosa; na verdade, a chave para nosso passado é o rio Capibaribe e os povos indígenas.

E por falar nas possibilidades que o rio nos fornece lembro da historiadora Flávia Danielly de Siqueira Silva Moura, professora da rede municipal, licenciada pela Universidade Estadual da Paraíba e Mestre pela Universidade Federal de Campina Grande, que em sua dissertação de mestrado, *Cenas de uma cidade sensível: o cine Bandeirante como espaço de lazer e sociabilidades em Santa Cruz do Capibaribe-PE (2014)* nos fez refletir que Santa Cruz não é somente *sulanca*, roupas e confecções,

dinheiro, é também lazer e história. Foi, talvez, a primeira vez que de forma contundente uma intelectual deixou registrado na historiografia santa-cruzense esse novo olhar para com o passado da cidade, ora ela abriu não somente a possibilidade de novos historiadores da cidade se atentar ao fato tão importante de se fazer e ter um diploma de pós-graduação *Stricto sensu*, também de pensar uma nova forma temática de se analisar a cidade: através da cultura. Muito além de Danielly Moura ser a primeira santa-cruzense graduada em História a possuir diploma de mestre na área, foi ela que também se tornou uma entre os primeiros que passaram a pensar o rio Capibaribe como um agente cultural e um espaço de lazer importante para a localidade, e, não tão somente um percurso hídrico que foi apagado da memória dos habitantes devido a poluição em detrimento das más práticas de esgotamento e do ritmo de crescimento econômico; por isso, me utilizarei em grande medida do segundo capítulo de seu trabalho dissertativo, intitulado por, *Mas nem só de tecido vive a capital da Sulanca: os lazeres e os divertimentos na Santa Cruz de ontem*, precisamente o tópico: *Um rio, muitas histórias*.

O Capibaribe foi muito celebrado em Santa Cruz. Sobre ele foram feitos inúmeros poemas, declarações de amor e de saudade, foi motivo para diversas pinturas, fotografias e canções. Cronistas, intelectuais e memorialistas o citaram em suas obras e a imprensa sempre esteve aberta a artigos que o exaltavam. Por meio de imagens inventadas a partir de um Capibaribe concreto, os artistas e escritores apresentam, grosso modo, a cidade e o rio de três modos e, não raras vezes, entrelaçando-os em um mesmo poema. Primeiro, como uma fotografia que tentasse apreender a sua realidade cotidiana; segundo, pela faculdade imaginativa de plasmar imagens da realidade que não foram percebidas por aqueles que nela vivem ou a conhecem; terceiro, por meio da metaforização ou alegorização do cotidiano.

Alguns mais afoitos publicam seus textos e suas memórias em formato de livro ou para os colegas em suas redes sociais, como é o caso do advogado Clécio Dias que em um de seus textos nos disse: “Sonhei que a chuva de ontem nos trouxe de volta o rio… No sonho as águas levaram as feridas mais profundas…”, o poeta fala das feridas não cicatrizadas, fala da poluição de um rio que durante muito tempo esteve presente

de maneira íntima e cotidiana ao lado da "Rua Grande". Mas, não há como falar dos enamorados do Capibaribe sem antes lembrar do poeta recifense João Cabral de Melo Neto (talvez o poeta que mais cantou o Capibaribe e, por extensão, Pernambuco) que se valeu desses três modos para introduzir o seu leitor naquele que talvez seja o mais contundente poema sobre o: *Cão sem plumas*.

> A cidade é passada pelo rio
> como uma rua
> é passada por um cachorro;
> uma fruta
> por uma espada.
>
> **João Cabral de Melo Neto, O cão sem plumas, 1950.**

João Cabral de Melo Neto foi um devoto sentimental do rio Capibaribe, de Recife e Pernambuco. A partir dos seus versos o rio e a cidade não são vistos como paisagens do passado, petrificadas no tempo, mas como paisagens vivas, em movimento. Em um *cão sem plumas*, o que se evoca é uma paisagem que, apesar de doente e combalida, ainda está viva, resiste. Em 1929 Sir Halford Mackinder fez um discurso no Congresso Internacional de Geografia, reunido em Cambridge, defendendo a supremacia da água entre os elementos que nos devem preocupar no estudo de uma região e de sua paisagem. "A hidrosfera" - chegou a dizer Sir Halford - "deve ser considerada o tema central da geografia". Porque nada mais importante no estudo do homem que as suas relações com a água: com a água do mar, com a água dos rios, com a água condensada das nuvens, com a água de chuva ou de degelo, com a água subterrânea, com a água que corre na seiva das plantas ou que circula nas artérias e nas veias dos animais. Por conseguinte, o próprio sangue e a própria vida do homem. Quase uma mística da água.

Já, entre nós, Gilberto Freyre, em 1937, escreveu sobre a relação e influência da cana-de-açúcar sobre os aspectos históricos e ambientais da formação da parte litorânea do estado de Pernambuco. Vai dizer, por sua vez, que quase não há um rio do Nordeste do canavial que alguma usina de ricaço não tenha degradado em mictório. Completa afirmando

que, "as casas já não dão frente para a água dos rios: dão-lhes as costas com nojo. Dão-lhe o traseiro com desdém"[11]. Da Zona da Mata para o Agreste Setentrional pernambucano os dilemas encontrados pelo rio Capibaribe e o conjunto das relações habitacionais não diferiu em termos consideráveis:

Legenda: Vista do riacho Tapera sob a ponte Alcindo Bezerra Aragão localizada entre as avenidas Avenida Prefeito Teófanes Ferraz Torres Filho e Avenida João Francisco Aragão. As casas que dão as costas ao riacho e lançam dejetos residenciais no leito seco do riacho que compõe a bacia hídrica do rio Capibaribe estão localizadas na rua Amaro Severino, Centro.
Fonte: Foto feita por Arnaldo Vitorino, no dia 15 de abril de 2007.

A verdade é que a água, mesmo sem ser preciso considerá-la misticamente, como Sir Halford, ou como algo levada totalmente ao desencanto e omissão como Freyre, aparece em várias regiões como nota dominante na vida da paisagem. Da paisagem física como da cultural.

Na Santa Cruz do passado, a Pedra da Bicuda, localizada no leito central do rio, é um local constantemente rememorado pela geração do período. Nas proximidades da grande formação rochosa, muitos garotos e garotas iam acampar, realizar piqueniques à sombra das árvores, aproveitando a ocasião para refrescarem-se nas águas do Capibaribe. A pedra era um dos locais preferidos pela garotada nas épocas das cheias do rio, pois na parte inferior da rocha, formava-se uma espécie de lagoa, onde as crianças se divertiam. Para os rapazes e moças mais afoitos existia a parte superior da pedra, onde estes se arriscavam em saltos que acabavam na água corrente do rio.

As enxurradas do Capibaribe causavam um verdadeiro frenesi nos moradores das proximidades da Rua Grande e adjacências. Além da admiração com a força da água naqueles dias de cheia, histórias que retratam as angústias e os alagamentos de casas provocados pelas águas são comuns. Dona Margarida Aragão, aos 88 anos, concedeu uma importante entrevista a Inácio França, jornalista responsável pelo livro*: Um rio de Gente: Histórias, causos e lendas do Capibaribe (2010).* Margarida guarda em sua casa um acervo de fotografias, recortes de jornais, almanaques e objetos diversos que contam a história de sua família e um pouco da história da cidade. Sobre a cheia de 1947 lembra, com uma riqueza de detalhes impressionante, o dia em que as águas do Capibaribe inundaram a cidade:

> Começou a chover. Tava tudo seco: rio, riacho. Começou a chuva no domingo, dia 30 de março de 1947. Aquelas nuvens escuras, roxas, o povo admirado, porque nunca se viu umas nuvens daquelas. Mas dizem que, no outro dia, caiu mais de trinta trombas d'água no céu. Mas esse menino! Essa água começou a chegar no rio seco, começou a chegar aqui devagarzinho, era meia noite. Eu fiquei sentada e comecei a rezar. E mãe e Inácio tudo lá na beira do rio, olhando a altura da água com medo. Inácio era meu irmão, já faleceu. Era o mais velho, era de 19. Eu sei que eu fiquei no quarto rezando, ai mãe chegou, e disse que a água tava baixando, ai eu tive coragem de sair pra ir olhar.

> **Entrevista realizada com a senhora Margarida Aragão no ano de 2010.**

Em 1935, ano em que a família de Margarida se instalou na cidade, houve uma outra cheia, na qual, do quintal de sua casa a senhora pôde presenciar sua chegada. Nesta primeira cheia Margarida conta que houve inundação de sua casa, por este motivo, em 1947 ela teria ficado receosa de que acontecesse o mesmo: "Não entrou água aqui na de 47, mas entrou naquele beco e naquele outro beco" conta a senhora referindo-se a dois dos vários becos localizados no lado direito da Rua Grande e que dão acesso às margens do rio.

> O Capibaribe tirou a ferrugem... linguagem tola! Quem já viu o rio com ferrugem?! Diga-se: o Capibaribe tirou o vasculho. Finalmente hoje, às 10 horas, chegava uma regular cheia no rio. A água vinha aos borbotões, enchendo tudo que era de buraco…
>
> **José Álvaro e Silva, Diário de um Matuto, 21 de fevereiro de 1958.**

Em épocas de cheia, as passagens molhadas, espécies de pontes feitas da terra do rio, viabilizavam o acesso dos moradores de São Domingo à cidade, ficavam inacessíveis devido ao fluxo de águas aumentado e a inexistência de uma ponte que ligasse as duas localidades. Os moradores que diariamente vinham trabalhar ou trazer mercadorias para serem vendidas na feira da Sulanca de Santa Cruz encontraram uma solução simples, mas nada confiável. Para atravessar o rio era necessário embarcar em uma das canoas de madeira levadas de uma extremidade a outra do Capibaribe por um cabo de aço. Preso a dois pedaços de madeira fixados nas margens do rio, este cabo era puxado pelo canoeiro até que a canoa chegasse ao outro lado do rio. Arnaldo Vitorino, 56 anos, professor de Geografia, apaixonado pelo Rio Capibaribe e pela conservação da História da cidade, conta-nos sobre os canoeiros mais famosos:

> [...] primeiro foi Seu Augusto, tinha Mateus, Zé Duquinha, e tinha também seu Adjá, mas isso já foi depois, primeiro foi Seu Augusto. Conheci todos eles, todos os quatro. Seu Adjá é falecido,

> Mateus faleceu também, hoje só vive Zé Duquinha que ainda é vivo hoje. Ele foi o primeiro a fazer uma canoa de ferro, com chapa de teto de Kombi. Ele fez uma bela, uma canoa bem feita. Hoje ele deve estar com seus 60, 70 anos.
>
> **Entrevista realizada com o senhor Arnaldo Vitorino no ano de 2010.**

José Álvaro, nosso diarista matuto, fala sobre esses dois episódios. Ao falar da cheia dia 1960 lembra que "a enchente foi despropositai, porém ainda faltou um metro para atingir o nível da de 1947, que foi a maior registrada nestes últimos 50 anos"[12]. Completa, após 10 dias: "[...] Hoje está completando 26 dias consecutivos que todos os dias o rio acrescenta suas águas, apenas dando passagem em canoas ou a nado"[13].

> O Capibaribe amanheceu cheio e uma feira no dia em que o rio está cheio é uma feira e, ao mesmo tempo, uma festa. **O Capibaribe aqui não tem ponte, quando enche o povo tem dificuldade em atravessá-lo, procurando para isso os meios mais primitivos…**
>
> **José Álvaro e Silva, Diário de um Matuto, 23 de fevereiro de 1959. Grifo meu.**

Durante as cheias, as canoas ficavam ancoradas nas margens do rio até que algum morador solicitasse os serviços dos canoeiros. Nos bancos de areia ali encontrados os meninos jogavam futebol na areia ainda limpa. As meninas juntavam pedaços de madeira, roubavam um pouco de arroz ou feijão de suas casas e numa panela de barro inventavam os "cozinhados", típicos das famosas brincadeiras de "casinha" frequentemente realizadas pelas meninas. O movimento nas margens do Capibaribe era intenso. Mulheres iam buscar água nas várias cacimbas ali construídas, a água recolhida era utilizada nos seus afazeres domésticos. Lavadeiras cantavam e lavavam roupas nas pedras do rio. Imagens guardadas apenas nas lembranças sobre um rio ainda vivo que oferecia diversão e trabalho a muitos habitantes daquela Santa Cruz de outrora.[14]

Capibaribe, o rio que a cidade perdeu

A principal exceção na paisagem do rio Capibaribe quando adentra o Planalto da Borborema é o amplo alvéolo plano sobre o qual se instala, na margem esquerda do canal, o núcleo urbano de Santa Cruz do Capibaribe, nesse trecho, tornam o rio suscetível ao recebimento dos eflúvios dos processos produtivos têxteis, além daqueles oriundos dos usos domésticos não tratados, decorrentes da rápida expansão urbana. De fato, o Capibaribe agonizava no final dos anos 1980. Havia a poluição crescente de suas águas e as obras residenciais que deixavam o beira-rio ainda mais sujo e distante dos espaços de lazer, sem contar também com as cavas de exploração de areia e pedregulho, somavam-se agora trechos de esgoto. Assim, o Capibaribe foi se tornando para muitos santa-cruzenses um lugar inacessível, não havendo por que se aproximar dele.

Nem todas as memórias coletivas urbanas, os traços geográficos da cidade e da atuação humana sob cada aspecto de Santa Cruz do Capibaribe conseguiram ser registradas e tão pouco preservadas. Muitas fotografias, cartões, e, até mesmo as memórias das pessoas sobre as paisagens e os contornos urbanos se perderam no tempo, o que faz com que os vestígios do passado que se substituíram na paisagem sejam apenas fragmentos das memórias coletivas que a cidade produziu ao longo de várias décadas. E fragmentos muito especiais e específicos, pois estão geralmente ligados a estruturas de poder.

Como bem lembrou Le Goff, em seu livro *História & Memória (1988)*, as classes mais poderosas não apenas construíram objetos mais duráveis, como foram também as criadoras das próprias instituições de memória, não raro estabelecidas exatamente para guardar as lembranças que as pessoas das camadas mais ricas consideravam importante. Por essa razão, as geografias que a cidade se formou e transformou ao longo do tempo se encontram nos espaços atrelados às instituições de poder – prefeitura, câmara de vereadores, Moda Center, escolas, hospitais e demais cenários de disputa de poderes – e, que são também invariavelmente utilizados como fontes ou atestados de "memórias urbanas", são, eles também, expressões de poder.

Portanto, "antes de poder ser um repouso para os sentidos, a

paisagem é obra da mente. Compõe-se tanto de camadas de lembranças quanto de estratos de rochas"[15]. Sendo assim, para Simon Schama, a paisagem é cultura antes de ser natureza – ou seja, uma paisagem é repleta de significados identitários e simbólicos, construídos e reproduzidos, que acabam alimentando o imaginário social e os modos de viver em sociedade. Se hoje, dizemos que somos Santa-cruzenses, da Terra das Confecções, da Terra da *Sulanca* ou Terra da Moda, são índices das tentativas em que a cidade tentou através da paisagem e da memória, da história e da geografia se posicionar no mundo.

A geografia aparece aqui também como espécie de autoafirmação identitária, que remete sempre a prosperidade sem distinções, mas que se apresenta na realidade como um espaço onde os contrastes sociais são omitidos. Nesse sentido, conforme o geógrafo brasileiro Milton Santos: "a paisagem é o conjunto de formas que, num dado momento, exprimem as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre homem e natureza"[16]. E mais, "a paisagem é transtemporal, juntando objetos passados e presentes, uma construção transversal"[17]. Nesse sentido, "a paisagem é história congelada, mas participa da história viva"[18]. Inevitavelmente, em Santa Cruz, o interesse pelo controle da paisagem da cidade e sua geografia é o mesmo controle que tenta se estabelecer pela memória das pessoas. Ora, todos dizem que o rio foi poluído, porém, ninguém, consegue precisar quando ele foi poluído e quais grupos formam os responsáveis pela sua degradação, como se esse estado atual fosse resultado sempre da má gestão e da falta de cuidado e amor da geração seguinte, como se aqueles que viveram e viram o rio colocar suas águas limpas fossem isentos de responsabilidades pelo atual estado de conservação.

Capibaribe de minha infância,
com tuas águas barrentas
em bons tempos de cheias,
a encantar minhas vistas!
Capibaribe, palco de caçoadas,
lá a tomar banhos sem conta
e a pescar muitas piabas
em tuas águas amigas!

Capibaribe da mocidade,

viravas estrada de areia,
campo de futebol eras
em gostosas peladas
na maior parte do ano
quando se iam as cheias!
Hoje (que pena!), a juventude
não tem esse campo de areia
pra nele jogar e cair à vontade.
[...]

Hoje na volta dos sessenta
revejo-te, às vezes, velho rio!
Choca-me tua visão cinzenta,
teu leito aterrado por lixo
e por construções tomado,
teu estado de esgoto imundo!

Cadê tuas águas barrentas,
as festas de tuas cheias,
a meninada em teu leito
futebol a jogar o dia inteiro?
Cadê o desfile em tuas areias
de muitas moças da terra
e de patroas respeitáveis,
de lata ou pote na cabeça?
E os rapazes de galões,
no ombro levando duas latas,
na cabeça, dois olhos de galãs
para moças namoradoras?
Por onde anda tudo isso
e o que fizeram contigo?
[...]

José Edivaldo Moraes [Professor Valdinho], Poema Ao Rio Capibaribe, dezembro de 2001.

Nostalgia e indignação perpassam a lembrança de José Edivaldo Moraes, que, em 2001, escreveu um poema a partir da melodia *Branca (1918)*, valsa de Zequinha de Abreu, dedicado *ao rio Capibaribe*, nele procurava manter viva a memória de um convívio interrompido entre os moradores e o rio. Recuperar tal dimensão perdida da vida urbana

santa-cruzense é demonstrar o que foi tomado dos moradores da cidade devido à degradação do Capibaribe e seus afluentes. Nota-se, assim, que a morte do rio não passou despercebida, percebemos também como entre o Capibaribe e os moradores se criavam laços afetivos, de pertencimento.

Nessa e em outras recordações que vimos ao longo deste capítulo há frenéticas crianças que se metiam por horas a fio dentro do rio, também, os moleques que não se cansavam de brincar nas areias do rio e quando cresciam um pouco mais, se tornavam mais afoitos e arriscavam, em épocas de cheias, alguns pulos do alto da grande e famosa formação rochosa, localizada no leito aquático do rio, a "Pedra da bicuda" – a pedra se tornou um símbolo e era um dos pontos preferidos pela garotada nos períodos de cheia. Vemos aparecer primos e amigos que aprendiam a nadar e se divertiam nos dias quentes. Ou as molecas e moças que faziam passeios à beira do rio e dos riachos, e não deixava de ter suas brincadeiras nas horas de banho, aproveitando as cacimbas cavadas por homens e mulheres que iam buscar águas nos vários pontos espalhados pelo rio e utilizavam nos seus afazeres domésticos. Outros aparecem se aglomerando para ver as grandes cheias.

Mas, em uma cidade que aos poucos foi se tornando em um polo econômico e se modernizando através da venda e confecções de roupas, as antigas brincadeiras no rio fazem alguns gargalharem e recordarem com saudades até os dias de hoje. Em algumas partes do rio Capibaribe, na época sem água, esgoto ou ruas pavimentadas, o Capibaribe, embora agonizante, fazia uma grande diferença. Com a degradação o banho de rio deixou de pertencer ao repertório de práticas costumeiras da maioria dos moradores da cidade, salvo para os que tinham o privilégio de frequentar um local possível para o banho na zona rural ou mesmo se deslocar para um dos outros rios do litoral acompanhados pelos banhos de mar – o que não era o caso da maior parte dos santa-cruzenses, em geral, pobres. Nas últimas décadas do século XX, para a maioria dos habitantes de Santa Cruz do Capibaribe, o encontro cotidiano e quase sempre feliz com os rios, córregos e açudes se perdera.

Referências bibliográficas

ANDRADE, Carlos Drummond de. *Poesia completa*: conforme as disposições do autor / Carlos Drummond de Andrade. – 1.ed., 3.impr. – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2007.

ARAGÃO, Éverton Alves. Nordeste: escrevendo uma História Ambiental. *Epígrafe*, São Paulo, v. 8, n. 8, p. 86-109, mar. 2020. Doi: https://doi.org/10.11606/issn.2318-8855.v8i8p86-109.

______. *Histórias ausentes, paisagens esquecidas: notas sobre a História Ambiental de Santa Cruz do Capibaribe-PE (1953-2022)*. In: Antônio Hélton Vasconcelos dos Santos, Manuela Maria Pereira do Nascimento e Bruno Augusto Nogueira Monteiro Pontes. (Org.). Ciências ambientais em foco: olhares para a sustentabilidade. 1ed. Ananindeua: Itacaiúnas, 2023, v. 1, p. 67-76.

ARAÚJO, Júlio Ferreira de. *História de Santa Cruz do Capibaribe*. Publicado pelo autor, 1ª Ed. – Santa Cruz do Capibaribe – PE, 2003.

BRAUDEL, Fernand. *O mediterrâneo e o mundo mediterrâneo na época de Felipe II*. 2ª edição. Lisboa: publicações dom quixote, 1995.

BLOCH, Marc. *Apologia da história ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

CASTRO, M. I. M. Reflexões sobre a história ambiental. *Universitas-FACE* / História, Brasília, v. 01, p. 25-43, 2003.

CARSON, Rachel. *Primavera silenciosa*. Trad. Sant'Anna Martins. - 1. ed. - São Paulo: Gaia, 2010.

CONDDÉ, José. *Terra de Caruaru*. – 6. ed revista e ampliada. – Caruaru, PE: W. D. Porto da Silva, 2011.

DRUMMOND, José Augusto. A história ambiental: temas, fontes e linhas

de pesquisa. *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, vol. 4, n. 8. 1991, p. 177-197.

DUARTE, Regina Horta. *História & Natureza*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.
FREYRE, Gilberto. Nordeste: aspectos dta influência da cana sobre a Vida e a Paisagem do Nordeste do Brasil. 7ª edição – São Paulo: Global, 2004.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Cetauro, 1990.

LE GOFF, Jaccques. *História & Memória*. Tradução: Bernardo Leitão. Campinas: Editora Unicamp, 2013.

LE ROY LADURIE, Emmanuel. *Mantaillou, povoado occitânico, 1294-1324*. Trad. Maria Lucia Machado. - São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

LISBOA, Lindolfo Pereira de. *Raimundo Aragão: sua vida, suas obras*. Recife, 1ª Ed. – Edições Mírian Regina, 1990.

MARTINEZ, Paulo Henrique. *Brasil: Desafios para uma história ambiental*. No. 22. abril 2005. Universidade Central – Colombia. p. 26-35.
SANTOS, Milton. *A natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Edusp, 2009. 384 p. 4ª Ed.

SCHAMA, Simon. *Paisagem e memória*. Trad. Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SILVA, Flávia Danielly de Siqueira. *Cenas de uma cidade sensível: o Cine Bandeirante como espaço de lazer e sociabilidades em Santa Cruz do Capibaribe – PE*. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, do centro de Humanidades da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre, 2014.

THOMAS, Keith. *O homem e o mundo natural: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais, 1500-1800*. Trad. João Roberto Martins Filho. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

THOREAU, Henry David. *Walden*. Tradução Denise Bottman. – Porto Alegre, RS; L&PM, 2018.
WINIWARTER, Verena. Abordagens sobre a História Ambiental: um guia de campo para os seus conceitos. *Abordagens Geográficas*, volume 1, número 1, 2010: out. nov., p. 1- 21.

WORSTER, Donald. Para fazer história ambiental. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 4, n. 8, 1991, p. 198-215.

FONTE

SILVA, José Álvaro. *Diarista Matuto – Copyriht da Posteridade*. – Santa Cruz do Capibaribe, [1960?]. Não

Notas

1 BLOCH, Marc. *Apologia da história ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2002, p. 55.
2 *Cf.* WORSTER (1991); DRUMMOND (1991); MARTINEZ (2011).
3 ARAGÃO, Éverton Alves. Nordeste: escrevendo uma História Ambiental. *Epígrafe*, São Paulo, v. 8, n. 8, p. 86-109, mar. 2020. Doi: https://doi.org/10.11606/issn.2318-8855.v8i8. p. 86-109.
4 Inicialmente publiquei este levantamento no capítulo *Histórias ausentes, paisagens esquecidas: notas sobre a História Ambiental de Santa Cruz do Capibaribe-PE (1953-2022)*, que faz parte do livro *Ciências Ambientais em Foco: olhares para a sustentabilidade*, publicado em 2023.
5 Notas realizadas entre os anos de 2016 e 2022, retiradas de forma adaptada do *caderno de notas e apontamentos históricos para o município de Santa Cruz do Capibaribe*. Acervo pessoal do autor.
6 Notas realizadas entre os anos de 2016 e 2022, retiradas de forma adaptada do *caderno de notas e apontamentos históricos para o município de Santa Cruz do Capibaribe*. Acervo pessoal do autor.
7 O professor de Educação Física Arnaldo Vitorino, conhecido como professor Caverna, relata que realizou o resgate deste documento no ano de 2001; no período o qual foi designado a trabalhar com alguns documentos na Biblioteca Municipal.
8 SILVA, José Álvaro. *Diarista Matuto – Copyriht da Posteridade*. – Santa Cruz do Capibaribe, [1960?]. Não Publicado. José Álvaro e Silva, 12 de janeiro de 1960.
9 CORREA, Antonio Carlos de Barros. *A História Geográfica de um Rio*. In: Eu Capibaribe: o rio que termina onde a cidade começa. Organizadores: Gisela Abad; Márcio Erlich. Tradução: Rebecca Atkinson. – Recife: Caleidoscópio, 2013, p. 24.
10 *Ibid*., p. 25.
11 FREYRE, Gilberto. *Nordeste: aspectos da influência da cana sobre a Vida e a Paisagem do Nordeste do Brasil*. 7ª edição – São Paulo: Global, 2004, p. 71.
12 *Op. Cit*. José Álvaro e Silva, 21 de março de 1960.
13 *Op. Cit*. José Álvaro e Silva, 31 de março de 1960.
14 Os últimos relatos de cheias, canoas e memórias foram retirados parcialmente da dissertação *Cenas de uma cidade sensível: o Cine Bandeirante como espaço de lazer e sociabilidades em Santa Cruz do Capibaribe – PE* / SILVA, Flávia Danielly de Siqueira. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, do centro de Humanidades da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre, 2014.
15 SCHAMA, Simon. *Paisagem e memória*. Trad. Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 17.

16 SANTOS, Milton. *A natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Edusp, 2009. 384 p. 4ª Ed., p. 66.
17 *Ibid*, p. 67.
18 *Ibid*, p. 69.

Legenda: O local servia também como uma espécie de cenário para fotografias. O verde presente nas épocas de chuvas contrastava com o tom acinzentado das pedras e as águas limpas do Capibaribe.
Fonte: Fotografia digitalizada e arquivada por Arnaldo Vitorino.

Legenda: Integrantes da Banda Pop Som. Da esquerda para a direita estão: Toinho Catanha, Josué, Lula (Filho de Isaías Teteu), Romero Aragão, José Augusto Maia, Augustinho Rufino, Pedro Maia. Década de 1970.
Fonte: Arquivo digitalizado por Arnaldo Vitorino.

Grupo de rapazes que formaram uma banda de *MPB, Pop e Rock* na cidade em meados de 1970. À epóca, estavam integrantes da Banda Novo Século. Na imagem, como uma forma de elaborar uma produção para divulgação da banda, as margens do rio Capibaribe foi o cenário escolhido para captação das fotos.

Legenda: Encontro do Capibaribe com Riacho Tapera, em 1947. Poço Grande, entrada para a Pedra da Bicuda.
Fonte: Antônio de Roga

Legenda: A canoa que ajudava na travessia do Rio Capibaribe durante os períodos de cheia.
Fonte: Fotografia digitalizada e arquivada por Arnaldo Vitorino.

Legenda: Serra do Pará, parte frontal da caverna onde é possível observar um desmoronamento rochoso, a caverna possui 4 salões. Na parte interna entre a fenda que ocorreu o desmoronamento há um painel de cerca de 70 metros de altura com diversas inscrições rupestres.
Fonte: Fotografia de Arnaldo Vitorino, feita em fevereiro de 2007.

VILA DO PARÁ:

Apontamentos da história pré-colonial em Santa Cruz do Capibaribe-PE

Wellington Luís de Albuquerque Espíndola

Introdução

Atualmente os estudos sobre Santa Cruz do Capibaribe estão em processo de construção, já existem algumas produções sobre a cidade, porém se faz necessário buscar novas fontes, para acrescentar ao que já está feito, e assim, contribuir para que a sua historiografia cresça e se desenvolva.

O estudo que é proposto neste artigo é para analisar as artes rupestres da Serra do Pará, como também, o estudo da "pré-história" do nosso município. Se as produções sobre Santa Cruz estão em processo de construção, as do período pré-colonial ainda são bem tímidas, pois não foi dada a devida atenção sobre o assunto. Mas isso é recorrente, quando se fala da "pré-história", às vezes se dá mais valor aos fatos de outros lugares e não se valoriza a história local. Santa Cruz do Capibaribe, junto às suas cidades vizinhas, desfruta de um passado pré-colonial comum de passagem e permanência de povos, de pinturas rupestres, fósseis humanos, de animais e objetos.

Recentemente foi criada a área da Unidade de Conservação Municipal da Serra do Pará, sendo um grande feito para se proteger, tanto as áreas dos sítios arqueológicos, como preservar a fauna e a flora que estão na Serra e em volta dela.

O referido capítulo está dividido da seguinte forma: de início apresentamos uma análise sobre o início da povoação de Santa Cruz a partir do século XIX; Em seguida discorremos sobre a ocupação do Agreste pernambucano pelos seres humanos pré-coloniais; No terceiro tópico será analisado a Serra do Pará e suas pinturas, alguns dados geográficos sobre a serra e a análise das pinturas rupestres; no último ponto o processo de criação da Unidade de Conservação Municipal e a importância desse acontecimento para o lugar e para o estudo do período pré-colonial.

Santa Cruz do Capibaribe: um breve histórico

A cidade de Santa Cruz do Capibaribe pertenceu as terras de Dona Maria de Ferraz Brito que as recebeu do rei português por volta da segunda metade do século XVIII, porém ela dividiu em vários lotes

a sua propriedade, sendo a serra da Taquara o lugar que se desenvolveu progressiva povoação.

Segundo a “História Oficial” de Santa Cruz, refiro-me ao que pode ser encontrado nos sites dos órgãos públicos, nesse mesmo período a segunda metade do século XVIII, afirma que um português de nome Antônio Burgos, vindo do Recife através do Rio Capibaribe, “tendo adoecido seriamente de um mal grave, talvez incurável para a época, foi aconselhado pelos médicos a procurar um clima mais ameno, no sertão, por exemplo, onde encontrasse um clima salobro e seco”.[1]

A afirmação é a de que um sujeito de nome Antônio Burgos se instalou por um tempo aqui realizando a construção de uma capela, porém não se sabe ao certo o que ocorreu com ele. Se ele ficou curado e regressou ao Recife ou se faleceu por aqui, o fato é que não ficou nenhum descendente do mesmo em nossa cidade. Após esse “período de Burgos”, “até o surgimento dos primeiros habitantes e fazendeiros que aqui chegaram não se tem dados nem registros que possam esclarecer melhor a formação do povo santa-cruzense”.[2]

Os registros são retomados em 1874 quando o padre Ibiapina junto ao povo da localidade faz a reconstrução da capela, a construção de um cemitério e um açude. A povoação de Santa Cruz vai se desenvolvendo a partir da igreja Bom Jesus dos Aflitos, onde hoje é a Avenida Padre Zuzinha (Rua Grande). Através da Lei Municipal nº 02, de 18/04/1892, foi criado o distrito de Santa Cruz, anexado a Taquaritinga do Norte, ficando assim até a sua emancipação política em 1953.

Essas paragens já tinham sido visitadas e até servido de morada para alguns povos pré-coloniais. Na área do nosso município temos dois lugares onde se encontram registros rupestres: o Sítio Porteiras e a Serra do Pará. Aqui nesse tópico vamos analisar sobre o segundo lugar.

Ocupação do agreste pela presença humana

A região Agreste de Pernambuco conta com 184 sítios arqueológicos, sendo: “82 no Vale do Ipojuca, 67 no Vale do Ipanema, 13 no Alto Capibaribe, 9 em Garanhuns, 8 no médio Capibaribe e 5 no Brejo pernambucano”[3]. As cidades em torno de Santa Cruz do Capibaribe têm

vários vestígios pré-coloniais, sendo a cidade do Brejo da Madre de Deus na qual foram encontrados mais artefatos: fósseis humanos, de animais, objetos e pinturas rupestres. Também as cidades de Vertentes, Toritama, Jataúba e Taquaritinga do Norte contam com alguns vestígios.

> Supõe-se que o humano chegou à região do atual Piauí em torno dos 40.000 anos atrás, e que o Nordeste, naquele momento, passava por um período úmido e favorável à vida e à sobrevivência de grupos humanos. Tempos depois, há mais ou menos 18.000 anos AP, iniciaram uma nova dispersão para a região do Vale do São Francisco e, através dos seus afluentes – como o Pajeú e o Moxotó -, alcançaram as nascentes das bacias do Capibaribe e do Ipojuca e, descendo aqueles vales, chegam à região Agreste de Pernambuco e da Paraíba.
>
> **Euzébio Josué Ferreira, Ocupação humana do Agreste pernambucano: uma abordagem antropológica para a história de Caruaru, de 2021, p. 38.**

Especificamente falando de Pernambuco, "datações superiores ou em torno dos 10.000 anos já foram constatadas, com segurança [...] em Bom Jardim (Chã do Caboclo) e Brejo da Madre de Deus (Furna do Estrago)[4], sendo assim, os dois locais com datações mais antigas em nosso estado.

Nas cidades em torno de Santa Cruz do Capibaribe, as pesquisas a respeito da "pré-história" local começam em meados da década de 1970, quando na Pedra da Figura, Taquaritinga do Norte, foram encontradas pinturas rupestres, cachimbos de barro e ossada humana, porém não foi realizada a datação, essas informações estão contidas na dissertação de Mestrado da professora Alice Aguiar Cavalcanti.

Nos anos 1980, pesquisas arqueológicas realizadas no Brejo da Madre de Deus, sob a orientação da professora Jeannette Lima, da UNICAP, foram realizadas escavações que resultaram no achado de oitenta e três fósseis humanos, além de enfeites, colares, pulseiras, uma flauta feita de osso humano e artes rupestres.

Segundo a pesquisadora Gabriela Martin:

> Do ponto de vista da ocupação pré-histórica, têm também

> interesse a região serrana de Taquaritinga do Norte e Vertentes até Toritama e Santa Cruz do Capibaribe, em Pernambuco, com cotas altimétricas até os 700 metros. O clima ameno e o nível da umidade permitem o cultivo do café e de frutas tropicais em pleno domínio das caatingas. Estas áreas de brejo foram o 'habitat' dos caçadores pré-históricos autores das pinturas rupestres da tradição Agreste, cujos sítios são especialmente abundantes naquela região pernambucana.
>
> **Gabriela Martin, Pré-História do Nordeste do Brasil, de 2013, p. 43.**

Alguns sítios arqueológicos ainda precisam ser mais estudados, porém é nítido o rico acervo pré-colonial que a nossa região tem e que confirma a presença humana, inclusive até o próprio poder público municipal muita das vezes desconhece essa riqueza histórica presente dentro dos seus domínios.

A serra do Pará e suas pinturas rupestres

Após a emancipação política de Santa Cruz do Capibaribe, o seu território conta com três distritos sendo: Distrito-sede, Poço Fundo e o Pará, nesta última está localizada a Serra do Pará que tem uma elevação de aproximadamente 750m de altura, com relação ao Distrito do Pará a elevação é de 250m, sendo que seu território faz divisa com o estado da Paraíba:

> Encontra-se localizada no maciço da Borborema, [..], em plena caatinga no agreste setentrional de Pernambuco. Na vila do Pará observa-se a vista da pedra ou afloramentos rochosos, [...] possui uma estrada de barro que da acesso por caminho arenoso, cheio de pequenas pedras em face da erosão no período chuvoso. O visual da gigantesca pedra encanta os olhos à medida que se sobe ao cume da rocha. A cada passo a ladeira fica mais íngreme, exigindo mais esforço. No final uma linda paisagem espera os visitantes que se aventuram a subir a pedra.
>
> **Larissa Patrícia Santos Araújo; Valdiana Maria Gonçalves e Ednilza Maria dos Santos, 2013.**

Atualmente a Serra do Pará é visitada por turistas que buscam o

contato com a natureza, realizando trilhas, prática de esportes radicais, como o rapel, acampamentos, conhecer as cavernas e as pinturas rupestres. Com relação às artes rupestres eram a forma que os seres humanos do período pré-colonial tinham para se expressar, utilizando os paredões rochosos para deixar seus registros. Obtinham as cores com alguns elementos encontrados na natureza, como por exemplo: óxido de ferro – que gerava um tom avermelhado; caulim (mineral argiloso) – para fazer marcas brancas nas rochas; e carvão – esse recurso era o mais comum e se obtinha o tom preto.

Os primeiros registros sobre pinturas rupestres no Brasil ocorrem pouco tempo após a chegada dos portugueses em nosso território:

> No ano de 1598 registra a mais antiga referência bibliográfica de uma gravura rupestre no Brasil, quando o capitão-mor da Paraíba, Feliciano Coelho de Carvalho, encontrou, junto a um rio chamado Arasoagipe, gravuras que ele considerou e descreveu como "uma cruz, caveiras de defunto e desenhos de rosas e molduras" como se lê nos Diálogos das Grandezas do Brasil.
>
> **Gabriela Martin, Pré-História do Nordeste do Brasil, de 2013, p. 211.**

O estudo sobre o período pré-colonial de fato começa no Brasil a partir do século XIX, com as descobertas de Peter Wilhelm Lund, em Lagoa Santa-MG. A respeito das pinturas rupestres de uma forma geral, muitas pessoas que encontraram essas figuras não compreendiam e alguns afirmavam serem desenhos que os *caboclos* fizeram, como referência aos povos indígenas.

Na Serra do Pará são encontradas mais de cem pinturas rupestres, sendo que elas estão espalhadas ao longo de um grande paredão rochoso, sendo que essas pinturas são de Tradição Agreste:

> que se acredita posterior à Nordeste apresenta técnica gráfica e riqueza temática inferiores. Suas principais características são os grafismos de grande tamanho, geralmente isolados, que não formam cenas ou, quando elas existem, apresentam-se compostas por poucos indivíduos ou animais. "Um grafismo emblemático da tradição agreste é a figura de um antropomorfo, às vezes de grande tamanho, por volta de um metro, de aspecto grotesco, estático,

> e geralmente isolado, assemelhando-se a uma figura totência", explica Gabriela. O nome agreste deve-se à grande concentração de sítios com pinturas localizadas nos pés-de-serra, várzea e brejos do agreste de Pernambuco e do sul da Paraíba, mas elas podem ser vistos por todo território nordestino, tanto no Agreste como nas áreas semiáridas.
>
> **Danielle Romani, Nordeste: grafismos retratam cotidiano pré-histórico, 2010.**

A critério da explicação no estudo sobre as pinturas rupestres, os pesquisadores dividem em três áreas: a Tradição Nordeste "é caracterizada pela variedade de seus temas, contendo cenas cerimoniais, de caça, de luta e de sexo"[5], foram pintadas nas rochas; a Tradição Itaquatiara, "que significa *pedra* em Tupi, são gravuras feitas com raspagem na rocha"[6]; e a Tradição Agreste, essa que faz parte da galeria de imagens anterior ao início deste texto. Essas definições ajudam a compreender os estilos de cada Tradição, como também de cada povo que utilizou essas artes rupestres.

Pela diversidade de imagens registradas no paredão rochoso da serra, se percebe que diferentes grupos passaram ali, o local serviu de abrigo temporário para essas pessoas que buscavam sobreviver realizando a caça. A representação dessas figuras ainda hoje causa grandes interrogações nos pesquisadores, que seria o real objetivo para realizar as mesmas, "no entanto, o mais provável é que a maioria dos grafismos tenha sido feita como afirmação de etnicidade, expressão de uma crença, ato mágico, proclamação política de status, trato ou posse".[7]

Na galeria de imagens em que faz referência ao rio Capibaribe e aos grafismos presentes na Serra do Pará, podemos ver algumas das artes rupestres que estão localizadas na serra, algumas são complexas, pois trazem traços, círculos e até pontilhados, essa última segue uma sequência que dá ideia de uma contagem. Porém, entre as figuras, a de um animal que está no centro da imagem, nos leva a acreditar ser um réptil que era comumente caçado por eles o qual popularmente foi batizado o *calango da serra*.

Como pode-se observar também a variedade de figuras que estão representadas nessa imagem, nos mostra que essa localidade da Serra do

Pará, serviu de passagem para os povos pré-coloniais. A diversidade de imagens confirma essa ideia, pois se tem figuras antropomorfas (formas humanas), zoomorfas (formas de animais), pontos, setas e mãos. As artes estão com o tom avermelhado, a utilização do óxido de ferro, como já vimos anteriormente. Outro detalhe dessas pinturas é a ausência de cenas sequenciais, percebem-se imagens soltas e meio que aleatórias.

Algumas questões ainda permanecem a respeito do estudo do período pré-colonial: qual o intuito desses seres humanos em realizar esses desenhos? Como também os locais escolhidos por eles seriam:

> Lugares de passagem? De habitação? Ou santuários? Pela estrutura fechada da caverna e o mistério que nelas se encerra, as cavernas paleolíticas da Europa foram consideradas os santuários pré-históricos por excelência, mas o que dizer dos abrigos e paredões nada profundos do Nordeste do Brasil? Muitos deles não foram ocupados por falta material de condições e o homem limitou-se a pintar e gravar nas paredes. Outros, pelo contrário, tiveram ocupação interna e duradora, servindo como lugar de habitação e de culto em épocas diversas. Mas, em geral, quando os abrigos pintados foram utilizados como lugares cerimoniais, não o foram simultaneamente ocupados como habitação.
>
> **Gabriela Martin, Pré-História do Nordeste do Brasil, de 2013, p. 292.**

Pelas evidências deixadas pelos seres humanos pré-coloniais na Serra do Pará, a quantidade de imagens e variedades, pode-se afirmar que o lugar servia de passagem. Além das artes rupestres, foram encontradas algumas pedras polidas que ajudaram como instrumentos para auxiliar na caça de animais de pequeno porte. Com relação ao modo de vida desses grupos, Romani explica:

> De uma forma geral, os chamados brejos de umidade foram fundamentais para a presença do homem, atuando como lugares de atração e concentração, em que as estratégias de sobrevivência dos pré-históricos puderam se desenvolver. Tanto que localidades como a região serrana de Taquaritinga do Norte e Vertentes até Toritama e Santa Cruz do Capibaribe, todas áreas de brejo pernambucano, foram habitat dos caçadores pré-históricos.
>
> **Danielle Romani, Antigas questões ainda sem respostas, 2010.**

A caça que os seres humanos pré-coloniais praticavam, nessa região, seria de animais de pequeno porte, uma vez que até hoje não foram encontrados vestígios de grandes animais (megafauna)[8], isso é, tomando como base a imagem do réptil que está pintada na rocha: *calango da serra*. As furnas e a caverna nos possibilitam a ideia de que foram usadas como abrigo por esses povos.

O que levaram esses povos a não permanecer nessa área da Serra está ligado a diminuição de animais para a caça, uma vez que era a forma da qual eles sobreviviam, como também eram povos nômades, ou seja, não tinham moradia fixa e sempre quando o ambiente não era propício buscavam outros lugares.

O decreto municipal nº53/2020 e a criação da área de conservação municipal

Em agosto de 2020, através do Decreto Municipal nº 53/2020, foi criado o Monumento Natural Serra do Pará que possui mais de 1300 hectares com uma extensão de 11km em linha reta. Este decreto ocorreu após vários anos de luta em torno dessa ideia de buscar a preservação, não só dos sítios arqueológicos, como também da fauna e flora da região da Serra.

Para se chegar a essa criação de Unidade de Conservação, foi necessário um estudo e um trabalho conjunto realizado entre a Agência Estadual de Meio Ambiente do Estado de Pernambuco – CPRH, à prefeitura de Santa Cruz do Capibaribe e a empresa Ambiental Consulting, o trabalho foi iniciado em junho de 2019 e durante o processo foram realizadas audiências públicas, visitas a Vila e a Serra do Pará e estudo sobre a área.

A critério de exemplificação sobre a definição do que é uma Unidade de Conservação, segundo o site da CPRH:

> As Unidades de Conservação (Ucs) representam um dos principais instrumentos para a conservação e manejo da biodiversidade. São áreas que incluem os recursos naturais e as águas jurisdicionais com relevantes características naturais e instituídas legalmente

> pelo Poder Público (federal, estadual ou municipal), com objetivos de conservação, limites definidos, e um regime especial de administração.
>
> **Site: www2.cprh.pe.gov.br/fauna-e-flora/unidades-de-conservação Acesso em 30 de abril de 2023.**

A partir dessa Unidade de Conservação, o objetivo é a preservação da área que além dos sítios arqueológicos conta também com a fauna e flora do bioma da Caatinga. O trabalho continua mesmo sendo uma Unidade de Conservação, muitas pessoas não respeitam a biodiversidade do lugar, como também as artes rupestres, uma vez que algumas pessoas picharam as imagens, em uma prática covarde e de total desrespeito com a história local.

Considerações finais

O valor histórico e ambiental que a Serra do Pará tem para a nossa região é imensurável, pois a mesma além de conter os sítios arqueológicos, apresenta um remanescente bem conservado da caatinga arbórea e é habitat de diversas plantas, como também de alguns animais, com destaque para a Águia-serrana (*Geranoaetus melanoleucus*), também conhecida como Águia-Chilena.

Historicamente falando, cada vez mais tem de se buscar a proteção, conscientização e divulgação da Serra do Pará para que ela seja preservada e conhecida, até mesmo pelos próprios santa-cruzenses para que assim eles possam ter a ideia de pertencimento histórico e valorizar a sua história local. Santa Cruz do Capibaribe está hoje inserida nessa "rota pré-colonial", como proponho na região Agreste pernambucana junto com as suas cidades vizinhas. Então vamos conhecer, preservar e valorizar o que é nosso. Viva a Serra do Pará!

Referências bibliográfica

AB'SABER, Aziz Nacib. *A época colonial, tomo I: do descobrimento à expansão territorial/* por Aziz N. Ab'Saber... [et al.]; introdução geral de Sérgio Buarque

de Hollanda. – Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 1997: il. – (História geral da civilização brasileira; v. 1, t. 1).

ARAÚJO, Júlio Ferreira de. *História de Santa Cruz do Capibaribe*. 2ª edição, Santa Cruz do Capibaribe/PE, 2008.

ARAÚJO, Larissa Patrícia Santos; GONÇALVES, Valdiana Maria; SANTOS, Ednilza M. dos. Serra do Pará uma área prioritária para preservação ambiental - Sugestão para criação de uma Unidade de Conservação em Santa Cruz do Capibaribe. Site: eventosufrpe.com.br/2013/cd/resumos/R1882-2 pdf. Acesso em 20/04/2023.

CAVALCANTI, Alice Aguiar. *A Tradição Agreste: análise de 20 sítios de arte rupestre em Pernambuco*. (dissertação). Recife, 1986.

GUGLIELMO, Antonio Roberto. *A Pré-história: uma abordagem ecológica*/ Antonio Roberto Guglielmo. – São Paulo: Brasiliense, 1999. – (Coleção tudo é História; 135).

FERREIRA, Euzébio Josué. Ocupação humana do Agreste pernambucano: uma abordagem antropológica para a história de Caruaru. (2ª edição revista) [recurso digital] / Josué Euzébio Ferreira. Maceió, AL: Editora Oliver, 2021.

MARTIN, Gabriela. *Pré-História do Nordeste do Brasil.* 5ª edição, - Recife: Editora Universitária UFPE, 2013.

PROUSS, André. *O Brasil antes dos brasileiros: A pré-história do nosso país*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

SANTOS, Saulo Alves dos. *Santa Cruz do Capibaribe [manuscrito]: a construção de uma simbologia partidária a partir da emancipação (1953-1966)*/ Saulo Alves dos Santos. – 2015. 46 p.: il. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em História) – Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação 2015.
www2.cprh.pe.gov.br/fauna-e-flora/unidades-de-conservação. Acesso em 30 abr. 2023.

santacruzdocapibaribe.pe.gov.br/artigos/pagina/id/6. Acesso em 23 abr. 2023.

merecedestaque.com/2020/08/serra-do-para-vira-unidade-de.html. Acesso em 23 abr. 2023.

ROMANI, Danielle revistacontinente.com.br/secoes/arquivo/nordeste—grafismos-retratam-cotidiano-pre-historico. Matéria publicada em 01/12/2010. Acesso em 23 abr. 2023.

ROMANI, Danielle. revistacontinente.com.br/secoes/arquivo/antigas-questoes-ainda-sem-respostas. Matéria publicada em 01/12/2010. Acesso em 26 Mar. 2023.

FRANÇA, Eduarda. impresso.diariodepernambuco.com.br/noticia/cadernos/vidaurbana/2016/10/a-pre-historia-pernambucana-escondida-nas-pedras.html. Matéria publicada em 29/10/2016. Acesso 17 Mar. 2023.

cidades.ibge.gov.br/brasil/pe/taquaritinga-do-norte/historico. Acesso em 24 abr. 2023.

segredosdomundo.r7.com/megafauna-brasileira/ Acesso em 09 mai. 2023.

FRANÇA. Eduarda. curiosamente.diariodepernambuco.com.br/project/registros-da-pre-historia-pernambucana-são-vastos-mas-desconhecidos-ate-pelas--prefeituras/. Acesso em 09 mai. 2023.

Notas

1 ARAÚJO, Júlio Ferreira de. *História de Santa Cruz do Capibaribe*. 2ª edição, Santa Cruz do Capibaribe/PE, 2008, p. 17.
2 *Ibid*., p. 17.
3 FRANÇA, Eduarda. impresso.diariodepernambuco.com.br/noticia/cadernos/vidaurbana/2016/10/a-pre-historia-pernambucana-escondida-nas-pedras.html. Matéria publicada em 29/10/2016. Acesso 17 Mar. 2023.
4 MARTIN, Gabriela. *Pré-História do Nordeste do Brasil.* 5ª edição, - Recife: Editora Universitária UFPE, 2013, p. 56.
5 FRANÇA, op. cit., 2016.
6 FRANÇA, op. cit., 2016.
7 PROUSS, André. *O Brasil antes dos brasileiros: A pré-história do nosso país*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Zahar, 2007, p. 53.
8 É um termo para designar o conjunto de animais de grandes proporções corporais. Nesse sentido, chegam a ter mais de 44 Kg e conviveram com a espécie humana no passado. Extraído: segredosdomundo.r7.com/megafauna-brasileira.

Legenda: Vista panorâmica do sítio Magana, sob olhar da professora Yngrid Souza idealizadora do documentário *Magana: memórias do meu lugar (2023)*.
Fonte: Foto feita por Yngrid Souza, no dia 03 de julho de 2022.

SÍTIO MAGANA:

Origem, desenvolvimento socioeconômico e as suas transformações geohistóricas

Nilson Pereira da Silva

Introdução

O Sítio Magana dos dias atuais, não lembra nem de longe aquele lugarejo de outrora, onde sua população resumia-se a pouquíssimos moradores, os quais conseguiam sua sobrevivência às custas de muitas dificuldades e sofrimentos nas lutas diárias, sem contar as lamentações de uma vida dura, sem regalias, sem luxo, mas pelo contrário, uma vida repleta de privações. Na Magana dos tempos passados, além de poucos moradores, as casas eram distantes umas das outras, mas com o passar dos anos o número de residências começaram a aumentar devido ao crescimento populacional, e à medida que essa população aumentava também foram aumentando as residências, a ponto de que hoje a Magana apresenta aspectos de vila, mesmo sendo um povoado.

Hoje, a comunidade da Magana tem sido destaque no município de Santa Cruz do Capibaribe-PE, graças principalmente a luta e organização da sua Associação que é uma das mais organizadas e atuantes do município, onde através dela, inúmeros cursos têm sido disponibilizados àquela população rural que vem buscando se capacitar para melhorar sua produção. À medida que isto acontece o homem do campo renova suas energias e alimenta a esperança de dias melhores.

Assim, este artigo aborda três aspectos importantes do Sítio Magana. O primeiro, destaca a origem do nome Magana e sua cultura. O segundo, os aspectos gerais e as transformações espaciais do Sítio Magana em Santa Cruz de Capibaribe-PE. O terceiro, aborda os aspectos atuais da população, o desenvolvimento socioeconômico. Consequentemente, nesse ponto, destacamos o associativismo no Sítio Magana. O objetivo principal deste trabalho é apresentar os aspectos histórico-culturais e econômicos, existentes no Sítio Magana. Além de discutir e entender os diversos processos vivenciados pela população deste aglomerado rural e contribuir para o resgate e a preservação de sua história, deixando assim, uma contribuição para a população futura, principalmente aos jovens, algo a mais que lhes possam auxiliar em pesquisas futuras.

Origem do nome magana e cultura

Antes de maiores detalhes, vale ressaltar que a localidade não possuía um nome específico, até que um animal morreu na comunidade, a partir de então começou a surgir o nome Magana. Existe uma divergência sobre o animal em questão, uns dizem que se tratava de uma vaca muito magra, outros defendem o relato que era uma égua que também seria muito magra.

Porém, o que se pode concluir é que o animal era uma fêmea e muito magra, e por sua característica física, era chamada de "magona", diante deste acontecimento, se passou a usar a morte do animal para referenciar o lugar onde se morava. "Moro perto de onde a magona morreu", "vou lá aonde a magona morreu".

Tempos depois, houve uma derivação do nome magona para magana que, apesar de ter uma grande semelhança tanto na escrita quanto na fonética, os nomes têm significados totalmente diferentes, pois, enquanto magona refere-se ao substantivo feminino de quem é muito magra, magana faz referência à mulher de vida dissoluta, ou vida desregrada.

Assim, é possível notar as características culturais na origem do nome do Sítio Magana. Para isso, Corrêa[1] diz: "A cultura resulta da capacidade dos seres humanos se comunicarem por meios de símbolos". Desta forma, a morte do animal em questão serviu de símbolo para dar nome ao lugar que hoje conhecemos por Magana.

Ainda, no quesito "Cultura", o Sítio Magana vem resgatando a história e sua cultura local. A prova disso é a *Segunda Exposição de Cultura* que foi realizada em setembro de 2022, na sede da Associação. Na exposição, a população pôde conferir o artesanato feito na comunidade, como por exemplo: o artesanato em tecidos conhecido popularmente como "fuxico", o artesanato de confecção de bonecas à base de tecidos reaproveitados, além da culinária que esteve presente nos doces, bolos, tortas e comidas caseiras.

No campo da literatura, a Magana também tem sua representante, trata-se da escritora Roseli Queiroz que é filha natural da Magana, e vem se destacando na literatura Santa-cruzense, tendo já publicado quatro

livros. O último deles tem por título: *Cicatriz... é um deserto atravessado (2022)*.

No quesito educação, na *Primeira Exposição de Cultura da Magana*, foi apresentado um painel com mais de trinta pessoas com formação superior e/ou formação técnica que fazem parte da comunidade. E, neste sentido, o presidente da Associação dos Produtores Rurais da Magana, Isaías Gregório, falou da importância desse fato: "isto é muito importante para a comunidade, principalmente, para os nossos jovens, que sirva de exemplo, e que futuramente a Magana tenha mais pessoas formadas, sem dúvidas isso interfere positivamente na vida da comunidade".

De fato, esse nível educacional que a população da Magana tem alcançado, tem feito a diferença, atualmente, já que uma população mais educada, é uma população com uma melhor qualidade de vida. E neste contexto, a Magana tem apresentado profissionais nas mais diversas áreas como, por exemplo: Professores de Geografia, História, Educação Física, Matemática, Português/Espanhol, Pedagogia, além de Engenheiros Civis, Médicos Veterinários, Psicólogos, Enfermeiras, e Técnicos em Enfermagem, entre outros. Vale destacar que alguns desses profissionais não pararam na graduação, de forma que hoje é possível encontrar vários deles com especializações e alguns até cursando mestrado.

Na cultural religiosa, a Magana é diferenciada, pois predomina o seguimento evangélico, o que abordaremos mais adiante. Outro aspecto relevante, e que não pode ser deixado de lado, referente ao Sítio Magana de Santa Cruz do Capibaribe, é a cultura esportiva e neste quesito se destaca o futebol, pois o lugar tem reconhecimento de sempre ter em suas equipes bons jogadores, aqui podemos citar o senhor Joás, que é considerado por muitos como o melhor jogador que a Magana já teve. No entanto, o atleta que mais se destacou foi o conhecido Val da Magana, que no ano de 2020 assinou contrato com a equipe Austríaca de futebol Hittisau.

Desta forma, Val tornou-se o primeiro atleta santa-cruzense de futebol a assinar contrato profissional com uma equipe da Europa. Além desse feito, as equipes de futebol da Magana sempre se destacaram no município de Santa Cruz do Capibaribe, inclusive consagrando-se campeãs em algumas oportunidades.

Legenda: Val na equipe Austríaca do Hittisau.
Fonte: Acervo Pessoal de Val da Magana.

No campo cultural da música, o Sítio Magana também tem outro destaque, trata-se do sanfoneiro Sinésio da Magana, que iniciou sua carreira musical ainda jovem aos 15 anos de idade, e até hoje tem sido requisitado para tocar em várias festas, não só em Santa Cruz do Capibaribe, mas em toda a região. Recentemente, Sinésio foi convidado a se apresentar na segunda Mostra Cultural da Magana, como veremos na imagem a seguir.

Sinésio da Magana esteve se apresentando na *2ª Mostra Cultural da Magana*, realizada em setembro de 2022, na oportunidade falou um pouco de sua trajetória musical:

> Papai vendeu uma novilha e falou que ia comprar uma sanfona para mim, e assim ele fez, comprou a sanfona e chegando em casa acompanhado do então dono da sanfona, ele falou que após o final de semana voltaria a minha casa para me dar umas dicas de

> como tocar a sanfona, mas quando ele veio para me dá as dicas falou que eu já estava tocando mais que ele. (risos), e depois disso não parei mais de tocar.
>
> **Sinésio da Magana, Apresentação realizada na Segunda Mostra cultural da Magana, setembro de 2022.**

Legenda: Entrevista do autor a Sinésio da Magana na 2ª Mostra Cultural da Magana em 2022.
Fonte: Acervo pessoal do autor, 2022.

Durante o evento, Sinésio relembrou algumas de suas músicas como por exemplo, *A morte do boi Craúna*, entre outras de sua autoria, além de vários sucessos do Rei do Baião Luiz Gonzaga, que segundo Sinésio, sempre foi sua fonte de inspiração.

Aspectos gerais do sítio magana em Santa Cruz de Capibaribe-PE.

O Sítio Magana está localizado na zona rural do município de Santa Cruz do Capibaribe, Agreste Setentrional do Estado de Pernambuco, segundo o Google Earth sobre as coordenadas geográficas: Longitude 7º 54'20 87" S, e Latitude - 36º 18'03.76" O. Sua altitude no ponto central da comunidade é de 477 metros em relação ao nível do mar, e tem uma extensão territorial de aproximadamente 34.000 m2.

Seria muito difícil precisar com exatidão quando se originou o Sítio Magana, mas, de acordo com alguns moradores mais velhos, o Sítio Magana tem mais de cem anos, e neste sentido, Mônica Vicky Medeiros Oliveira nos traz na sua dissertação de mestrado a informação que corrobora com o que conseguimos levantar:

> [...]o início da vila se deu com o chamado Velho Pedro Lui (avô do sogro do Sr. Gedeão) aproximadamente entre 1915 e 1916. Os moradores que vinheram em seguida para vila foram "Chicudo Malaca", que era casado com Chiquinha Meli, Manoel Lui (irmão de Pedro Lui) e Matias.
>
> **Mônica Vincky Medeiros Oliveira. A expansão das atividades de confecção em áreas rurais no município de Santa Cruz do Capibaribe - PE: O caso da vila Magana, de 2011, p. 62**

Desta forma, é possível dizer que o Sítio Magana tem sim mais de cem anos, e seu surgimento ocorreu de forma natural e comum às demais comunidades rurais brasileiras, e sobretudo nordestina, sem pretensões de grandeza, ou seja, sem perspectiva de crescimento, apenas a esperança de sobrevivência, organizando o espaço e se relacionando reproduzindo por sua vez o espaço habitado. Corrêa explica que: "A organização espacial não é somente um reflexo da sociedade. Como vimos, ao ser um reflexo, passa a ser simultaneamente uma condição para o futuro da sociedade, isto é, a reprodução social".[2]

Neste contexto, começa a surgir casas no lugarejo, que além de poucas, eram distantes umas das outras, algo que é bem típico em se tratando de uma área rural, principalmente em localidades mais afastadas

das zonas urbanas. Aliás, essa característica ainda se mantém nos nossos dias, em se tratando de moradia rural. Porém, com o passar do tempo, novas casas começam a surgir com a chegada de outros moradores, no entanto, esse crescimento aconteceu de forma gradativa, porém muito lenta. Eram os tempos de muito atraso, como os moradores mais velhos ainda costumam dizer, pois se tratava de dias difíceis onde a fome assolava, de forma que muitos são os relatos de pessoas que chegaram a passar fome literalmente, além de tantas outras privações.

Economia

A economia do Sítio Magana sempre girou em torno da agricultura e do extrativismo, atividades tão comuns naqueles dias. No entanto a Magana também produziu redes e até chegar ao atual arranjo produtivo das confecções. A agricultura do Sítio Magana sempre girou em torno da agricultura de subsistência, ou seja, onde quase tudo que era produzido era para o próprio consumo.

> A agricultura de subsistência se caracteriza pela utilização de métodos tradicionais de cultivo, realizados por famílias camponesas ou por comunidades rurais. Essa modalidade é desenvolvida, geralmente, em pequenas propriedades e a produção é bem inferior se comparada às áreas rurais mecanizadas. Contudo, o camponês estabelece relações de produção para garantir a subsistência da família e da comunidade a que pertence.
>
> **Wagner de Cerqueira e Francisco, Agricultura de Subsistência, de 2002.**

Ainda de acordo com Wagner Cerqueira e Francisco, "os principais produtos cultivados na agricultura nas propriedades de subsistência são o arroz, feijão, milho, mandioca, batata, frutas, hortaliças, entre outros". No Sítio Magana não era diferente, tendo em vista que a agricultura de subsistência praticada pelos moradores era basicamente o feijão, o milho, a mandioca, a batata doce, além de algumas hortaliças, a exemplo da cebolinha, o coentro e também o pimentão. No caso das hortaliças, eram quase sempre plantadas nos quintais das casas. O pouco excedente dessa

produção era vendido. O carvão vegetal também foi fonte de renda para muitos e por muito tempo.

Outra atividade que merece destaque foi a confecção de cordas, as quais tinham como matéria-prima a fibra do caroá (*Neoglaziovia Variegata*). Planta nativa da Caatinga, encontrada com facilidade em toda região. Na imagem 04, podemos conferir uma área de caroá nas proximidades do Sítio Magana.

Legenda: Caroá (Neoglaziovia).
Fonte: Foto tirada por Arnaldo Vitorino, 2015.

Outra fonte de renda para boa parte da população residente no Sítio Magana foi a confecção de redes, como podemos constatar nas

entrevistas realizadas com os moradores (Edilson Silva de Moura e Natalício Xavier da Silva). Os dois relatam que entre as décadas de 50 e 70, a Magana produziu muita rede, as quais eram fabricadas de forma artesanal em teares manuais. Também vale ressaltar, que até o fio de algodão utilizado para a tecelagem das redes, era produzido na própria comunidade, através do processo puramente artesanal, onde o algodão era plantado, descaroçado e fiado, para depois ser tingido, quase sempre nas cores: vermelha, azul, verde e amarela. Teares manuais eram usados na Magana para o processo de fabricação das redes, porém, infelizmente, não se tem notícias do paradeiro dos teares da Magana, provavelmente, foram descartados ao relento, por falta de uso depois que as redes deixaram de ser produzidas e com o passar do tempo, se perderam. É bem possível que tenham sido usados como lenha para alimentar os fogões de lenha, tão comuns naquela época, e que era a principal maneira de se cozinhar.

Religiosidade

Legenda: 1ª Igreja Batista de Filadélfia Missão Novo Israel (A), e Igreja Congregacional (B).
Fonte: Do Autor 2022

Em se tratando da religiosidade, o Sítio Magana difere-se dos demais aglomerados rurais, tendo em vista a inexistência da Igreja Católica Apostólica Romana que é muito comum nos espaços rurais não só no Nordeste, mas, em todo o Brasil. No entanto, o Sítio Magana está

na contra mão desta regra, pois desde sempre a única presença religiosa institucionalizada de fato, tem sido através da Igreja evangélica, que desde a década de 1950, encontra-se ali instalada, naquela comunidade. Hoje, o Sítio Magana conta com duas igrejas evangélicas, como podemos conferir na imagem a seguir.

Aspectos atuais da população.

Atualmente, o Sítio Magana está muito diferente, e como já foi exposto, nem de longe lembra aquele lugarejo do passado, onde havia apenas cinco ou seis casas no máximo, mantendo certa distância uma das outras, característica bem peculiar na maioria das residências rurais. Hoje, a Magana conta com aproximadamente 80 unidades habitacionais, e que na sua grande maioria tem água encanada proveniente de um poço artesiano, algo que pode ser considerado um privilégio para poucos, em se tratando do semiárido nordestino. Em se tratando de modificação da paisagem, como foi analisado no Sítio Magana pode-se verificar que houve processos culturais. Diante do exposto Lobato Corrêa fala:

> A evolução de uma passagem em processo gradual e cumulativo tem uma história. [...] as paisagens culturais atuais do mundo refletem não apenas evoluções locais, mas também grande número de influência devido a migrações, difusão, comércio e trocas.
>
> **Lobato Rosendahl Corrêa, Introdução à Geografia Cultural, de 2007, p. 39.**

Neste sentido, o Sítio Magana passou e continua passando por um processo gradual e cumulativo da sua história, mudando sua paisagem cultural, recebendo influência principalmente no tocante à atividade econômica da confecção.

Residindo hoje no Sítio Magana existem aproximadamente 70 famílias, o que corresponde em números aproximados de 300 habitantes, número que aumenta consideravelmente aos finais de semana em que muitos daqueles que foram morar na cidade vêm visitar seus parentes.

Outro fator fundamental para o desenvolvimento da localidade,

foi o advento da energia elétrica, que chegou nessa região entre a segunda metade da década de 60 e início da década de 70. Mas antes da eletrificação definitiva, a Magana teve por algum tempo um gerador que fornecia energia das 18 horas até às 22 horas, depois disso o fornecimento era interrompido e tudo voltava às escuras. O morador Edilson Silva da Moura, fala sobre este fato:

> "[...] O motor era no centro da Magana tinha uma garagem, papai fez uma garagem pequenininha, fez a parte do Motor, e fez um radiador, que era dois tanques, um de água fria e outro de água quente, a água fria descia para o motor né, e a água quente subia e derramava no outro tanque, e passava a noite circulando assim, a noite não, ele ligava de 6 horas da noite, e desligava de 10 horas. Quando era 9h40 ele dava um aviso, tinha um dispositivo que ele rodava e diminuía a energia, a energia se apagava e depois acendia de novo, aí pronto ali era o aviso, aí o povo se prevenia com os candeeiros, quando eram 10 horas, ele apagava. E aí eu tenho uma lembrança que se tirava uma comissão (contribuição) pra comprar o óleo, todo mundo dava, era pouquinho, cada um pagava uma quantia por semana pra comprar o óleo para o motor passar a semana rodando. E assim foi, papai tomou conta desse gerador até chegar à energia de Paulo Afonso como nós chamávamos. Nessa época existia na Magana em torno de 12 casas que recebia energia desse gerador".
>
> **Entrevista realizada com o senhor Edilson Silva da Moura no dia 16 de maio de 2016.**

E é graças a essa eletrificação, que hoje algumas famílias tiram seu sustento na costura, produzindo confecções dos mais diversos tipos, como já mencionamos no tópico economia. Outra atividade que vem fomentando a economia da comunidade é a caprinocultura de leite, que através dos inúmeros cursos os criadores da Magana têm conseguido se sobressair em meio a tantas dificuldades impostas principalmente pela seca.

Nos dias atuais, é possível encontrar na Magana, gente produzindo inúmeros produtos derivados do leite de cabra, como o queijo de coalho, iogurte, sorvete, doces, licores, entre outros. Tudo isso sem contar com a própria carne de bode.

Ainda, para tentar alavancar e incentivar a produção, recentemente foi realizada a Expogana, uma exposição que veio resgatar a antiga Bodegana. Mesmo mudando de nome, a festa continua nos mesmos moldes com exposição de animais, torneio leiteiro, a pega do bode, além de shows artísticos. Não resta dúvida que tudo isso, tem ajudado a diversificar e fortalecer a economia deste aglomerado rural.

Além de fazer girar a economia local, a Expogana também fez com que os produtores buscassem o melhoramento genético de seus rebanhos, feito alcançado com sucesso, pois hoje é possível encontrar animais de alta qualidade genética, o que melhorou a produção de leite ou até mesmo o melhor aproveitamento no corte, tendo em vista que o abate desses animais tende acontecer mais precocemente.

Outra atividade que foi destaque na Magana é a avicultura, pois, recentemente existiam duas granjas produzindo aproximadamente 10.000 (dez mil) frangos por mês. Produção esta que era toda escoada para a sede do município. Vale ressaltar que uma dessas granjas estava localizada no vizinho Sítio de Porteiras, mas que o mesmo tem uma ligação fortíssima com a Magana, a prova disso é o nome da própria associação. "Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Magana e Porteiras" então, especificamente, neste arranjo produtivo é até aceitável e compreensível ouvir dizer que Magana teve duas granjas produzindo.

Mesmo que em menor escala, a pecuária e a agricultura são atividades que ainda podem ser encontradas na localidade. Em se tratando de pecuárias são poucos os criadores que ainda resistem bravamente. Já sobre a agricultura, a modalidade que ainda pode ser encontrada é a agricultura de pequena produção, simplesmente para o próprio consumo, e manter a tradição de comer o milho no São João e o feijão verde.

Associativismo no sítio magana

O associativismo no Sítio Magana é sem dúvidas, a força motriz que têm ajudado a melhorar as condições daquela população rural. Fundada em 08 de junho de 2001, a Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Magana e Porteira, é reconhecida no município como uma das mais organizadas e atuantes associações, em se tratando de associação

rural ela tem sido exemplo e serve de parâmetro para a formalização e organização de outras associações. Uma das provas da sua organização e trabalho da Associação da Magana é a Lei Municipal Nº 2.403 de 2014, que reconhece a Associação de Utilidade Pública Municipal de Natureza Filantrópica, como podemos conferir no Artigo 1º da referida Lei.

> **Art. 1º** Fica reconhecida de Utilidade Pública Municipal de Natureza Filantrópica, a ASSOCIAÇÃO DOS PEQUENOS PRODUTORES RURAIS DE MAGANA E PORTEIRAS, sociedade civil de personalidade jurídica sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o nº 04.825.663/0001-04, registrada no Livro de Registro de Pessoas Jurídicas de no A-03, às fls. 174 a 174 versos, sob o nº 562, com sede no Sítio Magana Rua Amélia Cintra Pontes, 39, Templo da Igreja Congregacional S/N, Santa Cruz do Capibaribe-PE.

A Lei Municipal nº 2.403/2014, foi gerada a partir do Projeto de Lei 071/2014, de autoria do então Vereador Luciano Silva Bezerra (PR), que em reconhecimento ao trabalho e diante da organização da Associação teve a iniciativa de propor a referida Lei.

Desde sua fundação, a Associação de Magana e Porteiras já passou pelo comando de cinco presidentes, foram eles: Antônio Edileuzo da Silva eleito por dois mandatos, Natalício Xavier da Silva também eleito para dois mandatos, Abdias Silva de Moura foi eleito por três oportunidade, Israel Moura de Lima foi eleito uma vez como presidente, mas na condição de vice-presidente, assumiu a presidência depois que o então presidente Abdias Silva de Moura, renunciou o cargo de presidente no seu terceiro mandato. Atualmente a associação é presidida por Isaías Gregório de Souza, o qual está no seu segundo mandato à frente da associação.

Hoje, a associação tem registrados em seu quadro de sócios aproximadamente 70 sócios, um número considerável para uma associação de produtores rurais. Um ponto de destaque nesta entidade, é a participação dos sócios nas reuniões que acontecem mensalmente, sempre no segundo sábado de cada mês é comum ver as dependências da sede lotada para participar das discussões inerentes à comunidade. Como podemos ver na parte "B" da imagem abaixo.

A associação tem conseguido ao longo de sua existência viabilizar

inúmeros cursos junto a entidades como SENAI, SENAR, e sempre em parceria com órgãos governamentais a exemplo das Secretarias de Agricultura do município e do Estado bem como o Instituto de Pesquisa Agropecuária - IPA. Mas o grande feito realizado pela associação da Magana nos últimos anos foi a construção do galpão anexo à sua sede. Esta construção tem um significado extraordinário, por se tratar de uma construção ecologicamente correta, pois foi construída com garrafas pet's no lugar dos tijolos, medida essa que ajudou a tirar milhares de garrafas do meio ambiente.

Legenda: (a) Galpão construído com Garrafas Pet. (b) Dia de reunião.
Fonte: Fotografias feitas por Nilson Pereira da Silva em 2015.

> [...] a construção desse galpão foi uma coisa extraordinária, após a ideia de construir nosso galpão com garrafas pet, uma comissão foi até a cidade de Natal-RN, para conhecer de perto esse tipo de construção, feito isso, conseguimos a autorização do dono da patente do projeto para que pudéssemos fazer nossa sede nestes moldes. Ao darmos início a construção, muitos foram aqueles que desdenharam dizendo que estávamos doidos, e que aquilo não daria certo, mas não baixamos a cabeça e seguimos em frente mesmo com as dificuldades, e aos finais de semana lá estávamos quase sempre os mesmos tocando a obra, e aos poucos tudo vai tomando corpo até que chegamos ao ponto da coberta. Olhe foi sem dúvidas um grande desafio, mas tenho o prazer de dizer que vencemos, e hoje podemos desfrutar deste espaço que tem servido a nossa comunidade, todos nós estamos de parabéns

> principalmente aqueles que de fato colocaram a mão na massa como se diz, mas também devemos agradecer aqueles que também deram sua parcela de contribuição de uma forma ou de outra.
>
> **Entrevista realizada com a senhora Joseilda Xavier da Silva no dia 10 de maio de 2016.**

Depois do acolhimento da proposta de construir o tão sonhado galpão a partir das garrafas pet, foi dado início a primeira fase desse processo, que foi a coleta das garrafas, e em pouco tempo milhares delas foram armazenadas para o começo da obra. Na próxima imagem, podemos entender melhor como foi o processo de construção do galpão anexo, onde hoje são realizadas as reuniões, festas da comunidade entre outros. Como podemos ver na imagem 08, as garrafas são fixadas umas nas outras, sempre em três fileiras de garrafas e depois, é colocada a outra parte da placa, em seguida o espaço entre as garrafas são preenchidos por cimento, e quando essa primeira parte seca, as placas são retiradas e um novo bloco é iniciado.

Legenda: Esquema de montagem do galpão.
Fonte: Fotografias feitas por Nilson Pereira da Silva em 2014.

Desta forma, não se utiliza o tijolo na construção das paredes, apenas as garrafas pet e o cimento. Outro ponto interessante neste tipo de construção é que se for bem-feito o processo de vibração do cimento na hora do preenchimento, quando as placas são retiradas, não se faz necessário rebocar as paredes, isso aumenta a economia da obra.

Considerações finais

O intuito deste trabalho foi apresentar os aspectos gerais do Sítio Magana, a exemplo de sua história, cultura, potencialidade e influência na expansão do território rural do município da Santa Cruz do Capibaribe-PE. Trazendo o auxílio do teórico Roberto Lobato Corrêa, bem como a análise de entrevistas a moradores locais. Entrevistas estas que contribuíram de forma substancial para a compreensão e o desenvolvimento da pesquisa, pois através destes recursos foi possível analisar fatos antes conhecidos apenas pelo senso comum.

A organização espacial do Sítio Magana hoje tem refletido positivamente na vida de sua população, revelando um processo histórico/cultural e uma dinâmica territorial existente na comunidade, da qual pouco era difundido, promovendo, portanto, essa reorganização tem demonstrado uma melhor distribuição espacial da área, e vem revelando um crescimento substancial no número de habitações e consequentemente o aumento de populacional do Sítio Magana. População que se estima ser de aproximadamente 300 (trezentas) pessoas, muito diferente da Magana do passado.

Pode-se concluir que, todo espaço têm uma cultura própria que influencia na organização do território muitas vezes de forma implícita, mas quando identificada deve-se explorar toda sua potencialidade, a qual produzirá grandes resultados na melhoria de vida de sua gente, e isso tem acontecido, diante dos arranjos econômicos, principalmente, no contexto da confecção, tendo em vista que muitas são as pessoas que moram no Sítio Magana e tiram seu sustento justamente costurando, algo impensável no início da história da Magana onde a única fonte de renda era as atividades oriundas do extrativismo, como por exemplo, a produção do carvão vegetal.

Desta forma, este trabalho objetiva trazer um recorte da história do Sítio Magana de Santa Cruz do Capibaribe, trazendo ao conhecimento da população mais jovem a importância cultural do lugarejo, que na boca de muito é chamada de Vila da Magana, e fazer com que essa mesma população tenha mais orgulho do seu lugar.

E que, este trabalho possa ser fonte de inspiração e ponto de partida

para trabalhos futuros, servindo de embasamento para novas abordagens a fim de debater outros problemas inerentes àquela população rural.

Referências bibliográficas

CORRÊA, Roberto Lobato: *Região e Organização espacial*. 8 ed. São Paulo: Ática, 2007.

CORRÊA, Lobato, ROSENDAHL, Zeny. (org.) *Introdução a Geografia Cultural*. 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. 224 p.

FRANCISCO, Wagner de Cerqueira e. "Agricultura de Subsistência"; Brasil Escola. Disponível em: https://brasilescola.uol.com.br/geografia/agricultura-subsistencia.htm. Acesso em 12 de outubro de 2022.

OLIVEIRA, Mônica Vincky Mendeiros. *A expansão das atividades de confecção em áreas rurais no município de Santa Cruz do Capibaribe,PE. – O caso da vila Magana*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE, Recife, PE, 2011, p. 126.

SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE – PE. Câmara de Vereadores de Santa Cruz do Capibaribe – Lei Municipal Nº 2.403/2014 de 10 de Dezembro de 2014.

Sites consultados

<http://www.geocities.ws/redes_artesanais/artes.html.> acessado em 19 de outubro de 2022.

Notas

1 CORRÊA, Roberto Lobato: *Região e Organização espacial*. 8 ed. São Paulo: Ática, 2007.
2 CORRÊA, Lobato, ROSENDAHL, Zeny. (org.) *Introdução a Geografia Cultura*l. 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. p. 72.

Legenda: Em 29 de novembro de 1936 foi inaugurado o templo pelos pastores ingleses William Bannister Forsyth e David Glass, os fundadores locais foram José Golaço Lagos, Manoel Lagos, Zacarias Lagos, Gabriel Lagos, Moisés Lagos, Marcos Belo de Souza, Severino Belo de Souza e Mariano Belo de Souza. No ano de 2011 foi iniciado o processo de restauração da igreja, em novembro de 2011 ela foi reinaugurada, esse processo teve o apoio de lideranças religiosas e membros da comunidade de vila de Poço Fundo, que com muito empenho e trabalho em conjunto transformaram o templo em um espaço de memória.
Fonte: Fotografia feita por Rafael Antônio Gonzaga de Carvalho em 2023.

POÇO FUNDO:

O embrião do congregacionalismo em Santa Cruz do Capibaribe (em alusão ao centenário dos trabalhadores congregacionais, 1924-2023)

Israel de Carvalho Leite

As origens: como o congregacionalismo chegou ao brasil e alcançou o Nordeste

O congregacionalismo[1] brasileiro tem suas origens históricas no trabalho missionário indenominacional realizado pelo médico-missionário escocês de origem presbiteriana Robert Reid Kalley e sua esposa Sarah Poulton Kalley que chegaram ao Brasil em 1855, além de outros passageiros, quando aportou no Rio de Janeiro, o navio a vapor *Great Wester*, para iniciarem nessa terra um trabalho missionário que duraria 21 anos e 57 dias.

O Rio de Janeiro da época tinha cerca de 300 mil habitantes, havia em torno de 50 igrejas e capelas espalhadas pela cidade. A religião do Império era católica. Kalley e sua esposa vieram a se instalar em Petrópolis. Eles começaram então um trabalho de evangelização e mais tarde, em 1858, fundaram no Rio de Janeiro, a Igreja Evangélica Fluminense. Em seguida foi fundada no Recife a Igreja Evangélica Pernambucana, em 1873, e foi estabelecida uma congregação em Niterói, em 1863, que veio a se tornar a Primeira Igreja Evangélica Congregacional de Niterói.

Todas essas igrejas eram apenas igrejas evangélicas brasileiras, sem nenhum vínculo denominacional com igrejas no exterior. Eram igrejas independentes entre si e que estabeleceram seus presbíteros e diáconos. Não obstante ter sido batizado na Igreja da Escócia (presbiteriana), Dr. Kalley não possuía vínculos com nenhuma denominação. Ele escreveu em certa ocasião: “Eu não sou presbiteriano e nem estou em contato com qualquer tipo de igreja. Sou irmão de qualquer cristão, independentemente de sua denominação”[2].

Perseguição sofrida pelos novos crentes

> Como seria de se esperar, numa época de militância política, de guerras jornalísticas e de tensões dentro do próprio catolicismo romano, não foi uma inserção fácil. Mas graças à operosidade de Viana de Andrade e de muitos pernambucanos simples, houve crescimento e permanência.
>
> **Elizabeth W. Every Clayton, Um grão de mostarda.**

Documentos os inícios da igreja Evangélica Pernambucana 1873-1898, 1998.

Conta a missionária Joyce Elizabeth W. Every Clayton em *Um grão de mostarda. Documentos os inícios da igreja Evangélica Pernambucana 1873-1898 (1998)*, por ocasião da comemoração dos 125 anos do Protestantismo na região Nordeste. Elizabeth relata no artigo que o trabalho em Recife tomou novo impulso com a mudança definitiva em 1872, do madeirense Manoel José da Silva Viana, da Igreja Evangélica Fluminense, que em 1968 já havia passado seis meses na região interiorana de Pernambuco,

> [...] onde vendeu muitos volumes das sagradas escrituras em Garanhuns, Canhotinho, Limoeiro, Paudalho, Nazaré, Jaboatão e no Estado de Alagoas. Apesar de não dispor de muito tempo para discipular os poucos crentes, fundou uma congregação protestante no Largo do Pilar, na casa simples de um empalhador de cadeiras chamado Valdevino.

Elizabeth W. Every Clayton, Um grão de mostarda. Documentos os inícios da igreja Evangélica Pernambucana 1873-1898, 1998.

Instalado definitivamente em Recife, o lar humilde de Viana e sua família, numa rua insignificante na área das docas, o lugar se tornou um centro de atividades evangelísticas. A família morava na parte da frente da casa e as reuniões eram realizadas nos fundos – sem dúvida para atrair menos a atenção dos ajuntamentos novos.

Surpreendentemente, na noite de 14 de março de 1873, o subdelegado de Recife e alguns praças entraram no salão de cultos, dispersaram os assistentes e, com palavras ultrajantes, mandaram suspender os ajuntamentos. Os cultos só foram reiniciados quatro meses depois, graças ao missionário presbiteriano John Rockwell Smith, chegado à América em 1873 e que assistia a cultos ali na casa de Viana. Smith intercedeu em favor do trabalho de Viana, e solicitou do presidente (do Estado) permissão para abrir seu trabalho na cidade. O reinício dos cultos se deu em setembro daquele ano, e pregou na ocasião o pastor da Igreja

Evangélica da Corte, Robert Kalley e sua esposa Sarah Poulton Kalley, a convite de Viana. Kalley além de pregar por várias vezes, batizou doze pessoas, celebrou a Ceia do Senhor, oficiou o casamento de três casais e ainda fez uma conferência sobre Israel no Teatro, à qual compareceram entre 200 a 300 pessoas, inclusive o vice-presidente, o chefe de polícia, juízes e advogados.

Naquele mesmo período, os crentes julgaram prudente mudar os cultos para uma casa maior. Na primeira reunião houve um desagradável tumulto. O subdelegado não estava por dentro da lei do Império que autorizava o casamento acatólico e acusou Dr. Kalley de realizar não um casamento, mas um ato de prostituição, juntando um homem e uma mulher. Quando acabou a reunião e o casal Kalley ia para casa, uma multidão de pelo menos 600 marchava atrás deles gritando, assobiando e jogando tijolos, pedras e lama. Os Kalley procuraram refúgio nas casas, mas as portas eram fechadas. Alguns crentes e amigos permaneceram, nobremente, ao lado dos missionários. Apesar da perseguição feroz e contínua, o protestantismo cresceu muito na década de 1880. A Igreja Evangélica Pernambucana tinha casas de oração em Olinda, Água Fria, Espinheiro e Madalena. O trabalho presbiteriano crescia, bem como o batista, que teve início em 1886, e o metodista.

O Reverendo Forsyth também relata perseguições sofridas no seu trabalho missionário:

> Partindo do Brejinho, geralmente íamos ao Brejo da Madre de Deus. Cecília morava ali, e a filha do chefe político do lugar, Major Neco, converteu-se, e confessou a Cristo como Salvador. Foi fruto de um sermão que ela ouviu em Caruaru pelo Rev. Júlio Leitão, *O Brado da Meia Noite.* Brejo da Madre de Deus era um lugar duro, fanaticamente católico. Certa ocasião, em vez de ir diretamente para lá, fomos a Poço Fundo e de lá, junto com dois ou três irmãos, indo a cavalo, fizemos a visita ao Brejo da Madre de Deus. Cecília não morava mais ali, e por isso, tínhamos que ir e voltar no mesmo dia. Almoçamos na pensão - almoço bom de carne de sol, arroz, feijão e macarrão. E, depois do almoço, um dos crentes me perguntou: "E aquele prato que nem tripa de galinha, o que era?" - "Macarrão!..." - "Então, isso é o tal de macarrão!". Não havia onde dirigir o culto a não ser ao ar livre. O Major Neco era inimigo político do padre, e por isso, foi para

> ele um prazer oferecer-nos a calçada do seu bilhar para o nosso culto. Era pra ele um meio de magoar o padre. A calçada era alta e larga, uma espécie de plataforma. A D. Edith começou a tocar hino na serafina, e nós a cantarmos, "Ó quão cego andei e perdido vaguei…" Imediatamente, o sino da igreja começou a tocar furiosamente e o povo vinha correndo para saber o que era. "Invasão da Nova Seita!" Do bilhar, vi o padre incitando a turba a expulsar-nos da cidade. E, com vivas a Nossa Senhora e a Santa Madre Igreja Católica Romana, ele e os fiéis avançaram sobre nós. O padre parou bem junto de mim e exigiu que eu e os meus companheiros da *Nova Seita* nos retirássemos imediatamente. Respondi que de modo algum eu ia fazer isso, que estávamos no Brasil e que o Brasil era pátria secularizada - que não havia igreja oficial e a Constituição garantia a liberdade de culto! E, por isso, íamos ficar ali até o final do nosso culto. O padre mudou de tática: "Quem lhe autorizou a pregar? Que bispo lhe impôs as mãos?" "Homem algum me autorizou a pregar. Cristo Jesus mandou que os seus discípulos pregassem o evangelho a toda criatura. O Senhor Jesus me autorizou a pregar. O bate-boca continuou, o padre ficando cada vez mais exaltado. Começaram de novo os vivas a Nossa Senhora e à Santa Igreja e alguém jogou uma pedra. Foi o sinal para o Major Neco arrastar-nos para dentro do bilhar e fechar portas e janelas.
>
> **Avanísia Souza; Israel Carvalho, Queremos trazer à memória: história da implantação e desenvolvimento do congregacionalismo em Santa Cruz do Capibaribe, 2011. Relatos de William B. Forsyth obtidos a partir de Edgar Leitão de Albuquerque no ano de 2011.**

A perseguição ocorreu de forma violenta, como relata o Rev. Forsyth:

> Uma chuva de pedras batia na frente da casa. Major Neco me disse que os cavalos estavam arreados no quintal e mandou que dois ou três 'cabras' no seu emprego nos ajudassem a montar e a nos levar para fora da cidade, para o caminho a Poço Fundo. Infelizmente, não mais preguei no Brejo da Madre de Deus. Isso aconteceu em 1932/33. Em 1974, no fim do ano, eu já estava com as malas arrumadas para deixar o Brasil definitivamente e voltar para a Inglaterra. O médico em São Paulo me disse que eu deveria me submeter a uma intervenção cirúrgica. E que isso

deveria ser feito na Inglaterra.

No último domingo, em nossa pátria adotiva, eu e a D. Brenda estávamos na Igreja de Moinho Velho em São Paulo. O superintendente da escola dominical pediu-me para dirigir a classe dos homens. A lição estava já adiantada, quando entrou um homem e assentou-se bem em frente de mim num banco vazio. Olhou para mim e me disse: "O senhor é o meu pai na fé." Nem lhe dei nenhuma atenção, pensando que talvez estivesse bêbado. Continuei com a lição. Mais uma vez e com mais insistência repetiu: "O Senhor é o meu pai na fé!" Quando pela terceira vez ele me declarou ser eu o pai espiritual dele, tive que suspender a lição e pedir-lhe uma explicação. Ele começou: "O doutor se lembra daquela visita que o senhor fez ao Brejo da Madre de Deus, e o Major Neco lhe cedeu a calçada do bilhar para ali dirigir culto? E o doutor se lembra como o padre veio com a turba, furioso e querendo brigar." Para dizer a verdade, eu tinha me esquecido do incidente, mas com essa conversa do homem visitante, a recordação de tudo quanto se deu vinha voltando à memória.

O padre lhe perguntou quem lhe autorizou a pregar e o Sr. respondeu que o Senhor Jesus lhe autorizou. Ele mandou que o Evangelho fosse pregado a toda criatura. "Ide, pois, pregar o Evangelho". Eu era o sacristão, o braço direito do padre. Joguei um tijolo no Sr. querendo lhe matar, mas, graças a Deus, errei o alvo, e o tijolo bateu na porta já fechada. Aquelas palavras: Pregai o Evangelho, ficaram na minha mente. O Evangelho! O que era o Evangelho? Não achei ninguém que me desse uma explicação. Uns sete anos depois, eu já era policial e fui transferido para Caruaru. No domingo à noite, passei pela Igreja Evangélica, havia culto. Pensei comigo mesmo: e o Evangelho? Essa gente da Nova Seita prega o Evangelho. Entrei. O Rev. Júlio Leitão estava no púlpito e ele pregou o Evangelho com tanta clareza que eu não poderia mais duvidar. Esse Evangelho era para mim. Depois do culto, conversei com o pregador e ele me levou a Cristo. E agora doutor, eu mesmo sou pregador do evangelho. Estou em caminho para Santos e vou pregar ali hoje à noite. De fato, eu era o pai espiritual dele e não o sabia.

Avanísia Souza; Israel Carvalho, Queremos trazer à memória: história da implantação e desenvolvimento do congregacionalismo em Santa Cruz do Capibaribe, 2011. Relatos de William B. Forsyth obtidos a partir de Edgar Leitão de Albuquerque no ano de 2011.

Outro herói além de Viana, na evangelização do Nordeste foi Manoel de Souza Andrade. Impressionado com a pregação que ouvira de Kalley no teatro, Manoel, que à época trabalhava atrás dos bastidores do teatro Santo Antônio, procurou informar-se acerca dos cultos que Viana liderava, converteu-se e comprou uma Bíblia. Por anos foi presbítero, professor, dirigente da Escola Dominical, pregador leigo e substituto do pastor. Mais tarde tornou-se membro da primeira diretoria da sociedade criada para estimular missões a partir do Brasil. Uma vez aposentado, fixou residência em Caruaru, onde dirigiu a igreja por longo período, além de dar assistência a pequenas congregações. Andrade pregou o evangelho ao cangaceiro Antônio Silvino, quando este se encontrava nas proximidades de Caruaru e depois, quando cumpria pena de prisão perpétua em Recife.

A Igreja Evangélica em Santa Cruz do Capibaribe, do segmento congregacional, é fruto desse trabalho livre e democrático que inspirou os pioneiros da igreja cristã evangélica no Brasil, e que tendo sido começado pelo missionário escocês Robert Reid Kalley e sua esposa Sarah Poulton Kalley em 1855, imprimiu uma característica indenominacional ao trabalho iniciado naqueles anos idos, e frutificou Brasil à fora, herdando suas características de autonomia e independência, tendo passado por cisões e dissidências que veio a resultar nesse ecletismo de entendimento representado pelos segmentos denominacionais aqui existentes, isso tudo a partir do trabalho de pioneirismo do presbítero português Manoel de Souza Andrade que em 7 de setembro de 1924 batizou quatro irmãos em Poço Fundo: Antônia Belo, Josepha Evangelista, Manoel Lagos e Maria Lagos, e os demais missionários que deram prosseguimento a esta obra: William Bannister Forsyth, Davi Glass, Júlio Leitão, Edgar Leitão, Lídia Almeida, Clotilde Gomes, presbítero Luís Siqueira, Severino Belo, e mais recente, os pastores Adonias Rodrigues, Celso Torres Galindo, Luciano, atual pastor da Igreja Congregacional do distrito e tantos outros irmãos que evangelizaram Poço Fundo e o sítio Porteiras.

No município há as igrejas congregacionais pertencentes à União das Igrejas Evangélicas Congregacionais do Brasil (UIECB), de orientação tradicional e há também as igrejas que pertencem à Aliança das

Igrejas Evangélicas Congregacionais do Brasil (AIECB) que encamparam o movimento de renovação espiritual que se disseminou pelo Brasil na década de 1960.

A igreja em poço fundo: memórias e relatos do reverendo William Bannister Forsyth[34]

O distrito de Poço Fundo, que fica a 18 quilômetros da sede Santa Cruz do Capibaribe, tem hoje uma população de aproximadamente seis mil pessoas, com duas mil e duzentas casas construídas em alvenaria e assim como a sede do município, tem uma religiosidade do seu povo em franco crescimento, com a existência de diversas igrejas e denominações. Além das igrejas congregacionais, conta ainda com as igrejas Assembleias de Deus do ministério Belém, do ministério Madureira, Igreja Adventista e a Igreja Católica de Poço Fundo que este ano está completando 310 anos, sendo uma das mais antigas igrejas da região.

Prestes a completar o Centenário de instalação dos trabalhos congregacionais no distrito, à época Vila de Poço Fundo, a partir do batismo de quatro fiéis pelo presbítero português Manoel de Souza Andrade em 7 de setembro de 1924, estando no próximo ano completando 100 anos de organização da primeira célula embrionária desse movimento que alcançou o município e demais cidades da região com as boas novas de salvação, há relatos que em 1916 o distrito já havia alcançado a luz do evangelho, conforme declara o pastor Salustiano Pereira César em livro publicado nos anos 80, onde destaca um certo progresso da obra: “Poço Fundo teve trabalho iniciado em 1916. Conta com duas congregações. A Escola Dominical possui 100 alunos matriculados e destes 60 são membros efetivos. Seus guias espirituais são José Belo, presbítero e Josué de Queiroz e Severino Belo, diáconos” [5].

Há relatos dando conta de que há mais de 90 anos, alguns dos moradores de Poço Fundo, na sua maioria carpinteiros e celeiros, vendedores de seus produtos nas feiras mais próximas, conheceram o irmão Hygino Aguiar, um fotógrafo ambulante e pregador destemido, ouvindo de seus lábios a mensagem que salva e transforma. Interessados em melhor conhecerem as doutrinas da fé que abraçaram, procuraram os

dirigentes da Igreja Evangélica de Caruaru, organizada oficialmente há pouco tempo, no ano de 1921, recebendo deles boa acolhida e assistência espiritual por meio de visitas constantes da missionária Mariana Frost, a qual passou nestas plagas, acompanhada do casal Amorim, dirigindo-se ao cariri paraibano no final de 1923. Então, no dia 07 de setembro de 1924, o presbítero português Manoel de Souza Andrade, autorizado pelo Rev. James Haldane, da Igreja Pernambucana, batizou os primeiros convertidos ali, conforme já relatado. E como era de se esperar, como em todo lugar onde o evangelho é implantado, houve resistência, não de maneira "organizada" como ocorrera em outros lugares. Alguns indivíduos como M.V. entraram no templo durante a realização do culto dirigido pelo Rev. James Haldane (que dirigiu a Igreja de Caruaru entre 1924 e 1925) e, tomando o Salmos e Hinos das mãos do pastor, rasgou o hinário arremessando-o para longe.

Vindo de viagem, o Rev. Forsyth hospeda-se na casa do Sr. Josué Queiroz no Sítio Porteiras. Esse crente foi fruto do trabalho do evangelista Hygino Aguiar, que trabalhou naquela região no começo do século passado. O objetivo da visita de Forsyth foi observar o culto ali. É que parecia impossível aos olhos do inglês que aparecesse gente daquele descampado. Contudo, ao aproximar-se da hora do culto, começou a vir gente de todos os lados. O próprio Forsyth conta: "Veio andando e cantando um bom grupo de Poço Fundo que traziam tochas de facheiro para iluminar o caminho"[6].

Essas tochas de facheiros (planta da região) tinham dois objetivos: iluminar o caminho e salvaguardar o grupo de cães selvagens que havia na região. Se o missionário inglês descreve a seca de maneira viva, a descrição do culto não é diferente:

> Os homens se assentaram nos bancos e no meio da sala as mulheres e crianças se arranjavam nos cantos das paredes ou no chão. A luz de lamparina mal iluminava os rostos na Congregação. Os hinos, as orações, a leitura da Bíblia e a mensagem tudo segue como de costume. De vez em quando um e outro se levantam para beber água do pote perto da janela. Depois do culto foi conversa vai e conversa vem até bem tarde da noite. Os crentes de Poço Fundo foram os últimos a sair, indo para casa como vieram, andando e cantando.

Avanísia Souza; Israel Carvalho, Queremos trazer à memória: história da implantação e desenvolvimento do congregacionalismo em Santa Cruz do Capibaribe, 2011. Relatos de William B. Forsyth obtidos a partir de Edgar Leitão de Albuquerque no ano de 2011.

No dia seguinte, a pequena comitiva deixa Porteiras e segue para Poço Fundo – esta vila era então uma pequena povoação. "Mais que uma vez celebramos o culto da Santa Ceia com umas bolachas e uma água tinta vermelha, tinta que D. Maria extraía de um pé de mato"[7], continua Forsyth. Nem tudo era tristeza como ele relata:

> A igreja era um oásis espiritual no deserto. Todo mundo vestia roupa limpa, cuidavam bem de suas casas, cantavam hinos enquanto trabalhavam e, acima de tudo ensinavam as crianças a ler e a escrever. O desejo dos pais era que os filhos aprendessem a ler a Bíblia. Todas as crianças eram alfabetizadas [...] ao redor, entre os descrentes o analfabetismo prevalecia. Uma filha de dona Maria Lagos, por nome Julieta, era a professora. O evangelho não só salva, mas eleva também o padrão de vida.

Avanísia Souza; Israel Carvalho, Queremos trazer à memória: história da implantação e desenvolvimento do congregacionalismo em Santa Cruz do Capibaribe, 2011. Relatos de William B. Forsyth obtidos a partir de Edgar Leitão de Albuquerque no ano de 2011.

Forsyth conta em suas memórias que "em Poço Fundo a única água disponível era água ruim, tirada de um poço fundo – o que deu o nome ao lugar – no leito seco do rio Capibaribe. O poço era fundo – nunca secava, mesmo que a seca durasse anos. Como aquela boa gente suportava as aflições causadas pela seca não sei. Entretanto, nunca se queixavam, antes davam graças a Deus apesar do flagelo"[8]. Continua Forsyth o seu relato:

> Eu e a dona Edith resolvemos que nunca íamos levar conosco comida. Nós nos limitamos a levar um bloco 'familiar' de chocolate para mordiscar no caminho. Afinal! Como é que nós íamos nos sentar à mesa com certa fartura quando os que nos

hospedavam estavam passando fome? No auge da seca os crentes eram obrigados a comer uma espécie de cacto, feito farinha que embora que enchesse o estômago, de modo algum alimentava. Dava a impressão de 'barriga cheia'. Certa vez a dona Maria colocou na mesa na hora do almoço uma pequena tigela de arroz, e o fez com lágrimas que corriam pelas faces. Era tudo que tinha na casa. A nossa dificuldade era saber se deveríamos comer aquela última migalha ou não. Em nossa própria casa não havia falta de nada - éramos bem alimentados, mas sabendo que a dona Maria ficaria bem triste se não comêssemos arroz, almoçamos. O milagre é que entre os crentes ninguém ficava doente por causa da seca, e que ninguém morreu de fome. Passávamos sempre por Santa Cruz quando de viagem. Era uma rua de mocambos, rua bem larga. Não havia crentes morando ali, e nem onde dirigirmos cultos.

Avanísia Souza; Israel Carvalho, Queremos trazer à memória: história da implantação e desenvolvimento do congregacionalismo em Santa Cruz do Capibaribe, 2011. Relatos de William B. Forsyth obtidos a partir de Edgar Leitão de Albuquerque no ano de 2011.

Os anos se passaram e houve resultados satisfatórios, pois, famílias inteiras aceitaram a palavra eterna. No ano de 1935 a Igreja Evangélica Congregacional de Poço Fundo construiu o seu templo localizado a cerca de um quilômetro da Vila. Havia essa necessidade, pois, os irmãos ainda se reuniam na casa de Manoel Lagos. Os irmãos Marcos Belo, Zacarias Belo, Gabriel Lagos e Juventino levaram a empreitada. Muitos dos seus membros carregaram pedras na cabeça para a construção. Em 22 de dezembro de 1935 o templo estava erguido, ainda em preto (sem reboco), quando foram realizados ali quatro casamentos pelo então tabelião José Francelino Aragão. Trabalharam como pedreiros na edificação do templo: Marcos Belo e Juventino; como carpinteiros José Colaço Lagos, Manoel e Zacarias Lagos.

O templo foi inaugurado em 29 de novembro de 1936. Na ocasião estavam presentes os reverendos Forsyth e David Glass e os membros fundadores José Colaço Lagos, Manuel Lagos, Zacarias Lagos, Moisés Lagos José Belo de Souza, Marcos Belo de Souza, Severino Belo de Souza e Mariano Belo de Souza e suas famílias. Mas em 1941 o templo teve que sofrer uma pequena reforma: havia ficado pequeno para o número

de pessoas. No final daquele dia houve uma grande festa de aniversário no templo. Na ocasião havia pelo menos 200 pessoas presentes.

É incrível se imaginar que toda essa diversidade de igrejas e congregações existentes em Santa Cruz do Capibaribe e tantos obreiros e pastores que o município tem fornecido para trabalhar na seara do Mestre por estes rincões do país tenham se originado a partir de uma data remota e de um lugar tão adverso.

A construção de um novo templo na vila

No dia 31 de março de 1947 houve uma grande enchente no rio Capibaribe[9], essa cheia fez com que o nível da água do leito do rio ultrapassasse a estrada de acesso à vila de Poço Fundo, e, atingindo a igreja. Os relatos e as memórias que tivemos acesso registra que a água atingiu 1,5 metros. A marcação da altura da água está até hoje marcada em formato de linha no tom azul na parede frontal da igreja. Depois da grande cheia e com os estragos que ela causou à igrejinha, termo carinhoso com que os irmãos se referem à primeira igreja hoje restaurada, os irmãos da vila reunidos em 1948 decidem por construir um novo templo na Vila e não nas proximidades como o já construído.

A irmã Ivonete Galdino Barbosa, uma das mulheres que teve todo um empenho e zelo no trabalho evangélico realizado na Vila, fala dos motivos por que os irmãos iriam deixar a igrejinha para irem congregar em um novo templo a ser construído naquele momento: "A mudança do templo para a vila ocorreu porque os irmãos mais velhos que frequentavam foram morar na vila, ficando só Severino Belo. Outros irmãos foram morar em Santa Cruz: Beatriz Eunice Alves, Auta Queiroz, Amara Borges e outros mais"[10].

Segundo Ivonete, o seu pai, diácono Pedro Galdino e Capitulino Teteu compraram a casa onde atualmente funciona o templo na vila de Poço Fundo. Na época o dirigente era o presbítero Severino Belo e na sua ausência a dirigente passou a ser irmã Ivonete Galdino, a qual esteve à frente dos trabalhos por aproximadamente 20 anos, e durante todo esse tempo fez várias reformas no templo. Ela faz referência ao trabalho do pastor Adonias Rodrigues, pastor Edgar Leitão, pastor Lucas Evangelista

e o pastor Celso Galindo.

Necessidade da restauração do templo

Abandonado, devido os motivos apresentados pela irmã Ivonete, a igrejinha do primeiro amor dos irmãos convertidos ao evangelho, encontrava-se em vias de se tornar ruínas, mas eis que dos escombros de uma parte do templo que se mantinha de pé, eis que se erguem vozes dos filhos da igrejinha que não se conformavam em ver aquela casa que trouxera tantas bênçãos e maravilhas à comunidade dos fiéis de Poço Fundo naquela situação. Até mesmo descrentes no município defendiam que algo deveria ser feito pela restauração do templo histórico da comunidade. Celso Galindo, que esteve à frente da igreja em Poço Fundo, como pastor auxiliar, entendendo que deveria haver um propósito divino porque parte da estrutura da igrejinha mantinha-se de pé por tantos anos, coordenou os trabalhos de restauração, junto com outros irmãos.

Foram tantas tentativas frustradas para operar o socorro à igrejinha. Não havia iniciativa dos poderes públicos para se operar o resgate arquitetônico. Conta-se até que houve obstáculo por parte de pretensos herdeiros do terreno que não manifestaram interesse nenhum pelo reparo do templo. O pastor titular da igreja em Poço Fundo, Adonias Alves Rodrigues, *in memoriam*, e o irmão Thiago Lima de Sousa chegaram a ser processados judicialmente em suas tentativas de realizar a obra de restauração.

Foi quando leu a autobiografia do reverendo William Bannister Forsyth, narrando o seu amor pela obra e as aventuras missionárias vividas por estas terras do Agreste pernambucano, que o pastor Celso Galindo foi tocado por um anseio de ver restaurado o templo:

> Deus colocou o desejo em nosso coração de um dia a gente poder reconstruí-lo e depois de ser ordenado pastor da igreja aqui em Poço Fundo, sugeri ao diácono Lenivaldo Xavier que fizéssemos uma campanha para reconstruirmos a igreja. Ele abraçou a ideia e é o responsável direto pela obra de restauração do templo.

Entrevista realizada com o pastor Celso Galindo no ano de 2011.

A obra de restauração do templo coube mesmo aos irmãos da Poço Fundo, que ajudados por irmãos de Santa Cruz e mesmo por membros da comunidade que, mesmo não sendo evangélicos, não se negaram em doar suas ofertas pela restauração do templo. É importante entender a complexidade em que se deu esse trabalho em prol a restauração do templo, na sequência o pastor Celso dá continuidade em seu relato citando as dificuldades enfrentadas ao longo do projeto em que esteve a frente, com o objetivo de restaurar esse importante patrimônio histórico da cidade de Santa Cruz do Capibaribe.

> Fomos algumas vezes à procura do poder público para ver o que se poderia ser feito, mas resolvemos mesmo partir para uma iniciativa própria, pois a gente já havia esperado por muito tempo, a igreja estava caindo e não podíamos esperar cair todo o resto para fazermos alguma coisa. Mesmo com toda dificuldade resolvemos colocar a mão na massa. Tudo o que conseguimos do executivo municipal foi uma oferta de R$ 1.500,00 que está registrado no livro. Tudo o mais foram recursos nossos mesmos.

Entrevista realizada com o pastor Celso Galindo no ano de 2011.

Legenda: Processo de restauração do antigo templo de Poço Fundo.
Fonte: Foto feita no ano de 2011 pelo Blog do Ney Lima/Avant Midia.

A igreja foi restaurada em seu formato original, em novembro de 2011, preservando o máximo possível de sua antiga estrutura. Na ocasião foi realizada uma grande festa de inauguração do templo restaurado, ocasião em que foi lançado o livro *Queremos trazer à Memória: história da implantação e desenvolvimento do congregacionalismo em Santa Cruz do Capibaribe (2011)*, dos escritores Avanísia de Souza e Israel de Carvalho, onde é narrado a história da chegada do congregacionalismo ao Brasil em 1855, e sua vinda para o município de Santa Cruz do Capibaribe, se iniciando por Poço Fundo. Segundo o irmão Lenivaldo Xavier da Silva, 51 anos, diácono da Igreja Congregacional de Poço Fundo, que esteve à frente da obra de restauração do templo:

> Os irmãos até tinham feito um culto para comemorarem os 73 anos de construção da igrejinha, em 2008. Então fizemos as comemorações aqui na igreja em Poço Fundo, depois fomos tirar as fotos de recordação da igrejinha que estava em ruínas. Mas graças a Deus que tivemos a iniciativa, muita gente ajudou, evangélicos e não evangélicos, muita gente de Santa Cruz, e o pessoal de Poço Fundo. Hoje a igreja está no que está e nós agradecemos a Deus, e a esse povo que nos ajudou muito.
>
> **Entrevista realizada com o senhor Lenivaldo Xavier no ano de 2011.**

Esta primeira igreja de Poço Fundo se projeta para a posteridade como um marco, um testemunho palpável, concreto do ardor missionário manifestado pelos primeiros evangelistas que adentraram os cerrados, desbravando caatingas e avelós, macambira e facheiros no lombo de burros e cavalos para trazerem a luz do evangelho à vila. Esta "igrejinha" que arrancou tantas lágrimas e suspiros de saudades de seus primeiros evangelistas, em especial, William Bannister Forsyth, quando nos anos idos de sua vida repousava de seus últimos dias na Inglaterra, é também um testemunho do fervor, dedicação e carinho dos primeiros protestantes da vila, que com um zelo ardoroso do primeiro amor de suas conversões ao cristianismo, mantêm de pé esta obra, e deram prova maior dessa dedicação, com o esforço e empenho que envidaram pela restauração do templo primeiro, localizado há cerca de um quilômetro, na entrada

da vila de Poço Fundo.

Referências bibliográficas

CÉSAR, Salustiano Pereira. *O Congregacionalismo no Brasil – Fatos e Feitos Históricos*. Rio de Janeiro: 1983.

CLAYTON, Joyce E. Winifed. *Um Grão de Mostarda: Documentando o início da Igreja Evangélica Pernambucana*. Recife: Editora Ultimato. 1998.

______. *Cem anos de luz*. Caruaru: Artber – Gráfica e Editora, 1998.

Forsyth, William B., *Jornada no Império: Vida e Obra do Dr. Kalley no Brasil*. São José dos Campos: Fiel, 2006.

SOUZA, Avanísia M. de; CARVALHO, Israel. *Queremos trazer à memória: história da implantação e desenvolvimento do congregacionalismo em Santa Cruz do Capibaribe*. Santa Cruz do Capibaribe: Ed. Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Capibaribe – PMSCC. 2001.

Fontes orais

ARAÚJO, R. *Regivaldo Araújo: depoimento [dez. 2013]*. Entrevistadora: Flávia Danielly de Siqueira Silva Moura.

Notas

1 Escrever sobre o Congregacionalismo em Santa Cruz foi para mim uma oportunidade de poder voltar a dar um mergulho nos episódios que se somam para testemunharem da formação da Igreja Evangélica Congregacional em Santa Cruz do Capibaribe, a oportunidade de acender a memória e me ver envolvido nestes episódios passados que hoje formam a história deste segmento religioso do qual também faço parte e que tenho o privilégio de fazer seu registro para a presente e futuras gerações. Sou tomado de saudosa lembrança da minha querida mamãe, Rosália, empenhada no zelo da "casa do senhor", o templo, e a boa vontade com que se desdobrava em oferecer hospitalidade em sua residência a obreiros que passavam pela igreja quando ainda era na rua Padre Estima. Ainda quando menino, eu já dava minha contribuição nos cultos através dos louvores, orações e jograis (encenações teatrais) que eram realizados com fins evangelísticos. Tempos depois, já crescido, de volta à igreja, passei a pregar e cantar nos cultos o sublime amor de Deus, incondicionalmente, agradecido pela tremenda experiência de conversão, minha noite escura da alma pela qual passei, e vi a luz do Eterno resplandecer em meu coração, quando havia enveredado pelos caminhos do mundo.

2 Forsyth, William B., Jornada no Império: Vida e Obra do Dr. Kalley no Brasil. São José dos Campos: Fiel, 2006, pg. 65,66.

3 William Bannister Forsyth foi chamado para o serviço do Senhor em 1925. Tornou-se membro da União Evangélica Sul-Americana (UESA agora Latin Link) depois de estudar no Instituto Bíblico, em Glasgow, Escócia e na Escola Missionária de Medicina, em Londres. Chegando ao Recife, nordeste do Brasil, no dia 3 de outubro de 1928, lançou-se ao trabalho de aprender português e alcançou bom domínio do idioma. Ele fez parte da Comissão Revisora da Sociedade Bíblica do Brasil que revisou a Bíblia em português, e que foi lançada em 1956, como Versão Revista e Atualizada. Ainda no Instituto Bíblico, em Glasgow, Rev. Forsyth conheceu Edith Paton, e eles se casaram no dia 8 de janeiro de 1930. Fixados em Caruaru-PE, no coração do Nordeste, o casal começou um ministério pastoral que compreendia longas viagens evangelísticas a cavalo, embrenhando-se no interior árido.

4 Os relatos do Reverendo William Bannister Forsyth presentes neste tópico, e no artigo, de uma maneira geral, foram obtidos pelo autor no contexto de pesquisas e escrita do livro *Queremos trazer à memória: história da implantação e desenvolvimento do congregacionalismo em Santa Cruz do Capibaribe (2011)*. Nesta produção, produzida em conjunto com a professora Avanísia Souza, obtivemos os mencionados relatos através do Pastor Edgar Leitão de Albuquerque, o qual teria convivido com William B. Forsyth.

5 CÉSAR, Salustiano Pereira. *O Congregacionalismo no Brasil – Fatos e Feitos Histórico*. Rio de Janeiro: 1983.

6 Avanísia Souza; Israel Carvalho, *Queremos trazer à memória: história da*

implantação e desenvolvimento do congregacionalismo em Santa Cruz do Capibaribe, 2011. Relatos de William B. Forsyth obtidos a partir de Edgar Leitão de Albuquerque no ano de 2011.
7 *Idem.*, 2011.
8 *Ibidem*, 2011.
9 Nessa cheia do rio Capibaribe, cujas águas atravessaram a estrada de acesso à vila de Poço Fundo. As águas subiram 1 metro e meio e praticamente tomou a igreja. Quando as águas vieram a baixar puderam ver o tamanho do estrago. Mas houve um pequeno fato que trouxe esperança aos crentes do lugar, face à tamanha destruição: uma Bíblia permanecia intacta em cima de uma mesa do templo – e esta Bíblia está guardada até como uma lembrança daquele tempo.
10 Entrevista realizada com a senhora Ivonete Galdino Barbosa no ano de 2011.

Legenda: Rua Manoel Balbino, conhecida como “Rua do Canal”, crianças e jovens se divertindo durante uma das maiores chuvas registradas na década de 1980. Em 1986 houve na capital pernambucana, Recife, a maior cheia depois que o volume de chuvas começou a ser medido no estado em 1926 no posto de coleta da Caxangá, foram registrados 235 mm só na capital. Ao fundo, vista da construção do Edifício Batista.
Fonte: Fotografia feita no ano de 1986 por Edvaldo.

PARTE V:

NOTAS HISTÓRICAS

BANDEIRA DE SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE

A parte azul anil, na lateral esquerda, representa o céu brasileiro, mencionado na primeira estrofe do nosso Hino, onde é clara a exaltação às nossas belezas naturais.

Justifica-se ainda, por tratar-se de uma cor predominante na Bandeira de Pernambuco idealizada pelos mártires da Revolução Republicana de 1817 cujo estado somos parte integrante.

A parte lateral verde, além de simbolizar a esperança que sempre caracterizou o caráter do nosso povo, fazendo-o sempre vencedor ante as adversidades climáticas, simboliza ainda, a nossa formação cívica, tendo sido inspirada na cor que mais caracteriza o Pavilhão Nacional. A data 29 de dezembro de 1953 é a data do município, da nossa emancipação política. As estrelas representam os nossos Distritos: Pará e Poço Fundo.

BRASÃO DE ARMAS DE SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE

O escudo – que consta na parte central da Bandeira do Município. No escudo estão representados nosso céu, sempre azul, no qual brilha um sol de verão. E é, ainda, uma alusão real a coragem e ao espírito combativo da nossa gente. Um sol, qual farol, que nos lembra sempre o dinamismo de todos aqueles que lutaram pela nossa emancipação política. O rio que margeia a sede do Município, de coloração marrom clara, porque não sendo o rio perene, quando corre em direção ao Atlântico, leva o barro que lhe empresta a cor. Os dois cactos, representam a vegetação típica do município e da região. A Gameleira, sendo um adorno tradicional da cidade, tornou-se um símbolo do município. A cruz, que além de simbolizar nossa formação cristã, ainda empresta o seu nome à cidade e ao município.

HINO DE SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE

Santa Cruz, terra tão linda
Debaixo dum céu de anil
A luz do sol que te ilumina
Dá relevo ao teu perfil.

Santa Cruz, agora és livre,
Vais cuidar do teu porvir.
Por lei já tens, tens o direito } bis
De crescer e progredir }

DEUS, ao tecer teu destino
Quis fazer-te singular:
Deu-te os encantos da aurora
E a majestade do mar!

Tu foste de Ibiapina
Do Padre Estima também
A obra prodigiosa
Que tanto fulgor contém!

Santa Cruz, este teu nome
Nos traz recordação
Da tragédia do Calvário
Para a nossa redenção

Teu povo é um povo que sabe
Mostrar-se sempre de pé
Na defesa sacrossanta
Da liberdade e da fé

Tua paisagem deslumbra
Com variado matiz,
Tu és do Capibaribe

Atalaia e esposa feliz

Tuas velhas gameleiras,
Que o tempo não destruiu
São dosséis que a Natureza
Contra o grande calor construiu

Depois de longos embates
Visando o egoísmo atroz
Teus ideais triunfaram
Numa arrancada de heróis

Letra de Temístocles de Andrade
Música de Pe. Hermínio de Queirós
Arranjo Wilson Bezerra de Souza

O Hino de Santa Cruz do Capibaribe é composto pela música do Padre Hermínio Queirós e do poema de Temístocles de Andrade, além dos arranjos do maestro Wilson Bezerra de Souza, conforme letra e partitura. Ao longo das pesquisas foi possível notar uma alteração com relação ao verso da sétima estrofe [sexta após o refrão]: "Tu és do Capibaribe / Atalaia e esposa feliz" e, originalmente, "Tu és do Capibaribe / A namorada feliz".

A HISTÓRIA DE SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE EM DATAS E EVENTOS

1713 – Construção da Igreja de Santo Antônio em Poço Fundo.
1850 – Fazenda Santa Cruz do Alferes Arruda.
1860 – Construído o primeiro cemitério.
1865 – Alferes Arruda fez a doação de um terreno 130 braçadas para construção da atual Igreja Matriz.
1874 – Padre Ibiapina ergue a construção central da Igreja Matriz.
1882 – Construção da Torre da Igreja Matriz com Padre Estima.
1885 – Construído o Primeiro Prédio Público.
1886 – Inauguração da Barragem de Poço Fundo.
1889 – Instalação da primeira agência dos Correios e Telégrafos.
1892 – Distrito criado com a denominação de Santa Cruz pela Lei Municipal n.º 2, de 18-04-1892, subordinado ao município de Taquaritinga.
1900 – Criação da Sociedade Musical Triunfo Santa-Cruzense, atualmente Banda Musical Novo Século.
1911 – Em divisão administrativa referente ao ano de 1911 o distrito de Santa Cruz figura no município de Taquaritinga. Assim permanecendo em divisões territoriais datadas de 31-XII-1936 e 31-XII-1937.
1912 – Chegada do Coronel Luís Alves.
1918 – Criação da Freguesia do Senhor Bom Jesus.
1921 – Construção da estrada que liga Pão de Açúcar a Santa Cruz.
1924 – Santa Cruz do Capibaribe recebe o primeiro aparelho de telégrafo.
1936 – Construção da Primeira Igreja Evangélica em Poço Fundo.
1938 – Fundação da Sociedade Esportiva Ypiranga Futebol Clube.
1935 – Primeiras oficinas de Calçados.
1937 – Construção do Segundo Cemitério.
1943 – Pelo Decreto-lei Estadual n.º 952, de 31-12-1943, o distrito de Santa Cruz passou a denominar-se Capibaribe e o município de Taquaritinga passou a denominar-se Taquaritinga do Norte.
1950 – Em divisão territorial datada de 1-VII-1950 o distrito de Capibaribe figura no município de Taquaritinga do Norte.
1950 – Início do comercio a partir de retalhos de tecidos.
1953 – Elevado à categoria de município com a denominação de Santa

Cruz do Capibaribe pela Lei Estadual n.º 1.818, de 29-12-1953, sendo desmembrado do município de Taquaritinga do Norte. Sede no atual distrito de Santa Cruz do Capibaribe. Constituído de 2 distritos: Santa Cruz do Capibaribe e Pará, ambos desmembrados do município de Taquaritinga do Norte. Instalado em 09-05-1954.
1954 – Foi solenemente instalada a Comarca de Santa Cruz do Capibaribe. Ficou regendo a nova Comarca o titular de Taquaritinga, Dr. Carlos Alberto Pedrosa Marinho, até ser designado o novo Juiz.
1954 – Foi fundada uma cooperativa agropecuária com o fim de financiar com pequenos empréstimos os agricultores e pequenos agricultores.
15.02.1955 – Neste dia foi a transmissão do cargo de Prefeito, das mãos do Tentente Teófanes para as de João Deodato.
1955 – É eleito primeiro prefeito de Santa Cruz do Capibaribe, Raymundo Francelino Aragão.
1955 – Em divisão territorial datada de 1-VII-1955 o município é constituído de 2 distritos: Santa Cruz do Capibaribe e Pará.
12.08.1955 – Toma posse o novo Juiz de Direito da Comarca, Dr. Naércio Cireno Gonçalves, recém-nomeado pelo Governador do Estado. A Comarca havia sido instalada no dia 11 de julho de 1954.
1956 – Inaugurado o Ginásio Municipal.
1958 – Iniciado o calçamento da Rua Principal, na época nomeada por rua Dr. Manoel Borba, hoje Avenida Padre Zuzinha (a Rua Grande).
1958 – Pela Lei Municipal n.º 54, de 15-03-1958, é criado o distrito de Poço Fundo e anexado ao município de Santa Cruz do Capibaribe.
1958 – Chegada da energia elétrica de Paulo Afonso.
18.03.1959 – Autorizado a funcionar o Ginásio Municipal de Santa Cruz do Capibaribe.
1960 – Instalação dos primeiros bancos de madeira para venda das roupas. Inauguração do Cemitério São Judas Tadeu.
1960 – Em divisão territorial datada de 1-VII-1960 o município é constituído de 3 distritos: Santa Cruz do Capibaribe, Pará e Poço Fundo. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 2014.
02.05.1962 – Começou neste dia o serviço de posteação da cidade para receber a energia da Chesf – Companhia Hidroelétrica do São Francisco.
1970 – Inauguração da primeira agência do Banco do Brasil.

1980 – Construção do Hospital Souza Aragão.
1986 – Inauguração da Câmara de Vereadores José Vieira de Araújo.
1986 – Inauguração da Barragem de Poço Fundo.
08.08.1998 – Realizada a primeira edição do Capibaribe In Rock.
1991 – Inauguração do Parque Florestal Fernando Silvestre da Silva.
1994 – Construído o prédio que veio a se tornar o Teatro Municipal.
2000 – Inaugurado o Teatro Municipal (durante os quatro anos entre sua construção e inauguração serviu como depósito de material dos eventos e festas da Prefeitura).
2000 – Foi lançado o primeiro álbum de rock santa-cruzense (álbum: *Ilusório Mundo Real* – da banda Projétil Lisérgico).
2005 – Inauguração da primeira faculdade o Centro de Ensino Superior Santa Cruz (CESAC).
7.10.2006 – Inauguração do Moda Center
2009 – Fundada a Academia Santa-cruzense de Letras. A Academia Santa-cruzense de Letras, fundada desde julho de 2009, com sede em Santa Cruz do Capibaribe, é uma associação, pessoa jurídica de direito privado em consonância com o art. 44, l da Lei 10.406/2002 (Código Civil Brasileiro), sem fins lucrativos e que tem por escopo fomentar a cultura da língua nacional no município de acordo com as normas estabelecidas.
2013 – Primeira Reunião Entre Amigos, evento musical que acontecia todo último domingo do mês no Parque Florestal (a sua última edição ocorreu em outubro de 2015).
19.04.2018 – O álbum *In Coma* da banda Beth Morfina é eleito o melhor álbum de rock do ano no Prêmio da Música de Pernambuco.

Legenda: A feira na Rua Grande em 1947, hoje chamada de Avenida Padre Zuzinha.
Fonte: Fotografia feita por Antônio Roga.

POSFÁCIO

Últimas reflexões e palavras

Este livro é a materialização de um desejo. O desejo que surge da falta. Nessa perspectiva lacaniana, atravessamos de forma intensa e profunda pelos alicerces que nos constituem enquanto cidade. Santa Cruz do Capibaribe, uma senhora acolhedora de 70 anos, mas que carrega a ancestralidade de seus antepassados, sobretudo os negros ou “gangarros”, fugitivos e negligenciados, muito mais que o branco europeu colonizador que o mito fundador encarna.

São muitas as histórias que tiveram como palco a Santa Cruz que conhecemos, que vivemos. São muitas as lacunas existentes, os não ditos, os não escritos que se perderam nas ruas, nas memórias nunca ouvidas contadas pelas bocas sábias e inquietas dos mais velhos.

Este livro foi escrito a muitas mãos, num esforço coletivo de subjetividades discordantes e que se uniram a um desejo coletivo. O de inaugurar e reunir uma escrita histórica e científica para Santa Cruz. Uma escrita possível, uma escrita que não alcança os anseios historiográficos que Santa Cruz merece, que não dá conta das particularidades, sejam elas econômicas, sociais, geográficas e sentimentais dessa cidade, mas que se mostra ousada e potente quando pretende captar, como num flash de câmera fotográfica, rápido e preciso, estes pequenos recortes das várias cidades captadas pelos autores.

A história se faz muito mais na palavra do que no fato. Foucault desafia o historiador a transformar em texto o relato, o acontecimento e a memória. Durante a feitura deste livro, encontramos nas pessoas, sejam elas; professores, depoentes, entusiastas da história, sinceros desejos de que várias temáticas não contempladas aqui fossem exploradas, pesquisadas, desvendadas. Dessa maneira, para além do que você leitor, acabou de ler, esse livro também inaugura em nós, santa-cruzenses, esse desejo

de saber mais sobre nossa cidade, de questionar o passado, as histórias contadas repetidas diversas vezes e sem comprovação científica alguma, ele nos inquieta, como num passeio, a desvendar e percorrer uma cidade ainda pouco explorada, esquecida em memórias não reveladas.

No entanto, para além do que se perdeu para sempre, ou, do que ainda não foi resgatado, extasiados estamos ao compreender a importância desse livro para esta cidade. A de hoje, a do passado, mas sobretudo a do futuro.

Manifestamos, através da escrita e da organização desse material o sentimento de continuidade, que este livro seja apenas o primeiro, que os recortes aqui maravilhosamente contados, investigados pelos nossos autores sirvam de inspiração, fonte historiográfica e encantamento para outros autores. Ousadamente, podemos afirmar que não temos mais medo de escrever a história de Santa Cruz do Capibaribe. A história também se faz de pequenos atos de coragem. A pluralidade da Terra das Gameleiras, da Terra da *Sulanca*, da Capital da Moda é visível. Temos muito a falar e precisamos ser lidos(as), ouvidos(as).

Diante da impossibilidade e da escassez de fontes, vários autores deste material, inclusive esta que vos fala, se valeram da poesia, da memória afetiva, dos registros iconográficos e do encantamento de tantos homens e mulheres que vivenciaram o passado. Memorialistas, jornalistas, professores, poetas, artistas, trabalhadores, pessoas comuns, pessoas que carregam consigo várias histórias sobre lugares e acontecimentos da cidade.

Gratidão! A ciência histórica não se faz sem a participação da comunidade que vivenciou as histórias que contam seu passado. Portanto, este é um livro de pessoas, feito, contado, narrado e vivido por pessoas.

Santa Cruz do Capibaribe, 04 de junho de 2023.

Flavia Danielly de Siqueira Silva Moura
Mestra em História (UFCG) – Professora
do Ensino Infantil (SEDUC-SCC)

Legenda: Festa de formatura do Colégio Cenecista, nos anos de 1960.
Fonte: Fotografia digitalizada e arquivada por Arnaldo Vitorino.

AGRADECIMENTOS

Não se faz história sozinho

Sair de um ponto para um outro lugar que ainda não está marcado. Este foi o sentimento ao longo do processo de divulgação, elaboração, escrita, revisão, diálogos, reuniões e pesquisas. Não é tão simples como pode parecer, ser pesquisador é algo desafiador, sobretudo ser ativo nesse ofício em Santa Cruz do Capibaribe e no Brasil de uma forma geral. Por isso, o primeiro agradecimento deve ser a nós mesmos: Conseguimos! E juntos podemos conquistar muitas outras coisas. Nesse sentido, é justo falar que jamais teríamos percorrido a primeira etapa desse desafiador projeto sem a colaboração, o apoio e o sentimento coletivo de lançar em conjunto esta obra feita a partir de muitas mãos, muitas mentes – que mesmo conflitantes, foram capazes de valorizar cientificamente a História de Santa Cruz do Capibaribe. Todo esse caminho percorrido nos mostra que somos capazes de estabelecermos como pares, como historiadores santa-cruzense, como professores que sem sair da qualidade de nossa rotina em sala de aula somos também sujeitos que construímos e fazemos Histórias. Somos capazes também de desenvolver entre si amizades, e, promover encontro entre caminhos que muitas vezes não se alinham.

Este livro resulta de um enorme esforço coletivo que contou com inúmeras fontes de financiamento em favor do desenvolvimento dos estudos aqui reunidos. O primeiro desses incentivos foi o do Diretor de Cultura **Adeilson "Gordo" Bezerra**, peça fundamental para o início das atividades, das quais ajudou não somente com palavras, mas com um intenso diálogo com a gestão municipal da qual prontamente auxiliou boa parte do aporte financeiro para impressão deste livro. Porém, antes desse, **Saulo Alves** um professor e historiador que antecedeu este primeiro como gestor de cultura teve também um papel basilar para o início de um novo caminho na cultura histórica da cidade, durante seu

período no cargo também teve um papel fundamental na organização e promoção do evento ocorrido no ano de 2021 em alusão ao Centenário de nascimento do ex-combatente da Força Expedicionária Brasileira (FEB) na Segunda Guerra Mundial, o Otávio Sinésio Aragão.

Um projeto dessa envergadura, dificilmente materializa-se sem o apoio do poder público. Dessa maneira, externamos o nosso agradecimento ao prefeito *Fábio Aragão*, pelo incentivo e compromisso desde o início, quando o livro era apenas um esboço. Ao vereador e também autor de um dos artigos deste livro, *Gilson Julião*, por compreender a importância e a dimensão desse projeto para a historiografia local. Tendo colaborado enormemente para o diálogo político e institucional em prol do financiamento da obra.

Agradecemos também à Câmara de vereadores de Santa Cruz do Capibaribe, na pessoa do presidente da casa *José Climério Neto* (Zeba), que, mesmo se colocando como um "homem que não teve muitas oportunidades de estudar", compreendeu e apoiou os idealizadores desse livro por compreender a importância do projeto para a Educação e Cultura da cidade. Agradecemos à câmara pelo incentivo financeiro e institucional, os vereadores e vereadoras desta desta casa não se furtaram de suas responsabilidades em contribuir para valorização e preservação do patrimônio e da memória Santa-cruzense.

A Câmara de Dirigentes Lojistas de Santa Cruz do Capibaribe, na pessoa de *Bruno Bezerra*, pela abertura e apoio tanto na parte econômica e burocrática, quanto pelas palavras de incentivo ao projeto.

Finalizando os agradecimentos institucionais, à diretoria do Moda Center na pessoa de *Ralph Lagos*, pelo incentivo financeiro e pela compreensão da importância do projeto para a cidade. Afinal, a história de Santa Cruz precisa ser contada aos nossos compradores que visitam a cidade semanalmente, pois, ela precisa ser conhecida pelas nossas costureiras, os carregadores, os vendedores e outros que movem diariamente essa economia, sustentando com seu trabalho, suas vivências e suas lutas, nosso nome e nossa história.

A toda equipe da Secretaria de Educação de Santa Cruz do Capibaribe, a equipe de coordenação em nome da professora **Georgia Araújo Freires** (coordenadora da área de História), que em pleno entendimento

da importância deste projeto cedeu para os organizadores um momento para conciliar as atividades da docência e da pesquisa. E da coordenadora de Língua Portuguesa **Ericka Geise** que possibilitou o contato com parte dos professores da área para que pudessem nos auxiliares com a revisão gramatical e ortográfica dos textos que compõem a obra. Também as queridas bibliotecárias que prontamente nos recebiam em nossas atividades na Biblioteca Municipal, **Maria do Socorro França**, **Helton Florentino da Silva**, **Libania Arruda Cavalcante Moura**, **Maria Assucena Martins Feitosa**, **Paulo Roberto Martins Coelho**.

Além desses, teve papel fundamental para a finalização deste livro **Matheus Viana Sales** que com sua habilidade e sensibilidade artística emprestou seu talento para criar a ilustração de capa do livro. **Rodrigo da Silva Ferreira** e **George Tenório Pinto** que estiveram junto aos organizadores pensando e trabalhando no processo de diagramação desta obra. E aos nossos queridos revisores técnicos a quem confiantemente depositamos nossas palavras em suas mãos para que cuidadosamente tratassem da revisão ortográfica e gramatical: **Antônio Jr.**, **Cláudia Rejane**, **Edson Tavares**, **Ericles Alves**, **Ericka Geyse**, **Douglas Pereira**, **Georgia Araújo**, **José Geraldo**, **Leiliane Pereira**, **Luiz Sérgio**, **Silvanya Romeu** e **Tiago Pedro**.

De maneira especial a todos aqueles que por suas sensibilidades e disponibilidade trouxeram até nós boa parte do material fotográfico, bem como suas respectivas instruções com relação aos anos de produção e meios de divulgação dessas fontes históricas fundamentais para a análise e representações dos temas tratados ao longo dos eixos norteadores dessa produção, entre eles **Arnaldo Vitorino da Silva**, **Jamile Ferreira da Silva, José Maria Ferreira Chagas** e **Marilene Bezerra de Melo**.

Às professoras e professores que se tornaram os primeiros leitores deste livro e que além de suas atenciosas leituras contribuíram com seus comentários construtivos e seus conselhos judiciosos: **Ana Maria Barros**, **Bruna Eduarda**, **Damiana Janaina**, **Evelyne Lemos**, **Leonardo Estevão**, **Luana Russana**, **Marta Aires**, **Myllena Rodrigues**, **Patrícia Pereira**, **Quitéria Santos**, **Thaís Beatriz**, **Thális Moraes** e **Valdirene Moura**.

Inúmeras foram as pessoas que nos auxiliaram na árdua tarefa de

organizar uma obra coletiva de tamanha envergadura, somos especialmente gratos aos nossos críticos, que nos têm constantemente apresentado questões e debates convergentes, fato que tanto nos tem ajudado a apurar nossa reflexão acerca dos paradigmas que há tanto tempo fundamentam o modo de ser da historiografia dedicada ao estudo da cidade das Capybaras. Aos que nos antecederam no olhar sobre o passado e que a partir de suas memórias e ânimo criaram fundamentos e reuniram documentos sobre a história do município: **Lindolfo Pereira de Lisboa**, **Júlio Ferreira de Araújo**, **Edson Tavares**, **Neusa Aragão Barros**, **Israel de Carvalho**, **Avanisia de Souza**, **Lúcia Oliveira**, **José de Oliveira Góis**, **Janeina do Nascimento Lima**, **Bruno Bezerra**, **Alencar Lopes**, **Marcondes Moreno** e **Kátia Mesel**, a todos vocês que dentro de suas possibilidades formaram alicerces para que a memória e a história da cidade de Santa Cruz do Capibaribe pudesse ter um espaço onde caminhar e de fazer acontecer diversos encontros entre alunos e alunas de graduação e de pós-graduação ao realizarem seus trabalhos de fim de curso.

Aos nossos alunos de Ensino Fundamental Anos Finais e Ensino Médio devemos o inestimável estímulo que constantemente tem nos desafiado a persistir nos inúmeros esforços. A eles toda a nossa imensa gratidão, um dos motivos pelos quais chegamos à organização deste livro que lhes é dedicado. Para além do livro, são vocês a razão pela qual continuamos em formação, são vocês o nosso motivo para fazer da ciência um objetivo de desenvolvimento pessoal e de esperança em um país democrático e forte.

Não há como deixar de agradecer também a cada um dos familiares dos autores presentes neste livro, pois, além do esforço da escrita, o tempo para pesquisa quase sempre não é remunerado financeiramente, também temos que nos ausentar da presença e do afeto de nossos queridos familiares e amigos. Por isso, dedicamos a nossos filhos e filhas que sentiram nossa ausência durante esse processo – a vocês pertencem a continuidade das histórias santa-cruzense.

Os organizadores

Autores e pesquisadores

ADELMO TEOTÔNIO DA SILVA

Conservador de Bens Culturais do Museu da Sulanca/Moda Center. Idealizador/Diretor de “Nós Sulanca” (2019-atual). Bacharelando em Museologia (Claretiano Centro Universitário, 2023-atual). Especialista em Docência no Ensino Superior (Faculdade SENAC Pernambuco, 2020). Licenciado em Letras - Língua Portuguesa (Universidade Federal de Pernambuco, 2018). Produtor Cultural. E-mail: adelmo.ead@hotmail.com.

ALEX FELIPE MACEDO

Licenciado em História pela Universidade Pitágoras Unopar (2020). Professor da rede municipal e privada de Santa Cruz do Capibaribe-PE. Atuando na Escola Intermediária José Quirino da Silva e no Instituto Albert Einstein. Vocalista e compositor da banda de rock santa-cruzense Beth Morfina. Natural de Surubim – Pernambuco, Brasil. Endereço eletrônico: profalexmacedo95@gmail.com.

EDUARDO BEZERRA DE MELO

Graduado em História pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Caruaru (2005). Pós-Graduado em História Contemporânea pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Caruaru (2008). Graduado em Geografia pela Unicesumar (2021). Mora em Santa Cruz do Capibaribe – Pernambuco, desde 1985. Onde estudou o Ensino Médio no Colégio e Curso Alternativo e Escola Menino Jesus. Atualmente leciona na rede municipal e particular de Santa Cruz do Capibaribe. Endereço eletrônico: dubmello@hotmail.com.

ÉVERTON ALVES ARAGÃO

Éverton Alves Aragão é historiador com o registro profissional nº 0000059/PE. Possui graduação em História pela Universidade Federal de Campina Grande (2019). Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em História da UFCG (2022). É membro associado da Associação Nacional de História (ANPUH), vinculado à Seção Pernambuco (ANPUH-PE) desde 2022. Ocupa a cadeira de número 14 da Academia Santa-cruzense de Letras. Foi medalha de Bronze da 4ª Edição da Olimpíada de Língua

Portuguesa Escrevendo o Futuro, do Ministério da Educação e da Fundação Itaú Social, escrevendo o Artigo de Opinião *Confeccionando Ideais (2014)*. Santa-cruzense, natural de Campina Grande - Paraíba, Brasil. Estudou o Ensino Médio na Escola de Referência Luiz Alves da Silva. Atualmente é professor da rede pública de Santa Cruz do Capibaribe, docente do curso de Pedagogia no Centro de Ensino Superior Santa Cruz (CESAC). Endereço eletrônico: everton01588@gmail.com.

FLAVIA DANIELLY DE SIQUEIRA SILVA MOURA
Mestra pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande (2014) com ênfase na pesquisa de Cultura e cidades, interessa-se pela História cultural, das sociabilidades e das sensibilidades. Graduada em História pela Universidade Estadual da Paraíba (2010). Especialista em História do Brasil pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Caruaru (2012). Professora da rede municipal de ensino de Santa Cruz do Capibaribe desde 2009. Atualmente, atua como Coordenadora pedagógica da rede.

GEORGE TENÓRIO PINTO
Graduado em História pela Universidade Estadual da Paraíba – UEPB (2022). Endereço eletrônico: georgetenorio18@gmail.com.

GILSON JOSÉ JULIÃO
Graduado em História pela Universidade Estadual da Paraíba (2010) e em Direito pela Universidade do Vale do Ipojuca (2019) Especialista em Direito da Criança e do Adolescente pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (2012) Atualmente, mestrando em Direito pela Universidade Católica de Pernambuco, professor do curso de bacharelado em Direito na Universidade Pitágoras. Vereador em exercício no mandato de 2021-2023.

ISRAEL DE CARVALHO LEITE
Nascido em Santa Cruz do Capibaribe, Israel de Carvalho Leite, 62 anos, é filho de Antônio Cirilo Leite e Rosália de Carvalho Leite. Exerce o ofício de ensinar há mais de três décadas, sendo professor efetivo de História no município, na educação básica. Casado com a pedagoga Teresa Patrícia, com quem teve dois filhos, Rafael Antônio e Nayara

Patrícia, Israel Carvalho tem três livros escritos: *Gente e Trabalho (2008)*, *Sulanca, um Polo de alta tecnologia em Confecções (1996)* e *Queremos trazer à memória (2011)*, sendo os dois últimos em co-autoria.

JOÃO PAULO FRANÇA

É licenciado em História pela Universidade Federal de Campina Grande (2005), bacharel em Direito pela Universidade Estadual da Paraíba (2008), especialista em Gestão Pública pela Universidade Federal da Paraíba (2017) e mestre em História pela Universidade Federal de Campina Grande (2012). Foi professor das Redes Municipais de Educação Barra de São Miguel-PB (2001-2002) e Cabaceiras-PB (2005-2006). Também atuou na Rede Estadual de Educação de Pernambuco, em Santa Cruz do Capibaribe-PE. Ex-secretário Municipal de Educação de Barra de São Miguel-PB, (2007 e 2009-2015). Foi professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte – IFRN – Campus Parelhas, de 2015 a 2017, atuando em Cooperação Técnica no IFPB - Campus Esperança no ano de 2016. Entre os anos de 2017 e 2018 foi professor do IFPB, Campus Guarabira. Atualmente é professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba - IFPB, Campus Esperança.

LAIS DE OLIVEIRA NEVES

Feminista Decolonial. Mestre em História Cultural pela Universidade Federal da Paraíba (2022). Ativista LGBT+ na Associação Cores do Capibaribe-PE. Artista Plástica Autônoma. Membro do grupo de Pesquisa ProjetAH – História das Mulheres, Gênero, Imagens, Sertões. Residente na cidade de Santa Cruz do Capibaribe-PE. Endereço eletrônico: lais.neves@academico.ufpb.br.

MANUELA DE FARIAS FEITOSA

Licenciada em História pela Universidade Estadual da Paraíba (2007). Pós-Graduação em História do Brasil pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Caruaru (2010). Natural de Santa Cruz do Capibaribe – Pernambuco. Professora da rede municipal de Santa Cruz do Capibaribe-PE desde março de 2010. Atuando na Escola Municipal Professor Antônio Gomes Aragão e Escola Municipal Maria do Socorro Aragão Florêncio. Endereço eletrônico: manuela_farias@hotmail.com.

MARCIO ANTONIO DA SILVA

Graduado em História pela Universidade Estadual da Paraíba – UEPB (2022). E-mail: marcioantonioscc@gmail.com.

MARCOS ROGÉRIO DE LIMA

Graduado em História (2004) e Pós-Graduado em Ensino de História (2006) pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Caruaru (FAFICA). Mestrado em Educação e Interdisciplinaridade pela Faculdade Estácio de Sá (2015). Reside em Santa Cruz do Capibaribe, Pernambuco, desde o nascimento, onde estudou a alfabetização na Escola Manoel Miguel Flor, aprendendo a ler e a escrever através dos ensinamentos da Professora Gercina do Nazaré Freitas. Fez o 1º Grau (atual Ensino Fundamental) e o 2º Grau (atual Ensino Médio), na Escola Padre Zuzinha. Lecionou em diversas escolas particulares de São Domingos do Brejo da Madre de Deus e Santa Cruz do Capibaribe, a saber: Educandário Coração de Jesus, Educandário Antônio Burgos, Escola Menino Jesus, Escola Primeiro Mundo de Aprendizagem e o SESI, em parceria com a Prefeitura de Santa Cruz do Capibaribe. Atualmente, leciona na rede pública estadual de Pernambuco e municipal do Brejo da Madre de Deus. Endereço eletrônico: marcosroglima@yahoo.com.br

MÁRIO FRANCISCO DE MELO JÚNIOR

Graduado no curso de licenciatura plena em História pela Universidade Estadual da Paraíba (2011). Especialista em História do Brasil pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Caruaru (2018). Autor do capítulo *Padre Zuzinha e a Política de Santa Cruz do Capibaribe nos anos 1960-1970*, presente no livro *Sob o signo da fé: memória, poder e protagonismo de padres na Paraíba e em Pernambuco (2022)*.

NILSON PEREIRA DA SILVA

Graduado no Curso de Licenciatura Plena em Geografia. Universidade Estadual da Paraíba (2018). Especialista no Ensino de História e Geografia e suas Linguagens pela UniCesumar (2020). Endereço eletrônico: nilsper_33@hotmail.com.

RIMÁRIO CLISMÉRIO DA SILVA

Licenciado em História pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de

Caruaru (2006), pós-graduado em História Contemporânea pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Caruaru (2008), especializado em Educação, Desenvolvimento e Políticas Educativas, pela Faculdade Nossa Senhora de Lourdes (2016). Natural de Santa Cruz do Capibaribe. Professor da Rede Estadual de Educação desde novembro de 2008, ocupando cargos de gestão na EREM Luiz Alves da Silva e ETE José Nivaldo Pereira Ramos, co-autor do *Livro Práticas Criativas em Escolas e Espaços Recreativos (2023)* com o tema, *História, imagem e memória: como conseguir aprender pelos diferentes signos em tempos velozes (2023)*. Endereço eletrônico: rimarioclismerio@gmail.com.

RODRIGO DA SILVA FERREIRA
Mestre em Sociologia pela Universidade Federal da Paraíba (2023), Especialista em Opinião Pública e Inteligência de Mercado pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (2020) e graduado em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Campina Grande (2016) E-mail: rod.ferreira31@gmail.com. Orcid: https://orcid.org/0000-0003-0789-1937

ROMENYCK STIFFEN BARBOSA DA SILVA
Graduado no curso de licenciatura plena em História pela Universidade Estadual da Paraíba (2010). Especialista em História do Brasil pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Caruaru (2018).

SAULO ALVES DOS SANTOS
Professor graduado em História pela Universidade Estadual da Paraíba (2015). Especializado em história do Brasil pela Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras de Caruaru-FAFICA (2018).

SÉRGIO LUCAS ALEXANDRE DE LIMA
Graduado em História pela Universidade Estadual da Paraíba (2018). Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em História da UFRPE. Pesquisa atualmente a participação pernambucana das Cortes Gerais e Extraordinária da Nação Portuguesa (1821-1822) e atua nas áreas de História intelectual, Processo de Independência do Brasil, História do Liberalismo Ibero-americano e Circulação de Ideias na América portuguesa. Natural de Santa Cruz do Capibaribe – Pernambuco, Brasil – onde

estudou o Ensino Médio na EREM Luiz Alves da Silva e leciona na escola Dinâmica. Endereço eletrônico: sergiolimahistoria@gmail.com.

THEREZA CRISTINA LEANDRO DA SILVA QUEIROZ SANTOS

Doutoranda em Psicologia pela Universidade Federal de Pernambuco (2021-2025). Mestra em Educação, pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba (2014). Graduada em Psicologia pela Universidade Estadual da Paraíba (2011). Possui experiência como psicóloga nas áreas de assistência social, saúde e clínica. É servidora pública efetiva do Estado de Pernambuco, desenvolvendo suas atividades no Hospital Regional do Agreste – HRA. Além de atuar como docente em graduação e pós-graduação de instituições privadas e como psicóloga clínica. Interesse de pesquisa voltado para feminismos, sexualidades, contra colonialidades e não monogamia.

WELLINGTON LUÍS DE ALBUQUERQUE ESPÍNDOLA

Historiador com o registro profissional n° 0000157/PE. Possui graduação em História pela Universidade de Pernambuco (2010). Especialização em História do Brasil pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Caruaru (2012). Mestre pelo Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande (2021). Autor do livro *Imagens contraditórias do padre Ibiapina: devoção e imaginário religioso 1860-1897 (2022)*. Reside em Santa Cruz do Capibaribe desde janeiro de 2011. Atualmente é professor efetivo da rede pública de Taquaritinga do Norte. Endereço eletrônico: wellingtonluispe@hotmail.com.

Esta colcha de retalho foi tecida com fios de caroá, cultivas no encontro do Rio Tapera com Capibaribe na fonte Garamond, costuradas em papel Pólen 80g (miolo) e Cartão Supremo 250g (capa) na metragem 23x16cm com afinco dos motores da reta, overlock e galoneira junto a EDITORA MEROVEU. Serão, 1000 peças prontas para distribuição sem nenhum intuito de tornar estes fins, lucrativos.